

GLOBALIZAÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR, FEMINISMO E AGROECOLOGIA



JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI
ANDREA BUTTO
LUDOVIC AUBIN
(Organizadores)



Diante de um contexto de pandemia, como a Covid-19, assistimos à intensificação das injustiças sociais e da violação de direitos fundamentais, como o acesso ao alimento seguro e de qualidade. Ousamos dizer que este pode ser um momento fecundo para aprofundar a discussão acerca da comida, enquanto elemento político-cultural, e das diversas formas de má nutrição, enquanto produtos da desigualdade social, além de refletir sobre os impactos sociais, econômicos, ambientais e na saúde causados pela apropriação da comida e do comer pelo mercado financeiro. Por que o sistema alimentar predominante, em escala planetária e altamente industrializado, não consegue superar o histórico cenário de fome e ainda tem gerado outros desafios para a saúde pública mundial?

A apropriação de bens comuns é essencial para a manutenção das comunidades. Não existem comuns sem comunidade. Da mesma forma, não existe comunidade sem um mundo comum, compartilhado e administrado por ela através de regras de governança públicas, privadas e compartilhadas. Tais formas de governança são essenciais para compreender as mudanças sofridas pelas populações quando os bens comuns estão sob ameaças. Os capítulos apresentados neste livro analisam as desigualdades, os desafios e as formas de resistência demonstrados nos campos da globalização dos sistemas agroalimentares, com ênfase na análise de casos, localizados em áreas rurais latino-americanas, teórica e metodologicamente explorados, em perspectiva interdisciplinar. Evidencia-se o protagonismo das mulheres no enfrentamento dos obstáculos contínuos contra os poderes das corporações globais e em benefício da segurança alimentar e das práticas agroecológicas de produção. A agenda do feminismo e da agroecologia prioriza o enfrentamento dessas questões, visando a equidade no acesso aos bens comuns.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

G562

Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia [recurso eletrônico] / Organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin. – São Paulo: Annablume, 2023.

Dados eletrônicos (1 PDF ; 7.367 kb).

ISBN 978-65-5684-086-4

1. Globalização. 2. Segurança alimentar. 3. Agricultura familiar. 4. Agroecologia. 5. Populações rurais – América Latina. 6. Nordeste – Brasil. 7. Patagônia – Argentina. 8. Trabalhadores rurais – Políticas públicas. 9. Movimentos feministas. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa. II. Butto, Andrea. III. Aubin, Ludovic. IV. Título.

CDU 351.778.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar 351.778.2

GLOBALIZAÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR,
FEMINISMO E AGROECOLOGIA

Diagramação

Fernandes Augusto Castro

Projeto e Produção

Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora

Conselho Editorial

Eugênio Trivinho

Gabriele Cornelli

Gustavo Bernardo Krause

Iram Jácome Rodrigues

Pedro Paulo Funari

Pedro Roberto Jacobi

1ª edição: fevereiro de 2022

2ª edição abril de 2023 - online

© Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin
Organizadores

Annablume Editora Comunicação
www.annablume.com.br

AGRADECIMENTOS

Este livro integra as atividades e recebeu financiamento do projeto de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq¹. As primeiras versões dos capítulos deste livro foram apresentadas no Seminário Internacional de Pesquisa Gênero, Agroecologia e Segurança Alimentar em Recife –PPGS/UFPE, e no *III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia: trabalho, cuidados e bens comuns* Recife, UFRPE – realizados em Recife, Brasil, em Abril 2019; o *Seminário de investigación binacional* Brasil – Argentina, Universidade Nacional del Comahue e no Seminário realizado na Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires, em agosto de 2019; do trabalho de campo e resultados do projeto apoiados pelo MCTI/CNPq Centro de Referência em SAN². Reúne contribuições de pesquisadores/as de instituições nacionais e internacionais do Programa de Internacionalização, CAPESPRINT/UFPE/PPGS³, lideranças dos movimentos de mulheres e outros/as que integraram a pesquisa nas suas distintas fases, por meio dos Grupos de Pesquisa Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste – Laerural e Globalização e Agricultura, ambos do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia do CNPq/UFPE; do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, em parceria com o

1. Qualidade dos alimentos e trabalhadores migrantes: Trabalho, relações de gênero e segurança alimentar na globalização da agricultura e dos alimentos. CNPq no.312068/2018-2

2. Nome do Projeto: PROJETO DE PESQUISA CNPq nº 443247/2016-1: Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: Uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável.

3. Globalização da agricultura e desigualdades sociais: Políticas Públicas, Alimentação, Condições de Trabalho, e Relações de Gênero, PPGS/ CAPES/PRINT

Grupo de Estudios Sociales Agrarios (GESA) da *Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad Nacional del Comahue* (UNCo) e Ministerio e Producción e Industria de la Provincia del Neuquén, Argentina. Os capítulos dão visibilidade ao trabalho das equipes das redes nacionais e internacionais de investigação, bem como, das interações com os movimentos sociais das mulheres, MMTR, FETAPE e outros.

A equipe brasileira foi coordenada pela Professora Dra. Josefa Saete Barbosa Cavalcanti, da UFPE, contando com a Professora Dra. Andrea Butto, da UFRPE, o Dr. Ludovic Aubin, pós-doutorado (CAPES/PPGS/UFPE). A equipe Argentina teve a coordenação da Professora Dra. Mónica Isabel Bendini e participação das Professoras Norma Andrade e Carla Franquelli da Universidad Nacional del Comahue. Agradecemos ao Professor Pedro Israel Cabral de Lira do Departamento de Nutrição da UFPE, pela parceria nas primeiras fases da pesquisa.

Ao longo da realização das atividades, participaram professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, pesquisadores e assistentes de pesquisa, agricultoras, lideranças dos movimentos sociais de mulheres rurais, técnicos/as de extensão e pesquisa, que cooperaram nas etapas do trabalho de campo e divulgação das realizações, com evidências empíricas e revisões teóricas para o aprofundamento do debate.

A dinâmica das atividades ecoou em realizações importantes nos territórios estudados, no campo da formação de recursos humanos em estudos rurais, no Brasil e na Argentina, e se estendeu por meio de parcerias com pesquisadores de outros países da América Latina e da Europa, destacando-se a parceria constante com a Professora Hélène Guetat-Bernard (Universidade de Toulouse e Instituto Francês de Pondichéry, Índia). A realização dos seminários internacionais de Pesquisa, oficinas de trabalho com agricultores/as, entrevistas com lideranças de movimentos de mulheres e trabalhadores rurais, encontros com técnicos/as e pesquisadores/as foram essenciais para a efetivação do trabalho.

A escolha dos territórios para a parceria binacional com a Argentina foi realizada em função da história de intercâmbio acadêmico existente entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidad Nacional del Comahue e convênios de investigação sobre a fruticultura de exportação de peras, maçãs, uvas e mangas, trabalhadores migrantes e agricultores familiares. Tal parceria, por mais de 30 anos, deu lugar a um debate continuado sobre as configurações dos respectivos territórios, formação de pesquisadores e publicações,

que analisaram as aproximações e desigualdades manifestadas em ambos os espaços produtivos na exploração dos sujeitos e recursos socioambientais dessas regiões agrícolas com apoio de recursos do CNPq, Fapepe, Conicet, SECYT e Capes, particularmente nas dimensões de gênero e trabalho⁴.

A pesquisa binacional patrocinada pelo CNPq/MCTI, iniciada em 2017, deu ênfase aos aspectos da segurança alimentar, desenvolvimento local e agroecologia. O novo intercâmbio realizado incluiu a parceria com a UFRPE e colaborações pontuais de intercâmbios com a Univasf, a Ufape e a Universidade de Toulouse. As atividades de trabalho de campo foram realizadas no Sertão do São Francisco e no Agreste de Pernambuco; nos Vales do Rio Negro e Neuquén e em áreas de *estepe e cordilheira*, na Patagônia.

Expressamos os nossos agradecimentos às instituições que contribuíram para a realização das atividades aqui referenciadas, às agricultoras e agricultores, trabalhadoras e trabalhadores, aos autores e autoras cujos capítulos integram a presente publicação, ao trabalho de Ana Cândida Duarte, de Ana Maria Costa, da Editora Annablume, e de outros/as colaboradores e colaboradoras pontuais que foram essenciais para a realização do trabalho que oferece, entre os seus resultados, a publicação deste livro.

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

ANDREA BUTTO

LUDOVIC AUBIN

4. CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica Isabel. Globalization and change in labor relations in fruit regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). *Research in Rural Sociology and Development*. Bingley – UK: Emerald, 2014. p. 3-32. CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa et al. Capital mobility and new workspaces in fruit-producing regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (org.). *Globalization and Time-Space Reorganization: capital Mobility in Agriculture and Food in the Americas*. 17. ed. Bingley, UK: Emerald, 2011. p. 65-81. CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica Isabel; MURMIS, Miguel. *El campo en la Sociología Actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003. p. 383. CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente*. Recife: Editora UFPE, 1999. p. 366.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
HÉLÈNE GUÉTAT-BERNARD	13
INTRODUÇÃO: A agenda de Pesquisa, questões e contribuições	
JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI, MÓNICA BENDINI	23
PLANETA, SOCIEDADES E HUMANIDADE EM FALÊNCIA: UM OLHAR À LUZ DA COMIDA E DO COMER	
NATHÁLIA PAULA DE SOUZA, EDUARDA ÂNGELA PESSOA CESSE, ANNICK FONTBONNE	41
DAS ORIGENS DA AGRICULTURA AO ANTROPOCENO. O LUGAR E OS DESAFIOS DA AGROECOLOGIA	
LUDOVIC AUBIN E JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI	57
MUJERES CAMPESINAS Y SISTEMAS AGROALIMENTARIOS EN CONTEXTO DE GLOBALIZACIÓN	
GLORIA PATRICIA ZULUAGA SÁNCHEZ	79
UM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: BIODIVERSIDADE, CULTURAS ALIMENTARES E CONHECIMENTOS NATIVOS NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	
CÉLINE SPINELLI	97
NUEVO MODO DE ACUMULACIÓN, MARGINACIÓN DE PEQUEÑOS PRODUCTORES Y RECAMBIO EN EL PATRÓN DE EMPLEO EN EL SECTOR DE UVA DE EXPORTACIÓN: ESTUDIO VALLE DE ELQUI/LIMARÍ, CHILE	
CLAUDIA CERDA BECKER	115

LA HETEROGENEIDAD DE LOS SISTEMAS DE ALIMENTACIÓN LOCALES (SAL) EN LA REGIÓN PATAGONIA NORTE NORMA BEATRIZ ANDRADE	135
TRAYECTORIA Y LIDERAZGO DE UNA PRODUCTORA CRIANCERA DEL SUR DE ARGENTINA MÓNICA BENDINI Y GRACIELA PREDA	159
EL FEMINISMO COMO REFLEXIVIDAD TERRITORIAL PARA LA INTERCULTURALIDAD. MIRANDO “VACA MUERTA” Y LA FILOSOFÍA MAPUCE SOBRE EL “BUEN VIVIR”. CARLA MARCELA FRANQUELLI	183
“QUANDO CHOVE NO SERTÃO...” AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO NO VALE DO SÃO FRANCISCO CAMILLA DE ALMEIDA SILVA E GUILHERME JOSÉ MOTA SILVA	201
COOPERATIVAS ENTRE MERCADOS E ALIMENTOS DE QUALIDADE: A DINÂMICA DAS COOPERATIVAS FRUTÍCOLAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO MARIA LUÍZA LINS E SILVA PIRES	223
CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE HORTAS URBANAS E PERIURBANAS EM PETROLINA/PE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, PROTAGONISMO FEMININO E DIVERSIDADE PRODUTIVA ISABELA OLIVEIRA LEITE, HELDER RIBEIRO FREITAS, TATIANA AYAKO TAURA, LUCAS RICARDO SOUZA ALMEIDA E ELSON DE OLIVEIRA	245
MULHERES CONSTRUINDO SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS NO AGRESTE PERNAMBUCANO HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE, LUCIANO PIRES DE ANDRADE E LUCIANA MAIA MOSER	267

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR, TERRITÓRIO E MOBILIDADES NO AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO	287
BERLANO BÊNIS FRANÇA DE ANDRADE	
GLOBALIZAÇÃO, QUALIDADES E RISCOS AGROALIMENTARES: OS DESAFIOS DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS PARA A VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS.	307
INÃ CÂNDIDO DE MEDEIRO	
A AÇÃO COLETIVA DAS MULHERES RURAIS NO AGRESTE E NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: DIÁLOGOS ENTRELAÇADOS SOBRE SABERES E TEMAS DA PESQUISA	327
LUCIA MARIA DE LIRA E SILVA; MARIA JOSEANE VIEIRA DA MOTA; RITA MARIA ROSA DA SILVA; ANDREA BUTTO; JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI; LUDOVIC AUBIN; ANA MARIA COSTA; REBECA TORRES E TAINÁ MOEMA ESPÍNDOLA DE SOUZA	
A QUESTÃO DOS BENS COMUNS NOS TERRITÓRIOS DO SERTÃO E DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO: A PERSPECTIVA DA AGROECOLOGIA	359
LUDOVIC AUBIN , JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI, ANDRÉA BUTTO E REBECA TORRES	
AS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES AGROALIMENTARES	393
ANDREA BUTTO, JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI, LUDOVIC AUBIN, TAINÁ MOEMA ESPÍNDOLA DE SOUZA	
POSFÁCIO	447
LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA	
SOBRE OS AUTORES	451

PREFÁCIO

HÉLÈNE GUÉTAT-BERNARD

Este livro tem o grande mérito de articular análise e crítica do modelo de exportação agroindustrial e uma análise das experiências das mulheres camponesas em favor da agroecologia como resposta aos males desse modelo. É a capacidade de manter essas duas ambições que marca o grande interesse do livro, que se baseia em exemplos de investigações precisas na América Latina (essencialmente no Brasil, mas também na Argentina e nos países andinos). Os autores relatam suas observações e análises dos efeitos ambientais, incluindo a questão urgente da água, a perda de terras produtivas para famílias sem títulos de propriedade diante da expansão das plantações de frutas para exportação, e a privatização dos organismos vivos através de variedades de sementes, bem como as duras condições de trabalho, particularmente das trabalhadoras rurais.

Diante dos impasses desse modelo, o livro lança luz sobre os debates conduzidos pela agroecologia numa perspectiva feminista em torno da re-articulação das ligações entre agricultura e alimentação, pensando em particular na cozinha como um espaço político em torno de questões de cuidado. O Brasil é um exemplo de uma situação global paradoxal: por um lado, uma produção agrícola significativa é baseada na coexistência (muitas vezes conflituosa) de um setor agroindustrial exportador (abastecendo um sistema alimentar global interdependente) e de um setor agrícola familiar dinâmico, que tem sido enfraquecido pelas políticas públicas atuais. Por outro lado, o acesso limitado a alimentos de qualidade, evidenciando graves deficiências nos programas de apoio agroalimentar e um vetor de doenças que incluem a desnutrição, subnutrição, deficiências nutricionais, obesidade etc. Este livro preenche uma lacuna na abordagem em termos de gênero sobre essas questões fundamentais. Isto é tanto mais paradoxal

quando um número crescente de relatórios menciona a importância de manter as habilidades e conhecimentos alimentares tradicionais, a capacidade das mulheres de preparar refeições nutritivas, seguras e culturalmente relevantes (HOWARD e CUIJPERS, 2013).

Esta obra lembra-nos que as mulheres são agentes-chave na produção e na segurança alimentar das famílias rurais, enquanto a segurança alimentar é muitas vezes avaliada apenas em termos de produção agrícola, e mais ainda em termos de produção em grande escala, deixando de dar conta da produção das hortas, dos quintais ou da colheita de plantas selvagens. Este livro contribui para a necessidade, sempre renovada, de, em primeiro lugar, tornar visível o trabalho das agricultoras nos seus diferentes contextos de trabalho (no campo, nas hortas, nos quintais, nas casas, nas diferentes atividades coletivas). Esse reconhecimento é tanto mais difícil quando a especificidade do trabalho agrícola na agricultura familiar não se baseia em uma relação salarial, mas em um vínculo familiar obrigatório (BARTHEZ, 1984) em que se expressam as relações patriarcais. Vários artigos descrevem experiências agroecológicas em que a questão é exatamente a de enfrentar conjuntamente os desafios ambientais, repensando a relação com a natureza no ato agrícola e os desafios da igualdade de gênero, renegociando os vínculos entre atividades mercantis e não mercantis para não deixar unicamente ao mercado o monopólio da construção de valor, já que muitas atividades das mulheres são desconsideradas por estarem enraizadas na ordem doméstica e não mercantil. Em segundo lugar, o livro contribui para o reposicionamento da “cozinha” como um espaço de poder e opressão feminina em torno das atividades de cuidados (GILLIGAN, 1982). Longe de serem moldados por uma natureza feminina, o pensamento e o conhecimento dos cuidados são construídos a partir de experiências práticas remetendo à relação ética dos cuidados (TRONTO, 2009). Nessa virada ética do *Care*, o cuidado é concebido como um *trabalho* que requer competências, mas também um *poder* que requer igualdade de tratamento (TRONTO, 2009; WORMS, 2012). A luta agroecológica feminista reflete esse compromisso político de não renunciar ao ato de dar, forjado pela educação e socialização das mulheres – e essa “*prioridade ao relacionamento*” (PULCINI, 2012) é “*preciosa*” para as famílias e para a sociedade como um todo – desde que seja dividida com os homens para sair de uma situação de desigualdade no tempo de trabalho e de falta de reconhecimento. O livro faz parte dessa luta ao situar a cozinha no centro das questões alimentares, como um espaço político, revelando a atribuição das mulheres ao interior (TILLION, 1967)

e os jogos de poder dentro dela (MATHIEU, 1991; GUÉTAT-BERNARD e SAUSSEY, 2014). Este texto também nos lembra que os espaços atribuídos às mulheres são verdadeiros lugares de conhecimento, criatividade e resistência. Da cozinha, invertendo estigmas no processo, as mulheres assumem o seu papel defendendo uma ética de “*responsabilidade e direitos*” (LARRÈRE, 2012). Espaço de opressão, mas também de resistência, a cozinha é um marco de identidade cultural e uma expressão da criatividade feminina. É na cozinha que as mulheres inventam receitas e implantam práticas, conhecimentos, *know-how* e habilidades que lhes conferem qualidades socialmente reconhecidas (COUNIHAN *et al.*, 1999). A comida é então pensada ou repensada numa relação com o eu e com o mundo: cozinhar é, assim, o que une, o que cria laços, mas também o que pode garantir o reconhecimento da individualidade.

O livro testemunha assim a força da agroecologia feminista como ferramenta de luta contra o modelo agroindustrial e as consequências socioeconômicas e ambientais do sistema alimentar global. É uma verdadeira proposta contra-hegemônica, “uma disputa permanente de consciência” (HADICH e BASTIANI, 2017). É, assim, o fruto da consolidação de redes de pesquisa comprometidas que se reconhecem numa articulação de competências organizadas em torno de um objetivo comum de transformação social através do instrumento metodológico e, em última instância, político da agroecologia necessariamente feminista. A América Latina é o centro desse movimento e este livro é um passo inspirador no caminho para construir não só um campo científico, mas também uma aliança política entre diferentes movimentos em diferentes países, e em particular o Brasil. Essa agroecologia defendida no livro é um projeto global baseado nos valores da autonomia (de técnicas, soberania alimentar, experiências singulares, “faça você mesmo”), das interações sociais (trocas de sementes, grupos locais de produtores e consumidores, curtos-circuitos) e da importância do meio ambiente. As feministas defendem que a ideia de “autonomia” e ajuda mútua (construção de um sujeito político coletivo, ligações entre comunidades e seu território, renegociação do sentido de fazer as coisas em conjunto), uma mudança nas relações do homem com a natureza (diversidade agrícola, respeito aos ciclos naturais e agroecossistemas) e, finalmente, a capacidade de pensar as complexidades (da planta ao campo, à paisagem/interseccionalidade). As feministas defendem que não pode haver responsabilidades (para com o mundo, territórios, comunidades) sem reconhecimento (dos direitos à igualdade, participação e emancipação política, eco-

nômica e humana) (LARRÈRE, 2012), ou seja, sem luta contra a violência que se verifica em todas as escalas sociais e espaciais do modelo patriarcal (as instituições do Estado, comunidades, famílias) e colonial (o modelo de desenvolvimento agrícola nas diferentes escalas territoriais).

Os avanços teóricos refletidos neste livro são também o resultado de uma solidariedade acadêmica internacional marcada por uma história de colaboração para tornar visíveis, reforçar e apoiar iniciativas, particularmente entre o Brasil, a Argentina e a França, a exemplo dos programas de pesquisa mencionados na introdução do livro e do importante Colóquio de Recife em 2019, o CIFA (Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia), onde se iniciou uma rede internacional informal em construção. O encontro de Recife foi um momento político forte, um momento de construção de uma história comum após a colóquio de Toulouse, em 2012 (gênero e agricultura), e o colóquio de Lyon, em 2015 (cuidado, gênero e meio ambiente), que criou pontes (convites de ambos os lados) e consolidou alianças e redes.

Essa rede marca os passos de um acompanhamento desde as questões de gênero na agricultura até na agroecologia. **A questão da agroecologia tem permitido que a abordagem de gênero na agricultura se cruze com as questões de ecofeminismo, cuidado e ecologia política.** Em nível internacional, a agroecologia está presente na agenda política dos movimentos camponeses (Via Campesina), organizações internacionais, organizações políticas e técnicas (Federação Internacional de Agricultura Orgânica, IFOAM) e encontros altermundialistas (Fórum Social Mundial). Mas as abordagens feministas ainda lutam para serem reconhecidas, daí a importância do slogan aqui lembrado que as mulheres brasileiras estão dirigindo ao mundo: “Sem feminismo, não há agroecologia!”. Vários artigos se baseiam no ecofeminismo como uma crítica à perda de ligação e significado tanto das sociedades à natureza como do lugar dado pelo homem à sua própria natureza (no que diz respeito às biotecnologias e ao pensamento pós-humanista). O movimento ecofeminista analisa a intersecção de vários sistemas de opressão: sexismo, racismo, classismo e antinaturalismo e coloca no centro do seu debate o risco de reificação dos sistemas de bicegocategorização: mulher/homem, natureza/cultura, fazer/pensar etc. e a rejeição desse dualismo na base do essencialismo. A relação com a natureza é assim claramente apresentada como uma armadilha do naturalismo ou do antinaturalismo. A ciência moderna tem baseado o seu reconhecimento no dualismo natureza/cultura com a natureza colocada ao serviço do progresso (MERCHANT, 2015; WARREN, 1990; FEDERICI, 2004). Classicamente,

o paradigma conceitual do pensamento naturalista (Descola) configura as mulheres, a natureza, o corpo e os animais como Outros, como objetos, em oposição aos quais o sujeito é definido e construído. Vários artigos do livro apontam que são essas oposições que o feminismo construtivista materialista e o pensamento decolonial rejeitam. A crítica centra-se em dois pontos. O primeiro é a questão da igualdade: o slogan “as mulheres são homens como qualquer outro” das feministas liberais dos anos 70 levanta questões quando a igualdade é concebida como a ideia de “alcançar” com um modo de pensamento e ação associado a um ideal masculino que é portador de um modelo de desenvolvimento descrito como ecocídio. O segundo denuncia a naturalização das posições atribuídas às mulheres. Não é tanto o dualismo natureza/cultura que é questionado, mas a atribuição das mulheres a fatos desqualificados da natureza, a qual se opõe o movimento *Reclaim*, que propõe a reapropriação do conceito de natureza enquanto reverte o estigma (HACHE, 2016). Revalorizar as mulheres, seus corpos e a natureza dentro delas certamente não é “voltar a uma natureza original ou a uma eterna feminilidade”, mas falar de um “essencialismo estratégico” (ESMERALDO, 2014) e de uma visão holística e viva da natureza. A figura da bruxa reaparece então para repensar a articulação entre gênero e luta de classes a partir de uma perspectiva ambiental: o ecofeminismo político, ao qual os movimentos de luta estudados no livro se relacionam, denunciam os vínculos entre a deterioração do meio ambiente e da condição feminina, particularmente nos momentos de expansão do capitalismo: Nos séculos XVI e XVII na Europa, no Sul Global hoje – e no Brasil ou Argentina com as novas formas de *enclosures* nas áreas de expansão dos monopólios da soja ou da arboricultura industrial. A caça às bruxas, analisada do ponto de vista das mulheres vítimas, é problematizada como um momento emblemático da luta do capitalismo contra o conhecimento das mulheres sobre o seu corpo, a terra, a natureza, o território (FEDERICI, 2014). Essas camponesas, parteiras e curandeiras foram caçadas porque pensavam e viviam a natureza como um todo; ativistas no Brasil, na América Central e em outros lugares são assassinadas hoje pelas mesmas razões: a defesa de uma perspectiva holística da natureza, considerada perigosa pelas potências que a habitam. A justificação para a caça às bruxas foi a “morte da natureza” (MERCHANT, 1995), que foi necessária para o desenvolvimento da ciência moderna (especialmente física e biologia). Ao rejeitar a concepção metafísica de uma Natureza como fonte de verdade (um termo denunciado pela perspectiva decolonial), em essência, e o mecanismo reducionista da ciên-

cia moderna, as ecofeministas, em vez disso, valorizam uma natureza viva (diversa e adaptativa) na base da agroecologia.

A análise materialista feminista defendida em muitos dos artigos do livro desconstrói as dicotomias: reprodução/produção, não-mercado/mercado, mostrando precisamente como elas são constitutivas umas das outras. A questão do trabalho (das mulheres) é uma questão de visibilidade e reconhecimento porque a divisão produção/reprodução as afeta particularmente, “tanto a natureza dentro dela (a biologia da reprodução) como a natureza fora dela (a ligação entre ecologia e economia)” (LARRÈRE, 2012, p. 261). A evolução do capitalismo, mas também do agronegócio, baseia-se na “domesticação” das mulheres e suas atividades (justamente chamadas de “reprodutivas”), com polarizações hierárquicas que justificam as subordinações dentro de um sistema de dominação de gênero e natureza. O livro demonstra a necessidade urgente de pensar em conjunto sobre a sustentabilidade do modelo econômico e a emancipação da mulher através da indispensável universalização da ética do cuidado (PULEO, 2017).

A rede informal CIFA que foi estruturada após o Colóquio de Recife de 2019 baseia-se na articulação de lutas em torno de três críticas.

1. A crítica de uma ciência moderna que esqueceu a importância relacional da vida: de si mesmo em relação aos outros, seres humanos e não humanos, mas também em relação à natureza e ao mundo material. Visão mecanicista, reducionista e naturalista, por um lado / visão orgânica e holística (relacional e complexa) da relação com a vida e a natureza, por outro lado. Reivindica uma ontologia relacional (próxima do Sentir-Pensar com a Terra de Arturo Escobar) e holística.
2. A crítica à economia formal que esqueceu que a economia se baseia em vários princípios de comportamento econômico (a abordagem substantiva de K. POLANYI). A abordagem ortodoxa coloca a escassez no centro da análise, fazendo do interesse material a base de escolhas racionais e individuais. O mercado tornou-se o único instrumento para a construção de valor econômico.
3. A crítica à divisão do trabalho, que esqueceu a articulação das questões entre a vida privada e pública: a atribuição das mulheres às tarefas domésticas e *de cuidado* reproduz as desigualdades/assimetrias de gênero que estruturam as esferas econômica e política.

A articulação dessas três críticas sugere que as agricultoras que praticam agroecologia defendem uma abordagem substantiva da economia que convida a uma redefinição do que tem valor para uma sociedade, pensando na dupla dependência da economia em relação à natureza e ao trabalho livre das mulheres. A reabilitação das atividades de *cuidados* (Molinier *et al.*, 2009) permite atualizar essa dupla dependência e o papel fundamental desempenhado pelas mulheres, tanto na esfera doméstica como nas atividades relacionadas com a manutenção da vida (cuidados com o corpo, alimentação, ecossistemas). A agroecologia defendida neste livro está, assim, próxima da economia social, que reivindica uma abordagem substantiva na qual a economia se baseia em vários princípios de comportamento econômico (HILLENKAMP e NOBRE, 2016; HILLENKAMP, GUÉRIN e VERSCHUUR, 2017).

Baseando-se numa perspectiva materialista, os artigos do livro refletem uma abordagem interseccional, situada e inclusiva do conhecimento agroecológico. Após a Cúpula do Rio em 1992, o reconhecimento “institucional” dos conhecimentos das mulheres e dos indígenas sobre a natureza “deu origem a numerosas reações e apelos à prudência”. O risco de mercantilização do conhecimento, através do protocolo de Nagoya em particular, levanta questões sobre essa busca de reconhecimento e visibilidade do conhecimento associado às plantas. O trabalho de Braidotti *et al.*, 2007, em particular, tem mostrado as relações de poder que prevalecem na construção do conhecimento, inclusive em relação à natureza e numa dimensão agroecológica, de acordo com tempos passados, tipos de atividades, responsabilidades, direitos (de acesso, uso, reconhecimento). A complexidade dos vínculos gênero/meio ambiente requer uma análise cuidadosa para evitar o perigo de uma abordagem romântica do conhecimento agroecológico das mulheres e uma leitura homogeneizadora do grupo social feminino, de aumentar a responsabilidade das mulheres pelo futuro do planeta e, também, de tornar invisível o conhecimento e as responsabilidades dos homens. Pensar numa ecologia política feminista (ROCHELEAU *et al.* 1996; AGARWAL, 2000; SILIPRANDI, 2009; PLUMWOOD, 2015; BURGART, 2017; PULEO, 2017), como defendido no livro, significa pensar na interseccionalidade das desigualdades, na divisão sexual do trabalho, nos direitos aos “recursos” (terra, água, sementes, floresta, mercado etc.) e no poder de decisão.

Em conclusão, este livro marca um passo à frente na fundação de um projeto agroecológico numa perspectiva feminista e na denúncia de um modelo agroindustrial hegemônico

A Convenção sobre Diversidade Biológica define a biodiversidade cultivada em todas as escalas da hierarquia biológica, do gene ao ecossistema e da produção ao processamento de alimentos. As interações de gênero na biodiversidade devem ser entendidas em todas as escalas: diversidade ecológica (de acordo com os diferentes biótopos e sua evolução em relação à transformação das paisagens); diversidade de espécies nos ecossistemas, incluindo as chamadas plantas menores. O lugar dos jardins e quintais produtivos como lugares altos de biodiversidade; e a diversidade genética das plantas, considerando que a seleção de plantas também é uma questão de gênero, de acordo com os papéis sociais. Em torno dessas diferentes questões, nas diferentes escalas de conhecimento e práticas (desde territórios e comunidades que pensam na gestão de ecossistemas até o Estado), a agroecologia é uma preocupação vital. Este livro, como o colóquio e o Seminário Internacional de 2019, é mais uma oportunidade para reforçar as alianças, a fim de reafirmar as batalhas a serem travadas nas áreas acadêmica, política, sindical e profissional, principalmente.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, Bina. Environnement et action collective. La dimension indispensable du genre. In GUÉRIN, Isabelle.; GUÉTAT-BERNARD, Hélène.; VERSCHUUR, Christine. (dir.). *Sous le développement, le genre*. Marseille, IRD Éditions (Objectifs Suds), 2015. p. 239-277.

BARTHEZ A., 1982, *Famille, travail et agriculture*, Economica.

BRAIDOTTI, Rosi.; CHARKIEWICZ, Ewa.; HÄUSLER, Sabine.; WIERINGA, Saskia. Les femmes, l'environnement et le développement durable. In: VERSCHUUR, Christine. (éd.). *Cahiers genre et développement*, n. 6 sur Genre, mouvement populaires urbains et environnement. Paris: L'Harmattan, 2007. P. 19-29.

BURGART -GOUTAL Jeanne. *Etre écoféministe. Théories et pratiques*. Ed l'Echappée, coll. Versus, 2017.

COUNIHAN, Carole M. *The Anthropology of Food and Body. Gender, Meaning and Power*. New York: Routledge, 264 p., 1999.

ESMERALDO, Gema. G. S. L. Femmes en mouvement: la naissance d'une existence sociale, politique et professionnelle. Dans *Féminin-Masculin*, Montpellier: Quæ, 2014. p. 101.

- FEDERICI, Silvia. (2004). *Caliban et la sorcière: femmes, corps et accumulation primitive*. Genève: Ed. Entremonde, 2014.
- GILLIGAN, Carol. *In A Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Massachusetts: Harvard Univ. Press, 1982.
- GUÉTAT-BERNARD, H.; SAUSSEY, M. Genre et savoirs. Pratiques et innovations rurales au sud. Institut de recherche pour le développement. Collection à travers les champs. Marseille, 2014. HACHE, É. *Reclaim, recueil de textes écoféministes*. Cambouraki (Sorcières), 416 p., 2016.
- HADICH, Ceres Luisa Antunes; DE BASTIANI, Tânia Mara. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no oeste catarinense. In: BONI, Valdete (org.). *Mulheres Camponesas e Agroecologia*. Curitiba: CRV, 2017.
- HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. *Temáticas*, 26, 52, 2018. p. 167-194.
- VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle et HILLENKAMP, Isabelle. Genre et économie solidaire, des croisements nécessaires. *Cahiers genre et développement*, n.10. «Concepts et théories en études féministes et économie sociale et solidaire. Croisements et fertilisation, 2017. p. 15-33.
- LARRERE, Catherine. L'écoféminisme: féminisme écologique ou écologie féministe. In: *Tracés*. Revue des sciences humaines, n. 22, v.1, 2012, p.105-121.
- MATHIEU, N.-C. (1991). *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Donnamarie-Dontilly: Ed. IXe, 2013. 272p.
- MERCHANT, Carolyn. *Autonomous Nature Problems of Prediction and Control From Ancient Times to the Scientific Revolution*. New York: Routledge, 210 p. 2015.
- MOLINIER, Pascale. Au-delà de la féminité et du maternel, le travail du care. *L'esprit du temps*, 2, n. 58, 2010. p. 161-174.
- PLUMWOOD, Val. *Feminism and the mastery of nature*. Reprinted 1997. Transferred to digital print 2003. London: Routledge (Feminism for today), 1993. 239 p.
- POLANYI, Karl. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps (édition originale 1944). Paris: Gallimard, 1983.

PULEO, Alicia. Pour un **écoféminisme** de l'égalité. *Multitudes* 2017/2 (n. 67), 2017, pages 75 à 81.

PULCINI, Elena. Donner le care. In: *Revue du Mauss*. Que donnent les femmes? n. 39, 2012. p. 49-66.

ROCHELEAU, Dianne. E.Gender and Biodiversity: A Feminist Political Ecology Perspective. *IDS Bulletin*, 26, 1, 1995. p. 9-16.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*, 2009. Tese de Doutorado Universidade de Brasília, 291 p.

TRONTO, Joan. Un monde vulnérable. Pour une politique du care. Paris: Editions du Seuil. Collection "Histoire immédiate". Paris: La Découverte, 2009, 238p.

WARREN, Karen J. The power and the promise of ecological feminism. In: ZIMMERMAN, Michael (ed.). *Environmental Philosophy. From Animal Rights to Radical Ecology*. New Jersey: Prentice Hall, 1990, p. 325-345.

WORMS, Frédéric. *Soin et politique*. Coll. "Question de soin". Paris: PUF, 2012. 47 p.

TRADUÇÃO do prefácio: Ludovic Aubin

INTRODUÇÃO

Agenda de Pesquisa, questões e contribuições

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

MÓNICA BENDINI

Este livro parte do questionamento ao modelo global de produção e circulação de mercadorias, imposto pelas corporações globais, para deslindar o complexo campo da produção alimentar, que se mantém em meio às perversas formas de exploração de terra e trabalho e persistentes desigualdades presentes nos territórios locais. As contribuições apresentadas foram submetidas aos seminários realizados no âmbito de uma proposta ampla de pesquisa sobre globalização da agricultura e desigualdades sociais.

O objetivo geral foi investigar a relação entre gênero, agroecologia, alimentação e cuidado e suas repercussões: na nutrição e saúde, no fortalecimento da dimensão da agrobiodiversidade, dietas saudáveis e políticas públicas. Foram selecionados os territórios do Sertão e do Agreste no Nordeste brasileiro e espaços produtivos da produção familiar agropecuária da Patagônia, na Argentina.

As estratégias de investigação utilizadas contribuíram para a compreensão dos alcances, limites e desafios da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, do papel dos programas de inovação tecnológica apropriada ao setor e extensão rural participativa, a partir da base mesma dos territórios, do trabalho das mulheres no campo e das associações coletivas. Os resultados ressaltam o protagonismo das mulheres na produção e gestão de ações para o desenvolvimento em áreas rurais, na agroecologia e promoção de modos de vida sustentáveis, nos diferentes territórios dos países latino-americanos estudados, considerando a heterogeneidade de situações agroecológicas e de sujeitos rurais. Refletem, igualmente, sobre os papéis sociais e econômicos assumidos pelas mulheres para se incluírem cabalmente nas políticas públicas, negócios

agropecuários, os problemas estruturais do trabalho na unidade doméstica de produção, participar na organização da resistência às pressões do grande capital, cuidando da produção e do solo, e, por fim, da biodiversidade, da saúde e da alimentação.

Além do Sertão do São Francisco, as contribuições salientam o território do Agreste de Pernambuco. Esse território é referência das desigualdades que marcam o acesso à terra aos agricultores familiares e foi incluído no estudo pelas suas especificidades na produção de alimentos da dieta básica de feijão, frutas e legumes da sua população. As estratégias de investigação usadas pelos pesquisadores/as argentinos/as contribuíram para uma compreensão dos processos de mudança em área de pequenos produtores familiares, *chacareiros* dos vales irrigados, e de produtores campesinos e indígenas criadores de gado de pequeno porte.

As experiências se situam em territórios de fronteira agrária, territórios em disputa face à pressão e expansão de agroindústrias e atividades extrativistas e novos usos do solo. Os trabalhos aqui apresentados constituem avanços ao conhecimento da dinâmica territorial nessas zonas. Isto é, da dinâmica de concentração econômica do capital financeiro, da expansão territorial da agroindústria frutícola, negócios agropecuários e o conhecimento da persistência das práticas sociais, experiências comunitárias e tecnológicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Nessas regiões se observam a complexidade da agricultura familiar e os novos posicionamentos dos movimentos das mulheres, para compreender processos de resistência, o papel do Estado, do aparelhamento científico-técnico para a compreensão das práticas de provisão de alimentos saudáveis, dos novos papéis das mulheres agricultoras na democratização do acesso e uso dos recursos. Os capítulos apresentados a seguir refletem, essencialmente, os resultados alcançados pelo trabalho de campo, seminários e oficinas de trabalho realizados pelas equipes, nos respectivos territórios, com aproximações possíveis geradas através da transversalidade dos debates, da interdisciplinaridade e condições efetivas de pesquisa, apesar das limitações do tempo e da distância geográfica entre os espaços territoriais.

A perspectiva comparativa e a visão crítica adotadas nas análises tornam evidentes as suas contribuições para ampliar o conhecimento e dar visibilidade aos embates das populações rurais e o seu papel na mobilização dos recursos para atendimento das demandas das comunidades por alimentação saudável e o reconhecimento do trabalho das mulheres. Em especial,

ressaltam o protagonismo das mulheres para resolver os problemas das iniquidades sociais de acesso aos bens comuns e violência de gênero, visando o fortalecimento das práticas agroecológicas e de segurança alimentar, bem como, nesses contextos, o alcance das políticas públicas.

Há uma grande distância entre os que efetivamente trabalham na agricultura e os que consomem o que nela se produz. Essa distância física ou simbólica entre os sujeitos produtores, trabalhadores e consumidores é construída através das fronteiras estabelecidas entre conhecimentos, escolhas e práticas que valorizam e legitimam a produção de alimentos. Entretanto, a exploração dos espaços e territórios incluídos nas bases e rotas das corporações globais é pouco questionada quanto à insegurança alimentar das suas populações originais. Ao enfrentarem as dificuldades de tratar das questões da alimentação para a população em geral e da produção e circulação de alimentos para os chamados países do Norte, os países do Sul enfrentam obstáculos crescentes para atender o que exigem as cadeias agroalimentares globais e prover a segurança e soberania alimentares.

A qualidade requerida dos bens para a exportação contrasta com a frequente desqualificação dos saberes das populações locais. Certamente, o sequestro de espécies e novas formas de exploração da natureza e do trabalho contribuíram para a produção e formatação de mercadorias para o consumo global (GOODY, 1994)¹ mas levou ao esgotamento de recursos para o uso essencial das populações locais. O problema principal enfrentado nos capítulos define-se em torno da contradição entre a qualidade da produção de alimentos exigida por consumidores do Norte global e os desafios enfrentados nos territórios locais, regionais, para produzir e consumir alimentos saudáveis. Nesse sentido, questionam-se os resultados de políticas de desenvolvimento territorial implementadas através de conhecimentos e tecnologias da irrigação em territórios de regiões semiáridas, estendidas a outros Vales, para a produção de frutas exóticas para exportação. Os territórios e os sujeitos envolvidos nesses processos são analisados para compreensão das bases de desigualdades que sustentam os tipos de exploração da terra, água e mão de obra, nas atividades voltadas para o mercado e o consumo das populações locais. Cinco dos 18 capítulos deste livro estão escritos na primeira língua dos seus autores, o idioma espanhol.

1. GOODY, Jack. *The Culture of Flowers*. Cambridge: University Press, 1994.

A organização dos capítulos é feita de modo a sublinhar as dimensões da segurança e insegurança alimentar, as desigualdades inerentes ao modelo de agricultura que prevalece em benefício das grandes corporações e as formas de resistência dos “excluídos” desse modelo, considerando as lutas cotidianas das famílias de agricultores, das mulheres, principalmente. As análises contribuem para entender os modos como esses sujeitos emergem ou são invisibilizados nas políticas das municipalidades, agências de fomento, órgãos estatais de planejamento e nas suas práticas. O pressuposto é de que há uma diversidade de experiências e de lutas dos que laboram a terra, que devem ser compreendidas. Para tanto, indagamos como a segurança alimentar e as dimensões agroecológicas, da agrobiodiversidade e dietas saudáveis são incluídas ou não nas pautas do planejamento das municipalidades, e os seus elos com uma política pública de segurança alimentar.

Os primeiros capítulos discutem as implicações socioambientais das mudanças produzidas pelas políticas públicas e intervenções governamentais para a segurança alimentar e a agricultura em geral, o considerável aumento da produção agrícola nos chamados países do Sul Global, e o fato de que, apesar disto, o problema da fome ali permanece. O aumento do consumo de alimentos, por sua vez, sugerem as análises, não representou melhoria significativa da qualidade nutricional e da condição de saúde da população envolvida; da mesma forma, é preocupante o fato de que as intervenções da chamada agricultura convencional causaram maus usos e degradação dos recursos naturais. As contribuições alertam para a falta de intervenções sensíveis na área da nutrição, políticas ecologicamente sustentáveis, bem como reconhecimento dos saberes e práticas de gestão da diversidade de culturas alimentares das populações locais e, em especial, da participação das mulheres.

Os capítulos seguintes têm como foco análises dos atores e organizações dos territórios do Sertão e Agreste do estado de Pernambuco do Nordeste do Brasil, como também da Patagônia Argentina e outros territórios Sul-americanos, que situam os leitores para a compreensão do papel do Estado e das políticas públicas no favorecimento ao agronegócio, mas em detrimento das necessidades das populações. Em sendo assim, a prevalência desse modelo tende a continuar, embora contestada pelos tênues avanços dos movimentos sociais pela segurança alimentar, reconhecimento da história dos territórios locais e redes de atores que sublinham o protagonismo das mulheres na luta pela terra e pela agroecologia. Os capítulos focalizam as populações locais: camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos, in-

dígenas, quilombolas que, longe de se beneficiarem das grandes políticas, tiveram que organizar a subsistência às margens dos grandes negócios. Em todos os sentidos, sem-terra, sem água, sem assistência técnica e segurança social reinventam-se e se fortalecem, oportunamente, por políticas alternativas de desenvolvimento rural. Os enfrentamentos da precária situação de existência, nos casos estudados, revelam-se, através dos movimentos sociais, a valorização da agroecologia e o protagonismo das mulheres nas lutas pelo reconhecimento do seu lugar na produção e reprodução social. Destacam-se aquelas da participação e liderança nos movimentos sindicais e feministas em favor da sua capacitação na gestão dos recursos naturais, por maior poder de decisão na família e nas práticas agrícolas e de gestão ambiental. O livro está organizado de modo a salientar questões sobre os desafios da agricultura familiar, da reprodução de comunidades e territórios locais, e interfaces entre o poder das cadeias globais, a segurança alimentar e o protagonismo das mulheres.

No primeiro capítulo, intitulado *Planeta, sociedades e humanidade em falência: um olhar à luz da comida e do comer*, Nathalia Souza, Eduarda Cesse e Annick Fontbonne discutem o lugar da alimentação e as desigualdades que se expressam na comida e no comer. Segundo as autoras, essas poderosas categorias de análise também guardam consigo, ainda que implicitamente, explicações legítimas para as falhas nas atuais estruturas de poder e dominação, fragilização das relações sociais, individualização das escolhas e intensificação das desigualdades. As autoras contextualizam e atualizam o debate para entender o problema das desigualdades, com olhares focados em momentos de crise ou de acentuação de crises que expõem as iniquidades que marcam o campo da alimentação. Diante de um contexto de pandemia, como a covid-19, as autoras debatem sobre a intensificação das injustiças sociais e da violação de direitos fundamentais, como o acesso ao alimento seguro e de qualidade. Segundo propõem, metodologicamente, a situação de crise é um momento fecundo para aprofundar a discussão acerca da comida, enquanto elemento político-cultural, e das diversas formas de má nutrição, enquanto produtos da desigualdade social. Ademais, o capítulo oferece uma estimulante reflexão sobre os impactos sociais, econômicos, ambientais e na saúde, causados pela apropriação da comida e do comer pelo mercado financeiro. O artigo está estruturado com base em duas inquietações principais: 1) por que o sistema alimentar predominante, em escala planetária e altamente industrializado, não consegue superar o histórico cenário de fome e ainda tem gerado outros desafios para a saúde pública mundial?; 2) quais os caminhos

para concretização do direito humano à alimentação adequada, em direção a uma “Normalidade Nova” e uma “Era de um *Sapiens* mais Humano e Social”, que coloca a vida e a dignidade humana na base das mudanças? Essas instigantes questões dão ao texto uma atualidade e relevância sobre o poder das grandes corporações agroalimentares e a insegurança alimentar, às quais resistem as populações afetadas.

O capítulo seguinte de Ludovic Aubin e Salette Cavalcanti propõe-se a entender o caráter das desigualdades que se apresentam na Agricultura desde as suas hipotéticas origens até o período atual chamado, por alguns autores, de *Antropoceno*. A análise da ruptura profunda entre a agricultura convencional ou moderna e os primórdios da agricultura visa identificar o lugar e os desafios da agroecologia para alimentar uma população mundial cada vez maior, usando os recursos e ecossistemas cada vez mais enfraquecidos. Para esclarecer essas questões, são feitas algumas incursões no campo do sagrado que parecem organizar a agricultura e as formas de distribuição nas suas origens, enquanto há uma dessacralização, nas suas distintas fases, em direção à modernidade. Esse capítulo parte de uma série de perguntas vinculadas entre si: quais as diferenças fundamentais entre as formas agrícolas tradicionais e as agriculturas convencionais, químicas, produtivistas em relação à terra, à colheita e ao tempo, por exemplo? Como situar a agricultura convencional dentro da discussão sobre a nova era geológica na qual teríamos entrado, o Antropoceno? Enfim, o que a agroecologia representa nesse novo contexto? Enquanto nas sociedades tradicionais a relação com a terra e com a alimentação tinha um caráter sagrado, nas sociedades modernas essa relação encontra-se tomada num processo global e profundo de *dessacralização*. A relação sagrada com a terra e os seus frutos envolvia a existência de *limites* que restringiam e organizavam o poder do agir humano sobre o mundo. Na modernidade, o que guia a ação humana é baseado na racionalidade instrumental e na superação de limites físicos e simbólicos. Passados esses limites, a “Razão” produz o contrário do que supostamente deveria gerar. Ao invés de aumentar a produtividade, em prol de um aumento do bem-estar geral (saúde integral dos solos e da população), essa gera contraprodutividade estrutural e perda de significado, sinais de uma situação de saturação global, física e simbólica. Esse formidável contraste entre as agriculturas primitivas e a agricultura convencional, produtivista, é analisado quanto às suas implicações sociais, econômicas e culturais. Já a agroecologia, essa não representa necessariamente um resgate do sagrado antigo, como também vai além do sonho de controle absoluto

da natureza. Representaria uma terceira via, uma reconciliação sociedade/natureza/ agricultura? questiona o capítulo.

No capítulo seguinte, Gloria Patricia Zuluaga Sánchez explora os vínculos entre gênero e sistemas agroalimentares no contexto da globalização. A autora delinea alguns pontos para compreender como o ajuste estrutural imposto pelas tramas da globalização interfere na produção e consumo de alimentos, mas, principalmente, no aprofundamento das desigualdades de gênero. Em torno dos alimentos, assegura a autora, há uma trama complexa de relações entre produzir, disponibilizar, distribuir e ter acesso, que torna visível a centralidade do setor agroalimentar em nossas vidas. A singularidade desse sistema é enfrentada pela autora por meio da análise das principais premissas da literatura acadêmica feminista ao focalizar o espaço no qual as mulheres assumem a responsabilidade com o cuidado da família – no qual a alimentação é central e requer delas grande esforço físico e emocional para prover e gerir, apesar do escasso acesso a bens materiais e simbólicos. Para responder a essas demandas, sugere a autora, as mulheres têm participado de forma ativa em projetos alternativos aos modelos convencionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, o que tem sido reconhecido como uma “ética feminina do cuidado”, ressalta o capítulo. Segundo sublinha a autora, há evidências de que, em alguns países, as mulheres conseguem oferecer mais de 60% dos alimentos consumidos nas áreas rurais, realizando tarefas agrícolas e domésticas, trabalhos essenciais para organizar a produção agrícola, preparar e distribuir os alimentos para suas famílias e comunidades locais, mas que estão, aparentemente, situadas fora da esfera das relações econômicas e de poder. Zuluaga enfatiza a importância de compreender de que maneira os processos e políticas globais interferem na organização dos espaços e práticas cotidianas na terra, hortas, quintais e cozinhas. O capítulo oferece contribuições teóricas e metodológicas para responder aos questionamentos feitos.

Em *Um território em transformação: biodiversidade, culturas alimentares e conhecimentos nativos na região do Parque Nacional do Catimbau*, Céline Spinelli propõe uma análise instigante sobre o Parque Nacional do Catimbau, ao evidenciar, com riqueza empírica, a biodiversidade, culturas alimentares e conhecimentos nativos desse território, apreendidos a partir de um estudo de caso. A análise atende ao objetivo de delinear os limites e oportunidades para o desenvolvimento dos territórios e dos seus significados para as populações locais, sublinhando aspectos da biodiversidade e conhecimentos nativos. Sugere a autora que “a interação de populações humanas

com as biodiversidades nativas originou saberes tradicionais associados à vivência e à experiência social em diferentes territórios. Essa familiaridade com a flora se imprime em conhecimentos empíricos sobre as qualidades das plantas, as diferentes possibilidades de usufruto alimentar ou medicinal das mesmas e as formas de extração adequadas para a preservação das espécies naturais.” Ao destacar a importância desses conhecimentos situados geograficamente, a autora chama a atenção para a existência de um efetivo *patrimônio imaterial* a ser mobilizado e compreendido como um poderoso recurso a ser apropriado, em especial, poderíamos afirmar, em situações críticas de implementação de novos projetos de desenvolvimento regional, já em proposta para a região do Parque Nacional do Catimbau, no Agreste do Pernambuco.

No capítulo sobre o *Novo modo de acumulação, marginalização de pequenos produtores e mudança no padrão de emprego no setor exportador de uvas*, Cláudia Cerda traz ao debate um estudo realizado no Valle de Elqui/Limarí do Chile, entre os anos 2017 e 2019, em que explora a emergência de um novo processo de expansão capitalista no setor agroexportador de uvas caracterizado pela mercantilização do conhecimento e a privatização das plantas. Nesse contexto, a biotecnologia e a regulação da propriedade privada têm desempenhado um papel fundamental na instalação de um novo modo de acumulação baseado no pagamento de patentes do material genético desenvolvido. Conforme as estratégias de investigação usadas, evidencia-se a colonização de novas áreas da natureza para as quais se expande a lógica da propriedade privada, evidenciando o início do “fim das variedades públicas ou livres” no campo agroexportador, conforme analisado. A autora demonstra que esse novo modo de acumulação foi acompanhado por uma mudança no padrão de emprego em decorrência do influxo maciço de migrantes estrangeiros para o setor agroexportador. O capítulo examina o surgimento de um novo processo de precarização, por conta do tipo de migração que difere de processos anteriores na vitivinicultura, e que se caracteriza pela incorporação de um novo grupo de migrantes estrangeiros mais expostos, do que a população local, à violação de seus direitos trabalhistas, conforme demonstra.

Em *A heterogeneidade dos sistemas alimentares locais (sal) na região da Patagonia Norte*, Norma Andrade, analisa a diversidade dos sistemas locais de alimentos e focaliza a existência de redes sócio-produtivas nas áreas rurais, as quais põem em destaque os diferentes espaços, dinâmicas sociais e modalidades de organização da agricultura em zonas de irrigação, vales, cha-

padas e margens de rios. Trata das experiências de produção familiar iniciadas na década de 1990 com a modalidade de autoabastecimento e que se acentuaram a partir da crise política social sofrida pela Argentina em 2001. O capítulo examina os bons resultados obtidos pelos agricultores familiares com base nessas experiências que conduziram à melhoria dos padrões de comercialização e distribuição dos produtos e à configuração de circuitos curtos de comercialização de alimentos. O texto se concentra em descrever e analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, práticas coletivas e formas de organização social e comunitária em duas organizações da região que se dedicam à produção de alimentos para mercados locais, as feiras. Naquela região, essas feiras têm a singularidade de serem promovidas e sustentadas pelo trabalho feminino, cujos resultados contribuem para o cuidado da família, a extensão de laços de confiança e fortalecimento da solidariedade com os membros de outras famílias do território.

Em *Trajetória e liderança de uma produtora “criancera” de animais caprinos e ovinos*, Mónica Bendini e Graciela Preda apresentam análises sobre mudanças recentes nas áreas rurais de extensas pastagens no norte da Patagônia. Segundo analisam, algumas características surgiram na última década que estariam mostrando um novo perfil de famílias rurais e uma nova liderança nos grupos sociais de mulheres e homens jovens e adultos. Nessa zona predominam as famílias camponesas, que criam principalmente gado caprino e ovino com manejo *transumante* com forte apego à terra e orgulho de sua atividade. O texto enfoca os novos papéis sociais e econômicos assumidos pelas mulheres produtoras de animais no enfrentamento dos problemas estruturais da unidade de produção doméstica e ao encontrar formas de sobrevivência para suas famílias. Para isso, combinam conhecimentos tradicionais e inovações com suporte técnico e assumem uma participação mais ativa no trabalho e nos grupos sociais. A partir da história de vida e trabalho de Yolanda, usada como parte da abordagem metodológica, as autoras encontram meios para tornar visíveis esses processos em um tempo e espaço biográfico em um contexto social mais amplo. No capítulo, nota-se que a infância e iniciação no trabalho rural são abordados por essa *criancera* como o suporte à produção, à formação da própria família de criadores, à inserção na vida pública e sua participação ativa nas organizações comunitárias e setoriais. Depreende-se, da sua trajetória, uma forte organização interna do trabalho na unidade de produção camponesa e uma trajetória política ativa que a posicionam como referência organizacional e ainda mais como liderança local espontânea. Essas *criance-*

ras promovem com o seu trabalho componentes da identidade cultural como parte da sua dignidade. Finalmente o capítulo destaca que suas novas posições estariam sinalizando mudanças na caracterização de uma ruralidade impregnada de práticas tradicionais renovadas e de filiação à comunidade. Isso é o que sobressai da riqueza dos recursos analíticos usados pelas autoras.

Em *Feminismo como reflexividade territorial para a interculturalidade*, Carla Franquelli nos oferece um capítulo rico em evidências etnográficas sobre processos que confluíram para a existência de conflitos entre as bases da subsistência de populações indígenas e da economia, segundo o modelo de desenvolvimento no município de Añelo, na Patagônia. Essa região, identificada com os “recursos naturais” promotores de atividades econômicas de sucesso, passou da produção frutícola e pecuária para a exploração de gás e, nos últimos 20 anos, para o turismo. Nessa região, atualmente, os conflitos se expressam na luta pelo território, uma vez que cada expansão das atividades econômicas promove mudanças nas relações sociais, políticas e territoriais. Esse conflito, segundo analisa Franquelli, desdobra-se entre “sujeitos”, “territórios” e “comunidades”, conforme configurações históricas, havendo em todos eles dois sistemas concatenados de opressão: o capitalismo e o patriarcado. É a partir dessa convergência histórica que são analisadas a “resistência” e a construção dos sujeitos políticos. A autonomia pela qual o Povo Mapuche luta não se refere à separação do Estado nacional, mas à possibilidade de sustentar sua qualidade de vida, que consiste no desenvolvimento da vida em relação a outras vidas, no que dão sentido à expressão usada pelas mulheres: *porque a natureza é vida para nós*. As atividades econômicas das mulheres de Añelo promovem a busca pela preservação da vida e da terra, e as distanciam de outros empreendimentos, sem acesso a propriedade, créditos, investimentos ou diversificação produtiva. O capítulo propõe aportes teóricos para compreender as concepções que fundamentam a economia, entendida como forma racional de realização das atividades humanas, e quais dela são subtraídas. E, por fim, os conflitos.

Em *Quando chove no sertão...* Agricultura familiar e agronegócio no Vale do São Francisco, Camilla de Almeida Silva e Guilherme José Mota Silva trazem ao debate desenvolvimentos recentes que ocorrem em uma área de exportação de frutas. O objetivo do capítulo é discutir a relação entre as dinâmicas produtivas e de trabalho na agricultura familiar e no agronegócio no Vale do São Francisco. Apoiados na literatura, analisam o processo sócio-histórico que possibilitou a constituição dessa região como maior exportadora de frutas do Brasil; processo esse que viabilizou a consolidação

do agronegócio como dinâmica produtiva predominante em detrimento da produção agrícola familiar. Metodologicamente, a pesquisa leva em consideração dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Trabalho e Emprego do Ministério da Economia; um trabalho de pesquisa de campo, realizado ao longo dos últimos anos. Os resultados obtidos demonstram como as estratégias e processos de intervenção estatal contribuíram para a consolidação da agricultura irrigada de moldes empresariais, às expensas da falta de apoio para a agricultura familiar, o que provocou consequências perversas para os trabalhadores, o mercado de trabalho e processos de geração de renda na região, expressas pela persistente precarização da mão de obra.

Em *Cooperativas entre mercados e alimentos de qualidade*: a dinâmica das cooperativas frutícolas do Vale do São Francisco, Maria Luíza Lins e Silva Pires examina o lugar do cooperativismo na organização da distribuição de alimentos naquela região. Identificado como uma forma de organização dos produtores, o cooperativismo agrícola concorre para a animação dos negócios do mundo rural, com um estilo de governança baseado na solidariedade e lógicas de mercado. Esse capítulo analisa as tensões vividas e as estratégias organizacionais e produtivas operadas pelas cooperativas frutícolas do Vale do São Francisco para a comercialização nos mercados globais de frutas. Baseado em pesquisas e entrevistas com pessoal administrativo e técnico dessas cooperativas, o capítulo demonstra que gerenciar situações de crise e de oportunidades requer mudanças de rumo nos empreendimentos coletivos para a continuidade dos negócios num ambiente de forte competitividade. As estratégias usadas para lidar com as crises concorreram para o otimismo que se manteve até mesmo no momento peculiar da pandemia da covid-19, que, apesar de ter exigido medidas de prevenções sanitárias sobre a rotina de produção e de comercialização das uvas, aparentemente não repercutiu negativamente no rumo dos negócios, conforme sugere o capítulo.

Em *Circuitos de comercialização de alimentos de hortas urbanas e periurbanas*, Isabela Oliveira Leite et.al., resgatam experiências de produção de alimentos em áreas urbanas na periferia da cidade de Petrolina. Segundo analisam, as hortas têm-se apresentado como uma importante iniciativa sustentável de produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda para populações vulneráveis, especialmente para as mulheres. O capítulo parte do pressuposto de que os processos de produção e distribuição de alimentos em *circuitos curtos de comercialização*

constituem-se em uma das principais potencialidades da prática da agricultura urbana e periurbana, prática essa capaz de promover a reconexão entre consumidores(as) e produtores(as) de alimentos. A análise leva em consideração duas iniciativas em agricultura urbana e periurbana comunitárias, considerando o protagonismo das mulheres no desenvolvimento dessas experiências. As evidências foram coletadas e sistematizadas em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), realizadas análises espaciais para identificar as relações espaciais entre os agricultores, local de trabalho e os circuitos de comercialização de seus produtos; foram sistematizadas informações de ocupação e uso da terra nas duas hortas. Entre os resultados destacam-se o predomínio das mulheres entre os envolvidos nessas iniciativas e a grande diversidade de alimentos produzidos, especialmente as folhosas e plantas medicinais. Para a distribuição da produção, predominam os circuitos curtos de comercialização com destaque para a venda direta aos(as) consumidores(as) na própria horta, em feiras e por entrega em domicílio, bem como a entrega direta em supermercados e restaurantes da cidade. Dessas iniciativas, ressaltam-se o protagonismo feminino e a segurança alimentar.

Em *Mulheres construindo sistemas alimentares agroecológicos*, Horasa Andrade, Luciano Andrade e Luciana Moser apresentam resultados de pesquisas e experiências em realização no Agreste de Pernambuco, de acordo com as quais relatam a construção de sistemas alimentares a partir de histórias e realidades locais. Segundo, sugerem que esses sistemas são construídos por mulheres, ao longo dos anos, mas há pouco conhecimento sobre o trabalho que realizam, porque as mulheres são em geral invisibilizadas em suas atividades e processos produtivos. Entretanto, é na construção de um campo de trabalho, que envolve a produção de alimentos e a reprodução da vida, que as mulheres vão se destacando como realizadoras de um projeto de produção, poder e controle sobre a alimentação. Conforme analisam o autor e autoras, as mulheres descobrem os meios para responder à sua utopia de um mundo melhor, feita também a partir de suas mãos e que o mundo pode ser reconstruído com suas ações e a (re)criação de novas histórias. Com essa percepção, transformam realidades, resgatam tradições, culturas e vivências camponesas. Assim, o capítulo sublinha como as mulheres no Agreste de Pernambuco vêm ressignificando suas trajetórias no meio rural, construindo sistemas alimentares agroecológicos com lógicas da economia solidária e de mercados sociais e inclusivos.

Em *Produção agrícola familiar, território e mobilidades no Agreste setentrional de Pernambuco*, Berlano Andrade reflete sobre o papel da produção agrícola realizada por unidades familiares em espaços comumente referidos como rurais em um contexto de transformações nas relações de trabalho, decorrentes dos processos de mobilidade, tanto social como espacial, numa área do Agreste setentrional de Pernambuco. O capítulo se baseia em registro etnográfico tendo, como casos estudados, trabalhadores residentes em algumas *comunidades* no município de Surubim. Historicamente, essa localidade esteve associada à sua vocação agrícola. Embora comum a todo o Agreste, a pequena propriedade e a policultura se fazem presentes no município. E da mesma forma que a mesorregião na qual está inserida, a agricultura de base familiar em Surubim foi pressionada pelo tamanho dos minifúndios, o avanço da bovinocultura, o crescimento populacional – gerando excedente de mão de obra, expansão de áreas urbanas, que levaram ao êxodo da população rural e à constituição de diferentes fluxos migratórios. Esses processos amplos de movimentos de população e mobilidades dos sujeitos revelam as possibilidades e obstáculos encontrados pelos agricultores analisados para garantir, na passagem por outros lugares, uma forma de manter o vínculo com o lugar de origem.

Em *Globalização, qualidades e riscos agroalimentares: os desafios das famílias camponesas para a valorização dos produtos artesanais*, Inã Cândido de Medeiro propõe, com base em contribuições teórico-metodológicas dos estudos sociológicos relacionados ao mundo rural, do trabalho e do mercado, analisar os processos socioeconômicos que contribuem para a globalização dos alimentos e as formas de resistência de agricultores familiares para a valorização dos seus produtos. O capítulo traz à discussão as lutas das famílias produtoras contra as imposições do sistema agroalimentar, que passam pela busca do fortalecimento da própria agricultura familiar com vistas à permanência no campo. O capítulo visa compreender como esses diferentes atores rurais presentes em diversos territórios pernambucanos buscam conquistar maior autonomia contra as relações agressivas de exploração e subordinação impostas que, por sua vez, proporcionam entraves para a valorização de seus produtos artesanais. Segundo analisadas, as formas de resistência são múltiplas e estão interligadas, perpassando diversas dimensões que envolvem os campos, currais, estábulos, criação de animais, seleção de sementes, a irrigação e insumos do trabalho. No desenrolar do capítulo, demonstra-se que, além dessas, as estratégias buscando a cooperação de setores do Estado, acesso a mercados alternativos, aproximação da produção-consumo e a mo-

bilização ampla de movimentos sociais, podem contribuir (ou não) para fortalecer a agricultura familiar e valorizar os alimentos artesanais. O capítulo é ilustrado com a apresentação do caso das produtoras e produtores de queijo da Bacia Leiteira de Pernambuco para lidarem com as regulações sanitárias.

O capítulo *A ação coletiva das mulheres rurais no Agreste e no Sertão de Pernambuco: diálogos entrelaçados sobre saberes e temas da pesquisa de Lúcia Silva et. al.*, traz ao debate resultados dos trabalhos em colaboração realizados para definir os contornos e a realização da pesquisa, enfatizando o tema da segurança alimentar, o protagonismo das mulheres, a força da ação coletiva, os seus resultados em favor da agroecologia. Reúne a contribuição de várias mulheres agricultoras, lideranças de movimentos rurais, professoras, estudantes de graduação e de pós-graduação, e uma assistente de apoio técnico que participaram das atividades de pesquisa. Para introduzir a temática, oferecem os subsídios para melhor compreender a formação histórica dos movimentos sociais de mulheres em Pernambuco, de modo a indicar uma capacidade ímpar das mulheres para se auto-organizar, reivindicar, interpelar os movimentos sociais. Focaliza duas realidades em regiões distintas do Estado de Pernambuco, o Agreste Meridional e o Sertão do Vale do São Francisco; as lutas, os desafios, as dificuldades, os seus projetos e sonhos. Das lutas compartilhadas, depreendem-se o companheirismo, forjado na adversidade, e a confiança estabelecida entre elas, conforme discutidos no capítulo. Esse exercício de trabalho a várias mãos demonstra a riqueza das contribuições do intercâmbio na produção do conhecimento. Os diálogos revelam a profusão e a diversidade de lutas enfrentadas pelas mulheres nos seus cotidianos e sublinham, através do exercício reflexivo, as possibilidades para a ação construtiva de instâncias de valorização do desempenho das mulheres em várias frentes, segundo demonstra esse capítulo.

O capítulo de Aubin *et al.* discute os vários aspectos da apropriação e dos maus usos dos comuns nos territórios do Agreste Meridional e Sertão do São Francisco (Estado de Pernambuco, Brasil). Os autores procuram situar esses fenômenos numa perspectiva mais ampla, própria à história do capitalismo, a exemplo dos fenômenos ligados aos atos da lei de cercamento de campos, *enclosures* na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII e que anunciou os primórdios da Revolução Industrial. Esse exemplo é paradigmático dos paradoxos e contradições que vão se repetindo sob diversas formas em escala global: o aumento repentino da produção logo depois da apropriação dos comuns e, logo em seguida, a perda gradativa da produtividade, o aumento da exclusão social e da miséria. Conforme analisam, ao cruzar os territórios áridos ou semiáridos do Agreste ou do Sertão, passando pelos campos do

monocultivo de cana-de-açúcar na Zona da Mata e da fruticultura para exportação, os pesquisadores têm a dimensão das desigualdades que marcam o acesso à terra no Nordeste. Impressionam-se com a vastidão de terras dedicadas ao agronegócio e o diminuto tamanho dos sítios agroecológicos construídos pelos que lutam para ter uma terra para plantar. Nos lotes da agricultura familiar e nos assentamentos rurais, segundo a experiência da pesquisa realizada, tem-se a impressão de chegar a um oásis no meio do deserto. Para compreender esse quadro, algumas questões são formuladas: Quais são os comuns que restam para as populações locais quando esses são ameaçados pelo modelo dominante? O que pode ser salvo, preservado, garantido? Quem são os(as) protagonistas dessa resistência silenciosa (e muitas vezes pouco visibilizada), espalhada em dezenas de sítios, comunidades, pelos territórios estudados? A resistência efetiva-se, principalmente, através de movimentos sociais amplos contra empreendimentos privados, oligopólios ou cartéis industriais cujo objetivo é a dominação global do mercado de sementes, padronização dos alimentos e embalagens para facilitar seu acondicionamento e distribuição através das cadeias globais. Além disso, outras formas de resistência a esse modelo de dominação (associado ao machismo cultural herdado e transmitido entre as gerações) acontecem dentro e a partir das comunidades e dos sítios. É nesse contexto que as ações das populações estudadas e os resultados das nossas pesquisas se inserem: um planeta e uma humanidade cada vez mais interligados e, ao mesmo tempo, fragmentados, formando conjuntos híbridos, enfrentando desafios e crises, buscando respostas pertinentes e inovadoras para manter vivos e acessíveis os comuns, bases de uma vida digna. Nesses espaços intersticiais, observam-se exemplos de multirresistência das comunidades, dos atores territoriais, das mulheres, cada vez mais organizadas em prol da vida, da família e da preservação dos comuns. Essa solidariedade, feita de mil fios tecidos com paciência entre elas e seus ambientes de vida e de luta contra lógicas biocidas, é um sinal de esperança.

Em *As mulheres e as transformações agroalimentares*, são trazidas ao debate algumas questões sobre dominação, participação e poder das mulheres nos sistemas agroalimentares. Baseado nos capítulos anteriores, que salientam o desconhecimento e invisibilização das mulheres na agricultura, os/as autores/as partem da premissa de que as mulheres enfrentam, pelo trabalho e organização coletiva, as desigualdades de acesso à terra e o desigual acesso a outros recursos necessários à reprodução de seus grupos familiares. Nesse capítulo, Andrea Butto *et al.* abordam as relações de gênero na produção e

no consumo de alimentos e suas conexões com a agroecologia a partir dos resultados da pesquisa “Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável”. A análise recai sobre a gestão da agrobiodiversidade, identificando os obstáculos e as restrições ecológicas às atividades desenvolvidas pelas mulheres, os seus conhecimentos, práticas agrícolas e suas conexões com a alimentação dos grupos estudados. Destacam-se a divisão sexual do trabalho nas propriedades individuais, nos espaços de uso coletivo para a produção, na localização dos plantios e da criação de animais nas propriedades, a existência de espaços conjuntos e/ou separados de produção e as formas de delimitação desses espaços. O capítulo analisa o trabalho doméstico e de cuidados, especialmente nas transformações na agricultura e na alimentação. Observam-se os núcleos familiares e o sistema/dieta alimentar que foram estudados com foco em aspectos da nutrição: a diversidade da alimentação, o fluxo de alimentos dentro das unidades de agricultura familiar e as restrições sociais e econômicas às atividades das mulheres. Enumeram-se as estratégias utilizadas pelas mulheres para controlar os bens e definir sua carga de trabalho na família e, a partir delas, as mudanças nos hábitos alimentares e no trabalho produtivo e reprodutivo, atentando às diferentes configurações na tomada de decisão. Por fim, analisam-se as estratégias de resistência às pressões do mercado sobre a produção e o consumo de alimentos, e examinam-se as alternativas a partir da agroecologia e do feminismo que emergem como bases do plano de luta das mulheres. O mesmo empenho e ativismo reverberam nos movimentos sociais quando se trata de protestar contra a apropriação privada de algum bem comum: águas, florestas, bacias hidrográficas, ou pela preservação dos direitos de uso das sementes tradicionais por organizações camponesas.

Ressaltamos que o protagonismo das mulheres é decisivo, conforme evidenciado nos capítulos deste livro, não obstante os obstáculos e enfrentamentos contínuos contra os poderes das corporações globais, em favor da segurança alimentar, das práticas agroecológicas de produção, gestão dos bens comuns e distribuição equitativa dos alimentos nos quais se envolvem os que fazem, amplamente, a agricultura familiar. Esses aspectos das lutas contra a exploração e as desigualdades, evidenciados na diversidade de casos analisados, expõem os desafios e as formas de resistência que se dão nos campos da globalização dos sistemas agroalimentares, da segurança alimentar, da gestão da agrobiodiversidade e do trabalho: salientados na persistente agenda do feminismo e da agroecologia.

Os capítulos apresentados neste livro analisam as desigualdades, os desafios e as formas de resistência demonstrados nos campos da globalização dos sistemas agroalimentares, da segurança alimentar e da biodiversidade, evidenciados, numa perspectiva interdisciplinar, por casos de áreas rurais latino-americanas, teórica e metodologicamente explorados. Nos capítulos apresentados neste livro, evidencia-se o protagonismo das mulheres no enfrentamento dos obstáculos contínuos contra os poderes das corporações globais e em benefício da segurança alimentar e das práticas agroecológicas de produção. A agenda do feminismo e da agroecologia prioriza o enfrentamento dessas questões, visando a equidade no acesso aos bens comuns e a segurança alimentar, conforme tratados nas contribuições apresentadas nas páginas seguintes.

PLANETA, SOCIEDADES E HUMANIDADE EM FALÊNCIA: UM OLHAR À LUZ DA COMIDA E DO COMER

NATHÁLIA PAULA DE SOUZA
EDUARDA ÂNGELA PESSOA CESTE
ANNICK FONTBONNE

Il ne suffit pas qu'un aliment soit bon à manger, encore faut-il qu'il soit bon à penser.
Não basta um alimento ser bom de comer, tem que ser bom de pensar.
Claude Lévi-Strauss

Introdução

A comida e o comer, assim como toda cadeia de processos e rituais que permeiam esses elementos, podem ser lentes importantes para ampliar a compreensão dos modos e condições de vida de uma dada população. Essas poderosas categorias de análise também guardam consigo, ainda que implicitamente, explicações legítimas para as falhas nas atuais estruturas de poder e dominação, fragilização das relações sociais, individualização das escolhas e intensificação das desigualdades.

Diante de um contexto de pandemia, como a covid-19, assistimos à intensificação das injustiças sociais e da violação de direitos fundamentais, como o acesso ao alimento seguro e de qualidade. Ousamos dizer que este pode ser um momento fecundo para aprofundar a discussão acerca da comida, enquanto elemento político-cultural, e das diversas formas de má nutrição, enquanto produtos da desigualdade social, além de refletir sobre os impactos sociais, econômicos, ambientais e na saúde causados pela apropriação da comida e do comer pelo mercado financeiro. Assim surge o presente texto, impulsionado por duas inquietações principais: 1) por que o sistema alimentar predominante, em escala planetária e altamente industrializado, não consegue superar o histórico cenário de fome e ainda tem gerado outros desafios para a saúde pública mundial? 2) quais os caminhos para a concretização do direito humano à alimentação adequada, em direção a uma “Normalidade Nova” e uma “Era de um *Sapiens* mais Humano e Social”, que coloca a vida e a dignidade humana na base das mudanças?

Sistema alimentar hegemônico: um indicativo de ruptura identitária e de falência nas estruturas sociais

Harari (2018) faz um relato eletrizante sobre o salto apressado do *Homo sapiens* na cadeia alimentar, passando rapidamente de primatas insignificantes para senhores do mundo. O medo e ansiedade quanto a sua posição torna essa espécie cruel e capaz de gerar catástrofes ecológicas, calamidades históricas e guerras mortais. Segundo o autor, as revoluções cognitiva e agrícola iniciaram há 70 mil e 12 mil anos, respectivamente, enquanto a revolução científica começou há apenas 500 anos, mas pode acelerar o fim de uma história e gerar algo completamente diferente.

Para alguns pesquisadores, a maior ameaça à saúde e sobrevivência do homem e do planeta, no século XXI, é a sindemia de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas (SWINBURN *et al.*, 2019). Um importante ponto de convergência desses fenômenos, aparentemente isolados e paradoxais, é o sistema agroalimentar, ou seja, a dimensão política da comida, incluindo seus processos de produção e transformação.

O sistema alimentar moderno é marcado, e, ao mesmo tempo, resultado, entre outros aspectos, de uma industrialização excessiva da agricultura e uma industrialização excessiva do alimento. Numa ponta, a monocultura, concentração de terra, uso indiscriminado de defensivos agrícolas, esgotamento de recursos naturais, exploração do trabalho, além de injustiças sociais do campo à mesa. Na outra ponta, a mudança na finalidade da produção de alimentos, tendo como elemento central a maximização do lucro. Dessa forma, esse sistema se distancia cada vez mais da justificativa que o originou, ou seja, produzir alimentos para saciar a fome da população mundial.

Grandes corporações financeiras têm se apropriado de terras férteis do Sul global, expulsando os agricultores, se aproveitando das legislações ambientais e trabalhistas mais flexíveis, desmatando florestas, poluindo solos e águas, beneficiando-se das precárias condições de trabalho, comprometendo a capacidade de autoabastecimento e a sobrevivência de povos e comunidades tradicionais, além de sufocar a soberania alimentar e comprometer a biodiversidade do planeta. O Brasil possui 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades com mais de mil hectares, o que equivale a menos de 1% dos imóveis rurais, colocando-se na quinta posição no ranking de desigualdade no acesso à terra (SANTOS; GLASS, 2018). Ademais, o processo de ocupação e uso da terra vem paulatinamente se integrando às cadeias globais de valor, por vezes se associando ao capital transnacional (SANTARELLI *et al.*, 2019).

Em reunião Regional da América Latina e Caribe, o pesquisador Zakri Abdul Hamid, presidente da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), alertou quanto ao desaparecimento de 75% da diversidade genética das variedades agrícolas do planeta, apenas no século passado. Ao mesmo tempo, quatro cultivos se tornaram as principais matérias-primas agrícolas da indústria de alimento – milho, soja, trigo e arroz –, comercializadas globalmente como *commodities* (ESTEVE, 2017; SANTARELLI *et al.*, 2019), fortalecendo a monocultura da produção e dos hábitos. Desde 2017, aquisições bilionárias foram feitas por meio da fusão de grandes corporações, originando três impérios agroindustriais globais (Monsanto+Bayer, DuPont+Dow Chemical, ChemChina+Syngenta), que dominam atualmente mais de 60% do mercado de sementes e agrotóxicos (SANTOS; GLASS, 2018).

Segundo relatório sobre a situação de segurança alimentar e nutricional no mundo (FAO, 2020), apenas cinco países – China, República Popular Democrática da Coreia, Japão, Federação Russa e Arábia Saudita – são responsáveis por cerca de 40% de todas as importações globais de alimentos. Ademais, sete países – Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Nova Zelândia, Tailândia e Estados Unidos da América – são responsáveis por cerca de 55% do total de exportações de alimentos. Além do controle por um número reduzido de países, a importação, exportação e logística de processamento e distribuição desses produtos também estão concentradas em um quantitativo ainda mais reduzido de empresas: a ADM, a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus Company (SANTOS; GLASS, 2018). Os produtos desse sistema são “alimentos viajantes”, termo utilizado por Esteve (2017) em seu livro *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?*. Eles podem viajar milhares de quilômetros e serem consumidos em locais muito distantes da área de produção, gerando aproximadamente 5 milhões de toneladas de CO² por ano.

Ademais, as novas demandas geradas pelo modo de vida urbanizado, em meio ao aumento da expectativa de vida e melhora relativa na qualidade de vida, junto com as novas condições de tempo, recursos financeiros e trabalho, resultam em transformações na comida e no comer. No mundo do efêmero, do descartável e da pressa (BAUMAN, 2007), a falta de tempo interfere nas várias atividades e no cotidiano das pessoas. Há também uma excessiva exposição à propaganda e publicidade, que passam a incentivar o consumo e influenciar as escolhas, sejam elas alimentares ou não. Essas rápidas mudanças também impactam nas relações de comensalidade e na

identidade alimentar (LIMA; NETO; FARIAS, 2016), com tendência à homogeneização do consumo em uma sociedade massificada, de acordo com Arnaiz (2005), ou hiper-homogênea, como diria Fishler (1979).

As transformações descritas anteriormente sustentaram a produção industrial de alimentos que Monteiro *et al.* (2019) classificam como “ultraprocessados”. Tais “alimentos” são submetidos a processos de fabricação e formados por ingredientes altamente lucrativos (de baixo custo e alta durabilidade), convenientes (prontos para consumir) e hiper-palatáveis (com excesso de gordura, açúcar, sal e outros compostos, com potencial para gerar explosão de sabor). Além disso, o processo implica em perda importante da matriz alimentar, sem contar a perda de identidade, outrora destacada por Fishler (1995): *o alimento moderno já não tem identidade, pois não é identificável.*

Entre 60 a 70% dos alimentos presentes na feira de uma família brasileira são produzidos pela Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola (SANTOS; GLASS, 2018). O Pão de açúcar, Carrefour e Walmart concentram a distribuição e apresentam o maior faturamento neste quesito (ESTEVE, 2017). Além disso, o Brasil também possui alguns monopólios alimentares em seu território: a Brasil Foods, JBS e Marfrig são líderes mundiais no setor de carnes e a 3G Capital controla algumas das maiores corporações de alimentos e bebidas do mundo (Ambev, Unilever, Heinz, Kraft Foods e Burger King, dentre outras) (SANTOS; GLASS, 2018).

Não é difícil concluir que a produção, transporte, processamento e venda dos alimentos produzidos pelo sistema alimentar hegemônico são controlados por poucas corporações. Esses impérios determinam o quê e como devemos comer, antes mesmo de o alimento chegar ao nosso prato. O poder concentrado nesses poucos atores e sua influência no mercado internacional geram instabilidade e insegurança para povos e nações, essencialmente aquelas mais pobres. Esse sistema alimentar hegemônico, altamente industrializado e capitalizado, mostra-se insustentável e facilmente perturbado por choques externos, como uma pandemia ou desastres naturais. A mecanização excessiva, até mesmo dos modos de vida, segue acompanhada da ruptura das relações humanas com o seu meio e lugar de memória. Rupturas essas descortinadas bruscamente durante a pandemia de SARS-COV2, revelando a natureza sistêmica do mundo e, portanto, as conexões entre saúde humana e ambiental.

Uma humanidade doente e mal nutrida

As mudanças globais na comida e no comer estão intimamente relacionadas às transformações nas características demográficas, status socioeconômico, perfil de saúde, estatura média e composição corporal, com diferenças temporais marcantes, conforme o nível de desenvolvimento social e econômico de grupos populacionais e países. Apesar da grande heterogeneidade nas práticas alimentares, observam-se algumas dinâmicas comuns na conformação de um sistema alimentar planetário, industrializado e moderno, tais como: 1) aumento na ingestão de óleos vegetais, impulsionado inicialmente pela produção de soja nos EUA, Argentina e Brasil, e depois do óleo de palma, no Leste Asiático; 2) aumento na demanda por grãos, essencialmente refinados, e açúcar de adição, como bebidas adoçadas com açúcar; 3) aumento na ingestão *per capita* de alimentos de origem animal, principalmente em áreas pobres que experimentaram aumento acelerado da renda familiar – essa mudança global subsidia as safras de soja e milho para ração animal –; 4) aumento na demanda e consumo de bebidas e alimentos ultraprocessados, que se tornou uma das principais fontes de energia dietética e alternativa para o acelerado ritmo de vida moderno; 5) redução no consumo de frutas, verduras e legumes, predominantemente em países de baixa e média renda (ANAND *et al.*, 2015; POPKIN; GORDON-LARSEN, 2004).

O registro visual dessas mudanças pode ser encontrado no livro do fotógrafo Peter Menzel, *Hungry Planet: What the World Eats* (Planeta Faminto: o que o Mundo Come) (MENZEL; D'ALUISIO, 2005). Ele fotografou 36 famílias de países diferentes em suas casas, em meio aos alimentos a ser consumidos na semana, e pesquisou também sobre o custo das refeições. O fotógrafo utilizou suas lentes e a comida como espectro de possibilidades para refletir sobre questões culturais, políticas, econômicas e sociais.

As imagens mostram a diferença de qualidade da dieta entre camponeses pobres (mais grãos, raízes e tubérculos, alguns legumes e verduras, nenhuma ou pouca proteína de origem animal), moradores urbanos pobres (mais ultraprocessados e carnes embaladas) e moradores urbanos abastados (menos carne, menos comida processada e variedade de frutas e verduras). À luz das questões econômicas, uma família da Alemanha pode gastar 16 vezes mais com a compra de comida do que a família fotografada no Equador, e o gasto *per capita* semanal chega a ser 36 vezes superior.

No Brasil, a desigualdade no prato e ao mesmo tempo a monotonia alimentar estão claramente presentes, mesmo diante de uma das maiores biodiversida-

des do planeta. As famílias mais ricas dispensam 5% do seu orçamento com a compra de alimentos, enquanto, nas famílias mais pobres, esse percentual compromete $\frac{1}{4}$ do orçamento familiar (26%). O aumento na renda familiar aumenta o consumo de carne, cervejas e chopes, queijos, frutas, verduras e azeite de oliva, e reduz o consumo de alimentos regionais como a farinha de mandioca, açúcar cristal, peixes frescos, arroz e feijão (BELIK, 2020).

No último século, alimentos tradicionais como o feijão e o arroz tiveram seu consumo reduzido em 50% e 37%, respectivamente, predominantemente no quinto mais rico da população (IBGE, 2020a). As Regiões Norte e Nordeste, o meio rural e as famílias de menor renda ainda priorizam a compra de alimentos *in natura*, minimamente processados e ingredientes culinários (IBGE, 2020a). Vale ressaltar que a renda média das famílias rurais brasileiras é quase metade (47%) da renda de quem mora na cidade (BELIK, 2020), restando pouco para garantir outras necessidades básicas, além da alimentação e habitação. No entanto, a linha que separa o rural do urbano é cada vez mais tênue, e quanto maior a renda das famílias do campo, mais urbanizada é a sua dieta.

Na primeira metade do século XX, ao estudar as condições de vida das classes operárias de Recife, Josué de Castro observou que o padrão alimentar da família operária da época era composto predominantemente por feijão, farinha, charque, café e açúcar; 80% desses operários não comiam frutas, verduras e legumes (FVL) ou leite, e 80% da dieta era composta por carboidratos (CASTRO, 1932). Josué se perguntava *como se pode comer assim e não morrer de fome?*, e, ao mesmo tempo, respondia alegando que só havia uma maneira de alimentar-se pior, que era não comer nada.

Na segunda década do século XXI, o II Inquérito Estadual sobre Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no estado de Pernambuco, Brasil, coordenado por Pedro Lira, professor do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, permitiu a análise dos padrões alimentares de adultos pernambucanos entre os anos de 2015 e 2016, cuja metodologia pode ser encontrada no artigo de Souza *et al.* (2020). Como mostrado, em destaque, na Tabela 1, os quatro principais padrões alimentares observados nessa população (Saudável, Tradicional Regional, Duplo e Ultraprocessado) possuem os mesmos alimentos estruturantes da dieta de operários pernambucanos em 1932, especialmente no padrão Tradicional Regional (SOUZA, 2019). Ao longo do tempo, o acesso a FVL aumentou, assim como a presença de alimentos ricos em sal, gordura, açúcar e outros

compostos químicos, predominantes no padrão Ultraprocessado (SOUZA, 2019). Ao revisitar os questionamentos de Josué e refletir sobre o contexto atual, poderíamos nos fazer a seguinte pergunta: *como se pode comer assim e viver são?*

Tabela 1 – Padrão alimentar de adultos residentes em Pernambuco, 2015/16.

Grupo de alimentos	Saudável	Tradicional Regional	Duplo	Ultraprocessado
	n=140 (12%)	n=201 (17,3%)	n=485 (41,6%)	n=339 (29,1%)
Cereais	+++++	+++++	+++++	+++++
Frutas e suco de frutas	+++++	+++++	+++++	+++++
Vegetais	+++++	++++	++++	++++
Café e chá	++++	+++++	++++	++++
Açúcar, mel, rapadura	++++	+++++	++++	++++
Feijão	++++	++++	+++	+++
Raízes e tubérculos	++++	++++	++++	++++
Carnes e vísceras	+++	+++	++	++
Molhos e condimentos ultraprocessados	+++	+++	+++	++++
Bebidas açucaradas	+++	+++	+++	++++
Chocolates, doces e guloseimas	+++	+++	++	++++
Pães ultraprocessados	++++	++	++	++++
Lanches e refeições prontas	++	+	++	++++
Queijo	+++	++	++	++
Leite	+++	+	++	++

Adaptado de: SOUZA, 2019.

Legenda: + = consumo inferior a quatro vezes por mês; ++ = ingestão de uma a quatro vezes por semana; +++ = ingestão de cinco a seis vezes por semana; ++++ = ingestão diária (uma vez por dia); +++++ = ingestão de duas ou mais vezes por dia.

As modificações evidentes do acesso aos diversos tipos de alimento nas últimas décadas do século XX, somadas às transformações socioeconômicas e culturais concomitantes, impactaram, positiva e negativamente, nos perfis nutricionais e nos processos de saúde e doença decorrentes deles. Assim, constatou-se, em quase todos os países do mundo, incluindo o Brasil, uma diminuição da prevalência de desnutrição energético-proteica e um aumento populacional do excesso de peso (índice de massa corporal, ou

seja, razão do peso, em quilogramas, pelo quadrado da altura, em metros, igual ou maior que 25 kg/m^2), enquanto permaneciam e até aumentavam algumas carências em micronutrientes (“fome oculta”), como ferro, iodo ou vitamina A (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003; POPKIN; CORVALAN; GRUMMER-STRAWN, 2020).

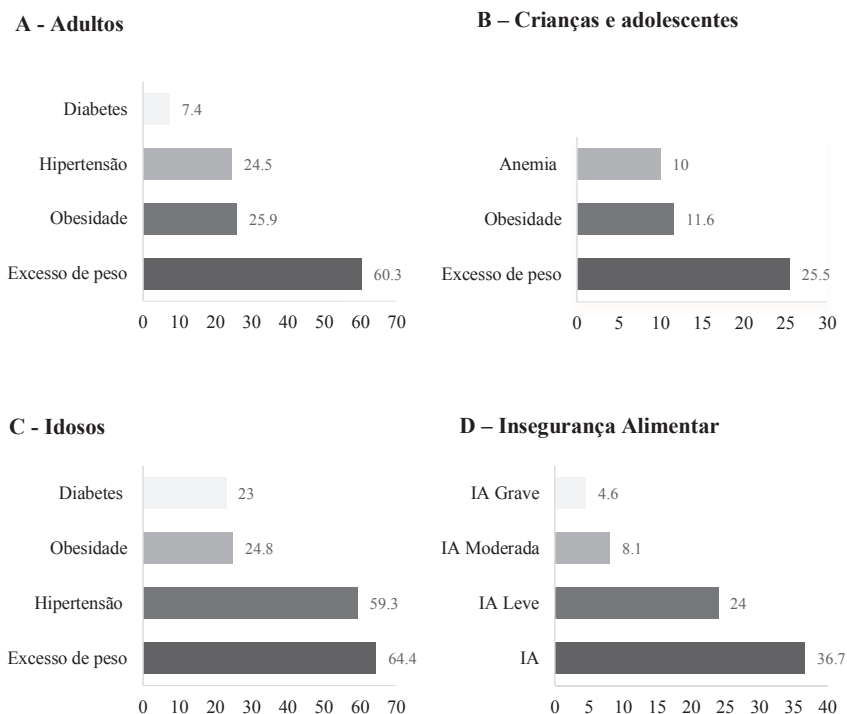
Hoje em dia, informam Pradeilles, Baye e Holdsworth (2019), um terço da população mundial apresenta ao menos uma dessas três formas de má nutrição: perto de 2 bilhões de adultos estão com sobrepeso ou obesidade, a anemia atinge cerca de 250 milhões de mulheres em idade reprodutiva e 155 milhões de crianças menores de 5 anos de idade têm retardo estatural, sinal de desnutrição crônica. Ao mesmo tempo, o excesso de peso afeta 41 milhões desse último grupo etário, e a frequência de obesidade em crianças e adolescentes de 5 a 19 anos de idade (124 milhões acometidos) está a caminho de alcançar os números para baixo peso (192 milhões) (PRADEILLES; BAYE; HOLDSWORTH, 2019).

É importante ressaltar que, dentro de um mesmo país, o sobrepeso e a obesidade seguem um caminho similar: depois de uma fase na qual eles atingem as camadas de melhor poder aquisitivo, passam a diminuir nessas, enquanto começam a se alastrar em estratos populacionais mais desfavorecidos (MENDEZ; MONTEIRO; POPKIN, 2005). Na América Latina, os primeiros países com registros científicos acerca das mudanças no deslocamento do fardo da obesidade para os pobres são Brasil e Chile (ALBALA *et al.*, 2002; MONTEIRO; CONDE; POPKIN, 2002), representando mudanças substanciais no perfil alimentar, nutricional e epidemiológico da população. Tal constatação se ilustra nitidamente por resultados de estudo recente numa comunidade carente de Recife, onde a prevalência do excesso de peso em adultos atingiu 70,3%, enquanto o déficit de peso era 1,9%, menos que a prevalência da obesidade grave (índice de massa corporal igual ou maior que 40 kg/m^2), de 3,4% (MELO *et al.*, 2020). Isso é analisado como sendo consequência, entre outros aspectos, do aumento da acessibilidade e da redução dos preços de alimentos menos nutritivos, ao exemplo emblemático dos “ultraprocessados”, que invadiram o mercado alimentar desde o final do século passado (DE SCHUTTER, 2014; MONTEIRO *et al.*, 2019; POPKIN; CORVALAN; GRUMMER-STRAWN, 2020).

Outro exemplo do complexo cenário epidemiológico e nutricional, marcado pela sobreposição das diversas formas de má nutrição, é a constatação de que 36,7% dos domicílios brasileiros vivem em situação de insegurança

alimentar e 10,3 milhões de brasileiros encontram-se em situação de fome (IBGE, 2020b), ao mesmo tempo em que um em cada quatro adultos está obeso e uma em cada quatro crianças/adolescentes está com excesso de peso (Figura 1) (IBGE, 2020c; SIMÕES *et al.*, 2018); que, apesar da redução na prevalência de anemia em crianças (20,9% em 2006 para 10% em 2019), a região Norte apresentou aumento substancial em 13 anos, passando de 10,4%, em 2006, para 17,0%, em 2019 (BRASIL, 2009; UFRJ, 2020); e que os jovens e idosos têm sua vida ceifadas ou a qualidade de vida comprometida cada vez mais precocemente em decorrência de complicações evitáveis do diabetes e hipertensão, como apresentado na figura 1.

Figura 1 – Má nutrição nas diversas fases da vida e insegurança alimentar nos domicílios brasileiros.



Fonte: (A e C): IBGE, 2020c; BRASIL, 2009; (B): SIMÕES *et al.*, 2018; UFRJ, 2020; (D): IBGE, 2020b.

Legenda: IA = Insegurança Alimentar

A consequência desse complexo quadro nutricional é a sobreposição dos problemas decorrentes da má alimentação em muitos países, particularmente os de baixa à média renda (POPKIN; CORVALAN; GRUMMER-STRAWN, 2020; SWINBURN *et al.*, 2019). Essa chamada “dupla carga” (por combinar graus preocupantes de deficiências nutricionais e de sobrepeso/obesidade) se observou tipicamente nos países de renda média nos anos 1990, mas predomina hoje nos países de baixa renda, indicando crescimento do problema de excesso de peso enquanto não se resolveu o de desnutrição (POPKIN; CORVALAN; GRUMMER-STRAWN, 2020). Esse fenômeno múltiplo extrapola limites territoriais e pode ser observado no âmbito familiar e até individual (PRADEILLES; BAYE; HOLDSWORTH, 2019). Dessa forma, a obesidade tem se tornado importante indicador de iniquidades em saúde e um sinal de falências no sistema alimentar hegemônico, que, além de não conseguir acabar com a fome, ainda produz outras formas de adoecimento.

Nesse sentido, ao estabelecer um estereótipo para a fome no século XXI, é possível excluir grupos específicos e diversos, que vivem diferentes situações de fome ou insegurança alimentar. Swinburn *et al.* (2019) constataram que, atualmente, a insegurança alimentar grave pode estar associada a uma baixa prevalência de obesidade, enquanto a insegurança alimentar moderada ou leve está associada com uma prevalência mais alta da condição, em populações vulneráveis. Isso questiona a pertinência de opor fome e excesso de peso, que, no fundo, podem ser considerados sintomas do mesmo problema, conectados pelas cadeias de produção que trazem o alimento do campo à mesa (ESTEVE, 2017; PATEL, 2008; SWINBURN *et al.*, 2019).

As iniquidades sociais presentes em várias etapas da produção de alimentos e em outros sistemas como o de saúde e educação, evidenciam e intensificam as desigualdades nos resultados nutricionais, gerando mais desigualdades e perpetuando um ciclo vicioso (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2020). Assim, tanto a desnutrição imposta pela monocultura, o excesso de peso e obesidade financiados pelos impérios alimentares, e as carências nutricionais decorrentes do latifúndio, podem representar manifestações biológicas decorrentes da pauperização do planeta e sociedades, combustível para retroalimentar o atual modelo de desenvolvimento econômico. Portanto, o enfrentamento da desigualdade e a responsabilidade social são necessárias para lidar com todas as formas de má nutrição – desnutrição, sobrepeso, obesidade, anemia e outras doenças relacionadas à dieta –, tornado imperativo o investimento e fortalecimento de sistemas alimentares e de saúde mais equitativos, resilientes e sustentáveis.

Soberania alimentar e sustentabilidade: caminhos para uma “normalidade nova” e uma “era do *sapiens* social”

No início do século passado, os sistemas alimentares auxiliaram no aumento da diversificação e melhoramento dos métodos de conservação e uso de alimentos, contribuindo, direta ou indiretamente, para avanços como a redução do baixo peso e da desnutrição crônica. Esses avanços foram mais intensos, quando associados a políticas públicas de proteção social, geração de renda, investimentos em educação, saúde e na melhora das condições de vida da população. Por outro lado, esses sistemas alimentares estão cada vez mais instáveis, mecanizados e sujeitos a desequilíbrios relacionados, entre outros aspectos, à economia mundial. Ademais, eles demonstram falhas graves em suas estruturas sociais, intensificam as desigualdades, geram mais pobreza, comprometem a soberania e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, além de gerar outros desafios para a saúde pública, decorrentes do comprometimento da capacidade do planeta de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis.

As intensas mudanças na forma como o alimento é produzido tem gerado implicações no meio ambiente, comprometendo a capacidade de renovação de ecossistemas; na nossa saúde, tornando possível a expansão de agravos complexos como obesidade e desnutrição no mesmo corpo e espaço; e no acesso aos bens naturais, cada vez mais desigual entre campo e cidade, entre periferia e centro urbano, entre quem tem maior renda e escolaridade e àqueles que são vulnerabilizados. Vivemos, portanto, uma crise aguda dentro de uma crise crônica de violação dos direitos! Massuda *et al.* (2018) alertam para os riscos no acesso aos serviços e nos resultados de saúde decorrentes da crise econômica e política que atinge o Brasil desde 2014, em meio a medidas de austeridade como a EC95/PEC55/PEC241, principalmente para os mais pobres.

Antes mesmo da atual pandemia de SARS-COV2, tínhamos milhões de pessoas vivendo em situação de fome endêmica; milhões de pessoas tendo suas vidas interrompidas precocemente ou mesmo a qualidade de vida comprometida em decorrência de doenças crônicas; apenas em 2019, foram registrados mais de 400 tipos de agrotóxicos no Brasil; o marketing e a propaganda de alimentos seguem se apropriando de nossas emoções e memórias. De fato, a atual pandemia tem revelado o falso estado de normalidade anterior a ela, ao mesmo tempo em que desperta reflexões acerca do estado de “normalidade” que desejamos.

Um grupo de especialistas de Alto Nível do Conselho de Segurança Alimentar (HLPE, 2017) sugere dois caminhos possíveis para a transformação desses sistemas alimentares: a ampliação do acesso a uma alimentação saudável e o fortalecimento da capacidade de regulação, informação e educação. No primeiro caminho, busca-se investir em modelos de produção sustentáveis, que valorizam a biodiversidade, e, no segundo, busca-se incentivar escolhas alimentares mais saudáveis. É preciso também pensar em estratégias para regulamentar e limitar a ação agressiva das estratégias de marketing dos alimentos e bebidas prejudiciais à saúde, ao mesmo tempo em que se elaboram guias alimentares nacionais (SWINBURN *et al.*, 2019). De Schutter (2014) defende ainda o restabelecimento do vínculo entre as cidades e a área rural, em benefício dos produtores rurais, cidadãos locais e urbanos.

A abordagem sistêmica, trazida pela agroecologia, se contrapõe à fragmentação da natureza e se propõe a compreendê-la em sua complexidade (DIAS; CHIOLEAU, 2015), gerando tecnologia e conhecimento por meio da valorização de processos tradicionais e inserção de aspectos modernos em equilíbrio com os diversos elementos do ecossistema. É preciso também fortalecer redes locais e dinâmicas territoriais que possibilitem a superação da dicotomia campo-cidade (DIAS; CHIOLEAU, 2015), preservando a biodiversidade e a diversidade de alimentos típica de cada cultura.

Políticas voltadas para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que valorizem a agricultura familiar e proporcionem os meios necessários para uma produção agroecológica, reconhecendo o direito à terra, pautada em circuitos curtos, valorizando os conhecimentos tradicionais, de forma justa e sustentável, são urgentes e imperativas. A garantia da SAN, em seu sentido mais amplo, ocupando lugar de direito humano ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometimento ao acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a heterogeneidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, é uma importante estratégia de enfrentamento das diversas formas de má nutrição. Nesse campo, reconhece-se a importância de ações intersetoriais que tenham como princípio norteador a vida e a justiça social, agregando crescimento econômico e equidade social, como pressuposto de (uma nova) cidadania (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

Ao escrever geopolítica da fome, Josué de Castro estava esperançoso em iniciar uma nova era, que ele chamava de era do homem social, contrapondo-se à anterior, a era do homem econômico. Talvez seja tempo de resgatar essa esperança e acreditar em uma “Normalidade Nova” e numa “Era de um *Sapiens* mais Humano e Social”, que coloca a vida e a dignidade humana no centro das decisões e que, assim como Paulo Freire, possa amar e brigar para que a justiça social se implante antes da caridade.

REFERÊNCIAS

ALBALA, Cecilia; VIO, Fernando; KAIN, Juliana; UAUY, Ricardo. Nutrition transition in Chile: determinants and consequences. *Public Health Nutrition*, v. 5, n. 1A, 2002. p. 123-128.

ANAND, Sonia S.; HAWKES, Corinna; SOUZA, Russell Jude de; MENTE, Andrew; DEHGHAN, Mahshid; NUGENT, Rachel *et al.* Food consumption and its impact on cardiovascular disease: importance of solutions focused on the globalized food system: a report from the workshop convened by the World Heart Federation. *Journal of the American College of Cardiology*, v. 66, n. 14, 2015. p. 1590-1614.

GRACIA ARNAIZ, Mabel. Em direção a uma nova ordem alimentar? *In: Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 147-164.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, Sup. 1, 2003. p. S181-S191,

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 136.

BELIK, Walter. *Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições*. IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CASTRO, Josué de. *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1932.

SCHUTTER, Olivier de. *The Transformative Potential of the Right to Food: Report of the Special Rapporteur on the Right to Food*. Geneva: United Nations Human Rights Council, 2014.

DIAS, Juliana; CHIFFOLEAU, Mónica. *Terceiro eixo: Comida é diálogo de saberes*. Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), 2015. Disponível em: <https://fbssan.org.br/2015/10/comida-a-dialogo-de-saberes/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ESTEVE, Esther Vivas. *O negócio da comida: Quem controla nossa alimentação*. Expressão Popular, v. 1, 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO, 2020. <https://doi.org/10.4060/ca9692en>

FISCHLER, Claude. Gastro-nomie et gastro-anomie. *Communications*, n. 31, v. 1, 1979. p. 189-210.

FISCHLER, Claude. *El (h)ominívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.

GLOBAL NUTRITION REPORT. *The 2020 global nutrition report in the context of covid-19*. Geneva: WHO, 2020.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens – Uma breve história da humanidade*. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018. p.592.

HLPE. High Level Panel of Experts. *Nutrition and food systems*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: HLPE, 2017.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. p.61.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. p.65.

IBGE. *Pesquisa nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas: Brasil* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. p. 57.

LIMA, Romilda de Souza; FERREIRA NETO, José Ambrósio; FARIAS, Rita de Cassia Pereira. Dinâmicas alimentares na relação rural-urbano: o

caminho entre o tradicional e o moderno. In: *Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede* [online]. PRADO, Shirley Donizete *et al.* (org.). Rio de Janeiro: EDUERJ. Sabor Metrópole Series, vol. 5. 2016.

MASSUDA, Adriano; HONE, Thomas; LELES, Fernando Antonio Gomes; CASTRO, Maria C.; ATUN, Rifat. The Brazilian health system at crossroads: progress, crisis and resilience. *BMJ Global Health*, v. 3, 2018. p. e000829.

MELO, Silvia Pereira da Silva de Carvalho; CESSE, Eduarda Ângela Pessoa; LIRA, Pedro Israel Cabral de; FERREIRA, Lisianny Camilla Cocri do Nascimento; RISSIN, Anete; BATISTA FILHO, Malaquias. Sobrepeso, obesidade e fatores associados aos adultos em uma área urbana carente do Nordeste Brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, 2020. p. e200036.

MENDEZ, Michelle A.; MONTEIRO, Carlos Augusto; POPKIN, Barry Michel. Overweight exceeds underweight among women in most developing countries. *American Journal of Clinical Nutrition*, v. 81, 2005. p. 714-721.

MENZEL, Peter; D'ALUISIO, Faith. *Hungry planet: what the world eats*. Napa, Berkeley (CA): Material World Book, 2005. p. 287. Fotos disponíveis em: <<https://menzelphoto.photoshelter.com/gallery/Hungry-Planet-Family-Food-Portraits/G0000zmgWvU6SiKM/C0000k7JgEHhEq0w>>. Acesso em: fev. 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto; CANNON, Geoffrey; LEVY, Renata B.; MOUBARAC, Jen-Claude; LOUZADA, Maria Lc; RAUBER, Fernanda *et al.* Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutrition*, v. 22, n. 5, 2019, p. 936-941.

MONTEIRO, Carlos Augusto; CONDE, Wolney Lisboa; POPKIN, Barry Michel. Is obesity replacing or adding to undernutrition? Evidence from different social classes in Brazil. *Public Health Nutrition*. v. 5, 2002. p. 105-112.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia Lucena Sousa de. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? *Ciência e Cultura*, v. 62, n. 4, 2010. p. 34-38.

PATEL, Raj. *Obesos y famélicos*. Globalización, hambre y negocios en el nuevo sistema alimentario mundial. Buenos Aires: Marea Editorial, 2008. p. 368.

POPKIN, Barry Michel; CORVALAN, Camila; GRUMMER-STRAWN, Laurence M. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. *Lancet*, v. 395, 2020, p. 65-74.

POPKIN, Barry Michel; GORDON-LARSEN, Penny. The nutrition transition: worldwide obesity dynamics and their determinants. *International Journal of Obesity*. v. 28, n. 3, 2004. p. S2-S9.

PRADEILLES, Rebecca; BAYE, Kaleab; HOLDSWORTH, Michelle. Addressing malnutrition in low-and middle-income countries with double-duty actions. *Proceedings of the Nutrition Society*. v. 78, n. 3, 2019. p. 388-397.

SANTARELLI, Mariana; DAVID, Grazielle; BURITY, Valéria; ROCHA, Naiara Côrtes. *Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome*. Brasília: FIAN Brasil, 2019. p.102.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SIMÕES, Caroline Ferraz; LOPES, Wendell Arthur; REMOR, Jane Maria; LOCATELI, João Carlos; LIMA, Fellipe Bandeira; SANTOS, Tamires Leal Cordeiro dos; NARDO JUNIOR, Nelson. Prevalence of weight excess in Brazilian children and adolescents: a systematic review. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 20, n. 4, 2018. p. 517-531.

SOUZA, Nathália Paula de. Hipertensão arterial no estado de Pernambuco: análise dos determinantes à luz da transição alimentar e nutricional em um contexto de desenvolvimento e desigualdade. 2019. 199 f. *Tese (Doutorado em Saúde Pública)* – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.

SOUZA, Nathália Paula de; CESSÉ, Eduarda Ângela Pessoa; SOUZA, Wayner Vieira de; FONTBONNE, Annick; BARRETO, Maria Nelly Sobreira de Carvalho; GOFF, Mélanie Le; BATISTA FILHO, Malaquias; FÉART, Catherine; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Temporal variation in prevalence, awareness and control of hypertension in urban and rural areas in Northeast Brazil between 2006 and 2016. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, 2020. p. e00027819.

SWINBURN, Boyd Anthony; KRAAK, LinkedIn Vivica; ALLENDER, Steven; ATKINS, Vicente J.; BAKER, Phillip I.; BOGARD, Jessica Rose *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. *Lancet*, v. 393, n. 10173, 2019. p. 791-846.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Resultados preliminares – Prevalência de anemia e deficiência de vitamina A entre crianças brasileiras de 6 a 59 meses*. UFRJ: Rio de Janeiro, 2020. p. 28.

DAS ORIGENS DA AGRICULTURA AO ANTROPOCENO. O LUGAR E OS DESAFIOS DA AGROECOLOGIA¹

LUDOVIC AUBIN

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

Introdução

Este capítulo enfrenta uma série de perguntas vinculadas entre si: O que é arar, lavrar a terra? O que significa lavrar a terra como intervenção do ser humano na terra? Será que a agricultura arcaica iniciada há mais ou menos dez mil anos inaugurou uma nova relação do Homem com a terra? Seria esse *evento agrícola* de tamanha importância que, milhares de anos depois do seu acontecimento, estaria² produzindo uma nova era geológica: o Antropoceno (BONNEUIL, 2013)? O Antropoceno (a era do homem) desafia nossos conceitos clássicos. Essas questões não são óbvias e nos levam a voltar às origens da Agricultura para entender o que ela significava para os povos do neolítico que a praticavam. Enfim, nos levam a tentar pensar a emergência de novos paradigmas (como, por exemplo, a agroecologia) capazes de enfrentar os desafios da contemporaneidade. Trata-se de identificar o caminho percorrido pelas civilizações agrícolas e entender o que envolve a *dessacralização* (DUPUY, 2009: 73) com relação à terra na agricultura moderna e o que isso envolve com relação ao aumento considerável do poder da ação do ser humano, agente de transformação da Natureza, no mundo.

Essa constatação leva Paul Crutzen (2000) a propor o uso do conceito de antropoceno para definir uma nova era geológica que estaria sucedendo

1. A discussão realizada neste capítulo é uma versão atualizada do artigo que foi originalmente publicado em Aubin & Cavalcanti, na Revista *Anthropológicas*, ano 21, volume 28(1), 2017.

2. Usamos o modo verbal condicional pois o termo antropoceno ainda não foi definitivamente oficializado pela comissão internacional de estratigrafia, um dos órgãos da União Internacional das Ciências Geológicas (IUGS). Trata-se de um processo científico rigoroso e longo pelo qual avalia-se se as atividades antrópicas deixaram marcas significativas na estrutura geológica do planeta.

ao Holoceno. Embora não haja consenso³ em relação à datação da origem dessa nova era, o ser humano age de forma tão profunda no seu habitat que, para alguns, o uso desse termo se justifica.

Na segunda parte, consideramos o formidável contraste entre as agriculturas primitivas e agricultura convencional (agenciada pelo agronegócio). Na terceira parte, consideramos a agroecologia como uma terceira via, emergindo. Essa não representa necessariamente um resgate do sagrado antigo, como também vai além do sonho de controle absoluto da natureza característico da agricultura produtivista contemporânea. Representa uma terceira via, uma reconciliação sociedade/natureza/ agricultura?

O método da pesquisa

A primeira parte é essencialmente baseada numa pesquisa documental e bibliográfica comparativa (AUBIN, 2012), partindo principalmente de fontes etnográficas. A segunda parte é baseada numa abordagem teórica e um estudo de caso no Vale do São Francisco-PE. As entrevistas, os depoimentos e as observações da terceira parte procedem de três fontes principais.

Os mutirões realizados com a associação Terra e Vida (Igarassu-PE), os cursos em permacultura e agricultura sintrópica (no período 2012-2017) e documentos audiovisuais, tratando da temática da transição agroecológica.

A agricultura tem mais ou menos 10.000 anos de existência. O fato é que, nas sociedades modernas, a população dos agricultores deixou de ser dominante (demograficamente e culturalmente) representa uma mudança de natureza antropológica. É, portanto, pela vertente antropológica que iniciaremos nosso estudo.

A origem da agricultura: várias hipóteses

Seguindo vários autores (GIRARD, 1972, 1978, 2005; HOCART, 2005) examinamos a ideia de uma origem mítico-ritual da agricultura.

3. Quais datas devem ser levadas em consideração? Se partirmos do princípio de que, em diversas épocas, o ser humano se emancipou aos poucos dos ciclos sazonais e naturais até modificar a composição e estruturas dos mesmos: podemos considerar o domínio das técnicas de fogo (-400 000 anos), a “Revolução neolítica” (-10 000 anos), a Revolução industrial do século XIX, ou ainda a invenção e a utilização da bomba termonuclear (1945). Crutzen é a favor dessa última data e da Grande Aceleração do período Pós-guerra (STEFFEN, 2015) para situar a origem da fase II do Antropoceno.

A perspectiva apresentada aqui é a seguinte: são os ritos que fornecem a matriz experimental dentro da qual podem acontecer “felizes acasos”, combinações inéditas e positivas que, em seguida, poderão ser retomadas e integradas como práticas agrárias. Essa hipótese se contrapõe a uma concepção utilitarista segunda a qual a agricultura teria sido inventada por motivos imediatamente demográficos, econômicos ou materiais⁴.

Quando comparamos os mitos relatando, do jeito deles, a invenção da agricultura ou da descoberta de plantas comestíveis à base da alimentação de um determinado grupo, nos deparamos com a recorrência de certos temas, independentemente da região geográfica: Meio Oriente, Meso América, China, Norte da América do Sul, Nova Guiné. A recorrência de um mesmo esquema faz Mircea Eliade dizer que:

A concepção desses povos é que a planta alimentícia é o resultado de um assassinato primordial. Um ser divino foi morto, assassinado, despedaçado e os pedaços do seu corpo deram nascimento a plantas até então desconhecias, sobretudo tubérculos que desde então constituem a principal comida dos humanos (ELIADE, 2006, p. 138).

O que os mitos relatam, de fato, é que o assassinato fundador (GIRARD, 1972) integra repentinamente todos os elementos desordenados da realidade e dão sentido aos mesmos, um em relação aos outros, organizando-os. Esse ato há de ter uma potência considerável para ter a capacidade de ajeitar em um todo significativo os elementos espalhados e desordenados. Eis o mito de Hainuwele, coletado por Alfred Jensen⁵ em Ceram, uma das ilhas de Nova Guiné:

Conta-se que um homem chamado Ameta, ao sair para caçar, encontra em sua presa, um porco selvagem, um coco, e à noite, ao sonhar, recebe instruções de que deve plantá-lo e assim o faz. No período de uma semana, o coqueiro cresceu e floresceu. Ao trepar no coqueiro, Ameta corta o dedo e seu sangue respinga sobre uma flor; nove dias mais tarde, Ameta percebe que há uma menina sobre a

4. Agradecemos a Lucien Scubla por ter compartilhado conosco as suas reflexões sobre o sacrifício (comunicação pessoal).

5. Coletado por Jensen (1931, p. 34-35).

flor. Ele a envolve nas folhas do coqueiro e a chama de Hainuwele (“ramo de coqueiro”). Ocorre então um importante festival chamado Maro, onde Hainuwele distribui mimos no centro do terreiro para os dançarinos, mas no nono e último dia de festival os homens abrem uma cova no meio do terreiro e durante sua dança atiram Hainuwele dentro, cobrem a cova e ali continuam a dançar.

No dia seguinte, Ameta percebe que Hainuwele está desaparecida e adivinha que foi assassinada. Ao descobrir o corpo, desenterra-o e corta-o em pedaços que enterra em diversos lugares, com exceção dos braços. Dos pedaços enterrados nascem tubérculos até então inexistentes e que se constituem a partir dali no principal alimento dos homens.

René Girard (1972) faz da hipótese do assassinato fundador, a pedra angular da sua antropologia religiosa⁶.

No auge de uma crise cuja origem pode ser endógena à comunidade (tensões, rivalidades entre irmãos ou entre próximos de maneira geral, ciúmes etc.) ou exógena (por exemplo: fenômeno climático), a desordem toma conta da comunidade. A ordem desaba. Surge a violência de todos contra todos.

Nessas situações, a tendência dos grupos humanos é atribuir essa desordem a uma diferença contingente, porém significativa para a comunidade. O mecanismo vitimador atua e é indissociável de um sistema de acusação (de incesto, de bruxaria, de mau olhado etc.). A comunidade, ou um representante legítimo dela, mata (ou leva a se matar) um indivíduo considerado como responsável pela crise. A morte da vítima tem então dois efeitos: primeiro, “resolve” a crise social apaziguando a comunidade⁷. É o efeito catár-

6. Uma pesquisa na mitologia mundial possibilitou identificar o mito de Milomaki dos índios Yahuna (Amazônia Colombiana) coletado por Theodor Koch-Grünberg e analisado por Girard (1978, p. 120-121), no qual Milomaki é assassinado e queimado, e de suas cinzas nasce a palmeira Paschiuba. Existe também o mito dos índios Zuni sobre a origem da planta datura inóxia, coletado por Hofmann & Schultes (2005, p. 106); o mito gabonês sobre a origem da planta Iboga, coletado por Hofmann & Schultes (idem, p. 113). Encontramos também o mito cherokee (YOSHIDA, 1966, p. 724) e peruano (YOSHIDA, 1966, p. 727) sobre a origem do milho. Ver também o mito de Uke Moshî, no Japão, contando a aparição do arroz e de outras plantas base da alimentação japonesa, oriundas do corpo da vítima enterrada. (YOSHIDA, 1966, p. 719). Enfim, entre os mitos brasileiros, encontramos o de Onhiámuáçabê sobre a origem do guaraná, que nasce do olho enterrado da vítima (PEREIRA, 1954). Encontramos também o tema do corpo despedaçado em uma variedade muito grande de mitos cosmogônicos sobre a origem do universo, como é o caso dos mitos de Purusha, na Índia Antiga, de Pan'Ku, na China, de Ymir, na Escandinávia, ou, ainda, na religião da Pérsia, o mitraísmo.

7. Sem curar as “verdadeiras” causas, claro. Essas permanecem inalcançáveis para as vítimas, por serem geradas pelas rivalidades ou por um evento climático.

tico do mecanismo. Segundo, do corpo enterrado surgem as plantas cujos produtos e subprodutos constituirão a base alimentar da comunidade!

A comunidade interpretará esse evento como extremamente favorável e procurará repetir minuciosamente o linchamento fundador e as condições que o antecederam. Trata-se do ritual sacrificial, pois na perspectiva da teoria mimética, o sacrifício é a imolação de uma vítima⁸ atraindo sobre si as forças potencialmente destruidoras, porém revelando-se produtoras de paz e abundância. O sacrifício canaliza a violência espalhada na comunidade sobre uma vítima única cuja morte é a “última palavra” da violência. Por quê? Porque a vítima encontra-se na incapacidade de se vingar. O bode expiatório é uma vítima incapaz de se vingar.

A vítima é deificada. O que ela gera como benefícios, só um ser divino pode gerar! Por isso, o sacrifício ritual é a repetição (imitação) do assassinato fundador cujos efeitos para a comunidade foram profícuos. O mito, por sua vez, é a história que conta a sequência de eventos (crise/rompimento da ordem, criação da ordem depois do linchamento) contada *a partir do ponto de vista da comunidade*. Trata-se de uma versão dos fatos favorável à comunidade.

Retomamos a expressão de Eliade: “um ser divino foi morto”, e tentamos explicar a partir dessa teoria. É possível dizer agora que o ser se torna divino *depois* do assassinato. É a violência do assassinato e seus efeitos fundadores, reconciliadores, benéficos (socialmente e biologicamente) que fazem da vítima uma divindade. Ela tem poderes que nenhum homem escolhido isoladamente pode ter ou controlar. Para garantir a perpetuação dos efeitos benéficos, haverá que repetir o gesto fundador que fabrica deuses. É o ritual sacrificial. Antes de Girard, o etnólogo Grant Allen (1848-1899) já defendia essa tese ao afirmar que “os deuses são fabricações humanas através da imolação de vítimas” (1898, p. 10-11)⁹.

Através desses exemplos de mitos oriundos de regiões do mundo muito diversas, mostramos a dimensão ritual das condições de aparição da protoagricultura. Assim como qualquer atividade importante que vai mobilizando as forças cósmicas, físicas, biológicas e sociais, é através do rito que os homens agem e conseguem um controle relativo, porém nunca garantido, dessas forças. A espécie humana é, portanto, uma espécie que se autodo-

8. A vítima sacrificial é uma vítima de substituição à vítima expiatória que, por sua vez, é a “primeira” vítima, que substitui a multidão (GIRARD, 1972).

9. Citado por Goblet d'Alviella, na obra *Les rites de la moisson et les origines de l'agriculture* (1898, p. 10-11).

mestica pela mediação do rito. Em outras palavras, a “humanidade é filha da religião”, no sentido antropológico da palavra (GIRARD, 2004, p. 172).

Vemos agora, através do exemplo de um rito agrário, os cuidados que as sociedades tradicionais demonstram em relação às atividades de lavoura, de sementeira e de colheita. Isto ajudará a esclarecer, por contraste, a singularidade da agricultura convencional e o desafio da agroecologia.

Os ritos de lavoura, de sementeira e de colheita. O rito é a repetição de quê?

À fundação do campo cultivado, encontramos um morto oriundo de um assassinato primordial, fundador. Michel Serres comenta que a raiz indo-europeia *Pak* que significa “plantar” faz também referência ao túmulo como primeiro símbolo, primeira inscrição simbólica do homem (SERRES, 1993, p. 56). Consequentemente, os limites do campo também são túmulos¹⁰. Grant Allen se pergunta:

Qual a única circunstância onde o homem primitivo teve que cumprir os preliminares indispensáveis à agricultura: virar a terra, trazer a terra para a superfície, limpar o mato, depositar sementes no solo e até adubo. Os selvagens [...] só cavam e reviram sistematicamente a terra em um único caso, quando se trata de *enterrar os seus mortos* (ALVIELLA, 1898, p. 10).

O túmulo se torna um objeto de culto, de um cuidado sagrado com oferendas que adubam a terra, a tornam e mantêm fértil. Por exemplo, relata-se que, na Escócia, as camponesas continuam derramando leite sobre os túmulos pré-históricos: “sobre esses túmulos, o mato encontra-se mais verde, a terra mais fértil” (ALVIELLA, 1898, p. 11).

Na Grécia antiga, praticava-se o ritual do *pharmakos*. Em caso de crise social (epidemias, risco de guerra com cidades vizinhas), escolhia-se um escravo mantido pela cidade em uma reserva. Esse era arrastado pela cidade, xingado, molestado, insultado ou ainda chicoteado e, em seguida, morto e queimado, e suas cinzas espalhadas nos campos ao redor da cidade.¹¹

10. É a ideia de vários arqueólogos, particularmente Smith (1995, p. 80). Ver também a tradição do Kanun, código tradicional das montanhas da Albânia. Durante conflitos ligados à terra, um duelo era organizado entre os dois antagonistas. Onde o corpo do morto caía, uma estela era erguida para marcar os limites do campo. A multidão, testemunha do duelo, garantia o respeito do limite. Quem quer que questionasse o limite sofria o mesmo destino do vencido. Ver: KADARÉ, Ismael. *Avril Brisé*. Paris: Le Livre de Poche, 1983.

11. ECK, Bernard. Le pharmakos et le meurtrier. In: LIARD, V. (éd.). *Histoires de crimes et société*. Dijon: EUD, 2011, p. 15-29. “Nas ilhas Fidji, o etnólogo Lorimer Fison notou a presença, nos jardins

Esses exemplos, oriundos de regiões e épocas diversas, nos levam a pensar que, aquém das formas culturais e rituais locais e singulares, existem mecanismos antropológicos morfogenéticos (ou seja, capazes de gerar formas culturais).

A cristianização dos povos pagãos, ao proibir a prática dos sacrifícios, resultou em uma transformação profunda em relação à terra e ao cosmo. Essa dinâmica histórica profunda levou a uma *desritualização* em todos os setores da vida social e, em primeiro lugar, da agricultura, com tudo o que isso envolve em relação à perda de sentido da vida comunitária camponesa e da profissão de agricultor, de isolamento dos agricultores, da perda de vitalidade dos alimentos, do desenraizamento etc.¹².

Nas sociedades antigas, a agricultura não era um setor de atividades semiautônomas (ao contrário da maneira como é considerada na modernidade). A agricultura era, por excelência, uma atividade que integrava dimensões humanas e sociais e forças não humanas (ritmos cósmicos, variações estacionais, plantas, animais, divindades, espíritos etc.). Sua “invenção” parece também não ser fruto de uma decisão planejada ou racional no sentido da racionalidade instrumental moderna, a fim de atender a necessidades econômicas ou demográficas. O argumento de uma origem sacrificial e ritual da agricultura sugere inverter o raciocínio do argumento utilitarista.

A agricultura teria aparecido através da descoberta dos benefícios do assassinato fundador para a comunidade e para a fertilidade do solo: abundância (as plantas) e paz aparecem assim como *dádiva do morto*. Dessa forma, a planta que vem do corpo do morto é sagrada pois ela carrega em si a substância do Deus. Assim, para repetir e conseguir os efeitos felizes do evento fundador, será necessário e racional (na racionalidade religiosa) recorrer ao rito sacrificial. Consequentemente, são as necessidades do rito sacrificial, que requer vítimas de substituição disponíveis, que leva à domesticação¹³ e

sagrados, de colheitas abundantes de inhames, devido às oferendas de alimentos para os antepassados. Fatos semelhantes foram relatados em Madagascar, na África Central, e no arquipélago da Malásia”. (ALVIELLA, 1898, p. 12). Ele acrescenta: “Inevitavelmente, os efeitos benéficos do sacrifício diminuem. Portanto, é preciso repetir a operação a cada ano na estação das sementeiras imolando e enterrando uma vítima humana que se tornará o espírito da safra seguinte. Na tribo Pawnees, nos Estados Unidos, a cada ano eles sacrificavam uma moça no período das sementeiras. Os sacrificadores recortavam o corpo ainda quente e derramavam o sangue nos regos do campo.” (ALVIELLA, 1898, p. 12).

12. Em relação aos efeitos corrosivos do cristianismo sobre o sagrado, ver, entre outros, Illich (2006).

13. Ver o famoso exemplo dos Nuer descritos por Evans-Pritchard (1973). O autor mostra que eles conviviam com o gado, que constituía o duplo de uma sociedade, em espelho da sociedade humana. As vacas tinham nome, a organização era hierarquizada. Sacrificar uma vaca era, um pouco, sacrificar um homem. O gado constituía uma reserva de vítimas sacrificiais sempre de fácil alcance.

aos subprodutos da domesticação. A planta (e mais amplamente a cultura e, em última instância, tudo o que possibilita a vida) é, portanto, vista como *dádiva do morto* em relação ao qual a comunidade mantém um duplo sentimento de temor e gratidão.

Consideramos útil fazer esse caminho pela antropologia e formular hipóteses em relação à origem das agriculturas para melhor entender, por contraste, a singularidade da agricultura moderna, chamada convencional.

Agricultura convencional: rumo ao Antropoceno!

Nesta segunda parte, consideramos a agricultura convencional como parte de um paradigma mais amplo, o da modernidade. Refletimos sobre a incrível ruptura que representa a passagem de uma agricultura tradicional, baseada no tempo sociocósmico, à agricultura atual convencional. Ao se autonear moderna ou convencional, a agricultura da Revolução Verde impõe uma *doxa*, reduzindo as outras formas de agricultura a práticas “ultrapassadas”, retrógradas, irresponsáveis, porque seriam “incapazes de alimentar o mundo” ou de “atender à demanda crescente do mercado”. No entanto, veremos como, por um processo semelhante a outros setores das sociedades contemporâneas, a agricultura convencional se tornou estruturalmente contraprodutiva. Chegaremos à conclusão de que a agricultura convencional participa de uma dinâmica histórica moderna que leva hoje ao chamado Antropoceno.

a) Agricultura convencional: continuidade e ruptura com as agriculturas arcaicas e tradicionais

Do ponto de vista dominante das instituições e atores contemporâneos, a agricultura moderna intensiva é considerada como uma atividade setorial como qualquer outra numa sociedade em processo avançado ou completo de *dessacralização* e não como uma instituição envolvendo todas as dimensões da sociedade.

Com efeito, se, como vimos, as instituições decorrem do sacrifício e do rito que é a repetição do mesmo (HOCART, 2005), então, a *dessacralização* corresponde à perda de legitimidade e eficácia do que compõe o sagrado (os mitos, ritos, proibições e obrigações – direitos relativos ao uso do solo), os sistemas de diferenças (hierarquias), a relação ao tempo etc.

A dessacralização envolve uma perda do medo do castigo divino (ex. a Nêmesis) no momento de transgredir os limites sagrados (inclusive temporais) que, portanto, se diluem e somem. Em outras palavras, a *dessacralização* do mundo cria as condições sócio-históricas que possibilitam considerar o solo como base inerte e os produtos da terra como simples bens úteis. A dessacralização envolve uma liberação da violência (excesso de força) que o sagrado outrora *continha*.

Bonanno & Cavalcanti (2014) elucidaram as transformações profundas das dimensões sociais e ecológicas geradas por uma agricultura integralmente voltada para o mercado global: intensificação das cadências de trabalho (em detrimento por vezes da legislação trabalhista) e exploração máxima dos recursos naturais locais. Os ritmos do trabalho e a individualização do controle digital dos trabalhadores para cada uma das tarefas geram um duplo movimento psíquico: ausência de compromisso afetivo entre o trabalhador e o produto do seu trabalho e um aumento do estresse devido ao medo de que um erro (cometido, por exemplo, durante a etapa da embalagem das frutas) possa ser identificado e apontado por um consumidor do outro lado do mundo, ser objeto de uma queixa e ser localizado com exatidão (pelo rastreamento digital do posto de trabalho e dos horários), finalmente o homem ou mulher trabalhadora que ocupava aquela posição, na mesma hora da etiquetagem da mercadoria (CAVALCANTI; BENDINI, 2014). Os autores também mostram como os empreendedores focados no mercado e nas suas demandas levam as empresas a controlar até a velocidade e o ritmo de desenvolvimento da planta, influenciando nos seus tempos de crescimento.

De fato, esses produtos são doravante distribuídos em todo o globo, trocados nas bolsas de valores e negociados na cadências dos algoritmos do *High Frequency Trading*. Especulação, velocidade viraram as palavras-chave das bolsas mundiais, gerando abundância em certas regiões do globo, escassez e penúria em outras com uma pressão crescente sobre o ser humano e o meio ambiente. Essa aceleração social do tempo tornou-se, segundo Hartmut Rosa (ROSA, 2013), um princípio autônomo e determinante suficientemente poderoso, característica central da modernidade tardia.

Propomos, junto com vários autores (WEBER; 1917, GIRARD, 1996, DUPUY, 2009) considerar a dessacralização como o princípio motor da modernidade, afirmando que a aceleração social do tempo só pode acontecer quando o tempo se torna um simples recurso útil.

b) O sem-limite da agricultura convencional: a contraproduktividade normalizada

Ao pretender fundar (e agir sobre) seu mundo a partir dos seus recursos próprios (vontade e razão), em autonomia, as sociedades modernas recusam qualquer tipo de heteronomia e se liberam do julgo de qualquer limitação. Ao fazer assim, ou seja, ao transgredir ou negar certos limites críticos, as sociedades contemporâneas desencadeiam, na natureza e no mundo social, forças e fenômenos que, por um efeito de composição, parecem adquirir uma vida própria, recriando, assim, paradoxalmente, uma forma de heteronomia (DUPUY, 2009). A violência, o mercado, as mudanças climáticas parecem doravante estar fora de todo tipo de controle, alimentando-se uns aos outros. Enquanto, incontestavelmente, são, em geral, consequências das decisões e ações humanas.

Existe, portanto, na modernidade, um duplo movimento contraditório na relação entre humanos e não humanos: um movimento de perda de controle dos sistemas naturais e das suas reações enquanto o poder de ação do homem no seu ambiente cresce. É este olhar paradoxal que queremos ter em relação à agricultura, sobre sua evolução e sobre os desafios que a agroecologia tem e terá que enfrentar.

As agriculturas de hoje não evoluem mais, com certeza, no mesmo mundo do Justus Von Liebig (1803-1873) e de outros pioneiros da agricultura química. Elas evoluem em um mundo alterado e saturado pelos efeitos da primeira fase da modernidade (a do Liebig). A fase atual que Beck chama de *modernidade reflexiva* (BECK, 2001) é uma fase histórica de saturação onde se vive em (e age sobre) um mundo *já* transformado durante e pela primeira modernidade.

Dizer que na modernidade reflexiva existe saturação significa que não existe mais exterioridade radical capaz de acolher o excesso das sociedades contemporâneas (excesso de violência, de poluição etc.). Será que a agroecologia é uma agricultura adequada para essa fase histórica? Uma era na qual se tornou impossível continuar externalizando os custos e a poluição pois esses voltam, por um efeito de *bumerangue*, a afetar toda a sociedade.

A questão agrícola numa perspectiva antropológica é, portanto, paradigmática da relação que o ser humano estabelece no mundo na era do antropoceno. É no exato momento que o sonho de controle total do Homem sobre o meio ambiente alcança um nível inédito na história que relatórios

preocupantes sobre o estado do planeta oriundo de instituições oficiais informam que os limites críticos dos ecossistemas estão sendo ultrapassados ou já foram ultrapassados¹⁴. Ora, além desses limites, os sistemas afetados entram em uma dinâmica de comportamentos que deixa de ser previsível. A impossibilidade de controlar os eventos vira norma. É preciso aprofundar a reflexão sobre esse paradoxo pois ele permite identificar uma diferença essencial entre a agroecologia e a agricultura produtivista intensiva.

O paradigma agrônomico dominante, condizente com a lógica da primeira modernidade, pretende uma autonomia ontológica, ou seja, um controle absoluto em relação aos processos vivos e, portanto, uma independência total em relação às contingências e ao caráter relativamente aleatório (no sentido de não totalmente previsível) característico da vida. É uma pretensão sem limite. É nesse sentido que o projeto moderno tem fundamentos metafísicos (DUPUY, 2009, p. 71). Ao aplicar esses princípios, a agricultura gera, paradoxalmente, forças que a ultrapassam, levando a uma perda de controle dos processos econômicos e ecológicos que, por outro lado, ela própria contribuiu em pôr em movimento.

Sobre essas questões, a obra de Ivan Illich (1975, 2006) pode ajudar. Ela contribuiu na divulgação da noção de contraprodutividade. Segue a maneira com a qual Dupuy, que foi colaborador do Illich, resume o pensamento dele (DUPUY, 1999, p. 422). Para descrever a dinâmica paradoxal que caracteriza as sociedades industriais, Ivan Illich falava de contraprodutividade global. Para melhor compreender esse conceito, é preciso distinguir dois modos de produção de bens e serviços: o modo autônomo¹⁵ e o modo heterônomo de produção (ou modo industrial). O primeiro é característico das sociedades tradicionais, comunitárias, geralmente camponesas. O que é produzido no modo autônomo dificilmente pode ser quantificado, avaliado, comparado e, por isso, não é levado em conta no PIB de um país porque o que é produzido por ele não passa por um trabalho assalariado nem por transações monetárias.

Os produtores não pertencem a nenhuma empresa especializada na produção específica de tal bem ou serviço. A troca se baseia e se integra na teia

14. Ver o relatório Stern: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/> http://www.hm-treasury.gov.uk/d/stern_longsummary_french.pdf ou ainda o relatório Rockström (2009)

15 O modo autônomo não envolve necessariamente a autossuficiência da unidade de produção. Envolve, sim, um modo de produção que não dependa integralmente do mercado e das instituições cujo bens ou serviços são produzidos por expertos ou setores especializados (privados ou públicos) mediante transações monetárias calculadas pela contabilidade nacional. Ver Illich, 1975.

das relações tradicionais de obrigações. Já o modo heterônomo (gerenciado por terceiros e dependente de um conjunto de “outros” desconhecidos) é característico das sociedades industriais. A saúde, por exemplo, não é mais integrada a uma visão e a uma praxe religiosa e tradicional, mas se encontra monopolizada pelo hospital e pela medicina acadêmica convencional.

Os alimentos, na sua maior proporção, não são mais produzidos por e para as comunidades, mas sim pela indústria agroalimentar. Em período de crescimento econômico, amplos setores da sociedade deixam de se organizar segundo um modo autônomo de produção para passar a um modo heterônomo de produção (ILLICH, 1975). Eis uma definição possível do crescimento econômico: a transformação do que era gratuito ou não quantificado (por estar inserido na comunidade ou na natureza) em valor de mercado. Não obstante, Illich não dizia que o modo autônomo era o “Bem” e o modo heterônomo o “Mal”. O modo de produção autônomo encontrava-se, historicamente, em sociedades tradicionais nas quais a dimensão religiosa permeava todos os aspectos da vida social e pessoal. Nesse contexto, as atividades dos homens eram *contidas* dentro de determinados limites sagrados que dificilmente podiam ser questionados e, portanto, ultrapassados. O modo autônomo baseava-se, então, em limites, o que não é o caso do modo heterônomo característico das sociedades modernas ocidentais, o qual tem uma dinâmica de desenvolvimento ilimitado. Em algumas circunstâncias, os dois modos podem entrar em uma sinergia positiva.

Esse raciocínio pode ser aplicado à agricultura? A agricultura convencional continua sendo uma atividade que alimenta a vida ou será que entrou em uma dinâmica de destruição (dos solos e da saúde)?

Pode-se legitimamente duvidar disso. Por exemplo, na França, observa-se uma estagnação e em seguida uma perda da produtividade agrícola desde 2009. O modelo não possibilita mais aos agricultores viverem com a dignidade do seu trabalho: aumento do mal-estar (i.e., centenas de suicídios¹⁶ por ano, desestruturação das famílias, aumento das doenças crônicas devido à má alimentação). Ora, uma agricultura que destrói os solos¹⁷, enve-

16. Existe uma controvérsia sobre os índices de suicídios na profissão agrícola na França. O INVS apresenta índices que as associações de famílias de vítimas de suicídios não aceitam. Mais detalhes aqui: <http://invs.santepubliquefrance.fr/fr/Publications-et-outils/Rapports-et-syntheses/Travail-et-sante/2016/Surveillance-de-la-mortalite-par-suicide-des-agriculteurs-exploitants>, ou ainda <http://arsfp.blogspot.com.br/>

17. Na França, a perda dos solos (além de outros fatores) leva a uma estagnação da produtividade agrícola. Ver « L'agriculture et l'agroalimentaire français à la recherche d'une compétitivité perdue »

na os camponeses¹⁸, ribeirinhos e consumidores, asfixia as águas ainda pode ser chamada de *moderna*?

Ou nunca fomos modernos (LATOURE, 1991; CAVALCANTI, 2003) ou então a modernidade é exatamente esse projeto histórico de reinvenção permanente capaz de questionar as certezas estabelecidas e, nesse caso, deveria ser possível redefinir o que é uma agricultura moderna, pois todos os efeitos perversos mencionados acima e outros ainda nos levam a questionar a pretensão da agricultura e da agronomia convencionais a deter o monopólio da razão científica.

Existem alternativas ou soluções para essa situação? É exatamente o que os diversos movimentos agroecológicos tentam construir. No entanto, a agroecologia propicia as condições de uma redefinição? Podemos, de fato, induzir uma mudança social por novas práticas como também elaborando outras representações, novos discursos, novas definições do que poderia ser uma *agricultura moderna*. É o que veremos agora.

Agroecologia: uma outra agricultura para uma nova era?

Na França, o modelo agrícola convencional está passando por uma crise de rentabilidade, de valores, de identidade, e sua imagem tende a se deteriorar¹⁹. Quando se fica preso ao modelo convencional, a tentação é recorrer a “cada vez mais do que causa o problema” (mais subsídios para maior recurso à química e à automação). A permacultura ou a agroecologia se beneficiam, por sua vez, de uma imagem positiva, jovem e contemporânea. A diversidade de pessoas interessadas por essas novas abordagens é ampla e inclui profissionais originalmente de distintos ramos de atividades e procedências. Em certos casos, o conceito de *start-up* aplica-se a esses agricultores empreendedores

ISS-Inra Sciences Sociales – Recherches en Economie et Sociologie Rurales, n. 4-5/2011 – Février 2012. Disponível em : http://www.tse-fr.eu/sites/default/files/medias/doc/Publications/Vincent_Requillart/iss11_45_1.pdf ou encore http://www.lesechos.fr/10/01/2016/lesechos.fr/021608908597_la-fertilitedes-sols-part-en-poussiere.htm.

18. Ver o relatório da OMS, estabelecendo uma relação estatística entre alimentação e doenças crônicas: http://www.who.int/nutrition/publications/obesity/WHO_TRS_916/fr/.

19. Ver a pesquisa de opinião, disponível em: http://www.ifop.com/?option=com_publication&type=poll&id=2943.

recém-estabelecidos²⁰. Esses empreendimentos agrícolas desafiam os institutos de pesquisa agrônômica e de extensão e, de forma geral, a mentalidade moderna vigente, acostumada com a ideia que uma empresa agrícola (ou outra) deva sempre *crescer* para poder lucrar ou simplesmente sobreviver.

Essas abordagens alternativas procuram, portanto, *otimizar* o que existe partindo dos elementos, das funções e das necessidades/recursos do sistema local ao invés de *maximizar* uma produção de forma isolada e unívoca. Da mesma forma, como já vimos, o mercado global impõe o ritmo de trabalho e de produção (interferindo até nos ciclos da planta), certas abordagens agroecológicas reativam e reinventam formas de autonomia, possibilitando trocas não mercantis entre produtores e a venda do excesso no mercado local através de um movimento de *relocalização* ou *reterritorialização* da economia²¹.

Para uma nova definição da agricultura moderna?

Com a presença cada vez mais forte da agroecologia nas suas formas práticas, teóricas e institucionais²², assistimos a uma disputa de definição e de legitimidade para saber o que é uma *agricultura moderna*. Um dos critérios para que um modelo agrícola possa ganhar legitimidade é a sua capacidade de alimentar uma população mundial cada vez mais numerosa. No docu-

20. Geralmente, são empresas de pequeno porte, muito dinâmicas e com boa visibilidade na internet ou nas redes sociais. Por exemplo, as fazendas da Goursaline (<http://www.permaculture-design.fr/>), da Bourdaisière (<http://www.fermesdavenir.org/>), do Bec-Hellouin que conseguem produção alta com superfícies relativamente pequenas, trabalhando a partir de métodos agroecológicos, como a agricultura bio-intensiva. Ver, em relação a isso, o estudo realizado pelo INRA, disponível em: http://www.fermedu-bec.com/inra/Rapport-étude-2011-2015-Bec-Hellouin_30112015-2.pdf. Experiências agroecológicas existem também em grande escala. Por exemplo, na Fazenda da Toca no Brasil (2300 hectares no Estado de São Paulo). Para mais detalhes sobre essa abordagem, ver o documentário apresentado na COP21: *Life in Syntropy*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gSPNRu4ZPvE>.

21. Sobre as questões de segurança e soberania alimentares, isso se revela determinante, como podemos observar nos exemplos relatados aqui.

22. O relatório de Olivier de Schutter, publicado em 2011, quando era Relator especial para o direito à alimentação, no Conselho dos Direitos Humanos na ONU, afirma que só a agroecologia pode alimentar o mundo. O relatório contribuiu para dar maior legitimidade à agroecologia no debate com a agricultura convencional.

mentário *Viagem entre solos e terras*²³, Dominique Bourguignon²⁴ explica que o problema da agroecologia é que ela sofreu atrasos na pesquisa e extensão. Segundo ele, a agroecologia pode sim, alimentar o mundo. Tudo depende de saber se o que é considerado é a produtividade *por trabalhador* ou *por metro quadrado*. A agricultura mais produtiva por metro quadrado é a agricultura camponesa (como é o caso da *milpa* no México). A agricultura mais produtiva *por homem*, a intensiva. Porém, se quisermos alimentar muita gente, sem externalidades negativas, precisaremos, segundo Bourguignon, voltar a uma agricultura camponesa capaz de integrar métodos agroecológicos.

A questão de saber qual das agriculturas é a mais moderna e a mais adequada para enfrentar os desafios presentes e futuros, necessária se faz uma ampla reavaliação.

A agroecologia como conversão

Quando um agricultor convencional toma consciência do impasse onde se encontra, ele pode querer mudar de rumo ou de modelo, se ele souber que outros modelos existem. Fala-se de conversão para o modelo orgânico ou também de transição agroecológica. Trata-se de que tipo de conversão? Ela é de ordem técnica, metodológica, ou então trata-se de oportunidade econômica? As motivações são de ordem pragmática ou existencial? Quais as dimensões da vida que estão envolvidas nessa mudança? Essa conversão envolve uma mudança de olhar, na relação do agricultor com a terra?

a) Condições e dimensões da conversão (ou transição)

Entre os vários aspectos mencionados nos depoimentos e entrevistas coletados durante as pesquisas de campo, a *experiência existencial* dos agricultores constitui uma motivação importante. O gatilho pode ser um sentimento de desespero em relação à terra que se tornou improdutiva ou pode também ser devido a um sentimento de culpa de “maltratá-la”.

23. “Médicos do humo? Uma viagem entre Solos e Terra” (54mn), um filme de Jean Will.

24. Dominique et Lydia Bourguignon fundaram o LAMS em 1991, um laboratório especializado na análise da microbiologia dos solos.

A história de Seu J. agricultor agroflorestal da Zona da Mata, é ilustrativa:

A transição de Seu J. para uma produção agroflorestal ocorre em um momento de crise profunda na sua vida pessoal e profissional. No início da década de 1990, Seu J. começou a trabalhar uma terra herdada do pai, que este tinha conseguido através da reforma agrária. A terra encontrava-se muito degradada pela monocultura da cana-de-açúcar e o agricultor e a família encontravam-se num impasse. O encontro com o Centro Sabiá em 1994 foi decisivo²⁵. Implantaram, portanto, um SAF (Sistema Agroflorestal). Seu J. deixou de praticar queimadas, cortes metódicos na sua terra e formas de plantar sistemáticas: milho, feijão, inhame, macaxeira. O agricultor começou a observar e tentou entender como o sistema fauna/flora/solo funcionavam. Porém durante a transição, os vizinhos começaram a fazer comentários:

“A comunidade no entorno falava mal de mim. Diziam que eu tinha enlouquecido, que eu não cuidava mais da minha terra. Simplesmente porque eu tinha deixado de cortar e queimar antes de plantar o que sempre plantávamos. Pela primeira vez, eu observava e aprendia como os elementos do sistema funcionavam em conjunto. Foi um período difícil. Sem o centro Sabiá para me apoiar, eu não teria aguentado.”

A transição para um manejo agroecológico da sua terra mudou a vida de Seu J. e da sua família. Vinte anos depois do início dessa experiência, Seu J. podia ter o orgulho de ter conseguido essa transição e hoje o sítio dele e da família é referência regional como exemplo de sucesso em agroecologia, sendo fonte de inspiração para muitos agricultores que também desejam mudar a forma de produzir.

Para os diversos agricultores entrevistados, foi a experiência de aproximação com a morte (ou doença grave, ou falecimento de um ente querido por intoxicação, ou exaustão/esterilidade da terra ou mais simplesmente a morte das certezas) que constituiu o primeiro passo rumo à conversão. A conversão é, portanto, um processo consciente e global que envolve todas as dimensões da existência e procede de um desejo de integração com os elementos que compõem o sistema. É interessante ouvir os agricultores que

25. Essa ONG, reconhecida no Estado de Pernambuco por seu trabalho de capacitação agroecológica dos agricultores familiares, firmou uma parceria com Seu J. para fazer do sítio dele um espaço de experimentos e aprendizados.

fizeram essa conversão para ver que esse processo cumpre tanto as necessidades mais básicas como também as aspirações mais imateriais.

Com efeito, no que toca à alimentação, as famílias que acompanhamos através da associação Terra e Vida não temem a falta do alimento pois o fato de cultivar, em sucessivas levas, espécies de plantas em desenvolvimento no ano todo faz com que tenham constantemente comida na mesa em quantidade, variedade e qualidade. Assim, não dependem só de uma colheita. Isso é fundamental em relação à questão de segurança alimentar.

Além disso, na agroecologia, as dimensões estéticas e poéticas são presentes e satisfazem as necessidades (ou aspirações) como, por exemplo, as necessidades de *realização pessoal*. As pessoas entrevistadas expressam um sentimento de orgulho quando falam dos múltiplos laços que se estabelecem entre os vários elementos do sistema agroflorestal: os insetos, as plantas, os animais, a terra e as pessoas. Essa *satisfação existencial* no que tange ao sentido da vida encontra-se também quando, graças a um manejo agroecológico, uma fonte de água outrora ressecada por um trato inadequado da terra, volta a brotar, conforme presenciamos²⁶.

Enfim, e talvez seja o aspecto mais importante, pois ele resume todos os outros, os agricultores e agricultoras expressam um sentimento de paz que procede de uma atitude que consiste em não estar mais em guerra com a terra nem contra ninguém.

Considerações finais

Escolhemos apresentar um panorama da agricultura, desde as suas hipotéticas origens sacrificiais e rituais, até suas formas contemporâneas: agricultura convencional e agroecologia. Enquanto nas sociedades tradicionais a relação com a terra e com a alimentação envolvia o sagrado, nas sociedades modernas, caracterizadas por um processo de *dessacralização*, essas relações se reduzem a dimensões e preocupações econômicas, ecológicas, políticas ou nutricionais (bem-estar coletivo ou individual).

A relação sagrada com a terra e os seus frutos envolvia a existência de *limites* que restringiam o poder do agir humano sobre o mundo. Na modernidade, o que guia a ação humana é baseado na racionalidade instrumental, na tentativa de adequar os meios a serem usados com uma finalidade

26. Num sítio de Igarassu-PE, em maio 2016.

maior. A terra se torna, portanto, um meio de produzir para uma finalidade que pode ser ética, política (alimentar a população) e econômica. Essa finalidade sendo considerada mais elevada justifica a poluição, a “violência” exercitada contra a terra.

Vemos que a racionalidade instrumental conserva a marca da lógica sacrificial (DUPUY, 2009) ilustrada pelo lema: “o fim justifica os meios”, ou seja, justificando assim o uso de um mal necessário para um *Bem maior*.

No entanto, o que se percebe na modernidade tardia é que, quando a racionalidade instrumental se encontra solta, sem limites, ela produz as condições de ultrapassagem de certos pontos críticos, já “presentes” na própria estrutura de qualquer sistema vivo (sociedades humanas ou ecossistemas naturais). A “Razão” produz então o contrário do que supostamente deveria gerar (contraprodutividade e perda de significado), característica de uma situação de saturação global, física e simbólica, que se pode conceber como própria ao Antropoceno.

Se a agricultura tem origens sacrificiais, se a aração, as sementeiras e as colheitas têm origens rituais, é pertinente afirmar que a agroecologia participa de um processo autenticamente moderno de crítica e de ressignificação mais ampla e fundamental da lógica sacrificial e traz respostas pertinentes à pergunta: como viver e sobreviver num mundo no qual a lógica sacrificial clássica não funciona mais? Essa releitura crítica e subversiva procede da constatação de que o sacrifício (mal necessário para um bem maior) que podia funcionar quando era reconhecido como legítimo pelas grandes narrativas religiosas (mitos) ou políticas nos diversos domínios da sociedade, não funciona mais, inclusive no *campo* da agricultura. A agroecologia, deixa, portanto, de recorrer a um remédio (uma lógica) que não cura mais. Pior: que adoece. Por ser um objeto plural (movimento social, ciência, conjuntos de práticas, filosofia, paradigma), a agroecologia integra saberes antigos e contemporâneos e mostra a impossibilidade social, ecológica e simbólica de se continuar na trilha atualmente escolhida.

Perguntamos: será que a agroecologia forneceria as bases de uma refundação da relação entre humanos/não humanos, considerando a obsolescência das categorias que até agora serviram de referências dominantes na modernidade, contribuindo, assim, a repensá-las integralmente nessa nossa nova situação planetária, o Antropoceno?

REFERÊNCIAS

ALVIELLA, Eugène Goblet d'. *Les Rites de la Moisson et les Commencements de l'agriculture*. Paris: Ernest Leroux, 1898.

AUBIN, Ludovic. *Paradoxes, apories et contradictions au cœur du paradigme du développement durable*. Etude d'un champ institutionnel de la région métropolitaine de Recife et de la zone de la Forêt Atlantique de Pernambuco, Brésil, 2012. 387 f. Tese (Douctorale Sociologie). Ecole Doctorale de Geographie de Paris.

AUBIN, Ludovic; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Des origines rituelles de l'agriculture à l'Anthropocène. Réflexions sur un paradigme en formation aux multiples visages: l'agroécologie. *Revista Antropológicas*, Ano 21, v. 28(1), 2017. p. 247-278.

BECK, Ulrich. *La Société du Risque: Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 2001.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Labor Relations in Globalized Food*: Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2014.

BONNEUIL, Christophe. *L'Événement Anthropocène: La Terre, l'histoire et nous*. Paris: Seuil, 2013.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. El "medio ambiente" como objeto de las Ciencias Sociales: un análisis basado en los estudios de globalización de los sistemas agroalimentarios. In: BENDINI, Mónica; CAVALCANTI, Salete; MURMIS, Miguel; Tsakoumagkos, Pedro. *El Campo en la Sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003, p. 157-176.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica Isabel. Globalization and change in labor relations in fruit regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (org.): *Labor Relations in Globalized Food: Research in Rural Sociology and Development*. Bingley: Emerald, 2014. p. 3-32.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene, F. "The 'Anthropocene'", Global Change, NewsLetter, 41, 2000. p. 17-18.

DUPUY, Jean-Pierre. *La Marque du Sacré*. Paris: Carnets Nord, 2009.

DUPUY, Jean-Pierre. *Éthique et Philosophie de l'Action*. Paris: Ellipses, 1999.

ECK, Bernard. Le pharmakos et le meurtrier. In: LIARD, V. (ed.). *Histoires de crimes et société*. Dijon: EUD, 2011. p. 15-29.

- ELIADE, Mircea. *L'Épreuve du Labyrinthe*. Entretiens avec Claude-Henri Rocquet. Paris: Editions du Rocher, 2006.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. *Parenté et Mariage chez les Nuer*. Paris: Payot, 1973.
- GIRARD, René. *La Violence et le Sacré*. Paris: Grasset, 1972.
- GIRARD, René. *Des Choses Cachées Depuis la Fondation du Monde*. Paris: Grasset, 1978.
- GIRARD, René. *Aux Origines de la Culture*. Paris: Desclée de Brouwer, 2004.
- HOCART, Arthur. 2005. *Au Commencement Était le Rite*. Paris: La Découverte/ M.A.U.S.S., 2004.
- HOFMANN, Albert; SCHULTES, Richard Evans. *Les Plantes des Dieux: Les plantes hallucinogènes. Botanique et ethnologie*. Paris: Edition du Léopard, 2005.
- ILLICH, Ivan. *Némésis Médicale*. Paris: Seuil, 1975.
- ILLICH, Ivan. *La Corruption du Meilleur Engendre le Pire*. Arles: Actes Sud. Março 2007
- LATOURET, Bruno. 1991. *Nous n'avons Jamais Été Modernes – Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 2006.
- MOURA, Maurício Rigon Hoffman. *Sistemas Agroflorestais para Agricultura Familiar: Análise econômica*. Brasília: UnB. 2013. (Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14683/1/2013_MauricioRigonHoffmannMoura.pdf. Acesso em: 08 jan. 2016.)
- PEREIRA, Nunes. *Os Índios Maués*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- ROCKSTRÖM, Johan *et al.* A safe operating space for humanity. *Nature*, 2009. p. 461, 472-475. (Disponível em: www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/full/461472a.html. Acesso em: 13 fev. 2016).
- ROSA, Hartmut. *Accélération, Une Critique Sociale du Temps*. Paris: La Découverte, 2013.
- SERRES, Michel. *La Légende des Anges*. Paris: Flammarion, 1993.
- SMITH, Bruce. *The Emergence of Agriculture*. New York: Scientific American Library, 1995.

STEFFEN, Will *et al.* The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*. PY. 2015/03/02.

YOSHIDA, Atsuhiko. Les excréments de la Déesse et l'origine de l'agriculture. *Annales, Economies, sociétés, civilisations*. 21^e année, n. 4, 1966.

Outros Documentos

AGROPARISTECH *et* INRA. 2015. Etude “Maraîchage ‘biologique’ ‘permaculturel’ et ‘performance’ ‘économique’”, novembre 2015.

(Disponível em: www.fermedubec.com/inra/Rapport-étude-2011-2015-Bec-Hellouin_30112015-2.pdf. Acesso em: 17 out. 2016).

INSEE. 2013. Tableaux de l'Économie Française. (Disponível em: www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=T13F172. Acesso em: 20 jan. 2016).

KHIREDDINE-MEDOUNI, Imane. 2016. Surveillance de la mortalité par suicide des agriculteurs exploitants. Situation 2010-2011 et évolution 2007-2011. (Disponível em: <http://invs.santepubliquefrance.fr/fr/Publications-et-outils/Rapports-et-syntheses/Travail-et-sante/2016/Surveillance-de-la-mortalite-par-suicide-des-agriculteurs-exploitants>. Acesso em: 20 fev. 2017).

STERN, Nicholas. The Economics of Climate Change: the Stern review. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

OMS. 2003. Rapport d'une Consultation OMS/FAO d'experts (Rapport technique de l'OMS 916). (Disponível em: www.who.int/nutrition/publications/obesity/WHO_TRS_916/fr/. Acesso em: 19 mar. 2017).

Documentários

ROBIN, Marie-Monique. 2012. *Les Moissons du futur*. Arte Éditions.

WILL, Jean. 2016. Médecins de l'Humus? Un Voyage entre Sol et Terre – Soigneurs de terres. (54 m.).

MUJERES CAMPESINAS Y SISTEMAS AGROALIMENTARIOS EN CONTEXTO DE GLOBALIZACIÓN

GLORIA PATRICIA ZULUAGA SÁNCHEZ

Introducción

Con este capítulo queremos dar cuenta del vínculo entre género y sistemas agroalimentarios en el contexto de la globalización, y contribuir a entender cómo el ajuste estructural incide no solo en las formas de producción y consumo, sino que profundiza las desiguales relaciones de género.

Alrededor de los alimentos existe un complejo entramado (producción, disponibilidad, distribución y acceso), lo que permite ver la centralidad del sector agroalimentario en nuestras vidas. La literatura académica feminista sostiene que la sociedad ha asignado a las mujeres la responsabilidad del cuidado de la familia, donde la alimentación es central, lo que implica gran cantidad de trabajo físico y emocional (CAIRNS and JOHNSTON 2016), que debe realizarse a pesar de su escaso acceso a bienes materiales y simbólicos. También se ha señalado que las mujeres participan de forma activa en proyectos alternativos a los modelos convencionales de producción, distribución y consumo de alimentos, como una ética femenina del cuidado (ZULUAGA, 2011; GARCÍA *el at.*, 2014; SILIPRANDI, 2015).

En muchos países las mujeres producen entre el 60 y el 70 % de los alimentos consumidos en las zonas rurales y realizan la mayoría de las tareas agrícolas y domésticas: sembrar, desyerbar, cosechar, almacenar, procesar, vender, seleccionar y guardar semillas, cocinar, transformar, servir y lavar (SENRA y LEÓN, 2009), tareas, aparentemente situadas fuera de la esfera de las relaciones económicas. Por ello es importante entender cómo procesos y políticas globales inciden en espacios y prácticas cotidianas en parcelas, huertas, patios y cocinas.

Desde los años 60 del siglo pasado, la agricultura de subsistencia, vinculada a la reproducción de la vida campesina (alimentación y cuidado de familia, de animales y plantas, abastecimiento de agua y combustible), donde las mujeres tienen un papel central, se ha visto fuertemente comprometida por la especialización de la agricultura. Porque la producción de alimentos se ha orientado cada vez más hacia el mercado, principalmente de exportación, en un sistema de trabajo asalariado, dando a los varones un papel de productores protagónicos – cuando no exclusivos (DEREE, 2006).

La privatización, despojo o contaminación de muchos espacios y bienes colectivos, como bosques y cuerpos de agua ponen en grave riesgo las estrategias productivas y alimentarias realizadas y conservadas por generaciones de pobladores rurales, lo que agudiza su empobrecimiento, sobrecarga de trabajo y marginación – especialmente de las mujeres (SHIVA, 2006; AGARWUAL, 2004; RESTREPO y ZULUAGA 2020). En este sentido, Silvia Federici (2020) plantea que ellas han estado en mayor medida excluidas de la economía monetaria, y por eso tienen una mayor relación con los bienes comunes (aguas y bosques comunitarios, por ejemplo), siendo más proclives a vincularse a iniciativas en su defensa y preservación.

Desde la agroecología se ha enfatizado en el modelo de producción, promoviendo el cambio de una serie de técnicas, pero poco se ha incursionado en los mercados y en el consumo (a no ser alimentos para el autoconsumo). Mientras que otras perspectivas, como los movimientos alternativos (por ejemplo, distribución de alimentos orgánicos, locales, de comercio justo y sostenibles), se han enfocado en el consumo, con poca reflexión sobre las prácticas de producción, deterioro ambiental y las condiciones laborales de los productores agrarios (GUTHMAN, 2011).

A pesar un sin número de experiencias, que ponen en el centro la reproducción de la vida, estas han sido sistemáticamente invisibilizadas, o en palabras de Boaventura (2005), construidas activamente como no existentes, tal vez porque dan muchas pistas para construir alternativas al sistema actual. Maria Mies (2018) expresa que muchas iniciativas comunitarias están desafiando los principios de la globalización corporativa y demuestran que podemos movernos más allá de los sistemas de dominación. Existe otra concepción de economía que pone a la vida y a todo aquello necesario para producir y mantener la vida en este planeta, en el centro de la actividad económica y social, desde *otra economía*, o como

lo proponen Gibson-Graham (2011), una *economía de la diferencia* lo que claramente coincide con los planteamientos de la economía feminista: una economía del cuidado y no del mercado.

El agronegocio o sistema agroalimentario globalizado

Décadas de investigaciones alertan sobre los numerosos problemas que nuestros modelos de desarrollo agrario generan al ejercer fuertes presiones sobre los ecosistemas, así como sobre las condiciones socioeconómicas de la gente. Hacemos referencia concretamente al proyecto agroindustrial y exportador, conocido también como agronegocio o régimen alimentario corporativo,¹ íntimamente ligado a la globalización. El cual es un sistema altamente complejo y con muchos intereses económicos y políticos, donde las corporaciones transnacionales aumentan cada vez más su influencia y control sobre la producción, la distribución y el comercio de alimentos (DESMARAIS, 2007).

Este sistema puede entenderse como una extensa cadena que se ha ido alargando cada vez más, alejando producción y consumo, y favoreciendo la apropiación de las distintas etapas por las empresas agroindustriales, al tiempo que se va expropiando y perdiendo la autonomía de los campesinos. Además, este modelo no distingue de dónde provienen los alimentos. Muchos de ellos se producen y distribuyen bajo condiciones nocivas para el medio ambiente y están apoyados por subsidios y políticas que destruyen a las productoras y productores locales de alimentos, pero que benefician a las empresas del agronegocio (MCMICHAEL, 2016).

Los intercambios en este sistema se dan sin que buena parte de quienes intervienen en el ciclo económico tengan una visión de conjunto sobre los respectivos encadenamientos, así, muchos de los alimentos que compramos no tienen historia, o la historia del producto está borrada, lo que nos lleva a un mundo sin responsables y sin rendición de cuentas, donde el único enlace permitido entre la producción y el consumo es el dinero. Esta es una de las formas más eficientes del ocultamiento del hecho relacional de que todos formamos parte de un metabolismo con la naturaleza, lo que dificulta significativamente la construcción de sostenibilidad (LEGGEWIE; WELZER, 2013); porque el modelo, además de que no permite conocer el

1. Para un desarrollo de este concepto, ver McMichael (2016).

deterioro y saqueo de recursos de la naturaleza en todo el encadenamiento económico, impide identificar las injustas modalidades de trabajo de quienes los producen.

Según Torero (2020), más del 50 por ciento de las calorías que consume la población mundial han cruzado al menos una frontera internacional. Por ejemplo, la soya, el maíz y la palma aceitera, base de la alimentación actual – animal y humana –, viajan como materias primas desde Brasil, Argentina o Estados Unidos, hasta China o Europa, y de allí vuelven convertidas en otra cantidad de alimentos procesados, dejando una fuerte huella ecológica.

Dicho modelo produce alimentos que, aunque baratos, son de mala calidad y dañinos a la salud humana y ecológica, y lleva al acaparamiento de tierras convertidas en grandes monocultivos extensivos que destruyen la matriz ecológica en la que se implantan hasta convertirlos en una suerte de desiertos alimentarios (MCMICHAEL, 2016).

Aparte del daño ecológico irreversible, ello también provoca el desplazamiento de millones de personas de sus hogares y tierras, destruyendo las comunidades y las agriculturas tradicionales, y construyendo agriculturas sin agricultores. Como lo ha dicho Bauman (2011), aquellos aplastados por la globalización han perdido sus formas de subsistencia, las cuales tardaron siglos en hacerse; han sido forzados a la migración o son obligados a vivir en entornos degradados y de pobreza, con el mensaje de que “esto es el desarrollo”.

Como nos lo recuerda Silvia Federici (2020), los Programas de Ajuste Estructural² están recolonizando el Tercer Mundo, a partir del neoextractivismo³ y la reprimarización de la economía, lo que trae consigo la privatización de tierras, aguas, semillas y otros bienes comunes indispensables para la reproducción de miles de comunidades campesinas e indígenas. En muchos casos usando la violencia para el despojo y el desplazamiento, obligando a comunidades enteras a reorganizar la reproducción social.

2. La políticas de Ajuste Estructural fueron diseñadas por el Banco Mundial en la década de 1980. Parte de sus recomendaciones a los Estados fue la privatización de la mayoría de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales (DESC), que incluyen el derecho a la educación, a la salud, a la vivienda, al agua y a la alimentación. Lo que además se acompañó de políticas a favor del libre comercio y de economías abiertas, así como del abandono de la industrialización por sustitución de importaciones (DEERE, 2006, p. 80).

3. El extractivismo se entiende como un “modo de apropiación de grandes volúmenes de recursos naturales o bajo procesos de alta intensidad, para exportarlos a los mercados globales, siguen siendo vistos como necesarias mediaciones para el desarrollo (Gudynas, 2019, p. 109).

Colombia no escapa a esta situación, por el contrario, el país ha vivido fuertes enfrentamientos por el control de tierras entre distintos grupos armados. En un estudio realizado en Colombia por Restrepo y Zuluaga (2020), se cuenta cómo una población campesina sufrió desplazamiento por la confrontación armada entre paramilitares y guerrillas, donde las tierras “abandonadas” fueron posteriormente adquiridas por empresarios de la palma de aceite. Son muchos los casos de despojo y acaparamiento que se presentaron en las últimas tres décadas en el país.

La concentración de la propiedad en pocas manos, expresión del acaparamiento de tierras, está asociada la disminución de la producción de alimentos básicos⁴, lo que claramente obedece a intereses internacionales (Tratados de Libre Comercio), porque ocupa buena parte de las tierras rurales en la producción de materias primas para la exportación, que compiten con la producción de alimentos, como es el caso de las flores, el café, las frutas tropicales (banano) o los agrocombustibles (palma aceitera y caña de azúcar). Muchos gobiernos latinoamericanos incorporan este tipo de agricultura en sus planes de desarrollo, brindando incentivos y facilitando su implementación, argumentando que genera divisas necesarias, bien sea para el pago de la deuda externa o para financiar proyectos sociales tendientes a paliar la pobreza generada por la misma política de desarrollo agroindustrial. En el discurso dominante, la orientación hacia la exportación se justifica como un instrumento del desarrollo, invisibilizando los impactos sociales y ecológicos que genera.

Como lo ha denunciado Vía Campesina (2020) la política agraria trabaja con criterios de rentabilidad inmediata, de competitividad internacional y de apoyo a las grandes empresas de la agroalimentación, sin considerar las repercusiones sociales – empobrecimiento del medio rural, migración hacia las ciudades, violencia, concentración de la propiedad, deterioro ambiental, ocupación del suelo para usos especulativos, entre otras.

Con relación a los empleos que genera este tipo de agricultura, distintos autores han señalado que son escasos, con bajos salarios y con muy pocos derechos laborales por ello muchos agricultores se ven forzados a diversificar sus estrategias para garantizar su sobrevivencia, incluyendo la migración permanente y el abandono de la actividad agrícola (DEER, 2006; CASTAÑEDA y ESPINOSA, 2014).

4. Según la Red de Forjadores y Forjadores de Paz (2018), Colombia importa más de 10.000 toneladas de alimentos básicos al año.

Esta situación dificulta enormemente las condiciones de vida y trabajo de las poblaciones rurales, muy particularmente de campesinos y campesinas, y de la producción de alimentos a pequeña escala, lo cual compromete su economía, su alimentación y, en últimas, sus medios de vida, como desarrollaremos en el siguiente apartado.

Mujeres campesinas y sistemas agroalimentarios

Con la especialización de la agricultura, la producción se orientó al mercado, y los hombres pasaron a controlar la producción animal y la horticultura, dando lugar a un declive de la producción doméstica de las mujeres, que estaba dirigida a cubrir las necesidades básicas.

El papel que desempeñan las campesinas en el sistema alimentario es crucial pues de ellas depende, en gran medida, la seguridad alimentaria de muchas familias; es decir, en sus manos está asegurar el acceso a los alimentos, sin embargo, tienen que sortear muchas dificultades culturales, económicas y políticas.

La agricultura campesina está enfrentada, por un lado, a una competencia feroz con la agroindustria y, por otro, a los programas de Ajuste Estructural – privatización de derechos sociales; desmantelamiento de la institucionalidad pública, poco apoyo a la agricultura y al desarrollo rural, que incluye la desaparición de los servicios de crédito, asistencia técnica, investigación y comercialización agropecuaria. Esto agudiza y diversifica las desigualdades sociales y económicas e impacta no solo la producción de buena parte de los alimentos básicos, sino los medios de vida de los y las campesinas.

En muchas regiones, la respuesta a la crisis de la agricultura campesina ha sido un aumento en la cantidad de miembros de los hogares rurales que realizan actividades distintas de las agrícolas y fuera de sus fincas, con el fin de obtener ingresos económicos (DEERE, 2006, p. 79). En general, son los varones los que suelen trabajar fuera de la parcela, lo que repercute de manera importante en la división sexual del trabajo en las actividades propias de la economía campesina.

De hecho, desde la década de 1990, en Colombia la misma política de desarrollo rural promocionaba el trabajo extrapredial para complementar los ingresos básicos de las unidades familiares. Para el caso de las zonas agroindustriales, la oferta laboral se ha venido masculinizando,

configurando estereotipos de género, que asumen que el trabajo pesado y permanente es para los varones. Lo que en muchos casos significa la ruptura con las actividades productivas y reproductivas previas, con repercusiones en la división sexual del trabajo y en las relaciones de género. Cuando las mujeres acceden a trabajos en las plantaciones suelen hacerlo en oficios relacionados con los roles tradicionales de limpieza y preparación de alimentos, que en la mayoría de los casos son eventuales y mal pagados (GARCÍA, 2016).

Parafraseando a Cynthia Enloe (2000), la ideología del desarrollo reproduce una concepción binaria del sistema sexo-género, en la que se naturalizan los roles de género, es decir, las mujeres son vistas como débiles y los hombres como fuertes guerreros.

También hay que decir que los hombres suelen estar a favor de proyectos convencionales de “desarrollo”, como las plantaciones. Trujillo (2018), encontró que, en una comunidad de campesinos del norte de Colombia, después de años de disputa con una compañía bananera que se había apropiado ilegalmente de sus parcelas, muchos de los hombres fueron más proclives a alquilar la tierra a la empresa, esperando ser contratados para obtener un salario. Algunos de los entrevistados por la autora expresaron que las plantaciones de banano de exportación traerían progreso a su localidad, argumento que no encontró eco en la mayoría de las mujeres, quienes preferían restaurar sus modos de vida y sus agroecosistemas, pues como lo señalaron *“el dinero que ganan los hombres no siempre regresa a la casa [...] a pesar de tener tierra no siempre hay buena comida”*⁵.

Castañeda y Espinosa (2014, p.190) señalan que las mujeres campesinas – en especial las que viven en condiciones precarias –, se ven obligadas a multiplicar sus esfuerzos y jornadas de trabajo para conseguir recursos económicos. Así, se responsabilizan de la producción de vegetales y de la cría de pequeños animales para la alimentación de la familia y para la venta directa en mercados locales, sea porque los hombres se dedican a los cultivos comerciales o porque trabajan fuera del terreno familiar.

A pesar de que las campesinas desempeñan un papel central en la producción y disponibilidad de alimentos, enfrentan barreras de género, particularmente en el acceso a los recursos productivos, servicios y oportunidades económicas. En general, viven un trato marginal en capacitación, asistencia

5. Se hace referencia a que la mano de obra masculina esta empleada en las plantaciones.

técnica, financiamiento y crédito, su poder adquisitivo es insuficiente, no son dueñas de la tierra y tienen poca representatividad en los espacios de toma de decisiones. Todo ello derivado de factores sociales, económicos y culturales que, interrelacionados, las colocan en un espacio subordinado, lo cual redundará no sólo en detrimento de su propio desarrollo sino de toda la sociedad (MARTÍNEZ y SABATÉ, 2004; ZULUAGA, 2011; CASTAÑEDA y ESPINOSA, 2014).

Las feministas, dentro y fuera de la academia, han criticado la presunción de que la agricultura es realizada principalmente por hombres y de que se ignoren o minimicen las experiencias de las mujeres en la producción de alimentos, que en ocasiones son los únicos disponibles para muchas familias del campo (CAIRNS and JOHNSTON; GUTHMAN, 2007). Existe un sinnúmero de investigaciones que han documentado el importante papel de las mujeres en toda la cadena agroalimentaria (siembra, cosecha, cría de animales, transformación, venta etc.), la cual es de gran importancia social y económica. Castañeda y Espinosa (2014, p. 35) comentan que todas estas actividades se suman a los trabajos de cuidados, que aún en condiciones de extrema pobreza buscan y garantizan la permanencia y el bienestar en sus familias y comunidades y permiten el funcionamiento societal; pero a pesar de su rol fundamental no reciben reconocimiento ni remuneración, y tampoco aparecen en las estadísticas económicas. Se suele ver a las mujeres campesinas como amas de casa o en el mejor de los casos como “ayudantes” que apoyan las labores del productor.

En este sentido, Mies (2018, p. 221-222) se pronuncia diciendo que las mujeres forman una mano de obra “óptima” para la reproducción y revalorización del capital, porque hasta hoy están definidas universalmente como amas de casa, no como trabajadoras; esto implica que su trabajo, ya sea en la producción de mercancías o en su valor de uso, se oculta y no se considera trabajo, de ahí que pueda – cuando se hace – ser comprado a un precio mucho menor que el trabajo masculino. Es más, mediante la catalogación universal de las mujeres como amas de casa, con horizontes limitados por la familia, se puede no solo abaratar su trabajo, sino también obtener un control político e ideológico sobre ellas.

Como lo ha planteado Carmen Deere (2006), este trabajo invisibilizado provee gran parte de la base de subsistencia que no alcanza a ser cubierta por los bajos salarios de los hombres, de esta manera el trabajo femenino – tanto doméstico, como asalariado – termina subsidiando o asumiendo

buena parte de las externalidades que genera el sistema, puesto que no ofrece las garantías para la reproducción de la vida de sus trabajadores y menos aún de sus familias. Sin embargo, la literatura estándar sobre desarrollo ha representado al sector de subsistencia, como una traba para el sector moderno (SASSEN, 2003, p. 57). Sin embargo, como lo resalta la autora, efectivamente, el trabajo “invisible” de las mujeres en la producción de alimentos y en la satisfacción de otras necesidades de las economías de subsistencia, contribuye a mantener los sueldos en niveles extremadamente bajos en las plantaciones comerciales y en las minas, siempre adaptadas a los mercados de exportación. Como nos recuerda Mies (2018), la producción de vida es realmente necesaria como un prerrequisito de cualquier trabajo remunerado.

Diversificando modos de vida: mujeres a través de los sistemas agroalimentarios alternativos

En una crítica a la racionalidad del sistema capitalista, Gibson-Graham (2011, p. 40-41) cuestionan la “meganarrativa capitalista” y desarrollan la noción de “la economía de la diferencia” cuyo objetivo es “poder imaginar espacios económicos alternativos”, que, si bien no están completamente desvinculados del sistema económico capitalista global, surgen paradójicamente, gracias a los espacios que abre su dinámica en términos de las conexiones en red o de sus fallas y desequilibrios socioeconómicos y políticos. Esos espacios económicos alternativos se construyen, mantienen y diversifican en los márgenes del sistema o en sus pliegues. Se trata de quehaceres, trabajos que no son reconocidos o valorados económicamente por el sistema, y que en buena medida cargan con sus externalidades, no obstante Gibson-Graham proponen identificarlos y fomentarlos. La noción de economía de la diferencia (*otra economía*) les permite identificar otras prácticas de producción económica importantes, tales como el trabajo cooperativo, el trabajo doméstico y el cuidado de la familia que no tienen ninguna valoración, por tanto, ninguna compensación económica. También se incluyen el trabajo voluntario, el comunitario y otras actividades laborales no remuneradas, cuyo reconocimiento y “salario” se da como un intercambio alternativo: el autoempleo, el mismo cooperativismo, las prácticas de ayuda mutua basadas en la reciprocidad, como “la mano cambiada” o el trueque de semillas y productos, que son habituales en comunidades rurales de América Latina. Las autoras también incluyen, en este tipo de economía, diferentes formas

de negocios que no operan de la forma capitalista convencional, sino que se trata de empresas de carácter no capitalista cuyos beneficios son comunales como el de las asociaciones de productores o cooperativas de consumo, y las organizaciones sin ánimo de lucro.

Es en el ámbito de estas economías de la diferencia en las que, en muchas partes del mundo, las mujeres campesinas diseñan y construyen diversas iniciativas que apuestan por la inclusión social, la igualdad, la equidad y la sostenibilidad ecológica, con el fin de hacer o rehacer modos de vida y reinventar alternativas. Se trata de proyectos que buscan fortalecer las economías locales y satisfacer las necesidades básicas, que incluyen la conservación e intercambio de semillas, la recuperación del conocimiento y alimentos tradicionales, la diversificación de la producción, la oposición al uso indiscriminado de agrotóxicos, el fomento de alternativas ecológicas, la producción y mejora de calidad de alimentos para el autoconsumo o su venta, el trueque, la conservación y restauración de agroecosistemas, el uso y la promoción de tecnologías apropiadas para la defensa del agua y de los bosques, por mencionar algunas, modificando y fortaleciendo las relaciones locales y regionales, y entre el campo y la ciudad.

Las prácticas agroecológicas que desarrollan muchas campesinas operan en una escala predial y se orientan principalmente hacia el autoconsumo y la satisfacción de gran parte de las necesidades básicas de sus familias. Es decir, no obedecen a la lógica de acumulación del sistema capitalista, sino que actúan bajo un principio de auto-reproducción; por lo tanto, no pueden evaluarse desde un concepto clásico de la economía crematística, pues como se ha dicho se trata de *otras economías*.

Hemos podido constatar que muchas organizaciones de mujeres han incorporado en sus agendas distintos proyectos para la obtención de alimentos, desde la perspectiva de la agroecología y la soberanía alimentaria. Por ejemplo, la Asociación de Mujeres Organizadas de Yolombó – AMOY – , trabaja en una zona colombiana donde han sufrido violencia sistemática por el conflicto armado. Durante más de dos décadas ha promovido entre sus asociadas la diversificación de los cultivos de café a través de la agroecología, con el objetivo de producir sus propios alimentos, recuperando y experimentando con técnicas, y saberes agrícolas y culinarios tradicionales y contemporáneos. Una de las campesinas de AMOY expresa: “*con nuestros proyectos hemos sembrado comida en nuestras fincas, [...] nos hemos dado cuenta de que nuestro aporte a la economía de*

la familia es grande [...] nos hace muy orgullosas!”. Otra nos cuenta: “*Los hombres solo querían sembrar café [...] yo empecé sembrando en los linderos y así fui ganando terreno para sembrar comida [...] antes comprábamos todo – alimentos – en la tienda*”.

También han reforestado nacimientos de agua, quebradas y ríos, con el fin de cuidar el agua, lo que ha incidido positivamente en los agroecosistemas y paisajes locales. Al respecto una de las socias argumenta: “*Nuestras acciones están orientadas a que no sigamos contaminando los cultivos, las aguas y nuestros cuerpos con los químicos que usamos*”. Igualmente, se capacitan sobre los derechos de las mujeres y sobre participación política. Hoy trabajan en red con otras organizaciones de la región para intercambiar experiencias productivas y organizativas. La actual presidenta, Sofia Arroyave, nos dice:

“trabajamos por la familia, por el medio ambiente, pero también necesitamos trabajar la autoestima de las mujeres [...] ha sido todo un aprendizaje, también para los maridos, eso no ha sido fácil”. “*Ahora sabemos que soberanía alimentaria no es solo producir, sino participar en distintos espacios – donde se discute la política agraria – en las discusiones del municipio hemos llevado nuestras propuestas de soberanía alimentaria... que son distintas a las del municipio, al principio no nos hacían caso también hemos construido agendas de soberanía alimentaria con Vamos Mujer*”⁶.

Actualmente, adelantan una campaña que tiene como consigna: *Las mujeres sembramos la vida para desarmar la guerra*.

Otra de las iniciativas es la Asociación de Campesinos de Cocorná, una organización mixta con gran protagonismo de mujeres, ubicada en una región muy afectada por el conflicto armado, lo que llevó al desplazamiento forzado y el consecuente abandono de la tierra. Cuando las familias retornaron al territorio, la Asociación se puso en la tarea de recuperar las semillas vinculadas a la dieta tradicional, la cual está basada en el frijol (*Phaseolus vulgaris*). Después de una década han podido recuperar y reproducir 26 variedades diferentes de este cultivo. Entre los beneficios las agricultoras mencionaron: producir el propio alimento y asegurar su

6. Vamos Mujer, ONG regional que las asesora hace 25 años.

calidad mediante prácticas que permiten mantener la salud en sus familias; contar con sus propias semillas para siembra (dado que son insumo fundamental para la producción agrícola), lo cual es un ahorro para la economía del hogar. También resaltaron poder compartir e intercambiar con otros agricultores el material y los conocimientos asociados a su cultivo y consumo (ACEVEDO y ZULUAGA, 2020).

Para una de las entrevistadas de la investigación de Acevedo y Zuluaga (2020): *“las semillas son la soberanía alimentaria para el futuro, guardándolas es como puedo asegurarles el alimento a mis hijos y a las generaciones que vienen, además las valoro porque son la herencia de mis antepasados y siento el deber de cuidarlas”*. Otra dice: *“participar en las redes de semillas, intercambiar semillas y darlas a otros ha sido muy importante para mí, me da fuerzas para seguir en la agricultura [...] en la Red aprendimos que las semillas no pueden ser de las empresas que se las quieren adueñar, porque son patrimonio”*.

Para Kothari (2020), los actores de estas iniciativas han puesto en el centro el argumento de la ayuda mutua, de nuevas formas de democracia, equidad interna y defensa de la vida. También reflejan la relación y la responsabilidad con otros y con la naturaleza. Estas soluciones localizadas contribuyen a reconfigurar o devolver la identidad, la dignidad y la suficiencia a las personas que han sido alienadas por un siglo de supuesto progreso, bajo el poder centralizado de las corporaciones y los Estados.

Evidentemente, no se trata, como dice Mies (2018), de alternativas macroeconómicas, sino que, desde abajo, muchas personas están haciendo posible un cambio de perspectiva y de visión, siendo conscientes de su propio poder y de que pueden actuar como individuos y colectivos con fuerza y creatividad para rehacer o reparar sus modos de vida. Como lo han expresado Rocheleau y Roth (2007), estos son relatos alternativos de creación de ecologías, que funcionan como un ámbito de conectividad con la posibilidad de subsistencia, sostenibilidad y participación social, contrapuestas a los relatos dominantes que conciben la agricultura como una máquina de crecimiento y un motor económico de acumulación de capital.

Para finalizar y dejar abierto el debate, queremos subrayar que estas iniciativas agroecológicas, pueden leerse como alternativas y resistencias, pero también pueden considerarse de manera arquetípica como una tarea desprovista de contenido político y propia de “buenas madres”, que trabajan

para obtener y garantizar la supervivencia de sus hogares. Adicionalmente, en esta construcción cultural, el cuidado del medio ambiente que suponen las prácticas agroecológicas aparece como una extensión del rol de cuidadoras en el ámbito doméstico. Así pues, en apariencia, sus prácticas y trabajo agroecológico pueden fortalecer su rol tradicional en tanto estos se solapan con los deberes asignados a las mujeres (vinculados al cuidado familiar mediante la procura del alimento), y en esta medida no cuestionar el *status quo* político y el orden social de género (ZULUAGA y ARANGO, 2013).

Conclusiones

Hombres y mujeres campesinas reinventan, hacen y rehacen prácticas y actividades agropecuarias para mantener sus núcleos familiares y vecinales. En particular las mujeres, cuyo rol histórico ha estado vinculado con la reproducción de la vida, despliegan y llevan a cabo numerosas iniciativas de producción, transformación y comercialización de alimentos en formas asociativas basadas en el apoyo, la cooperación, la solidaridad, la reciprocidad y el intercambio de productos y servicios.

Muchas mujeres campesinas que participan en procesos agroecológicos tienen entre sus principales motivaciones: el ahorro en los gastos de la familia, obtención de algunos ingresos monetarios, cuidado y preservación del medio ambiente, recuperación de conocimientos y alimentos tradicionales vinculados con la identidad etc.; todos ellos argumentos vinculados al discurso de la soberanía alimentaria, que permiten resistir a los modelos de agricultura y alimentación industrializada y capitalista, a través de muchas prácticas que enlazan dimensiones ecológicas, económicas y políticas, todas ellas basadas en la ética del cuidado femenino.

El sistema económico global (consolidado por el Ajuste Estructural de los años 80's), ha generado un encadenamiento de efectos sobre los sistemas agroalimentarios en distintas dimensiones ecológicas, políticas y económicas. Sin embargo, es en lo local, en sus ecosistemas y su población en donde particularmente se viven tales efectos: deterioro y destrucción de los ecosistemas, pérdida de biodiversidad, contaminación de suelos, aguas y aire, escasez de alimentos, desnutrición, inseguridad alimentaria, profundización de la inequidad de género. Sobre este último punto es importante subrayar que cada vez es mayor la externalización de costos que hacen las economías – legales e ilegales –, que recaen sobre las mujeres en términos de reproducción

de la fuerza de trabajo – invisibilizado y no remunerado – entre muchos otros efectos. Pero, paradójicamente esta globalización del sistema capitalista también ha impulsado, queriéndolo o no, estrategias, movimientos e iniciativas alternativas que trabajan en redes locales, regionales e internacionales. Las cuales podrían enmarcarse en las llamadas resistencias para la pervivencia, para la construcción de otros modos y maneras de reproducirse, diversificarse y mantenerse, poniendo la vida en el centro.

Algunos autores han incluido esas iniciativas en lo que denominan economías alternativas o de la diferencia, que escapan a las transacciones de mercado convencional, porque no se basan en relaciones de obtención de rentabilidad o ganancia, y porque operan en los pliegues o en los márgenes que se abren en el sistema. Estas iniciativas suelen aprovechar las redes de relaciones que se arman con la conectividad para potenciar sus procesos organizativos y expandirlos, pero corren el riesgo de ser capturadas por el sistema, mediante transacciones que deben realizar ellas mismas en su articulación con las instituciones estatales (procesos de formalización, cumplimiento de normas sanitarias, bancarización, pago de impuestos, servicios públicos, el consumo bienes y servicios que ofrece el mercado).

Consideramos que es esencial que los proyectos que abogan por la agroecología y la soberanía alimentaria trasciendan las necesidades prácticas de género y puedan cuestionar los roles tradicionales de madres, esposas y amas de casa, y que permitan avanzar en los intereses estratégicos. Estas prácticas alternativas pueden convertirse en un nuevo ropaje que naturaliza la subordinación de las mujeres, “enalteciendo” su trabajo de *buenas madres*, sin que ello implique la transformación de las relaciones de poder que las han mantenido en condiciones de subordinación, sosteniendo las externalidades que impone el sistema capitalista globalizado.

En este sentido, se hace necesario realizar investigaciones que profundicen en la participación femenina rural en el trabajo doméstico y extra-doméstico, que permitan el reconocimiento de sus aportes en la diversificación y mantenimiento de la vida en las zonas rurales, de manera que transforme los patrones tradicionales de subordinación y exclusión.

La pervivencia de los sistemas agroalimentarios y en general de la agricultura requiere no solo de la protección de los conocimientos, los saberes, la inventiva de las mujeres y hombres campesinos, de sus recursos agrícolas, sino también de valorar la funcionalidad de sus territorios agrobiodiversos en tanto su gran aporte a la calidad de vida más allá de las regiones en las cuales habitan.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Yenit Tatiana; ZULUAGA, Gloria Patricia. Custodios de variedades de frijol (*Phaseolus lunatus*, *P. coccineus*, *P. vulgaris*) y prácticas de conservación en Antioquia, Colombia. En: *Sociedad y Ambiente*, n. 24., 2021, p. 1-28.

AGARWAL, Bina. El debate sobre género y medio ambiente: lecciones de la India. En: VÁZQUEZ, Verónica.; VELÁZQUEZ, Margarita (coord.). *Miradas al futuro: hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género*. México: PUEG, CRIM, CP, 2004. p. 239-288.

BAUMAN, Zygmunt. *Daños colaterales: Desigualdades sociales en la era global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011. p. 114.

CAIRNS, Kate and JOHNSTON, Josée. *Food and femininity*. London: Bloomsbury, 2015. p. 240.

CASTAÑEDA, Patricia; ESPINOSA, Gisela. Género, seguridad alimentaria y cambio climático: una reflexión desde el México rural. En: IMAZ, Mireya et al. (coord.) *Cambio climático. Miradas de género*. México: PNUD, UNAM, p. 189-234, 2014.

DESMARAIS, Annete. *La Vía Campesina: la globalización y el poder del campesinado*. Madrid: Editorial Popular, 2007. p. 317.

DEERE, Carmen Diana. ¿La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica en América Latina rural. En: *La cuestión rural en América Latina: Exclusión y resistencia social*. VII Congreso ALASRU, 2006. p. 77-136.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 437.

FEDERICI, Silvia. *Reencantar el mundo*. El feminismo y la política de los comunes. Madrid: Traficantes de sueños, 2020. p. 312.

GARCIA, Andoni Covid-19, es urgente construir nuevos sistemas alimentarios. En: *La Vía Campesina*, 2020. Disponible en: <https://viacampesina.org/es/covid-19-es-urgente-construir-nuevos-sistemas-alimentarios/>. (Verificado: noviembre 7, 2020).

GARCÍA ROCES, Irene; SOLER MONTIEL, Marta; SABUCO, Assumpta. Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria: la Red de Agroecología en la Comunidad Moreno Maia en la Amazonía brasileña. *Relaciones internacionales*, n. 27, p. 75-96, 2014.

GARCÍA-TORRES, Miriam. Economía, territorios y vidas buenas: apuntes feministas para el debate. **II Encuentro por el Sumak Kawsay**. Puyo, Ecuador, 2016.

GIBSON-GRAHAM, J. K.; GRAHAM, Julie and GIBSON, Katherine. *Una política poscapitalista*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2011.

GUTHMAN, Julie. Weighing. In: *Obesity, Food Justice and the Limits of Capitalism*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

KOTHARI, Ashish; KOTHARI, Miloon. We are doomed if, in the post-Covid-19 world, we cannot abandon non-essentials. En: *OpenDemocracy*, 2020. Disponible en: <https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/we-are-doomed-if-post-covid-19-world-we-cannot-abandon-non-essentials/> (Verificado: Noviembre 7, 2020)

MARTÍNEZ Magali SABATÉ MARTINEZ, Ana. Mujeres productoras en la agricultura ecológica. En: LÓPEZ, A.; MARTÍNEZ, M.; SAEZ, E. (ed.). *Mujeres, medio ambiente y desarrollo*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Instituto Universitario de Estudios de las Mujeres, 2004. p. 235-150.

McMICHAEL, Philip. *Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias*. España: Icaria 2016.

MIES, Maria. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.

RESTREPO, Margarita; ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia. Mujeres campesinas ante el desplazamiento y despojo de tierras. Experiencias y resistencias a través de la alimentación en Marialabaja, Colombia. *Leisa*, v. 26, n. 1, p. 24-27, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *El milenio huérfano*. Ensayos para una nueva cultura política. Madrid: Trotta, 2005.

SASSEN, Saskia. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.

SENRA, Lidia; LEÓN, Irene. Las mujeres gestoras de la Soberanía Alimentaria. En: SENRA, Lidia et al. *Las mujeres alimentan al mundo*. Soberanía alimentaria en defensa de la vida y el planeta. España: Entrepueblos, 2009. p. 16-39.

SHIVA, Vandana. *Manifiesto para una democracia de la Tierra*. Justicia, Sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

TORERO, Maximo. Un plan de batalla para garantizar el suministro mundial de alimentos durante la crisis de COVID-16. En: *FAO*, 2020. Disponible en: <http://www.fao.org/news/story/en/item/1268059/icode/>. (Verificado: noviembre 1, 2020).

TRUJILLO RENDÓN, Andrea. *Impactos del despojo en la soberanía alimentaria de los habitantes de la zona humanitaria Camelias en el Bajo Atrato chocoano*. 2018. (Tesis de Maestría) Universidad Nacional de Colombia – Sede Medellín.

ROCHELEAU, Diane; ROTH, Robin. Rooted networks, relational webs and powers of connection: Rethinking human and political ecologies. *Geoforum*, v. 28, n. 3. 2007. p. 433-437.

LEGGEWIE, Claus; WELZER, Harald. Another “Great Transformation”? Social and cultural consequences of climate change. *Journal of Renewable and Sustainable Energy*, v. 2, n. 3, 2010. p. 031009. doi: 10.1063/1.3384314.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia. *Multidimensionalidad de la agroecología: un estudio sobre dos organizaciones de mujeres campesinas en Colombia*. 2011. (Tesis de doctorado). Universidad de Córdoba, España.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia; ARANGO-VARGAS, Carolina. Mujeres campesinas: resistencia, organización y agroecología en medio del conflicto armado. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 10, n. 72, 2013. p. 159-180.

UM TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: BIODIVERSIDADE, CULTURAS ALIMENTARES E CONHECIMENTOS NATIVOS NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU¹

CÉLINE SPINELLI

Introdução

A interação de populações humanas com as biodiversidades nativas originou saberes tradicionais associados à vivência e à experiência social nos diferentes territórios do globo. O vínculo entre o espaço geográfico e a forma como é habitado se traduz na própria semântica da palavra “território”, que enfatiza a “inter-relação entre um espaço concretamente delimitado e identificado, embutido então na realidade material, e um grupo social” (RAYNAUT, 2014, p. 59). Esta inter-relação é de ordem sistêmica, ecológica propriamente dita no sentido de que há uma simbiose entre os humanos e o espaço que ocupam e com o qual se identificam. A noção de “enraizamento”, uma forma comum de expressar o pertencimento a um determinado território em nível local, regional ou nacional, traduz bastante bem essa relação. De fato, o ser humano integra o espaço com o qual se confronta, seja natural ou arquitetural, as cidades constituindo espaços fabricados para acolher a vivência humana extraída do contato imediato com o campo, a selva ou a floresta.

A interação com o meio ambiente alicerçou a construção de espaços de vivência social através de processos de domesticação da natureza, antes de uma dominação e de um controle. Este “domesticar” diz respeito à familiaridade de um convívio cotidiano, a palavra sendo derivada do latim *domus*, que se traduz por “casa”. O espaço doméstico de uma população nativa é

1. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa interdisciplinar de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Pernambuco sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Israel Cabral de Lira, com financiamento do CNPq (Bolsa de Pós-Doutorado Júnior).

de fato o bioma, conforme o destaca Ailton Krenak em diferentes reprises nos seus discursos públicos. No entanto, o pensamento dicotômico ocidental distinguiu o que seria a natureza daquilo que se conceituou como cultura humana, uma “teia de significados” (GEERTZ, 1989) e simbologias que permitem a diferentes grupos étnicos de uma mesma espécie biológica (*homo sapiens*) comunicar e interagir. Essa cosmovisão binária, própria do mundo ocidental, dificulta uma compreensão integrativa e sistêmica da presença humana no meio ambiente. Daí a relação estabelecida entre populações nativas (seus conhecimentos e modos de agir face à biodiversidade) e a noção de tradição, cujo sentido ambíguo varia entre uma perspectiva valorativa e outra, pejorativa.

Ocorre que o conjunto de saberes estruturado a partir da história de povos originários ou secularmente estabelecidos nos territórios tem qualidades únicas. A Convenção sobre Diversidade Biológica, organizada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992, já destacava a “estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e indígenas com estilos de vida tradicionais”, acrescentando que “é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da biodiversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes” (PREÂMBULO, CDB)². Essa convenção foi a mesma que definiu, em nível internacional, o conceito de “diversidade biológica” como “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte” (Artigo 2º, CDB). Embora o Brasil seja reconhecido pela sua “megadiversidade”, o país hoje carece de políticas eficazes de preservação, bem como de uma real consciência socialmente compartilhada acerca da importância e do valor da diversidade biológica nacional (GUERRA *et al.*, 2015) e dos saberes que lhes são associados.

Diante desse contexto, este artigo propõe relacionar a temática da biodiversidade e dos saberes locais com questões associadas às culturas alimentares. Esses temas serão tratados a partir de uma pesquisa etnográfica realizada no interior do Pernambuco. O estudo de caso concentrou-se na localidade do Vale do Catimbau, no município de Buíque, a cerca de 300 quilômetros de Recife. Historicamente, o território é habitado por populações originárias com destaque para o grupo étnico Kapinawá. A familiaridade nativa

2. A versão em português da convenção pode ser acessada em www.planalto.gov.br.

com a flora se imprime em conhecimentos empíricos sobre as qualidades das plantas, as diferentes possibilidades de usufruto alimentar ou medicinal das mesmas e as formas de extração adequadas para a preservação das espécies naturais. Esses conhecimentos, situados geograficamente, são um efetivo patrimônio imaterial que se socializa oralmente. Além da sua importância cultural, eles são mencionados pelos habitantes da região como ferramentas tradicionalmente associadas à sobrevivência no território, sobretudo nas épocas prolongadas de seca. Observar o território foi a etapa inicial da pesquisa, situá-lo será também o primeiro passo deste artigo.

Um território em transformação

Buíque é um município povoado por cerca de 58.000 habitantes (IBGE, 2019) situado próximo à cidade de Arcoverde, na região limítrofe entre o agreste e o sertão pernambucano. Ele é composto por um centro urbano e por uma extensa área rural que integra sítios, aldeias e vilas. Esta pesquisa foi essencialmente realizada no âmbito da Vila do Catimbau localizada junto ao vale de mesmo nome, a cerca de dez quilômetros do centro de Buíque. O vilarejo é composto por duas ruas principais e poucas quadras. A rua central é uma continuidade da via de acesso a Buíque, recentemente asfaltada. A outra, paralela, é a rua da praça na qual se concentram os principais espaços de sociabilidade da vila: a capela São José, um bar, uma lanchonete e algum comércio de proximidade (dois minimercados, duas padarias, um açougue, uma pequena loja de ferragens, uma farmácia). A vila contém uma escola municipal com atividades nos três turnos (com turmas noturnas de educação para jovens e adultos) e uma unidade básica de saúde pública vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Algumas outras poucas quitandas e minimercados, uma academia e igrejas evangélicas integram a localidade.

Geograficamente, a região do Vale do Catimbau é composta por uma cadeia rochosa contendo chapadas, serras e vales e por um rico ecossistema pertencente ao bioma caatinga. Trata-se de uma zona de biodiversidade única em nível global, a caatinga contendo uma vegetação que se encontra somente no Nordeste brasileiro. Além da fauna e da flora, a região preserva registros rupestres de habitantes cuja origem arqueológica é estimada em cerca de 6 mil anos (ICMBio, 2019). Essa conjuntura justificou o decreto federal de criação, no dia 13 de dezembro de 2002, do Parque Nacional do Catimbau, uma Unidade de Conservação atrelada ao Ministério do Meio

Ambiente e gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Abrangendo uma área total de 62.300 hectares distribuída entre os municípios de Buíque, Ibimirim e Tupanatinga, o objetivo dessa Unidade de Conservação consistia em “preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (Brasil, 2002, Artigo 1º). A administração do Parque Nacional do Catimbau foi incumbida ao Ibama, órgão responsável por adotar “as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação” (BRASIL, 2002, artigo 4º).

A implementação do Parque Nacional do Catimbau atribuiu novos sentidos ao território à medida em que esse obteve visibilidade e se tornou um atrativo para visitação. Por um lado, facilitou-se o acesso à localidade por via do asfaltamento da estrada, antes de terra, que interliga Buíque ao Vale do Catimbau. Por outro, o estímulo ao turismo ecológico proporcionou uma nova possibilidade de geração de renda, o que engendrou a criação da Associação de Guias de Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau. Estruturada de forma independente a partir da iniciativa de moradores capacitados para proporcionar a visitação da região, a associação hoje carece de infraestrutura, conforme indica uma pesquisa recente que notificou tensões entre os atores locais (PIRES; SILVA, 2016). Trata-se de indícios da ausência de um efetivo gerenciamento no âmbito governamental. Ademais, a valorização da região enquanto paisagem cênica tende a priorizar a estética sob o ponto de vista geológico em detrimento da experiência dos habitantes, da estabilidade das populações nativas nos seus territórios e, inclusive, da própria biodiversidade, diretamente atrelada à vivência humana nesse espaço (ANDRADE; DANTAS, 2020).

Outro aspecto que impactou no território foi a instalação, em 2005, de uma unidade habitacional e de produção denominado “Cidade do Bem”, sob a iniciativa de empresários de São Paulo através da ONG Amigos do Bem. Conforme o relatório de atividades referente ao ano de 2017 disponibilizado publicamente na internet pela ONG³, a estrutura em Buíque atendia, na época, 532 pessoas e contava com 76 casas, uma plantação de 100 mil pés de caju e uma fábrica de beneficiamento das castanhas. “O Bem”, como costuma ser simplesmente referida a organização pelos moradores, instalou-se à entrada da Vila do Catimbau e oferece assistência a uma parte da população por via de ações pedagógicas

3. Este relatório está disponível em livre acesso através do link www.amigosdobem.org › 2020/06.

e opções de trabalho. Diferentes relatos indicaram que as percepções e os discursos dos moradores tendem a ser ambivalentes em relação a algumas das ações oferecidas, que incluem a distribuição de cestas alimentares a partir de um recenseamento das famílias que habitam a Vila do Catimbau realizado pela própria ONG.

Esse conjunto de alterações favoreceu a implementação de novas dinâmicas socioeconômicas que modificaram os modos de organização e as práticas historicamente estabelecidas na região. Estas transformações são observáveis em diferentes dimensões, desde os modos de organização socioespacial à economia e à soberania locais. A essa conjuntura agregam-se as mudanças climáticas que, por sua vez, espelham o processo mais amplo das dinâmicas socioculturais e econômicas do mundo contemporâneo. Todos esses fatores impactam diretamente na biodiversidade, restringindo a presença de frutos e plantas nativas nos territórios. Como será exposto nos itens a seguir, em contextos nos quais a vivência social se atrela a ciclos naturais, como é o caso no Vale do Catimbau, esse conjunto de transformação repercute na vivência humana do território e em práticas socioculturais, tais como os hábitos alimentares, interferindo dessa forma na saúde coletiva da população.

Biodiversidade e plantas nativas

Caxacubri, maçaranduba, arará, jatobá, cambuí, umbu, ouricuri. A enumeração das plantas da caatinga é extensa e demanda um vasto conhecimento. Bastante consumidos no passado, alguns desses frutos ainda integram a alimentação local. É o caso do ouricuri, uma espécie de coco extraído da palmeira *Syagrus coronata*, amplamente presente na paisagem do território. O “coqueiro”, como é chamado, costuma ter um porte médio com largas folhas verdes. Seu fruto, que se colhe em ramos, é envolto por um exocarpo rígido. Uma vez rompido obtém-se um pequeno coco, de formato oval e coloração externa marrom, branco e oco no interior. As propriedades do ouricuri podem ser usufruídas mediante a produção de alimentos com alto teor nutricional. Na região do semiárido, o fruto tem sido valorizado sobretudo no Estado da Bahia (onde é chamado “licuri”) por via da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES). Criada em 2005 por habitantes da região do município de Capim Grosso, essa cooperativa permitiu o incremento da economia familiar e local mediante a pesquisa e a elabo-

ração de uma vasta gama de produtos derivados. Hoje ela comercializa o fruto (*in natura*, torrado e salgado ou caramelizado) e derivados como cocadas, granola, biscoito, óleo e licor.

Essa produção de alimentos à base de ouricuri evidencia, empiricamente, tanto as qualidades do fruto quanto sua multiplicidade como matéria-prima nativa. Pesquisas acadêmicas reforçam o valor nutricional do fruto, rico em vitamina E, carotenoides, minerais (Cobre, Ferro, Manganês, Cromo), além de conter grandes concentrações de fibras e de lipídios (PAULA FILHO *et al.*, 2015). No caso da região do Vale do Catimbau, seu emprego é essencialmente culinário e sazonal. Ele é utilizado para a produção de cocadas e, sobretudo, na forma de leite de coco, um ingrediente especialmente valorizado para o tempero dos pescados durante o período da Semana Santa. O uso hoje pouco recorrente do coco em nível local é frequentemente justificado pela dificuldade da extração. Trata-se de uma atividade laboriosa: uma vez colhidos os frutos, é necessário romper a casca, bastante rígida, o que pode ocupar um tempo significativo.

Além do ouricuri, uma variedade de frutas são colhidas e consumidas *in natura*. É o caso da maçã, do caju ou do maracujá do mato, do cambuí e da pitomba. Outro fruto nativo integrado à culinária local é o umbu, frequentemente utilizado para a produção de doces. O uso dessas frutas é esporádico e depende da sua presença na natureza, cada vez mais escassa. Por um lado, devido às mudanças climáticas e aos ciclos da chuva, a biodiversidade na caatinga tem se transformado e uma variedade de frutos hoje não se apresenta com a mesma abundância observada pelos habitantes há algumas décadas. Por outro lado, o acesso mercantil a produtos alimentares industrializados e as transformações nas práticas e culturas alimentares desestimula a prática da coleta, o que também implica a perda de um conhecimento empírico sobre as plantas e suas qualidades. Desse modo, um duplo impedimento parece se impor hoje ao consumo dos frutos locais: a oferta rarefeita e o desinteresse crescente em consumir estes alimentos.

Mudanças climáticas, novas faces de uma antiga rarefação

O agreste e o sertão do Nordeste brasileiro são reconhecidos pela escassez do acesso à água. As épocas de seca costumam associar-se a períodos específicos do ano, sobretudo ao verão. No entanto, um novo dado tem alterado a relação dos habitantes para com o recurso hídrico: o desregulamento do ciclo das chuvas. Na região do Parque Nacional do Catimbau, diferentes

relatos detalham este fenômeno, que também está relacionado à presença ou ausência de frutos na caatinga. Um dos moradores e guia turístico local descreve da seguinte forma a diminuição das plantas nativas:

De primeiro, o cambuí todo ano tinha. Até os homens das aldeias vinham vender com balde ou com bacia na feira essa época, agora, meio de março, e até agora não chegou. Já andei no mato, pés de cambuí não encontra mais. E a maçã do mato, que tinha muito, hoje não tem mais. Por causa da chuva e essas mudanças que teve... as plantas que têm fruta da caatinga às vezes cria flor, cria botão, aí depois não bota fruto porque vem o sol e queima tudo. Mas tem a maçã do mato, o cambuí, tem o murici, tem o puça que parece uma seriguela grande, é mais essas plantas. Tem a araçá do mato, que é tudo planta da caatinga, né? Tá com dois anos que eu não encontrei mais. São muitas poucas planta que tem fruta pra comer [hoje] aqui, são muitas poucas (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

Este relato é representativo. Natural da Vila do Catimbau, desde a infância Genivaldo vivencia o espaço hoje delimitado pelo Parque Nacional. Trata-se de um território geográfico que lhe é completamente familiar, seu interesse pela caatinga tendo resultado na sua atividade profissional enquanto guia turístico e, sob contrato temporário, também como “brigadista”, responsável pelo cuidado cotidiano no que tange à possibilidade de incêndios no Parque. Outro morador da região, Sebastião, também relata as dificuldades e os impactos da seca. Agricultor, ele vive em um sítio na zona rural de Buíque e comercializa sua produção junto com outras frutas e verduras no centro de abastecimento da cidade. Conforme ele, na região dependem do inverno para o plantio:

No período do verão é só trevoada (*sic*), e com a trevoada não tem como o agricultor produzir os alimentos, só a partir do inverno que é do mês de maio a julho, quando tem a chuva, né? Quando tem o inverno, que não vem sempre. Já tem quase sete anos de seca (Entrevista em Buíque, março de 2019).

A chuva é uma problemática central e histórica na região, limítrofe do sertão. Em terra de rarefação da água, recurso primeiro, nem tudo que o que a natureza oferece, brota. E nem tudo o que se planta, colhe-se. A seca é um fenômeno intermitente no território e a falta de água é um dos primeiros argumentos elencados para justificar a escassez local do cultivo agrícola. Portanto, não se trata de uma zona com tradição de produção agropecuária mas, antes, de colheita de plantas nativas e do plantio de roçados. Embora a região do Catimbau seja dotada de recursos hídricos subterrâneos, os habitantes carecem de meios econômicos para a instalação de poços artesianos que permitiriam a prática de irrigação. Por esse motivo, a referência à água se associa sobretudo à chuva que costuma ser armazenada, nos sítios ou aldeias, por via de cisternas. O relato de um dos moradores da aldeia Malhador reforça a centralidade da chuva como principal fonte provedora do recurso hídrico:

Esse ano, graças a Deus, só não planta quem não tem a horta, mas quem tem, com certeza, aí todo mundo vai colher, né? Até no período que nós tamo(*sic*) agora no mês de março, 23 de março, começou a chover logo em janeiro. Choveu mais pouco, mês de fevereiro choveu melhor, e nós já temos planta feita e esse ano eu acho que pra nós é considerado o ano da colheita. Vamos considerar pelo menos esse ano, apesar dos sete anos de castigo que nós passamos. Plantava mas não colhia (Entrevista na Aldeia Malhador, março de 2019).

Historicamente, diferentes práticas foram desenvolvidas para assegurar a alimentação nas épocas prolongadas de seca. A palmeira do ouricuri foi central nesse contexto devido ao consumo do bró, um preparo realizado a partir do seu caule e particularmente lembrado pelos moradores locais de maior idade. Trata-se de uma prática associada ao tempo de “antigamente”, que sinaliza um passado ainda recente posto que presente na vivência de pessoas nascidas nas décadas de 1950 e 1960, como indica o relato de uma moradora da aldeia Caldeirão:

Porque antigamente eles comia bró. É de coqueiro, você não sabe? Tem uns pé de coqueiro e aí eles cortavam aquela madeira aí batia passava no pilão pra fazer aquele tipo farinha. Então isso era comida braba, do mato mesmo, não era plantada, da natureza. Era bró, era várias coisas

que tinha naquele tempo... macambira, mucunã. Era coisa do mato e eles faziam pra comer porque não tinha. Era um tempo muito pobre (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

O consumo de “comida braba”, extraída “do mato” e elaborada a partir de técnicas nativas de processamento pode ser entendido como uma “estratégia de sobrevivência” (ASSIS *et al.*, 1999). O mesmo fenômeno foi observado por pesquisadores na região do município de Cansanção, no semiárido baiano, onde analisaram o consumo de bró, caxixe e ouricuri. Também neste contexto, o bró é qualificado como um alimento associado à penúria extrema decorrente da seca:

O termo bró, derivado de broca, dado ao orifício grande que se faz no caule do ouricurizeiro, é narrado como uma espécie de remédio, pelo aspecto de cor roxa, cheiro forte e sabor amargo. Descobriram seu uso comestível a partir da experiência e observações em animais e passaram a adotar como alimento último, quando não se tinha mais nada para comer (ASSIS *et al.*, 1999, p. 164).

De fato, uma cultura alimentar específica se desenvolveu no contexto do sertão brasileiro, cuja unidade cultural e geográfica ultrapassa as fronteiras estaduais. Como o destacou Josué de Castro em sua obra clássica, *A Geografia da Fome*, existem semelhanças nas práticas da região do semiárido nordestino, que se distinguem da zona litorânea. Por esse motivo, a realidade socioeconômica e cultural do interior pernambucano é tão próxima do contexto baiano, como indica o uso do ouricuri nesses diferentes territórios. A prática alimentar comum da região, tal como observada por Josué de Castro na década de 1940, baseava-se no consumo de quatro alimentos: milho, feijão, carne e rapadura. Nas épocas críticas de seca acentuada, o sertão observado por Josué de Castro e que ele denomina de “faminto” alimentava-se daquilo que o sol não destrói: farinha de macambira, xique-xique, parreira brava, macaúba, mucunã, palmito de carnaúba; raízes de umbuzeiro, de pau-pedra, de serrote ou de mocó, maniçoba e maniçozinha; sementes de fava-brava, de manjerioba, de mucunã; beijus de catolé, de gravatá e de macambira mansa. Conforme o autor:

Quando o sertanejo lança mão destes alimentos exóticos é que o martírio da seca já vai longe e que sua miséria já atingiu os limites de sua resistência orgânica. É a última etapa de sua permanência na terra desolada, antes de se fazer retirante e descer aos magotes, em busca de outras terras menos castigadas pela inclemência do clima (CASTRO, 1984, p. 220).

Hoje é possível observar um quadro bastante distinto em épocas de seca. Se há setenta anos a solução última diante da terra assolada era migrar, as redes contemporâneas de distribuição de mercadorias proporcionam um acesso constante à água e aos produtos alimentares. No entanto, esses produtos têm um valor econômico, o que também limita a possibilidade de aquisição. Políticas públicas específicas, programas sociais (Bolsa Família, Garantia Safra) e ações pontuais, tais como a distribuição de cestas básicas, são alguns dos paliativos de enfrentamento à escassez alimentar na região. Eles permitem o acesso ao alimento em todas as épocas do ano, o que assegura a permanência da população no território e a segurança alimentar das famílias. Os mercados e as dinâmicas de distribuição alimentar contemporâneas oferecem o acesso a produtos regionais e participam de um processo de constituição de novos hábitos alimentares. Contudo, a prática historicamente estabelecida de se recorrer à biodiversidade nativa como fonte alimentar não só comprova a relação indissociável entre a experiência humana e o território no qual a vivência se produz e enraíza como é uma ferramenta importante também para a preservação da soberania alimentar desses grupos sociais na atualidade.

Conhecimentos nativos, culturas locais

As populações nativas detêm conhecimentos tradicionais que são transmitidos em nível intergeracional por via da oralidade. Na região do Vale do Catimbau, os saberes apreendidos através da vivência na caatinga permitem às populações permanecerem no território mesmo durante longos períodos de seca. Hoje, conhecimentos específicos acerca das qualidades das plantas e dos seus usos alimentares ou medicinais são conservados por algumas pessoas, sobretudo de maior idade. Para além de suprir a alimentação, plantas nativas também permitem restabelecer o equilíbrio do metabolismo diante de mal-estar ou doença. A prática do uso de chás e da produção de “lambedor” é recorrente na região. Tradicionalmente, ambos

costumam ser produzidos através da infusão de plantas nativas cujas qualidades bioquímicas fornecem ao metabolismo humano a possibilidade de sanar estados de desequilíbrio associados a doenças específicas. Diferentes plantas são empregadas, como o mororó, adequado para restabelecer problemas de colesterol ou triglicerídeos altos, ou então o melão-de-São-Caetano, próprio para o diabetes. Quem o explica é Dona Carmelita, agricultora e moradora da Vila do Catimbau, onde comercializa artefatos locais e também plantas para uso medicinal:

O melão-de-São-Caetano é muito bom pra diabetes. Que eu já vi das plantas, pra esse problema de diabetes só esse mesmo. Agora é chá ruim, chá difícil de tomar, só toma quem tem aquela coragem mesmo. Aqui é uma colher de chá em duas xícaras de água pra ferver. Amarga muito mas ele é muito bom pra diabete. Baixa o açúcar no sangue, que quando está alto já tem os sintomas que ela dá: dormência nas mãos, formigamento das pernas, muitas coisas ela dá, a vista até fica ruim. Aí pega, faz um chá, no outro dia você já não sente esses sintomas (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

O melão-de-São-Caetano tem a vantagem de ser encontrado em todo o território facilmente: “onde tem um sítio, uma roça, já nasce”, informa Dona Carmelita, completando que “nasce na seca”. Outras plantas nativas também reconhecidas para uso medicinal são de acesso menos evidente, como é o caso da macela, que favorece o funcionamento intestinal:

Essa planta é muito nativa, ela só nasce onde quer, quando quer, e onde a gente nem espera. Mas é difícil essa macela, mas é um remédio e tanto! Melhor do que a aroeira e a camomila, é muito melhor. É uma sementinha, é só pegar, dar uma machucadinha, colocar dentro de uma aguinha, ferver e tomar. Amarga muito mas é muito bom! (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

Essas práticas de cura tradicionais envolvem um amplo conjunto de conhecimentos empíricos. Por um lado, é necessário saber onde as plantas podem ser obtidas, reconhecê-las e colher a parte desejada (caule, folha, fruto ou semente) de forma adequada a fim de garantir a preservação da planta. Por outro lado, o preparo e o consumo também requerem conheci-

mentos específicos para a dosagem das proporções e os usos adequados de cada planta. Um dos métodos privilegiados de preparo é o chá, que consiste na infusão das plantas em água fervente. Outro é a produção de lambedor, que se realiza da mesma forma acrescentando-se açúcar. O resultado é um líquido viscoso e adocicado, o que favorece o consumo sobretudo para as crianças, que costumam ter dificuldade em ingerir infusões amargas.

Na natureza, o que não envenena, cura ou alimenta. Por vezes, é antes uma questão de método e de proporções do que uma qualidade da planta, como indica o consumo amplamente difundido no continente sul-americano da mandioca brava, reconhecida por seu potencial letal. O conhecimento das espécies naturais é um elemento central implicado na soberania de populações nativas. De fato, a escolha dos produtos empregados por um determinado grupo social para a alimentação ou para as práticas medicinais e de cura deriva da realidade sócio-espacial local bem como dos conhecimentos partilhados. Daí a importância da transmissão dos saberes nativos, que tradicionalmente são detidos por um conjunto específico de pessoas, geralmente de maior idade ou, no caso das aldeias de grupos étnicos nativos, por pessoas iniciadas nas artes tradicionais de cura.

Na região do Vale do Catimbau foi possível observar dois registros discursivos distintos acerca da transmissão dos conhecimentos para as novas gerações. Nas aldeias de etnia Kapinawá há uma transmissão direta de conhecimentos que se processa por via da socialização cotidiana. Conforme o relato de Seu Odalho, morador da aldeia Malhador, as jovens gerações “vão tomando esse conhecimento com a gente na cultura, no ritual, na dança do Toré, no samba Toré”. “Nessa cultura e nessa tradição as crianças também vão a conhecimento”, ele conclui. Em seguida, estende sua reflexão para um terreno mais amplo fazendo referência à sociedade, “eles” que se distinguem de “nós”, cuja cosmovisão orgânica e integrativa deixa transparecer nitidamente a identidade nativa:

Nós somos o tronco da natureza, esses que não conhecem são os galhos, pra fazer as coisas todas de acordo com o tronco. (...) Porque conhecimento da natureza está nos indígenas, aonde eles estão repassando esse conhecimento pras pessoas que vêm de fora, os pesquisadores e multiplicadores” (Entrevista na Aldeia Malhador, março de 2019).

Se nas aldeias e nos sítios da região do Catimbau os conhecimentos nativos são transmitidos por via da oralidade e da mimese nas ações da vida cotidiana, não foi possível observar a mesma realidade no âmbito da vila. Apesar da proximidade espacial, há diferenças marcadas entre a vivência na vila, que reflete a zona urbana de Buíque, e nos territórios circunvizinhos, que se aproximam mais ao âmbito rural. Basta pôr em perspectiva o relato anterior com o de Dona Carmelita, que, junto com sua família, é moradora da vila:

Pessoas também da minha família mesmo, meus filhos, eles não fazem chá de maneira nenhuma. Só a filha mais velha que mora lá na aldeia... ela trabalha na saúde lá e ela tem um conhecimento de saúde. Ela gosta muito de chá de plantas medicinais (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

Este desinteresse acerca das plantas nativas e de seus usos confirma o fato de que somente algumas pessoas nas comunidades são depositárias desses conhecimentos. Afinal, há uma distribuição tácita das tarefas e ocupações que ordenam a vivência social e esta organização também implica que conhecimentos e práticas específicas sejam dominados por algumas pessoas e não por toda a coletividade. No entanto, hoje, outro elemento se agrega a esse contexto: a desvalorização dos conhecimentos tradicionais pelas gerações mais jovens. Dona Carmelita enfatiza uma distinção entre práticas socioculturais atuais e outras, mais antigas, que ela vivenciou mas que datam somente de quatro ou cinco décadas:

Esse povo mais novo hoje em dia, a coragem deles é diferente. Se hoje em dia acontecer de faltar energia, de faltar chuva, pra ir pruma roça e trabalhar e fazer que nem nós vivia é difícil. Eu não sei nem como vai ser o amanhã! Não tinha luz, canalização de água, banheiro, médico. Hoje em dia só quer tecnologia nova, só quer as coisas fácil. (...) A vida era assim... Passava o dia todo trabalhando, plantando, colhendo tudo, comendo o que a terra desse e nada mais. Quando era noite que não tinha sono pra ir dormir, fazia uma fogueirona de madeira, sentava os avós assim, os netos iam pra lá escutar os avós contar aquelas histórias dos antepassados (Entrevista na Vila do Catimbau, março de 2019).

Em poucas décadas, ultrapassou-se a prática social de reconhecer a experiência dos antepassados como fonte primária de saber, ou, em uma palavra só, como sabedoria. Apesar da relevância histórica e sociocultural dos conhecimentos nativos, a subvalorização desses saberes tem dificultado sua transmissão no âmbito intergeracional. Na vila, o crescente desinteresse dos jovens pelas tradições locais reflete o contexto macroeconômico e cultural que prioriza um paradigma de consumo em detrimento de práticas autossustentáveis. Paradoxalmente, os saberes tradicionais associados à biodiversidade da caatinga têm sido gradativamente validados e formalizados no âmbito de pesquisas acadêmicas (ALBUQUERQUE *et al.*, 2005; CORREIA *et al.*, 2013). O exemplo do ouricuri é elucidativo dessa revalorização pois diferentes pesquisas já revelaram o valor nutricional e medicinal desse fruto. Ademais, além do consumo alimentar, a palmeira tem múltiplos usos dado que suas folhas são tradicionalmente empregadas para a confecção de objetos (vassoura, esteira, colchão, chapéu) e para cobrir moradias, o que reforça novamente a relação integrativa entre as comunidades tradicionais e seus territórios.

Considerações finais

A facilidade de acesso a novos produtos, aliada ao afluxo de visitantes ao Parque Nacional e à implantação de uma ONG na localidade, intensificou a circulação de informações, pessoas e mercadorias na região do Vale do Catimbau. A progressiva exposição da Vila a novas perspectivas e realidades é um indício de como regiões até um período recente ainda relativamente isoladas se assimilam a uma dinâmica de ressignificação própria da globalização. No interior do Pernambuco, esse processo contrapõe dois paradigmas distintos. Por um lado, observa-se um território composto por uma biodiversidade e uma experiência humana únicas, por outro, a refuta dos conhecimentos e saberes locais em prol da valorização de um ideal de desenvolvimento econômico. No que diz respeito ao aspecto alimentar, esse paradigma se traduz pelo consumo crescente de produtos industrializados ou extra-rotineiros, como o cuscuz industrializado vendido nos mercados ou as pizzas, doces e salgados comercializados na lanchonete situada na praça central da vila.

As mudanças nas práticas e nas culturas alimentares podem ter impactos diversos na saúde coletiva. De ordens variáveis, eles podem se refletir tanto em um aumento do sobrepeso como em desequilíbrios e doenças diversas. Ademais, hábitos alimentares pautados no consumo de produtos industrializados ou pré-fabricados transformam a relação entre o cultivo, a colheita e o preparo do ali-

mento. Nessa relação se estabelece um vínculo entre os indivíduos e a terra em que se planta ou se extrai o produto para a alimentação. Em um plano simbólico, é possível inferir que a diminuição das práticas de cultivo ou de colheita associa-se a um desvinculamento para com o território, que pode se traduzir por uma perda de reconhecimento identitário. Neste sentido, perceber o espaço geográfico como uma paisagem cênica antes de valorizá-lo como um terreno de vivências empíricas pode atenuar uma noção de pertencimento. Inclusive, é possível supor que esse aspecto seja um dos elementos de ordem sociocultural que, hoje, interferem no fato de a depressão ser notificada pelos agentes locais como um agravo à saúde pública em expansão na região do Catimbau.

Tal como o território e sua rica biodiversidade, a população de localidades como o Vale do Catimbau também carece de resguardo. De fato, no Brasil contemporâneo não se atribui o real valor socioeconômico, cultural e político à biodiversidade e aos conhecimentos que lhe são associados. Enquanto em nível internacional diferentes grupos sociais reivindicam uma tomada de consciência diante dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente, incitando reações de autoridades e dirigentes políticos, as prerrogativas do governo federal brasileiro sustentam, em 2020, a exploração de recursos naturais em detrimento das comunidades tradicionais e de seus territórios. Nesse mesmo ano de 2020, a pandemia de covid-19 reforçou a pluralidade de formas de se perceber a presença humana nos territórios. Conforme analisou a antropóloga Els Lagrou (2020) em seu artigo *Nisun*, duas ontologias diametralmente opostas são nítidas neste contexto: a ocidental, científica, e outra, nativa e relacional, que tem uma consciência precisa da interação humana com o meio-ambiente. Esta segunda ontologia, composta por conhecimentos como alguns dos descritos na região do Vale do Catimbau, desvela cosmovisões que permitem relativizar formas de vivenciar o mundo hoje estandardizadas em nível global.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALMEIDA, Cecília de Fátima Castelo Branco Rangel de; SILVA, Tássia Campos Lima e; AMORIN, Elba Lúcia Cavalcanti de; MAIA, Maria Bernadete de Souza. Life strategy and chemical composition as predictors of the selection of medicinal plants from the caatinga (Northeast Brasil). *In: Journal of Arid Environments*, 62, 2005, p. 127-142.

ANDRADE, Lara Erendina Almeida de; DANTAS, Marcelino Soyinka Santos. Áreas protegidas e sociobiodiversidade no Semiárido brasileiro. *In: Anuário Antropológico*, v. 45, n.1, 2020, p. 69-96.

ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; OLIVEIRA, Teresa Cristina; PRADO, Matildes da Silva; SAMPAIO, Lilian Ramos; MACHADO, Amélia Dreyer; QUEIROZ, Denise Amorim. Bró, caxixe e ouricuri: estratégias de sobrevivência no Semi-Árido baiano. *In: Revista de Nutrição*, 12(2), 1999, p. 160-166.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9771.htm. Acesso em: mar. 2019.

CASTRO, Josué de. *A geografia da fome – O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

CORREIA, Maria Tereza dos Santos; ARANDA-SOUZA, Mary Ângela; SOUZA, Renata Maria de; SILVA JÚNIOR, Carlos Alberto da; SILVA, Luis Claudio Nascimento da; PEREIRA, Danielle dos Santos Tavares; SILVA, Márcia Vanusa. Antioxidant potential and total phenolic content of leaf extracts from *Parkinsonia aculeata* L. cultivated in Brazilian Caatinga biome. *In: Current Topics in Phytochemistry*, v. 11, 2013, p. 95-101.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUERRA, Miguel Pedro; ROCHA, Fernando Souza; NODARI, Rubens O. Biodiversidade, recursos genéticos vegetais e segurança alimentar em um cenário de ameaças e mudanças. *In: VEIGA, Renato Ferraz de Arruda; QUEIRÓZ, Manoel Abílio de (org.). Recursos Fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil*. Viçosa: Ed. UFV, 2015.

LAGROU, Els Nisun: A vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. *In: Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social*, 13/04/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; CARVALHO, Yara Maria de; DRUMOND JÚNIOR, Marcos (org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

PAULA FILHO, Galdino Xavier de; BARREIRA, Tibério Fontenelle; RODRIGUES, Viviane Cristina da Cruz; CARDOSO, Leandro de Moraes; MARTINO, Hércia Stampini Duarte; PINHEIRO-SANTANA, Helena Maria. Study of the physical and physicochemical characteristics of fruits of the licuri palm (*Syagrus coronata* [Mart.] Becc.) found in the Atlantic Forest of Minas Gerais, Brazil. *In: Brazil Food Science and Technology*, 2015.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; SILVA, Josilene Henriques da. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. *In: Ambiente & Sociedade*, São Paulo, Apr./Jun., v. 19, n. 2, 2016, p. 169-186.

RAYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. *In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 56-78.

NUEVO MODO DE ACUMULACIÓN, MARGINACIÓN DE
PEQUEÑOS PRODUCTORES Y RECAMBIO EN EL PATRÓN DE
EMPLEO EN EL SECTOR DE UVA DE EXPORTACIÓN:
ESTUDIO VALLE DE ELQUI/LIMARÍ, CHILE

CLAUDIA CERDA BECKER

El presente capítulo propone investigar la emergencia de un nuevo *proceso de expansión capitalista o Landnahme* (DÖRRE 2012) en el sector agroexportador de uva caracterizada por la *comodificación del conocimiento y la privatización de las plantas*. En este contexto, la biotecnología y la regulación de la propiedad privada han jugado un rol fundamental en la instalación de un nuevo modo de acumulación basado en el pago de patentes del material genético desarrollado. Es así como se evidencia la colonización de nuevas áreas de la naturaleza a las cuales se expande la lógica de la propiedad privada, evidenciándose el inicio del *“fin de las variedades públicas o libres”* en el ámbito agroexportador. En este escenario, es posible plantear que la naturaleza ha asumido un rol central en el proceso de acumulación del capital en la medida que ha dejado de ser un mero objeto de apropiación para convertirse “en un elemento activo en la valorización de la plusvalía” (ARBOLEDA 2017, p. 150).

A partir del trabajo de campo realizado en el Valle de Elqui/Limarí en Chile (CERDA 2017-2019), es posible proponer que este nuevo modo de acumulación ha ido acompañado de un recambio en el patrón de empleo producto del ingreso masivo de migrantes extranjeros/as al sector agroexportador. En este sentido, se plantea la emergencia de un nuevo proceso de *precarización por migración* que estaría caracterizado por la incorporación de un nuevo grupo (migrantes extranjeros/as) que se encuentra más expuesto – que la población local – a la vulneración de sus derechos laborales.

Nuevo proceso de expansión capitalista en el agro (Landnahme)

A partir del trabajo de campo realizado en el Valle de Elqui/Limarí en Chile¹ (2017-2019), es posible observar que las diversas crisis que han afectado la producción en el sector agroexportador de uva (crisis hídrica y crisis de precios) han favorecido una nueva configuración en el territorio, impulsando la reconversión varietal en la zona de estudio. Es así como, por una parte, la escasez hídrica y el consecuente aumento en los costos de producción han limitado – en el último tiempo – la expansión de la uva de exportación en el territorio. Esto ha causado una mayor presión para el aumento de la rentabilidad y productividad al interior de los predios ya existentes, generándose diversas estrategias con la finalidad de intensificar la producción por hectárea que permita “cultivar una menor superficie” y “sacarle el máximo provecho posible” (Productor de la zona en www.redagricola.cl²).

En este escenario, las nuevas variedades de uva se visualizan como la “mejor alternativa” en tanto presentan una mayor productividad que las variedades tradicionales y tienen un mejor retorno. Al respecto el Gerente General de Fedefruta, refiere: “*está claro que hay que apuntar a la reconversión. Tiene que ver incluso con un tema de aumento de producción, porque actualmente con las variedades tradicionales el rendimiento es cercano a las 1.500 cajas por hectárea y con los precios que tenemos en los últimos años es imposible, ni con 2 mil cajas. Por ello, se debe apostar a estas variedades que pueden entregar incluso entre 3.000 a 3.500 cajas hacia arriba y tienen un precio más atractivo en los mercados internacionales*” (en ³www.fedefruta.cl⁴).

1. El estudio de caso se centra en los Valles fluviales de Elqui y Limarí los que se encuentran ubicados en la región de Coquimbo a 400 km al norte de Santiago. Ambos Valles el proceso se conformaron como enclaves productivos de uva de exportación en la década de los ‘80, evidenciándose una fuerte reestructuración productiva que tuvo un enorme impacto en tanto se produjo “la incorporación de una actividad económica de primer orden en un espacio caracterizado por una condición marginal” (ROVIRA PINTO, 1993, p. 81), lo que trajo como consecuencia un profundo cambio en la estructura agraria. Entre las características físico-naturales que favorecieron la configuración de estos enclaves productivos integrados al mercado mundial, se encuentran: la oferta concentrada en suelos agrícolas, la construcción de embalses e infraestructura de riego así como temperaturas y radiación adecuada para la producción de uva (ROVIRA PINTO, 1993; HERÁN, 2014).

2. <http://www.redagricola.com/cl/lecciones-la-sequia-la-region-coquimbo-estamos-terremoto-todavia-no-termina-francisco-gonzalez-fruticultor-presidente-la-asociacion-canalistas-del-embalse-cogoti/> (Acceso 12.01.2021)

3. <http://fedefruta.cl/agricultores-de-uva-de-mesa-advierten-que-urge-recambio-de-variedades-ante-complicaciones-del-mercado/> (Acceso 12.01.2021)

4. <http://fedefruta.cl/agricultores-de-uva-de-mesa-advierten-que-urge-recambio-de-variedades-ante-complicaciones-del-mercado/> (Acceso 12.01.2021)

Asimismo, el recambio varietal permite aumentar la densidad por hectárea (mayor número de plantas por hectárea), lo que favorece un aumento del rendimiento (mayor producción por superficie). En este sentido, un Profesional del INIA señala:

parrones antiguos o superficies antiguas, se colocaban las plantas muy separadas unas de otras o digámosle de otra forma menor densidad de plantas por hectáreas, con estas nuevas tecnologías y aprovechando los reemplazos hoy día se están colocando las plantas más cercas unas de otras, por lo tanto, se tiene más plantas por hectáreas, y al tener más plantas por hectáreas está la posibilidad de producir más cajas por hectárea (2017).

Del mismo modo, la reconversión a las nuevas variedades ha sido concebida como la “única salida” a la crisis de precios y la única alternativa para mantenerse en el negocio de uva de exportación, ya que *“si quieres quedarte en el negocio, es la única forma de seguir, ya que el retorno de las variedades tradicionales no alcanzan para pagar la producción”* (en www.fedefruta.cl), siendo la reconversión *“lo que va a permitir la continuidad de este negocio”* (www.redagricola.cl). En este sentido, la reconversión varietal es entendida por los productores como una nueva exigencia de los mercados internacionales que debe ser cumplida para seguir exportando, ya que en la actualidad se están prefiriendo variedades que tengan una mejor postcosecha, calibres más grandes y un mayor dulzor. Es así como *“entre tener una Flame que dure un par de días en la góndola o una de las nuevas variedades que dura casi una semana, los supermercados prefieren la última opción”* (Productor de uva en www.economiaynegocios.cl⁵)

De este modo, la reconversión *“es una tendencia que llegó para quedarse”* (Presidente ASOEX en www.diarioeldia.cl⁶), si se quiere seguir compitiendo en los mercados internacionales. No obstante, esto requiere de grandes montos de inversión, ya que se trata de variedades patentadas que implican un cobro de royalty por cada caja producida. En este sentido, se plantea que

5. <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=457636> (Acceso: 12.01.2021)

6. <http://www.diarioeldia.cl/economia/se-complica-exportacion-para-uvas-tradicionales-por-variedades-eeuu> (Acceso: 12.01.2021)

7. <http://www.diarioeldia.cl/economia/se-complica-exportacion-para-uvas-tradicionales-por-variedades-eeuu> (Acceso: 12.01.2021)

la presión por el recambio varietal podría ser entendida como un nuevo intento de reestructuración productiva en el territorio que implicaría no sólo un cambio en la forma de producción, sino que también en el modo de acumulación, siendo la biotecnología un elemento central para llevar a cabo este proceso de transformación.

Modo de producción en el sector agroexportador de uva: recambio varietal como reestructuración productiva a nivel territorial

El recambio varietal a variedades de uvas patentadas es una tendencia que se viene observando en los últimos años a nivel mundial, pero que aún no había sido incorporada con fuerza por los productores nacionales. Es así como “hasta hace cinco años el 95% de las variedades plantadas eran tradicionales, y dos o tres años atrás seguía siendo el mismo 95%” (<http://www.uvanova.cl>⁸). No obstante, en las últimas temporadas (2016/17 y 2017/18), la crisis de precios de las variedades tradicionales (sobre todo de la Flame) y el ingreso de Perú al mercado internacional, han presionado fuertemente para la reconversión a nuevas variedades. Al respecto el Gerente de una Empresa Productora – Exportadora de la zona de estudio refiere:

Aquí todavía no ha llegado eso, porque no ha sido la tendencia todavía al recambio, pero ya este año ya marcó un antes y después (crisis de precios), yo creo que este año ha sido un año súper importante, marca la tendencia porque Chile tiene entre un 2% y un 4% máximo de variedades nuevas dentro de su fruta. Perú tiene prácticamente el 50, 60% (2017).

Producto de esta “presión por la reconversión” se ha observado en las últimas temporadas un aumento de las exportaciones de nuevas variedades, elevándose la exportación de 3,4 a 6,8 millones de cajas, lo que representa el 5,9% del total de las exportaciones (⁹www.redagricola.com).

8. <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2021)

9. <http://www.redagricola.com/cl/vistazo-las-nuevas-variedades-uva-mesa-mas-prometedoras-chile/> (Acceso: 12.01.2021)

com¹⁰, www.portalfruticola.com¹¹). Si bien en la actualidad el número de hectáreas plantadas aún sigue siendo bajo, algunos expertos en la materia refieren “que dentro de un par de años, más de la mitad de los productores estará trabajando con material genético nuevo” (www.elmercurio.com¹²), vislumbrándose el fin de las variedades públicas o libres (www.portalfruticola.cl¹³)

Considerando lo anterior, se plantea que no sólo se trata de una reconversión varietal, sino que también de un cambio en el modo de producción y acumulación del capital, en el cual la biotecnología juega un rol fundamental en tanto se trata de variedades desarrolladas genéticamente por empresas y que se encuentran patentadas, por lo cual están sujetas al pago de royalty¹⁴. En este sentido se observa una clara diferencia con las décadas anteriores en las cuales las “*variedades de uva eran libres, uno compraba una planta y la planta era tuya y no tenías que pagarle derechos a nadie*” (*Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017*). Por el contrario, en la actualidad, para acceder a las nuevas variedades los productores deben pagar montos adicionales al valor de la planta (royalties), los que dependen del tipo de contrato que se establece con los obtentores de patentes o representantes de éstos en Chile¹⁵. Es así como el pago de royalty puede realizarse por: superficie plantada (número de hectáreas), producción (número de cajas) o participación en los ingresos (www.uvanova.cl¹⁶).

10. <http://www.redagricola.com/cl/vistazo-las-nuevas-variedades-uva-mesa-mas-prometedoras-chile/> (Acceso: 12.01.2021)

11. <https://www.portalfruticola.com/noticias/2017/06/28/impacto-tendran-las-nuevas-variedades-uvas-la-industria-mundial/> (Acceso: 12.01.2021)

12. <http://www.elmercurio.com/Campo/Noticias/Noticias/2017/07/17/Nuevas-variedades-irrumpen-en-la-produccion-de-uva-de-mesa-de-Chile.aspx>

13. <https://www.portalfruticola.com/noticias/2015/03/12/sun-world-liberara-nuevas-variedades-de-uva-en-chile/> (Acceso: 17.07.2017)

14. Royalty se refiere al “derecho sobre la invención a través de patentes, marcas y otras modalidades de la propiedad industrial” (CRUZ 2017).

15. Los obtentores de patente, pueden ser las empresas que desarrollan genéticamente las nuevas variedades (genetistas) o quienes hayan comprado la patente. Los representantes pueden ser “el mismo obtentor, una empresa exportadora, o un particular o empresa que asume la tarea” <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2012)

16. <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2012)

Junto con el pago de royalty, se observa que *las empresas genetistas*¹⁷ también regulan a nivel global la producción y la comercialización de las nuevas variedades como una forma de controlar la oferta. Es así como para evitar la sobresaturación del mercado y mantener los precios elevados – en algunos casos¹⁸ – se establece la obligatoriedad de “comercializar a través de ciertas exportadoras o vender a un determinado receptor” (www.uvanova.cl¹⁹). Asimismo, como una forma de mantener el control sobre la producción, se fijan límites en relación con la cantidad de hectáreas a plantar. En este sentido, un Gerente de una Empresa Productora – Exportadora refiere:

Bueno, las nuevas variedades tienen lo que se llama el royalty, ¿no cierto? Ellos en el fondo ahora han superado el nivel de manejo (genético), entonces ellos tienen un cuadro (panel de control) así y dicen: “Ya, yo voy a vender superficies por región para cubrir mercados y que no se me sobresaturan, por lo tanto, voy a controlar así a la hectárea.” Y yo voy a decir: “De esta variedad voy a colocar en el hemisferio tanto, tantas hectáreas, por lo tanto, el que quiere que las compre, no hay más y no se pueden poner más”. Salvo que el genetista abra y diga “yo voy a poner otro poco” y ponga otra y así, tal cual. Por lo tanto, tienen una oferta controlada (2017).

De este modo, no se trata sólo de la creación y patentamiento de una nueva variedad, sino que también de “*establecer cómo se va a distribuir: no puedes colocar en una hectárea que no está autorizada*” (Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017). En este sentido, las empresas genetistas (u obtentores de patentes) son las que deciden a nivel global qué variedad y cuántas hectáreas plantar en cada país para lograr “tener las variedades

17. Algunas de las principales empresas son: International Fruit Genetics (IFG) (Bélgica), Sun World International (USA), Sheehan Genetics (USA) y ARD LLC (USA) entre otras.

18. Entre las variedades patentadas, se distingue entre **variedades nuevas abiertas** (para las cuales el número de hectáreas es indeterminado y el pago de royalties se realiza por planta) y **variedades cerradas (o exclusivas) en club con una exportadora** (para las cuales “existe un número determinado de hectáreas, el royalty es por planta, por caja o pago de hectáreas o por FOB, existe obligatoriedad total o parcial con un receptor determinado y de exportar por firmas del club”) (CRUZ, 2017).

19. <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2012)

disponibles por más tiempo en los mercados” internacionales (www.redagricola.com²⁰). En este sentido se refiere:

(...) entonces ellos dicen (empresas genetistas): “Ya, sabí que en Chile produce... ya estamos claros que produce tanto y queremos producir tanto en Chile, porque eso más o menos en tal período y bla bla bla y yo le he destinado a tales mercados”. Entonces yo hasta ahí coloco, porque sé que, si coloco tantas hectáreas por el potencial productivo medio, cumplo con lo que estoy proyectando (Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017)

En este contexto, la estrategia de las empresas genetistas ha sido conformar clubes o grupos cerrados que permitan hacerle seguimiento a las variedades, así como asegurar el pago de royalty por parte de los productores. Estos *clubes de variedades* están conformados principalmente por grandes exportadoras y viveros (²¹www.uvanova.cl), los que deben pagar una membresía así como cumplir con las condiciones que las empresas establecen para acceder a las nuevas variedades. Al respecto se señala:

(...) porque así se les llama a los clubs de variedades, donde entran gallos que tienen que ponerse con una membresía, como es un club. O no es que tú comprí las plantas nomas, tú tení que ser parte del club. Y pa eso hay que cumplir ciertos requerimientos que cada club pone de acuerdo a como estila dentro de un, me imagino de un rango digamos que no genere ninguna transgresión de una norma o una legislación. Pero si tú querí poner reglas es tema tuyo al final (Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017).

El genetista saca una variedad, la conversa con una exportadora, tengo esta variedad, yapo, pa que no se chacree vamos a tener un club, vamos a tener ciertos grupos, en Chile por ejemplo ven los más serios, Río Blanco, ya cuantas hectáreas vai a poner, 4, no po... 300 hectáreas al año. Ya quien más, Gesex, ya cuantas hectáreas 10, no

20. <http://www.redagricola.com/cl/nuevas-variedades-uva-mesa-paises-sudamerica/> (Acceso: 12.01.2012)

21. <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2012)

po, tienen que ser más, entonces empiezan a formar un grupo cerrado (Consultor agrícola, 2018).

En esta nueva configuración del modo de producción y acumulación, es importante señalar que la mayoría de las nuevas variedades provienen de Estados Unidos. Tal como refiere un Profesional del INIA: *“sí y de hecho, me puedo equivocar pero el 90% de las variedades que hay en Chile son americanas, de EEUU, hay algo de Australia, un poquito de Sudáfrica, muy poquito de Israel, y ahora están entrando las chilenas de a poquito”* (2017). En este contexto, se evidencia que la incorporación de las nuevas variedades ha fortalecido a las grandes exportadoras (nacionales y extranjeras) que pertenecen a los *clubes cerrados* y que han obtenido las licencias de representación y exclusividad para la comercialización de las variedades patentadas. Esto coloca a los productores nacionales de menor tamaño en una posición de mayor dependencia, situación que recuerda los inicios del agronegocio en el territorio (década de los 80) cuando la exportación se realizaba casi en su totalidad por empresas exportadoras transnacionales. En este sentido, se refiere:

Ah... esas nuevas variedades... Llegamos tarde, llegamos tarde, no tengo tampoco muy buena sensación con este tema porque en el momento en que esto se estaba presentando, la mayoría de las nuevas variedades, las tomaron las empresas exportadoras y ahora dependemos nuevamente para poder tener esas variedades, dependemos de las exportadoras, o sea si yo quiero plantar nuevas variedades, tengo que entrar a su club y entregarle mi producto a esa exportadora, o sea todo lo que luchamos por independizarnos, volvemos a estar amarrados, así que qué te puedo decir de las nuevas variedades... (Gerente Empresa Productora – Exportadora 2017).

Pero lo más problemático a mi modo de ver es el amarre de la comercialización. Por ejemplo si eres un pequeño o mediano productor que tienes tu exportadora, tu infraestructura, tu equipo, y no la vas a poder comercializar tú... Se trata de un eslabón de la cadena donde se juega la rentabilidad. De hecho las grandes exportadoras tienen campos

con cero rentabilidad y obtienen las ganancias en la comercialización (Productor en www.uvanova.cl²²).

Junto con lo anterior, cabe mencionar que la reconversión a nuevas variedades requiere de grandes montos de inversión que fluctúan entre los 30 a 40 mil dólares por hectárea (<http://elagro.radioagricultura.cl/>²³) en tanto se deben arrancar los parrones antiguos para plantar las nuevas variedades, las que – como ya se mencionó – tienen un costo mayor y están sujetas al pago de royalty²⁴. Además, es necesario esperar 2 a 3 años hasta que las plantas produzcan adecuadamente, tiempo en el cual no se generan ingresos. Asimismo, los productores deben asumir todos los riesgos que implica la reconversión en tanto las empresas genetistas no responden en caso de que las variedades no se desarrollen adecuadamente, no habiendo certeza de cómo se comportarán hasta que se prueban en el territorio. Al respecto el Gerente de una Empresa Productora – Exportadora refiere:

Nos pasó hace... Yo llegué hace 3 años a la compañía y hace 7 tomaron la decisión de plantar una cierta variedad, y al final no dio las propiedades que tenía que dar, del lugar, y a los 6 años no dio (...) por el clima, la posición (2017).

Es así como para continuar en el negocio de la uva de exportación, se requiere de “*capacidad financiera, de endeudamiento*” (Profesional CORFO, 2017), lo que deja a los pequeños productores en una situación de mayor desventaja, ya que no cuentan con los recursos necesarios para realizar la inversión que se precisa para el recambio varietal, quedando sujetos a la voluntad de las exportadoras en tanto son éstas las que les otorgan el financiamiento y toman las decisiones acerca de si seguir comercializando o no. A la fecha de concluido el trabajo de campo (marzo 2018) aún era incierto si las exportadoras de la zona iban a otorgar créditos para la

22. <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso: 12.01.2012)

23. <http://elagro.radioagricultura.cl/2017/12/13/complica-exportacion-uva/> (Acceso: 12.01.2012)

24. “El royalty de la planta te encarece la inversión en aproximadamente 2.000-2.500 dólares/ha” (<http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/>) (Acceso: 12.01.2012)

reconversión y si iban a dejar de exportar la variedad Flame, la que en su mayoría es producida por los pequeños agricultores. Al respecto se refiere:

La exportadora se va a reunir con todos los pequeños productores para ver si sigue o no el próximo año (Pequeño Productor, 2018).

Claro (la exportadora), nos va a decir que lo que nosotros tenemos no sirve para nada, hay que eliminar, va a decir hay que cambiar “sí o sí,” y eso sí que va a ser crítico para nosotros porque cambiar de variedades es crítico (...) Son 3 años de producción para empezar a producir de nuevo. (Pequeño Productor, 2017).

En este nuevo escenario de “*fin de las variedades públicas*”, es posible plantear que el Estado ha asumido un rol activo que se evidencia: en el aseguramiento de las condiciones para la protección de la propiedad intelectual del material genético que ingresa al país, así como en la generación de alianzas público-privadas para el desarrollo de programas de mejoramiento genético de nuevas variedades de uva en Chile. En este contexto, se ha ido avanzando en la creación de una institucionalidad que permita dar cumplimiento a la protección de la propiedad intelectual en el sector silvoagropecuario para lo cual se han establecido alianzas con instituciones extranjeras (por ejemplo con el Public Intellectual Property Resource for Agriculture), se han ratificado convenios internacionales para la protección de las obtenciones vegetales (UPOV 91²⁵) y se ha intentado regular – a nivel nacional – el registro así como los derechos sobre la

25. El Convenio Internacional para la Protección de Obtenciones Vegetales (UPOV) “entrega a los creadores de nuevas variedades vegetales un derecho sobre su creación, que les permite su explotación exclusiva por un tiempo determinado. Se protegen aquellas variedades desarrolladas que cumplan con los requisitos de ser nuevas, distintas y homogéneas y que sean registradas como tales. El UPOV 91 incorporó estándares más precisos, pues respecto a la protección amplió los derechos de los obtentores de nuevas variedades no solo al material de reproducción o multiplicación de la variedad protegida, sino que también al producto de la cosecha cuando el primero no ha sido debidamente adquirido, y extendió los plazos mínimos de protección de 15 y 20 años a 18 y 25 años, respectivamente” (https://es.wikipedia.org/wiki/Ley_que_regula_derechos_sobre_obtenciones_vegetales) (Acceso: 12.01.21)

Si bien, el año 2011 el Congreso aprobó la ratificación del convenio, aún no se ha podido implementar, ya que se carece de una legislación que viabilice su adscripción (ver próximo pie de página) (<https://www.elciudadano.com/chile/la-ley-monsanto-y-el-acuerdo-de-las-transnacionales-tp/06/06/>) (Acceso: 12.01.21)

propiedad intelectual de las semillas²⁶. Asimismo, se han implementado una serie de medidas de control que han favorecido el adecuado funcionamiento del mercado de las variedades patentadas en Chile. Al respecto se refiere:

Se controla a través de los gobiernos. Porque los gobiernos son los que tienen... Así como nosotros salimos y nosotros timbran el pasaporte y todo lo que sale queda timbrado. Entonces tú tienes que cumplir con exportar con el nombre de la variedad y esa variedad cuando sale, queda registrada y eso incluso es público, tú lo podía ver. Cuántas cajas del área tanto se tienen de tal país. Así lo controlan. Y bueno ellos controlan, van a ver que los gallos no le pongan no sé... Otra cosa. (Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017)

En este contexto, el Estado chileno no sólo ha generado las condiciones necesarias para el adecuado funcionamiento del mercado de variedades patentadas, sino que también *ha abierto el camino al capital* a través de inversiones públicas que han buscado desarrollar en Chile programas de mejoramiento genético. Es así como el año 2006 se conformó una alianza público-privada²⁷ con la finalidad de generar nuevas variedades de uva de mesa para exportar a los mercados internacionales, realizándose el 2018 el lanzamiento oficial del nombre comercial de la nueva variedad desarrollada por el Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA (www.inia.cl)²⁸).

A pesar de ser una variedad desarrollada principalmente con fondos estatales, el producto de la investigación realizada es un bien privado en

26. El año 2009 se ingresó al Congreso la “ley que regula los derechos sobre obtenciones vegetales y deroga la ley n. 19.342” (Ley Monsanto) la que fue retirada del Congreso en el año 2014, durante el segundo gobierno de Michelle Bachelet. No obstante, en la actualidad la discusión ha resurgido producto de la firma del Tratado Transpacífico (TPP 11), el que exige la implementación del Convenio UPOV’91 (<https://chilemejorsintlc.cl/razones-para-rechazar-el-tpp-11-agricultura-semillas-y-alimentacion/>) (Acceso: 12.01.21).

27. “El consorcio Biofrutales se constituyó el año 2006, en el marco del Programa Bicentenario de Ciencia y Tecnología (PBCT), con el objetivo de satisfacer la necesidad de la industria frutícola de nuevas y mejores variedades”. Está conformado por 13 socios, a saber, universidades e instituciones tecnológicas, empresas productoras, exportadoras, viveros y asociaciones gremiales (<http://biofrutales.cl/biofrutales/quienes-somos/>) (Acceso: 12.01.21)

28. El nombre de la nueva variedad de uva desarrollada en Chile es “Inigrape-one cv., en referencia a la institución que creó la variedad”, siendo su nombre comercial: MAYLEN”. <http://www.inia.cl/blog/2018/06/11/uva-de-mesa-chilena-es-presentada-oficialmente-a-la-industria-con-su-nombre-comercial-maylen/> (Acceso: 12.01.21).

tanto se trata de una variedad que “*forma parte del grupo de variedades que están patentadas, que tienen royalty entonces no es una variedad de uso público*” (Profesional INIA, 2017), siendo los privados, específicamente el Consorcio Biofrutales, los encargados de propagar y comercializar esta nueva variedad en el exterior, materia sobre la cual el Estado no tiene injerencia alguna. Al respecto se refiere:

Ahí hay un problema por lo siguiente, estos programas de mejoramiento genético son de largo plazo, financiados por el Estado en gran parte, pero con apoyo de los privados, entonces este programa específico de mejoramiento genético, en este programa también están involucrados los privados específicamente, un Consorcio que se llama Bio Frutales (Profesional INIA, 2017).

Es la queja que tienen muchos productores sobre todo los pequeños, bueno y por qué po, el Estado, pero pasa que los privados también han puesto una parte importante, entonces hoy día la variedad está siendo propagada y comercializada por los privados, el INIA ahí no tiene ninguna injerencia, ninguna (Profesional INIA, 2017).

Asimismo, el Consorcio Biofrutales es la entidad encargada de regular la superficie a plantar, estableciéndose como límite en Chile 375 hectáreas. Según la información otorgada por las empresas licenciadas que participan del Consorcio, ya se han exportado 210.000 cajas, siendo los principales países de destino: China, Reino Unido, Estados Unidos, Corea y Japón. Junto con esto “el material vegetal de la variedad ha ingresado en más de 15 países y la marca MAYLEN® se encuentra protegida en más de 9 países” (www.inia.cl²⁹).

Considerando lo anterior, se plantea que la inversión pública ha favorecido el desarrollo de un nuevo mercado de creación de material genético en el país, lo que ha beneficiado principalmente a las empresas de exportación y cultivo de variedades de uva que conforman el Consorcio Biofrutales. En este sentido, se propone que desde el Estado (en colaboración con el capital privado) se ha impulsado – en consistencia con la tendencia global – un nuevo proceso de *Landnahme* caracterizado por la *comodificación*

29. <http://www.inia.cl/blog/2018/06/11/uva-de-mesa-chilena-es-presentada-oficialmente-a-la-industria-con-su-nombre-comercial-maylen/> (Acceso: 12.01.21)

del conocimiento y la privatización de las semillas/plantas, en el cual la biotecnología y la regulación de la propiedad privada han jugado un rol fundamental en la instalación de un nuevo modo de acumulación en el sector agroexportador de fruta centrado en el pago de patentes del material genético desarrollado.

Junto con lo anterior, se observa que la biotecnología también ha tenido un impacto en la gestión y organización del trabajo en tanto se busca desarrollar variedades que requieran de un menor manejo de mano de obra durante el proceso productivo, sobre todo en lo que se refiere a las tareas de poda y limpieza de los racimos (www.redagricola.com³⁰). De este modo, si bien no se prescinde totalmente de la fuerza de trabajo, *“lo que se busca son variedades que sean de menor costo en relación a las labores que hay que realizar”* (Profesional INIA, 2017), lo que permite disminuir los costos de producción.

Esto contrasta fuertemente, con las variedades tradicionales como la Thompson y la Flame, las que demandan un mayor manejo de mano de obra, sobre todo en las labores de raleo³¹. Tal como refiere un Consultor Agrícola: *“empezó a bajar la mano de obra, la uva Flame requería mucha y empezaron a desarrollar variedades más fáciles de manejar. Variedades tan ricas como la Flame pero más sencillas en el manejo de mano de obra”* (2018), lo que permite que las labores sean realizadas de forma más rápida, requiriéndose así un menor periodo de tiempo para su ejecución. Al respecto se señala:

(Con respecto a las nuevas variedades)... Uniforme, todo igual y no tienen mucho trabajo, tú las despuntas abajo y está listo, en cambio ahora hay que sacarle los hombros, los brazos, abrirles, puerta pa abajo, todo ese trabajo ya no se hace (Gerente Empresa Productora – Exportadora, 2017).

Si, el mismo raleo es más rápido, comparado con una Thompson, no se po 3 cortes y uno tiene pa un mes po y una variedad rápida, 7 días, 10 días una semana de repente (Trabajador de Temporada, 2017)

30. <http://www.redagricola.com/cl/nuevas-variedades-uva-mesa-paises-sudamerica/> (Acceso: 12.01.21).

31. “En el caso de la Thompson, la mano de obra representa el 59% del costo total, en tanto en la autumn royal (variedad patentada) es solo el 35% “ (<http://www.elmercurio.com/Campo/Noticias/Noticias/2018/11/27/La-variedad-incide-en-el-costo-de-mano-de-obra-en-la-uva-de-mesa.aspx?disp=1>) (Acceso: 12.01.21).

En este sentido, es posible plantear que este nuevo proceso de *Landnahme* vía desarrollo de material genético “*protegido*” también trae consigo la *creación activa de un afuera* en tanto – a través del desarrollo de nuevas variedades – también se busca reducir la utilización de la fuerza de trabajo durante el proceso productivo. Si bien, no es posible prescindir totalmente de ésta – debido a las características que requiere el manejo de la uva – se busca acelerar y estandarizar la realización de las tareas con la finalidad de reducir los periodos de requerimiento de mano de obra.

Conformación de un nuevo mercado de trabajo en el sector agroexportador

Al igual que a nivel nacional, en los últimos 3-5 años se observa en la región de estudio un *recambio en el patrón de empleo*, caracterizado por la contratación masiva de migrantes extranjeros provenientes, principalmente, de: Perú, Bolivia y, recientemente de Haití, los que han sido incorporado a las distintas faenas del proceso productivo. Es así como en la zona de estudio algunas empresas trabajan casi sólo con mano de obra extranjera, llegando en algunos predios a alcanzar casi la totalidad de la fuerza laboral contratada para la cosecha. Al respecto un Administrador de un Fundo, refiere: “*en Pura Fruta cuando partió la cosecha era como un 90% de mano de obra migrante*” (2017).

De este modo, el uso de fuerza laboral migrante – en la región de estudio – se trata de un fenómeno reciente “*que todavía está empezando*” (Profesional Dirección del Trabajo, 2017), evidenciándose la falta de una política migratoria integral actualizada que permita hacer frente a esta nueva situación en el sector agroexportador. En este contexto, se observa la ausencia de lineamientos por parte del Estado en relación a la fiscalización de las condiciones en que ingresan los/as trabajadores/as inmigrantes al mercado laboral, existiendo poca claridad acerca de las atribuciones de los diferentes servicios con respecto a temas como son: la simulación de contratos de trabajo y las condiciones de vida en los campamentos, entre otros. Al respecto un Profesional de la Dirección del Trabajo refiere:

Nosotros tenemos un modelo migratorio muy asociado todavía a los contratos de trabajo, pero uno ya intuye que ahí hay fenómenos que están por descubrirse, la simulación, el contrato fingido, contrato falso. Todo el tema de la habitación de los extranjeros que

está todavía también por descubrirse, de alguna manera si tenemos o no competencias para fiscalizar esos lugares, si tienen estatus de campamento o no, hay varias cosas que explorar, yo creo que estamos en una fase muy inicial en el tema extranjero, en el que hay que distinguir 2 áreas, el trabajo extranjero propiamente tal, y el otro, el tema de la trata que está en el ámbito delictual, que muy pocas veces nosotros podemos llegar con una denuncia casi siempre es un hallazgo, una puerta que se abre (2017).

Junto con lo anterior, se observa que el porcentaje de migrantes permitido por ley en las empresas (15%), es *ley muerta* (*Entrevista a Experto en tema migración, 2018*) en tanto no se respecta el límite a la contratación de mano de obra extranjera debido a la falta de fiscalización así como a la implementación de diversas estrategias por parte de las empresas – como es el uso de varios contratistas en un mismo fundo- lo que permite aumentar el porcentaje extranjeros en un mismo predio.

Es así como la legislación vigente no logra dar cuenta del fenómeno migratorio actual, lo que ha sido utilizado a favor del capital, permitiendo la aparición de una serie de irregularidades, así como de incumplimientos de la normativa en la contratación de migrantes extranjeros/as en el sector agroexportador. En este contexto, se observa también “*el regreso de viejas prácticas, cosas que ya no se veían, como, por ejemplo; se ha vuelto a ver el traslado de gente en la parte de atrás de las camionetas*” (*Director Sindicato, 2018*). En este sentido, es posible plantear que estaríamos frente a un nuevo proceso de precarización (por migración) en el cual el Estado ha jugado un rol central a través de la “omisión, marginación o socavamiento de ciertas acciones” (VALDÉS *et al*, 2017, p. 180), lo que ha favorecido que los/as trabajadores/as migrantes extranjeros/as se encuentren más expuestos – que los trabajadores locales – a la vulneración de sus derechos. En este escenario la figura del contratista, así como la creación de campamentos urbanos permanentes han sido piezas claves en esta nueva configuración.

Conclusiones

A modo de síntesis, es posible proponer que este nuevo modo de acumulación (basado en la privatización del material genético y el pago de patentes) puede ser concebido como un nuevo cercamiento (De Angelis 2012) en el cual las grandes empresas transnacionales y nacionales (genetistas, viveros

y exportadoras) en colaboración con el Estado han ido restringiendo progresivamente el acceso libre a las nuevas variedades de uva desarrolladas, las que hasta el momento habían sido de dominio público y no estaban sujetas a pagos de royalty. En este sentido, se evidencia un nuevo proceso de escisión con respecto a los medios de producción que – para los medianos productores – se traduce en una pérdida de autonomía en cuanto a las posibilidades de producción y comercialización, mientras que para los pequeños agricultores significa una amenaza en cuanto se pone en riesgo su capacidad de seguir produciendo debido a los altos costos que conlleva el recambio varietal.

Junto con lo anterior, se propone que este nuevo cercamiento ha ido acompañado de un recambio en el patrón de empleo producto del ingreso masivo de migrantes extranjeros/as al sector agroexportador, lo que también ha favorecido la instalación de este nuevo modo de acumulación por medio de la desvalorización del trabajo. En este sentido, se plantea la emergencia de nuevo un proceso de *precarización por migración* caracterizado por un nuevo orden de explotación, a saber, *la explotación secundaria* (DÖRRE, 2012), la que se caracteriza por la utilización de formas simbólicas y de fuerza política para conservar las diferencias de género y raza que legitiman la devaluación de la mano de obra. En este sentido, se propone que las diferencias de raza en intersección con las de género, han sido utilizadas a favor de la reproducción del capital en la medida que los/as trabajadores/as migrantes extranjeros/as han sido incorporados/as al mercado laboral en peores condiciones que los/as trabajadores/as locales. En este contexto, la fuerza laboral extranjera se ha constituido en un “afuera permanente” totalmente controlado por la figura del contratista que actúa como un reservorio de mano de obra cautiva que permanentemente está entrando y saliendo del mercado laboral en función de las necesidades del capital.

En este contexto, es posible plantear que la instalación de este nuevo régimen de explotación y subordinación, basado en la diferencia racial y sexual de la fuerza laboral, se ve posibilitado por la externalización y transnacionalización del trabajo reproductivo, el que es asumido por las familias en los países de origen, siendo, generalmente, las abuelas maternas las que quedan a cargo de las tareas domésticas y de cuidado en el hogar. Esto, por una parte, favorece la total disponibilidad de la mano de obra, a la vez que coloca a los/as trabajadores/as extranjeros/as en una situación de mayor dependencia y sometimiento a la voluntad del contratista en tanto la reproducción de sus familias depende de que logren generar los ingresos suficientes como para subsistir.

REFERÊNCIAS

ARBOLEDA, Martín. La naturaleza como modo de existencia del capital: organización territorial y disolución del campesinado en el superciclo de materias primas en América Latina. En: *Athropologica*. Año XXXV, n. 38. 2017. p. 145-176.

CRUZ, Carolina. Presentación “Variedades de Uva de Mesa, Un recambio necesario”. *Comisión de Investigación para el Desarrollo de la Uva de Mesa, UVANOVA*, sin editar, 2017.

DE ANGELIS, Massimo. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas. *Theomai*, n. 26, julio-diciembre, 2012.

DÖRRE, Klaus. Finance Capitalism, Landnahme and Discriminating Precariousness – Relevance for a New Social Critique. *Social Change Review*, v. 10, n. 2, 2012. p. 121-151.

HERAN, Tamara. *Le monde invisible du travail del'agro-industrie d'exportation Au Chili*. Étude de la Vallée du Limarí. 2014. Tesis para optar al Grado de Doctora, Escuela de Estudios Superiores en Ciencias Sociales, Paris, França.

ROVIRA PINTO, Adriano. Características Espaciales del Proceso de Modernización Agrícola en el Espacio Semi Árido Chileno. *Cuadernos I. Geográfica* 18-19, 1993. p. 75-94.

VALDÉS, Ximena; GODOY, Carmen; MENDOZA, Angie. Acción colectiva y resistencia: asalariadas agrícolas en Chile, frente a la precarización laboral. *Izquierdas* 35, septiembre, 2017. p. 167-198

Fuentes de Internet:

Biofrutales

- <http://biofrutales.cl/biofrutales/quienes-somos/> (Acceso 12.01.21)

Chile mejor sin TLC

- <https://chilemejorsintlc.cl/razones-para-rechazar-el-tpp-11-agricultura-semillas-y-alimentacion/> (Acceso 12.01.21)

Diario El Día

- <http://www.diarioeldia.cl/economia/se-complica-exportacion-para-uvas-tradicionales-por-variedades-eeuu> (Acceso 12.01.21)

Economía y Negocios

- <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=457636> (Acceso 12.01.21)

El Mercurio

- <http://www.elmercurio.com/Campo/Noticias/Noticias/2017/07/17/Nuevas-variedades-irrumpen-en-la-produccion-de-uva-de-mesa-de-Chile.aspx> (Acceso 17.07.2017)
- <http://www.elmercurio.com/Campo/Noticias/Noticias/2018/11/27/La-variedad-incide-en-el-costode-mano-de-obra-en-la-uva-de-mesa.aspx?disp=1> (Acceso 12.01.21)

Fedefruta

- <http://fedefruta.cl/agricultores-de-uva-de-mesa-advierten-que-urge-recambio-de-variedades-ante-complicaciones-del-mercado/> (Acceso 12.01.21)

Inia

- <http://www.inia.cl/blog/2018/06/11/uva-de-mesa-chilena-es-presentada-oficialmente-a-la-industria-con-su-nombre-comercial-maylen/> (Acceso 12.01.21)

Portal Frutícola

- <https://www.portalfruticola.com/noticias/2017/06/28/impacto-tendran-las-nuevas-variedades-uvas-la-industria-mundial/> (Acceso 12.01.21)
- <https://www.portalfruticola.com/noticias/2015/03/12/sun-world-liberara-nuevas-variedades-de-uva-en-chile/> (Acceso 12.01.21)

Radio Agricultura

- <http://elagro.radioagricultura.cl/2017/12/13/complica-exportacion-uva/> (Acceso 12.01.21)

Redagícola

- <http://www.redagricola.com/cl/vistazo-las-nuevas-variedades-uva-mesa-mas-prometedoras-chile/> (Acceso 12.01.21)
- <http://www.redagricola.com/cl/lecciones-la-sequia-la-region-coquimbo-estamos-terremoto-todavia-no-termina-francisco-gonzalez-fruticultor-presidente-la-asociacion-canalistas-del-embalse-cogoti/> (Acceso 12.01.21)
- <http://www.redagricola.com/cl/nuevas-variedades-uva-mesa-paises-sudamerica/>(Acceso 12.01.21)

Uvanova

- <http://www.uvanova.cl/articulos/asesores-evaluan-explosivo-avance-de-las-nuevas-variedades-de-uva-de-mesa/> (Acceso 12.01.21)

Wikipedia

- https://es.wikipedia.org/wiki/Ley_que_regula_derechos_sobre_obtenciones_vegetales (Acceso 12.01.21)

LA HETEROGENEIDAD DE LOS SISTEMAS DE ALIMENTACIÓN LOCALES (SAL) EN LA REGIÓN PATAGONIA NORTE¹

NORMA BEATRIZ ANDRADE ²

Introducción

En la región Norpatagonia existen redes socioproductivas en las áreas rurales en las que podemos diferenciar espacios productivos, dinámicas sociales y modalidades de organización de la agricultura en zonas de regadío en valles de meseta de las cuencas de los ríos Limay y Neuquén.

Específicamente, en el Departamento Confluencia de la provincia de Neuquén se encuentran numerosas experiencias de producción familiar que se iniciaron en la década del noventa con la modalidad de autoabastecimiento y se acentuaron a partir de la crisis político social que atravesó Argentina en 2001 para luego, gradualmente, mejorar los estándares de comercialización y distribución de sus productos, dando lugar a la conformación de *circuitos cortos de comercialización de alimentos*.

1. En el año 2019 se llevó a cabo el Programa de Cooperación Binacional entre los Equipos de investigación de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), la Universidad Nacional del Comahue (UNCo) y la Universidad Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Proyecto de la UNCo- FADE- GESA se titula: "Diversificación productiva de productores familiares del norte de la Patagonia. Tipos e impactos sociales y territoriales". PI 04/ D106. Este artículo tiene su génesis en los intercambios y salidas a campo realizado por ambos equipos en el territorio de la Patagonia norte en septiembre de 2019.

La autora agradece a la Profesora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Departamento de Sociología e PPGS Universidade Federal de Pernambuco – UFPE) y a la Dra. Mónica I. Bendini (Profesora Emérita Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue).

2. GESA – Grupo de Estudios Sociales Agrarios. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue

Los *circuitos cortos de comercialización* se definen como “articulaciones de productores individuales u organizados informalmente, de productos frescos o procesados, diferenciados sin certificación, con consumidores intermedios o finales, en las que participa máximo un intermediario con el que, en la mayoría de los casos, no se definen acuerdos previos a la venta, y en las que se desarrollan relaciones de proximidad”. (RODRIGUEZ SÁENZ; RIVEROS SERRATO, 2016, p. 13)

Asimismo, las instituciones públicas también tuvieron un protagonismo en la producción y promoción de los sistemas alimentarios locales, en la capacitación y acompañamiento técnico de los productores, consolidando los espacios y circuitos de comercialización – denominados ferias móviles. Sin embargo, estos avances no lograron transformar las enormes desigualdades y fragilidades en la región a nivel económico, social y político.

No obstante, en la región la mayoría de estas ferias presentan la singularidad de ser impulsadas y sostenidas por el trabajo de las mujeres contribuyendo al cuidado de la familia, a la extensión de lazos de confianza y de solidaridad con integrantes de otras familias en el territorio.

El texto se focaliza en describir y analizar, desde una perspectiva de género, prácticas colectivas y formas de organización social y comunitaria en dos organizaciones de la región que se dedican a la producción de alimentos en mercados locales.

La primera, es el Centro de Formación Profesional Agropecuaria (CFPA) n. 2 dependiente del Consejo Provincial de Educación de la Provincia de Neuquén, que nuclea a más de 50 familias agricultoras principalmente de las localidades de San Patricio del Chañar y Centenario ubicadas en la cuenca del río Neuquén; la segunda es la Feria de Productores y Artesanos de China Muerta conformada por 30 productores familiares y emprendedores de las localidades de Plottier y Senillosa situadas en la cuenca del río Limay. (ANDRADE, 2020)

En ambas organizaciones, las mujeres trabajadoras familiares del agro en Neuquén asumen papeles sociales y económicos cada vez más activos para persistir y enfrentar problemas y limitaciones en la unidad de producción donde ellas combinan saberes tradicionales e innovaciones con acompañamiento técnico; y, por otro lado, asumen una participación más activa en los colectivos sociales.

El estudio de caso de perspectiva “etnográfica” nos permite visualizar estos procesos en un tiempo y espacio vivencial de alcance genérico social de las organizaciones en su conjunto, y del papel de la mujer en las mismas. El alcance espacial del caso de estudio en tanto dimensión horizontal se circunscribe a la dimensión jurídico-institucional de las localidades ubicadas en el Departamento Confluencia de la provincia de Neuquén, mientras que el recorte temporal en la dimensión vertical tendrá un carácter sincrónico. Para ello se utilizará el mismo andamiaje conceptual para abordar ambas organizaciones enmarcadas en una misma región del país.

Nos preguntamos, ¿Cómo son las prácticas colectivas y formas de organización social y comunitaria en las organizaciones seleccionadas?; ¿Qué papel desempeña las mujeres dentro de esos procesos?; ¿Qué grado de influencia tienen las mujeres en esos lugares/espacios productivos?; ¿El comportamiento social y productivo de las mujeres da cuenta de una fuerte organización interna del trabajo en sus unidades de producción?; ¿Se posicionan como referente organizacional?; ¿Surgen formas espontáneas de dirigencia como extensión de su propia unidad doméstica de producción a proyectos comunitarios?

La definición del diseño y del tipo de estudio de caso

Para el estudio de la temática de los Sistemas de alimentación locales (SAL) en la región la región de la Patagonia Norte problematizada desde una mirada o perspectiva de género, nos decidimos por un diseño de investigación emergente.

La adopción de diseños emergentes³ en los estudios de caso se justifica en circunstancias en las que la investigación se centra en fenómenos nuevos, en los cuales la teoría se encuentra en una fase preliminar. En esta línea, la investigación cualitativa, específicamente con el estudio de casos, “*son casos específicos los que se estudian buscando con esta metodología de investigación una generalización analítica y no estadística ampliando y generalizando teorías*” (CASTRO, 2010, p. 31).

3. El tipo de diseño de investigación emergente exige un atento ejercicio de reflexividad de parte del investigador/a siendo conscientes de los sesgos y miradas presentes en nuestras investigaciones a la hora de adoptar un diseño de investigación.

Se privilegia la comprensión de las complejas relaciones entre los actores sociales que forman parte de los casos de estudio “*tratando de comprender la experiencia humana*” (STAKE, 1999, p. 42)

En relación a la definición del caso alegamos que en el marco de los estudios empíricos contemporáneos encontramos los *estudios de caso(s) de perspectiva “etnográfica* caracterizados por enfoques epistemológicos constructivistas, mirada reflexiva de la ciencia, desarrollos teóricos en términos narrativos, predominio de categorías nativas, entre otras. En esta perspectiva, el estudio de caso consiste en el abordaje de un tema/problema particular como eje de la organización de la investigación.

Aquí, la elección del caso es resultado del recorte temático y definido por el interés en el mismo. En ese sentido, “los *estudios de caso intrínseco* se constituyen a partir del interés en el caso en sí mismo” (STAKE, 1995 en NEIMAN y QUARANTA, 2006, p. 219). Siguiendo a Stake “cuando tenemos un interés intrínseco en el caso porque necesitamos aprender sobre ese caso particular; podemos llamar a nuestro trabajo estudio intrínseco de casos” (1999, p. 16).

La elección del caso es definido como un sistema delimitado en tiempo y espacio de actores, relaciones e instituciones sociales donde se busca dar cuenta de la particularidad del mismo en el marco de su complejidad.

Ahora bien, retomando nuestro interés en el estudio de dos organizaciones, ubicadas en la provincia del Neuquén, por un lado, el Centro de Formación Profesional Agropecuaria (CFPA) n. 2, por el otro, la Feria de Productores y Artesanos de China Muerta dedicadas a la producción de alimentos en circuitos cortos; metodológicamente, al orientarnos hacia un enfoque de análisis inductivo optamos por el tipo de estudio colectivo de casos. Esto es, en términos de Stake, la “agregación” de un *par de estudios de casos único*, es decir que en los desarrollos metodológicos de este autor no hay una preocupación especial por el desarrollo de estudios de casos múltiples, “*Cuanto más intrínseco sea el interés de un caso, más deberemos refrenar nuestra curiosidad y nuestros intereses especiales, y más deberemos discernir y centrarnos en los temas específicos del caso*” (STAKE, 1999, p. 17).

Siguiendo a Stake la propuesta es utilizar “*temas como estructura conceptual – y las preguntas temáticas como las preguntas básicas de la investigación – para obligar la atención a la complejidad y a la contextualidad*” (1999, p. 26).

Sistemas de alimentación locales (SAL) en la región de la Patagonia Norte

Entonces, recordando que el caso y el tema son la centralidad en los estudios de caso, la estructura conceptual y formulación de los temas se presentan en pertinencia a las preguntas o interrogantes de investigación ya formulados en el primer apartado de este escrito. En ese sentido, los principales vectores que orientarán el trabajo de campo en el estudio de caso girarán en torno a:

- Prácticas colectivas y formas de organización social y comunitaria en las huertas y en las ferias.
- Programas sociales de apoyo.
- Relaciones de familiaridad entre productores y feriantes.
- Relaciones de cooperación entre familias huerteras y familias feriantes.
- Papel y grado de influencia de las mujeres dentro de los procesos y espacios productivos en ambas organizaciones.
- Organización interna del trabajo en sus unidades de producción.
- Surgimiento de nuevos liderazgos o nuevas dirigencias de las mujeres en esas comunidades agrícolas.

En principio, la lista de *preguntas temáticas* tiene una serie de preguntas esenciales que nos permiten una primera familiarización y acercamiento a los casos seleccionados; luego, a partir de ese primer conocimiento, las mismas se ajustaron a tres o cuatro preguntas por eje o tema aspirando a que ayuden a estructurar las observaciones, las entrevistas y la revisión de documentos.

Y a medida que esas preguntas transitan la comprensión, se considera la potencialidad de reformular los “*temas como asertos, primero de forma provisional, para ir cobrando mayor confianza a medida que realiza nuevas observaciones y confirma las antiguas*” (STAKE, 1999, p. 29). De esta manera se da lugar a las primeras hipótesis o afirmaciones de sentido.

También se apela a la formulación de *preguntas generales* que buscan información para la descripción del caso, entre ellas:

¿Cantidad de puestos de ventas en las ferias y modalidad (individuales o grupales)?; Cómo se resuelven los casos de sustitución de feriantes (por abandono, por enfermedad, por dedicarse a otra actividad, otros motivos)?;

Cómo se da la organización social del trabajo en las huertas y en las ferias? (distribución de tareas, de funciones, de roles; costos de mantenimiento: predio/stand/otros).

¿Cómo pautan los productores/feriantes la organización en la producción/elaboración, comercialización, distribución y venta de los productos? (en reuniones, asambleas); ¿Cómo es la relación entre productor y consumidor en las ferias?

La descripción general de ambos casos se utiliza como estructura subordinada a la estructura temática. En ese sentido, se elabora una lista de preguntas flexible, se redefine progresivamente los temas, y se atienden las oportunidades para aprender lo imprevisto.

En relación a las *unidades de análisis*, definimos que los casos constituyen las unidades de análisis: por un lado seleccionamos el *Centro de Formación Profesional Agropecuaria (CFPA) n. 2*; y, por el otro, la *Feria de Productores y Artesanos de China Muerta*.

Como ya señalamos en el primer apartado, el primer caso depende del Consejo Provincial de Educación de la Provincia de Neuquén, mantiene importantes vínculos institucionales con otras organizaciones tanto del Estado provincial como nacional (Universidad Nacional del Comahue, INTA – Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, entre otros), así como convenios con el municipio local de San Patricio del Chañar entre otros municipios de la provincia. (Técnico CFPA n. 2) Es decir, se trata de una organización con un fuerte trabajo de coordinación de sus actividades como de gestión de sus recursos humanos, económicos y financieros.

Mientras que el segundo caso recibe el apoyo, asesoramiento y acompañamiento técnico del INTA (IPAF) Patagonia, la organización cuenta con menores recursos que la anterior y son sus integrantes quienes auto gestionan tanto la producción, comercialización y distribución de su propia producción con algunas inserciones colaborativas por parte del estado provincial y municipal. (Técnico del INTA Alto Valle, 2019)

Para ambos casos se considera el mismo listado tanto de preguntas generales como preguntas temáticas en tanto proceso progresivo de conocimiento.

Estrategia de obtención y análisis de la información

Tras definir la unidad de análisis y la selección de los casos a estudiar, la propuesta de Estudio de Caso se basa en un *muestreo teórico*, no estadístico, tratando de escoger aquellos casos que ofrezcan una mayor oportunidad de aprendizaje (STAKE, 1994) y “*que permitan una generalización analítica de los resultados*” (CASTRO, 2010, p. 44).

En la investigación cualitativa el *muestreo*⁴ refiere a aquellas decisiones que tomamos sobre quién/es son aquellos casos o unidades de información que van a integrar nuestra investigación. Como señala Valles (1997), las decisiones respecto al muestro cualitativo no sólo se dan en relación a quiénes, sino también en *qué contexto y momento* se emplaza la investigación.

El carácter *flexible que adquiere el diseño* con el devenir del trabajo de campo, permite que la selección de los casos o de las unidades de información⁵ se realice en función de una intencionalidad acorde al objetivo cognitivo.

Por lo expuesto, la selección de unidades en el muestreo teórico se realiza bajo una lógica comparativa (comparación entre propiedades o características diferentes) que se va desarrollando en fases sucesivas e iterativas del trabajo de campo, y en relación con todas aquellas categorías que van apareciendo como relevantes en la investigación (VERD y LOZARES, 2016, p. 128), con el fin de garantizar una sistematización inductiva de carácter procesual y reflexiva.

Entonces, el muestreo teórico es una decisión metodológica que permite apoyar y desarrollar el análisis cualitativo de los datos en respuesta a los interrogantes de investigación.

4. El *criterio de saturación*, será la pauta para decidir culminar con el trabajo de campo, sin obedecerse a reglas fijas que definan de antemano el número de unidades de información/tamaño de la muestra. De este modo, la saturación refiere al mecanismo de control metodológico (propuesto inicialmente desde la Teoría Fundamentada de Glaser y Strauss) para establecer que existe *regularidad y redundancia* en la nueva información recabada y que, por lo tanto, se puede finalizar con el proceso de recolección/producción de información.

5. Aquí lo relevante no es la “representatividad estadística”, sino que los casos sean *significativos*, es decir, sean *pertinentes* para dar cuenta del problema de investigación, habiliten a generar ideas y brinden una comprensión profunda del fenómeno abordado.

Los espacios, unidades de observación e instrumentos de obtención de información

Las *unidades de observación* son las familias que conforman cada uno de los casos. Por lo tanto, recordamos que el Centro de Formación Profesional Agropecuaria (CFPA) n. 2 nuclea a más de 50 familias agricultoras de las localidades de San Patricio del Chañar y Centenario ubicadas en la cuenca del río Neuquén; y la Feria de Productores y Artesanos de China Muerta está compuesta por 30 productores familiares y emprendedores de las localidades de Plottier y Senillosa situadas en la cuenca del río Limay. (cuadro n. 1)

En relación a los instrumentos de recolección de datos, las reflexiones surgen de datos primarios relevados-octubre/noviembre de 2018 y en septiembre/noviembre de 2019 – en entrevistas en profundidad a las familias para comprender el papel de las mujeres tanto en la unidad doméstica como en la unidad productiva; además de observación participante en ámbitos cotidianos de trabajo en su unidad de producción y de su accionar en ámbitos colectivos (espacios de ventas en las ferias). También, de entrevistas semiestructuradas a técnicos, funcionarios y referentes institucionales.

Asimismo, la interpretación de los resultados se completa con datos secundarios de fuentes documentales y periodísticas e impregnación del campo, así como de datos vivenciales obtenidos en talleres participativos, unidades ejecutoras y reuniones de comités sectoriales, por parte del equipo de investigación.

Por último, se señala que para el análisis e interpretación de los datos cualitativos será vital la construcción de un sistema de categorías. Guba y Lincoln (1981) sugieren que para construir categorías es preciso examinar los datos tratando de descubrir aspectos regulares y recurrentes.

La cuestión es poder encontrar maneras de poder detectar esas informaciones singulares, que sean las más relevantes y poder distinguirlas de otras también singulares, pero irrelevantes (ANDRÉ, 1983). De esta manera, se presta atención a la emergencia de nuevas categorías que iluminen las categorías analíticas iniciales con las que parte esta propuesta de Estudios de casos.

Cuadro n. 1. DISEÑO DE ESTUDIO COLECTIVO DE CASOS:

Centro de Formación Profesional Agropecuaria (CFPA) n. 2 (localidades de San Patricio del Chañar y Centenario) y Feria de Productores y Artesanos de China Muerta (localidades de Plottier y Senillosa)

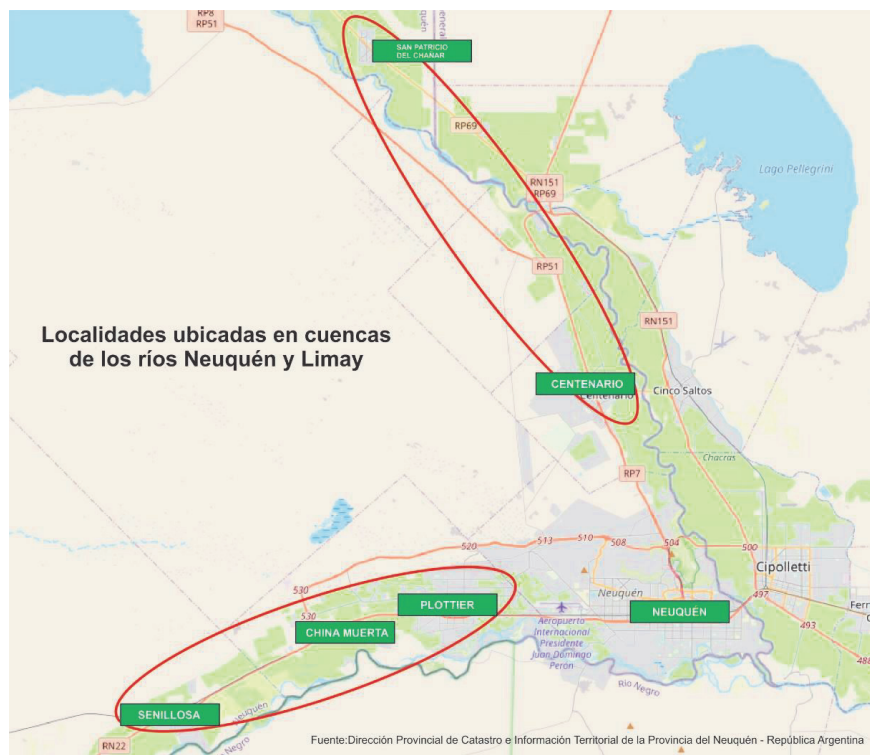
Alcance del estudio	Dimensiones del problema	Fuentes de información	Procedimientos y Técnicas
CONTEXTO	<p>Preguntas generales: procesos sociales, económicos, políticos e institucionales.</p> <p>Beneficios y limitaciones de la ubicación geográfica (Financiamiento para las instalaciones y mantenimiento del riego en las huertas)</p>	<p>Primarias: Entrevistas a informantes clave (directores del CFPA y referente institucional de la Feria de Productores de China Muerta).</p> <p>Secundarias: documentos (decretos provinciales de creación y ordenanzas municipales, otros).</p>	<p>Procedimiento intensivo (de profundización).</p> <p>Entrevista a informantes clave (exploratorias y situacionales).</p> <p>Análisis de documentos.</p>
MARCO INSTITUCIONAL (aspectos)	<p>Preguntas generales</p> <p>Formas de gestión institucional.</p> <p>Programas sociales de apoyo.</p> <p>Normativas de funcionamiento.</p> <p>Actividades programadas.</p> <p>Situaciones de tensión, de conflictos entre las familias de huerteros y/o feriantes.</p>	<p>Primarias:</p> <p>Testimonios de actores sociales.</p> <p>Participación en reuniones de comités sectoriales.</p>	<p>Entrevistas a referentes institucionales y de cada organización (casos).</p> <p>Observaciones.</p> <p>Talleres.</p>
<p>Familias productoras</p> <p>Actores institucionales</p> <p>Referentes organizacionales</p>	<p>Preguntas temáticas</p> <p>1. Prácticas colectivas y formas de organización social y comunitaria:</p> <p>a) Relaciones de familiaridad entre productores y feriantes.</p> <p>b) Relaciones de parentesco en el trabajo de las huertas y/o ferias.</p> <p>c) Relaciones de cooperación entre familias huerteras y familias feriantes.</p> <p>2. Papel y grado de influencia de las mujeres dentro de los procesos y espacios productivos en ambas organizaciones.</p> <p>3. Organización social interna del trabajo en sus unidades de producción (huertas y ferias).</p> <p>4. Surgimiento de nuevos liderazgos o nuevas dirigencias de las mujeres en esas comunidades agrícolas.</p>	<p>Primarias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Testimonios. - Reuniones de comités sectoriales. - Asambleas (espacios colectivos). 	<p>Entrevistas en profundidad: a las familias productoras (unidades de observación) de cada caso (unidades de análisis).</p> <p>Entrevistas semiestructuradas: a directores del CFPA n. 2 y de Feria de productores y Artesanos de China Muerta.</p> <p>Observaciones: en reuniones sectoriales, en las asambleas de las familias productoras y en los Talleres (programados) por las organizaciones.</p>

Fuente: Elaboración propia en base a los objetivos e intereses cognitivos a considerar en el estudio de caso.

Identificación de procesos comunitarios y localización de las organizaciones

Las organizaciones denominadas “Centro de Formación Profesional Agropecuaria n. 2 (CFPA)” (localidades de San Patricio del Chañar y Centenario) y “Feria de Productores y Artesanos de China Muerta” (localidades de Plottier y Senillosa) se ubican en la Provincia del Neuquén⁶.

San Patricio del Chañar (Departamento Añelo) y Centenario (Departamento Confluencia) se extienden sobre la cuenca del Río Neuquén, es una zona privilegiada por su disponibilidad de suelos fértiles. Este espacio de producción se vincula a diversas modalidades de intervención estatal de la provincia y de los municipios, consolidando los sistemas de producción local (SAL) que lidera el CFPA n. 2.



6. La localidad de San Patricio del Chañar pertenece al Departamento de Añelo, mientras que las localidades de Centenario, Plottier y Senillosa forman parte del Departamento Confluencia.

Por otro lado, el paraje de China Muerta se encuentra en el ejido de Plottier y aglutina a los productores familiares de las localidades de Plottier y Senillosa, ubicadas sobre la margen del río Limay en el departamento Confluencia. En esta zona predomina la ocupación de tierras fiscales⁷ y se la considera un área periférica en cuanto a lo productivo y valoración de las tierras; con una menor presencia y respaldo del Estado provincial y municipal (STEIMBREGER, RADONICH y BENDINI, 2003). No así de instituciones como el INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) y la Universidad Pública de la región (UNCo).

El Centro de Formación Profesional Agropecuaria n. 2 – CFPA

El CFPA, conocido en la región como “Puesto Chañar”, es una institución⁸ dependiente del Consejo Provincial de Educación de Neuquén, Gobierno de la Provincia del Neuquén. El área de influencia del Puesto Chañar incluye las localidades de San Patricio del Chañar, Centenario, Vista Alegre y Añelo.

La institución nace en el año 1992 en el marco del Programa de Expansión y Mejoramiento de la Educación Técnica y Agropecuaria (EMETA). En esa década, en la zona, el predominio de la producción frutícola requería capacitación para el empleo en empresas de empaque y en tareas culturales como la poda, el raleo, la cosecha, entre otras. Hasta fines de los 90 el CFPA trabajó con módulos de capacitación laboral para el sector frutícola y para personas desempleadas.

A partir del año 2000, se implementa la metodología de *Unidades Didácticas Productivas (UDP)* con el propósito de orientar la propuesta de formación laboral de productores y de emprendedores en agroalimentación. Así, la

7. La ocupación en la localidad de Senillosa se inicia a partir del mecanismo de loteos de tierras sujetas a expropiación a grandes propietarios, en su mayoría absentistas, pasando a ser propiedad del Estado municipal o provincial (Ley Provincial n. 23). Se trata de tierras declaradas de utilidad pública.

8. Sus acciones se enmarcan en la Ley Nacional de Educación Técnico Profesional n. 26.058 (Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26058-109525/texto>).

Las certificaciones que otorga el CPFA tienen validez oficial por tratarse de una institución inscripta en el Registro Federal de Instituciones de Educación Técnico Profesional. Además, cuenta con inscripción en el Registro de Instituciones de capacitación y empleo para el programa de Formación Continua del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación.

agenda anual de capacitaciones⁹ se vincula directamente con el contexto socio productivo, con las demandas de trabajo y de desarrollo económico de la región; generando proyectos de investigación que sustentan la agenda anual de trabajo en la institución. (<https://www.puestochaniar.com/>)

El proyecto formativo se fundamenta en los ejes de la Soberanía Alimentaria, el empleo agrario, la agricultura familiar, la agroecología, la economía social y el desarrollo local. La agenda anual de actividades se organiza en cuatro áreas: a) la orientación profesional, b) las propuestas formativas, c) el seguimiento de egresados; y d) la vinculación institucional.

Por último, la agenda anual de actividades incluye capacitaciones transversales a todas las UDP, como “Manipulación de alimentos” y el “Taller de diseño y comunicación para emprendedores”, orientado al desarrollo de la identidad del emprendimiento, dentro del Módulo de Comercialización. Además, la propuesta de capacitación de emprendedores, dentro del Módulo de Comercialización integra dos actividades institucionales de extensión comunitaria: la feria “De la tierra a tu mesa”¹⁰ y el festival gastronómico “Manduca”.

La feria es una actividad de extensión comunitaria, en la que se difunde la propuesta educativa institucional, en la cual los alumnos emprendedores pueden realizar las prácticas profesionalizantes, siendo un espacio de vinculación directa con el consumidor en el marco de la Economía Social y la Soberanía Alimentaria. Y, desde el año 2018, la feria se integra al Festival Gastronómico “Manduca”, que se realiza eventualmente en distintas etapas del año. (Dir. CFPA)

Mientras que la iniciativa Festival Gastronómico “Manduca”,

9. En la propuesta formativa, en el marco del Programa de Formación Profesional, los estudiantes hacen uso de las Unidades Didácticas Productivas instaladas en el predio educativo para desarrollar las capacitaciones y prácticas profesionalizantes. El equipo interdisciplinario de técnicos de la Institución Educativa los acompaña y asiste en el desarrollo de las etapas del proceso formativo-productivo. Las UDP son espacios reales de trabajo, abiertas todo el año y cuentan con habilitación comercial y bromatológica.

10. La feria “De la Tierra a tu Mesa” es una instancia dentro del proceso educativo del Puesto Chañar, durante la cual los estudiantes de los distintos talleres y Unidades Didácticas Productivas desarrollan sus perfiles emprendedores.

es un espacio de encuentro, de experiencias entre los productores de alimentos, cocineros y consumidores locales y de la región, con la particularidad de vivenciar en el lugar el proceso de producción de alimentos de estación hasta su transformación en productos elaborados y recetas gastronómicas con identidad regional. (integrantes Equipo interdisciplinario CFP n. 2)

La Feria de Productores y Artesanos de China Muerta

Su génesis parte de un proyecto que surge del trabajo articulado entre la Cooperativa El Labrador, la Dirección de Producción provincial y municipal, el INTI y la Agencia de INTA Centenario. La Feria de China Muerta está conformada por 25 productores familiares y artesanos de las localidades de Plottier y Senillosa distribuidos en 30 puestos que ofrecen producción primaria local: productos elaborados, comidas “caseras” y una diversidad de artesanías realizadas con diferentes materiales autóctonos.

(<https://inta.gob.ar/documentos/china-muerta>)

Todos los sábados en el predio de la Feria de productores y artesanos de China Muerta, en la zona rural, aproximadamente a 15km de la ciudad de Plottier, la Feria se constituye en un espacio de reunión de familias y amigos, que disfrutan no sólo de la calidad de producción local sino también de talleres y espectáculos artísticos. (referente del INTA)

La experiencia es autogestionada por sus integrantes y organizada a partir de un sistema colectivo de rotación de roles y funciones semana a semana. *“El entusiasmo espontáneo de las familias de productores y feriantes tiene la particularidad de ser transmitido y compartido con el público lo que motiva aún más la concurrencia”* (artesana local).

La Feria de Productores y Artesanos de China Muerta se desarrolla en el marco de la estrategia de abordaje de la Producción Familiar (PROFAM) del Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable, recibe el acompañamiento, capacitación y asistencia de la agencia de INTA Centenario y la regional de INTI. (FEBO y THIACODMITRIS, 2019)

Las familias productoras destinatarias del proyecto – desde las capacitaciones y asesoramientos brindados por los profesionales del Centro

de Capacitación Profesional Agropecuaria – CCPA n. 1¹¹ en articulación con técnicos del INTA – desarrollan cultivos de verduras y otros productos con horizontes de comercialización bajo principios de *buenas prácticas agrícolas, economía solidaria y cooperativismo*.

Esta experiencia cuenta con el plus de valor agregado al implementar “Buenas Prácticas de Elaboración de Alimentos” y de asistencia en los aspectos bromatológicos. Las capacitaciones atienden dinámicas grupales, gestión de la organización y presentación de productos, talleres técnicos productivos, comunicación y difusión, entre las principales”. (profesional Agencia de Extensión Rural INTA Centenario).

“Desde estos vínculos de educación, formación técnica y relaciones personales se promueven principios de seguridad alimentaria ofreciendo productos frescos, saludables y a buen precio buscando empoderar el vínculo productor-consumidor, sin intermediarios en la cadena de distribución”. (extensionista – INTA centenario).

Organización social de los circuitos cortos de comercialización en la región

El carácter recursivo entre diseño y práctica en la investigación de *Estudio de Caso de tipo intrínseco* presenta interesantes hallazgos preliminares referidos a la *organización comunitaria* de los espacios productivos de las familias en ambas organizaciones.

En relación a las “*prácticas colectivas y formas de organización social y comunitaria*” en las huertas y en las ferias, expresan:

cuando comenzamos, uno de los propósitos de implementar prácticas productivas alternativas locales se orientaba a fortalecer procesos

11. El Centro de Formación Profesional Agropecuaria n. 1, ubicado en la localidad de Plottier de la provincia del Neuquén, destina importantes recursos a la capacitación gratuita para los emprendedores de las Feria de China Muerta, Feria El Mangrullo, Feria del Parque España, Feria El Puesto y Feria de Senillosa; también a la sala de agroindustria que funciona en ese centro de Capacitación. El CCPA n. 1 ofrece – durante el año – diversos cursos y talleres referidos a huerta orgánica educativa, producción agrícola, plantas saludables, jardinería, producción de hongos y comestibles, producción de frutas finas, riego y plantas ornamentadas, entre otros.

sociales en la comunidad de productores familiares que se extiende desde Centenario a San Patricio del Chañar. Nos llevó un tiempo considerable nuclearlos y capacitarlos, también concientizar a las familias en el compromiso de trabajo diario en las parcelas asignadas. Fue un proceso que al equipo nos llevó 10 años aproximadamente. (Ingeniero agrónomo del CFPA)

El equipo interdisciplinario coincide en que fueron las mujeres quienes más se responsabilizaron en el cuidado y tareas laborales de *las huertas familiares y viveros destinados a la* producción de hortalizas de estación para consumo propio y comercialización en Ferias.

También, las mujeres se interesaron en “*ampliar conocimientos para la elaboración de conservas de bajo y alto riesgo en sala equipada*”. Y luego, acompañadas por los más jóvenes (hijos/as, nietos/as), se capacitaron en el

procesamiento de bebidas fermentadas: vino casero en la “Bodega Comunitaria”, sidra espumante en la “Sala de elaboración de sidra” y cerveza artesanal en la “Sala de elaboración de cerveza”, todas estas elaboraciones cuentan con la habilitación comercial y bromatológica correspondiente, tramitadas por la institución. (Técnico del equipo CFPA)

La irrupción de las mujeres en la vitivinicultura plantea rupturas en un universo heteronormativo. Hay quienes llegaron al Centro de Formación Profesional Agropecuario n. 2 de San Patricio del Chañar con experiencia generacional en bodegas:

Cuando nos acercamos al Puesto, descubrimos que los técnicos ya brindaban la formación de “Elaborador de bebidas fermentadas” pero lo más notorio fue encontrar una organización y experiencia de un colectivo de productores y equipo técnico altamente calificado, nos ofrecieron sus salas y conocimientos. Ahora, nuestro proyecto máspreciado es lanzar la marca en vinos “Madre e hija”, estamos trabajando para eso (elaboradoras de vino), cuentan entusiasmadas.

Las familias se capacitan para elaborar distintas producciones: “cultivo de hongos, elaboración de bebidas fermentadas... algunas se dedican a procesar cerveza artesanal, otras vinos y familias que hacen sidra”. Otras familias se dedican a “dulces y conservas. Cada elaboración tiene su propia sala con el equipamiento adecuado y monitoreado por los técnicos”. (productora del Puesto El Chañar)

Paulatinamente, el plantel de técnicos y profesionales del CFA percibe que el sistema de circuitos cortos de alimentación (CCA) local resulta muy beneficioso para la comunidad, con un crecimiento y desarrollo espontáneo “desde abajo” que estimula el trabajo horizontal en la toma de decisiones por parte de los huerteras/os. Y, es cuando se consolida el espacio de “asambleas de las familias productoras” en el que discuten objetivos, distribución de tareas, organización de las actividades de ventas programadas en el Puesto El Chañar y en ferias celebradas en otras localidades de la región.

La particularidad de estas ferias es la *organización social interna del trabajo* que las caracteriza. Las personas que venden en ellas se organizan en grupos para disponer sus puestos comerciales en un espacio público. En esos mercados locales se puede encontrar todo tipo de productos que elaboran y producen las mismas personas que los venden.

Entre los productos que se comercializan durante todo el año en ambas organizaciones, se destaca:

frutas y verduras de la región, hortalizas de estación, carnes de chacra (pollos, cerdos), chacinados de carne de cerdos, alimentos de granja (huevos). Gran variedad de productos elaborados como dulces, conservas, jugos naturales de manzanas verde y roja, vinos, cervezas y sidras artesanales. Miel, hongos, panificación en horno de barro (panes saborizados, pizzas y empanadas caseras) y productos deshidratados; también, artesanías en piedra, madera, cuero, cerámica, cepillos caseros, entre otros. Además, en la Feria de Productores y Artesanos de China Muerta se ofrece indumentaria de diseño exclusivo.

Respecto a las “*relaciones de solidaridad y de cooperación*” entre familias huerteras y familias feriantes, los actores sociales relatan:

Costó bastante entender la dinámica de trabajo y generar lazos de confianza. Se dedicó tiempo en el fortalecimiento de “buenos hábitos” (por ejemplo, en cumplir horarios, pedir prestadas las cosas etc.). Pasaba que algunas familias no cumplían con las rotaciones semanales y las huertas no tenían el riego suficiente... Eso traía algunas broncas y molestias. El equipo de profesionales nos tuvieron mucha paciencia, hubo mucho acompañamiento por parte de los ingenieros, y las trabajadoras sociales (productora circuito de China Muerta).

Hoy, el grupo de productoras y emprendedoras tenemos ferias todos los lunes y viernes de cada semana en el Puesto Chañar para la comercialización personalizada de productos frescos y elaborados. Para muchas familias, la venta de sus productos es un ingreso fundamental en su economía doméstica. (familia CFPA de San Patricio del Chañar)

Los testimonios y evidencias empíricas indican que las “Huertas Familiares” ocupan un lugar privilegiado en el colectivo de productores de ambas organizaciones: *“Para las familias, especialmente en mujeres y jóvenes adolescentes, las huertas es un espacio restaurador de lazos sociales, familiares y personales”*. (referente social China Muerta)

La circulación de alimentos en las ferias a través de los años *“crea una generalización del lazo doméstico vinculado a las personas mediante un proceso de familiarización”*. (SCHIAVONI, 2014, p. 351)

En cuanto al *“papel y grado de influencia de las mujeres dentro de los procesos y espacios productivos”*, en ambas organizaciones, encontramos:

Cuando los ingenieros y técnicos convocaron a los vecinos de San Patricio fue la excusa para salir un poco de casa. Me organicé con los tiempos y venía a las reuniones con mis hijos que eran chicos, quienes además de ayudarme, también aprendían y jugaban con los hijos de otras familias. (productora circuito Centenario-San Patricio del Chañar)

Para las mujeres, *“trabajar la tierra es una cuestión de salud”, “es muy terapéutico aprender a producir verduras y hortalizas de estación, descubrir el aroma, color y tamaño de la verdura fresca, en principio orientada*

directamente al autoconsumo de las familias". Así, "ante el sostenido crecimiento productivo de las huertas el equipo introduce capacitaciones en materia de comercialización y distribución de productos a las familias del Puesto". (referentes técnicos)

Por otro lado, "la organización de canales de comercialización adaptados a las necesidades de las familias agricultoras y de consumidores, así como la producción de alimentos en todas sus facetas – como decimos nosotras 'De la tierra a la Mesa' – está a cargo de mujeres principalmente". (profesional integrante del equipo CFPA)

Entre los "beneficios" que las mujeres valoran aparece la trilogía "aprendizaje – calidad – autonomía económica" y el aprecio de "mejores lazos sociales, al decir *"aprendí la importancia de la alimentación de calidad para las familias, tanto para la propia como para las que vienen a comprar nuestras verduras y hortalizas frescas, productos de estación, ricos en sabor y valor nutricional. También, gané en amigas y buenas compañeras"*. Otro testimonio expresa:

"A varias mujeres, aprender nos dio libertad. Pasaron 5 años hasta lograr que la parcela de tierra (huerta) estuviera bien trabajada. Entonces, con mi hija – que ya estaba en la escuela secundaria – empezamos otras capacitaciones que nos dio... cómo le diría... más.. independencia económica porque ahora además de vender verduras frescas también elaboramos otros productos al transformar la materia prima. Nos organizamos mejor con el trabajo en la familia. (huertera San Patricio del Chañar)

Hay un rediseño de las relaciones de género dentro de las familias en aquellas tareas, que tradicionalmente son responsabilidad específica de la mujer, como el cuidado de la familia (elaborar comidas, hacer la limpieza, las compras, ocuparse de la escolarización de los hijos etc.), el cuidado del huerto familiar o el procesamiento y comercialización de productos. En ese rediseño las obligaciones y tareas de cuidado pasan a ser un acto familiar, al que acuden por igual, mujeres, hombres, jóvenes y niños.

Por último, la participación de la mujer en espacios colectivos fomenta el respeto al trabajo doméstico y reconoce su trabajo productivo o de apoyo a la producción, y por lo general va de la mano de políticas inclusivas de género.

En relación a los “*Programas de apoyo y organismos intervinientes*”, además de los ya mencionados en apartados anteriores, la Feria de Productores y Artesanos de China Muerta es integrado al Plan de Fortalecimiento del Turismo Rural con el apoyo de la Municipalidad de Plottier y el Puesto de Capacitación Agropecuaria n. 1, completando el circuito de turismo rural de la provincia denominado “Ruta de las Chacras”.

Mientras, en el CFPA el Circuito de Interpretación de Procesos Productivos Agroalimentarios (CIPPA) es una alternativa orientada a vincular y fortalecer procesos formativos-educativos con la producción agropecuaria y el turismo. La propuesta brinda a los visitantes conocimientos de los procesos de producción de los agroalimentos y facilita el contacto directo con los productores en cada una de las Unidades Didácticas Productivas (UDP).

Actualmente, este circuito interpretativo también forma parte del corredor turístico *Ruta de las Chacras Neuquinas*, es impulsado por el Ministerio de Turismo de la Provincia de Neuquén y acompañado por el Ministerio de Educación de la Provincia de Neuquén, el Consejo Federal de Ciencia y Tecnología (COFECyT), el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación, la Secretaría de Planificación y Acción para el Desarrollo (COPADE), la Fundación para el Desarrollo Regional (FUNyDER – UNCo); además, cuenta con el apoyo del Gobierno Municipal de San Patricio del Chañar, la Asociación Comercializadora “El Arca Neuquén” y la Agencia de Turismo “Eureka”. (<https://www.puestochaniar.com/>)

Por último, decimos que en ambas organizaciones “las ferias” se constituyen en *espacios de reunión, intercambio y recreación* para los visitantes de las localidades de San Patricio del Chañar, Centenario y de Plottier y Senillosa. En cada feria pública, los visitantes recorren los stands, degustan alimentos saludables y tienen la oportunidad de observar “en vivo” procesos de producción de manufacturas artesanales de los agroalimentos.

En ambos espacios los recorridos y paseos constituyen una experiencia de esparcimiento, de descanso, de actividades de agroturismo en el espacio rural.

“*Los espacios son amplios con stands variados, diversos y coloridos. Hay música, charlas, talleres técnicos productivos, danzas circulares, espectáculos artísticos y musicales, sector de juegos para los niños, patio de comida y senderos que vinculan los espacios de producción*”. (personal técnico de las organizaciones)
Entre las características más predominantes tanto en la Feria de productores de China Muerta como en el CFPA n. 2, señalamos:

a) Articulaciones de productores individuales u organizados informalmente; b) para la elaboración de productos frescos o procesados; c) diferenciados con certificación en sus productos, por la mayoría; d) con distribución a consumidores intermedios o finales, en las que participa máximo un intermediario con el que, en la mayoría de los casos, no se definen acuerdos previos a la venta; e) circuitos en los que se desarrollan relaciones de proximidad.

Inferimos que las familias productoras a lo largo del tiempo supieron apropiarse las ideas, propuestas y proyectos de trabajo en las huertas familiares así como acompañar los proyectos de investigación que ofrece el equipo interdisciplinario. También, se sienten parte de los proyectos de capacitación, asistencia y acompañamiento, no los consideran ajenos o impuestos desde afuera sino que los vivencian y “desde adentro”, respetan, cuidan y aprecian sus espacios de producción.

Conclusiones

El estudio de caso privilegia su carácter inductivo, ligado a los hallazgos producidos en el marco de un trabajo de campo, que conlleva a una mayor precisión e integración de nuevos conceptos.

En relación a la calidad del diseño de investigación se prestó atención a algunas “guías” orientadoras que fueron incorporándose durante el proceso de investigación. Se atendieron aspectos que emergieron, en el carácter recursivo entre diseño y práctica, a lo largo de la investigación en el estudio de casos.

Entre las categorías emergentes, se destaca la “*vinculación de las experiencias productivas con los principios de la Agroecología*”, entendemos que los sistemas de producción locales (SAL) en ambas organizaciones, independientemente de sus desarrollos y trayectorias, reúnen los aspectos de “*ciencia*” al establecer métodos de cultivo, de “*movimiento*” al orientar un proceso con enfoque formativo y pedagógico de los destinatarios del proyecto (productores, emprendedores, estudiantes) y “*práctica*” porque aspira a fortalecer la acción participativa de los propios actores sociales locales en la región.

Otro aspecto saliente es que los productores familiares ponen en práctica diferentes mecanismos y estrategias adaptativas para permanecer como actores activos e integrados a los Sistemas de Alimentación Locales. Entre esas estrategias matizan la diversificación de actividades dentro de su unidad de producción, asociaciones entre familias productoras, la producción

de artesanías, el agroturismo, la oferta de productos agroindustriales elaborados con la aplicación de buenas prácticas agrícolas, como elemento diferenciador y de valor agregado (ANDRADE, 2018).

Asimismo, los Sistemas de Alimentación Localizados (SAL) en la región se orientan a brindar beneficios a la comunidad en:

i) alimentos accesibles; ii) aumentar la soberanía alimentaria; iii) generar relaciones de reciprocidad y cooperación entre los miembros de las familias en el territorio; iv) favorecer el desarrollo de un medio ambiente más sustentable e integrado; v) facilitar el asociativismo, la formación y la capacitación de nuevas dirigencias; vi) promover experiencias y vínculos generacionales; y vii) generar o fortalecer la organización social y sectorial de mujeres rurales en las actividades más importantes de la ruralidad neuquina: la producción hortícola, frutícola y de artesanías.

Por otro lado, este artículo recupera la perspectiva de género, pero no excluyente de las actividades familiares de los hogares rurales, sino más bien integrada a los mismos.

Las protagonistas son las mujeres productoras familiares, pequeñas chacareras, feriantes y asalariadas de zonas rurales y periurbanas en valles de meseta (cuencas de los ríos Limay y Neuquén). Es decir, mujeres en la producción primaria, en la producción con agregado de valor, y en distintos oficios y artes nucleadas en organizaciones formalizadas pero también en grupos de hecho.

En paralelo, en ambas organizaciones se promueve y facilita experiencias con instituciones de la Agricultura Familiar que trabajan con mujeres rurales en temáticas integrales como el fortalecimiento organizacional con perspectiva de género.

Podemos decir que en las dos organizaciones se mantiene una dinámica de crecimiento en función de los contextos donde están ubicadas, de las crisis que sortean, de las características de los productores y emprendedores a quienes representan y de la influencia positiva de las instituciones que intervienen en su apoyo. Aunque es esperable que las familias productoras requieran mayor capacitación en adopción tecnológica; mayor acompañamiento y formación en temas de género, asociativismo, alfabetización digital y liderazgo organizacional.

Hasta aquí, hemos mostrado cómo los SAL se orientan a consolidar la sostenibilidad de la agricultura familiar (AF) y a fortalecer experiencias

socio-productivas de organizaciones sociales con una mayor incorporación de mujeres productoras familiares en la producción y en la organización.

No obstante, reflexionamos que ante la actual situación de pandemia y de crisis económica y social aparecen futuros inciertos, en la Región Norpatagonia.

En este contexto, nos preguntamos de qué manera el estado provincial y local en articulación con organismos e instituciones nacionales (INTA, Universidad Pública, otros), puede implementar políticas integrales que protejan y sostengan los Sistemas de Alimentación Locales como espacios de producción familiar y de participación.

Por último, la premisa tiene que ver con que las iniciativas se trabajen en forma colectiva, se organicen o se puedan organizar para consensuar acciones, y construir socialmente las demandas orientadas a robustecer las actividades de la agricultura familiar como campo social heterogéneo.

REFERENCIAS

ANDRADE, Norma Beatriz. Sujetos políticos en defensa del territorio y la agricultura sostenible en la Patagonia Norte. En: *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*. RAEI. Edición Especial Agroecología e os Desafios da Agricultura Familiar: Dossie Mercosul. v. 2, n. 1, mar./2020. P. 458-464. Brasil: Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, campus de Paranaguá. Versão eletrônica disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/index>

ANDRADE, Norma Beatriz. Un estudio de Agricultura y Ruralidad en el territorio de la Patagonia Norte. Posiciones, acciones directas y negociación local. En: *Clave Revista Patagónica de Estudios Sociales*. General Roca: Editorial PubliFadecs. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, UNCo, n. 24, 2018. p. 189-216.

ANDRÉ, Marli Eliza. Algumas questões na análise de texto, contexto e significados: dados qualitativos. En: *Dialogando*. Red Latinoamericana de Investigaciones Cualitativas en Educación. Brasil: Editora Universitaria UFPE, n. 1, 1983. p. 3-12.

Centro de Formación Profesional Agropecuaria n. 2 – CFPA. Disponible en: <https://www.puestochaniar.com/>

CASTRO MONGE, Edgar. Cómo desarrollar el estudio de casos. En: El estudio de casos como metodología de investigación y su importancia en la dirección y administración de empresas. *Revista Nacional de Administración*, 1(2). 2010. p. 44-54.

FEBO, María Laura y THIACODMITRIS, Ingrid. *Cartilla sobre China Muerta*. INTA. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. Centro Regional Patagonia Norte. 2019. Disponible en: <https://inta.gob.ar/documentos/china-muerta>

Ley Nacional de Educación Técnico Profesional n. 26.058. Disponible en: (<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26058-109525/texto>).

NEIMAN, Guillermo y QUARANTA, Germán. Los estudios de casos en la investigación sociológica. En: VASILACHIS, Irene (coord.). *Estrategias de Investigación Cualitativa*. Buenos Aires: Gedisa, 2006. p. 213-237.

RODRÍGUEZ SÁENZ, Daniel y RIVEROS SERRATO, Hernando. *Esquemas de comercialización que facilitan la vinculación de productores agrícolas con los mercados*. San José, Costa Rica: IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura), 2016.

SCHIAVONI, Gabriela. La familiarización del Mercado: economía solidaria y reproducción social de la pequeña agricultura. En: CRAVIOTTI, Clara (Compiladora). *Agricultura Familiar en Latinoamérica*. Continuidades, transformaciones y controversias. 1. edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Ciccus, 2014.

STAKE, Robert. *Investigación con estudios de casos* (cap. 1, 2, 4 y 5). Madrid: Morata. 1998. Disponible em: <https://www.uv.mx/rmipe/files/2017/02/Investigacion-con-estudios-de-caso.pdf>

STEIMBREGER, Norma Graciela; RADONICH, Marta; BENDINI, Mónica Isabel. Expansiones de frontera agrícola y transformaciones territoriales: procesos sociales diferenciales. En: BENDINI, Mónica y STEIMBREGER, Norma (coord). *Territorios y organización social de la agricultura. Cuadernos del Gesa 4*. Buenos Aires. Editorial La Colmena. 2003.

VERD, Joan Miquel; LOZARES, Carlos. La muestra cualitativa. Representatividad y criterios de selección. En: *Introducción a la Investigación Cualitativa. Fases, métodos y técnicas*. Madrid: Síntesis, 2016. p. 113-124.

TRAYECTORIA Y LIDERAZGO DE UNA PRODUCTORA CRIANCERA DEL SUR DE ARGENTINA¹

MÓNICA BENDINI Y GRACIELA PREDA

Introducción

En áreas campesinas de pasturas extensivas del sur de Argentina surgen, en las últimas décadas, rasgos que estarían mostrando un nuevo perfil de familias rurales y de dirigencia, tanto de jóvenes como de adultos mujeres y hombres.

El foco de análisis lo constituye el papel de las mujeres campesinas en la producción y en la gestión de acciones para el desarrollo en el medio rural, más específicamente los nuevos papeles sociales y económicos en el medio rural (MEDINA, 2012) que asumen las crianceras de estepa y cordillera para enfrentar problemas estructurales y persistir como productoras. Más allá de su quehacer histórico pero renovado en la actividad ganadera, aparecen nuevos rasgos que tienen que ver con una inserción más activa en la producción familiar y en las organizaciones campesinas; más aún, en la dirigencia de colectivos sociales.

La historia de vida y de trabajo de Yolanda permite visualizar estos procesos en un tiempo y en un espacio biográfico de alcance genérico social. Partimos de considerar que la caracterización de esta productora como

1. Este trabajo fue presentado en el Seminario de Investigación Binacional Brasil-Argentina, con la participación de Yolanda, la productora criancera. Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, Argentina, agosto 2019.

En versión preliminar, fue publicado en la *Revista de Ciencias Sociales*, DS-FCS, v. 29, n. 39, juliodiciembre 2016, p. 91-109.

El capítulo actual dialoga con las cuestiones de investigación Seguridad Alimentaria, Agroecología y Género llevados a cabo en colaboración con el equipo brasileño, bajo los términos del debate realizado en el Seminario Binacional realizado en agosto de 2019.

criancera² no ha permanecido estática durante el desarrollo de la actividad; lo cual no impide señalar la existencia de atributos sociales constantes – escaso capital fijo vivo y maximización del trabajo familiar – que permiten posicionarla socialmente dentro de la categoría teórica “campesina”; tipo de productor/a con presencia histórica y significativa en zonas patagónicas de estepa y cordillera.

Sus prácticas sociales tanto espontáneas como estratégicas familiares coadyuvan a la persistencia campesina pero también a una inserción más visible de las mujeres en el sector, intensificando sus relaciones con otros productores locales, con técnicos y funcionarios del Estado. Esta ampliación del espacio societal posibilita el acceso a la capacitación productiva, la vinculación a organizaciones sectoriales e instituciones sociales, como también la incorporación de cambios técnicos en la actividad pecuaria.

Entendemos, así, que abordar su trayectoria productiva, en tanto espacio significado de vida y de trabajo, y su posterior incursión en ámbitos públicos de distinto alcance – sectorial, religioso, político – permite aproximarnos a la comprensión de decisiones y comportamientos, como del posicionamiento social contemporáneo y los nuevos mundos relacionales de estas mujeres campesinas. Parafraseando a Pierre George (1987) transitando de los espacios de localización a espacios vivenciales sectoriales y sociales.

En este trabajo, intentamos reconstruir, desde la memoria activa, el carácter que ha asumido Yolanda en su vida familiar y pública, integrando su propia selección de hitos en el tiempo y en el espacio con sus percepciones en tanto productora y dirigente organizacional.

Para ello, caracterizamos el contexto y los comportamientos singulares mediante procedimiento unitario de alcance sustantivo diacrónico. La perspectiva analítica consiste en imbricar la carrera vital y la carrera ocupacional mostrando continuidades y rupturas en sus desarrollos, a través de la memoria, que las reconstruye socialmente. Se combinan, en este procedimiento, técnicas histórico narrativas y de estudio de casos y dimensiones analíticas, tanto a nivel material o productivo como simbólico o identitario.

Las reflexiones surgen de datos primarios relevados en entrevistas en profundidad a la productora para la construcción de su historia de vida y de trabajo, además observación participante en ámbitos cotidianos familiares

2. Los crianceros/as crían principalmente ganado menor en pequeñas majadas o piños.

de trabajo en su unidad de producción y de su accionar en ámbitos colectivos; entrevistas semiestructuradas a técnicos, funcionarios y referentes institucionales con quienes se relaciona. Asimismo, la interpretación de los resultados se completa con datos secundarios, impregnación del campo y datos vivenciales, por haber participado las investigadoras en talleres participativos, unidades ejecutoras y reuniones de comités sectoriales.

En términos metodológicos, partimos de la premisa que el ciclo vital organiza el tiempo biográfico, permite a los entrevistados y al propio investigador considerar aquellos acontecimientos que constituyen transiciones importantes y puntos de inflexión en sus trayectorias; marcas que expresan las percepciones y vivencias, las persistencias y discontinuidades en sus carreras vital y profesional, en sus espacios y movibilidades. Trabajar con estas técnicas significa sumergirse en el relato de sus decisiones y proyectos para comprenderlos a partir de sus vivencias; pero también desde la propia teoría sustantiva de quienes investigamos (SCHMITE; NIN, 2009). En el planteo durkheimiano, la memoria no se limita a registrar o producir mecánicamente el pasado, sino que realiza un verdadero trabajo de selección, de reconstrucción; en ocasiones de transfiguración o idealización, el término ideación que utiliza Forni (1997), subraya justamente el papel activo de la memoria social. El relato de esta productora se centra en las propias experiencias personales, familiares y colectivas, esto significa que lo expresado por el individuo incorpora consciente o inconscientemente recuerdos pasados cuya interpretación está medida por experiencias posteriores y por su situación presente. Como menciona Ruth Sautu (2004, p. 23) “el relato que hace la persona no es sólo una descripción de sucesos sino también una selección y evaluación de la realidad”. Para Halbwichs (EN FORNI, 1997), los ámbitos colectivos más relevantes implicados en la construcción de la memoria son la familia, la religión y la clase social; ámbitos contenidos en el mismo relato que se desarrolla a continuación.

Presentamos así la historia de una productora campesina en su trayectoria y devenir local con anclaje productivo y político organizacional. En este sentido, Yolanda articula su memoria en función de la pertenencia a una familia de “crianceros” y a su condición campesina. Sus recuerdos se ordenan en un antes y un después de su apertura al mundo extra-familiar.

La división sexual del trabajo entendemos no debe ser concebida como una categoría aislada sino considerada dentro del contexto de las relaciones

sociales de poder. Ni atribuimos la naturaleza biológica de la mujer ser el resultado de su posición en la estructura social ni de las expectativas en cuanto a su comportamiento. De allí que en este trabajo, utilizamos una perspectiva analítica que contextualiza las prácticas y actividades de estas mujeres crianceras mediante el análisis de las relaciones sociales que establecen y el sistema de poder de la sociedad en la que viven (LEÓN, 1980). En el área de estudio el trabajo productivo de la mujer no ha sido frecuentemente reconocido, llegaba a resultar invisible y estaba apartada de ámbitos públicos ocupados predominantemente por hombres. Es decir, estaba extendida la marginalización y la exclusión de la toma de decisiones dentro de sus hogares y de las organizaciones. Esa división del trabajo reconoce diferencias relacionadas con las normas sociales y las expectativas y a menudo rigen los comportamientos y papeles de la mujer y moldean sus identidades.

La apertura para la participación de las mujeres en las organizaciones rurales y en foros sectoriales abrió, en este nuevo siglo, un espacio para el diálogo social, convirtiéndose en una oportunidad para su mayor inserción. La voz de las mujeres en las organizaciones fomenta el respeto al trabajo doméstico y extrapredial y visibiliza su trabajo productivo o de apoyo a la producción. La participación en esos espacios colectivos ha ido de la mano de la inclusión de grupos sociales subalternizados por parte de la sociedad civil y de la acción del Estado.

Las mujeres residentes en el medio rural están implicadas en realidades sociales muy complejas y la homogeneización de las mismas como colectivo rural o campesino puede tornarse un reduccionismo simplificador si no se lo contextualiza y especifica; es por ello que en este trabajo intentamos ahondar en la naturaleza y en la diversidad de los comportamientos productivos y sociales que asume una mujer criancera a través de su trayectoria de vida.

El lugar donde vive y trabaja Yolanda

Yolanda reside y trabaja en campo abierto, específicamente en los parajes rurales, Mallín del Toro y Riscos Bayos, Loncopué, provincia del Neuquén. Si bien en Argentina, los datos censales muestran una tendencia general a la disminución poblacional en áreas de población rural dispersa, en la

provincia de Neuquén, aún predomina la población rural dispersa o a campo abierto (67% de la población rural)³.

El espacio productivo y social corresponde a una región rural dispersa de pasturas extensivas, de tenencia incierta, históricamente marginada en el norte de la Patagonia. Corresponde a un mundo rural tradicional, aunque con ciertos cambios técnicos incorporados, donde predomina la ganadería menor con manejo trashumante en estepa y cordillera. Los pequeños productores/as de tipo campesino o con rasgos predominantemente campesinos, conocidos como crianceros, se dedican fundamentalmente a la cría de caprinos y ovinos con un promedio por encima del 70% de su producción destinado a la venta de carne, lana y actualmente fibra (MOHAIR y CASHMERE).

Estos crianceros, también autodenominados puesteros aparceros, chiveros, fiscaleros, arrieros⁴, prevalecen en el conjunto de productores regionales tanto en volumen como en cantidad de unidades ganaderas que disponen, ocupan en su mayoría tierras fiscales. De hecho, donde se encuentra el campo de invernada de Yolanda, zona centro oeste provincial, las tierras fiscales superan el 65% (Subsecretaría de Producción, 2007).

En términos de manejo ganadero, predominan los crianceros trashumantes, que se desplazan con sus animales desde campos bajos áridos de invernada a los valles cordilleranos de veranada. Históricamente, la trashumancia hunde sus raíces en las prácticas precolombinas, coloniales y decimonónicas destinadas a adecuarse a las limitaciones de la aridez del monte mediante su combinación con pastizales de alta receptividad durante las veranadas. Sin embargo, la conformación de grandes estancias a principios del siglo pasado, en campos precordilleranos de mayor receptividad, condicionó drásticamente su eficacia.

Esta modalidad de producción es la respuesta a obstáculos físicos, sociales e institucionales, y está relacionada con el acceso y uso de los recursos, la disponibilidad de los pastizales y de rutas de arreos como consecuencia de la apropiación selectiva inicial por parte de capitales del área pampeana. Producto de la presencia significativa de pequeños productores y de la dinámica de fuerzas sociales es que en la Ley de Tierras que rige desde la provincialización del territorio en 1958, se reconoce a los crianceros

3. INDEC, Censo Nacional de Población y Vivienda, 2010 y Dirección Provincial de Estadística y Censos. Anuario Estadístico de Neuquén, 2004.

4. Denominados así por su vínculo con la actividad y con la tierra.

como productores al otorgarles la categoría de *pastajeros* y, quienes desde entonces, pagan al Estado un permiso de pastaje o canon.

Hacia fines del siglo pasado, aparecen otros condicionamientos que tienen que ver con la generación del mercado de tierra y la competencia por los recursos, como también por la expansión territorial del capital agrario comercial nacional y del capital internacional concentrado. Se intensifica la presión por la tierra y aparecen nuevos usos del suelo paisajístico, forestal, minería, energía, explotación hidrocarburífera; no sin aumento de la disputa territorial. En esta ruralidad, las situaciones inciertas y precarias de dominio están entre los factores más importantes que han condicionado y condicionan las prácticas productivas y el desarrollo rural. Estos crianceros y crianceras constituyen un ejemplo de voluntad de reproducción campesina en condiciones crecientes de pobreza y precariedad ecológica (MURMIS, 1993).

No es para ellos suficiente la obtención de mayores precios por su producción; esto dejaría en pie el problema fundamental que es la persistencia de restricciones estructurales que impiden su desarrollo, entre las que la escasa disponibilidad de tierras aptas, aparece como la más grave. Su persistencia, aún dentro de una diversidad de procesos de transformación, se explica fundamentalmente por las grandes extensiones de tierras fiscales, y por la resistencia de los mismos crianceros a dejar de ser productores, por su apego a la tierra e identificación con la actividad.

Tanto los crianceros fiscaleros como los crianceros ocupantes de tierras privadas, tal el caso de Yolanda que combina ambas formas de tenencia, constituyen sectores con fuertes lazos sociales, una de cuyas expresiones son los usos y costumbres vinculadas al pastoreo común. Este aspecto es el que presenta una significativa conexión con la gestión territorial y, por tanto, con la reciprocidad o acuerdos mutuos a escala local en torno al manejo ganadero (BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2003).

Por otro lado, la multiocupación y la movilidad espacial son parte de las prácticas adaptativas de estos productores y productoras. En el caso de los crianceros, predominan las familias monoactivas agropecuarias aunque la pluriactividad crece en forma paulatina en el medio rural, sin embargo en la mayoría de los casos se desarrolla sin abandonar el campo y con una nueva división sexual y espacial del trabajo en el seno de las familias

Haciendo una revisión de imágenes socio-institucionales de estos productores, podría decirse que en los años setenta y ochenta prevalecía la imagen de productores rurales pobres que desarrollaban una actividad de

subsistencia, con características extractivas y con uso abierto y predatorio del territorio. La trashumancia era visualizada entonces como problemática social y territorial de pobreza rural. La imagen socio-institucional de los años noventa reflejó su reducción a una cuestión ambiental: erosión del suelo, sobreuso de recursos, prácticas predatorias y presencia campesina como obstáculos para usos alternativos del territorio por parte de otros actores sociales. La imagen en el comienzo de este siglo ha sido la de producción familiar viable, junto a una revalorización de la actividad ganadera trashumante.

Una característica destacada en las últimas décadas es la emergencia de prácticas productivas adaptativas en la unidad doméstica, como una de las formas de resistencia campesina a la presión territorial del capital (BENDINI, STEIMBREGER, PREDA, 2015). En este caso específico, surgen amenazas para los circuitos pecuarios – invernada, ruta pecuaria, veranada – pero también emergen nuevas formas de organización y de resistencia de las familias campesinas.

Infancia y trabajo rural

Mi nombre completo es Yolanda Sebastiana. Mi viejo era muy devoto de San Sebastián, por eso me puso así. El anhelo de él era un varón, pero bueno, nacimos una seguidilla de mujeres, tres mujeres y un varón y falleció. Entonces no le pudo poner el nombre y después nació yo y me puso el nombre a mí

Yo nació acá en Loncopué, pero me crié en Estancia El Pino, acá yendo por la ruta al Huecú donde trabajaba mi viejo. Porque mi viejo es chileno. O sea, yo la mayoría de la sangre que tengo es chilena, cuatro abuelos chilenos y mi padre chileno

La edad mía son 53 años cumplidos, pero en el documento figura menos porque mi viejo no me registró cuando nació, me registró cuando tenía doce años. Antes venía el perdón general, no sé si escuchaste, venía no sé cada cuánto tiempo venía el perdón general y ahí los que no habían registrado... Ahí me anotaron a mí. Me tuvo que quitar dos años. Nosotros somos cinco mujeres y tres varones, pero hay un varón y una mujer fallecida. Realmente seríamos diez, somos ocho

Las familias campesinas de esta región se han desarrollado históricamente en un contexto de escasez y vulnerabilidad, pero la experiencia acumulada en su historia productiva y las diferentes prácticas que han generado y generan para vivir a partir de los recursos que tienen, hacen a su persistencia en el mundo rural. Es así que la reproducción social de estas familias se vincula a las relaciones que establecen con los escasos medios de producción que disponen y con la naturaleza, como recurso fundamental que orienta sus prácticas productivas (MEILLASSOUX, 1987). Prácticas que movilizan todo tipo de intercambio y donde se involucra al conjunto de la familia.

Papá primero trabajo de minero y después se fue a trabajar la piedra toba en Mallín del Toro. En el lugar donde yo vivo están los riscos pero hay lugares también que hay piedra toba pero está enterrada, hay que escarbar y sacar de abajo. [...] En verano trabajaba la piedra toba, en invierno él amansaba bueyes, porque nosotros no nos criamos con animales, él amansaba bueyes y traía los carros con leña a vender la leña acá a Loncopué en invierno. Y en verano él cortaba piedra y entregaba la piedra toba por metro

Como se desprende del relato de Yolanda, no se conservan elementos de continuidad en la actividad pecuaria respecto de los padres, pero sí de entidad rural. El haber trabajado desde niña con su padre en tareas de apoyo le permitió adquirir habilidades a través de medios tradicionales y no formales. Es que en el modo de vida campesino es habitual que los hijos ayuden en las tareas de los padres, así los niños se incorporan desde muy pequeños al mundo del trabajo y aprenden casi como un juego, los diversos oficios rurales (PREDA, 2013).

Las más grandes éramos mujeres, entonces hacíamos la vida de varones, lo acompañábamos a papá a juntar la leña, con los carros, y a traer y apilarlas en un lugar. Y después en invierno cuando él no podía cortar piedra, porque la piedra cuando llueve absorbe mucha agua y cuando vienen las heladas se congela, entonces no podés trabajar. Y bueno en invierno, cortaba una cantidad de piedra, vendía e iba haciendo compras, diez bolsas de harina, y así nosotros nos criamos, no sé si conoces el trigo con ñaco. [...] Porque mi viejo ya te digo no tenía animales nada y también cazaba mucho. Antes

se cazaba, la liebre, por ejemplo, las pieles valían. Entonces salía en invierno también y juntaba varias pieles, traía vendía las pieles, la leña y con eso llevaba mercadería a casa

Cuando el papá no venía a almorzar a casa, ¿qué hacía yo? creo que tenía seis años más o menos, me mandaba mi vieja con una ollita con la comida, iba hasta donde estaba papá y bueno almorzaba todo, y cuando ya terminaba de comer y lo acompañaba un rato, yo me venía y él seguía trabajando. Lo mismo hacía cuando estaba más lejos, él ya se iba toda la semana, de lunes a sábado, y yo lo iba a buscar a caballo como a 10 km.

Como familias rurales, están profundamente enraizadas en su territorio y hacen de la tierra un espacio de vida y de trabajo (WANDERLEY, 2010); y éste se va organizando en función de la composición familiar, en cuanto a sexo y edad de sus miembros. La preparación para la ocupación productiva se resuelve al interior de la familia, en términos de experiencia transferida directamente o por transmisión oral; se aprende el trabajo siguiendo a los padres y ayudándolos. Procedimiento éste que “refuerza los lazos familiares y realza el carácter tradicional de la agricultura campesina” (SHANIN, 1976, p. 19).

De cuatro años fui a la escuela yo. Era tan inteligente, según mi vieja, yo lo jodía a papá que me comprara un cuaderno [...] Y el maestro, el primer maestro que estuvo en la escuela, le dice a mi vieja “esa que venga a la escuela, ya que sabe escribir que venga a la escuela” y yo fui de cuatro años a la escuela. Aprendí a escribir sola porque veía a mis hermanas.

Las condiciones de la vida rural sobrellevan dificultades en la educación (FRANÇA SILVA, 2009). La carencia de infraestructura y de escuelas en los lugares donde viven las familias campesinas, o cuestiones culturales o de sobrevivencia hace que los padres anticipen la inserción de los hijos en el trabajo de campo privándolos de la educación formal.

En el caso de Yolanda, si bien tuvo algunos años de escolarización, no completó la escuela primaria, pero desarrolló una gran capacidad de aprendizaje autodidáctico. Y esa aspiración por capacitarse reaparece más

tardíamente al finalizar la crianza de sus hijos, tornándose en demanda de capacitación permanente.

La amplia difusión de las tecnologías de la información y la comunicación son un recurso para facilitar la inserción en el medio rural de un mundo más global, permite además el acceso al conocimiento, el acortamiento de las distancias y la consecuente reducción del aislamiento, además de los usos específicos en el ámbito educativo y laboral. El acceso a estas oportunidades está asociado al proceso de alfabetización digital (ALEGRE, 2015). En el caso de Yolanda y de su familia, el permanecer tanto tiempo en un lugar aislado e inhóspito, el teléfono celular produce un cambio fundamental en el mundo de las relaciones sociales, en la asistencia técnica y en el acceso al poder político. Estas nuevas tecnologías han provocado una transformación insoslayable contribuyendo a reducir las brechas digitales, particularmente en el mundo rural⁵.

Yolanda, en su discurso, da cuenta del fortalecimiento de las mujeres que abarca en su caso la toma de control compartido sobre el hogar y la producción, a través del desarrollo de habilidades y del incremento de su autoconfianza para la solución de sus problemas. Es así que sus habilidades tradicionales renovadas, sus conocimientos prácticos y su creatividad se convierten en recursos sociales poderosos para enfrentar impedimentos estructurales.

Constitución de una familia criancera

A los 16 años me junté con el marido que tengo y vinimos a trabajar acá a Los Manantiales, acá yendo a Caviahue y tuve mi primer hijo [...] Llevamos 38 años juntos con Gilberto. Tenemos cinco hijos, dos varones y tres mujeres.

Actualmente el hogar de Yolanda es de carácter extenso y compuesto en tiempo de veranada, mientras que en invernada es nuclear⁶. De diciembre a

5. Para el año 2010 en la región patagónica, igual que en la región pampeana, 1/3 de los hogares a cargo de mujeres contaban con acceso informático. En el caso de Neuquén la tenencia del celular resulta más equitativa entre zonas rurales agrupadas y dispersas. Un dato que nos aproxima es que en el área rural de Neuquén la tenencia de celular en la mujer alcanza al 82%. Por ejemplo, la brecha en la tenencia de celular entre urbano y rural pasó en Neuquén de 1,95 a 1,18 (ALEGRE, S. *et al.*, 2015).

6. El manejo ganadero que hacen estos campesinos y campesinas del norte de Neuquén es de carácter trashumante. La trashumancia consta actualmente de tres momentos: la invernada en los lugares de meseta, la veranada en las altas cumbres de la cordillera y la ruta pecuaria en las que se desplazan pendularmente las familias con su ganado.

abril se traslada ella y su esposo, una de sus hijas con su familia y un vecino y amigo, a un predio que es “prestado por el propietario desde hace 17 años” para la cría exclusiva de animales. Constituyen así una familia criolla que mantiene la organización familiar en la unidad doméstica de producción, y en tiempos de veranada el campo abierto persiste como unidad habitacional del conjunto familiar. Unas cuantas familias de crianceros criollos no se trasladan en su totalidad, actualmente a la veranada; el padre y alguno de sus hijos o puesteros arrear el ganado y el resto de la familia permanece en la invernada o en el pueblo. No es este el caso de la familia de Yolanda.

Para ellos, el centramiento agrario vinculado al trabajo familiar sigue siendo importante en la generación de ingresos y en la construcción de identidad social y política. Tal como el 80% de las familias de crianceros en el rural disperso (campo abierto), esta familia es mayormente monoactiva agraria, con predominio de trabajo familiar transformándose en distintos momentos, en familia agraria pluriactiva, accediendo temporariamente a un empleo extrapredial o predial no agropecuario (BENDINI, 2015).

A mí siempre me gustaron los animales. Comencé como productora hace 22 años. Fue un desafío y mucho sufrimiento porque como productor muchas veces es más lo que perdés que lo que ganas. En cambio, a Gilberto no le gusta mucho criar animales, él es artesano.

Yolanda desarrolla ocupaciones diversas, que van desde las tareas del hogar y la reproducción familiar, la cría de animales, el tejido artesanal y otras actividades productivas propias de la unidad de producción. La variabilidad de conductas que presenta el trabajo familiar, la división y organización social del trabajo predial y extrapredial, se refleja en la ideología de los miembros del hogar, denotando en sus comportamientos y en sus discursos el debilitamiento de la concepción patriarcal (LEÓN, 1980), como en el caso de esta familia. Este rasgo es nuevo, ya que en la zona persistió, hasta fines de siglo pasado, un fuerte arraigo a esas tradiciones que aún caracteriza a las familias de las comunidades indígenas.

A mí me toca ir a caballo con el arreo, lo hago yo siempre, porque me gusta, me gusta ser útil, servir a los demás. También me dedico

a esquililar, peinar, dar la parición que es un trabajo, aparte yo a los animales los conozco por el pelo

Durante todo el mes de enero hago quesos con leche de vaca, porque es lo que más te piden. Aprendí de mi vieja, ella hacía cuando yo era chica. Yo y mi hija, un día hago yo el queso y un día lo hace Betty. Entonces, el dinero que juntamos de ahí lo usamos para comprar, por ejemplo, compramos un freezer. Lo tenemos en la casa de mi hijo porque nosotros no tenemos corriente [...] Y ahí metemos los chivitos, cuando bajamos tenés que sacar todo lo que es macho, porque si no se hacen mucho los animales. Aparte nosotros no tenemos sueldo, ni yo ni Gilberto tenemos sueldo, entonces de lo que se saca de la producción es lo que usamos para todos los gastos. Mi hijo los carnea, los mete al freezer y cuando nos piden vamos vendiendo.

Gilberto hace changas, es alambrador y también hace artesanías con cuero, como lazos y esas cosas.

Si bien las prácticas sociales de los productores familiares se caracterizan por su espontaneidad y creatividad (ENTRENA DURÁN; JIMÉNEZ, 2014), también resultan de decisiones deliberadas y planificadas en conjunto. Porque la composición del ingreso en las unidades campesinas, como la que conforman Yolanda y su familia, está compuesto por el aporte realizado por todos los miembros de la familia, tanto si proviene de actividades prediales como extra prediales. De allí que no es posible considerar al individuo aislado, sino que se tiene en cuenta a la unidad orgánica constituida por la agrupación doméstica familiar (tanto familias nucleares y/o extensas) junto con la tierra que trabajan (SHANIN, 1976; SCHIAVONI, 1995).

La inserción ocupacional de la familia sigue vinculándose con formas tradicionales de monoactividad predial con empleo esporádico de baja diversidad ocupacional y función predominantemente reproductiva. Son los casos del marido y yerno de Yolanda. El trabajo predial y extrapredial gira fundamentalmente en torno a los ciclos productivos de la ganadería extensiva. Las acciones de desarrollo más recientes impulsan y generan en la familia el aumento de las competencias y capacidades productivas como también organizativas y de gestión, en donde se destaca Yolanda como también su hija y yerno.

Por otra parte, la familia de Yolanda combina los saberes tradicionales y las innovaciones que son incorporadas a partir del acompañamiento técnico participativo en programas nacionales y provinciales de desarrollo rural. Si bien la ganadería trashumante es una actividad tradicional, ella y su familia incorporan cambios técnicos y, a su vez, los demandan de los extensionistas de organismos estatales (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, Secretaría de Agricultura Familiar y Subsecretaría de Producción de la provincia de Neuquén). Por lo tanto, no se puede asociar a la familia campesina como institución tradicional que se resiste a los cambios.

Desde su lugar de criancera Yolanda accede a oportunidades de capacitación productiva como también ella misma genera y promueve la organización de productores locales y nuevos liderazgos al interior de su familia.

Tanto Yolanda como su familia manifiestan orgullo de ser crianceros y promueven con su quehacer los componentes de la identidad cultural de las familias y de las comunidades como parte de su dignidad (BLAKE, 2015).

De la irrupción en espacios comunitarios al reconocimiento como referente

En el relato de esta productora se desprende una temprana vocación de ayuda a los otros, disposición que se concreta a partir de un acontecimiento en su vida privada. Este hecho la impulsa a salir de su entorno familiar para vincularse a un mundo relacional desconocido hasta ese momento. La enfermedad de su nieto se constituye en el punto de inflexión entre una vida que se circunscribía a lo doméstico – familiar y productivo –, y la incursión a ámbitos de participación colectiva. Es ella misma quien reconoce un antes y un después de ese hito biográfico que tuvo base en su vida familiar.

El hijo mayor, con su primera pareja, tiene un hijo y el nene nace enfermo, de una cardiopatía congénita. [...] después de 8 días lo trasladaron al hospital de La Plata. Allá estuvo dos meses, lo operaron, la operación duró doce horas, el nene tenía la mitad del corazón. Entonces empezar a trabajar, a hacer cosas para poder reunir dinero, ahí empecé yo a salir, a organizar, a vender números, a pedir colaboraciones hasta me acuerdo que alcancé a reunir ciento sesenta pesos que es como si fuera hoy, quince mil pesos.

Siempre fui así muy de... como quien dice cara rota ¿no?, pero fue lo que le paso a mi hijo, dejar mi casa yo para poder ayudarlo, pedir colaboración [...] Bueno y el hecho de ya tener los chicos grandes, por ahí me decían “eh cómo vas a andar” no, mis hijos están grandes, déjenme participar.

Es que acá antes existía el machismo, el hombre era el que hablaba, la mujer... Por ejemplo mi vieja, en el caso de mi vieja, mi mamá no hablaba, mis tías tampoco. Hablaba el marido, ellas no, en silencio total.

Como productora, Yolanda es referente organizacional y representa a los productores locales en distintos foros y mesas de desarrollo rural; está inserta en múltiples espacios de participación sectorial y política. Es quien prueba y muestra, con sus prácticas, los cambios técnicos (distribución de agua por canales en la parcela, reducción del piño o majada, manejo de pasturas e incorporación de genética adaptada a las condiciones locales) viabilizando así, la adopción ampliada al resto de la comunidad. A nivel social, participa además, de movimientos de protesta de base religiosa por el extractivismo minero aún vigentes.

Hace ocho años que comenzamos con la organización [...] Se llama Quiñe Newen, que significa “una sola fuerza”.

Soy delegada titular de la UEP⁷ en la zona noroeste desde hace cinco años. Y por eso participo también de la mesa campesina.

Desde el inicio, fue consciente que su participación en distintas organizaciones e instituciones no era por un mero espacio de desahogo y entretenimiento, sino que quería algo más. Por eso intentó que su participación comunitaria discurriera por dos vertientes principales: la reflexión conjunta y la reivindicación sectorial (MEDINA, 2012), convirtiéndose en una referente organizacional a nivel local y regional con reconocimiento de otras organizaciones y del propio Estado.

7. Unidad Ejecutora Provincial de la Ley Caprina.

El hecho de empezar con la Organización y participar de las reuniones, ahí es lo que me abrió los ojos [...] Estas cosas que están llegando, formarnos legalmente como organización, aprender cosas nuevas. Lo que más nos ha hecho bien, aprendido tanto yo como mi hija, como mi yerno, es el hecho de participar, de ir a representar. Hemos hecho amigos, hemos hecho conocimiento. El hecho de participar en ley caprina a nosotros nos ha ayudado un montón.

Participar en la organización me hace sentir bien, útil. A mí me gusta mucha servir al resto, ir a buscar, participar de reuniones y traer algo que le sirva al resto, sin pedir nada a cambio. Pero si me molesta cuando la gente no toma conciencia de lo que uno hace, que lo hace ad honorem, uno trae algo para ellos y no lo aprovechan.

La organización potencia su reconocimiento como sujetos de derecho al desarrollo y los posiciona más horizontalmente en las negociaciones, en las reuniones de gestión, en la administración de fondos.

A través de la ley caprina conseguimos proyectos, de ahí salieron nueve proyectos de cobertizos, mejora de agua y pastura.

Hay algunos que sí concurren, van y se han involucrado, porque se han conseguido cosas que están sirviendo al productor, por ejemplo en la venta de pieles, que si bien lo tiene con la Subsecretaría, el programa mohair, esta gente que compra el cashmere peinado. Son cosas que ha conseguido la Organización y que están sirviendo al productor

Yo represento a un grupo de personas de zona noroeste, y no son dos o tres organizaciones, son unas cuantas.

Desde entonces se incrementa su participación en los ámbitos colectivos en pos de demandas, negociaciones, conflictos; en la representación sectorial y en la vinculación con otras instituciones religiosas, étnicas y políticas. Pero también el ser referente organizacional se extiende hacia el interior de la propia familia, promoviendo la reproducción de ese liderazgo en una de sus hijas, en su compadre y en uno de sus yernos.

“Flavio [yerno] es el presidente, Betty [hija] la tesorera y Hernán [compadre] secretario, y yo revisora de cuentas.”

El comportamiento de Yolanda y de su familia en la dirigencia organizacional estarían marcando tanto las reivindicaciones productivas sectoriales como prácticas de construcción política. Por un lado, nutren a la organización de una mayor capacidad de negociación y por otro de un mayor acceso al poder político.

El hecho de formar una organización nos ha cambiado un montón, porque primero y principal, como que nos dejó ver que hay cosas para poder defenderse, para trabajar.

Los discursos del gobierno son muy bonitos, pero ellos lo que quieren es que el campesino se canse, venda todo y se venga a las villas miserias para dejarles las tierras a ellos para que hagan... Se las vendan a quienes a ellos se les ocurra. Por las riquezas que tienen las tierras y eso nosotros lo tenemos muy claro.

Otro condicionamiento que dio lugar a esa apertura al mundo extra familiar tiene que ver con la naturaleza de las políticas públicas en la generación de oportunidades. En la última década, se generó movilización de recursos en estos ámbitos por demanda de las propias organizaciones de productores, y también los colectivos sociales se insertaron en acciones y en las propuestas y monitores de los programas de desarrollo⁸.

Como parte de ese proceso de acción y aprendizaje, los productores destacan efectos no previstos en las iniciativas de los proyectos de desarrollo, tales como la ampliación de los espacios de vida, especialmente a mujeres y a jóvenes, la formación de líderes, el desarrollo irradiado de estrategias activas para persistir en el campo y el establecimiento de relaciones más simétricas entre los agentes del estado y los productores/as.

8. Tales como el Programa para Pequeños Productores Agropecuarios (PROINDER), las Unidades Ejecutoras Provinciales (UEP) de las Leyes Ovina y Caprina, los Comités Locales de Emergencia Rural (CLER), las gestiones de reglamentación de la Ley de Tierras y de la Ley de Arreos, el programa de Comanejo en Áreas Protegidas y el Programa de Desarrollo Rural de la Patagonia (PRODERPA).

Es así que, la participación en organizaciones sociales contribuye a la generación de un perfil nuevo de familias rurales que expresa la revalorización de la actividad agraria y de las ocupaciones prediales, reduciendo la tendencia a una asalarización completa. Este rasgo diferencia las zonas dentro del área estudiada, donde la asociación “organizaciones fortalecidas-mayor presencia de trabajo familiar” tiene su mayor expresión en el centro neuquino.

Asimismo, un hecho reconocido por productores/productoras y técnicos/técnicas que no toda la ruralidad está nucleada en organizaciones. Además de la baja densidad poblacional del área manifiesta en un alto porcentaje de población en rural disperso (67% de la población rural), son frecuentes los litigios entre vecinos por campo sin delimitar y por áreas de pastoreo común en un contexto de dificultades en la comunicación y la confianza. De ahí que la iniciativa de organización y el sostenerla en el tiempo requieren de voluntades y disposiciones que están potenciadas en la familia de Yolanda.

La gente no aprende a trabajar en organización. Por ahí creen que lo que hacemos el resto, que es para todos, no lo reconocen. Es lo que por ahí molesta un poco.

En la Mesa Campesina informo qué proyectos se trataron, qué se dijo o cómo vamos, y por ahí en una reunión sale “si los representantes de Ley Caprina no informan nada”... Este es el espacio para informar, porque yo no tengo los medios para llegar a cada uno de los que represento, no tengo medio de movilidad ni tampoco tengo el jornal caído.

Su discurso y desempeño dejan entrever el deseo y la disposición para la inclusión social de los productores locales en el desarrollo. A su vez, intenta afianzar la participación sociopolítica y la persistencia campesina en el territorio.

Mi viejo siempre andaba con mucho respeto con algún señor, o sea, andaba, como decimos, con el sombrero en la mano, pero muchas veces ese señor, disculpando la palabra, era un gran reverendo hijo de su madre que te venía a joder la vida. Por eso estamos como estamos, porque ellos con mucho respeto y hoy por hoy no tenés

donde vivir. Esas cosas te hieren, uno quiere llegar, no seguir siendo el mismo, como fue tu papá, como fue tu mamá, como fueron tus tíos, llegar más allá, ver que uno no es ignorante como lo fueron los padres nuestros. Que ya no somos los mismos de antes, porque todos nos creen ignorantes y no es así, por eso esto de participar en reuniones, ir y venir, hacer de amigos, ayuda mucho.

Pero el fortalecimiento organizacional y los avances en la cogestión, si bien podrían contrarrestar las condiciones de vulnerabilidad de los sectores sociales destinatarios, continúan sin resolverse. Persisten problemas estructurales, tales como la situación dominial, que es manifestada en reiteradas reuniones de productores tanto por Yolanda como por el conjunto.

La tenencia de la tierra de esta familia es de naturaleza incierta y llevan adelante reclamos permanentes al Estado ya que ocupan tierras fiscales en invernada y en veranada son ocupantes de tierra privada.

Acá se pelea mucho por el tema de la tierra, porque por ahí hay gente que tiene inmensidades de campo y hay pobres que no tenemos donde vivir.

Ojalá el Gobierno le dé, de una vez por todas, la titularidad a la gente para poder vivir, porque hoy por hoy hay muchas leyes, muchos proyectos pero estás insegura en el lugar donde vivís.

Me gustaría que el Gobierno dijera, “bueno vamos a cortar por lo sano, el que vive en la tierra es el que tiene derecho” no alguien que viene, por ejemplo, de Buenos Aires y tiene una tierra porque pagó, pero no la está utilizando, la está utilizando nada más que para... Como se dice, para especular, para lucrar nada más.

He participado mucho en la Legislatura, y he estado debatiendo el tema este de tierra, hemos participado en Chos Malal, en Cutral Có, así con otras personas y te das cuenta de que hay cosas que no lo benefician para nada al productor.

La palabra de Yolanda es la voz colectiva de los productores locales en sus demandas por el acceso a los recursos y al poder político. En su quehacer, para obtener movilización de recursos al sector se encuentra que las demandas, las propuestas y las respuestas desde las bases, son mucho más complejas de lo que generalmente se suponen; de la misma forma que las respuestas de los decisores políticos. Ubicarse en esos espacios de mediación la convierten a esta productora en líder, en tanto forma espontánea de dirigencia, como extensión de su propia unidad doméstica de producción a proyectos externos comunitarios.

Entre la unidad doméstica y la vida pública: algunas reflexiones

Frente a procesos de cercamiento neoliberal (AKHRAM-LODI y KAY, 2008) y de disputa territorial, los campesinos contemporáneos, en su lógica tradicional de reproducción social mediante maximización del trabajo y del ingreso familiar, pueden asumir una creciente participación en iniciativas y en la generación de ámbitos colectivos (HALL *et al.*, 2015). Estos procesos en un contexto tradicional de aislamiento físico y de condicionamientos histórico-sociales, pero actualmente con una mayor construcción política de las organizaciones y con nuevas tecnologías en el territorio rural, confluyen en la historia de vida y de trabajo de Yolanda acá presentada.

La historia da cuenta del temprano inicio en el trabajo bajo la forma de apoyo familiar o a cargo de la producción; de cambios en la otrora invisibilidad y subordinación de las mismas en la unidad doméstica, pero también descubre rasgos más recientes como la ampliación de su entorno a otros mundos relacionales y la participación en colectivos sociales, llegando algunas de ellas a la representación comunitaria o a la dirigencia gremial. Más allá de disposiciones y motivaciones, de situaciones de base estructural, del contexto político, esa apertura del espacio vivencial (GEORGE, 1987) tiene que ver con la naturaleza de las políticas públicas en tanto generación de oportunidades y con el carácter que asumen las organizaciones sociales.

La trayectoria reconstruida por la misma productora con las investigadoras muestra por un lado, el fortalecimiento de las productoras crianceras que abarca la toma del control compartido sobre el hogar y la producción a través del desarrollo de habilidades, y del incremento de su autoconfianza para la solución de los problemas. Sus habilidades tradicionales, sus conocimientos prácticos y su creatividad se convierten en recursos sociales poderosos para

mejorar el manejo ganadero, el uso de los recursos naturales y los canales de comercialización. Por otro lado, comprende también el lugar creciente de participación y de dirigencia en las organizaciones sectoriales y en el acceso al poder político.

El comportamiento social y productivo del caso estudiado da cuenta de la fuerte organización interna del trabajo familiar histórico renovado y de una participación comunitaria amplia y multiforme; rasgos que convierten a la productora en líder local y regional. La forma espontánea de dirigencia surge como extensión de su propia unidad doméstica de producción a proyectos comunitarios.

Fue un hito biográfico que tuvo base en la vida familiar el que se constituye en punto de inflexión que marca su irrupción en el ámbito público, pero en un lugar y en un tiempo que lo viabiliza. Se resignifican y se imbrican en el relato lo singular y lo colectivo, como cuando las otras y los otros reconocen, no sin debate y acuerdos previos, que la palabra de Yolanda es la voz colectiva de los productores locales en sus demandas por el acceso a los recursos, en especial la tierra; o cuando demandan acciones consensuadas para el desarrollo.

En el discurso de estas mujeres se manifiesta el orgullo de ser crianceras, y promueven con su quehacer los componentes de la identidad cultural como parte de su dignidad. Sus nuevas posiciones estarían señalando cambios en la caracterización de una ruralidad impregnada de prácticas tradicionales renovadas, afiliación comunitaria y apego a la tierra (MORAES, 2010; DIEZ HURTADO, 2014). Esta historia, al igual que las presentadas en el Seminario de Feminismo y Agroecología (Recife 2018) por las mujeres rurales dirigentes, abona a la idea que la sustentabilidad y la agroecología son formas de denominar lo que ellas ya están haciendo.

REFERENCIAS

AKRAM-LODHI, A. Haroon; BORRAS, Saturnino y CRISTOBAL, Kay. *Land, poverty and livelihoods in an era of globalization: perspectives from developing and transition economies countries*. London: Routledge, 2008.

ALEGRE, Silvina; LIZÁRRAGA, Patricia; BRAWERMAN, Josette. *Las nuevas generaciones de mujeres rurales como promotoras de cambio*. Un estudio cuanti-cualitativo de la situación de las mujeres rurales jóvenes,

de sus necesidades y oportunidades en Argentina. Buenos Aires: MAGyP, UCAR, 2015.

BENDINI, Mónica Isabel; TSAKOUMAGKOS, Pedro. El agro regional y los estudios sociales. En: BENDINI, Mónica Isabel; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa; MURMIS, Miguel; TSAKOUMAGKOS, Pedro (comp.). *El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Actores, lazos sociales y reestructuraciones. Buenos Aires: La Colmena, cap. 1, 2003 p. 53-76.

BENDINI, Mónica Isabel; STEIMBREGER, Norma; PREDA, Graciela. ¿Aceptación o resistencia campesina? Respuestas a la expansión del capital en tierras extra-pampeanas. Dossier. Alternativa. *Revista de Estudios Rurales*. Córdoba: CEA, UNC. v. II, n. 4, 2015 p. 1-30.

BENDINI, Mónica Isabel. Asalarización parcial de familias rurales: diferenciando tipos y prácticas sociales. En: *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n. 42. Buenos Aires: PIEA, 2015. p. 41-60.

BLAKE, Janet. Género y patrimonio cultural inmaterial. En: UNESCO. *Igualdad de género: patrimonio y creatividad*. Buenos Aires: Unesco/Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos, 2015. p. 48-59.

DIEZ HURTADO, Antonio Alejandro. Estrategias de vida de pequeños productores campesinos del Perú. Cambios en las últimas décadas. En: CRAVIOTTI, Clara. *Agricultura familiar en Latinoamérica*. CICCUS. Buenos Aires, 2014.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. *Anuario Estadístico del Neuquén*. Provincia del Neuquén, 2004.

ENTRENA DURÁN, Francisco; JIMÉNEZ-DÍAS, José Francisco. Valores y estrategias de los agricultores familiares del sudeste andaluz. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. REIS, n. 147.

HARVEY, David. 2008. Los espacios del capitalismo global. En: *Revista Espacios*. UBA. Buenos Aires, 2014. www.filo.uba.ar/contenidos. p. 21-52.

FORNI, Fulvio. *La superposición de la memoria y la identidad de una población criolla de Santiago del Estero*. Tema: Religión e Identidad. VII Jornadas sobre Alternativas Religiosas en Latinoamérica. Asociación de Cientistas Sociales de la Religión en el Mercosur. Edición digitaliza, 1997.

SILVA, Sabrina Ângela França. Dinâmica econômica e precariedade do trabalho: os Trabalhadores do Baixo-Açu. En: SILVA, Aldenor Gomes

da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (org.). *Dinâmicas rurais no nordeste*. Teses e Dissertações. Brasil: Zarinha Centro de Cultura, 2009, p. 147-200.

GEORGE, Pierre. *Geografía de la población*. España: Editorial Oikos-Tau, 1987.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JÚNIOR, Saturnino M.; SCOONES, Ian; WHITE, Ben and WOLFORD, Wendy. Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions from below. *The Journal of Peasant Studies*. v. 42, n. 2, 3, 2015. p. 467-488.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN, HOGARES Y VIVIENDAS. *2010: resultados generales*. República Argentina. Buenos Aires: indec / Secretaria de Planificación. v. 2, 2012. p. 408.

LEÓN, Magdalena. *Mujer y capitalismo agrario*. Bogotá: ACEP, 1980.

MEDINA, Paloma Jimena. El rincón de Lilith: Buscando nuestro espacio en el mundo rural. En: CRUZ, Fátima (coord.). *Perspectiva de género en el desarrollo rural: Programas y experiencias*. España: Asociación País Románico, 2012. p. 57-61.

MEILLASSOUX, Claude. *Mujeres, graneros y capitales: economía doméstica y capitalismo*. Mexico: Editorial Siglo Veintiuno, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropiación de la tierra, violencia y migración: campesinos del nordeste de Brasil en los cañaverales de Sao Paulo. En: LARA FLORES, Sara Maria (coord.). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Editora Miguel Ángel Porrúa, 2010. p. 307-332.

MURMIS, Miguel. Prólogo. En: *Campesinado y Ganadería trashumante en el Neuquén*. BENDINI, Mónica Isabel; TSAKOUMAGKOS, Pedro (coord.). Buenos Aires: La Colmena, 1993.

PREDA, Graciela. La pequeña producción agropecuaria en un contexto de expansión del capital agrario. El caso del departamento Río Seco (Córdoba). En: RAMILO, Diego; PRIVIDERA, Guido (comp.). *La Agricultura Familiar en la Argentina: Diferentes abordajes para su estudio*. Buenos Aires: INTA, 2013. p. 93-114.

SAUTU, Ruth (comp.). *El método biográfico: la reconstrucción de la sociedad a partir del testimonio de los actores*. Buenos Aires: Lumiere, 2004. p. 213.

SCHIAVONI, Gabriela. Gestión doméstica y capitalización de pequeñas explotaciones: los productores de la frontera agraria de Misiones (Argentina). En: TRINCHERO, Hector Hugo (comp.). *Producción doméstica y capital. Estudios desde la antropología económica*. Buenos Aires: Biblos, 1995. p. 45-62.

SHANIN, Teodor. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976. p. 88.

SHMITE, Stella Maris; NIN, María Cristina. Temas actuales, conflictos y fragmentación espacial. ¿Cómo abordarlos desde la Geografía? En: *Huellas*. n. 13. La Pampa: EdUNLPam, 2009. p. 230.

SUBSECRETARÍA DE PRODUCCIÓN. *La Tierra y el Agua*. Provincia de Neuquén, 2007.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. En: *Revista ALASRU Nueva Época*. n. 5. Análisis Latinoamericano del Medio Rural. México, 2010. p. 17-44.

EL FEMINISMO COMO REFLEXIVIDAD TERRITORIAL PARA LA INTERCULTURALIDAD. MIRANDO “VACA MUERTA” Y LA FILOSOFÍA MAPUCE SOBRE EL “BUEN VIVIR”

CARLA MARCELA FRANQUELLI

Introducción

En la municipalidad de Añelo, a partir del denominado “descubrimiento de Vaca Muerta”, se recrea un conflicto entre la “subsistencia” y la “economía”, trazado como coordenada social de lo que se considera el desarrollo. Este conflicto se despliega sobre “sujetos”, “territorios” y “comunidades”, dando cuenta de que las conformaciones históricas en todos ellos tienen dos sistemas de opresión concatenados: capitalismo y patriarcado. Es desde esta convergencia histórica que analizaremos la “resistencia” y los sujetos políticos.

Añelo es un municipio de la Provincia de Neuquén, provincia cabecera de la región Patagonia. Esta región, identificada con los “recursos naturales” que promueven exitosas actividades económicas, ha transicionado desde la producción frutícola-ganadera hacia la explotación hidrocarburífera y, en los últimos 20 años, hacia la actividad turística. Es por esto que en la región, actualmente, se expresan conflictos por el territorio, dado que cada expansión de las actividades económicas, reescribe las relaciones sociales, políticas y territoriales. Estas dinámicas son difíciles de historizar, por lo que retomamos la hipótesis de trabajo de la socióloga Mónica Bendini, quien ha investigado en Patagonia Norte durante toda su carrera:

En este lineamiento de fuerzas, en el norte de la Patagonia se producen cambios en la organización social del trabajo y en los espacios de vida de las familias campesinas; cambios en el paisaje, en los pueblos, en la vida rural; movilidades diversas urbano

rurales que dan un nuevo carácter a la ruralidad en la relación pueblo (rural concentrado) – campo abierto (rural disperso). Estas transformaciones se producen en un contexto donde se desarrollan procesos contradictorios de concentración fundiaria y de apropiación especulativa por el gran capital y, a la vez, procesos de “recuperación” de tierras por pobladores originarios. (BENDINI; STEIMBREGGER, 2011, p. 128)

Las mujeres de Añelo aparecen insertas en el emprendedurismo, la producción familiar, el trabajo doméstico, las ferias, la venta ambulante, los servicios de limpieza y el turismo, las asignaciones familiares y los programas del Estado y la prostitución. Segmentos aislados y reducidos sin escala alguna, sin ninguna continuidad. Están sub registradas en una economía de mercado que asume la reproducción como natural (dependiente del cuerpo) por lo que se las exterioriza de la condición de Sujeto. Para Pérez Orozco, “El núcleo duro del problema es la existencia de un conflicto irresoluble entre la acumulación de capital y la sostenibilidad de la vida y el papel que el hétero patriarcado juega en acallararlo. ¿Qué se entiende por tal conflicto?” (PÉREZ OROZCO, 2014, p.52).

Tanto la reproducción como la subsistencia son objeto de politización y resignificación cultural de los feminismos en general, y de los latinoamericanos en particular.

Para repensar todo, primero es necesario determinar la condición de sujeto de las mujeres, lo que supone reunir saberes desperdigados en experiencias socialmente subordinadas, para hacerlos conocimiento social, es decir, hacerlos formar parte de lo social. Éste sujeto tiene una fuerte continuidad, comprobada en la ineludible presencia histórica y el anclaje territorial de las mujeres, presencia que valora la diversidad cultural, política y geográfica del universo conocido: la vida es una continuidad a través de las mujeres.

La politización del cuerpo y la referencia feminista del sujeto mujeres es una clave para mirar estas transformaciones, crear herramientas, compartirlas con otras mujeres y buscar reformular las expectativas en función del cuidado de la vida y la interculturalidad.

Antes de plantear el problema concreto enraizado en el Pueblo de Añelo y las actividades de las mujeres, es interesante entamar la afirmación arriba planteada de Pérez Orozco con el análisis de Silvia Federici

(2004). En su texto *Calibán y la Bruja*, define que, entre los siglos XVI y XVII, se produce la reducción dramática de la población y que ésta es un problema para el desarrollo de la economía capitalista que se afianzaba. La autora explica esta crisis desde dos vertientes: 1, la población americana diezmada por la explotación colonial y 2, la postergación del casamiento y la procreación en los sectores trabajadores provocados por la pobreza. Ambos procesos formaron parte de la búsqueda de los cuerpos para explotar que derivaron en la esclavitud africana. Pero en el lapso que duró el sistema esclavista se instalaron las pautas de la economía capitalista, a través del disciplinamiento de las mujeres y el genocidio indígena.

Dada la conjunción histórica que vincula “conquista” con “genocidio”, para el continente americano, a partir de 1492, se impone el golpe de la violencia en todas esas formas culturales y localizadas de la reproducción, en tanto modo de vivir ligado al territorio. Sin pretender que esto lo explique todo, 500 años después, no podemos escurrirnos de este tiempo como contexto. La traumatización de los espacios americanos en sofisticados procesos de descorporalización cultural se actualiza en prácticas genocidas. En principio, consiste en separar a la tierra (esta es la fractura ontológica que da origen al capitalismo) de la comunidad existente y provoca que la continuidad de lo espiritual y del tiempo como circular parezca algo inexistente. Al interrumpir la expresión de conocimientos que se tejen entre comunidad y territorio, se modifica la transmisión cultural de la forma de vivir, lo que da paso a una manifestación resistente y de defensa contra la imposición social.

Existen dos elementos que nos permiten explicar las imposiciones territoriales y las resistencias, en las que vemos transitar la lucha por resignificar el vínculo tierra y vida: los mapas y los paisajes. Essas dos referencias contienen la formulación del problema dentro del marco civilizatorio del siglo XIX, ya que el paisaje tiene fuerte referencia a lo “natural” y el mapa es un objeto de la “cultura”. Con esas denominaciones siempre se refleja una idea lineal cargada con el sentido del “desarrollo”: el mapa, como figura totalizante, tiene el poder de sintetizar la conformación unificada de los paisajes.

Carla Lois estudia los mapas como objetos de representación colectiva y dice que son imágenes que se conectan con la memoria, dado que han sido transmitidas en la socialización.

Planteado en estos términos, incluso la percepción y la interpretación individual de los usuarios de los mapas suponen necesariamente una experiencia colectiva que le da sentido a esa experiencia individual. (...) Efectivamente, al preguntarnos si la potencia de la imagen cartográfica reside en lo que la imagen captura o en lo que dispara, no podemos dejar de reconocer que lo primero que hacemos ante un mapa es conectar esa imagen con lo que sabemos y aprendimos previamente, activar la memoria. (LOIS, 2014,p.66)

En otras palabras, retenemos la imagen del mapa en carácter de conocimiento, es una mediatización entre la existencia y el territorio.

Tal como se ha estudiado, el objeto “mapa” tiene poder ligado a la historia colonizadora, ya que surgió como una operación de registro escrito de las “posesiones territoriales” y “sus recursos”. Pero hay que poder valorar las memorias que se activan directo con el paisaje, para aquellos a quienes el mapa les resulta desconocido y sin sentido. Los procesos de socialización escolares, universales y obligatorios, distribuyen esta referencia como relato del espacio configurado, en el que ese paisaje recordado por los pueblos y las comunidades es “salvaje”. Carla Lois analiza las composiciones de topónimos en los que, por ejemplo, mantienen nombres originarios para ríos y lagos, pero imponen nombres “blancos”, recordatorios patriotas, a los espacios “no naturales”. Es en estas operaciones en las que se concatenan dos procesos: la ausencia de otros modos de vida y otras referencias constituyentes de Pueblos Originarios y, también, los otros modos de vida constituyentes desde el sujeto mujeres, que, aun cuando forme parte de la sociedad dominante, es la sujeto desterritorializada.

Desde estas líneas de comprensión, situadas en las transformaciones en Añelo, observar las continuidades permite encontrar los entramados históricos en base a las actividades en el territorio y de las mujeres.

En el año 2013, la visibilidad del “fenómeno Vaca Muerta”, tanto en la vida de Añelo como en los medios de comunicación internacionales, se presentó en un discurso ligado a la macroeconomía, sujeto al movimiento de grandes capitales por empresas transnacionales, al entramado jurídico que gestionan las provincias y la nación, y al discurso con el que los gobiernos locales promovieron la actividad hidrocarburífera. El conflicto se hace presente en la supuesta compatibilidad con la economía tradicional de la fruticultura y de la ganadería menor. La propaganda de la oportunidad que

ofrece el petróleo, abierta de modo indiscriminado, se presenta como una actividad pujante que puede auxiliar a todas las actividades consideradas como microeconomía.

La complementariedad de las economías de Añelo, basada en las dos actividades, implica, además, la “complementariedad sexual”. Las actividades económicas de las mujeres en Añelo cosen los márgenes del pueblo, se crían como canales entre los árboles, se adjudican la no relevancia para el mercado, se postergan bajo programas estatales de reproducción del cuidado bajo agencia del asalariado. Las actividades económicas de las mujeres en Añelo generalmente vehiculizan la búsqueda de preservación de la vida y la tierra, objetivo que las expulsa del acceso a la propiedad, al crédito, a la inversión o a la diversificación productiva. Muchas veces, la misma orientación de nivel “micro” a la que se lanzan las mujeres es el cerrojo para que se expandan, siendo el alcance de sus actividades la clave del corte casi inmediato en su expansión. Este análisis nos orientó hacia la búsqueda teórica sobre qué concepciones comulgan con la economía entendida como forma racional de realizar actividades humanas, y las que se sustraen a éstas.

El Pueblo Mapuce

En una jornada realizada en agosto del 2019 por equipos de investigación de las UNC y UFPE ciudades de Recife y Neuquén, la *pijan cuse*¹ Pety Piciñam, referente de salud intercultural del Pueblo Mapuce, planteó en qué consiste la filosofía mapuce sobre el “buen vivir”, al que intentaremos relatar brevemente en este artículo.

La autonomía por la que el Pueblo Mapuce viene luchando no se refiere a la separación del estado nacional, sino que refiere a la posibilidad de sostener el buen vivir, que consiste en el desarrollo de la vida en relación con las demás vidas, “se nombra como naturaleza lo que para nosotros es vida”. Estas vidas existen en *Wall mapu*², que es una primera organización de la vida a la que el ser humano pertenece en los principios de circularidad e interrelación, y de

1. Se nombra así a la autoridad filosófica Mapuce. Estas autoridades son importantes en la proyección hacia el futuro del Pueblo Mapuce.

2. Wall Mapu es la totalidad territorial que organiza la cosmovisión Mapuce. No consiste sólo en la extensión geográfica que alcanzara el Pueblo Mapuce antes de la conquista, sino que define la integración entre tierra-cultura-vidas que componen la filosofía del pueblo. Para mayor precisión puede verse: <https://www.youtube.com/watch?v=Mtqa82v5d-U>

allí existe el Pueblo Mapuce. Esto se interrumpe con el genocidio, en tanto apropiación del territorio. “Nuestros nombres provienen de las vidas de los territorios y así entendemos la salud y la enfermedad. El conocimiento nos es entregado por el territorio, por el *Wall mapu*, que no percibe ninguna “propiedad privada” ya que existe protección sagrada de las vidas y el orden de interrelación. La vida no tiene segmentaciones excluyentes, sino fuerza, como la dualidad de género y generación, en las que caben las diversidades y todas son contenidas. El principio de dualidad permite la circularidad y obtura lo lineal, por lo tanto, las dicotomías occidentales que excluyen identidades estancas no son lógicas dentro del *Wall mapu*.”

Continúa Pety Piciñam: “Del mismo modo que es necesaria la autonomía para el buen vivir, éste no es una abstracción y tiene el contenido de su posibilidad exclusivamente en aquellas memorias que los ancestros y ancestras han transmitido sobre el paisaje, los conocimientos entregados por el territorio al Pueblo Mapuce. Aquí arraiga la soberanía alimentaria, como resultado de la pertenencia pueblo-territorio, en la que la alimentación se da a partir de la interrelación con las otras vidas, los *nwen*.³ Llevar alimentos a nuestro cuerpo es una espiritualidad y por eso los alimentos son salud, es una relación vida-vida que llamamos “equilibrio” con otros y que, en el caso de no comprender las vidas y el territorio como equilibrio sagrado, se produce una transgresión a las enseñanzas que los antepasados brindaron sobre el cuidado del medio.”

Pety Piciñam también expresó:

El Pueblo Mapuce obtuvo sus alimentos de acuerdo a las identidades territoriales, es una comunicación con el territorio que nos da la posibilidad de tomar del espacio lo que nos brinda. Pero con la imposición de una forma de alimentarse ajena a nuestra cultura y la situación de empobrecimiento a la que nos han llevado por la reducción de nuestro territorio, teniendo en cuenta que venimos de un genocidio y donde la gran extensión y los mejores territorios donde se producían una diversidad de alimentos se los quedaron los grandes responsables del genocidio y en la actualidad están en

3. Voz Mapuce que se traduce comúnmente como “fuerza” y que se la suele traducir incorrectamente como “fuerza natural”. Otras traducciones la han definido como un aspecto “sagrado” de la cultura Mapuce, que es igualmente incorrecta cuando se la separa de las vidas del territorio. Es más precisa la traducción que explica Pety Piciñam, como fuerza sagrada, no segmentada entre “natural” y “sobrenatural” y comprensible únicamente en relación a una cosmovisión Mapuce integral.

manos de los grandes terratenientes y de los grandes empresarios. Entonces nuestra soberanía alimentaria ha sido afectada totalmente. ¿Cómo nuestros hermanos y hermanas han podido recuperar el conocimiento y poder retomar la práctica de producción propia, con semillas propias? Por ejemplo, la gallina Collonca⁴, que la gente mapuce no las tiene pero se la está apropiando otra gente. Ni qué hablar de las situaciones en las que nos prohíben ir a buscar piñones.”

No hay dudas de que los responsables del genocidio son la misma cosa: grandes terratenientes y grandes empresarios.

En el caso de la Patagonia norte, es la conquista del “desierto” la que explica el proceso de concentración de tierras en manos de algunas familias y es la actividad petrolera la que reconfigura el resto del territorio. Estos dos afluentes de la campaña militar proveen, a las nuevas divisiones políticas bajo el gobierno central, del conjunto de “recursos naturales” que perfilará la “economía regional”. Una vez que la “economía” se organiza en base a producción para el mercado, su funcionamiento es parecido al de los mapas: nos socializa en saber que así vivimos.

En la actualidad, el proceso de “descubrimiento de Vaca Muerta” tiene origen en la misma operación que la del hallazgo del primer pozo de Plaza Huincul (en la zona centro de la provincia de Neuquén), otra localidad con nombre mapuce. En los planos nacionales e internacionales, el nombre de la localidad de Añelo es desconocido y, claramente, sólo atrás de las palabras “Vaca Muerta” el mundo toma una foto de este lugar. El lugar referido no tiene habitantes, ya que lo que se nombra es la formación geológica que contiene los “no convencionales” gas y petróleo, generados a 3 mil metros de profundidad y dentro de las rocas. Para maquillar el trastorno general que la explotación del yacimiento trae aparejada a una población que se compone de comunidades mapuce, pequeños productores de frutas y verduras, fiscaleros o crianceros de ganadería menor, porque viven en el

4. La gallina collonca o mapuce, es un caso paradigmático de la apropiación de la naturaleza por parte de instituciones técnicas del Estado. Es una especie de gallina originaria de la cordillera de los andes, criada por el Pueblo Mapuce hacia ambos lados (actuales Chile y Argentina). Sin embargo hoy, el INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) se presenta como la agencia que ha recuperado a esta especie de la extinción y promueve su reproducción junto a huertas familiares en la zona de la Patagonia norte. Piciñam plantea que “ya no la tiene el Pueblo Mapuce” por esta razón. Es un ejemplo de apropiación de saberes ancestrales que va en sentido contrario a la interculturalidad. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=NxHKd17xth0>.

mismo espacio en el que desarrollan la producción, la carátula que esto trae es la del “desarrollo”.

El extractivismo tiene dos asociaciones inmediatas: una hegemónica, ligada al “desarrollo” y otra, más dispersa en su presión local, pero global en relación con las empresas transnacionales, que es el desastre ambiental. Aceptar esta formulación del problema como dicotómica y abstracta corre en favor de las representaciones sobre el desarrollo, que apelan a la vieja “civilización y barbarie”. Por ahora es necesario explicitar que, en la postulación prevalente de la oposición naturaleza-cultura, se establece de modo tácito que la economía es todo aquello que se instala entre los dos “órdenes” de la naturaleza humana. Esta idea está tan consolidada que naturaliza la clasificación de raza, sexo, género y etnia, en tanto cercanos-lejanos a cada uno de los puntos, pero sub registrados en la categoría de “clase”.

¿Es acaso posible este punto de partida para el planteo de la interculturalidad? He escuchado muchas veces a integrantes del Pueblo Mapuce plantear: “nosotros tenemos dudas con la interculturalidad”. Retomamos otro fragmento de la exposición de Pety:

Es el sistema económico el que destruyó una soberanía alimentaria cuando se instaló la ciudad. Como Pueblo Mapuce, estamos retomando esas prácticas en todos los lugares, pero estamos sometidos a producir para la supervivencia, se venden piñones para ir a comprar fideos. Son alimentos saludables que se han perdido. La ceremonia es la forma en que entramos en comunicación con el territorio, esto es parte del conocimiento mapuce, es una cosmovisión. Así nosotros nos proyectamos en relación con los productores, con la sociedad neuquina, con la sociedad en general, en permanente desafío de una interculturalidad que obviamente disputa un poder, pero que tenemos que producir nosotros-ustedes este territorio tiene un conocimiento, que se aporta para el buen vivir, no sólo del Pueblo Mapuce, sino para la sociedad en su conjunto.

Las mujeres

Las categorías de “género” y “patriarcado” en las críticas a “La” Economía reivindicaron el trabajo de los cuidados al postular que es realizado por un sujeto social, las mujeres, ya no definidas en la complementariedad

heterosexual. En relación con estas aperturas teóricas, existe un debate actual desde muchas vertientes del Feminismo, que pueden ser esquematizados, al menos en una síntesis provisoria, en tres líneas distintas:

- en lo que plantea Federici, cuando cuestiona las perspectivas en las que toda actividad productiva de las mujeres en la tierra tenga que ser analizada necesariamente como “trabajo no pagado” del que se apropia el capital;
- en los planteos del Feminismo comunitario, en los que el horizonte de “comunidad” define el proyecto feminista del “vivir bien” y
- en los planteos del Ecofeminismo.

En todos ellos, a pesar de sus diferencias, se produce el análisis olvidado del “coste humano del desarrollo” y se pone en el centro el cuidado y la defensa de la vida.

Hasta ahora, lo que venimos demostrando es que existen fuentes de vida diferenciadas histórica y culturalmente, que formaron parte de los insumos del capitalismo, ya que todo lo que es expoliación puede traducirse como “trabajo no pagado”. Para entender esto, es necesaria otra revisión sobre la teoría antropológica y sus consecuencias eurocéntricas y androcéntricas, ya que establecieron los estudios etnográficos sobre “culturas precapitalistas” como antecedentes de la sociedad de mercado y lo hicieron a partir de la división sexual. Es por esto que el concepto de “comunidad” fue trazado como “conjunto de familias en un territorio determinado”, esquema que invisibiliza a las mujeres tal como lo plantea Yolanda Aixelá:

Los antropólogos clásicos más destacados en el desarrollo de la antropología política elaboraron sus teorías y etnografías partiendo del supuesto de que existía una estrecha relación en las sociedades estudiadas entre “lo político”, el “poder”, “lo comunitario” y “lo público”. Estos aspectos han constituido la base de la invisibilidad social femenina y su vinculación puede haber sido el resultado de una lectura etnográfica androcéntrica. La casuística establecida entre las cuatro variables llevó a dar mayor relevancia social a la capacidad de decisión y transformación social de los hombres, cuando no a negar directamente la influencia de las mujeres. Y es que “política” y “poder” han sido elementos históricamente vinculados a los hombres, a través de los cuales éstos han venido ejerciendo mecanismos de dominación

que han afectado recurrentemente, desde el discurso y ciertas prácticas sociales, al colectivo femenino. Por otro lado, “lo comunitario” partía de la asunción de que los hombres eran los únicos capaces de evaluar los intereses del grupo, mientras que “lo público” se oponía y subsumía a lo privado (VJ. doméstico), esfera tradicionalmente relacionada con las mujeres. (AIXELÁ, 2003, p. p. 86)

La comunidad o “lo comunitario” es pensado como una instancia inferior de lo social, ya que se la representa como obstáculo de la consecución de intereses particulares, incluso se la refiere como si se tratara de una economía de subsistencia, en la que la complementariedad de las actividades divididas por sexos es la estrategia que posibilita esa organización económica “incipiente”. En la base, entonces, de una economía, puede encontrarse la forma social comunitaria, pero sólo para hacerla “objeto de desarrollo”, transformando las relaciones sociales tradicionales en otras que puedan mantenerse en la lógica del mercado. Lo interesante es que, en los ciclos de crisis, como por ejemplo en la Argentina de los ‘90, esas formas comunitarias salen al rescate. Así, hemos presenciado la conformación de las redes del trueque en cada plaza del país durante varios años.

La pregunta es ¿cómo esas mismas condiciones que llevaron a las estrategias de subsistencia de la gran mayoría de la población fueron las que llevaron también a su abandono? En otras palabras, si periódicamente (y, en algunos sectores, de modo constante) se puede apelar a las fuerzas que se mantienen “al margen del mercado” para asegurar la subsistencia, ¿qué substratos culturales le dan continuidad?, ¿qué sujetos son capaces de movilizar estas memorias comunitarias como nuevos entramados de lo social que rápidamente permiten recomponer relaciones sociales de no exclusión?

Un contrapunto histórico de los feminismos

Por todo lo analizado, la Antropología feminista puede contener esse programa teórico político y generar las categorías necesarias a partir de mujeres como sujeto político; es decir, crear categorías que vayan al encuentro de esta historia.

La “oposición naturaleza-cultura” que sustancia todavía la teoría antropológica tiene dos frentes desde el Feminismo. A - Dentro de las teorías feministas occidentales, se elabora sobre este postulado la crítica a la forma

en que se han sustanciado la división sexual del trabajo y la naturalización de la reproducción, generando los debates acerca de la “economía” y su orden sexogenérico. B - Pero para los feminismos latinoamericanos, esa perspectiva anula las críticas que le realizan a la concepción económica de la naturaleza impuesta desde el genocidio de la colonización y la reproducción genocida en las relaciones sociales.

Para este debate, retomamos a Gargallo:

En sexo y conquista, Araceli Barbosa Sánchez analiza cómo el odio de los españoles contra las mujeres y contra toda feminidad de los hombres, llevó a los conquistadores a prácticas de violencia extrema, tortura, muerte y degradación de los cadáveres, de las mujeres indígenas que se resistieron a la violación y contra los “sodomitas”, equiparándolos de alguna manera. De las indias y los sodomitas, los conquistadores nunca recogieron testimonios, palabras, ni describieron sus actitudes y saberes, a diferencia de los inquisidores que transcribieron con lujo de detalles los saberes “perversos” de hechiceras y herejes. Fue relativamente fácil para el movimiento feminista europeo identificarse con las brujas, una vez que se llegó a demostrar la positiva diferencia de sus saberes con los de la cultura de la represión que sostuvo al absolutismo monárquico y al despegue del capitalismo. ¿Pero con qué diferencia positiva de sus antepasadas pueden identificarse las latinoamericanas sin pasar por una revisión antropológica de las culturas americanas actuales e históricas, y por la ruptura con la cultura mestiza hegemónica, que encubre la historia en sentido racista y sexista? (GARGALLO, 2007, p.6)

Sin obviar esta diferenciación entre feminismos occidentales y feminismos latinoamericanos, lo interesante es que ambas expresiones analizan cómo la articulación entre familia y economía homogeneiza a las mujeres en base a la capacidad de reproducción. Una vez establecida como el espacio social de las mujeres, no productivo, se convirtió en fundamento de la reproducción entendida como el aporte de las mujeres en la continuidad de lo social, pero sólo dentro de las pautas impuestas. La racionalidad reproductiva está ligada colonialmente a la economía y transfigura, además, otra categoría que se romantiza para ponerla al servicio de la reproducción de capital: el cuidado. Cuando las formas de vida y su sentido son absorbidas por el

capitalismo, se convierten en “trabajo no pago”, pero en los casos en los que esto no sucede, son otra cosa. Los sectores populares, en toda Latinoamérica, mantienen organizaciones barriales y comunitarias, movimientos sociales, activismos ecológicos, movimientos feministas y de defensa de la vida, que buscan ser cooptados por la lógica social del mercado, pero que de ninguna manera esto se logra. Es por esa razón que nos proponemos documentar las actividades de las mujeres en tanto actividades económicas, sean éstas las tareas que sean, y no referidas a “objetivos de mercado”. Por esto, también, un trabajo antropológico es pertinente a la hora de tensar la relación entre la economía y las mujeres, sin traicionar el modo en que están realizadas las “actividades económicas de las mujeres”. Esto es fundamental, ya que no consiste en agregar las actividades realizadas a la economía sino en redefinir la economía.

Cristina Carrasco delimita, entonces, qué es la Economía Feminista a partir de considerar que los marcos de análisis de las categorías teóricas de la Economía son muy reducidos y con el norte puesto en reflejar qué ha quedado afuera:

Lo que se denomina economía feminista, afortunadamente, no es un pensamiento único, más bien se trata de un abanico de posicionamientos. Pero todos ellos siguen un hilo conductor: plantean una visión del mundo social y económico más realista que las que ofrecen la mayoría de las distintas escuelas de economía. Desde nuestra perspectiva es posible identificar tres ideas como los fundamentos de la economía feminista: a) ampliar las fronteras de la economía más allá del mercado como manera de incorporar el trabajo doméstico no asalariado como parte del circuito económico, b) “descubrir” el trabajo de cuidados y su significado, y c) plantear que el objetivo no debiera ser el beneficio privado sino el cuidado de la vida. En definitiva, se trata de una perspectiva que integra todos los trabajos necesarios para la subsistencia, el bienestar y la reproducción social, sosteniendo como principal objetivo las condiciones de vida de las personas. Planteamiento totalmente contrapuesto al de la economía dominante cuyo único objetivo es el beneficio económico individual. La economía feminista integra así explícitamente una propuesta política. (CARRASCO, 2014, p. p. 25)

Es una propuesta política opuesta al beneficio económico individual que promueve la Economía dominante, desde la cual se sustancia el peso político de ésta en su cara más defendida: el desarrollo. Tal como lo presenta Antonella Picchio:

Actualmente, en nombre de una idea de progreso y desarrollo, se legitima como única perspectiva el enfoque de las empresas que operan poniendo en competencia a nivel global modos de subsistencia diferentes y difundiendo nuevos tipos de inseguridad en el acceso a los medios de subsistencia, verdadera clave del control sobre el trabajo. También las perspectivas críticas se concentran en aquella parte de la vida que se desarrolla en el ámbito de las relaciones del trabajo asalariado: salario, ocupación, tiempo, intensidad, productividad, tipos de contratos, relaciones de trabajo y, en cambio, no estudian el proceso de vida efectivo. Con ello se pierden de vista algunas fuerzas profundas que impulsan a una mejora de la calidad de vida, entendida no como una cesta de bienes, sino como un estado de bienestar de individuos, hombres y mujeres, caracterizados por un conjunto de capacidades de hacer, ser y operar individual y colectivamente en un espacio social. Tales fuerzas no se adaptan de forma mecánica a los modos de producción, sino que reaccionan de manera autónoma, movidas por necesidades, aspiraciones, temores, relaciones, responsabilidades y percepciones de vulnerabilidad individuales y sociales. (PICCHIO, 2009, p. 29)

Interculturalidades

Creo que es urgente desactivar las operaciones automáticas de desterritorialización, como vimos aquí, tanto de los pueblos preexistentes al Estado nacional como de las mujeres, en la expulsión de todo proceso productivo que explica el pase de la naturaleza a la cultura. Una de las claves que hemos encontrado es la de suprimir esa oposición, planteando la fuerza del vínculo cuerpo-territorio, sociedad y naturaleza, que podemos identificar tanto en las apuestas por el buen vivir de los pueblos americanos como de los planteos acerca del cuidado de la vida en los feminismos. Suprimir esta “oposición” nos obliga a redefinir economía y desarrollo, y genera la apertura teórico-política hacia la interculturalidad.

La interculturalidad, en Kusch, está planteada como una operación de diálogo, en el que las partes involucradas se constituyen en entidades sujetos, con plena realización del intercambio con otros. Esta cuestión “plena” es selectiva, dado que las formas del racismo se reproducen en este mismo sentido, obstaculizando el *status* igualitario de sujeto antes de su misma composición. En otros términos, evitando el espacio de diálogo. El espacio de interlocución es el que brinda la concretización de la constitución de sujetos, ya que es en donde se produce la expresión de lo propio.

Lo interesante es que Kusch (2012) parte de otra concepción de la “cultura”, que no consiste en una “tradicción particular” sino que es el baluarte simbólico en el cual uno se refugia para defender el significado de la existencia. Es en el momento del diálogo intercultural que se expresan las pautas culturales con las cuales nos definimos frente al “otro”. Esas pautas culturales brindan una zona de “habitabilidad” en la cual se realiza el registro de pertenencia, un paisaje, ya que también se trata de conocer lo que le da sentido a lo que nos rodea. Un mapa, ya que el pensamiento del grupo está condicionado por el lugar, tiene un contexto que se conforma con la intersección de lo geográfico con lo cultural. Una historia, ya que aparecen para resistir imposiciones externas de todo tipo, sobre todo las económicas. Esas pautas culturales son una unidad geocultural, en la que se produce el encuentro del pensamiento con el suelo. Estas transformaciones han tenido, desde la conquista hasta hoy, el objetivo de “desarrollar la economía”.

La idea de la resistencia cultural contra el mercado suele estar adjudicada más a la lucha de clases, en la que se ha propuesto que “clase” configura todas las resistencias contra el modelo capitalista. Esto funciona desde la lógica de una categoría, “clase”, formulada en términos de la economía para que nuclea al sujeto que puede desarticular el sistema económico opresor.

Sin embargo, es indispensable reflexionar cómo las mujeres hemos cuestionado esta omnipresencia teórica de la “clase” a partir del hecho de la ruptura que el feminismo realiza contra el ámbito doméstico y la reproducción. Nuestra inquietud consistió en estudiar si la reproducción y el ámbito doméstico eran ámbitos definidos por la clase, enfrentando el problema epistemológico más extraño de todos: las mujeres no eran sujetas de la clase, sino por la mediación del matrimonio con el varón asalariado. Había un problema que no se podía explicar y era el de no encontrar la referencia “mujeres” en tanto conjunto social y sujeto político.

Para esto, será necesario estudiar los movimientos feministas en tanto son cordones enlazados entre la acción política y la ruptura teórica. Esta historia forma parte de la toma de la palabra por parte de las mujeres, en la que hubo que luchar por la constitución de un nuevo sujeto en el diálogo. Tomar la palabra frente a otros, hacer cuerpo la propia voz y encontrar sus ecos en el territorio.

Así, sostenemos que no hay posibilidad de “Interculturalidad” sin feminismo, y que con estos pasos se pueden formar caminos de intercambio para la formulación de relaciones sociales del cuidado.

Hicimos referencia a qué sentido de interculturalidad nos dirigimos y, en consecuencia a la necesidad de explicitar que entendemos a todo proceso económico como configurado en un espacio difuso, no explicado, abierto entre la naturaleza y la cultura. Esta ubicación abstracta oculta las relaciones entre territorios-memorias-cuerpos, las devuelve separadas de la existencia de vidas interrelacionadas. Es por esta razón que formulamos que, la condición de posibilidad de la Interculturalidad, debe considerarse un postulado inicial, como forma de desanclar a la economía de su lógica de ley general.

Cuidado

El cuidado consiste en una forma de la comprensión colectiva, no existe la idea de sujeto sin la incorporación del otro, el cuidado es una forma de vida en la que no hay buen vivir si no se empieza por ese espacio que nos rodea, que habitan los otros y en otros hablo. Los cuidados son la integración del sujeto en tanto tal, es en el cuidado en el que se recibe tanto el alimento como la palabra, las dos fuentes de la vida. El sujeto que realiza el cuidado, sin embargo, está anulado, ubicado como tarea menor, privada y natural a cargo de las mujeres. Esta parcialización del cuidado – que la sustrae de la comprensión de lo social, y que así recibe la denominación de “reproducción” – la analiza el feminismo, con la característica absolutamente singular de crear una reflexividad en la que el encuentro entre mujeres produce la conexión de las experiencias, las hace origen de la crítica política.

Disputa cuidado-reproducción

La institución de la “familia” impuesta en la solidaridad entre capitalismo y patriarcado operó en contra de las mujeres en su encuentro del pensamiento

con el territorio; aunque, en tanto imposición, no se dio como una realidad unívoca. Podemos observar, en la actualidad, la importancia del feminismo en relación con las reflexividades territoriales que intentan consolidar una interculturalidad que siente las bases del buen vivir y del cuidado de la vida.

Proponer la instancia colectiva de la reproducción socializando el cuidado es la constitución de las mujeres como sujetas de defensa de la autosubsistencia, entendida como buen vivir.

Partir de la historia de conquista en la que la versión oficial relata la extinción de esos pueblos que no tuvieron la “capacidad de adaptarse” a las condiciones económicas y sociales de un progreso considerado evolutivo dejó sin explicar por qué, a pesar de las pérdidas en la transmisión de las culturas y las lenguas, todavía hoy subsisten las memorias (que no refieren a algo antiguo) que relacionan al sujeto/territorio/cultura y que son la única explicación de la vida para las mujeres de diversas raigambres culturales.

Como reflexiones presentes, considero que, en la cuestión política del feminismo, se provoca una subversión de sujeto ya que no se parte del hecho de una “toma de conciencia”, tal como se entiende la lucha de clases, sino de una “toma de la experiencia” que desfragmenta la vida doméstica de la reproducción y la politiza en el cuidado. La reunión de las mujeres constituyó esa experiencia, teorizada de modo magistral en la postulación de “lo personal es político” que dejó herida de muerte a la oposición naturaleza-cultura. Si, además, podemos asegurar que no es el capitalismo el que produce trabajo, sino más bien éste es posible por el racismo, el epistemicidio, el ecocidio y el patriarcado, que encerraron – en la fórmula producción y reproducción – el cuidado de la vida, entonces, la centralidad de la producción como único modelo de “intervención” en el medio ambiente deberá ser derribada por incompleta y oscurantista. Si, también, podemos aseverar que no existió ninguna cultura que llevara a su propio pueblo a la “extinción”, sino que, por el contrario, se concentraron en defender la vida que tuviera sentido de pertenencia, es claro que nos debemos un fuerte análisis de la historia de los cuidados en aquellas sociedades que tenían como centro de lo comunitario el valor de todas las vidas, no estableciendo ninguna forma de discontinuidad en este valor.

Una reflexividad feminista del territorio consiste en una interculturalidad de los paisajes en unidades geoculturales no orientadas al mercado. Es una herramienta para la socialización de memorias ancestrales, históricas, actuales y hacia la descentración de la oposición naturaleza cultura. Esta

descentración nos permite reformular la categoría de “cultura”, ya que deja de ser pertinente ubicarla en un origen del pasado para darle autenticidad, al mismo tiempo que se abre la capacidad de recrearse comunitariamente en el conocimiento entregado por el territorio.

A modo de cierre, ofrecemos una breve sistematización que nos permita formular las relaciones de sentido que hemos propuesto en este texto.

El conflicto presentado entre “acumulación de capital” (en este caso, el desarrollo de Vaca Muerta) y la “sostenibilidad de la vida” (Las actividades tradicionales en Añelo, el trabajo no pago de las mujeres y la filosofía Mapuce) es una estrategia de visibilización de sujetos que están implicados en cuerpos, memorias y saberes que valoran otro conocimiento, de vertiente comunitaria e histórica en el territorio.

El feminismo es el movimiento que parte de la afirmación del sujeto Mujeres, reuniendo saberes desperdigados en experiencias socialmente subordinadas. La filosofía Mapuce está arraigada al conocimiento entregado por el territorio, y se constituye en una memoria colectiva inescindible de las regiones afectadas por la acumulación del capital.

En ambos casos, territorializamos sujetos que han sido expulsados de su legitimidad epistémica, del mismo modo que han sido despojados de su condición territorial.

Tal como lo afirma Pety Piciñam, la transgresión se entiende cuando se desestiman las enseñanzas de los antepasados y no por una “ruptura con las leyes naturales”. Es esto lo que quiere significar cuando explica la importancia de “recuperar el conocimiento” para proyectarnos en permanente desafío de una interculturalidad.

Analizamos el conflicto en Vaca Muerta desde estas proposiciones porque son movilizadoras de memorias comunitarias y del cuidado de las vidas que dialogan sobre un nuevo entramado de lo social.

REFERENCIAS

AIXELÀ-Cabré, Yolanda. La perspectiva de género en la antropología social clásica. *Revista de Occidente*, n. 261, 2003. p. 79-95.

ARGUMEDO, Alcira. *Los silencios y las voces en América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires: Pensamiento Nacional – Colihue, 1993.

ARIAS, Ana. Lo territorial en el territorio de la Argentina. Connotaciones históricas, políticas y culturales de lo social de los territorios. *Revista Margen*, n. 71, 2013. p. 1-7.

BENDINI, Mónica Isabel; STEIMBREGGER, Norma Graciela. Persistencia campesina en el norte de la Patagonia: Movilidades espaciales y cambios en la organización social del trabajo. *Cuadernos de desarrollo rural*, v. 8, n. 66, 2011. p. 125-151.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Una apuesta por otra. In: VARA, María de Jesús. *Estudios sobre género y economía*, 15, 29. 2006.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

GARGALLO, Francesca. Feminismo latinoamericano. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, 12(28). 2007. p. 17-34.

KUSCH, Rodolfo. Esbozo de una antropología filosófica americana. *Cultura y liberación* Rosario, Provincia de Santa Fe, República Argentina. Editorial Fundación Ross, 2012.

LOIS, Carla. Mapas para la nación: episodios en la historia de la cartografía argentina. *Revista de História Iberoamericana*. Buenos Aires: Biblios Editorial, 2014.

MARCÉN, Paloma González. Mujeres y prehistoria: vivir el presente, pensar el pasado. *Revista Las mujeres en la prehistoria*. 2006. p. 15-26.

PÉREZ Orozco, Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. 2014.

PICINÑAM, Pety. Panel Internacional: “Soberanía alimentaria, relaciones de género y cuidado de la salud en la perspectiva de la agroecología”. Organizado por la Asociación Docentes de la Universidad Nacional del Comahue (ADUNC), Instituto Patagónico de Estudios en Humanidades y Ciencias Sociales (IPEHCS-CONICET-UNCo), Agosto 2019, UNCo, Neuquén, Argentina. En <https://www.youtube.com/watch?v=wnQ8YuSiJAY&t=957s>

PICHIO, Antonella. Condiciones de vida: perspectivas, análisis económico y políticas públicas. *Revista de economía crítica*, (7). 2009. p. 27-54.

“QUANDO CHOVE NO SERTÃO..”

Agricultura familiar e agronegócio no Vale do São Francisco

CAMILLA DE ALMEIDA SILVA
GUILHERME JOSÉ MOTA SILVA

Introdução

O Vale do São Francisco é uma região de clima seco e quente, encrustada no sertão nordestino, tendo como principais aliadas as águas abundantes do Rio São Francisco, transformadas em um polo atrativo de pessoas em busca de melhores condições de vida e trabalho em seus cerca de 120 mil hectares irrigados. Formada por um total de oito municípios (Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro, na Bahia; e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco), atualmente constitui uma das principais áreas de exploração da hortifruticultura irrigada no Brasil, sendo responsável por mais de 90% das exportações nacionais de uva de mesa e por cerca de 80% das exportações nacionais de manga (Secex, 2019).

Neste capítulo, exploramos a relação de transformação da base econômica dessa região, envolvendo a agricultura tradicional e o agronegócio, tomando como relação a “coextensividade” entre práticas “modernas” e “tradicionais”, que se expressa, especialmente, diante das contradições que sustentam as bases do trabalho na produção agrícola, principalmente no âmbito da globalização dos alimentos (CAVALCANTI, 2015).

Observamos, inclusive, uma certa funcionalidade sob as relações de trabalho no agronegócio e na agricultura familiar. As safras da fruticultura irrigada acontecem justamente nos períodos de estiagem e as entressafras nos períodos chuvosos quando as dinâmicas da agricultura familiar se tornam mais ativas. Dessa forma, os períodos de estiagem liberam mão de obra

para o agronegócio e “quando chove no sertão” parte dessa mesma mão de obra pode cultivar em suas terras e de suas famílias.

Os dados analisados levam em consideração as estatísticas oficiais do IBGE, a partir do Censo e PNAD, e da Secretaria do Trabalho e Emprego, vinculado ao Ministério da Economia, através dos registros da Rais e do Caged.

O capítulo está organizado em duas partes: i) Na primeira, será desenvolvida uma discussão que aborda os processos sócio-históricos de desenvolvimento e transformação da região do Vale do São Francisco; ii) Na segunda parte, a discussão está centrada nos modelos produtivos e o trabalho na região, destacando a relação coexistente entre a agricultura familiar e agronegócio.

O Vale do São Francisco

Os processos sócio-históricos que permearam a consolidação do Vale do São Francisco como umas das regiões produtivas de maior dinamismo econômico do país ao longo das últimas décadas remontam à década de 1940.

Esses processos sociais são aqui sublinhados e analisados, atentando para as contradições e disputas que se estabelecem em torno desse modelo de desenvolvimento e buscando perceber como as dinâmicas e relações sociais que se apresentam na atualidade estão referenciadas a partir de processos anteriores.

Intervenção estatal: dos processos históricos e escolhas para o modelo produtivo

A colonização do Vale do São Francisco, assim como de boa parte do interior do Brasil, ocorreu como consequência da expansão da pecuária. A manutenção da atividade agroexportadora, que se expandiu no litoral nordestino a partir da segunda metade do século XVI, demandava não apenas grande quantidade de alimento, como também a utilização dos animais para tração nos engenhos de cana.

Associada à expansão da pecuária, a agricultura começou a ser praticada nas áreas férteis ao longo do leito do rio. À medida que o rio baixava o seu volume, era possível utilizar as faixas das margens umedecidas nos períodos de cheia para a produção, prática denominada “agricultura de vazante” (SILVA, 2001).

Além desta, eram bastante comuns a produção agrícola de “fundo de quintal”, ocupando pequenas áreas dispersas ao longo das margens do São Francisco, e a agricultura das “serras frescas”, mais distantes das margens do rio,

mas de grande importância para o abastecimento das feiras e mercados na região (SILVA, 2001).

Ainda na década de 1940, a introdução do cultivo da cebola (favorecida pela grande demanda de mercado no centro-sul) traria uma grande contribuição para esse modelo de transformação na base econômica que começava a ser desenhada. Ali ficou marcado o início da integração do Vale do São Francisco ao cenário nacional¹.

Na segunda metade do século XX, o Estado brasileiro criou uma série de instituições destinadas à promoção do desenvolvimento, dentre os quais destacaram-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), em 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948.

Ficaram a critério da CVSF as primeiras iniciativas de pesquisa e apoio técnico com o intuito de ampliar a infraestrutura local. Além disso, a construção das grandes barragens com o objetivo de produzir energia elétrica e viabilizar a irrigação de grandes extensões de terra (SILVA, 2001; LEITE, 2013; SILVA, G., 2016).

Posteriormente, a partir da instalação da Sudene, os investimentos para a consolidação da agricultura irrigada foram ampliados, conforme explicita Silva:

Foi com a criação da SUDENE, no final da década de cinquenta, e com a instituição do Grupo de Irrigação do São Francisco (GISF), que foram iniciados os estudos dos recursos naturais da região, com o levantamento de solos das áreas de Caatinga para fins de irrigação (SILVA, 2001, p. 89).

A criação dos Perímetros Públicos de Irrigação, inserida no plano de desenvolvimento traçado pelo Estado, e amparada em políticas públicas com vias à modernização da agricultura, tinha como principal objetivo integrar esse polo ao circuito produtivo que estava sendo liderado pela agroindús-

1. A Constituição Federal de 1946, inspirada na experiência em irrigação norte-americana do Vale do Tennessee, com o estímulo de uma maior intervenção do Estado na produção e na programação econômica, começava a encher os olhos das elites políticas nacionais. Através da Constituição, ficava estabelecido que nas próximas duas décadas deveria ser traçado um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas das águas fluviais, destinando 3% da renda nacional à recuperação do Vale do Amazonas, e 1% para a região do Vale do São Francisco. Além disso, instituía ao Estado a necessidade de desenvolvimento de um aporte de pesquisas e planejamento básico em infraestrutura para sua eficácia (ANDRADE, 1984).

tria de insumos e de processamento de matérias-primas, considerando as possibilidades de integração à agroindústria (SILVA, 2019).

A última etapa desse processo de instalação do agronegócio no território se deu a partir da década de 1970. Dentre as políticas mais incidentes do Estado, destaca-se a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em 1974, sob a égide do regime militar.

A atuação da Codevasf esteve desde o início voltada para o desenvolvimento dos programas de irrigação, em apoio à produção, à comercialização, e reforço à infraestrutura socioeconômica, no sentido de intensificar o desenvolvimento social e administrativo no Vale do São Francisco (ANDRADE, 1984).

Entretanto, os programas de irrigação da Codevasf não se limitavam apenas às obras de implementação dos projetos públicos de irrigação e às obras hidráulicas. O seu programa tinha como estratégia fundamental uma série de atividades em parceria com a iniciativa privada. A entrada progressiva desses novos atores significava uma ruptura com o passado agrícola, desencadeando uma abertura para novos empreendimentos utilizando os recursos naturais do território (SILVA, 2001; SILVA, 2009).

Ao todo, foram construídos sob gestão da Codevasf, e em parceria com outras instituições federais, doze perímetros públicos de irrigação no Submédio São Francisco, além de outros dois que ainda se encontram em fase de implantação. Desses, sete estão localizados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, correspondendo a uma área irrigada de 48.605 hectares. Cabe chamar atenção para o fato de que 60% dessa área está ocupada por empresas agrícolas.

Tabela 01 – Área dos perímetros públicos de irrigação no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA

Perímetro Irrigado	Área Familiar (ha)	Área empresarial (ha)	Área Total (ha)
Bebedouro (PE)	1.034	858	1.892
Sem. Nilo Coelho (PE)	12.520	6.043	18.563
Mandacaru (BA)	399	51	450
Salitre (BA)	1.684	3.415	5.099
Tourão (BA)	189	14.048	14237
Curaçá (BA)	1.818	2.386	4.204
Maniçoba (BA)	1.781	2.379	4.160
Total:	18.885	29.180	48.605

Fonte: CODEVASF, 2020.

Esses dados podem ainda estar subestimados. Diante dos altos custos de produção e da ausência de assistência técnica, observamos a dificuldade de inserção competitiva dos agricultores familiares na dinâmica do mercado e uma tendência à expansão das áreas empresariais sobre aquelas destinadas à agricultura familiar (CAVALCANTI; WANDERLEY; NIERDELE, 2014).

Tal processo tornou-se ainda mais intenso a partir de meados da década de 1980, quando o Estado adotou a política de emancipação das áreas públicas irrigadas, repassando a gestão dos perímetros para os próprios colonos e para as empresas agrícolas.

Esse processo de expansão das áreas empresariais sobre aquelas destinadas aos colonos da agricultura familiar acaba sendo compreendido, pelos órgãos de implantação e gestão dos perímetros, como uma “seleção natural” do mercado, onde apenas os produtores mais competentes, capacitados ou dedicados permanecerão nas áreas irrigadas.

Nas áreas de colonização, o aumento das vendas de lotes é visto como um processo de “seleção natural”, que estaria afastando apenas os colonos ineficientes. Existiram, porém, outros motivos que levam o colono a vender seu lote: dificuldade de comercialização, inadimplência junto ao banco ou junto ao órgão executor do projeto. Os novos adquirentes dos lotes precisam comprovar capacidade financeira, mas nada os obriga a preencher os requisitos de serem trabalhadores rurais, não possuem outro imóvel etc. Num desvirtuamento do sentido original dos projetos de colonização (BLOCH, 1996, p. 32).

O modelo de ocupação dos perímetros irrigados adotado pela Codevasf é, portanto, significativo dessa nova perspectiva política com relação à irrigação. O privilégio dado às culturas mais rentáveis e à lógica empresarial ficam evidentes quando analisadas as áreas ocupadas, condições de produção e a assistência técnica destinada aos colonos.

A rentabilidade da produção nos perímetros passa a ser fator preponderante para a ocupação das áreas irrigadas. Dessa forma, esperando um retorno financeiro dos investimentos públicos, a Codevasf tende a privilegiar os grupos empresariais mais capacitados técnica e financeiramente. Surge, atrelado a esse processo, uma iniciativa privada extremamente dependente

da ação estatal, seja do ponto de vista de infraestrutura para produção, seja no tocante ao financiamento.

Tendo sido organizada como uma empresa, a Codevasf visa, naturalmente, à obtenção de lucros, o que faz com que dê maior atenção, em seus projetos, à ação dos grupos empresariais do que à localização de colonos, que são alistados dentre os próprios trabalhadores locais, muitas vezes habitantes das áreas desapropriadas. Desaparece assim a prioridade que devia ser dada ao social para facilitar a acumulação de capital, beneficiando grupos econômicos que muitas vezes dispõem de grandes áreas (ANDRADE, 1980, p. 103).

O processo de implantação e gestão das áreas públicas irrigadas no Vale do São Francisco na medida em que favoreceu a agricultura empresarial promoveu uma modernização produtiva, no tocante a técnicas e racionalidades capitalistas, estimuladas, posteriormente, pelas demandas da globalização (MARSDEN; CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1996). Entretanto esse modelo adotado não foi capaz de assegurar renda e segurança alimentar para os agricultores tradicionais da região.

Wanderley (2014) sintetiza bem as implicações desses processos e as escolhas para a agricultura e qualidade de vida das populações rurais:

No caso do desenvolvimento rural brasileiro, dois projetos estão em conflito. Por um lado, aquele que se consolidou ao longo da história social do país, representando as formas dominantes de apropriação dos recursos produtivos, cuja expressão mais recente – a partir da segunda metade do século XX – é a modernização “conservadora” da agricultura. Por outro lado, o modelo que se interpõe a esse acima descrito desloca o seu foco de interesses, centrando-o sobre as particularidades dos espaços rurais – a qualidade de vida da sua população, o reconhecimento e a valorização de outras formas de produção e de trabalho, os processos de integração campo-cidade e a cidadania dos habitantes do campo em sua diversidade (WANDERLEY, 2014, p. 80).

A expropriação dos agricultores familiares é também outra marca dos processos de modernização agrícola e da intervenção autoritária do Esta-

do. A construção da barragem de Sobradinho e a implantação dos diversos perímetros de irrigação na região foram responsáveis pela expulsão de milhares de pessoas de suas terras e meios de produção.

As mais de 12 mil famílias desapropriadas pela construção da barragem foram indenizadas de maneira questionável e realocadas para outros espaços, rompendo com seus laços de identidade. O impacto social causado pela barragem deixa evidente a negligência na avaliação dos critérios socioambientais e o autoritarismo do Estado com as populações ribeirinhas.

Lygia Sigaud (1991) analisa os impactos na vida dos camponeses dos processos de inundação de territórios, em decorrência das políticas estatais de geração de energia elétrica, e observa as alternativas facultadas pela Chesf para os habitantes da região que viria a ser inundada pelo lago da barragem de Sobradinho.

Instados num primeiro momento a abandonar a área do reservatório e a realizar o que se poderia denominar uma administração individual de seu próprio destino, algumas centenas de camponeses efetivamente o fizeram, mas a maioria permaneceu nos povoados durante o período de obras civis, até o enchimento do lago. Pressionada pelo Banco Mundial (que financiava a obra) a prover uma solução “coletiva” e, portanto, a administrar a reinserção da população no território, a Chesf oferece aos camponeses uma alternativa num Projeto de Colonização localizado a 700 km de onde viviam e distante do São Francisco. Referidos como eram ao rio e tendo, desde o início, expressado que era sua intenção prosseguir perto de sua margem, os camponeses recusaram essa segunda “solução”. Assim, às vésperas do avanço das águas, a Companhia se vê às voltas com a necessidade de providenciar “núcleos de reassentamento”, termo utilizado para nomear os povoados por ela construídos, e de instalar a população na borda do lago, a terceira “solução” e aquela que contemplou o maior número de pessoas (SIGAUD, 1991, p. 5).

Recusarem-se a abandonar as suas casas foi a forma que parte da população local encontrou para resistir ao processo autoritário de construção da barragem de Sobradinho. Dos processos de resistência dos habitantes tradicionais dessa região, foram realocadas, na borda do lago, as cidades e povoados atingidos pela construção da barragem.

Evidentemente, a vida das populações ribeirinhas não foi mais a mesma. As consequências da construção da barragem acarretaram problemas tanto sociais quanto ambientais. Do ponto de vista ecológico, a não realização de desmatamento prévio na área que seria inundada e a ausência da construção de escadas para que os peixes superassem o novo obstáculo gerado pela barragem teve grande repercussão na fauna ribeirinha e, conseqüentemente, na pesca, que em grande medida, foi inviabilizada. Além disso, a navegação foi também prejudicada, pois as tradicionais embarcações de fundo chato e boca aberta não conseguiam viajar diante das ondas causadas pela construção do lago (ANDRADE, 1984).

Por fim, a construção da barragem de Sobradinho inviabilizou a agricultura tradicional, enquanto permitiu a implantação das áreas irrigadas, diante da ampliação do fornecimento de energia, do controle do nível do rio e da abundância no fornecimento das águas com o represamento.

A questão agrária no Vale do São Francisco

O processo de implantação das áreas irrigadas atingiu diretamente as famílias que tradicionalmente se dedicavam à agricultura na região, tanto aquelas que ocupavam as áreas que foram desapropriadas para implantação dos perímetros irrigados, como também aquelas que tinham suas terras localizadas próximo às áreas beneficiadas, causando um intenso processo de valorização das áreas.

Diante das relações sociais que se estabeleceram nessa região desde o processo de colonização, poucos eram os agricultores que possuíam o título de propriedade das suas terras. Boa parte eram posseiros, moradores, parceiros e, sem meios de comprovar a posse da terra, não foram devidamente indenizados.

Os poucos proprietários que possuíam o título da terra, ou outra forma de comprovar a propriedade, foram indenizados e ficaram com a promessa da CODEVASF de ter prioridade no posterior processo de ocupação das terras irrigadas, que não ocorreu.

Posseiros, moradores, agregados, comodatários, parceiros, e até mesmo filhos de proprietários que viviam na área desapropriada,

além de não receberem indenização pela terra perdida, ainda ficam em segundo plano, mesmo nessa preferência legal (GRAZIANO DA SILVA, 1989, p. 113).

Entretanto, a ocupação das terras dos perímetros públicos não atendeu à expectativa desses produtores. Houve uma opção pela agricultura empresarial, e nos espaços destinados à agricultura familiar prezou-se por superar os modos e culturas tradicionalmente praticados na região.

A desapropriação das terras marginais ao São Francisco e aos seus afluentes para programas agrícolas não tem consultado os interesses dos agricultores que vivem na área – os posseiros – mas os interesses das empresas, que subsidiadas pelos estados, através de mecanismos como o Finor [Fundo de Investimento do Nordeste], e gozando de fácil acesso aos bancos, realizam empreendimentos de maior porte, quase sempre utilizando mão de obra barata e pouco numerosa. (ANDRADE, 1984, p. 47).

Algumas exigências consideradas para a ocupação ainda dos lotes experimentais do projeto Bebedouro, primeiro projeto de irrigação a funcionar na região, são reveladoras do perfil de irrigante que estava sendo selecionado. A Revista *Realidade*, do mês de março de 1972, apresenta um dado emblemático sobre a ocupação desse perímetro:

Quando foi iniciada, em 1969, a seleção dos parceiros que deveriam ocupar os primeiros dezesseis lotes irrigados, apresentaram-se milhares de candidatos. Uma verdadeira corrida de pequenos agricultores esperançosos de um novo milagre sertanejo. As exigências para tal prêmio eram extremamente rigorosas. E só por condições de saúde foram eliminados 587 candidatos. Doenças mais comuns: malária, verminose, varíola, doença de Chagas (REVISTA REALIDADE, março de 1972, p. 90).

Os agricultores selecionados deveriam responder não meramente a critérios de sua relação anterior com a terra ou experiência com a agricultura. Outros critérios eram grau de escolaridade, assimilação de técnicas mais sofisticadas de agricultura e comportamento comunitário. Além disso, as

áreas destinadas aos lotes familiares foram distribuídas a partir de interesses políticos, selecionando, por vezes, pessoas alheias à agricultura e não considerando a real necessidade dos beneficiados (SILVA, 2001; SILVA, 2009; BRITO, 1995).

O modelo de desenvolvimento adotado nesse processo desapropriou e excluiu boa parte da população local que se dedicava à agricultura. Na condição de não ter acesso à terra, aos recursos técnicos, diante da privação do rio, do acesso à água e da desarticulação das maneiras tradicionais de produzir, as duas saídas que restaram a esses excluídos foram: a migração para as áreas e espaços de trabalho urbano e o assalariamento na “moderna” agricultura irrigada (MORAES, 2016).

Os que resistiram aos processos de desapropriação e desapossamento persistem como agricultores familiares, produzindo, majoritariamente, para o consumo de subsistência ou comercialização nas feiras da região. Não raramente, no período de safra da fruticultura empresarial, esses agricultores familiares deixam suas terras temporariamente para trabalhar nessas empresas.

Relações entre o agronegócio e a agricultura familiar

O processo de implementação das áreas irrigadas no Submédio São Francisco ocorreu atrelado a um projeto de desenvolvimento que desprestigiou as comunidades e as formas tradicionais de produzir. Entretanto, a agricultura familiar resistiu, ainda que marginalmente, ao agronegócio empresarial.

Conforme já demonstrado, a forma de seleção dos agricultores para os lotes destinados à agricultura familiar nos perímetros irrigados, em geral, não seguiu critérios que favorecessem aqueles que possuíam alguma relação anterior com a terra ou com a agricultura. Além disso, a pesquisa de campo nos últimos anos nesta região tem demonstrado como as empresas fruticultoras têm avançado suas áreas sobre aquelas inicialmente destinadas à agricultura familiar.

Os dados dos Censos Agropecuários realizados em 2006 e 2017 apresentam uma caracterização importante sobre a agricultura familiar e empresarial na região. Observamos, por exemplo, comparando o Censo Agropecuário de 2006 e 2017, que o número de estabelecimentos agropecuários enquadrados como Agricultura Familiar² passou de

2. Os dados utilizados referem-se ao Censo Agropecuário 2006 (MDA/Pronaf) e ao Censo Agropecuário 2017, ambos estudos tomam como referência o conceito de Agricultura Familiar definido através da Lei n. 11.326, de 2006, que forneceu o marco legal da agricultura familiar.

8.001 para 8.911 no período, sem que houvesse uma correspondente expansão da área dessas unidades.

Tabela 02 – Unidades Produtivas e área destinada a agropecuária nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA

	Unidades produtivas Agricultura Familiar	Área – Agricultura Familiar	Outras unidades produtivas	Área das demais unidades	Total de unidades produtivas	Área Total
Censo 2006	8.001	174.600 ha	2.040	226.309 ha	10.041	400.909 ha
Censo 2017	8.911	169.087 ha	5.395	247.763 ha	14.306	416.850 ha

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

No período, houve também a expansão do número de estabelecimentos agropecuários enquadrados na categoria “demais unidades”, passando de 2.040 para 5.395, tendo a área referente a esses empreendimentos uma expansão de pouco mais de 21 mil hectares.

Tomando como referência os dados do Censo 2017 podemos considerar que o tamanho médio dos estabelecimentos enquadrados como dedicados à agricultura familiar é de 31 hectares e o tamanho médio dos demais estabelecimentos agropecuários é de 46 hectares.

Considerando o tamanho médio desses estabelecimentos, podemos apontar que em ambas as categorias o tamanho das propriedades é inferior ao de Módulo Fiscal definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que para Petrolina é de 55 hectares e para Juazeiro é de 65 hectares. Segundo o conceito de Módulo fiscal, essa seria, portanto, a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável.

A partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 podemos desagregar também o número de estabelecimentos agropecuários, pelo tamanho de suas áreas, em hectares. A partir desses dados (tabela 03) podemos perceber como a maior parte dos estabelecimentos agropecuários de Petrolina e Juazeiro têm seu tamanho entre 5 e 10 hectares.

Tabela 03 – Tamanho dos estabelecimentos agropecuários nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA

Tamanho dos Estabelecimentos agropecuários	Estabelecimentos da Agricultura familiar	Percentual dentre estabelecimentos da agricultura familiar	Demais estabelecimentos agropecuários	Percentual dentre estabelecimentos fora da agricultura familiar	Total
De mais 0 a menos de 1 ha	848	9,5%	468	8,7%	1.316
De 1 a menos de 2 ha	1.131	12,7%	634	11,7%	1.765
De 2 a menos de 3 ha	832	9,3%	474	8,8%	1.306
De 3 a menos de 4 ha	559	6,7%	249	4,6%	808
De 4 a menos de 5 ha	376	4,2%	218	4%	594
De 5 a menos de 10 ha	1.610	18%	1.030	19%	2.640
De 10 a menos de 20ha	1.098	12,3%	804	14,9%	1.902
De 20 a menos de 50ha	1.398	15,7%	794	14,7%	2.192
De 50 a menos de 100 ha	681	7,6%	319	5,9%	1.000
De 100 a menos de 200 ha	283	3,1%	150	2,8%	433
Mais de 200 ha	56	0,6%	209	3,9%	265
Produtor sem área	39	0,4%	46	0,8%	85

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Observando a tabela podemos aferir que mais de 95% dos estabelecimentos agropecuários identificados pelo Censo Agropecuário 2017 podem ser considerados pequenas propriedades, segundo o conceito de módulo fiscal. Essa questão traz à tona um outro debate: o de que a desigualdade entre a agricultura familiar e o agronegócio nessa região não se estabelece necessariamente pelo tamanho que têm as propriedades rurais, mas, sobretudo, pelo acesso de tais propriedades e agricultores à água.

A agricultura irrigada associada às modernas técnicas de produção, à seleção de espécies e ao uso de agroquímicos e fertilizantes possibilita a existência de propriedades altamente produtivas e financeiramente rentáveis

em áreas relativamente pequenas, entre 5 a 20 hectares. É possível produzir significativamente e acessar os mercados internacionais através de pequenas propriedades agrícolas, mas com acesso à irrigação (MORAES, 2016).

A desigualdade entre a agricultura familiar e o agronegócio na região é definida, principalmente, pelo acesso à água. O censo agropecuário de 2017 aponta que existe, nos municípios de Petrolina e Juazeiro, uma área de 79.775 hectares com acesso a algum método de irrigação. Desses, apenas 32%, ou seja, 25.653 hectares, estão nos estabelecimentos da agricultura familiar.

Dessa forma, percebemos que quase 70% da área com acesso à irrigação concentra-se em propriedades que não são da agricultura familiar, em contraste aos 3.396 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar que estão em área de sequeiro e desenvolvem a agricultura apenas nos períodos chuvosos da região.

A coexistência de áreas “dinâmicas” ao lado de áreas “estagnadas”, antes de ser uma contradição ou evidência da incapacidade de multiplicação e distribuição de riqueza desse modelo de desenvolvimento, é uma condição necessária para o funcionamento da lógica de acumulação capitalista. Atentando para algumas dinâmicas típicas da relação de trabalho, percebemos o quanto esse modelo produtivo funcionaliza as condições de vida degradantes dos trabalhadores e inviabiliza a agricultura familiar.

Um exemplo desse processo se revela no fato de que trabalhadores, muitos dos quais originários da agricultura familiar, por não terem acesso à água, deixam de produzir nas suas próprias terras ou de familiares para trabalhar como assalariados nas empresas de manga e uva em áreas irrigadas.

Tal dinâmica é bastante recorrente entre trabalhadores e trabalhadoras que têm a possibilidade de produção, mas, por falta de acesso à água, ficam inviabilizados. Diante disso, o assalariamento nas empresas por temporada é a solução para esses que muitas vezes migram sozinhos em busca de uma vida melhor para si e os seus. Na entressafra, que é justamente quando “chove no sertão” do São Francisco, retornam ao seu local de origem. As chuvas garantem a possibilidade de produzir para quem não pode contar com a irrigação.

Mercado de trabalho rural e suas marcas: sazonalidade, informalidade e desigualdades

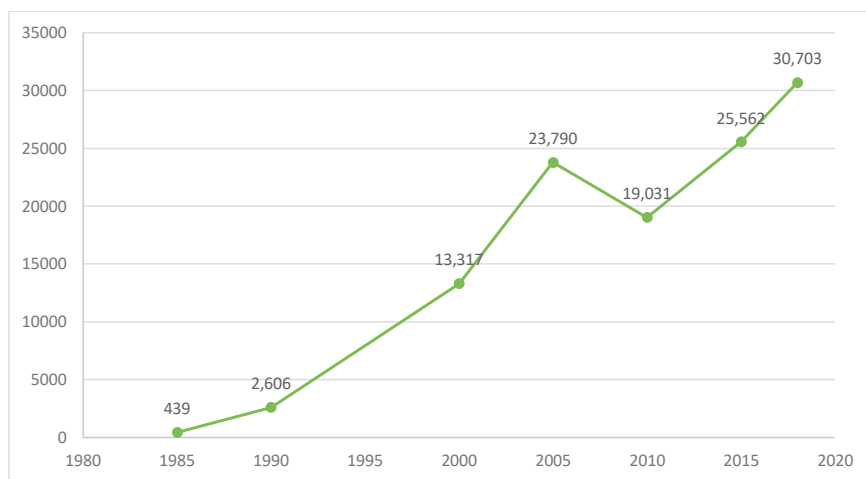
A intervenção estatal no Vale do São Francisco e, em consequência disso, a consolidação do polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA como região produtora

e exportadora de frutas teve como um dos principais reflexos a expansão da contratação de mão de obra e a constituição de um mercado de trabalho com características específicas, marcado pela sazonalidade, pela informalidade e pelas desigualdades.

Levando em consideração os dados oficiais estatísticos disponibilizados através das plataformas Rais e Caged nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina fica perceptível a expansão do emprego formal no setor de agropecuária a partir de meados da década de 1980.

Entre os anos de 1985 e 2018, os vínculos formais de emprego, no setor da agropecuária³, registrados na Rais, variaram significativamente nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina, passando de 439 empregos formais, em 1985, para 23.790 no ano de 2005, e alcançando em 2018 30.703 vínculos formais de emprego nos municípios que compõem as microrregiões. No período entre 2009 e 2012, houve uma queda acentuada no número de postos formais de emprego decorrente da crise financeira internacional que afetou diretamente as exportações de manga e uva e conseqüentemente o mercado de trabalho local.

Gráfico 01 – Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária (1985 – 2018)



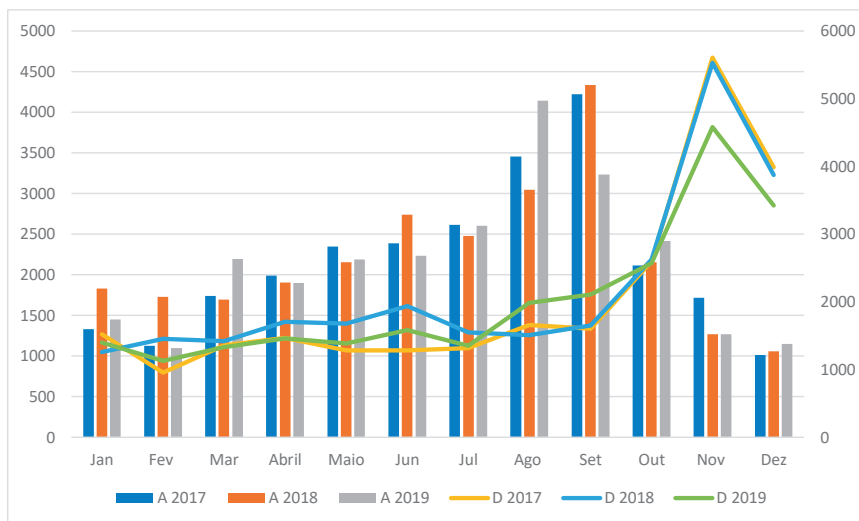
Fonte: Rais/PDET, 2020. Dados organizados pelos autores.

3. Na análise, optou-se por utilizar como variável a classificação IBGE subsetor de atividade econômica, tendo em vista que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) foi implementada apenas a partir de 1995. Portanto, o código IBGE subsetor selecionado foi o 25 – Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal.

Esses dados, contudo, apresentam uma subestimação dos postos de emprego formal criados pela fruticultura irrigada, pois a base de dado da Rais leva em consideração os vínculos ativos no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que a produção se encontra no período de entressafra, após fechamento da janela internacional de exportação (SILVA, G., 2016).

Ao analisarmos a movimentação mensal através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), observamos como as admissões e desligamentos estão relacionadas com as dinâmicas das cadeias internacionais de distribuição de alimentos. No gráfico 02⁴ podemos observar que os picos de contratação ocorrem entre os meses de agosto e setembro, em atividades relacionadas à colheita e preparo para exportação. O auge dos desligamentos, por sua vez, ocorre preponderantemente entre os meses de novembro e dezembro, quando se encerra a janela internacional para exportação de mangas e uvas brasileiras.

Gráfico 02 – Movimentação do mercado trabalho da fruticultura irrigada (2017-2019)



Fonte: Caged/MTE, 2020. Dados organizados pelos autores.

4. Os dados apresentados no gráfico 02 tomam como referência a movimentação nas admissões e desligamentos de trabalhadores e trabalhadoras no cultivo de manga e uva, respectivamente, CNAE 2.0 subclasse: Cultivo de manga – 0133-4/10 e Cultivo de uva – 0132-6/00.

Essa movimentação revela a importância da agricultura irrigada na geração de empregos formais nessa região, evidenciando, por outro lado, a principal característica desses empregos, que é sazonalidade. Ao passo que muitos trabalhadores são contratados nos primeiros meses de safra, no final desse período, muitos serão demitidos, o que demonstra como a contratação de mão de obra está intimamente vinculada às dinâmicas do mercado internacional de frutas (CAVALCANTI, 2015).

Flexibilização e formas de contrato de trabalho

A flexibilização dos contratos também aparece como uma dinâmica marcante. A expansão da contratação no período de safra evidencia que grande parte dos trabalhadores assalariados nas produções de manga e uva exercem outras atividades profissionais durante a entressafra, no primeiro semestre do ano (SILVA, G., 2016).

Alguns trabalhadores, inclusive, possuem, propriedades rurais ou são filhos de agricultores e como, juntamente com encerramento da safra, se inicia o período de chuvas no sertão, a partir da segunda quinzena de dezembro, esses trabalhadores retornam para produzir em suas terras. Outros trabalhadores já radicados nas periferias de Petrolina e Juazeiro exercem nos períodos de entressafra atividades urbanas, sobretudo as mulheres, que combinam a sua vida profissional entre o trabalho assalariado agrícola no período de safra e atividades urbanas, como o trabalho doméstico, nos períodos de entressafra, como nos relatou uma trabalhadora rural.

I: Já acaba! Aí sai, aí só pode retornar pra lá após três meses, que é uma das normas da empresa. Aí durante... Quando eu sair agora, dia quinze, né? Se eu conseguir arrumar outro, e outra empresa tiver pegando, aí eu já entro. Se não, paciência, né? É procurar, procurar e procurar... Até arrumar outra coisa.

Pesquisador: Aí se você não arranjar outra coisa, o que é que você faz? Você trabalha como diarista? Vai procurar outras formas de emprego? Como é que fica?

I: Às vezes eu fico aqui ajudando eles [a mãe e o pai] a vender as coisas, e assim, boto no carrinho, sai vendendo... Ou então faz diária. Diária de arrumar apartamento lá no centro, porque sempre arruma, né? Uma ou duas vezes por semana... (I. Trabalhadora rural, 2019).

Evidenciamos com isso que a contratação temporária se torna funcional à dinâmica de trabalho exigida pela fruticultura. Diante de um grande contingente de mão de obra disponível e da ampliação da demanda em apenas alguns períodos específicos do ano as empresas optam por realizar contratos de safra com os trabalhadores.

Hoje a gente tá em torno de 1.300 [Funcionários contratados]. Geralmente a gente tá ficando com 700 pessoas, isso o ano inteiro, né? Aí a gente vai contratar de 600 a 700 pessoas pra safra (A. C. Gerente administrativo de empresa, 2019).

Utilizando-se de contratos por tempo determinado, as grandes empresas chegam a dobrar o seu quadro de funcionários no período de safra. Contratos de trabalho por safra ou contratos de experiência garantem às empresas a disponibilidade da mão de obra e o rebaixamento dos seus custos com encargos trabalhistas.

Além de restringir o acesso a direitos, os contratos por tempo determinado, como o contrato de safra, representam uma situação de grande instabilidade para os trabalhadores, contribuindo para situações de exploração e assédio.

A maioria dos trabalhadores só trabalha mais nesse período de safra, na entressafra quem fica é os efetivos. Aí você pega uma safra, 30 dias de experiência, aí vai para 60, 90 até 150 dias. Só que qualquer descuido que você der, você está na rua, aí o trabalhador fica com medo (D. A. Trabalhador rural e dirigente sindical, 2019)

Dessa forma, além de ser viável do ponto de vista da redução de encargos trabalhistas, os contratos por tempo determinado realizados pelas empresas fruticultoras ampliam ainda mais o domínio sobre os trabalhadores, pois aumenta a possibilidade de exploração do trabalho a partir da instabilidade no emprego. Isso repercute, sobretudo, nas desigualdades de gênero no mercado de trabalho, tendo em vista que as mulheres têm sido, ao longo das últimas décadas, empregadas em atividades pontuais dos ciclos de produção da manga e da uva, ou seja, majoritariamente via contratos por temporada (RAMOS, 1998; CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2002; SILVA, C., 2016).

Considerações Finais

A intervenção do Estado através de projetos de irrigação transformou completamente a organização social e econômica da região do Vale do São Francisco. Ao adotar um modelo econômico que privilegiou um padrão de agricultura e perfil de produtor distinto do tradicionalmente estabelecido na região, excluiu boa parte da população local.

O caráter excludente do modelo adotado fica evidente não apenas pelos processos de desapropriação e desapossamento promovidos com a construção da Barragem de Sobradinho e dos perímetros irrigados, mas também diante da opção pela agricultura irrigada empresarial como vetor de desenvolvimento para a região.

Em contrapartida, as populações e práticas agrícolas tradicionais foram preteridas pelo agronegócio. Os processos de colonização das áreas públicas irrigadas evidenciaram a compreensão de desenvolvimento a partir da agricultura empresarial, excluindo desse modelo as comunidades tradicionalmente vinculadas à agricultura e pecuária na região.

Dessa maneira, não restaram muitas alternativas de subsistência para aqueles e aquelas que tradicionalmente viviam da agricultura: as comunidades tradicionais que não conseguiram acessar os perímetros irrigados, a agricultura nas áreas de sequeiro e o processo de proletarianização na fruticultura de exportação.

Por outro lado, o agronegócio de exportação (favorecido pelo Estado brasileiro para o desenvolvimento da região), ainda que seja responsável pela geração de empregos na região, não demonstra responder aos requisitos de responsabilidade socioambiental. Além disso, os vínculos empregatícios gerados no setor estão marcados pela sazonalidade dos períodos produtivos, pela incerteza e, sobretudo, pelas desigualdades.

Do ponto de vista da agricultura familiar, apesar das possibilidades abertas pelo Programa Territórios da Cidadania, instituído no governo do Presidente Lula (CAVALCANTI; WANDERLEY; NIERDELE, 2014) sobretudo, a partir do fortalecimento de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda persistem os impasses que são afrontados pelos movimentos e lutas pela terra e desenvolvimento de agricultura agroecológica. Entretanto, a ausência de perspectivas dura-

douras com relação às políticas de Estado de convívio com o semiárido e de democratização do acesso à água seguem como obstáculo para desenvolvimento da agricultura familiar na região.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 1, 1984.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra: Oxfam, 1996.

BRITTO, Maria Creuza de Sá y. *Petrolina: origem, fatos, vida, uma história (do desbravamento do município a 1992)*. Petrolina, PE: Tribuna do Sertão, 1995.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997. p. 79-93.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; RAMOS, Juliana V. R.; SILVA, Ana Cristina B. O Trabalho feminino na Agricultura de Exportação. As Trabalhadoras na Viticultura do Nordeste do Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; ABRAMO, Laís. (org.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. 1. ed. São Paulo: ALAST/SERT, v. 01, 1998. p. 101-114.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999. p. 123-170.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization of Food and Labor: Challenges for Sociology. *Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia*. v. 1, n. 1, jul./dez. Porto Alegre, 2015. p. 64-78.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva M.; SILVA, Pedro C. G. Mirando hacia el Norte: clase, género y etnicidad en los espacios de fruticultura del Nordeste de Brasil. *Areas*, Espanha, v. 22, 2002. p. 161-181.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIERDELE, Paulo André. *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife-PE: Editora UFPE, 2014.

LEITE, Ângelo Antônio Macêdo. *O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE: o trabalho na contramão do discurso dominante*. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; FERREIRA IRMÃO, José. Globalisation, Regionalisation and Quality: The socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley-Brazil. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. Pullman, U.S.A, v. 5, n. 1, 1996. p. 85-114.

MORAES, Alberto Dias de. *Entre a incerteza e confiança: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA*. 2016. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

RAMOS, Juliana Vilar Ramalho. *Trabalho feminino e gênero na produção de uva em Petrolina*, 1998. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. “*Seminaire sur la Gestion de l’Environnement: comparaison des approches au Brésil et eu Europe de l’Ouest*”, session “Gestion de l’environnement et Communités Rurales”. Academie de l’Environnement/Univèrsité de Genève. COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Genebra, junho, 1991.

SILVA, Camilla de Almeida. “*O que a gente quer pra um, a gente quer pro outro*”: uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, José Graziano da. *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp/PRONI, 1989.

SILVA, Guilherme José Mota da. State Intervention and Irrigated Agriculture in the San Francisco Valley, Brazil. *In*: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). *State Capitalism under Neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. 1. ed. Lanham, New York, London: Lexington Books, 2019. p. 113-132.

SILVA, Guilherme José Mota da. *Os frutos da resistência: sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco*. 2016. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. Dinâmica e Crise da Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco. *In*: SILVA, Aldenôr Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil*. 1. ed. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 69-95.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. *Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Gênese da abordagem territorial no Brasil. *In*: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. *Participação, território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife-PE: Editora UFPE, 2014. p. 79-102.

COOPERATIVAS ENTRE MERCADOS E ALIMENTOS DE QUALIDADE: A DINÂMICA DAS COOPERATIVAS FRUTÍCOLAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO

MARIA LUÍZA LINS E SILVA PIRES

Introdução

Identificado como uma forma de organização dos produtores, o cooperativismo agrícola concorre para a animação dos negócios do mundo rural, com um estilo de governança baseada na solidariedade e lógicas de mercado. Este trabalho analisa as tensões vividas e as estratégias organizacionais e produtivas operadas pelas cooperativas frutícolas do Vale do São Francisco para a comercialização nos mercados globais de frutas. Gerenciar situações de crise e de oportunidades requer mudanças de rumo nos empreendimentos coletivos para a continuidade dos negócios num ambiente de forte competitividade. Há evidências de que a introdução, nesses últimos cinco anos, de novas variedades de uva gourmet, associada às condições climáticas favoráveis da região e à alta do dólar, favoreceu a diversificação do portfólio das cooperativas, o aumento do seu volume de negócios, propiciando um clima de otimismo entre cooperados e gestores de cooperativa no Vale de São Francisco. Otimismo que se manteve até mesmo no momento peculiar da pandemia da covid-19, que, apesar de ter exigido medidas de prevenções sanitárias sobre a rotina de produção e de comercialização das uvas, aparentemente não repercutiu negativamente no rumo dos negócios. De todo modo, os impactos positivos ou negativos dessa crise sobre a fruticultura do Vale do São Francisco requerem análise aprofundada no sentido de entender o que move e como se movem essas cooperativas em tempos de adversidade.

Os anos de 2014 e 2015 inauguram um novo momento produtivo e comercial no Submédio do Vale do São Francisco, com a introdução de novas variedades de uvas desenvolvidas por empresas genéticas de várias partes do mundo, somando-se às variedades brasileiras Isis, Vitória e Núbia desenvolvidas pela Embrapa. Essas variedades, que qualificam as uvas como

gourmet, inserem-se num mercado de alimentos frescos de luxo, devido ao elevado valor com que são comercializadas, voltadas para uma clientela de alto poder aquisitivo, de hábitos alimentares sofisticados (CAVALCANTI, 1995; 1999; PIRES, 2018), como será adiante discutido.

A chegada dessas variedades coincidia com um momento de recessão instaurado no país, que não mais assegurava um consumo de massa das uvas tradicionais, comprometendo os negócios daqueles que negligenciaram na qualidade e que perderam o GlobalGap, o principal certificado de exportação do Vale do São Francisco¹.

A ênfase em variedades populares trouxe implicações diretas relacionadas à ocupação das janelas de mercado, abrindo espaço para outros vendedores, dentro e fora do Brasil, na disputa internacional pelos mercados frutícolas. A questão que se colocava era: “Quem saiu (da exportação), como é que volta?” (Diretor da Caj, 2015).

Com efeito, a dinâmica do mercado internacional é redefinida, permanentemente, pela possibilidade de oferta de frutas na quantidade e qualidade requeridas pelos mercados, especialmente na contra-estação dos grandes países produtores (CAVALCANTI, 1995). A Europa, por exemplo, “considerada uma área do mercado que era nossa, cativa da região” (Diretor da Caj, 2015), vem sendo paulatinamente ocupada pelas uvas do Peru e da África do Sul.

Apesar dos rumos favoráveis dos negócios em 2015, a crise hídrica se configurava como a maior ameaça da fruticultura do Vale, quando a barragem de Sobradinho chegou a quase zerar o seu volume útil (MORAES, 2016). Essa situação está atualmente regularizada. “O reservatório de Sobradinho está com água pra dois anos e meio pela frente”, informou um cooperado da Coopexvale.

Como se definem as dinâmicas produtivas e se operam as mudanças organizacionais e tecnológicas nas cooperativas do Vale do São Francisco, num contexto marcado por crises e por forte competitividade? O que representa a chegada das novas variedades geneticamente modificadas para os rumos dos negócios do Vale? No contexto atual, quais são os impactos da crise sanitária, decorrente da pandemia da covid-19 sobre essas dinâmicas?

1. As certificadoras mais usualmente utilizadas pelos produtores do Vale de São Francisco são GlobalGap, Grap e Smeta.

Com base nessas questões e nas entrevistas realizadas, este trabalho tem como objetivo situar as mudanças operadas no âmbito das dinâmicas produtivas instituídas pelas cooperativas no Vale do São Francisco, especialmente nos últimos cinco anos.

Foram entrevistadas nove pessoas entre cooperados, gestores e técnicos de quatro cooperativas frutícolas do Vale do São Francisco: a Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia (CAJ), a Cooperativa dos Exportadores de Frutas do Vale do São Francisco Ltda. (Copexfruit), a Cooperativa Agrícola Nova Aliança (Coana), e a Cooperativa de Produtores Exportadores do Vale do São Francisco (Coopexvale). Um dos associados de uma cooperativa também estava, na ocasião da entrevista, como presidente do Sindicato Rural Patronal dos Produtores de Petrolina. A realização das entrevistas se deu de forma on-line, via Skype, entre os meses de julho e agosto de 2020, totalizando 6 horas e 33 minutos de gravação, cuidadosamente transcritas para ilustrar os principais pontos discutidos neste trabalho.

Dividido em três partes além da introdução, este trabalho analisa, na primeira parte, as mudanças operadas pelas cooperativas do Vale do São Francisco nos últimos cinco anos, destacando o novo impulso produtivo da fruticultura na região, com a chegada das novas variedades de uva. Na segunda, volta-se para a análise das dinâmicas organizacionais e comerciais dessas cooperativas em meio ao advento da pandemia de covid-19. E finalmente, na última parte, são apresentados analiticamente os resultados da pesquisa e lançadas novas questões para futuras investigações, especialmente no que diz respeito à possibilidade de fortalecimento do cooperativismo na região e aos possíveis impactos de uma segunda onda da covid-19 sobre as cooperativas frutícolas do Vale do São Francisco.

As novas variedades de uva no enfrentamento aos desafios dos mercados e às crises globais

Com o interesse na obtenção de novas variedades de uva adaptáveis à região, foram testadas em torno de 70 variedades genéticas de empresas da África do Sul, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Israel para a seleção de cerca de 10 variedades que demonstraram maior fertilidade e forte resistência às chuvas, com grande potencial de comercialização.

Nós temos uma área de teste com 30, 40 variedades da Giumarra, uma empresa genética, sendo analisadas. Se não dá certo, a gente descarta, e eles mandam novas. Nós estamos sempre buscando novas variedades que possam agradar o mercado (Gerente Coopexvale, 2020).

Dentre as variedades de propriedade da Giumarra Vineyards Corporation, empresa sediada em Bakersfield, na Califórnia, a mais popular é a Arra-15. Apenas 10 empresas locais, dentre as quais as cooperativas Coana e Coopexvale, obtiveram autorização para plantá-la. As exigências para adquirir uma variedade geneticamente modificada envolvem o pagamento de uma parcela única de U\$1.000 por hectare e mais 5% sobre toda a comercialização. Além dos *royalties*, a empresa estrangeira exige que o produtor atenda a um conjunto de requisitos rigorosamente definido, relativo à qualidade do produto e à sustentabilidade ambiental da produção (PIRES, 2018). Via de regra, tais empresas selecionam produtores já experientes com adoção de tecnologia e escala de produção, e que estejam vinculados a grandes empresas ou a cooperativas, excluindo uma gama de produtores tida como incapaz de atender aos requisitos impostos pelas corporações internacionais (MORAES, 2016; PIRES, 2018). -

Embora haja o reconhecimento de que a variedade Arra-15 tenha impulsionado os negócios dos produtores de uva da região, o destaque das vantagens recai sobre a variedade Vitória, desenvolvida pela Embrapa. A sua boa aceitação no mercado nacional, por se mostrar resistente às chuvas e às doenças, aliada ao fato de ser de domínio público, dispensando o pagamento de *royalties*, pôde também incluir um maior número de produtores de uva do Vale do São Francisco dentre os seus beneficiários.

As vantagens da variedade Vitória são ilustradas na fala de um produtor:

Eu queria colocar uma coisa importante. Nesse tempo, muita coisa boa aconteceu: primeiro a consolidação da variedade Arra-15, que é um sucesso no Brasil e no mundo e depois surgiu uma grande vitória. A vitória da variedade Vitória da Embrapa, pra dar esse *plus* no mercado interno, não só pra nós, mas pra os outros colegas de outras cooperativas. Essa uva salvou o Vale do São Francisco. A Vitória foi vitoriosa! (Cooperado da Copexvale, 2020).

De fato, a Vitória foi a alternativa para aquelas cooperativas impedidas de atender aos requisitos organizacionais e financeiros exigidos pelas empresas genéticas, como ilustrado no discurso a seguir:

A gente não conseguiu cumprir os contratos de exportação que a gente tinha feito e acabou que a cooperativa ficou numa situação financeira bem complicada. Nesse meio de campo, a gente não conseguiu fazer o plantio de uvas com *royalties*, que é uma das novidades que tá tendo no mercado. Aí a Caj apostou nas variedades que foram desenvolvidas pela Embrapa: Isis, Vitória e Núbia. Aí a gente veio brigando pra conseguir uma variedade com *royalty* – a Thompson e a Melody – e a gente conseguiu esse ano, embora a muda tenha chegado um pouco tarde (Gerente da Caj, 2020).

Apesar das dificuldades relatadas, a aposta nas novas variedades é identificada como um dos caminhos capazes de permitir a arrancada da cooperativa. “O volume de frutas vai aumentar quando passarmos por esse momento de renovação das áreas. A expectativa é boa. Estimamos passar de 15 para 20% do volume de exportação”, pontuou um técnico da Caj.

Segundo relatos, as variedades estrangeiras, ao lado das variedades brasileiras de uva, abriram novas possibilidades de comercialização, através da criação de marcas Extra A, Extra 2A e Premium voltadas a consumidores particulares. “O mercado tem vários públicos e a atividade agrícola não é uma forminha que sai tudo igual”, afirmou um cooperado da Coopexvale. A conjugação dessas variedades, segundo também relatado, permitiu o incremento das vendas no primeiro semestre, mesmo com condições climáticas desfavoráveis, permitindo o crescimento das áreas de plantio e dando um novo impulso aos negócios do Vale.

Ampliação dos investimentos das cooperativas

O crescimento dos negócios com a adoção de novas variedades veio acompanhado da necessidade de sólidos investimentos tanto nas fazendas dos cooperados como nas plantas de recepção das cooperativas. Excetuando a Caj, que sofreu uma redução da área de plantio de uva de 700 para 300 hectares, todas as demais tiveram as suas áreas ampliadas. A Coana, a Coopexvale e a Copexfruit realizaram investimentos na ordem de mais um

milhão e meio de reais para a ampliação das suas câmaras frias, exigindo investimentos também nas fazendas dos seus cooperados, a exemplo de refrigeração de *packing* e na cobertura plástica dos parreirais.

Nesses 15 anos a gente só fez crescer e ampliar os horizontes, tanto nas vendas como na qualidade da uva que é produzida, embalada e vendida. Então, temos a certeza de que estamos bem situados no mercado e sempre renovando (...). Nós temos 28 cooperados, mas se quiséssemos 56, era só abrir a boca (Cooperado da Coopexvale e presidente do Sindicato dos Produtores, 2020).

Em outro lugar, já afirmamos que uma nova onda de cooperativas se instalava no Vale do São Francisco nos idos de 2005 (PIRES; CAVALCANTI, 2009). Hoje, também é possível constatar que os bons ventos dos negócios do Vale, trazidos em grande medida pela introdução de novas variedades de forte aceitação nos mercados nacionais e internacionais, vem sinalizando a presença de uma nova onda de cooperativas: “Eu digo isso porque agora foram formadas seis cooperativas em Petrolina e como nós somos um *case* de sucesso, você sabe, naturalmente vem gente junto. Isso é muito bom!” (Cooperado da Coopexvale, 2020).

O entusiasmo com o cooperativismo entre os produtores do Vale reafirma as vantagens em torno dessa prática presentes na literatura especializada, especialmente no que diz respeito a sua capacidade de organização da produção, agregação de valor aos produtos, permitindo uma inserção mais competitiva nos mercados (BIALOSKORSKI NETO, 2000; BOUSSARD; DELORME, 2007). A crença no cooperativismo é habitualmente compartilhada entre gestores e cooperados dos casos analisados:

A gente disse que o sistema mais justo e melhor pra se trabalhar é o cooperativismo, porque ele é muito perfeito, quem produz mais, recebe mais (...). Não existe ninguém que manda mais do que o outro. Você manda tanto quanto o outro que tem mais recursos financeiros (Cooperado da Coopexvale e presidente do Sindicato Rural Patronal dos Produtores de Petrolina, 2020).

As vantagens relacionadas ao ingresso numa cooperativa são também minuciosamente ilustradas no discurso a seguir:

Com certeza, o cooperativismo é uma forma muito boa de se trabalhar, vem dando certo, os produtores estão bastante satisfeitos. Veja bem, a cooperativa, como ela tem uma equipe de compra, uma equipe de venda, tanto do mercado interno como do mercado externo, o produtor não tem que se preocupar de procurar clientes. Eu, quando estava fora da cooperativa, tinha que procurar comprador pra minha fruta, tinha que saber se o comprador era bom, se pagava em dia, e isso, pra uma pessoa física, é muito difícil conseguir essas informações. Quando você tá numa cooperativa, você tem o comercial, tem o financeiro, nós temos uma apólice de seguro de crédito. Então, quando a gente vende, essa venda tá garantida.

Antes eu colhia no domingo e pagava hora extra. Hoje, eu colho na quinta e deixo tudo armazenado na câmara fria. É uma série de fatores que agregam e que trazem tranquilidade pra gente trabalhar. Não tem que se preocupar com nada. Eu passo a lista de insumos que eu preciso e a cooperativa vai cotar e comprar o volume de insumos pra todos os cooperados. Isso aí é uma tranquilidade pra gente (Gestor da Coopexvale e produtor, 2020).

O discurso do gestor da Coopexvale tende a reafirmar a ideia presente na literatura de que as cooperativas se constituem como um instrumento de fortalecimento dos produtores, contribuindo para uma participação mais ativa nas decisões de interesse do grupo (SANTOS, 2002) e para uma inserção mais competitiva nos mercados. A possibilidade de ampliação da oferta de alimentos de qualidade com atributos diferenciados também está associado ao cooperativismo (MALUF, 2004). Razão que faz com que o cooperativismo figure como condição essencial para o aumento de poder de barganha dos produtores, para a garantia de competitividade nos mercados locais e globais (PIRES; CAVALCANTI, 2012; LIMA, 2012).

Ampliação do número de empregados nas Cooperativas

O crescimento da produção e a ampliação das plantas produtivas dos cooperados têm implicado, segundo revelado pelos gestores, na contratação de um maior número de empregados. É importante sublinhar que esse fato se reveste de particular importância, especialmente em tempos marcados pela pandemia da covid-19, quando o contingente de desempregados alcançou índices alarmantes no país, como será discutido mais adiante.

A Caj manteve os seus 50 empregados durante a pandemia. A Coana ampliou o número de empregados de 40 para 55 pessoas, representando um aumento de 37,5% de contratação de mão de obra. Na Coopexvale, constatou-se um percentual ainda mais expressivo, em torno de 260%, quando o número de empregados se ampliou de 25 para 90. “A garantia da produção de uva durante todo o ano tem tornado possível manter uma equipe de trabalho permanente, evitando os altos e baixos na contratação”, como observado pelo gestor da Coopexvale.

Permanece, entre os dirigentes, uma preocupação com a profissionalização da gestão e com as estratégias de marketing de alocação do produto no mercado interno, estimulando a crescente busca de consultorias nesses campos específicos.

Há, entre os gestores da Caj, a percepção de que as dificuldades precisam ser enfrentadas com um maior investimento em marketing, na tentativa de recuperar o lugar de destaque dessa cooperativa na região e no país:

A gente começou a fazer divulgação pela Internet, tentando fazer um controle de qualidade mais rígido, pra oferecer uma fruta boa e assim manter os clientes. Mas a gente tá pensando em contratar uma empresa de marketing pra fazer um trabalho diferenciado. A cooperativa Caj já tem um nome bem conhecido no Brasil, então a gente precisa representar a cooperativa no mercado (Técnico da Caj, 2020).

A competitividade dos negócios do Vale do São Francisco sempre esteve associada às vantagens competitivas oferecidas pela região, que alia um clima semiárido a um complexo sistema de irrigação, garantindo ao produtor a vantagem de produzir o ano inteiro sem que precise se submeter à sazonalidade própria das diversas culturas (CAVALCANTI, 1999). Esse fato permite que, mais facilmente, os produtores do Vale sejam capazes de produzir nas

chamadas “janelas de mercado”, isto é, nos períodos de entressafra dos produtores nacionais e internacionais. Na esteira das vantagens das condições climáticas locais, tem se constatado uma celeridade na substituição das variedades tradicionais pelas variedades patenteadas, constituindo-se como mais uma vantagem competitiva frente a outros produtores internacionais.

O Chile e os Estados Unidos estão saindo daquelas variedades típicas que eles tinham e estão plantando as novas variedades. Por conta do clima, eles demoram 3, 4 e até 5 anos para formar um parreiral, porque eles têm 6 meses de clima bom e 6 meses de clima ruim. Aqui a gente planta num ano e no ano seguinte a gente tá colhendo, com 10, 11 meses de plantio. Isso tá abrindo novamente essa janela pro Brasil. Então, a gente vê uma janela de 5 anos, que começou o ano retrasado, então a gente ainda teria essa janela por 2 anos pela frente. E é lógico que essa mudança deles não vai se dar de uma vez só. Depois que eles erradicarem uma parte, vão erradicar outra e pode ser que o nosso tempo de janela ainda seja mais amplo. Essa janela talvez dure uns 10, 15 anos, até eles conseguirem fazer toda essa transição (Gerente da Coopexvale, 2020).

A ampliação das janelas de mercado também tem sido favorecida, segundo relatos, pela adesão dos supermercados europeus às novas variedades. Antes resistentes à sua obtenção, as grandes redes varejistas perceberam que a diversificação da oferta de uvas poderia se constituir como motivo de atração de novos clientes. Ainda segundo relatos, outro fator que poderia ter contribuído para essa mudança seria a constatação do aumento da vida útil dessas uvas, ampliando o “tempo de prateleira”, quando comparadas às variedades tradicionais.

A elevada alta do dólar, inflacionando as frutas de países de clima temperado, também tem sido apontada como um fator para uma maior competitividade no território nacional.

Isso também inibe a entrada de frutas de outros países. Porque as frutas que são concorrentes, pêssegos e ameixas, com esse dólar alto, acabam chegando com o preço muito alto no Brasil. Isso incentiva o consumo da uva. O Chile mandou pouca fruta pro Brasil e a gente acaba ficando mais competitivo (Gerente da Coopexvale, 2020).

Contudo, é no nível do mercado externo que os impactos têm sido mais comumente apontados, em função da abertura de novas janelas e do preço convidativo da moeda americana. Com efeito, as novas variedades de uva inibiram a força de países concorrentes, a exemplo do Chile e dos Estados Unidos no mercado internacional. Este último país, inclusive, voltou a fazer parte do elenco dos principais países importadores da uva brasileira, sinalizando para a possibilidade de incremento dos negócios no futuro. “Foi muito bom! Foi excelente! O México, que abastece o mercado americano nessa época do ano, teve problemas, e o Chile também,” explicou um produtor (Cooperado da Coopexvale, 2020).

Os produtores advertem, porém, que o elevado valor do dólar é um elemento desfavorável à compra dos insumos, contribuindo sensivelmente para o aumento dos custos de produção.

Tá muito bom! Mas só pra lembrar que a gente não vai enricar com o dólar a 5 reais. A gente também compra os insumos por esse preço, caixaria etc. Se a gente comprasse tudo em real e vendesse em dólar, seria o sonho de consumo (Cooperado da Coopexvale, 2020).

Apesar do período favorável às exportações, está no mercado interno a principal fonte de comercialização das cooperativas do Vale do São Francisco. A Coana, por exemplo, canaliza cerca de 60% para o mercado nacional, enquanto a Coopexvale assegura uma venda ainda maior, estimada em cerca de 80%. A Caj se aproxima da Coopexvale no montante comercializado no país, cerca de 75%, e é a Copexfruit que, por ser mais voltada à exportação, destina o menor volume para o mercado brasileiro, limitado a 40%. Para os gestores, o mercado interno se configura como o mais estável, porque menos dependente das altas e baixas da moeda americana. “O nosso grande trunfo é o mercado interno”, afirmou um cooperado.

A pandemia e os rumos dos negócios

A covid-19, doença altamente infecciosa, originalmente identificada em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, foi oficialmente decretada como pandemia em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sob a denominação de SARS-CoV-2. Apesar das particularidades envolvendo os diversos países do mundo, os protocolos com medidas de saúde

pública e de prevenção e controle vêm sendo seguidos em caráter global, sob a coordenação da OMS, como forma de estancar as cadeias de transmissão e o aumento do número de mortes decorrentes da doença, com fortes impactos sobre as dinâmicas econômico-produtivas dos diversos países.

No Brasil, a pandemia foi responsável por quatro em cada 10 empresas que tiveram suas atividades encerradas, atingindo, em maior ou menor grau, todos os setores da economia: 40,9% de empresas do comércio, 39,4% dos serviços, 37,0% da construção e 35,1% da indústria (IBGE, 2020). No Nordeste, uma empresa, em cada cinco, foi fechada, representando uma média maior (20%) quando comparada à média das demais regiões do país, que ficou na ordem de 13,75%. Também esteve no Nordeste o maior número de demissões, especialmente em empresas com até 49 funcionários (37%) contra a média de outras regiões, estimada em 25,5%, segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (CASTILHO, JC 21/07/2020).

O crescimento do desemprego e da informalidade, especialmente nas grandes cidades do Norte e Nordeste do país, demonstrou uma face cruel dessa crise sanitária, vitimando especialmente a classe trabalhadora com trabalhos precários e sem assistência institucional necessária para atravessar uma crise dessa natureza (COSTA SILVA, 2020; WERNECK; CARVALHO, 2020). Porém, paradoxalmente, num contexto de queda de receita, perda de contratos e pedidos de falência, impactando negativamente 89% das empresas pernambucanas (APRÍGIO, JC 14/07/2020), os gestores das cooperativas foram unânimes em afirmar que a pandemia da covid-19 não alterou os rumos dos negócios do Vale do São Francisco e que, na maioria dos casos, implicou num incremento da comercialização.

A agricultura, por ser área prioritária, não parou. Isso fez com que nós não sentíssemos os efeitos da pandemia como outros setores, que pararam, zeraram o faturamento e precisaram tomar medidas mais drásticas, na operação demissão. Aqui a gente não teve isso (...). Também não estamos sentindo problema com os clientes de exportação. Eles têm dito: “a vida segue” (Gestor da Coana, 2020).

Ao que complementa: “o nosso volume ofertado tem sido maior e tem sido bem recebida essa oferta. Até agora, nós estamos vendendo melhor do que no ano passado”.

Também para a Caj, as chuvas e as pragas, mais do que a pandemia, afetaram os negócios da cooperativa no primeiro semestre de 2020. “Nós conseguimos vender a nossa uva sem dificuldade, inclusive os preços de junho e julho estavam um pouco acima da média porque o Vale perdeu muito com as chuvas e com as doenças” (Gerente da Caj, 2020). Ainda como revelado pela gestão da Caj, as uvas do Vale do São Francisco, embaladas em cumbucas e caixas comercializadas em supermercados, não sofreram redução das vendas nesse período, diferentemente do que se observou em relação às uvas vendidas a granel nas feiras, devido ao fato de essas últimas terem paralisado suas atividades durante o período de *lockdown*.

De todo modo, o segundo semestre de 2020, num contexto marcado pela pandemia da covid-19, assegurou a presença de bons preços no mercado interno, bem como o crescimento da exportação, numa estimativa de 20% em relação aos dois últimos semestres: “De uma maneira geral, a covid não nos atrapalhou. As exportações foram muito boas, os preços muito atrativos, o dólar alto” (Gestor da Cooperxvale, 2020). Outro produtor, também gestor de uma cooperativa, referia-se ao vigor das atividades agrícolas: “Todo mundo parou, mas as lojas de insumo agrícola não pararam, as fazendas não pararam, loja de peças, de oficina, não pararam, enquanto escolas pararam, serviços pararam” (Gestor da Coana, 2020).

A dinâmica produtiva no Vale do São Francisco, em plena pandemia, não reflete, portanto, o cenário do país, onde 70% das empresas tiveram uma diminuição sobre as vendas ou serviços comercializados, na primeira quinzena de junho (IBGE, 2020).

Nem mesmo a paralisação dos transportes aéreos decorrente da pandemia foi capaz de provocar maiores impactos sobre as exportações do Vale, uma vez que apenas 7% da produção é transportada por esse meio (MORAES, JC 21/07/2020). Segundo os produtores locais, o aumento do consumo de uvas também veio na esteira da ideia de um consumo de frutas frescas, no âmbito das preocupações com uma alimentação saudável, como prevenção da pandemia. Como afirmou um cooperado, “a questão da fruta tem esse apelo do lado das vitaminas. Quem tá muito pelo lado da saúde, passa a consumir mais, e as pessoas ficando em casa, o consumo é maior”.

Estima-se que a fuga dos restaurantes, a necessidade de cozinhar em casa e a preocupação com uma alimentação saudável deverão continuar estimulando o consumo de hortifrutis no pós-isolamento social. No âmbito do varejo, as inovações relacionadas às entregas – via *drive thru*, redes sociais, entre outros – devem ser definitivamente adotadas (BOTEON, 2020).

Ademais, para um dos entrevistados, as uvas da cooperativa, por terem maior valor agregado, destinam-se a público consumidor mais abastado, pouco afeito às crises: “Até porque o nosso mercado interno tem um valor agregado maior, de classe média alta. Então, a gente não sentiu muito essas crises” (Cooperado da Coopexvale, 2020).

Mas, o entusiasmo com os rumos dos negócios não afasta a preocupação com os possíveis impactos que uma forte recessão econômica, que já se instaura em decorrência da crise sanitária, possa trazer à fruticultura do Vale, como observado por um produtor: “Estamos vendo que vamos entrar numa bruta recessão. Isso pode afetar o mercado da fruta porque, em última análise, uva não é prioridade” (Cooperado da Coopexvale, 2020).

Com efeito, o desemprego associado à queda do poder aquisitivo de grande parte da população pode representar um entrave para um maior consumo de frutas. Soma-se a isso a abertura parcial dos restaurantes e das escolas, impactando as Centrais de Distribuição no recebimento e escoamento dos produtos mais perecíveis (BOTEON, 2020; ALKON *et al.*, 2020).

A pandemia e os trabalhadores das cooperativas e das fazendas dos cooperados

A continuidade das atividades habituais da cooperativa e até mesmo a constatação do aumento de produção e de comercialização de uvas durante a pandemia, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, evitou a suspensão do trabalho e a demissão de empregados entre as cooperativas analisadas.

Importante registrar que a permanência da taxa de ocupação entre as cooperativas do Vale também vai no sentido oposto da tendência de desocupação registrada no país, onde, em junho de 2020, das 170,1 milhões de pessoas com idade de trabalhar, apenas 82,5 milhões estavam ocupadas (IBGE, 2020).

Ainda para os gestores das cooperativas analisadas, a covid-19 também não impactou negativamente na rotina de trabalho, ainda que algumas mudanças tivessem sido implementadas, como forma de evitar o contágio entre os trabalhadores, seja no escritório, nos serviços na câmara fria ou nas fazendas e *packing houses* dos cooperados. E, como observou o gestor da Coana, “A gente pôde continuar trabalhando porque é essencial e não pode faltar comida, mas toda a responsabilidade é nossa como empresa. Isso fez com que a gente redobrasse o cuidado com o trabalhador”.

Os trabalhadores, esses “heróis desconhecidos”, que mantêm os sistemas essenciais em funcionamento (DARNHOFER, 2020), ainda que permaneçam invisíveis e longe do alcance das políticas de proteção social, ampliam as taxas de infecção e de mortalidade (ALKON *et al.*, 2020). São quase sempre trabalhadores de baixa remuneração, “vistos como baratos e descartáveis antes da crise, agora considerados essenciais”, que se expõem aos riscos para garantir o abastecimento das prateleiras para aqueles que podem comprar o alimento (DICKINSON, 2020). Uma situação, como admite Dickinson (2020), que traz um grande dilema para os trabalhadores essenciais ante ir para o trabalho, arriscando a vida ou deixar o emprego, comprometendo os compromissos financeiros assumidos e o abastecimento alimentar da família. Como quer que seja, os autores chamam a atenção para as profundas injustiças que cercam o sistema alimentar em tempos de covid (DICKINSON, 2020), ao vitimar, de forma desigual, “o ônus dos riscos e das doenças” (ALKON *et al.*, 2020).

A decisão de não pararem as atividades das fazendas no Vale do São Francisco foi resultado de um processo de negociação envolvendo o sindicato dos trabalhadores, sindicato patronal e advogados da classe patronal, tidos, estes últimos, como interlocutores dessas tratativas. A preocupação com a preservação da vida das plantas esteve no centro dos argumentos pela continuidade das atividades:

Houve uma preocupação grande por parte dos sindicatos dos trabalhadores, querendo fechar fazenda. A gente chamou eles pra conversar, por meio dos nossos advogados, e mostrou que a gente não podia parar. Se a gente parasse, toda essa cadeia estaria comprometida. Em primeiro lugar, *as plantas iam todas morrer* (Cooperado da Coopexvale e Presidente do Sindicato dos Produtores e 2020. Grifo nosso)

Ao que continuou, explicando:

As aplicações de defensivos era o que a gente mais precisava, por conta das chuvas que eram fortes. As colheitas já estavam prestes a acontecer, então, a gente mostrou pra eles que parar seria um colapso total. Mostramos também que em outros países onde já tinha tido o pico da pandemia, o agro não tinha parado, tinha se destacado.

Fez parte da negociação com o sindicato dos trabalhadores que as empresas se comprometessem com a disponibilização de máscaras e de álcool em gel e com a adoção de protocolos que incluíam os cuidados com a desinfecção dos transportes e dos ambientes de trabalho, com o afastamento de pessoas mais vulneráveis à doença, como os mais velhos e as mulheres grávidas, e com o distanciamento social nos locais de trabalho. “A gente fez um pacto com os trabalhadores e com o Ministério do Trabalho (...), realizamos todos esses procedimentos que vêm sendo utilizados em outras regiões do mundo e do país. Fizemos tudo para que nós não parássemos”, observou um cooperado e também presidente do Sindicato dos Produtores.

Em alguns casos, foram definidos horários diferenciados de almoço entre as equipes e mais espaço entre os ônibus, exigindo o aluguel de outros veículos. Nas fazendas situadas perto das vilas, as preocupações com o contágio eram menos acentuadas, uma vez que o transporte dos trabalhadores era mais dependente de motos e bicicletas.

Foi comum a alusão de desconhecimento de casos de covid entre os cooperados e entre os trabalhadores do campo. “A pandemia, de um modo geral, não nos afetou nas nossas roças. Pelo que eu tenha conhecimento, não há nenhum caso de covid, entre os 28 cooperados e os mais de 1.200 colaboradores,” observou o gestor da Coopexvale.

Diferentemente dos gestores das cooperativas, um produtor queixava-se do aumento do volume de licenças médicas apresentado pelos trabalhadores de sua fazenda, implicando num afastamento do trabalho sempre por quinze dias, um tempo necessário para a recuperação dos sintomas da covid-19.

Agora mesmo nós estamos com três colaboradores afastados. O número de atestados aumentou absurdamente porque o cara vai com a gripe, o médico já suspeita e dá 12, 15 dias. De ontem pra hoje foi mais de 30 dias de atestado de algumas pessoas. Isso fica pesado pra caramba, mas, por outro lado, a gente não pode fazer muita coisa, quem decide é o médico mesmo. (Cooperado da Coopexvale, 2020)

Na maioria dos casos, o afastamento do trabalho nesse período tem provocado um gasto suplementar com o recrutamento de empregados para suprir a mão de obra. “Tem sim um impacto na folha de pagamento, sem dúvida nenhuma”, observou um produtor. Outros conseguem manter as

atividades comuns da fazenda com a equipe reduzida, embora com um ritmo mais lento. “É um desfalque tremendo. Isso também acarreta um aumento de custo”, observa ainda o cooperado da Coopexvale (2020).

A alegação dos cooperados e gestores da inexistência de casos de covid-19 entre os trabalhadores não corresponde, entretanto, às medidas rígidas adotadas pela gestão municipal de Petrolina, no mesmo período das entrevistas, ao instituir o Decreto n. 50/2020 para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus. Tal decreto foi motivado pelo aumento da incidência de casos de contágio e da taxa de ocupação dos leitos de UTI do SUS em 75%, depois da reabertura do comércio e de um maior fluxo de pessoas no período junino. No momento da decisão, o município registrava 1.501 casos de contágio e 36 óbitos da covid-19 (Petrolina, JC, 12/07/2020).

As condutas sanitárias nas cooperativas na pós-pandemia

Há um reconhecimento entre os gestores de que todos os cuidados com a higiene do ambiente e, particularmente, com o manuseio das frutas passarão a ser cobrados pelas certificadoras, com muitas chances de se tornarem definitivamente o padrão de conduta na agricultura, mesmo em situações de pós-pandemia.

Talvez esse seja o nosso modelo sempre pra quem trabalha com alimentos. E pra nós, como produtores de alimentos *in natura*, que é pior ainda, essa será a nova realidade. Não vai mudar nunca. O vírus pode até ir embora, mas o medo vai ficar (Gestor da Coopexvale, 2020).

Não se sabe ainda como serão realizados a participação dos vendedores nas feiras internacionais e os contatos presenciais com os clientes, sempre necessários para um acompanhamento mais sistemático da recepção das frutas e da averiguação do nível de satisfação dos clientes.

Hoje são encontros virtuais, com as mesmas tratativas, e como são clientes que nos compram há 7, 8 anos, não há uma necessidade de virem até aqui. Isso se torna mais fácil, diferente de se abrir um cliente novo. Então, só vamos trabalhar com os clientes da nossa carteira (Gestor da Coopexvale, 2020).

Para um dos gestores, a pandemia já acena para algumas tendências:

- Uma forte mudança na forma de se reunir. “Ninguém precisa ir ao encontro do outro. A gente entende que pode fazer uma reunião muito bem feita, de forma virtual” (Gestor da Coana, 2020).

- O surgimento de novos medos na população, seja em relação à questão do meio ambiente, seja na questão da ingestão de alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos, exigindo uma “produção mais verde”.

Nós, como produtores agrícolas, somos muito questionados se não estamos agredindo a natureza. Esse processo parece que foi intensificado com a pandemia. Tudo que ameaça a vida parece que está mais sensível às pessoas. As questões ambientais serão muito importantes daqui pra frente (Gestor da Coana, 2020)

- A percepção da importância da produção de alimentos para o Brasil. A visibilidade do agronegócio como atividade essencial.

- A confiança como condição essencial para o sucesso dos negócios. “Se as pessoas são conhecidas por cumprir o que prometem, vai ter menos riscos com a pandemia do que com as empresas que não cumprem aquilo que estava combinado” (Gestor da Coopexvale, 2020).

Considerações finais

Para os produtores do Submédio do Vale do São Francisco, as novas variedades geneticamente modificadas de uva inauguravam um cenário otimista em relação aos negócios do setor, reabrindo os canais favoráveis à exportação. Como discutido neste trabalho, tais variedades, na sua maioria desenvolvidas e patenteadas por empresas estrangeiras, requerem custos consideráveis com o pagamento de *royalties*. Entretanto, atribui-se à variedade Vitória, desenvolvida pela Embrapa, a grande “vitória do Vale do São Francisco”, acenando para a importância das pesquisas científicas para impulsionar o agronegócio brasileiro, especialmente ao permitir a possibilidade de inserção um maior número de agricultores no rol dos negócios propiciados por essa nova variedade.

O conhecimento acumulado ao longo do tempo em torno das janelas comerciais e das variedades que são mais competitivas em função de sua acei-

tação nos mercados permite que as cooperativas especializadas na comercialização de uvas do Vale do São Francisco passem a escolher variedades que se adequem mais facilmente às exigências globais. A ampliação dos seus portfólios exaltando as características das uvas gourmet tem se constituído como uma prerrogativa para a atração de novos compradores internacionais. Entretanto, apenas os produtores que mantiveram os patamares de qualidade requeridos pelos mercados globais puderam mais facilmente investir em variedades patenteadas, beneficiando-se com o câmbio favorável da moeda americana.

Via de regra, o cálculo econômico dos produtores está sempre confrontado com as vantagens oferecidas pelas novas variedades, especialmente no que diz respeito a três fatores principais: a) as características da variedade em termos de sabor, resistência às chuvas e tempo de prateleira; b) uma boa aceitação dessas novas variedades pelas grandes redes de supermercados; c) a possibilidade de uma rápida conversão das áreas plantadas com uvas de pouco valor econômico pelas variedades genéticas e d) a possibilidade de distribuir a colheita durante todo o ano, ampliando as oportunidades de comercialização. Assim, as vantagens competitivas da região, segundo afirmam, constituem as prerrogativas que lhes permitem afastar concorrentes e abrir novas janelas de mercado, inclusive para os Estados Unidos, cujo volume de exportação vinha sofrendo uma queda nos últimos dez anos. Os sinais hoje favoráveis trazidos com as novas variedades vêm fazendo da uva, e não mais do binômio manga e uva, o carro-chefe da produção do Submédio do Vale do São Francisco, estimulando investimentos voltados à substituição de plantios de manga pelas novas variedades.

Com efeito, a possibilidade de produção e de colheita das novas variedades de uvas durante o ano inteiro, não apenas ampliou a possibilidade de comercialização na entressafra dos países produtores, aumentando os espaços das janelas de comercialização, como diminuiu a participação das uvas do Peru e da África do Sul na Europa, um continente que já estava se tornando cativo na recepção das frutas desses países.

Os relatos também vinculam a ampliação do consumo de uvas como sendo resultante de uma maior preocupação com o consumo de frutas e de comidas saudáveis em meio à covid-19. Como quer que seja, a produção e a comercialização das uvas não foram afetadas pela pandemia. Ao contrário. Estima-se um crescimento da demanda, embalada por preços convidativos dentro e fora do país. Via de regra, os diversos relatos dos produtores no

curso da pesquisa contrariam as tendências catastróficas dos negócios e dos empregos decorrentes da pandemia, embora não desconheçam o perigo, a longo prazo, da ampliação da crise econômica no Brasil e no mundo para o consumo de um produto tido como supérfluo, dentre os itens alimentícios.

No que diz respeito à pandemia na sua relação com o trabalho na fruticultura, os relatos dos produtores e gestores das cooperativas indicam que os trabalhadores das fazendas – antes invisíveis e hoje considerados essenciais “para as plantas não morrerem” – não têm sido afetados pela covid-19. Contudo, dois fatos contrariam tal assertiva, quais sejam: o *lockdown*, instituído pela Prefeitura de Petrolina, como forma de conter o avanço de casos da doença na cidade e a referência à diminuição do número dos trabalhadores de uma das fazendas, sob a alegação de que “hoje os médicos dão 15 dias de licença pra qualquer gripezinha”. Reconhece-se que a ausência dos depoimentos dos trabalhadores quanto aos impactos do coronavírus sobre a sua vida e o seu trabalho constitui uma importante lacuna neste trabalho; lacuna essa imposta pela impossibilidade de realização de entrevistas com os trabalhadores nesse período de pandemia. No momento, reitera-se a tendência presente na literatura, que identifica, nos trabalhadores de baixa remuneração, os principais portadores do ônus dos riscos e das doenças, expressos no dilema entre arriscar a vida ou perder o emprego.

Os dados indicaram ainda que o maior volume de investimentos infra-estruturais e a ampliação do número de empregados não vieram acompanhados de uma ampliação do corpo social dessas empresas cooperativas. Estima-se, entretanto, que o momento venha favorecendo a criação de novas cooperativas, sugerindo uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco, fato já registrado na segunda metade dos anos 2000, já comentado neste trabalho.

Algumas questões sobressaem da análise: haveria, no Vale do São Francisco, o surgimento de uma Nova Onda de cooperativas motivada pela boa performance das cooperativas da região?

Dada a conjuntura da pandemia e da situação mundial da doença, é ainda importante propor novas questões para a pesquisa, como, por exemplo, quais os impactos de uma segunda onda da covid-19 sobre a vida dos trabalhadores, sobre a “vida das plantas” e sobre o futuro dos negócios da fruticultura?

Tais questões sugerem a necessidade de continuidade e de aprofundamento dos estudos para a compreensão da complexidade da fruticultura no Vale do São Francisco, nas suas articulações entre o local e o global e das tendências da fruticultura em tempos de grave pandemia global.

REFERÊNCIAS

- APRÍGIO, Marcelo. Prejuízos e inovação na crise. *Jornal do Commercio*. Economia. 14/07/2020.
- ALKON, Alison Hope *et al.* Unequally vulnerable: a food justice approach to racial disparities in covid-19 cases. *Agric Hum Values*. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10110-z>. 2020.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agribusiness cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; FAVA NEVES, Marcos (ed.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 235-253.
- BOTEON, Margarete. *Covid-19: Oportunidades e desafios no setor de HF*. Disponível em: <https://www.sucessonocampo.com.br/noticias/covid-19-opportunidades-e-desafios-no-setor-de-hf/> Acesso em: 16 jul. 2020.
- BOUSSARD, Jean-Marc; Delorme, Hélène (ed.). *La réglementation des marches agricoles internationaux*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- DARNHOFER, Ika. Farm resilience in the face of the unexpected: lessons from the COVID-19 pandemic. *Agric Hum Values*. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10053-5>. 2020.
- DECRETO Municipal de Petrolina n. 050/2020. Adota medidas temporárias para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências.
- DICKINSON, Maggie. Food frights: covid-19 and the specter of hunger. 2020. *Agric Hum Values*. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10063-3>
- CASTILHO, Fernando. Uma em cada cinco empresas fechadas. *Jornal do Commercio*, Economia. 21/07/2020.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. *Revista Estudos de Sociologia*, (11):105-118, 1995.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Globalização, trabalho, meio ambiente*. Mudanças socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999. p.123-170.
- COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Pandemia e desigualdades socioespaciais no Brasil. o caso de Manaus, Amazônia. **Finisterra**. V. 55, nº 115, 2020. p. 6974. <https://doi.org/10.18055/Finis20341>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2020. Disponível em: covid19.ibge.gov.br

LIMA, Conceição Maria Dias. *Cooperativa e desenvolvimento territorial*. Recife: EDUFPE, 2012.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaaios FEE*. v. 25, n. 1, 2004. p. 299-322.

MORAES, Alberto Dias de. *Entre a incerteza e a confiança: mercados e relações de troca comercial dos fruticultores dos perímetros públicos federais de irrigação do polo Petrolina-PE/Juazeiros-BA*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. MORAES, Lucas. Prejuízo de R\$ 109 milhões no Vale. *Jornal do Commercio*, Economia, p. 10, 21/07/2020.

PETROLINA recua para conter vírus. *Jornal do Commercio*, Cidades, p. 05, 12 de julho de 2020.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. *Cooperativismo e globalização*. Artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos. Recife: UFRPE, 2018.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Imagens da fruticultura do Vale do São Francisco: cooperativas, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamento da crise global. In: CRAVIOTTI, Clara (ed.). *Tramas productivas y agentes sociales en la fruticultura globalizada*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2012. p. 223-246.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In: SILVA, Aldenor; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Diversificação dos espaços e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 115-135.

SANTOS, Boaventura de Souza (ed.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. Editorial. A pandemia de covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 36, n. 5. Maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE HORTAS URBANAS E PERIURBANAS EM PETROLINA/PE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, PROTAGONISMO FEMININO E DIVERSIDADE PRODUTIVA

1. ISABELA OLIVEIRA LEITE; 2. HELDER RIBEIRO FREITAS,
3. TATIANA AYAKO TAURA, 4. LUCAS RICARDO SOUZA ALMEIDA,
5. ELSON DE OLIVEIRA¹

Introdução

A produção de alimento nas áreas urbanas tem-se apresentado como uma importante iniciativa sustentável de produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, geração de trabalho e renda para populações vulneráveis, especialmente para as mulheres. Os processos de produção e distribuição de alimentos em *Circuitos Curtos de Comercialização* constituem-se em uma das principais potencialidades da prática da agricultura urbana e periurbana de modo a promover a reconexão entre consumidores(as) e produtores(as) de alimentos. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi analisar duas iniciativas em agricultura urbana e periurbana comunitárias de Petrolina - Pernambuco sob a ótica dos Circuitos de Comercialização de alimentos e do protagonismo das mulheres no desenvolvimento dessas experiências. Trata-se de uma pesquisa qualitativa para a qual foram realizadas visitas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com as agricultoras e agricultores urbanos. Além disso, foram coletadas e sistematizadas em um ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), e realizadas análises espaciais para identificar as relações espaciais entre os agricultores, local de trabalho e os circuitos curtos de comercialização de seus produtos. Assim, foi possível representar a distribuição por gênero e os circuitos de comercialização de cada uma das hortas. Também foram siste-

1. Agradecimentos: Ao apoio financeiro por meio da Chamada/Edital 16/2016 CNPq/MCTIC (NUSAN Sertão Agroecológico Processo n. 442829/2016-7) e Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq n. 21/2016 (CVT Sertão Agroecológico). Além de parceria em ações desenvolvidas com pesquisadores da UFPE, do Projeto Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: Uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável (CNPq: Processo n. 443247/2016-1

matizadas informações de ocupação e uso da terra nas duas hortas. Como resultados destacam-se o predomínio das mulheres entre os envolvidos nas iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana e a grande diversidade de alimentos produzidos, especialmente as folhosas e plantas medicinais. Também se ressalta o predomínio dos Circuitos Curtos de Comercialização com destaque para a venda direta aos consumidores(as) na própria horta, em feiras e por entrega em domicílio, bem como a entrega direta em supermercados e restaurantes da cidade.

Atualmente, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem sido praticada em diferentes contextos socioeconômicos, modelos de agricultura e intensidade de produção. A AUP tem sido um meio de sobrevivência de famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade social nas cidades e seus entornos nas diferentes regiões do mundo.

Em 1999, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), segundo Mendonça (2012), apontavam que 800 milhões de pessoas estavam envolvidas com as atividades de agricultura urbana e periurbana, que geram empregos e produção de alimentos nas cidades e em suas áreas periféricas, sendo responsáveis por 15% da produção mundial de alimentos.

O Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (2016) analisou os casos de Montreal e Québec, no Canadá, e Rennes, na França. A cidade de Montreal tem um importante programa de agricultura urbana que ocupa 1,5% do território municipal onde existem 400 experiências de agricultura.

Na França, existem ainda as “Associations pour le maintien de l’agriculture paysanne” (Associações para manutenção da agricultura camponesa), que são organizadas por meio de parcerias entre agricultores/as e consumidores/as. Os consumidores se comprometem a comprar os alimentos de determinado/a agricultor/a e pagam adiantado para que o produtor tenha condições de manter suas atividades e fornecer os alimentos que foram definidos no contrato com quem vai consumi-los. Esse tipo de prática preza pela venda direta valorizando os circuitos curtos de comercialização (MUNDLER, 2007).

De acordo com a FAO (2013), desde 1960 a população urbana do continente africano aumentou de 53 milhões para 400 milhões. Pelas projeções das Nações Unidas, entre 2010 e 2030, haverá o acréscimo de mais 345 milhões de africanos vivendo em cidades. Essa situação impressiona ainda mais na

África Subsaariana, onde a população urbana deve aumentar de 298 milhões para 595 milhões. Em todo o continente, 52% da população urbana vive nas periferias das cidades e 40% desses habitantes urbanos praticavam algum tipo de atividade agrícola, seja a produção de hortaliças e frutas como também alimentos de origem animal como leite, ovos, carne e peixe.

Na América Latina, a experiência de Cuba é uma das mais bem-sucedidas e isso se tornou possível graças a incentivos governamentais depois da crise provocada pela desintegração do bloco socialista do qual Cuba fazia parte e o país reduziu em 60% a disponibilidade de alimentos. Diante da extrema necessidade, a agricultura urbana e periurbana surgiu como alternativa (SÀNCHEZ, 2012) para a garantia da segurança e soberania alimentar.

No México, com a rápida expansão das cidades na década de 1970, grandes áreas agrícolas que eram consideradas rurais foram incorporadas à dinâmica das cidades. As pessoas, no entanto, continuaram com suas atividades produtivas. No sul da Cidade do México, famílias conservam seus vínculos com a terra e suas tradições sociais e culturais (SÀNCHEZ, 2012).

Na Argentina, a agricultura urbana e periurbana integra a dinâmica dos cinturões verdes da Região Metropolitana de Buenos Aires, sendo esta importante para o abastecimento urbano de cerca de 11 milhões de habitantes a partir de diferentes estratégias de comercialização de alimentos convencionais e também agroecológicos por meio da articulação de circuitos curtos e processos de promoção da transição agroecológica, especialmente na região de La Plata (FREITAS *et al.*, 2019). Segundo Mendonça (2012), em Rosário, na Argentina, com mais de 1 milhão de habitantes, destaca-se o programa de agricultura urbana implementado no início dos anos 90 pela Secretaria Municipal de Promoção Social da cidade, como meio de criação de oportunidades de ocupação e renda para a parte da população que mais foi afetada pela crise econômica atravessada pelo país naquele período.

No Brasil, segundo Sánchez (2012), a AUP é desenvolvida em metrópoles, com diversas experiências sendo desenvolvidas com auxílio de projetos de pesquisa de universidades e participação dos governos. Há experiências desde as grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e as demais capitais dos estados brasileiros, como em cidades intermediárias e pequenas, essas duas últimas mais integradas às dinâmicas rurais do interior do país. Dentre as iniciativas brasileiras, a experiência de Belo Horizonte (MG) é uma das mais evidenciadas. De acordo com Almeida (2004), a produção nos espaços urbanos em Belo Horizonte levou à melhoria nos hábitos ali-

mentares dos envolvidos nas iniciativas em AUP. As famílias envolvidas no projeto passaram a se preocupar mais com o modo de produção e o consumo de alimentos sem risco de contaminação por produtos químicos, com a qualidade da água utilizada na irrigação, com o aproveitamento integral dos produtos evitando desperdícios, além de adquirirem a consciência da importância de priorizar os produtos da época e da região.

No município de Petrolina-PE, a distribuição de hortas no perímetro urbano remete ao acelerado processo de urbanização e crescimento da cidade nas duas últimas décadas (FREITAS *et al.*, 2020). Farfán (2008) ressalta que a região do Vale do São Francisco, no polo Petrolina (PE) – Juazeiro (BA), localizado no Semiárido Brasileiro, teve parcela da sua paisagem alterada após a implantação da barragem de Sobradinho no Rio São Francisco e depois de projetos de irrigação na década de 1980. A atividade agrícola irrigada, destinada principalmente à produção de frutas para o mercado nacional e exportação, atraiu muitos imigrantes para os perímetros. (CAVALCANTI, 1997)

De maneira geral, as famílias que trabalham com agricultura urbana nos espaços públicos convivem com a constante preocupação quanto à permanência das hortas nesses espaços. A demanda pelos espaços públicos deixa os/as agricultores/as vulneráveis e isso tem se tornado fator limitante desse tipo de atividade. Algumas hortas urbanas de Petrolina já foram removidas para dar lugar a equipamentos públicos (escolas, hospitais e outros) bem como as construções privadas para fins diversos (FREITAS *et al.*, 2020).

É considerada como agricultura urbana aquela que é desenvolvida em pequenas áreas dentro das cidades ou no seu entorno (SANTOS, 2011), nos quais a produção de alimentos é destinada para o autoconsumo à venda nos diferentes mercados, destacadamente aos consumidores dos mercados locais. Além disso, considerando que a expansão das cidades é acompanhada pela necessidade de fornecimento de alimentos, a prática da agricultura nas cidades mostra-se como uma estratégia para o aumento da produção de alimentos nos espaços urbanos e periurbanos de modo a contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população. Altieri e Nicholls (2018) destacam, com dados de 2005, que as iniciativas de AUP eram responsáveis pela produção de 30% da produção de alimentos no mundo, qualificando a AUP como importante estratégia para a sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional de todos os envolvidos.

Como contraponto às longas cadeias globais de distribuição e comercialização de alimentos, a perspectiva dos Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) se apresentam como uma perspectiva promissora para as experiências em Agricultura Urbana e Periurbana (DAROLT *et al.*, 2013) em detrimento das Cadeias Longas nas quais dominam os grandes conglomerados e redes de comercialização de alimentos de atuação mundial. A presença dessas iniciativas nas cidades reduz os processos e agentes envolvidos na distribuição e comercialização dos alimentos o que leva a processos locais mais sustentáveis e ao uso mais eficiente dos recursos naturais locais, que possibilita uma reconexão da população urbana com a produção de alimentos como indica Glieman (2015). Os CCC podem ocorrer de forma direta entre agricultores(as) e consumidores de modo a permitir no máximo 1(um) intermediário entre estes, em detrimento das cadeias longas que envolvem vários intermediários que distanciam os consumidores de agricultores e elevam o custo e a insustentabilidade deste processo.

Para Moreira (2008), é desafiante a análise da prática da agricultura urbana e da sua mutabilidade contemporânea, pois esse processo nasce na contradição da produção e reprodução da cidade capitalista, ao mesmo tempo em que se conecta a outros movimentos de lutas socioambientais, desigualdades de gênero, segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda. Segundo, Wilbers *et al.* (2004) a agricultura urbana tem impacto positivo na segurança alimentar das famílias, beneficiando principalmente a vida das mulheres, pois, geralmente, são elas as responsáveis pela alimentação da família. Pacheco (2009) destaca que se faz necessário romper a invisibilidade do trabalho feminino. As mulheres participam de diversas atividades agrícolas e extrativistas fundamentais, mas são pouco reconhecidas.

No município de Petrolina, a prática da agricultura urbana e periurbana tem se destacado por meio da existência de 21 hortas urbanas comunitárias que em 2015 envolvia um contingente de entorno de 86 famílias (BARROSO *et al.*, 2017). Cabe destacar que Petrolina se insere no contexto do Semiárido Brasileiro (SAB) e destaca-se nacionalmente pela presença do rio São Francisco e perímetros irrigados com produção agrícola de frutas para os mercados nacional e internacional.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é analisar duas iniciativas em agricultura urbana e periurbana comunitárias de Petrolina – Pernambuco sob

a ótica dos Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos e o protagonismo das mulheres no desenvolvimento destas experiências.

Metodologia

A pesquisa analisou 02 (duas) experiências em Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) de Petrolina, Pernambuco, enquanto continuidade de um processo de investigação e intervenção realizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/CVT) e de Segurança Alimentar e Nutricional (NUSAN), o Sertão Agroecológico².

As 02 (duas) experiências envolvidas neste estudo são: a “*Horta da Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho (EREMCC)*” que está localizada na região central da cidade em terreno onde trabalham 5 (cinco) agricultores/as urbanos/as; e as “*Hortas Comunitárias 1 e 2*” da Rua 34, bairro João de Deus, região periférica de Petrolina, compreendidas, no contexto do presente trabalho, como uma única horta e que se constitui em uma das poucas experiências que se localizam em terrenos comunitários cedidos pela prefeitura de Petrolina. Nas Hortas Comunitárias 1 e 2 da Rua 34 trabalham 26 (vinte seis) pessoas que, eventualmente, contam com a participação temporária de colaboradores.

A base metodológica adotada na pesquisa foi a qualitativa e de caráter exploratório e contou ainda, com a revisão de literatura, complementada por visitas às experiências para conversas informais e entrevistas semiestruturadas (Triviñus, 1987) com os(as) agricultores(as). Foram entrevistados/as 20 (vinte) agricultores/as nas 2 (duas) Hortas Comunitárias do João de Deus, e 5 (cinco) na Horta comunitária da EREMCC. As informações obtidas foram organizadas em tabelas utilizando o programa Excel, e posteriormente foram processadas no Programa ArcGis da ESRI, disponibilizado pelo laboratório de geoprocessamento da Embrapa Semiárido, em que foram realizadas análises espaciais dos dados e a construção de mapas. Cabe ressaltar que nos relatos aqui

2. Neste processo de investigação, grande parte desta pesquisa é parte do trabalho de conclusão da primeira autora junto ao curso de graduação em Ciências Biológicas da UNIVASE, que se desenvolveu entre os meses de outubro de 2018 a março de 2019, complementado por outros levantamentos e observações realizadas por integrantes do Sertão Agroecológico.

apresentados não serão apresentados os nomes dos informantes, sendo esses identificados pelas duas primeiras iniciais de seus nomes.

A localização das hortas foi uma variável importante, considerando que os espaços geográficos têm relação com as condições socioeconômicas das populações (Figura 1) sendo inclusive determinante para o fato de tratarmos as 2 hortas comunitárias do Bairro João de Deus como uma única horta para fins de análise dos dados deste trabalho.

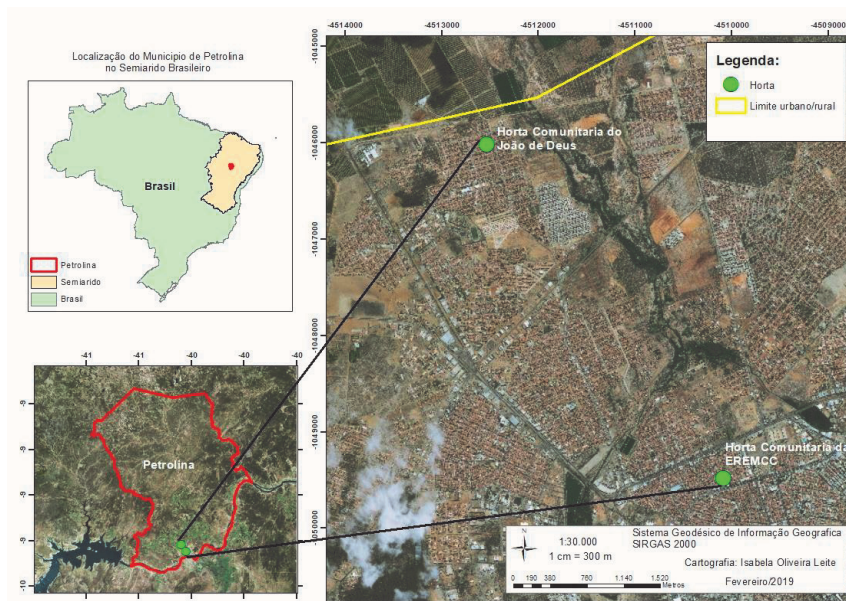


Figura 1. Mapa de localização das experiências em Agricultura Urbana e Perirurbana envolvidas na pesquisa. Fonte: Autoras da pesquisa.

Resultados e discussões

Grande parte das pessoas que exercem atividade remunerada nas hortas estudadas são imigrantes de cidades vizinhas de Petrolina no âmbito dos próprios Territórios Sertão do São Francisco Baiano e Pernambucano. O trabalho, de maneira geral, é realizado por integrantes de membros de uma ou mais famílias. Trata-se de adultos casados na faixa etária entre 40 e 60 anos, com baixo nível de escolaridade e predominantemente mulheres. Essas informações corroboram as constatações de Farfán et

al. (2008) em estudo da atividade hortícola nas iniciativas de agricultura urbana e periurbana dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

As Figuras 2a e 3a representam a distribuição espacial das moradias dos/as agricultores/as em relação às duas hortas onde trabalham e, nas Figura 2b e 3b tem-se a indicação da localização das moradias evidenciando a presença de mulheres e/ou homens envolvidas(os) nas respectivas experiências das Hortas.

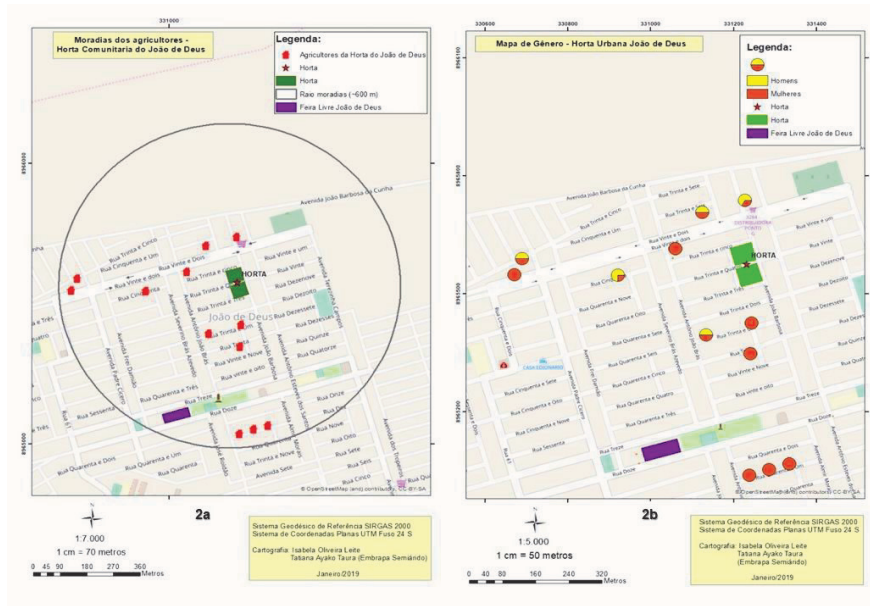


Figura 2. Mapas da distribuição de moradias dos/as agricultores/as (a) e de visualização de gênero (b). Horta Urbana Comunitária 1 e 2 da Rua 34, Bairro João de Deus.

Na Horta Comunitária do João de Deus, todos(as) os(as) agricultores(as) moram no bairro e a uma distância de aproximadamente 600 m da horta. Uma possibilidade de entendimento para esse fato é que a horta está situada em região periférica, onde a disponibilidade de transporte público é menor em comparação ao centro da cidade; muitas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica sem um trabalho que gere renda às famílias, o que garante a ocupação desse espaço de trabalho pelos próprios moradores do bairro.

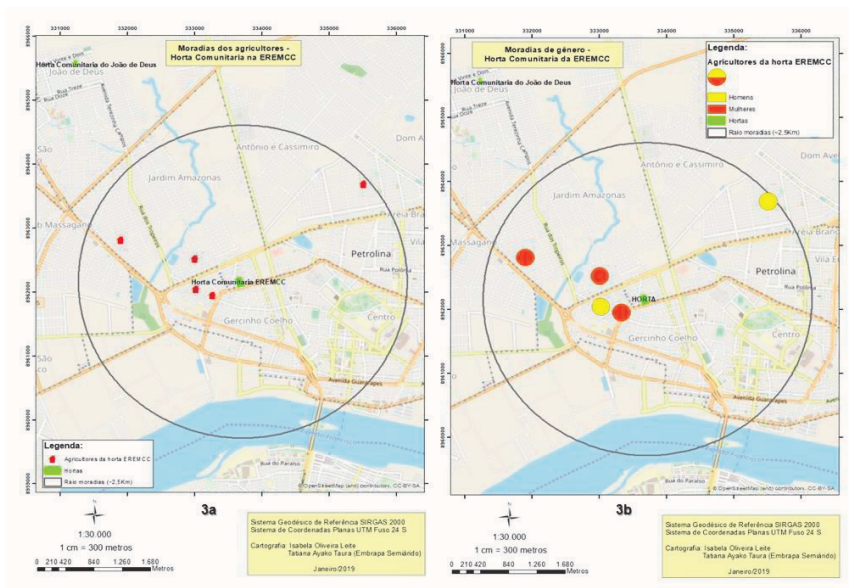


Figura 3. Mapas da distribuição de moradias dos(as) agricultores(as) (a) e de visualização de gêneros (b). Horta Urbana Comunitária da EREMCC.

Os mapas das figuras 2b e 3b apresentam a distribuição por gênero dos integrantes das hortas e evidenciam o protagonismo das mulheres nesse ambiente socioprodutivo. Para elas, morar próximo ao local de trabalho facilita, pois, essas mulheres também exercem suas atividades domésticas e do trabalho reprodutivo no cuidado dos filhos:

Eu tenho meus horários de tá na horta e de imediato ir pra casa. Aí eu faço os intervalos: trabalho na horta de cinco da manhã às onze e meia até mais ou menos meio-dia em ponto, todo dia. Aí meio-dia até as duas e meia, arrumo a casa, faço minhas obrigações de casa, quando é duas e meia para três horas tô aqui na horta de novo abastecendo os clientes. Às vezes num dá tempo nem fazer as coisas em casa... meu marido trabalha de cinco da manhã até às seis da noite, num vem em casa nem almoçar. Quando chega a noite janta e dorme. Eu janto e vou fazer biscuit. Vou dormir lá pra uma hora da manhã. (MS)

Para a Horta Comunitária da EREMCC, localizada na região central da cidade, observa-se na Figura 3a que há uma maior dispersão na distribuição dos integrantes. Nesta, constata-se haver membros que moram a uma distância de 2,5 km da horta. Essa distância influencia na dinâmica de vida, principalmente das mulheres que ali trabalham, como demonstra a fala de uma agricultora ao relatar que “*Eu praticamente moro na horta. Só vou em casa dormir*” (Idem MV).

O levantamento de dados socioeconômicos revela também que, dentre os poucos integrantes que conseguiram alcançar um maior grau de escolaridade, a grande maioria é constituída por homens. No caso das mulheres, principalmente as que tiveram origem na zona rural, eram incentivadas a trabalhar em casa, cuidando dos irmãos e ajudando a mãe: “*A escola que o pai da gente deu foi o cabo da enxada*”, disse uma agricultora ao ser perguntada se já tinha frequentado escola em algum período da vida.

Assim, para alguns homens, o trabalho como horticultores se constitui em uma atividade complementar à renda. Já para a maioria das mulheres a horta é a única fonte de renda. Além disso, no caso delas, geralmente, vão a pé ou de bicicleta aos espaços produtivos. O valor econômico monetário também se constitui em outra diferença entre homens e mulheres envolvidas nas experiências de AUP analisadas. Os homens, de modo geral, se importam muito mais com os rendimentos financeiros da atividade do que com outras perspectivas pertinentes à atividade socioprodutiva e à coletividade da horta. As mulheres, em contrapartida, revelam maior envolvimento por razões emocionais, integração com as demais trabalhadoras e aspectos afetivos que a atividade da exploração da horta comunitária propõe. Ao ser perguntado sobre o que achava da renda obtida a partir das atividades da horta, um agricultor destacou que “*A gente trabalha na horta por precisão, mas a renda é pouca... É verdura, né? Verdura num dá dinheiro, não.*” Sua esposa, em outro momento, ao ser perguntada sobre a mesma coisa relatou que “*É bom. Tudo o que Deus dá é bom. Serve bastante, tanto pra mim como pra meus meninos.*” (DI)

Nas comunidades rurais, em geral, são os homens que levam a renda para dentro de casa. As mulheres se ocupam das atividades domésticas, de cuidar dos filhos, de atividades agrícolas próximas à casa, como cultivo de hortaliças, temperos, plantas medicinais, criação de galinhas, produção de ovos e outras atividades que, como as demais citadas, não são valorizadas, pois essas atividades não geram renda diretamente. No entanto, se não fosse

o trabalho das mulheres no âmbito familiar de cuidar de tudo e de todos, se esse papel fosse dado ao homem, ele não teria tempo de buscar renda fora de casa. Portanto, a renda do homem, quando é o caso, depende diretamente deste trabalho não remunerado da mulher, o trabalho cotidiano, social e reprodutivo das mulheres (FEDERICI, 2020). O modo de vida urbano exige mais condição financeira, e muitas das famílias que praticam a AUP nas duas experiências são migrantes de áreas rurais com poucos recursos para viver na cidade. Quando a mulher tem a oportunidade de trabalhar e produzir sua própria renda, por menor que seja, é algo conquistado por ela e que vai lhe ajudar com os cuidados familiares.

A desigualdade de gênero se revela nesse espaço de atuação das mulheres. Orjuela (2004) destaca que, enquanto grande parte das mulheres é vista em atividades informais, o que inclui a agricultura, os homens comandam as atividades assalariadas. Esses ainda dispensam poucas ou nenhuma hora em atividades domésticas. De maneira geral, o maior quantitativo de mulheres envolvidas nas atividades socioprodutivas das hortas urbanas comunitárias é um aspecto muito importante para orientar projetos e ações de promoção de agricultura urbana e periurbana.

As duas experiências comunitárias de AUP se assemelham no fato de ocorrerem em espaços públicos cedidos para este fim. Outra característica importante que as aproxima é a variedade de espécies cultivadas nas duas hortas, predominando as hortaliças e plantas medicinais folhosas. Foram identificadas 31 espécies de 18 famílias botânicas na Horta do João de Deus (Tabela 1) e 38 espécies de 21 famílias na Horta da EREMCC (Tabela 2). Destacam-se as folhosas como couve, cebolinha, rúcula, alface e coentro. Dentre as características comuns, no modelo de gestão e manejo destacam-se a rotação de culturas, cobertura morta e na adubação predomina o uso do esterco de bode. Os cultivos são feitos em canteiros individuais ou familiares. Além disso, de maneira geral, nas experiências não há contratação de mão de obra externa, de modo que os próprios integrantes da horta são os responsáveis por todo o processo produtivo e da comercialização.

Tabela 1 – Agrobiodiversidade da Horta Comunitaria da Rua 34, Bairro João de Deus, 2018.

Familia	Nome popular	Nome Científico	Forma de vida	Origem
Amaranthaceae A. Juss.	Espinafre	<i>Spinacia oleracea</i> L.	Erv	E
	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Erv	E
Amaryllidaceae J. St.-Hil.	Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i> L.	Erv	E
Anacardiaceae R.Br.	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	Av	E
Apiaceae Lindl.	Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Erv	E
	Salsa	<i>Petroselinum crispum</i> Mill.	Erv	E
Asteraceae Bercht. & J.Presl	Agrião-bravo	<i>Acmella uliginosa</i> (Sw.) Cass.	Erv	N
	Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Erv	E
Brassicaceae Burnett	Couve	<i>Brassica oleracea</i> var. <i>Acephala</i>	Erv	E
	Rúcula	<i>Eruca vesicaria</i> ssp. <i>sativa</i>	Erv	E
Caricaceae Dumort.	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Arb/Av	E
Convolvulaceae Juss.	Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	Erv	E
Dioscoreaceae R.Br.	Inhame	<i>Dioscorea alata</i> L.	Liana	E
Euphorbiaceae Juss.	Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Arb	N
Lamiaceae Martinov	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Erv	E
	Erva-cidreira, melissa	<i>Melissa officinalis</i> L.	Erv	E
	Hortelã	<i>Mentha spicata</i> L.	Erv	E
	Malvão, hortelã-grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour) Spreng	Erv	E
	Manjerição/alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Erv	E
Malpighiaceae Juss.	Acerola	<i>Malpighia punicifolia</i> L.	Av	E
Malvaceae Juss.	Algodão	<i>Gossypium</i> sp.	Arb	N
	Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench.	Arb	E
Plantaginaceae Juss.	Trançagem, tanchagem	<i>Plantago major</i> L.	Erv	E
Poaceae Barnhart	Capim-santo, capim- limão	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf.	Erv	E
Rubiaceae Juss.	Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Ar	E
Rutaceae A. Juss.	Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Erv	E
Solanaceae A. Juss.	Berinjela	<i>Solanum melongena</i> L.	Arb	E
	Pimentão	<i>Capsicum annum</i> L.	Arb	E
	Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum chinense</i> Jacq.	Arb	N
	Pimenta-malagueta	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Arb	E
	Tomate-cereja	<i>Solanum lycopersicum</i> L. var. <i>cerasiforme</i>	Arb	E

Fonte: relatos hortas (2018); banco de dados Flora do Brasil (FORZZA, 2019). Legenda: Erv: erva; Ar: arvore; Arb: arbusto; N: nativa; E: exótica.

Tabela 2 – Agrobiodiversidade da Horta Comunitaria da EREMCC, 2018.

Família	Nome popular	Nome Científico	Forma de vida	Origem
Amaranthaceae A. Juss.	Espinafre	<i>Spinacia oleracea</i> L.	Erv	E
	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Erv	E
Amaryllidaceae J. St.-Hil.	Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i> L.	Erv	E
Anacardiaceae R.Br.	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Av	N
	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	Av	E
Apiaceae Lindl.	Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Erv	E
	Salsa	<i>Petroselinum crispum</i> Mill.	Erv	E
	Cenoura	<i>Daucus carota</i> L.	Erv	E
Asteraceae Bercht. & J.Presl	Agrião-bravo	<i>Acmella uliginosa</i> (Sw.) Cass.	Erv	N
	Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Erv	E
Brassicaceae Burnett	Couve	<i>Brassica oleracea</i> var. <i>Acephala</i>	Erv	E
	Rúcula	<i>Eruca vesicaria</i> ssp. <i>sativa</i>	Erv	E
Caricaceae Dumort.	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Arb/Av	E
Convolvulaceae Juss.	Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	Erv	E
Dioscoreaceae R.Br.	Inhame	<i>Dioscorea alata</i> L.	Liana	E
Euphorbiaceae Juss.	Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Arb	N
Lamiaceae Martinov	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Erv	E
	Erva-cidreira, melissa	<i>Melissa officinalis</i> L.	Erv	E
	Hortelã	<i>Mentha spicata</i> L.	Erv	E
	Malvão, hortelã-grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour) Spreng	Erv	E
	Manjerição/alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Erv	E
Malpighiaceae Juss.	Acerola	<i>Malpighia punicifolia</i> L.	Av	E
Malvaceae Juss.	Algodão	<i>Gossypium</i> sp.	Arb	N
	Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench.	Arb	E
Myrtaceae Juss.	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	Arv	E
Musaceae Juss.	Banana	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Erv	E
Plantaginaceae Juss.	Trançagem, tanchagem	<i>Plantago major</i> L.	Erv	E
Poaceae Barnhart	Capim-santo, capim-limão	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf.	Erv	E
	Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Erv	E
Rubiaceae Juss.	Noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Ar	E
Rutaceae A. Juss.	Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Erv	E
	Laranja	<i>Citrus x sinensis</i> (L.) Osbeck	Ar	E
Solanaceae A. Juss.	Berinjela	<i>Solanum melongena</i> L.	Arb	E
	Pimentão	<i>Capsicum annum</i> L.	Arb	E
	Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum chinense</i> Jacq.	Arb	N
	Pimenta-malagueta	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Arb	E
	Tomate-cereja	<i>Solanum lycopersicum</i> L. var. <i>cerasiforme</i>	Arb	E
Xanthorrhoeaceae Dumort.	Babosa	<i>Aloe vera</i> L. Burm. f.	Erv	N

Fonte: relatos hortas (2018); banco de dados Flora do Brasil (FORZZA, 2019). Legenda: Erv: erva; Ar: árvore; Arb: arbusto; N: nativa; E: exótica.

Na realização do trabalho de campo foram mapeados os circuitos e consumidores/compradores de alimentos produzidos na Horta do EREMCC e na Horta do Bairro João de Deus. Embora as duas experiências existam há aproximadamente três décadas, a horta da EREMCC, localizada na área central da cidade, é mais conhecida e visitada pelos consumidores. Esses consumidores são moradores do próprio bairro, e de bairros vizinhos, trabalhadores que exercem suas atividades no centro e passam pela horta no caminho de volta para casa, funcionários e estudantes da escola onde a mesma está inserida. A localização dessa horta também facilita as entregas em domicílio, dado que um número maior de clientes está mais próximo da horta da EREMCC em relação à Horta do João de Deus, que é localizada na área mais periférica.

Além disso, o grupo que trabalha na horta do EREMCC é constituído majoritariamente por integrantes de uma única família, o que tem possibilitado maiores relações de cooperação, confiança e reciprocidade entre os integrantes dessa experiência. Assim, nessa horta, apenas um dos integrantes tem se responsabilizado por entregar os produtos para os consumidores que realizam a compra direta. Como perfil dos consumidores do EREMCC, via compras diretas podemos citar: professores, médicos, advogados, bancários, funcionários públicos, dentre outros dos mais variados níveis de escolaridade, geralmente adultas e em sua maioria mulheres.

A horta comunitária do João de Deus (HCJD) tem pouca presença de consumidores diretos, embora a população do bairro seja grande, estimada pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010) em 14.512 pessoas. Isso pode estar relacionado aos hábitos e à educação alimentar no que se refere ao consumo de hortaliças e/ou ao não acesso à renda suficiente que lhes possibilite o acesso a este tipo de alimentos, dado que o bairro João de Deus está situado em uma região da periferia de Petrolina e de baixa renda (em relação aos bairros da área central da cidade). Esse bairro também é constituído, em grande parte, por trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada.

Nesse bairro também constata-se haver uma grande proporção da população em condição de fragilidade socioeconômica e insegurança alimentar em detrimento dos bairros do centro da cidade. Os atravessadores compram as hortaliças por um preço reduzido e revendem aos mercados, res-

taurantes, feirantes. Assim, essa horta tem se planejado para o aumento da produção e volume de vendas para obter melhores resultados financeiros na comercialização frente ao baixo preço de venda aos intermediários que compram em grandes volumes e com frequência de entrega semanal. Logo, nesse grupo, embora haja vários perfis de consumidores/compradores/clientes, o foco tem sido produzir grande quantidade de hortaliças para atender, especialmente, aos clientes que compram um volume maior da produção, destacadamente, os intermediários que fornecem para outros estabelecimentos comerciais.

Constata-se haver situações em que os próprios feirantes da cidade vão até às hortas analisadas nesta pesquisa para comprarem a produção; há caso de o próprio agricultor comercializar seus produtos na feira. Também há outras(os) agricultoras(es) urbanas(os) e periurbanas(os) da cidade que compram alimentos da HCJD para revenderem na sua horta por já ter consolidado o espaço da horta comunitária como ponto de comercialização na região central da cidade ou mesmo para fornecerem a consumidores e pontos comerciais os quais assumiram compromissos de garantia de entrega da produção.

De maneira geral, além da venda direta aos consumidores, foram identificados, em conversas junto aos atravessadores que atuam junto à HCJD, oito supermercados, quatro feiras, quatro restaurantes e outra horta urbana que recebem os alimentos produzidos na referida horta. Já na horta da EREMCC, além da venda direta aos consumidores, foram identificadas quatro feiras, quatro restaurantes e uma terceira horta que recebem os alimentos produzidos na referida horta. Chaffotte e Chiffolleau (2007) distinguem a venda direta da venda indireta, de modo que a venda direta é entendida como a comercialização do produtor diretamente ao consumidor, sem intermediário, portanto possibilitando melhores ganhos às(aos) agricultoras(es). As vendas indiretas, por outro lado, são entendidas como aquelas em que existe ao menos um intermediário entre o agricultor e o consumidor, o que implica em menores possibilidades de ganhos econômicos às(aos) agricultoras(es) à medida que o número de intermediários aumenta ao longo do circuito de comercialização. Diante disso, podem-se destacar dois principais perfis de comercialização que ocorrem nas duas experiências que se manifestam de formas diferentes em cada horta (Tabela 3).

Tabela 3 – Modalidades de circuitos curtos de comercialização identificados nas duas hortas comunitárias envolvidas na pesquisa.

Horta Comunitária do João de Deus (HCJD) (periferia)	Horta Comunitária (EREMCC) (centro)
Horta->Consumidor	Horta->Consumidor
Horta/Feira do bairro->Consumidor	Horta/Feira do bairro->Consumidor
Horta->Atravessador->Feirante->Consumidor	Horta->Feirante->Consumidor
Horta->Atravessador->Supermercado->Consumidor	Horta/Entrega a domicilio->Consumidor
Horta->Atravessador->Restaurante->Consumidor	Horta->Restaurante->Consumidor
Horta->Outras Hortas->Consumidor	Horta->Outras Hortas->Consumidor

Fonte: Autores da pesquisa (2018 e 2019).

O Circuito Curto de Comercialização é hegemônico na horta comunitária do EREMCC e se constitui como importante processo na promoção da autonomia econômica aos integrantes da horta, especialmente das mulheres, dado que essas são a grande maioria entre os integrantes das hortas comunitárias em análise. Em contraposição, embora haja circuitos curtos na HCJD, o que predomina são as cadeias agroalimentares longas, manifestadas nas formas de vendas indiretas, o que deixa os integrantes da horta mais dependentes de intermediários e de intensificação dos processos produtivos, buscando alcançar um suposto maior ganho financeiro. Isso inclusive tem feito o grupo utilizar fertilizantes químicos (complementar ao uso de esterco) nos processos produtivos da horta.

A comercialização tem sido um dos grandes desafios da agricultura familiar e urbana. Como pontua Guzmán *et al.* (2012), o atual processo de produção e comercialização de alimentos ecológicos oficialmente reconhecidos está assinalado pelo crescimento da convencionalização, onde os alimentos são produzidos a fim de preencher uma oportunidade de mercado, que não tem uma análise socioambiental, mas apenas a intenção do lucro. Para os autores, além de questionar a distância percorrida pelo alimento, ou por quantas mãos passa um canal curto de comercialização de alimentos, é necessário propor reconstruir as práticas das relações de poder que devem estar a favor dos agricultores e das agricultoras, mais do que aos intermediários e supermercados.

De acordo com Young e Rodríguez (2020), mulheres e homens vivem a agricultura urbana de maneira diferente devido a fatores políticos e socioeconômicos. As experiências de cada sujeito são afetadas por relações de poder e diferentes direitos e responsabilidades, sobre quem faz qual trabalho, quem toma as decisões e quem controla os recursos. É importante considerar também as várias categorias

identitárias, para além do gênero, como a classe, a etnia, habilidades laborais e sexualidade. As autoras dão o exemplo de um programa que pode incluir as mulheres com seus produtos em um mercado local. Porém, sem observar as diferenças de classe, o programa pode ignorar que um grupo de mulheres que pertence a uma classe social mais vulnerável pode não ser bem-vindo nos espaços.

Um fator que encoraja o papel das mulheres como guardiãs da terra e da riqueza cultural das comunidades, seguindo o pensamento de Federici (2020), é que elas exercem o principal papel na preservação e transmissão do conhecimento tradicional e de inovações dadas às novas experiências vivenciadas na realidade urbana. Muitas mulheres agricultoras urbanas são migrantes de áreas rurais e levam para a cidade os conhecimentos relacionados às atividades que desenvolviam no campo, sendo a principal delas a produção de hortaliças. Se no campo não havia público consumidor suficiente para que as hortaliças fossem comercializadas, na cidade essa possibilidade existe e surgem demandas no cultivo de hortaliças que essas inicialmente nem tinham muito hábito de cultivar, como identificado nas experiências de algumas hortas em Petrolina: couve, rúcula, berinjela, tomate-cereja, pimenta-biquinho, dentre outras em experimentação. No entanto, as dificuldades são reais e legítimas, como relatam três agricultoras entrevistadas:

“Aqui nós trabaia muito, trabaia pesado, mas sempre, assim, contente, brincando. As vezes quando nós tamo aqui passa um carro de som aí nós começa a dançar e cantar, é aquela resenha, num sabe?” (AL)

“É bom, mas dá muito envelhecimento precoce. A gente fica no sol, disposto ao sol, disposto a chuva. Quando chove você tem que tá aqui. Todo dia” (SD)

“A gente não tem coisa boa como ter um dentista particular, a gente num tem não. A gente procura ir pra um posto.” (SD)

Federici (2020) destaca ainda que essas mulheres constroem novas formas de existir ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcado e da destruição ambiental. Pensar uma estrutura que contemple a agricultura de base agroecológica e as mulheres nas suas lutas percorre a ideia de uma nova forma de relações pautadas na coletividade e na afetividade. As atividades relacionadas à agricultura urbana comunitária contribuem para a saúde mental das mulheres:

“Aqui serve também como terapia. Às vezes em casa os problemas vai aumentando e você fica com aquele monte de caraminhola na cabeça” (MS)

“O dia passa rápido. É uma calma.” (IA)

“Bom pra cabeça. Melhor do que ficar em casa. É um entretenimento.”
Você se distrai.” (DJ)

Na fala da agricultora, pode-se observar a importância do trabalho coletivo para uma efetiva transformação social:

“A gente trabalha numa comunidade, numa união também, né? Porque quando um freguês meu quer uma coisa minha e eu num tenho aí eu peço pras menina, aí nós vamos se unindo pra nunca faltar pros nossos freguês. Aí quando elas têm demais e eu não tenho a gente vai e compra delas pra revender pra eles pra num faltar.” (AL)

Na fala de outra agricultora, observa-se como essas mulheres percebem a importância de seus trabalhos e suas rendas para que possam ter mais autonomia e sofrer menos violências estruturais ao apontar como mote: “*Nunca abaixar a cabeça nem depender de homem*” (MC).

Conclusões

No contexto socioeconômico e considerando as particularidades das experiências analisadas, os circuitos curtos se fazem presentes e constituem-se em importantes possibilidades para potencializar as iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana das hortas urbanas envolvidas nesta pesquisa. As duas experiências de AUP desenvolvidas no município de Petrolina-PE demonstram que os circuitos curtos de comercialização são as melhores estratégias de fortalecimento da AUP. Principalmente na horta do ERE-MCC, que consegue efetuar o escoamento da produção diretamente para os consumidores e sem uso de atravessadores e/ou intermediários. Já o caso da horta HCJD, os circuitos curtos de comercialização não consolidados levam os(as) agricultores(as) a utilizarem de maneira recorrente de

intermediários e atravessadores, o que os(as) torna dependentes de cadeias agroalimentares e circuitos mais longos de comercialização.

Porém, independente da identificação das experiências com os circuitos curtos, ambos conseguem, em diferentes graus, promover a reciprocidade de produtores e consumidores, favorecendo assim a construção de valores para além do econômico e estabelecendo a construção de laços de cooperação, trocas de experiências e a solidariedade em todo o processo de produção e comercialização.

A utilização de insumos orgânicos e adubação com esterco e a rotação de culturas, em ambas as experiências, demonstram que os(as) agricultores(as) estão sensibilizados(as) para a necessidade de mudanças nos processos produtivos. De maneira geral, constata-se haver uma percepção e mesmo mudança nas práticas, no sentido de implementar práticas agroecológicas e/ou mais sustentáveis à prática da AUP. Nesse sentido, destaca-se a iniciativa do EREMCC, que demonstra maior interesse e compreensão no que tange à produção agroecológica e suas práticas, mesmo que o termo agroecológico não seja um termo familiar aos integrantes da horta.

Quanto ao protagonismo das mulheres no universo das experiências analisadas, constata-se que o trabalho das agricultoras urbanas de Petrolina é determinante para a existência e manutenção das duas iniciativas que se estendem por mais de 30 anos. Neste sentido, a compreensão da importância do papel das mulheres na promoção da agricultura urbana em bases que promovam a equidade de gênero faz-se necessária dada a importância da Agricultura Urbana e Periurbana para a Segurança Alimentar e Nutricional no mundo hoje e a construção de relações mais equilibradas e justas de divisão do trabalho, papéis sociais, acesso a recursos e oportunidades que permitam o pleno desenvolvimento social a partir de relações equânimes entre homens e mulheres.

Constatou-se também que um conjunto de fatores como a localização da horta, as dificuldades de organização social, as fragilidades socioeconômicas e a falta de apoio/assessoria às iniciativas de AUP são determinantes ao estabelecimento dos Circuitos Curtos de Comercialização junto às experiências analisadas e em outras iniciativas relatadas na literatura consultada.

De maneira geral, faz-se necessária a promoção da organização social e o investimento em assessoria para as experiências em Agricultura Urbana e Periurbana, bem como junto às iniciativas de ampliação dessa prática por meio de projetos, programas e/ou políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. *Revista Agriculturas*, v. 1, n. 0, p. 26, 2004.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Urban Agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. *Agro Sur* 46(2): 49-60, 2018.

BARROSO, Karol Alves; CAPUCHO, Alexandre Sandri; FREITAS, Helder Ribeiro. Levantamento de doenças foliares em hortas urbanas de Petrolina-PE. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 164-181, 2017. Disponível em: < <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/828/588>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados* 11 (29), 1997, p. 79-93

CHAFFOTTE, Lydie; CHIFFOLEAU, Yuna. Vente directe et circuits courts: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1-2, fév. /mar. pp. 1-8, 2007. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:K0v4tJwJVvAJ:https://www.plate-forme21.fr/spip.php%3Faction%3Daccéder_document%26arg%3D1014%26cle%3Db9ae3558c2d32d202e0c17d071435e1265fd744f%26file%3Dpdf%252F-Cahier_1-_typo_et_evalutation_.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 24 set. 2020.

CNAU – Coletivo Nacional de Agricultura Urbana: *Do III ENA (Juazeiro, 16 a 19 de maio de 2014) para cá*. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2015/04/DoIIIENAParaca.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, junho de 2013. p. 26 a 52.

FARFÁN, Silver Jonas Alves. *Diagnóstico de Hortas Comunitárias no Dipolo Juazeiro-BA e Petrolina-PE: Perfil e Demandas de Pesquisas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Juazeiro, 2008, p. 18.

FAO. *Cidades mais verdes na África*. Primeiro relatório sobre a horticultura urbana e periurbana. Roma, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2013.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FORZZA, Rafaella Campostrini (org.). *Flora do Brasil 2020 em construção*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ConsultaPublicaUC.do#CondicaoTaxonCP>> Acesso em: jan. 2019.

FREITAS, Helder Ribeiro *et al.* Agricultura Urbana y Periurbana Agroecológica: conexiones entre experiencias del Semiárido Brasileiro y el AMBA/Argentina. *Proyección: estudios geográficos y de ordenamiento territorial*. v. XIV, (27). ISSN 1852 -0006, (p. 131-159). 2020. Disponível em: <http://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/proyeccion/article/view/3762>> Acesso em: 12 out. 2020.

FREITAS, Helder Ribeiro *et al.* Agricultura Urbana y Periurbana Agroecológica: conexiones entre experiencias del Semiárido Brasileiro y el AMBA/Argentina. *Proyección (Mendoza. en Línea)*, v. 14, n. 27 (2020): Espacios agrícolas periurbanos en el siglo XXI – Dossier, p. 131-159-159, 2020. Disponível em: <http://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/proyeccion/article/view/3762>> Acesso em: 15 jan. 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. Converting to Ecologically based Manegment. In: GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. Boca Raton: CRC Press, 2015. p. 275-285.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla *et al.* *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba, 2012.

HALLIDAY, Jess. Os mercados de mulheres produtoras de Mezitli, Turquia. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 37, 2020.

IBGE. *População*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>. Acesso em: 12 out. 2020.

MENDONÇA, Márcio Mattos de. Semeando Agroecologia nas Cidades. *Agriculturas*. v. 9, n. 2, setembro de 2012. p. 4-5.

MIGUEL, Silvia. Agricultura urbana, articulação social e poder público em pauta. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/agricultura-urbana-articulacao-social-e-poder-publico-em-pauta?searchterm=agricultura+urbana>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MOREIRA, Crispim. *A Trajetória Contemporânea da Agricultura Urbana. Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MUNDLER, Patrick. Les Associations pour le maintien de l'agriculture paysanne (AMAP) em Rhône-Alpes, entre marché et solidarité. *Ruralia*, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ruralia/1702>. Acesso em: 17 jan. 2021.

ORJUELA, Fernando Neira. Agricultura urbana, organização familiar e autonomia feminina ao sul da Cidade do México. *Revista de Agricultura Urbana*, maio 2004.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. *A questão do gênero no desenvolvimento agroecológico*. Disponível em: plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=16920. Acesso em: 18 maio 2019.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. Las Prácticas Agrícolas en las Periferias Metropolitanas: territorialización y sociabilidad en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina. In: MARTINS, P.; SÁNCHEZ, H. Á.; WELTER, T. (org.). *Território & Sociabilidade: relatos latinoamericanos*. 1. ed. Florianópolis: Editora da Udesc, 2012.

SANTOS, Diego Henriques. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. *Revista Multidisciplinar da UNIESP*, n. 11, jun. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, Laine; RODRÍGUEZ, Alexandra. A importância da Análise Feminista na pesquisa em agricultura urbana. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 37, 2020.

WILBERS, Joanna; HOVORKA, Alice; VEENHUIZEN, René van. Dimensão de gênero e agricultura urbana. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 12, maio de 2004.

MULHERES CONSTRUINDO SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS NO AGRESTE PERNAMBUCANO

HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE
LUCIANO PIRES DE ANDRADE E LUCIANA MAIA MOSER

Introdução

Sistemas alimentares são construídos a partir de histórias e realidades locais. As mulheres, ao longo dos anos, vêm construindo esses sistemas, mas são invisibilizadas em suas atividades e processos produtivos. Nessa construção, que envolve a produção de alimentos e a reprodução da vida, as mulheres se empoderam e veem que a utopia de um mundo melhor é feita também a partir de suas mãos e descobrem que esse pode ser reconstruído com suas ações e a (re) criação de novas histórias. Com essa percepção, transformam realidades, resgatam tradições, culturas e vivências camponesas, fazendo do seu território um lugar de vida, com “festa, trabalho e pão”.

Mulheres no Agreste de Pernambuco vêm ressignificando suas trajetórias no meio rural. Com seu trabalho e ações, vêm construindo sistemas alimentares agroecológicos com lógicas mais humanas, em uma vivência carregada de significados e com transgressões às estruturas que ainda precisam ser rompidas nos mais diferentes territórios. Dentre essas, as que invisibilizam as mulheres rurais no mercado globalizado e em larga escala, sem considerar as iniciativas locais, as desigualdades de gênero, a perspectiva da economia solidária e construção de mercados sociais e inclusivos.

O agreste meridional, mantendo ainda essa característica de produzir alimentos para outros locais, é conhecido, atualmente, como “bacia leiteira” e “território do feijão”, sendo esses setores bastante incentivados em ações governamentais, nos últimos anos. Por sua vez, outras iniciativas locais, como as agroecológicas, são pouco reconhecidas na região.

Nesse território, há uma concentração maior de pequenas propriedades rurais com agricultores familiares que desenvolvem atividades produtivas voltadas para o consumo da família, abastecimento de mercados locais e de outras regiões.

Esses agricultores cultivam, predominantemente, o feijão, a mandioca e o milho, em monocultivos ou de forma consorciada, e em regime de “sequeiro” (dependente dos períodos de chuva, atribuídos pela população entre os meses de março a julho). Muitos utilizam práticas de agricultura convencional com uso excessivo de agrotóxico, em detrimento de práticas mais tradicionais e sustentáveis com cultivos diversos voltados para o autoconsumo, características da agricultura familiar e camponesa.

Como consequências de modos convencionais e de monocultivos, constatamos aumento da pobreza e fome nas áreas rurais, insegurança alimentar e nutricional, perda da agrobiodiversidade e de variedades locais e crioulas de feijão, com tendência à especialização produtiva, influenciada por atravessadores (BALENSIFER, 2019). Além disso, os agricultores e agricultoras relataram que vêm adoecendo e há casos de mortes decorrentes do uso de agrotóxicos.

Convém destacar que a prática do uso de agrotóxicos pelos agricultores e agricultoras compromete a saúde, contamina os alimentos e o ambiente e é uma ameaça à vida, que vem se alastrando nos últimos tempos no Brasil (IBGE, 2017) com o incentivo do Governo Federal, que promoveu a liberação de agrotóxicos banidos em outros lugares do mundo, colocando o país como um dos maiores consumidores de agrotóxicos entre as dez maiores economias do planeta, enquanto ocorre uma diminuição em vários países desenvolvidos (MORAES, 2019).

Nesse território, falta para as mulheres agricultoras assistência técnica que as apoie nos processos de transição agroecológica com adoção de práticas de agriculturas mais sustentáveis, bem como políticas públicas específicas de gênero que venham a fortalecê-las e apoiá-las na superação de desigualdades. Essa é uma realidade que ocorre em diferentes regiões do Brasil, apresentada nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e no estudo “Mulheres Rurais, Censo Agro 2017”, realizado pelo Mapa, Embrapa e IBGE (BRASIL, 2020). Esses revelaram que ainda persistem as situações de desigualdade de gênero: na propriedade da terra (81% homens e 19% mulheres), no acesso às informações técnicas (14,3% homens e 9,6% mulheres), na participação em atividades associativas (12,8% homens e apenas 5,3% mulheres), além das diferenças no acesso ao crédito, dentre outras.

Apesar dessas situações desfavoráveis às mulheres rurais, tanto no contexto local quanto no nacional, há, nessa região do agreste, experiências agroecológicas significativas e inovadoras. São iniciativas realizadas pela Incubadora, Centro Vocacional Tecnológico e Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa (CVT e NEA AGROFAMILIAR), da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE. Bancos de Sementes apoiados pelas Redes de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – SEMEAM e pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), além das realizadas por outras organizações.

Dentre essas experiências, destacamos a Feira Territorial da Agroecologia e Agricultura Familiar do Agreste Meridional de Pernambuco – a Agrofeira, como estratégia de estímulo à construção de sistemas alimentares agroecológicos com ação efetiva e em rede, envolvendo diferentes organizações, movimentos, povos e comunidades tradicionais e associações de agricultores e agricultoras em prol do desenvolvimento territorial na região.

Essa iniciativa vem sendo apoiada pela Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco, Reagro, criada em 2017, que articula organizações para o fortalecimento da agricultura sustentável no território, contribuindo assim para que ações, como as dessas feiras, possibilitem o protagonismo dos agricultores e agricultoras. A Reagro trabalha ainda com temáticas pertinentes à Agroecologia, como Gênero e Juventude, Transição Agroecológica e Sistemas Alimentares; Tecnologias sociais e Convivência com o Semiárido; Conservação da Agrobiodiversidade, dentre outras, e para efetivar seus objetivos promove ações e eventos.

A Agrofeira vem acontecendo desde 2017 na cidade de Garanhuns, em uma perspectiva territorial, proporcionando uma experiência que integra produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. Essa experiência tem influenciado os hábitos alimentares das famílias dos próprios agricultores envolvidos no processo e também dos consumidores, ao mesmo tempo constituindo uma experiência de sistema alimentar agroecológico, em mercado local, na região.

Este capítulo parte da observação e entrevistas com mulheres que participam dessa iniciativa. A narrativa será apresentada a partir das vivências, observações e conversas com cinco mulheres. Na construção desta narrativa, foi considerado ainda o levantamento de sistematizações e artigos elaborados por pesquisadores da Incubadora, CVT e Núcleo Agrofamiliar, da Ufape. Assim, discorrer-se-á brevemente sobre a iniciativa, as resistências e persistências camponesas, a busca por um espaço no território e a construção de novas

lógicas de construção de sistemas alimentares agroecológicos, de mercados. E ainda serão trazidos relatos que vêm influenciando, gerando sentidos e significados e possibilitando a construção de conhecimentos agroecológicos, ressignificação de saberes e o desenvolvimento das comunidades.

O trabalho estrutura-se em três partes: I – O início da Rede de Agroecologia no Território; II – A Agrofeira e suas contribuições no empoderamento das mulheres e na construção de sistemas alimentares; e III – Considerações Finais: Reflexões sobre os desafios, avanços, e perspectivas dessas experiências para as mulheres, além de contemplar conteúdos que dialogam com as relações das mulheres e a agroecologia e suas conexões com a soberania e segurança alimentar na construção de sistemas alimentares locais.

Início da Rede de Agroecologia no Território

Após a realização da I Caravana Agroecológica e Cultural no Agreste de Pernambuco em 2017, um conjunto de organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicais e pastorais, povos e comunidades tradicionais e organizações sociais e coletivas de agricultores decidiu realizar na região uma ação em rede que possibilitasse integrar as organizações para desenvolver uma experiência junto aos agricultores: uma feira agroecológica com perspectiva territorial.

Naquele momento, a atuação em rede ainda era algo pouco comum. A necessidade de assistência técnica para acompanhamento do processo de transição agroecológica com redesenho dos agroecossistemas nas propriedades e formação e acompanhamento técnico às agricultoras e agricultores era real. O contexto político havia mudado, após golpe e impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e as consequentes alterações no Governo Federal, retirando apoio aos projetos de políticas públicas para atividades e ações das organizações e movimentos sociais, que contribuem para o desenvolvimento nas áreas rurais e fortalecimento da Agricultura Familiar. Dessa forma, seria preciso que as organizações somassem esforços e os poucos recursos disponíveis, para que a experiência pensada pudesse ser viabilizada e ampliada para uma dimensão territorial.

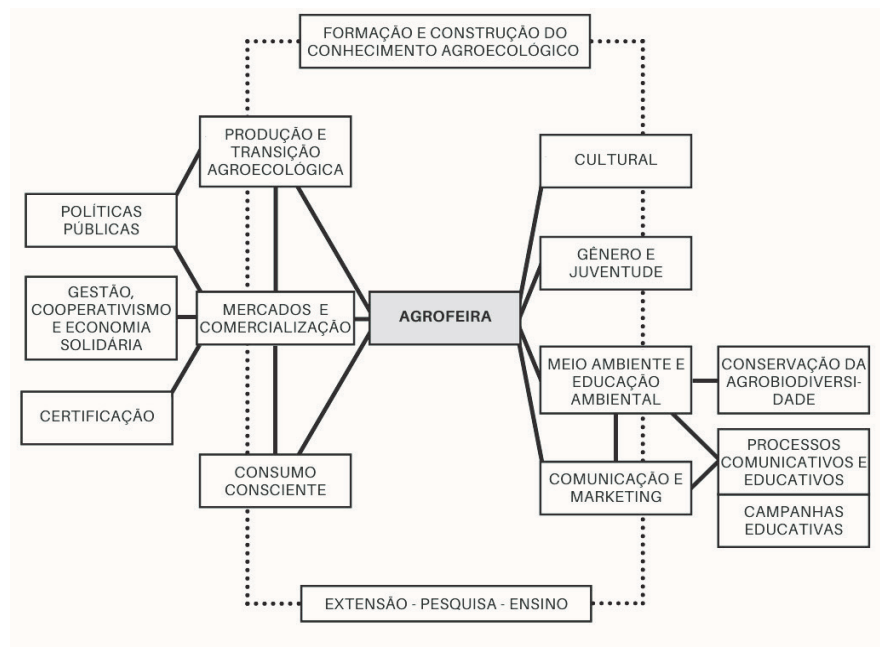
Para ampliação em escala, seria preciso envolver agricultores de outros municípios, além de Garanhuns. E esses precisariam do apoio das organizações durante o processo, sendo fundamental a articulação em rede das instituições. Dessa forma, a Reagro, formada por um conjunto de organizações,

assumiu a iniciativa junto com a Incubadora, o CVT e NEA Agrofamiliar. Por conseguinte, cada uma das organizações assumiria a cogestão e funções distintas, de acordo com o que fosse planejado no projeto e junto aos grupos de agricultores do território, sendo uma dessas a assistência técnica.

A partir disso, as organizações criaram os critérios para participação dos agricultores e buscaram, primeiramente, identificar e dialogar com as associações e grupos de agricultores para adesão ao projeto.

A experiência foi concebida, de forma complexa, para ampliação da produção, e consumo consciente de alimentos agroecológicos nos territórios, colaborando com o fortalecimento da agricultura familiar e o protagonismo dos agricultores. Permitindo ações estratégicas em diferentes áreas e abordagens da Agroecologia, incluindo mercados, gênero e juventude, processos educativos e comunicativos, dentre outras (Figura 1), tendo a feira agroecológica como eixo central.

Figura 1 – Desenho esquemático de organização e eixos temáticos de atuação e dimensões da Agrofeira.



Fonte: Os autores

Estimular o resgate cultural e adoção de AGRI-culturas camponesas e agroecológicas e suas práticas, a alimentação saudável para as famílias dos agricultores e consumidores, seriam desafios assumidos pela rede, na construção de sistemas alimentares, considerando a perspectiva da economia solidária e criação de mercados com circuitos curtos de comercialização no território.

Paralelamente, foi proposta uma estrutura de apoio da Reagro para a articulação nos territórios e realização da feira. Essa estrutura atuaria no processo de autogestão onde a Reagro, por meio de suas organizações, daria suporte às famílias de agricultores e suas organizações coletivas (associações, cooperativas ou grupos informais) para participar na feira e nas atividades de formação, incluindo um curso de certificação para Organizações de Controle Social (OCS's) e posterior Cadastro no MAPA. De forma mais sistemática, foi planejado o acompanhamento de assistência técnica às famílias na produção de alimentos agroecológicos.

Na realização da feira, a Reagro assumiu um papel fundamental no apoio, desde a estruturação física (espaço de realização, barracas), logística, criação de logomarca e materiais de divulgação (banners, faixas, folder), apoio de estagiários à criação de alternativas de mercados como os grupos de consumo, dentre outros.

Com o apoio da Reagro, a feira vem sendo realizada, continuamente, e se configurando como lugar de experimentações agroecológicas e aprendizagens para os envolvidos na rede e outros, fomentando atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a discussão de temáticas sobre a visibilidade das mulheres agricultoras, soberania e segurança alimentar e nutricional, desigualdades de gênero, dentre outras. Dessa forma, a feira vem se constituindo como espaço autogestionado de construção do conhecimento agroecológico, considerando a Agroecologia com uma Ciência do campo da complexidade, Movimento e Prática e suas relações com a sustentabilidade agrícola e ambiental de sistemas alimentares (WEZEL *et al.*, 2009).

A Agrofeira e suas contribuições no empoderamento das mulheres e na construção de sistemas alimentares

A Agrofeira, iniciada em 2017, acontecia uma vez por mês, e depois quinzenalmente, na Ufape, pois a gestão municipal não disponibilizava de um espaço público para a sua realização. Só em 2018, a Agrofeira conseguiu um espa-

ço no Parque Euclides Dourado, e começou a funcionar semanalmente, duas semanas na Ufape e as outras duas no Parque. Em 2019, após convite feito pela Direção da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns, a feira passou a acontecer ali, semanalmente, às quintas-feiras, alternando-se entre os espaços das duas universidades, e às quartas-feiras no Parque.

Foram muitos os desafios iniciais: o espaço, as barracas, o transporte, a organização da produção de alimentos agroecológicos pelas famílias, a assistência técnica, mas cada organização ia apoiando os agricultores, de alguma forma. As barracas foram adquiridas por meio de um projeto financiado pelo CNPq e emprestadas aos grupos até conseguirem adquirir as suas.

Quando a feira começou a acontecer no Parque, a Ufape apoiava na logística de transporte das barracas até o local. Os estagiários da Incubadora e do CVT e NEA Agrofamiliar apoiavam os agricultores na montagem e desmontagem das barracas, na organização da feira e do Grupo de Consumo, na realização de oficinas de receitas e degustação de alimentos produzidos a partir dos itens comercializados, no acompanhamento da produção dos agricultores e ainda desenvolviam pesquisas. Outras Instituições, como o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o Instituto Raízes, Projeto Jucati Sustentável, Rede SEMEAM, Movimentos Sociais, Sindicais e pastorais (MST, MMTR-NE, CPT, Fetape, Sintraf) atuavam na assistência técnica, nos momentos de formação e nas oficinas.

Todo esse processo foi planejado e discutido, nas rodas de diálogos e junto aos envolvidos, na própria feira e na Reagro, pois a pretensão era criar uma experiência piloto que pudesse contribuir na ampliação da Agroecologia no território.

Atualmente, a feira contempla agricultores e agricultoras de quatro municípios: Garanhuns, Bom Conselho, Jucati, Saloá, mas, no início do processo, participavam outros dos municípios de Jupi e de São João. A feira, portanto, já contemplou seis dos 20 municípios que compõem o Território da Cidadania na região.

O Território da Cidadania do Agreste Meridional foi fruto de um programa governamental do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para dar continuidade à consolidação da abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Tinha o objetivo de promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades de gênero, geração, raça e ren-

da ainda presentes no Brasil e no meio rural (HORA e BUTTO, 2014). O MDA, SDT e o Programa foram extintos em 2018, pelo Governo Federal, impactando negativamente nessa articulação e na política pública de desenvolvimento dos territórios. Apesar disso, as iniciativas de mobilização e articulação entre os atores sociais, incluindo agricultores e agricultoras e organizações, ainda acontecem nesse território.

Os agricultores e agricultoras envolvidas na Agrofeira vêm produzindo e comercializando sua produção agroecológica nas três feiras agroecológicas, citadas anteriormente, que ocorrem atualmente em Garanhuns. Comercializam alimentos *in natura* de origem vegetal – frutas, hortaliças, tubérculos, plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e de origem animal (ovos, mel, queijos). Além de alimentos beneficiados, “minimamente processados” (couve fatiada, macaxeira descascada, coco ralado) ou processados artesanalmente, em agroindústria familiar, com valor agregado (doces, pães, bolos, geleias, goma e massa de mandioca, temperos e confitados).

Outra parte da produção é comercializada em Grupos de Consumo, por meio de pedidos on-line por aplicativo, redes sociais ou grupo de WhatsApp, com entrega em domicílio ou retirada no local de cestas agroecológicas, estratégia que se intensificou no período da pandemia em decorrência da covid-19.

A atuação da Reagro viabilizou a construção das plataformas digitais, junto aos parceiros, bem como a formação e acompanhamento dos Grupos de Consumo para as vendas on-line nos canais de comercialização criados. De certa forma, isso favoreceu, no período da pandemia, uma rápida adaptação às demandas atualizadas do mercado e da sociedade, com mudanças na organização das agricultoras e agricultores para garantir a oferta e acesso aos produtos.

A Agrofeira foi a primeira feira agroecológica a funcionar no território do agreste meridional de Pernambuco-Brasil, cujos agricultores e agricultoras receberam a declaração no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que permite a venda direta dos agricultores aos consumidores. Receberam suas declarações em junho de 2019, em um seminário organizado pelo MAPA, Agrofamiliar e a Reagro, na Ufape.

Para efetivar esse cadastro, foram estruturadas as Organizações de Controle Social (OCSs) a partir das Associações Comunitárias existentes nos municípios, além da promoção de curso sobre certificação para os agricul-

tores participantes da feira, lideranças das associações e representantes da Reagro, pelo Agrofamiliar.

Participam da Agrofeira quatro OCSs, duas em Garanhuns e as outras em Bom Conselho e Jucati. No total, são 28 agricultores(as) cadastrados(as), e, desses, 17 são mulheres, representando 60,7%, inclusive uma OCS é formada unicamente por mulheres do grupo Guerreiras Quilombolas do Castainho.

A Agrofeira tem mostrado muitos desafios e possibilitado conquistas para as mulheres participantes dessa experiência. Elas vêm desempenhando papéis importantes e estratégicos na construção de sistemas alimentares agroecológicos no território que discutiremos nos tópicos a seguir:

a) Mulheres que produzem e comercializam

Além da produção e reprodução, e das múltiplas atribuições e tarefas outorgadas sócio e culturalmente às mulheres, as agricultoras do agreste meridional vêm atuando fortemente nas atividades de produção nos agroecossistemas familiares e de comercialização. Participam desde os processos de plantio e colheita, até a higienização e preparo dos alimentos para comercialização, agregando valores a alguns produtos.

As mulheres agricultoras têm assumido a comercialização nas barracas e a contabilidade dos produtos comercializados, tanto nos momentos de realização da feira quanto nos dois Grupos de Consumo formados onde as vendas ocorrem através de meios virtuais (aplicativos de mensagens, redes sociais e site). Elas vêm assumindo, ainda, outras estratégias de comercialização, como a venda da produção em suas propriedades aos vizinhos e outros consumidores que vão até o local em busca de determinados alimentos.

De forma esporádica, vendem os alimentos produzidos para organizações que realizam eventos que disseminam a Agroecologia e estimulam o consumo de alimentos agroecológicos, como já ocorreu em atividades da Fetape e nos Encontros e Seminários de Agroecologia na Ufape.

Além dessas formas de comercialização, acontecem as relações de trocas e doações dos alimentos que comercializam, de sementes e mudas entre as famílias que participam da feira. Como instrumento de acompanhamento e empoderamento feminino, essas agricultoras estão sendo estimuladas

pela Reagro para uso das cadernetas agroecológicas, a exemplo de outras que já utilizam essa ferramenta.

Apesar dos avanços no campo da comercialização, as agricultoras da Agrofeira, bem como outros agricultores(as) no território, não têm conseguido acessar os mercados institucionais, em seus municípios, através de programas como: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Embora essa temática venha sendo trabalhada nas formações e em reuniões, a inserção dos agricultores nesses mercados ainda não se efetivou, sendo, portanto, um desafio e, ao mesmo tempo, uma meta do grupo.

Dentre as dificuldades para o acesso a esses programas, as agricultoras mencionaram a sobrecarga acumulada com trabalho doméstico e produção agrícola e falta de tempo para buscar informações. Além desses entraves, destacam-se: a falta de orientação e informações técnicas sobre como participar e a necessidade de apoio e orientação por parte dos gestores e secretarias de agricultura municipais. A superação dessas dificuldades poderia garantir a implantação efetiva dessas políticas públicas na construção de mercados institucionais para o fortalecimento da Agricultura Familiar na região.

A viabilização desses mercados institucionais, além de possibilitar a ampliação da produção agroecológica, estimula o consumo de alimentos agroecológicos, fator importante no combate à insegurança alimentar nos municípios, inclusive nas famílias agricultoras. Nesse aspecto, Grisa e Schneider (2015) afirmaram que iniciativas que integram um conjunto de políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar mostram-se eficazes e são indicadas na redução da pobreza no meio rural.

A participação na Reagro tem possibilitado às mulheres um espaço de diálogo e construção de todo o processo que envolve a formação de sistemas alimentares, produção-consumo e comercialização com empoderamento, visibilidade e favorecimento da sua autonomia camponesa. Esses processos coletivos e participativos concebidos em diálogo favorecem a construção do conhecimento agroecológico e os processos de transição agroecológica, a partir de experimentações e vivências concretas nos territórios.

Nesse sentido, há sinais de fortalecimento do cooperativismo nas associações e formação de redes locais nas comunidades, com o estímulo à participação das mulheres e jovens em atividades não agrícolas (artesanato da palha de bananeira, pintura, crochê, bordado e corte e costura), assim como à formação de grupos e criação de novas OCSs para integrar a Agrofeira.

As mulheres que participam da Agrofeira são estimuladas a opinar, discutir sobre os conflitos, apresentar sugestões e sobretudo a se organizar coletivamente e participar, também, de outras “redes de colaboração solidária” que possam surgir na família, na comunidade ou território. Também são estimuladas a participar de espaços representativos, sejam esses conselhos, fóruns e associações nas suas comunidades e em outros lugares.

A partir dessa motivação, as mulheres ouvidas relatam que se sentem mais empoderadas, participando mais ativamente e, inclusive, ocupando espaços de liderança, como a coordenação colegiada da Agrofeira e a presidência de associações em suas comunidades que deram origem às OCSs (Tabela 1), o que sinaliza o protagonismo e empoderamento dessas mulheres na região. Estão envolvidas e assumindo a comercialização, campanhas educativas e oficinas na própria feira, além de representar a Agrofeira, socializar a experiência, em eventos de Agroecologia na Ufape, e em outros promovidos pelas escolas e em diversos locais onde são convidadas.

Tabela 1 – Associações de Agricultores e Agricultoras Familiares e Organizações de Controle Social (OCSs) de quatro municípios do Agreste Meridional de Pernambuco que participam da Agrofeira.

Associações	Município	M	H	Total	OCS (*originada da Associação)	M	H	Total
Associação Comunitária Nova Vida	Garanhuns	86	45	131	OCS Sítio Cruz	2	4	6
Associação Quilombola do Castainho	Garanhuns	131	34	165	OCS Mulheres Guerreiras Quilombolas do Castainho	6		6
Associação Agroecológica Quintal Verde	Jucati	12	4	16	OCS Quintal Verde	3	2	5
Associação Comunitária Efigênio Barros Couto do Sítio Olho d'água de São Victor	Bom Conselho	41	29	70	OCS Bom Conselho	6	2	8
Total Geral		270	112	382		17	11	28

M= Mulheres; H= Homens; OCS- Organização de Controle Social

Fonte: Os autores (2020)

As mulheres agricultoras vêm participando da Rede Semeam por meio da formação dos Bancos de Sementes Comunitários, também nos seminários e na Feira de Trocas de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco. Essa rede tem sido fundamental no resgate das sementes crioulas e sua conservação como características e identidades da cultura camponesa no território.

As agricultoras resgataram variedades crioulas de milho e de feijão e com o apoio da Semeam e Reagro vêm conseguindo comercializar algumas das variedades de feijões na feira (feijão pau, leite, enxofre, fogo-na-serra, crista de galo, cafezinho, rosinha, favita), além do feijão preto, mulatinho, gandu e diversas favas. Essa iniciativa tem favorecido o resgate das memórias, histórias e tradições locais na cultura alimentar, e possibilitado a criação de mercado para variedades de feijões crioulos do e no território.

A participação das mulheres nas redes, nos espaços de mobilização e na organização social e coletiva influencia positivamente para que as experimentações agroecológicas aconteçam e possam avançar no território, com ampliação das experiências que já vêm ocorrendo. Além disso, favorece o protagonismo e empoderamento feminino com estímulo à sua participação em espaços públicos e políticos de luta, pela garantia e manutenção de políticas públicas para as mulheres e pelos direitos de igualdade de gênero e justiça social.

b) Mulheres, soberania e segurança alimentar

As mulheres têm assumido histórica e culturalmente a alimentação, nutrição e saúde dos membros da família e detêm conhecimentos tradicionais que vão desde a seleção e plantio de espécies ao preparo de alimentos e remédios caseiros. Dessa forma, cultivam em seus agroecossistemas uma grande riqueza e variedade de espécies alimentícias, medicinais e ornamentais, em sistemas de policultivos que podem abrigar hortas, quintais produtivos e agroecológicos e sistemas agroflorestais. Produzem alimentos para consumo da família e ainda conseguem ofertá-los em quantidade, qualidade e diversidade em mercados locais, como vem acontecendo na Agrofeira. No Brasil, as mulheres rurais representam cerca de 45% da força de trabalho agrícola (SEIBERT *et al.*, 2019).

As mulheres, apesar de serem estruturalmente invisibilizadas e estarem em desigualdade de gênero no meio rural, exercem papel predominante

na produção de alimentos, com seus saberes e práticas tradicionais, contribuindo para a soberania e segurança alimentar.

Andrews e Lewis (2019) alertam que elas continuam sendo desproporcionalmente afetadas pela fome e tornadas invisíveis nos sistemas alimentares. Dados mundiais mostram ainda que representam o grupo mais vulnerável e afetado com a insegurança alimentar que homens, comparando o mesmo estrato social, econômico e cultural (FAO, 2020).

As agricultoras da Agrofeira têm atuado na seleção e conservação de variedades e espécies “*in situ*” ou em bancos de sementes familiares ou comunitários, mantendo a agrobiodiversidade, como por exemplo no resgate de sementes crioulas (de milhos, feijões e favas) que representam autonomia e soberania alimentar dos povos. Dessa forma, vêm exercendo o papel de guardiãs da agrobiodiversidade e do patrimônio genético e cultural, prática estimulada pelas redes Semeam e Reagro.

Na Agrofeira, além das variedades crioulas de feijão e favas, as agricultoras têm colocado outros produtos com finalidades alimentícias, medicinais e ornamentação para comercialização e usado seus conhecimentos tradicionais na troca de conhecimentos sobre receitas de alimentos, chás e remédios caseiros com outras agricultoras e consumidores, sendo, dessa forma, como mencionam Andrews e Lewis (2019), “progenitoras de cadeias alimentares” e portadoras de conhecimentos tradicionais.

Do ponto de vista histórico e social, cabe ainda às mulheres os conhecimentos e práticas destinadas à criação de pequenos animais para abate e consumo, como galinhas, porcos, caprinos e ovinos, uma atribuição que se expressa na Agrofeira com a comercialização de ovos e galinha caipira.

As mulheres da Agrofeira também estão resgatando receitas de alimentos tradicionais, inovando e diversificando por meio do beneficiamento de alguns produtos comercializados, agregando valor como na fabricação de pães, bolos, temperos, molhos e compotas. Assim, desenvolvem estratégias que visam aumentar o lucro e diminuir o desperdício quando a oferta é maior que a procura.

A participação das mulheres na feira tem contribuído no resgate de seus conhecimentos camponeses, no “sustento” das famílias, além das melhorias nos seus agroecossistemas com incremento na diversidade de cultivos e reflexos na oferta de alimentos em maior diversidade, quantidade e qua-

lidade às famílias e aos consumidores, como apresentados em alguns dos depoimentos das agricultoras:

[...] Antes a gente plantava, mas agora a gente sabe mais da Agroecologia e como conservar mais a terra, o meio ambiente [...] (Maria de Jesus, Sítio Cruz, Garanhuns)

[...] A feira tem impacto econômico e a gente começou a plantar mais, pois antes a gente não tinha onde escoar o excedente! [...] (Eri-vane, Associação Agroecológica Quintal Verde, Jucati)

[...] A feira ajuda na alimentação da minha família e na dos outros. A gente depois da feira começou a se alimentar melhor [...] (Valmira, Grupo de Mulheres Guerreiras Quilombolas do Castainho, Garanhuns).

A participação das agricultoras na Agrofeira e na Reagro tem gerado conflitos em alguns momentos, mas diálogos têm possibilitado transformações na divisão sexual do trabalho doméstico, na organização do trabalho dos membros das famílias para as atividades relacionadas à produção agrícola e beneficiamento da produção, como os envolvendo no empacotamento de temperos, doces e pães. Além da organização das famílias na divisão do trabalho doméstico e produtivo, houve uma reorganização e redistribuição de atribuições entre seus membros para atividades de comercialização, participação em cursos e formações e representação em espaços de organizações coletivas dos agricultores (cooperativas, associações, grupos informais, sindicatos).

A Agrofeira tem ainda favorecido a organização dos agricultores e agricultoras para desenvolver diferentes estratégias de comercialização, possibilitando a criação de mercados sociais e de proximidade, com relações de reciprocidade entre as agricultoras-produtoras e os consumidores. Consequentemente, essa organização e as estratégias desenvolvidas têm eliminado atravessadores neste circuito produção-consumo.

Dessa forma, como afirmam Andrade *et al.* (2020), a experiência da feira agroecológica no território contribui para a visibilidade, empoderamento das mulheres e reconhecimento do seu papel e importância na construção de sistemas alimentares e mercados solidários para Agricultura Familiar. Além disso, tem impactado positivamente na promoção da soberania e segurança alimentar e na saúde através do estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (Lei n. 11.346/2006). A participação das mulheres na feira deve ser pensada para além de uma relação de produção e consumo, uma vez que se conecta com melhor acesso à alimentação saudável, nutritiva e diversificada das famílias agricultoras camponesas e também daquelas consumidoras. Além disso, essa participação estimula mercados locais com outras lógicas, como a economia solidária, incentivando a reflexão e o consumo ético da produção familiar agroecológica. Corroborando a ideia, nesse sentido, Butto *et al.* (2014) comentaram que as mulheres rurais atuam como as principais protagonistas na segurança alimentar da unidade familiar com atividades desenvolvidas de produção vegetal e animal, que são relevantes e extremamente necessárias para o autoconsumo. Afirmam ainda que atividades desenvolvidas nos quintais, roçados e pequenas criações não são reconhecidas e consideradas nas estatísticas oficiais, sendo um desafio a mensuração da importância das múltiplas atividades realizadas pelas mulheres, para estabelecimento de políticas públicas.

É importante relacionar essa experiência agroecológica com as mudanças observadas na sociedade contemporânea, sobretudo na alimentação. Apesar das mudanças em curso na sociedade, essas atividades acontecem em velocidade menor que a necessária para a manutenção da sustentabilidade do planeta e, por conseguinte, na promoção da saúde das populações. Dessa forma, cabem questionamentos como: De onde vêm os alimentos? Como são produzidos? Qual o custo econômico, social e ambiental de produção e aquisição? Cada vez mais se faz necessária essa reflexão e posicionamento da sociedade que deve conceber o alimento não como mercadoria, mas como um direito, e o ato de comer como ato político.

Nesse aspecto, o debate sobre a soberania e segurança alimentar precisa levar em consideração a integração do campo com a cidade, uma vez que o alimento produzido no campo alimenta a cidade. Além disso, as responsabilidades devem ser compartilhadas entre os diversos setores da sociedade, mas também com o poder público, através de políticas públicas de valorização, suporte e incentivo à produção e comercialização de produtos saudáveis produzidos nos territórios, considerando os hábitos alimentares tradicionais dos povos em questão. Precisa ainda possibilitar a reflexão crítica sobre as estruturas sociais e as desigualdades nas relações de gênero, etnias, nas relações de poder, para garantir o empoderamento das mulheres, o enfrentamento das violências, o fortalecimento das resistências e lutas para autonomia e a visibilidade da sua produção para além do autoconsumo (NOBRE *et al.*, 2010).

Considerações finais: reflexões sobre os desafios, avanços e perspectivas da experiência para as mulheres

Dentre os desafios enfrentados pelas mulheres que participam da feira agroecológica, foram citadas dificuldades para mobilização, organização e participação de outras mulheres e jovens da comunidade nas atividades de produção e comercialização; a escassa credibilidade de outras famílias para adoção do modelo de produção agroecológica; a ausência de transporte da produção para os locais de feira; a expansão imobiliária ameaçando suas propriedades; as multitarefas assumidas pelas mulheres e as dificuldades de conciliação entre as atividades domésticas e produtivas.

Outros desafios dizem respeito às desigualdades de gênero no acesso à titularidade de terras e crédito, falta de acompanhamento de Assistência Técnica e Extensão Rural com projetos voltados às mulheres. Há ainda questões estruturantes de uma cultura patriarcal que acabam afetando a participação feminina nas atividades produtivas, pois ainda precisam lutar para ter voz e vez na tomada de decisões na unidade familiar, na comunidade e nas organizações sociais e coletivas dos agricultores e agricultoras. São mencionados também desafios ambientais, ocasionados pelas mudanças climáticas e agravamento da crise hídrica, com escassez de água na região.

Como avanços e perspectivas, as mulheres entrevistadas comentaram sobre as melhorias econômicas proporcionadas com sua atividade na feira, possibilitando a aquisição de outros produtos e bens à família. Outros aspectos positivos citados incluem a maior oferta e diversidade de itens da própria produção na alimentação familiar, o envolvimento de mais membros da família nas atividades relacionadas à feira e às trocas de sementes e de mudas entre os próprios agricultores, na Agrofeira, e através da Rede Semeam.

Sobre a trajetória no processo de construção da feira, as agricultoras mencionaram alguns momentos significativos, como: a aquisição das barracas pelas famílias e grupos participantes, a realização da feira no Parque, o recebimento da declaração de cadastro pelo MAPA e os intercâmbios quando recebem agricultores e agricultoras, técnicos e pesquisadores de outras regiões ou quando vão conhecer outras experiências agroecológicas.

A troca e a aquisição de novos conhecimentos sobre práticas agroecológicas e Agroecologia, meio ambiente e conservação são valorizados pelas agricultoras, que destacam que a feira tem possibilitado o resgate da autoestima e valorização dos seus saberes ao dialogarem com outras agricultoras,

com os consumidores, participantes da Reagro, estudantes, professores, pesquisadores, técnicos, dentre outros. Essa valorização ocorre sobretudo ao participar de eventos representando a Agrofeira ou socializando a experiência vivenciada em oficinas, rodas de diálogos, entrevistas, nas visitas de escolas e até de pesquisadores de intercâmbios e cooperações internacionais. Nesse contexto, a Agrofeira vem reafirmando seu papel educativo e de ensino-aprendizagem, de construção e partilha de saberes e de vivências.

Nessa perspectiva de partilha de saberes, são comuns conversas das agricultoras com os consumidores e trocas de informações sobre receitas, usos das plantas e alimentos que podem ser feitos a partir dos produtos comercializados. Alguns alimentos processados e comercializados têm sido frutos destas conversas, do resgate de receitas tradicionais e dos cursos de que as agricultoras participam. Caracterizam-se como inovação de produtos na feira que precisa ser apoiada, pois além da diminuição do desperdício de alimentos, tem garantido resgate e inovação às agricultoras nos sistemas alimentares, ofertando novos produtos, de acordo com a sazonalidade e disponibilidade com impactos positivos na renda. É relevante, nesse contexto, reafirmar a importância da Ater no apoio às mulheres para possibilitar o aumento na oferta de alimentos em quantidade e qualidade nos territórios.

O trabalho desenvolvido pela rede agroecológica e o apoio das organizações são importantes para o empoderamento feminino, a criação de postos de trabalho e renda, a visibilidade de seu trabalho produtivo, apesar da necessidade de maior incentivo à participação de outras mulheres.

As feiras agroecológicas, concebidas sob múltiplos eixos e de forma complexa, podem contribuir para o protagonismo, o empoderamento das mulheres, na construção de sistemas alimentares agroecológicos e mercados locais através da sensibilização e valorização do consumo de alimentos naturais e saudáveis com compromisso social.

O caso apresentado, analisando a participação das mulheres na Agrofeira, sugere que sejam discutidas questões como: desigualdades de gênero no campo, insegurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, acesso a políticas públicas para mulheres e programas de mercados institucionais e assistência técnica.

A experiência da feira agroecológica pode ser ampliada em escalas maiores para que os territórios sejam espaços agroecológicos e garantidos por políticas públicas, no âmbito da Agroecologia e gênero, no planejamento de políticas alimentares para a sustentabilidade e fortalecimento da participação das mulheres no meio rural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; TELINO-JÚNIOR, Wallace Rodrigues; LYRA-NEVES, Rachel Maria *et al.* A feira como alternativa de mercado e empoderamento de agricultores agroecológicos. In: FERNÁNDEZ, Xavier Simón; NEIRA, David Pérez; RODRÍGUEZ, Damián Copena (org.). *Políticas alimentárias para a sustentabilidade*. Vigo, ES: Grupo de Investigación en Economía Ecológica e Agroecología, 2020. p. 98-107.

ANDREWS, Donna; LEWIS, Desiree. Decolonising food Systems and sewing seeds of resistance. In: *Observatório do direito humano à alimentação e à nutrição: o poder das mulheres na luta por soberania alimentar*. 11. ed. Alemanha: Lokay Druck, 2019. p. 8.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros. *Mercados para variedades de feijão da agricultura familiar: conservação da agrobiodiversidade ou caminhos para a especialização produtiva?* Recife, 2019. 184 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais>. Acesso em: 02 set. 2020.

BUTTO, Andrea Lorena; HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; DANTAS, Isolda. Políticas públicas para mulheres rurais: uma história de 10 anos Brasil. In: *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília, DF, abr., 2014. p. 130-140.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The state of food security and nutrition in the world – transforming food systems for affordable healthy diets*. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Acesso em: 02 out. 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. *Políticas públicas no desenvolvimento rural do Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; BUTTO, Andrea Lorena. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andréa Lorena; FARIA, Nalu; HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam (org.). *Mulheres rurais e autono-*

mia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília, DF: MDA, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2017*: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. *Agrotóxicos no Brasil*: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. Brasília, DF: IPEA, 2019.

NOBRE, Ana Cristina; SOUZA, Edvânia; ALMEIDA, Marli. Unidades Agroecológicas de Mulheres: empoderamento a partir da gestão. In: *Mulheres e agroecologia*: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2010. v. 1. p. 290. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/2013/03/08/mulheres-e-agroecologia-sistematizacoes-de-experiencias-de-mulheres-agricultoras>. Acesso em: 02 out. 2020.

SEIBERT, Iridiani Graciele; SAYEED, Azra Talat; GEORGIEVA Zdravka; GUERRA Alberta. Sem feminismo não há agroecologia. In: GLOBAL NETWORK FOR THE RIGHT TO FOOD AND NUTRITION. *Observatório do direito à alimentação e à nutrição*. 2019. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/pt/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia>. Acesso em: 28 set. 2020.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane, DORÉ, Thierry. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*. v. 29, n. 4, p. 503–515, out./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR, TERRITÓRIO E MOBILIDADES NO AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO

BERLANO BÊNIS FRANÇA DE ANDRADE

Introdução

Este capítulo¹ procura refletir sobre o papel da produção agrícola realizada por unidades familiares em espaços comumente referidos como rurais em um contexto de transformações nas relações de trabalho, decorrentes dos processos de mobilidade (tanto social como espacial) numa área do Agreste setentrional de Pernambuco.

Tomamos como caso trabalhadores residentes em algumas *comunidades* no município de Surubim. Historicamente, essa localidade foi associada à sua vocação agrícola. Em um primeiro momento, a cotonicultura rendeu-lhe destaque, dando-lhe importância regional levando a uma crescente circulação monetária e sustentando uma indústria de beneficiamento de algodão (MEDEIROS, 2007). Em seguida, a produção leiteira a fez uma das principais criadoras bovinas do Agreste Setentrional, numa época, a década de 1970, em que essa área apresentava a maior densidade bovina do estado (Banco do Nordeste do Brasil, 1975).

Comum a todo o Agreste, a pequena propriedade e a policultura se fazem presentes no município. E da mesma forma que a mesorregião na qual está inserida, a agricultura de base familiar em Surubim foi pressionada pelo tamanho dos minifúndios, o avanço da bovinocultura, o crescimento populacional – gerando excedente de mão de obra e expansão de áreas urbanas –, e as irregularidades das chuvas, fatores que levaram ao êxodo da população rural e à constituição de diferentes fluxos migratórios, muitos como meios que garantissem na passagem por outros lugares uma forma de man-

1. Algumas ideias apresentadas aqui foram inicialmente exploradas em nossa pesquisa de mestrado (ANDRADE, 2017), da qual recorreremos aos dados empíricos nele apresentados com alguns materiais que não foram incluídos à época.

ter o vínculo com o lugar de origem. Mais recentemente, um aglomerado de micro e pequenas empresas dedicadas à produção e comercialização de vestuários produziu um novo impacto nas áreas rurais do município. Esse tipo de atividade cria deslocamentos da população para lugares onde demandam força de trabalho. Com isso, a agricultura de base familiar passa a coexistir ainda mais com outras atividades e sob diferentes graus de importância nas pequenas propriedades.

Partindo do entendimento de uma diversidade de usos das pequenas unidades rurais, compreende-se uma multiplicidade de formas de aproveitamento das atividades agrícolas e de criação que merecem maior detalhamento. São tanto produções voltadas para um mercado consumidor, como também subsidiárias, em que o consumo interno é o foco, suplementando, apenas pontualmente, a renda e o consumo. São atividades realizadas em parcelas de terra cada vez menores, tanto em suas residências como nas de parentes e vizinhos. Em áreas de povoação mais densa, onde as casas conjugam-se umas ao lado das outras, como em algumas comunidades rurais discutidas neste trabalho, as atividades se limitam à criação nos quintais. Tal diversidade de usos só pode ser compreendida pelo histórico processo de diferenciação social do campesinato em que, como nesse caso, conjugam-se transformações na agricultura nordestina com as estratégias de que as unidades familiares lançam mão ante as limitações que lhes são apresentadas.

Trabalho e mobilidades no Agreste

No Nordeste brasileiro, a mesorregião do Agreste se distinguiu historicamente por suas variações mesológicas bem mais acentuadas que a Mata e o Sertão (ANDRADE, 2011). Trata-se de uma área caracterizada pela importância do pequeno imóvel, diferentemente das outras duas onde predomina o latifúndio, e onde também a policultura é expressiva. Nas palavras de Melo (2012), “as gradações e diversificações das atividades humanas *aparecem com tal frequência que, elas próprias, em sua variabilidade, constituem um dos característicos da área Agrestina.*” (p. 112) [destaque nosso]. Dessa forma, observa-se que há uma constante nessa região, que é a maior margem de possibilidades pelas quais se constituem e se reproduzem as relações de trabalho no campo.

Faz-se necessário explorarmos com mais atenção o peso da pequena propriedade na configuração da região. Para Andrade (2011), mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários do Agreste são formados por propriedades com explorações com extensão inferior a vinte hectares. Já Melo (2012) destaca os fracionamentos, que ele considera até excessivos, da propriedade fundiária sob a forma de pequenos sítios. Ainda segundo o autor, mesmo quando não se vê a pequena propriedade, observa-se a presença da pequena lavoura situada em sítios das grandes propriedades em relações de exploração mediadas sob a forma de parceria. Baseando-se no cadastro fundiário de 1976, Melo (1980) descreve as variações da pequena propriedade no Agreste de Pernambuco. Como explica, na parte mais oriental da região, limítrofe à Zona da Mata, observa-se uma presença maior de propriedades de até dez hectares. Essa informação ilustra a presença não só dos minifúndios como também dos *microfúndios*. De fato, Andrade (2011) chama a atenção para a diferenciação com base em categorias êmicas *sítio*, que corresponde a extensões de terra maiores, e o *chão de terra*, que possui menos de um hectare. Em trabalho de campo em uma comunidade rural em Surubim (ANDRADE, 2013) pudemos observar a existência de outro par de categorias nativas que também servem para esse tipo de diferenciação: *fortes e fracos*.²

A formação do campesinato no Nordeste se deu nas áreas deixadas livres pelos sistemas de produção dominantes (voltados para a exportação), desenvolvendo-se de forma marginal, mas cumprindo importante papel na produção de alimentos e no fornecimento de mão de obra para as fazendas (SABOURIN, 2009). Como explica Cavalcanti (1984), o caráter secundário das pequenas parcelas dedicadas à produção de subsistência se dá não apenas no que se refere ao tamanho da terra como também à localização e fertilidade dos solos.

É preciso dizer que na formação histórica da economia nordestina o latifúndio pode ser considerado como o gerador do minifúndio, o que implica que esse funcionou como condição para a sobrevivência daquele (SÁ JUNIOR, 1973). A expansão dos minifúndios, nesse aspecto, expressa não relações pré-capitalistas, mas de conteúdo plenamente capitalista, “revelando a flexibilidade que possui o sistema para adaptar-se a diversas situações”

2. Esse par também é registrado por Woortmann (1995) em pesquisa junto aos *sitiantes* no estado de Sergipe. É importante registrar que essa diferenciação não pode ser resumida ao tamanho da propriedade.

(SÁ JUNIOR, 1973, p. 145). Dessa forma, perde-se o sentido de falar em áreas “marginais”, como algo não integrado ao todo, sendo mais adequado se referir a um “complexo minifúndio-latifúndio” na expressão presente em Oliveira (2008). Assim, a compreensão da reprodução da produção agrícola familiar se dá na relação entre as agriculturas comercial e de subsistência e nos mecanismos recorridos pelas unidades familiares quando essa se torna insuficiente: o complemento com atividades não agrícolas e as migrações. Ao longo do século XX, e nessas primeiras décadas do XXI, observam-se vários processos que levaram a produção familiar no Agreste pernambucano a ganhar novos traços ou mesmo a se reconfigurar, como veremos a seguir.

O desequilíbrio entre a extensão das terras cultiváveis e o crescimento demográfico contribuiu parcialmente para que no Agreste houvesse os maiores contingentes, em Pernambuco, para as correntes internas de migração no país, em especial para São Paulo e Paraná (MELO, 2012). Tal desequilíbrio foi agravado pelo esgotamento dos solos, as secas e o avanço da bovinocultura na segunda metade do século XX. Até então, a introdução do algodão herbáceo havia possibilitado a produção de uma cultura em condições similares ao cultivo de subsistência, ou seja, nos limites da unidade familiar e a um nível técnico bastante baixo. Isso se refletia nas relações de trabalho porque não apenas os grandes proprietários, dispendo da mão de obra assalariada, cultivavam-no, como também o faziam pequenos proprietários, foreiros e moradores (LINS, 1981).

Com a gradativa substituição da cotonicultura pela produção leiteira, a pequena produção passa, cada vez mais, a concorrer com a fazenda de gado. Palmeira *et al.* (1977) colocam esse problema a partir da oposição entre *terra de trabalho* e *terra de gado*, conforme é apresentado para o campesinato local. Nesse momento, o grande proprietário volta seus interesses para a ampliação do pasto, desinteressando-se pela participação da safra obtida pelo parceiro. Posteriormente, a produção leiteira se destacará em importância no Agreste pernambucano e terá, na participação da agricultura familiar, uma contribuição significativa, de forma que atue de maneira integrada nesse circuito produtivo (SAMPAIO; VITAL, 2020), o que mostra que, apesar das significativas limitações impostas a um setor dos pequenos produtores rurais, outro se desenvolverá em relação à bacia leiteira, embora em número bem menor, se comparado ao conjunto de agricultores familiares existentes décadas antes.

O crescimento da população e a valorização da pecuária colocaram os trabalhadores agrícolas do Agreste em situação cada vez mais precária (FURTADO, 1964). Em um contexto em que é entendida como simples complemento da atividade pecuária na grande propriedade, a unidade agrícola familiar não pôde organizar a agricultura sobre a base de uma capitalização crescente. É dessa forma que as migrações entre o Agreste e a Zona da Mata serão representativas das transformações socioeconômicas na área. Sales (1982) observa, por exemplo, que as formas de deslocamento dos agrestinos para a zona canavieira, em dado momento, correspondia a uma complementaridade do nível de subsistência do camponês. Com as mudanças operadas na região – e aqui inclui a evolução da economia canavieira – o assalariamento converte-se de *complemento* para meio que *assegura* a sua subsistência. No entender da autora, a centralidade do salário converte o camponês em proletário. Mas consideramos, ao contrário, que se trata de uma adaptação permanente e de longa duração desses atores, o que não implica necessariamente numa “descampenização-proletarização”³.

As migrações Agreste – Zona da Mata podem ser descritas como alternativas a que se recorre em regiões próximas, o que permite uma sazonalidade para muitos trabalhadores. Migrações pendulares das mais variadas – para o trabalho na cana-de-açúcar, na ocupação de diversas atividades nas cidades, incluindo a capital do estado etc. – possibilitam uma forma de manutenção da pequena produção agrícola em que os migrantes em determinados períodos podem se reinserir nessas atividades. Claro que há uma variabilidade nessa relação. A saída, mesmo que temporária, implica uma redefinição da divisão do trabalho entre os que ficam. E como lembra Menezes (2009), quem migra é o indivíduo, sendo que a migração é uma estratégia familiar baseada no ciclo de vida, idade e sexo. Dessa forma, a depender das circunstâncias da produção agrícola e do trabalho externo ao grupo doméstico, pode ocorrer que determinados indivíduos (como muitos homens chefes da família) dediquem tempo às duas atividades, numa relação cada dia mais assimétrica entre elas; e outros (os filhos) vinculem-se exclusivamente às atividades não agrícolas urbanas, mas mantendo residência nas áreas rurais.

Em Surubim, como em diversos outros lugares da região, são cada vez mais presentes trabalhadores, seja do sistema de saúde, da educação, do transporte e comércio – para nos deter aos mais expressivos – residentes na zona rural e dos quais parentes com quem coabitam (majoritariamente os pais)

3. Aqui, estamos de acordo com Menezes (2002) que procura usar a categoria *camponeses-trabalhadores* para apreender melhor essa relação.

realizam atividades agrícolas. Incluem-se ainda os que habitam em residências distintas da de seus pais, mas que permanecem vinculados a eles pelos mecanismos de reciprocidade e dependência entre as casas.

Outra forma de migração, historicamente, faz-se presente na região. É aquela que desloca indivíduos para outras regiões do país, em especial para o Sudeste e o Sul. Trata-se de uma empreitada que demanda um investimento maior da unidade familiar, construindo redes com parentes e amigos que permitem acessar os lugares de destino e garantir, quando possível, a circulação entre os territórios. Como aponta Scott (2014), em vez de perder membros na emigração, a unidade doméstica está utilizando uma estratégia de aproveitamento de recursos, o dinheiro ganho em lugares distantes, para manter o local de origem. Na mesma linha, o trabalho de Garcia Jr. (1990) identifica que houve tanto migrantes que se tornaram operários como também aqueles que reproduziram a condição camponesa, em função de sua passagem temporária no mercado de trabalho industrial.

A relação entre migração e produção agrícola de pequenos produtores se dá para garantir a sua reprodução. Isso numa dinâmica em que ambas as partes se transformam mutuamente. Esse entendimento se apoia na concepção defendida por Woortmann (2009) de que a migração “não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”. (p. 217). As próprias modalidades de migração descritas por Woortmann em sua pesquisa junto a sitiantes – a migração pré-matrimonial, a migração do pai e a migração definitiva – apontam processos sociais de construção de laços, ritos e mobilidade social. São elementos que se reinventam conforme mudanças socioeconômicas avançam nesses espaços reatualizando as práticas e as estratégias desses atores. Como veremos a seguir, um conjunto de transformações recentes na região onde se insere Surubim influenciará nas relações dos pequenos produtores agrícolas.

Alguns aspectos das relações socioeconômicas em Surubim

Observando o crescimento demográfico na microrregião do Alto Capibaribe⁴ (Quadro 1) podemos notar que a partir do início da década de 1990 a população classificada como urbana ultrapassa a rural, tendência que é

4. Parte do Agreste Setentrional pernambucano formada pelos municípios de Casinhas, Frei Miguelinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.

acompanhada por Surubim. Destaca-se também o vertiginoso crescimento populacional nos anos seguintes, com a ampliação dos contingentes urbanos em relação aos rurais.

Quadro 1 – Crescimento populacional no Alto Capibaribe e em Surubim

Microrregião Alto Capibaribe			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970	121.795	35.564	86.231
1980	146.423	59.403	87.020
1991	177.674	95.843	81.831
2000	212.491	136.381	76.110
2010	273.729	204.838	68.891
Surubim			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970*	52.275	13.361	38.914
1980*	61.023	21.215	39.808
1991*	67.572	29.040	38.532
2000	50.331	33.145	17.186
2010	58.515	44.036	14.479

Fonte: Andrade (2017) a partir de dados do IBGE e Condepe/Fidem.

* Até o Censo de 1991, os municípios de Casinhas e Vertentes do Lério faziam parte Surubim, emancipando-se, respectivamente, em 1997 e 1991.

Esses números refletem as mudanças socioeconômicas que ocorrem na região. Na mesma década de 1990, os fluxos migratórios passam por sensíveis transformações. Se até então as formas de deslocamentos eram mais longas, levavam meses ou até anos e tinham áreas de origem e destino mais definidas, passa-se agora a operar formas mais curtas, pendulares e múltiplas nos seus locais de destino e se reforça o descompasso entre mobilidades social e espacial⁵. O Agreste pernambucano, como vimos, caracterizou-se pelos grandes deslocamentos para outros estados. Mas entre os anos de 1970 e 2000, a região destacou-se não só como área de evasão da população como também de atração de emigrantes em termos proporcionais (FUSCO; VASCONCELOS, 2010).

5. Num plano mais geral, a ocorrência de migrações múltiplas passa a ganhar maior visibilidade na década de 1970, conforme Menezes; Godoi (2011) e Menezes (2012).

Um dos fatores que têm contribuído tanto para o crescimento populacional como para as dinâmicas migratórias recentes, é a emergência e expansão do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco⁶ que compreende um aglomerado de micro e pequenas unidades produtivas – embora hoje já existam fábricas de grande porte – voltadas para a produção e comercialização de vestuários. Caracteriza-se pelo seu perfil majoritariamente informal, em que a produção é realizada sob regime de subcontratação, onde diferentes etapas na produção das peças de roupas são realizadas em diversas oficinas, muitas vezes no interior das residências. Essa característica descentralizada tem permitido a rápida expansão dessa atividade, incorporando espaços urbanos e rurais e produzindo uma nova territorialidade entre os municípios envolvidos. Tendo nos municípios pernambucanos de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama o eixo onde se concentra a comercialização desses produtos, a produção ocorre tanto nessas cidades como nas do seu entorno, abrangendo regiões de Pernambuco e Paraíba. Assim, uma divisão regional do trabalho (LIRA, 2011) configura novas rotas de migração, com destaque para as pendulares entre os municípios no interior do Agreste.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, amplia-se a quantidade de pessoas que se empregam nessas atividades. Nos espaços rurais, como se tem observado em Surubim, isso ocorre sob várias formas: deslocamentos para comunidades vizinhas ou áreas urbanas tanto do próprio município como em cidades próximas; com a incorporação dessas atividades nos espaços domésticos, o que, por sua vez, se dá seja se especializando nas confeções como combinando em graus diferentes com a produção agrícola voltada para o mercado. O que se percebe é um movimento em que ao responder às dificuldades de reprodução das unidades produtivas agrícolas, incorpora diversas formas da mão de obra local, o que permite para muitos a sua permanência no campo. Ao mesmo tempo, o crescimento das atividades vinculadas ao Polo cria uma pressão demográfica com a ampliação das áreas urbanas (no sentido de crescimento de aglomerados habitacionais), limitando ainda mais a produção agrícola.

6. Lira (2011) classifica Surubim como o quarto maior em produtividade no Polo. Por sua vez, dados do Sebrae (2013) apontam que a quantidade de unidades produtivas de confeções no município correspondem a 2,4% de um total de dez municípios analisados (Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes). Embora não consigam mensurar a grande quantidade de estabelecimentos informais e familiares, que contribuem significativamente para o grande volume de produção de peças, tais dados apontam na mesma direção: a forte presença das atividades das confeções em Surubim.

Quadro 2 – Produção agrícola municipal (milho e feijão)

Produção agrícola municipal – lavoura temporária	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Milho (em grão) – Área colhida	600 ha	600 ha	800 ha	600 ha	900 ha	500 ha	800 ha	1300 ha	480 ha	600 ha	600 ha
Milho (em grão) – Área plantada	600 ha	600 ha	800 ha	600 ha	900 ha	500 ha	800 ha	1300 ha	480 ha	600 ha	600 ha
Milho (em grão) – Quantidade produzida	360 t	360 t	240 t	540 t	1080 t	300 t	560 t	360 t	336 t	318 t	16 t
Milho (em grão) – Rendimento médio	600 Kg/ha	600 Kg/ha	300 Kg/ha	900 Kg/ha	1200 Kg/ha	600 Kg/ha	700 Kg/ha	277 Kg/ha	700 Kg/ha	530 Kg/ha	27 Kg/ha
Feijão (em grão) – Área colhida	550 ha	550 ha	700 ha	550 ha	550 ha	100 ha	800 ha	450 ha	180 ha	250 ha	250 ha
Feijão (em grão) – Área plantada	550 ha	550 ha	700 ha	550 ha	550 ha	100 ha	800 ha	450 ha	180 ha	250 ha	250 ha
Feijão (em grão) – Quantidade produzida	165 t	165 t	140 t	495 t	495 t	30 t	340 t	150 t	54 t	55 t	6 t
Feijão (em grão) – Rendimento médio	300 Kg/ha	300 Kg/ha	200 Kg/ha	900 Kg/ha	900 Kg/ha	300 Kg/ha	800 Kg/ha	333 Kg/ha	300 Kg/ha	220 Kg/ha	24 Kg/ha

Fonte: IBGE. Organização Berlano Andrade (2021).

O Quadro 2 nos permite analisar a produção da lavoura de feijão e milho entre 2005 e 2015. Podemos notar aqui que há uma oscilação na produção, com decréscimo acentuado nos últimos anos. Os anos de 2007 e 2015 expressam momentos em que a seca na região atingiu de forma mais significativa a produção, como se pode ver na relação entre área plantada e quantidade produzida. Essas informações podem sugerir que a produção desses grãos começa a se concentrar cada vez mais em poucas propriedades e os pequenos produtores rurais encontram mais dificuldades em dar continuidade à produção agrícola ou mesmo em garantir níveis de produção iguais a de anos anteriores.

Baseado em dados do Incra de 1998, Mascarenhas *et al.* (2005) informam que em Surubim, dos 1.555 imóveis rurais, 1.130 (72, 67%) são minifúndios e 392 (25, 20%) são pequenas propriedades (<100ha). Muitas famílias não possuem mais de 0,6 hectare de sua propriedade apto a ser cultivado. Esse é um dado da fragilidade desses agricultores que surge, porque este

mínimo de terras cultivadas – seja em sua propriedade como de terceiros – configura em critério para que possam requisitar o Garantia-Safra, embora muitos entre os nossos interlocutores não consigam se enquadrar no critério para receber esse benefício.

O tamanho da propriedade e o acesso à terra para o trabalho é um fator para compreender as transformações em curso tanto no município como na região. Como afirmamos, a estrutura fundiária no Agreste é marcada não só pela presença dos minifúndios como também dos microfúndios, como se pode ver igualmente em Surubim, contribuindo para a configuração de uma série de relações entre os pequenos produtores rurais. Uma delas é o trabalho predominantemente familiar nos sítios, onde a relação casa-roçado é o núcleo de sua organização interna. Outra é o regime de *parceria* que faz com que se trabalhe nas propriedades de outras pessoas. A *parceria* permite que famílias residentes na periferia da cidade, as *pontas de rua*, possam manter algum vínculo com a atividade agrícola, realizando deslocamentos entre as áreas urbana e rural. Entre os moradores das *pontas de rua* ocorre uma ruptura definitiva com o trabalho agrícola, integrando-os ainda mais às relações urbanas⁷. Entre os moradores nos espaços rurais se apresenta a situação entre ficar, sob condição de buscar outras formas de trabalho, ou migrar.

Práticas agrícolas e estratégias de reprodução social

Em Surubim, a antiga oposição *rua versus sítio* – ou seja, a área urbana onde fica a sede municipal em contraposição ao território das pequenas unidades produtivas agrícolas – não é mais suficiente para abarcar a diversidade desse espaço. Embora ela seja usada nas áreas mais afastadas do centro da cidade, esse par tem sido substituído por *centro/rua versus comunidade*, por ser mais englobante. Aqui, *Comunidade* abarca: os povoados que cresceram com o surgimento de novas residências, com arquiteturas distintas das antigas casas dos *sítios* e o aumento de formas de trabalho dissociados das atividades agrícolas; áreas na periferia do município que passam a ser chamadas de *pontas de rua* por incorporar um contingente oriundo do campo e que mantêm alguma relação com esse, como os que trabalham sob o regime de *parceria*; e, como é bastante comum em Surubim, os antigos povoamentos

7. Deve-se registrar que essa ruptura se dá também em nível transgeracional quando na unidade familiar os filhos dos trabalhadores rurais passam a ser socializados dentro das expectativas de acesso a emprego no meio urbano.

(incluindo bairros rurais) que vão se incorporando aos poucos à cidade e a depender de sua infraestrutura, sendo classificadas como urbanas pela administração municipal. Assim, há os exemplos das localidades do Jucá Ferrado, Gancho do Galo e Lagoa da Vaca que se transformaram pelos loteamentos para a construção de casas, além de um condomínio residencial nas proximidades.

As classificações rural e urbano tendem a refletir um critério que não abarca a complexidade das relações existentes nesses locais⁸. Apresentam, muitas vezes, apenas o interesse do poder público nos benefícios de uma caracterização em detrimento de outra. Um exemplo é que o IPTU constitui em um imposto recolhido para o município, enquanto o ITR é arrecadado para a União.

Como lembra Arruti (2016), a dicotomia rural-urbano tende a oferecer contextos estáticos, quando a necessidade seria a de descrever processos ou estruturas. Isso faz com que, para avançarmos na compreensão do caso aqui estudado, a noção *continuum rural-urbano* nos parece lidar melhor com a complexidade desses espaços. Seguindo a proposta de Wanderley (2001), partimos do conceito de *continuum rural-urbano* como uma relação que faz com que os dois polos sejam integrados. Como nos diz a autora, “as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (p. 33)

No momento em que, em Surubim, os processos decorrentes das transformações no mercado de trabalho, tanto no campo como na cidade, têm implicado numa alta mobilidade dos atores envolvidos, os espaços passam a incorporar essa multiplicidade de fluxos de pessoas, dons e mercadorias.

Na *comunidade* do Jucá Ferrado, em conversa com duas interlocutoras, pode-se entender como a pequena produção agrícola vem ganhando diversos contornos e se articulando com as várias formas de trabalho presentes. Onde residem, concentram-se, em alguns pontos, residências conjugadas, formando ruas, com habitações que ainda preservam uma extensão de terra para o que seria o roçado. Algumas pequenas propriedades resistem, conforme se afastam da parte mais “central” da *comunidade*, onde se localiza o campo de futebol. Ambas criam porcos e galinhas em seus quintais.

8. A administração municipal tem o poder de definir por lei os perímetros urbanos.

É a chamada *criação de terreiro* em oposição à criação de animais de maior porte que demandam mais espaço, como no caso dos bovinos e caprinos. As aves são utilizadas basicamente para o autoconsumo familiar. Já os porcos, embora cumpram esse fim, muitas vezes, também são comercializados. Nesse caso, como uma das interlocutoras informa, não o animal vivo, mas os pedaços que armazenam e vão vendendo ao quilo para os vizinhos. Essa é uma prática comum na localidade:

Aí a maioria do pessoal está fazendo assim, tem uma ali mesmo, ela fez um chiqueiro grande. Aí já cria para isso, já compra desmamado. Aí pronto. No cabelo a gente faz assim. No cabelo, a gente fala assim, é comprar do vendedor. E tem um comprador, aí se ele comprar a cinco reais, matado é dez. Aí o dono do porco já tem mais futuro. Fica assim, fica tudo, tudinho em casa, as vezes vende até no mesmo preço da carne. Aí em vez de vender o porco por cem, aí já apura duzentos, trezentos. E apura mesmo, aí eu vejo umas pessoas tão fazendo assim. (Agricultora, pesquisa de campo)

Como se vê, a criação é aqui algo mais pontual, não sendo o centro de suas atividades e de renda. Embora uma delas ainda plante no *inverno*, o principal rendimento de ambas provém da confecção de roupas. No Jucá Ferrado, muitas famílias trabalham fabricando vestuários e até vendendo diretamente os seus produtos nas feiras. Muitas combinam essas atividades com a produção agrícola, variando daquelas voltadas para o comércio para as que são usadas exclusivamente para o autoconsumo. A quantidade de agricultores(as)-confeccionistas se faz notar quando as reuniões da Associação de Agricultores da *comunidade* tiveram que mudar o dia das reuniões mensais por causa do choque com os dias das feiras⁹.

Essas criações podem cumprir ainda a função de uma espécie de fundo de reserva a que se recorre em determinadas circunstâncias. Foi por meio da venda das galinhas e porcos que uma das interlocutoras do Gancho do Galo pôde comprar máquinas de costura: “*Foi de casa* [de onde veio as economias para comprar as máquinas], *vendia as galinhas, qualquer coisa, vendia porco, criava o porco, vendia o porco, e ia comprando, e assim ia le-*

9. As feiras são realizadas em grandes centros comerciais nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

vando.” Da mesma forma, na *comunidade* dos Pinhões, outra interlocutora nos explica como iniciou sua atividade nas confecções: “*Aí a gente pegou um garrote, vendeu e aí foi inteirando e foi comprando de uma por uma as máquinas*”. Como nos comentou uma agricultora na *comunidade* da Barra da Onça “*ter bicho é assim... uma poupança*”. Isso possibilita acessar esse recurso, como visto, para iniciar uma outra atividade produtiva. Mas nos dois casos aqui citados, usar esse fundo não acarreta necessariamente uma ruptura com as práticas de criação. Na verdade, conforme vão obtendo renda com as confecções vão repondo os animais, como se quitassem a dívida com essa poupança.

Outra forma de financiamento das atividades das confecções pode igualmente perpassar pela relação com a produção agrícola. Entre as formas que possibilitam a manutenção de atividades produtivas no meio rural, o microcrédito tem bastante expressão. O Pronaf é um mecanismo de financiamento de projetos individuais e coletivos que gera renda tanto aos agricultores familiares como aos assentados da reforma agrária. Por meio do empréstimo, pode-se tanto custear a safra como investir em máquinas, equipamentos ou infraestrutura, seja para atividades agropecuárias como não agropecuárias. Isso abre uma possibilidade de obtenção de recursos para se investir em atividades vinculadas às confecções. Contudo, um dos critérios para se ter acesso ao benefício é que as atividades agrícolas correspondam a 30% do total realizado pela unidade familiar. Esse caso é elucidativo pois mostra que a manutenção, e em alguns casos a ampliação, de atividades agrícolas é um meio que permite a reprodução da atividade nas confecções.

Esse tipo de financiamento pode ser entendido como parte de uma estratégia familiar. Isso nos parece exemplificado em outro caso no Jucá Ferrado. Aqui, numa mesma família, duas pessoas adquiriram empréstimos para empreendimentos diferentes. A esposa adquiriu máquina e tecidos enquanto o esposo pôde comprar animais e construir um curral. Embora a responsabilidade pelo financiamento caiba aos seus respectivos requerentes, no interior da unidade familiar, esses diferentes equilíbrios (VAN DER PLOEG, 2016), que são mobilizados para garantir a sua reprodução social, complementam-se. O ritmo da produção de vestuários é mais rápido o que garante um retorno monetário antes do que o animal comprado atinja o tamanho que possa ser comercializado, o que faz com que a lucratividade de uma esfera produtiva auxilie na quitação das dívidas da outra esfera.

A expressiva presença e protagonismo feminino nas atividades das confecções se faz notar igualmente pelo fato de que são elas que requerem financiamentos via Pronaf. Na *comunidade* do Mimoso, uma interlocutora explica a importância do financiamento na sua trajetória nesse ramo:

- Você já fez algum empréstimo?
- Sim, eu já fiz um empréstimo.
- Só um até agora?
- Só um.
- Foi pra que esse empréstimo?
- Foi pra comprar uma máquina, que era de um valor bem mais alto que eu não consegui guardar esse dinheiro pra comprar (Agricultora – pesquisa de campo).

Nesse caso, o financiamento é feito, pela primeira vez, com o objetivo de complementar os recursos para adquirir uma máquina de costura. É importante destacar que para além das articulações produtivas que são tecidas no interior das unidades familiares, faz-se necessário afirmar papéis sociais, a depender da circunstância presente, de maneira que possibilite o uso das estratégias domésticas. Como explicamos (ANDRADE, 2020), diante da variedade de papéis assumidos (confeccionista, agricultora familiar, delegada sindical, membro de uma comunidade religiosa etc.), processam-se situações em que, por exemplo, para conquistar um financiamento via Pronaf para comprar máquinas e tecidos, se faz necessário acionar o papel de agricultora familiar, ao participar das reuniões sindicais e de orientação dos técnicos, pagar a taxa do sindicato, dentre outras coisas.

Além de uma forma de financiamento, a preservação das atividades agrícolas, incluindo as mais pontuais, contribui de outra maneira na reprodução social das famílias rurais mais integradas em atividades não agrícolas. Trata-se do barateamento do custo da reprodução da força de trabalho. Recorrendo mais uma vez à interlocutora do Mimoso, ela nos explica o papel ainda presente do roçado em sua residência:

- Teve algum momento em que vocês conseguiram vender o produto do roçado pra fora?

- Não, sempre foi pra casa, até porque a gente não tem tempo de botar, de cuidar de um roçado grande, pelo trabalho que a gente tem em casa com costura, aí é pequeno, é mais para o consumo da casa. (Agricultora – pesquisa de campo).

Um trabalhador de uma unidade produtiva de confecções de vestuários na cidade, seja na condição de subcontratado, de funcionário ou detentor de uma unidade própria em sua residência, tende a depender exclusivamente da remuneração dessa atividade. Nos espaços rurais, a pequena produção agrícola garante um complemento na renda de formar a diminuir a pressão sobre os custos da força de trabalho. Como deixa registrada a fala de nossa interlocutora, o apoio oferecido pelo roçado é limitado pelo ritmo de trabalho de sua família nas confecções. Caracterizada pela jornada de trabalho longa, a produção de vestuários imprime uma temporalidade distinta à da produção agrícola. Os tempos dos ciclos agrícolas, caracterizados pelos momentos de plantio e colheita que se sucedem durante o ano, são sobrepostos pelo tipo de produção que cumpre metas semanais de fabricação e que são dependentes de uma clientela externa.

Contudo, é equivocado tomar a relação desses atores com a produção agrícola apenas no que é produzido por eles próprios em suas residências. A possibilidade de realização de atividades nas confecções nos espaços rurais –que produz um movimento de retorno dos trabalhadores urbanos para as *comunidades* de origem – explica-se também pelos laços familiares locais e a circulação não mercantil da produção familiar. Regidos pelas obrigações de reciprocidade que conformam uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990), o produto dos roçados e quintais vai circulando pelas residências de parentes e vizinhos. Dessa forma, a produção familiar vai contribuindo igualmente na construção de possibilidades de reprodução social dos que estão inseridos em atividades não agrícolas.

Os processos de transformação socioeconômica que se observam em Surubim, refletidos nos territórios e relações de trabalho, acarretam novas configurações das práticas agrícolas. Não descartando movimentos no sentido de abandono de tais atividades, o que se observa por meio dos casos aqui analisados é a resiliência das pequenas produções, tanto o cultivo como a criação de pequenos animais, que vão permeando espaços, vinculando-se com outras esferas produtivas e transformando a realidade local. Diante da possibilidade de abandono do trabalho agrícola em função das pressões decorrentes do grande crescimento populacional na região, por sua vez relacionados a uma reestruturação do mercado de trabalho, com destaque para as atividades majoritariamente informais das con-

fecções de vestuários, vê-se, no âmbito das estratégias familiares, possibilidades de utilização de diferentes práticas agrícolas.

Por fim, essas práticas têm que ser compreendidas também em sua relação com os esforços mais amplos de preservação da agricultura familiar na região. Muitas das estratégias aqui descritas que permitem às famílias meios para a sua reprodução social são pensadas conjuntamente com outros esforços nos espaços de ação coletiva (Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações de Moradores e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) junto com agentes do Estado. As *alternativas*, como são chamadas pelas entidades dos agricultores familiares, são as perspectivas de geração de renda de forma que garantam a manutenção desses atores no meio rural. Iniciativas como o Jardim Clonal de mudas de cajueiro com vistas a inserir um conjunto de famílias da região nessa cultura e a Feira da Agricultura Familiar de Base Agroecológica que é realizada semanalmente são exemplos de iniciativas que almejam fortalecer a agricultura familiar.

Considerações finais

As práticas agrícolas aqui analisadas nos permitem compreender como ocorrem as transformações socioeconômicas no município e na região. Ao focalizarmos tais práticas também como estratégias das unidades familiares, que se articulam com outras formas de trabalho e processos migratórios, vemos um processo que se reinventa diante de novas circunstâncias.

Nesse sentido, parecem-nos claros os limites de tomarmos rigidamente categorias como rural e urbano, o que nos fazem buscar outras chaves de análise, como o *continuum* rural-urbano, que permitam capturar os processos nos quais fluxos de pessoas, com seus saberes e fazeres, tornam-se cada vez mais intensos. Dessa forma, pretensos antagonismos são substituídos por relacionalidades, muitas vezes efêmeras. A utilização da produção agrícola para subsidiar o trabalho nas confecções não é permanente e varia de contexto para contexto. Em algum momento, podem se esgotar as possibilidades de produção agrícola ou outras formas de trabalho não agrícola podem vir a se tornar mais atrativas. Mas é a lógica por trás dessa dinamicidade que nos parece importante apreender pois são reveladoras das astúcias (DE CERTEAU, 2014) desses atores que procuram estar sempre em movimento.

É igualmente importante avançarmos na compreensão da realidade agrícola a partir desses casos. Os processos aqui analisados mostram a grande presen-

ça de uma agricultura subsidiária, voltada para o consumo familiar. Geralmente abarcadas em termos imprecisos como “agricultura de subsistência”, esse tipo de produção mais limitada é a que tem permeado os espaços, conseguindo se fazer presente até em áreas mais urbanizadas da cidade. Dessa forma, na elaboração de diagnósticos para políticas públicas, os atores que realizam essa agricultura subsidiária tendem a ser alocados ou como agricultores familiares detentores de uma capacidade de produtividade, embora não utilizada, ou sendo classificados em função de suas atividades não agrícolas. Como destaca Sabourin (2009), a respeito da parcialidade das estatísticas do IBGE, há uma redução da importância da contribuição da produção familiar, “por não levarem em conta o autoconsumo, o intraconsumo, a distribuição não mercantil ou não monetária e as pequenas estruturas do minifúndio” (p. 41). Assim, os esforços de análises em perspectiva etnográfica contribuem na direção de evidenciar a diversidade de práticas agrícolas.

Todo esse esforço de compreensão não pode deixar de ser feito na perspectiva das mobilidades e dos impactos dos processos de globalização do capital nas populações locais. Tanto as mobilidades espaciais – que fazem essa região ser marcada pela intensa circulação de pessoas e mercadorias – como sociais – nas quais os trabalhadores, articulando esferas produtivas, transformam os territórios e as relações sociais – são expressões das formas como historicamente acabam sendo respondidos aos processos globais. Nesse sentido, as mobilidades das populações são um contraponto aos movimentos aparentemente hegemônicos do capital (CAVALCANTI, 2011). Este trabalho procura mostrar que essas mobilidades constituem uma característica histórica dos homens e mulheres aqui analisados e que são expressas fundamentalmente nas suas estratégias familiares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Berlano Bênis França de. *Tecendo memórias, carregando lugares: trabalho familiar e migrações como estratégia de reprodução social no Agreste pernambucano*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

ANDRADE, Berlano Bênis França de. *Tem que saber se movimentar: trabalho, mobilidades e estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste Pernambucano*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

ANDRADE, Berlano Bênis França de. A Máquina e a Enxada: Economia moral e acumulação flexível no território das confecções em Pernambuco, Brasil. *Revista Iluminuras*, 2020, v. 21, p. 50-75.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ARRUTI, José Maurício. Entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Aspectos da economia leiteira e da indústria de laticínios no Nordeste*. Fortaleza: BNB; Sudene, 1975.

CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. A Preservação do Campesinato na Área do Brejo Paraibano: a lógica de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos programas governamentais de desenvolvimento. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, 1984.

CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. Trabalho e mobilidades no mundo globalizado. In: MENEZES, Marilda A; GODOI, Emília Pietrafesa de (org.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964..

FUSCO, Wilson; VASCONCELOS, Valtemira Mendes. Migrantes e costureiros: trabalhadores do setor de confecções em Toritama-PE. *Cadernos de Estudos Sociais*. 25 (1): 43-60, 2010.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1990.

LINS, Rachel Caldas. A bovinocultura no Nordeste e aspectos gerais do Agreste pernambucano. In: *Notas e Comunicações de Geografia: série estudos e pesquisas n. 6*, 1981.

LIRA, Sonia Maria. *Muito Além das Feiras da Sulanca: a produção de confecção no Agreste/PE*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

MASCARENHAS, João de Castro *et al.* *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Surubim, estado de Pernambuco*. Recife, CPRM/PRODEEM, 2005.

MEDEIROS, Luiz Antonio. *Surubim: A História de Todos os Tempos*. Surubim: Edição do autor, 2007.

MELO, Mario Lacerda de. *Os Agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos*. Recife, Sudene, 1980.

MELO, Mario Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Recife: Cepe Editora, 2012.

MENEZES, Marilda A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MENEZES, Marilda A. Migrações: uma experiência histórica do campeonato do Nordeste. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa Acevedo (org.). *Diversidade do campeonato: expressões e categorias*. v. 2. *Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MENEZES, Marilda A.; GODOI, Emília Pietrafesa de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER Rosana (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução/ Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PALMEIRA, Moacir *et al.* Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário antropológico/76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura Nordestina e a função das atividades de subsistência. *Estudos Cebrap*, 3, São Paulo, 1973.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2009.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SAMPAIO, Yony; VITAL, Tales. Agricultura Familiar em Pernambuco: o que diz o Censo Agropecuário de 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, suplemento especial, 2020.

SCOTT, Russell Parry. *Migrações inter-regionais e estratégia doméstica: Nordestinos, mobilidades e a casa até os anos 1980*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

SEBRAE. *Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano*. Recife: Sebrae, 2013.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. São Paulo: Unesp; Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

WANDERLEY, Maria. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001

WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e compadres – Colonato do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília, EdUnb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguecia”. O Campesinato Como Ordem Moral. In: *Anuário Antropológico/87*, Editora Universidade de Brasileira, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. In: WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazaré A. *et al. Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. v. I. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GLOBALIZAÇÃO, QUALIDADES E RISCOS AGROALIMENTARES: OS DESAFIOS DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS PARA A VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS

INÃ CANDIDO DE MEDEIRO

Introdução

A produção alimentícia está inserida em um capítulo vital da história do capitalismo. Somente nas últimas décadas, ocorreu uma difusão sem precedentes de novos alimentos e de sistemas de distribuição e controle global. Diversos problemas relacionados à segurança dos alimentos (abastecimento, produção, comercialização, consumo, entre outros) estão cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas.

Em vários países, normas e regras sanitárias passam a referenciar legislações que regulam mercados internos e de proximidade, com fortes implicações nos territórios rurais, na diversidade de culturas alimentares e nos saberes e fazeres artesanais (DUPIN; CINTRÃO, 2018). Como resultado, as restrições legais estabelecidas no sistema agroalimentar, muitas vezes desconsideram os modos de vida das populações rurais, sobretudo das mulheres agricultoras.

Diferente da lógica industrial, esses produtos artesanais tradicionais¹, sobretudo de origem animal, produzidos em menor escala, não são padronizados e se diferenciam pela qualidade², devido: a um saber particular, a uma

1. Existem diferentes denominações para se referir aos produtos alimentares artesanais, como alimentos tradicionais, produtos típicos, locais, territoriais, entre outros. Embora associados a diferentes abordagens e ênfases, características dos distintos campos de conhecimentos, o termo, nesse caso, refere-se a produtos que possuem forte conexão com um espaço de origem, capazes de mobilizar sentimentos de pertencimento, tradição, localidade e uma ancestralidade comum (SANTOS *et al.*, 2016, p.14).

2. Embora presente em vários estudos, a definição sobre qualidade alimentar não possui consenso entre os teóricos que a discutem. Devido ao seu caráter polissêmico, ela tem atribuições tanto positivas como negativas, quanto pode variar conforme a relação entre o produto e os critérios estabelecidos para avaliá-los (HARVEY; MCMEEKIN, 2004).

história, a uma distinção; aos fatores naturais (clima, temperatura e umidade do solo) e aos aspectos socioculturais (modo de produção e saber-fazer) de um território (BOWEN, 2011). Logo, em sua profissão, os saberes e fazeres locais – inclusive, aqueles relacionados aos produtos artesanais – se confundem com o próprio modo de vida campesino (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997) e têm sido transmitidas através das gerações. Essa lógica expressa diversas formas de as famílias agricultoras se relacionarem com a natureza e com os espaços rurais onde vivem (BRANDÃO, 1999; RAMALHO, 2017).

O ofício dessas famílias de agricultores também está diretamente relacionado às atividades artesanais vinculadas à figura do artífice e/ou do artesão (SENNETT, 2009). Essa atividade pode ser entendida, especialmente, como uma condição humana básica vinculada ao desejo de um trabalho bem feito³ por si mesmo. Mesmo atualmente, a produção artesanal está muitas vezes voltada para uma busca de qualidade, que vem a ser um dos principais fatores da identidade de um produtor. Por outro lado, “as condições sociais e econômicas, contudo, muitas vezes se interpõem no caminho da disciplina e do empenho do artesanato” (SENNETT, 2009, p. 19).

Em um contexto de constantes desafios, as lutas das famílias produtoras contra as imposições do sistema agroalimentar, sobretudo daquilo que Ploeg (2008) definiu como “impérios alimentares”⁴, passam pela busca do fortalecimento da própria agricultura familiar com vistas à permanência no campo. A partir desses pressupostos, o objetivo deste artigo é compreender como esses diferentes atores rurais presentes

3. Para Sennett (2009), a perícia artesanal é muitas vezes subestimada quando exclusivamente equiparada ao trabalho manual, como no caso do carpinteiro. Os alemães têm a palavra *Handwerk* e os franceses *artisanil* para se referir ao empenho do artífice. Anton Tchekhov usou a palavra russa *masterno* para designar tanto o seu labor médico quanto o seu ofício de escritor.

4. Os “impérios alimentares” surgidos a partir da aliança entre setores empresariais, sobretudo da indústria de alimentos e das grandes cadeias de supermercados são um modo de ordenamento novo e poderoso. O sociólogo holandês esclarece: “embora tenha havido transações de produtos agrícolas em escala global nos últimos séculos, os mercados globais agrícolas e alimentares de hoje representam um novo fenômeno que tem fortes impactos na agricultura onde quer que ela seja desenvolvida” (2008, p. 8). Como consequência, tais impérios pautados em uma lógica industrial, e no intuito de ampliar a produtividade e o lucro, exercem um poder centralizador sobre a agricultura por meio de ações que encadeiam o controle e a distribuição dos alimentos no âmbito internacional. O império é vinculado à agricultura do tipo capitalista. O mesmo pode ser personalizado como: grupos do agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também por meio de leis, normas, tecnologias e modelos científicos (PLOEG, 2008).

em diversos territórios buscam conquistar maior autonomia contra as relações agressivas de exploração e subordinação impostas por esses “impérios” que, por sua vez, proporcionam entraves para a valorização de seus produtos artesanais. De maneira geral, podemos afirmar que essas formas de resistência são múltiplas e estão interligadas, passando por diversas dimensões que envolvem os campos, currais, estábulos, criação de animais, seleção de sementes, a irrigação e insumos do trabalho (PLOEG, 2008). Além disso, as estratégias buscando a cooperação de setores do Estado, acesso a mercados alternativos, aproximação da produção-consumo e a mobilização ampla de movimentos sociais podem contribuir (ou não) para fortalecer a agricultura familiar e a valorização dos alimentos artesanais.

Para melhor compreender esse fenômeno social, serão analisados os desafios dessas famílias para produzir e comercializar seus produtos tradicionais frente às transformações no campo, impostas pela modernização da agricultura e pelo capital financeiro (BENDINI, CAVALCANTI, FLORES, 2006). Com base em contribuições teórico-metodológicas dos estudos sociológicos relacionados ao mundo rural, do trabalho e do mercado, busca-se analisar os processos socioeconômicos que tais atores rurais estão inseridos.

Em um primeiro momento, inicia-se um percurso teórico sobre a globalização agroalimentar e econômica com o intuito de abordar os significados relacionados às normas e riscos agroalimentares e de quais maneiras eles foram constituídos nas últimas décadas. Essas questões emergentes requerem uma abordagem que possibilite compreender reestruturações nas cadeias globais de alimentos e na intensificação do controle dos territórios rurais pelas empresas transnacionais e, paralelamente, as formas de resistência cotidiana das famílias produtoras (SCOTT, 1985).

Em seguida, procura-se descrever e analisar as estratégias e a luta por maior autonomia das agricultoras e agricultores familiares no interior das dinâmicas de produção e imposições estabelecidas pelos “impérios alimentares”, com a apresentação do caso das produtoras e produtores de queijo da Bacia Leiteira de Pernambuco para lidarem com as regulações sanitárias. Por último, nas considerações finais, serão apontadas algumas possibilidades para essas famílias produtoras lidarem com os desafios para a valorização dos produtos alimentares artesanais, tanto no âmbito global como local.

Globalização do sistema agroalimentar: os impactos para as famílias produtoras de alimentos artesanais

Por muito tempo, a presença de práticas e atividades de transformação e/ou processamento de algumas matérias-primas para conservação dava-se, sobretudo, no ambiente doméstico e fazia parte da vida das famílias camponesas, que, ao processar carnes, embutidos, queijos, conservas e compotas, garantiam maior diversidade de alimentos ao longo do ano. “Com o crescimento e urbanização da população, a escala de produção de alimentos foi redimensionada para aumentar a produção e a produtividade e, dessa forma, garantir alimentos em quantidades suficientes para alimentar os moradores dos centros urbanos” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p. 24).

Organizada em escala global (ANTUNES, 2018), a produção é estabelecida de modo fragmentado e em qualquer parte do mundo, desde que proporcione a mais lucrativa combinação de capital e trabalho. Daí, a produção tornou-se cada vez mais deslocalizada (BOWEN, 2011) e a matriz passou a ser instalada onde os custos de trabalho são minimizados, como no caso dos territórios rurais dos países do cone sul.

Como consequência, os mercados financeiros geram fortes impactos no sistema agrícola em qualquer parte que estejam envolvidos. O tempo e o espaço de produção, o consumo e a interação entre diversos agentes sociais passam a ser cada vez mais influenciados pela lógica do capital internacional. “Embora o impacto das forças da globalização sejam mais fortemente sentidos no domínio econômico é importante considerar o processo de globalização como um fenômeno multidimensional, evitando reduzi-lo apenas à dimensão econômica” (VANDERBERGHE, 2014, p. 279). Assim, a dinâmica global tem influenciado diferentes segmentos sociais que passam questões de gênero, classe, raça/etnicidade, geração e localidade.

No contexto atual de globalização do sistema agroalimentar, diversas formas de (des)reestruturação que respondem a instâncias internacionais têm gerado inúmeras implicações para a agricultura e outros setores da sociedade de vários lugares do mundo. O Estado passa a ser impelido a priorizar o crescimento econômico e não para as necessidades de um modelo de desenvolvimento social (SEN, 2010) ou de bem viver (ACOSTA, 2016) para as populações locais. Assim, pelo contrário, os sistemas agrícolas têm experimentado uma intensificação do domínio do capital que geram e agravam problemas relacionados ao meio ambiente, riscos alimentares e desigualda-

de de classe, gênero e raça, que têm afetado diretamente as agricultoras e os agricultores familiares em diversas localidades (BONANNO, 2005).

Conforme o surgimento de novos riscos e preocupações com a saúde em escala global, que expõem grupos humanos a ameaças advindas da circulação de produtos e serviços, diversas orientações sanitárias, antes restritas a determinadas localidades, passam a atuar além das fronteiras nacionais. De tal maneira, as controvérsias entre a vigilância sanitária e as famílias produtoras de alimentos artesanais também estão vinculadas a uma dimensão mais ampla, relativa à globalização da agricultura e dos alimentos (CAVALCANTI, 2005). Vários sistemas agrícolas – em maior ou menor grau – têm experimentado uma intensificação do domínio do capital que gera e agrava problemas relacionados à precarização do trabalho, insegurança alimentar e nutricional, exclusão social, especialmente de grupos mais vulneráveis, como no caso das mulheres agricultoras dos países latino-americanos.

Segundo Nascimento (2010), na contramão das expectativas de ampliação das políticas alimentares, na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, os instrumentos de combate à insegurança alimentar e nutricional e as principais políticas nacionais foram desmanteladas em vários países. No início do século XXI, com mais de seis bilhões de pessoas no planeta, metade ainda vive na situação de pobreza extrema. “A maioria das pessoas que têm fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimentos, mas de camponeses produtores agrícolas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 27). Quanto a essas pessoas, a maior parte se constitui de camponesas e camponeses em uma situação de pobreza extrema que as/os obriga a buscar sustento em periferias urbanas ou em campos de refugiados.

Conforme a expansão do capitalismo global, a relação entre a terra, o capital e o trabalho, tem se caracterizado por um uma sucessão de desequilíbrios e crises que transformam profundamente a sociedade moderna (ANTUNES, 2018). Nessa ordem mundial, estabelecida, sobretudo, através da expansão dos “impérios alimentares” (PLOEG, 2008), os alimentos passam a ser produzidos como grande fonte de mercadoria e lucratividade, baseados em meios técnicos que buscam ser eficazes, confiáveis, previsíveis e seguros. Como justificativa de tal ordenamento econômico estão a satisfação de interesses comuns, assim como o aumento da riqueza do país e o abastecimento do mercado internacional de modo a atender uma demanda efetiva (CAVAL-

CANTI, 2004). Esses supostos avanços produtivos e comerciais não representaram melhorias substantivas da qualidade nutricional e de vida para as populações envolvidas.

A partir de 1990, em um período de forte liberalização econômica e comercial, uma sucessão de crises sanitárias e/ou alimentares de repercussão internacional (“vaca louca”, “gripe suína”, e recentemente a -19⁵) aumentou o medo das populações em relação aos microrganismos, assim como a influência da segurança sanitária na cadeia de produção alimentar (DUPIN; CINTRÃO, 2018; WALLACE, 2020). Como resultado, no ano de 1995, o *Codex Alimentarius*⁶ foi considerado pela Organização Mundial de Comércio (OMC) referência fundamental para a arbitragem de impasses no comércio internacional. No entanto, o crescimento dessas instituições regulatórias, para além de refletir uma maior preocupação da comunidade internacional com o risco sanitário e com a saúde populacional, passa a ser utilizado, muitas vezes, em benefício de interesses comerciais (LUCCHESI, 2001).

Nesse contexto internacional, as avaliações e o gerenciamento dos riscos internacionais se deslocam cada vez mais para o cenário local, com consequências políticas, econômicas e sociais para a soberania dos Estados. Assim, “percebe-se que essas regras passam também a referenciar legislações nacionais que regulam mercados internos e de proximidade, com fortes impactos sobre as produções artesanais e da agricultura familiar” (SCHOTTZ; CINTRÃO; SANTOS, 2014, p.118).

5. O mundo entrou em estado de pandemia no dia 11 de março de 2020. A partir de uma avaliação da Organização Mundial de Saúde (OMS), constatou-se que o novo coronavírus já havia se propagado por todo o globo nesse período. No Brasil, logo no início, devido ao fechamento de bares, feiras, hotéis e restaurantes, produtores familiares de várias regiões tiveram que diminuir drasticamente a produção de leite e seus derivados artesanais em sua região. Soma-se a esse contexto a mudança de hábitos dos consumidores durante a quarentena, o que dificulta ainda mais a comercialização desses produtos. Tal constatação representa um duro golpe na renda para muitas famílias produtoras. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/11/Como-a-pandemia-causa-um-estrago-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

6. O *Codex Alimentarius* é um conjunto de normas técnicas, práticas e procedimentos, concebido a partir da reunião de comissões de especialistas, visando estabelecer padrões voltados para a segurança dos alimentos comercializados internacionalmente. Ele foi criado em 1963, como um programa conjunto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para elaborar e coordenar normas alimentares no plano internacional, tendo como objetivo proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio internacional de alimentos (FAO/OMS, 2006).

Os “impérios alimentares” e a desarticulação das formas tradicionais de produzir e viver das famílias agricultoras

Com a expansão dos “impérios alimentares”, na maior parte do mundo, “os camponeses enfrentam a dependência, privações ou perigos implícitos da marginalização” (PLOEG, 2008, p. 56), como por exemplo, o *squeeze*⁷ na agricultura ou o *hedge funds*⁸, que especulam de diversas formas com os preços dos alimentos. Nesse contexto, as famílias agricultoras vivenciam várias formas de subordinação, entre as quais se encontram os novos esquemas de regulamentação que prescrevem os mais minúsculos detalhes do processo de produção agrícola, inclusive dos alimentos artesanais.

Contudo, a lógica técnico-econômica da modernização do campo não impôs apenas um modelo de produção, mas, junto deles, mudanças nas relações de trabalho, no uso da terra e na dinâmica populacional. Soma-se a isso uma intensa desarticulação das formas tradicionais de fazer agricultura, fundadas entre o princípio de coprodução entre o humano e o meio ambiente (PLOEG, 2014).

Ampliando esse quadro, as ações do cotidiano, cada vez mais, incorporam o conhecimento de especialistas dos mais diversos tipos (BECK, 2010; GIDDENS, 1990). A autoridade e o universalismo conferidos à ciência moderna e propagados a partir de um grupo de peritos, muitas vezes são mobilizados para desacreditar saberes e fazeres locais. Por isso, hábitos, costumes e crenças cedem espaços às normas, prescrições, regras, cercadas de uma orientação técnica determinada pela comunidade científica, apesar das controvérsias.

Segundo Schottz (2014), em diversas localidades, a inadequação das normas sanitárias às práticas socioculturais dificulta que várias agricultoras e agricultores familiares sejam incorporados nos mercados formais. Para ela, as experiências de adequação aos produtos industriais não foram bem-su-

7. Ploeg define o *squeeze* da agricultura como uma condição do mercado em que “os preços estagnam, os custos disparam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade” (PLOEG, 2008, p. 7).

8. Trata-se de um instrumento financeiro que opera especulativamente (donde seu alto risco) para proteger – oferecendo ganhos e vultosos investimentos (donde seu acesso apenas para grandes empresas capitalistas rentistas) em títulos das mais variadas espécies. Mecanismo típico da financeirização do capitalismo contemporâneo, que se desenvolveu após os anos 1980 (embora tenha precedentes no imediato, segundo pós-guerra), os *hedgefunds* se beneficiam largamente da “desregulamentação” neoliberal que tem permitido a mais ampla mobilidade ao grande capital (ZIEGLER, 2013, p. 24).

cedidas por sacrificarem características fundamentais da artesanidade, dos saberes e fazeres, da identidade com o território rural.

No Brasil, entre os variados exemplos de alimentos artesanais, podemos destacar o caso de alguns queijos tradicionais, como o Queijo Artesanal Serrano, Queijo Minas Artesanal e o Queijo Coalho. “Para esses produtos, dentre os principais entraves relacionados à produção e comercialização no mercado formal, é possível identificar disputas que se têm dado no âmbito da possibilidade (ou não) de conciliar exigências legais a aspectos relacionados à produção tradicional, artesanal.” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p. 27).

Nesse caso, tal concepção defronta-se com as orientações sociais e culturais das populações locais na gestão de determinados organismos vivos, remodelando a maneira de conceber a vida. Além disso, “a produção tradicional de alimentos, por sua vez, está embasada em métodos artesanais, que operam em escalas de processamento incomparavelmente menores que as das empregadas pela indústria convencional” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p. 28). Como resultado, diversas famílias produtoras encontram inúmeros desafios para produzirem e viverem em suas comunidades locais. Assim, correm o risco de serem desprovidos dos seus patrimônios alimentares. “Ao perder esse patrimônio, eles perdem um capital de conhecimento através dos quais poderiam encontrar soluções alternativas” (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Por outro lado, os produtos artesanais se tornam também objetos de um campo simbólico e econômico em disputa (BOURDIEU, 1989), sobretudo pelos riscos implicados na sua distribuição e acesso. No entanto, de maneira contraditória, os espaços de produção e consumo passam a ser cada vez mais almejados pelo mercado global, pois alguns desses alimentos passam a ter o status de *gourmet*. Nesse caso, “ele deixa de ser o produto-mercadoria e passa a ser um alimento especial, uma mercadoria de luxo” (DUPIN, 2019, p. 177).

Outro aspecto é a ação efetiva dos “impérios alimentares” que está relacionado à distorção dos bens naturais das unidades familiares rurais. Isso, em muitos casos, resulta em processos abruptos de desintegração, decorrentes da apropriação inadequada da terra e da água, com vários prejuízos para a biodiversidade. Como agravante, há um maior controle social e monitoramento das formas de vidas camponesas, o que contribui para o aumento da migração e da marginalização em massa das trabalhadoras/trabalhadores rurais. E, ainda, como salientam Ploeg (2008) e Ziegler (2013), a imposição inspirada no “livre mercado” destitui os direitos básicos à alimentação e renda básica e aos procedimentos de proteção às famílias camponesas.

A luta das famílias produtoras por autonomia e pela valorização dos produtos alimentares artesanais tradicionais

No presente contexto de expansão dos “impérios alimentares”, Ploeg (2014) aborda que muitas agricultoras e agricultores, em situação de vulnerabilidade econômica e social, buscam soluções criativas para resistir ao modelo hegemônico. Assim, as agricultoras e agricultores lutam contra a condição de subordinação e marginalidade que lhes é imposta, as quais diferem claramente de determinados padrões, regulações sanitárias e lógicas do mercado global. “Simultaneamente eles criam e fortalecem novas inter-relações com a sociedade em geral através do cuidado com a paisagem, com a qualidade dos alimentos etc.” (PLOEG, 2008, p. 9).

A luta por autonomia e pela valorização dos produtos artesanais – tendo muitas vezes as mulheres à frente – assumem diversas formas, mas elas estão constantemente interligadas. Essas centralizam-se nas inter-relações entre suas unidades produtivas e seu ambiente (PLOEG, 2014).

Essa forma de resistência também está relacionada com o processo de produção, da relação com o grupo e com meios externos, como forma de assegurar a reprodução da unidade produtiva. Mas, a mesma não se desenvolve apenas no âmbito do trabalho. Ela também repercute sobre todo um fazer cotidiano (CERTÉAU, 1994) e, conforme visto, abrange as diversas obrigações do núcleo familiar (DUARTE, 1999).

De tal maneira, pesquisas como a de Lamarche (1993) e Wanderley (2013) destacam que as famílias produtoras não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, nelas se encontra uma diversidade. Além disso, o cotidiano das famílias agricultoras é marcado por diversas e contínuas formas de resistências e táticas (SCOTT, 1985) para lidar com as pressões do mercado mundial.

De acordo com Ploeg (2008), em face do ambiente hostil no meio rural, faz-se necessário criar meios de solidariedade. Diante de inúmeros desafios, a cooperação permite enfrentar de maneira mais satisfatória os percalços vivenciados pelas agricultoras e agricultores. De tal maneira, “as circunstâncias políticas adversas requerem formas adaptadas” (PLOEG, 2008, p. 50). É por meio de formas cooperativas que os interesses individuais e coletivos podem ser protegidos, diminuindo a vulnerabilidade socioeconômica das famílias agricultoras.

Esses modos de vida, sobretudo, podem ser melhorados através de ações sociais que visem reduzir a dependência do sistema agroalimentar. “É im-

portante enfatizar que, com algumas exceções importantes, a redução de interdependência não se refere apenas ao contexto político-econômico em si, mas, acima de tudo, às inter-relações entre unidade de consumo e produção e seu contexto” (PLOEG, 2008, p. 48).

Em relação à sobrevivência das famílias produtoras, ela está diretamente imbricada entre a unidade de produção e de consumo do campesinato:

A natureza e o nível de sobrevivência dependem evidentemente da localização temporal e espacial, ou seja, dependem da relação com o Estado, com os grupos de capital, com outros grupos sociais, classes e instituições bem como das relações internas dentro do próprio campesinato (PLOEG, 2008, p. 46).

Em algumas situações, a autossuficiência implica que a produção seja, em primeiro lugar, destinada para a satisfação das necessidades alimentares da família produtora. Em outras, (LAMARCHE, 1993) ela se refere à capacidade de cumprir as condições impostas pelos mercados, bancos, grupos agroindustriais e pelo Estado.

Como resultado, aperfeiçoar a qualidade da terra, o sistema de irrigação, a mão de obra, a variedade de plantas e a instalação dos instrumentos permite melhorar e valorizar os resultados na produção dos alimentos artesanais. Todavia, “os processos de produção agrícola revelam graus diferentes de coprodução” (PLOEG, 2008, p. 55).

Wanderley (2013) afirma que a grande diversidade das atividades produtivas também se constitui como uma estratégia diante da situação de precariedade e das dificuldades de acesso aos mercados mais estáveis e especializados. Os recursos podem ser mobilizados para mercados diferentes, mas também podem ser produzidos e reproduzidos nos estabelecimentos familiares. Essa diversidade de atividades serve tanto como um suplemento de renda como uma forma de angariar fundos. Em termos gerais, os níveis de renda tendem a ser mais elevados em estabelecimentos produtivos que diversificam sua produção (LAMARCHE, 1993).

De maneira geral, o produtor de alimentos artesanais, sobretudo das famílias camponesas, busca obter controle das condições de produção, ou seja, da duração da intensidade e da qualidade artesanal no processo de trabalho, adequando-as em função da realização do valor que

não é absoluto, mas, sempre, relativamente simbiótico em relação às necessidades de reprodução do estabelecimento produtivo e familiar (DUARTE, 1999).

Nesse caso, a ideia de trabalhar com o artesanato nutre-se de representações sobre as especificidades desse trabalho em geral, articuladas em torno da comunidade rural como um meio comum fundamental (DUARTE, 1999). A identidade social das agricultoras e dos agricultores familiares ancorada nas representações referidas, antes, sobre um elo comum à prática dos que se dedicam à produção do artesanato, fundamentam outra mais ampla relacionada à classe camponesa.

Com efeito, o fazer desse tipo de produtor desenvolve-se diante de um quadro de cooperação familiar e o acesso aos saberes depende de um longo período de aprendizado e prática. Assim, as famílias produtoras estão acionando aspectos vinculados à arte, para demarcar elementos da sua prática, inclusive aquilo que está relacionado à sua própria aprendizagem – indispensável como estratégia dos jovens rurais para a aquisição de conhecimentos para a produção e comercialização de produtos artesanais alimentares (DUARTE, 1999).

A esse saber fazer, agrega-se o aprendizado específico para se formar um produtor, o domínio de toda a prática mais ampla da condução do processo de produção: o conhecer. Nesse caso, se inter-relacionam práticas que envolvem e permitem a produção artesanal, assim como a utilização de saberes relacionados ao mundo socioeconômico – demais unidades produtivas, o mercado, os órgãos de fiscalização sanitária e controle de alimentos artesanais (DUARTE, 1999). Um conhecer, portanto, que corresponde efetivamente à vivência do produtor familiar: as condições de obrigações sociais e a luta pela autonomia contra os impérios alimentares.

Outras estratégias têm como objetivo atuar nos espaços de negociação entre as comunidades locais e os poderes públicos para assegurar a implantação local de políticas públicas. Além disso, aprofundar as redes familiares de apoio às experiências de migrações; e investir em modelos de educação para os jovens do campo, como uma melhor alternativa para os projetos profissionais e de vida (MEDEIRO, 2017; WANDERLEY, 2013). Todavia, sobretudo em diversas localidades do Brasil, tais alternativas não estão ao alcance das famílias produtoras na mesma proporção.

Vejamos a situação das famílias produtoras de queijo coalho artesanal da Bacia Leiteira de Pernambuco⁹. A reputação dos queijos elaborados por esses atores rurais é noticiada pela imprensa local e nacional há mais de um século. Atualmente, essas produções movimentam mensalmente milhões de reais, o que sinaliza ser essa uma atividade econômica importante nesse estado e especialmente para as famílias envolvidas (PERRY, 2004). No entanto, por conta de padrões de qualidade definidos pela vigilância sanitária, técnicos especializados e agentes, essas unidades familiares enfrentam diversos desafios para produzir e comercializar seus produtos. Tais produtoras e produtores possuem gastos elevados para garantir padrões de qualidade exigidos para a aquisição dos selos de inspeção que autorizem a comercialização e elaboração desses produtos em todo o país.

Alicerçados de forma recorrente por um sentimento de territorialidade (MENEZES, 2009), tais atividades queijeiras refletem, em parte, a lógica de reprodução e resistência desses agricultores familiares. Lógica, antes de tudo, para enfrentar inúmeros obstáculos relacionados à restrita disponibilidade de bens da natureza e recursos monetários, e às exigências dos mercados e sanitárias.

Diante dessas controvérsias, muitos produtores de queijo do Agreste Pernambucano e de várias regiões do Brasil vivem sob constante ameaça de apreensão e multas. Assim, suas mercadorias, ao serem consideradas “ilegais”, geram vários casos de confisco – tanto nas estradas, como nos comércios e feiras, sobretudo nos grandes centros urbanos. As fiscalizações sanitárias causam prejuízos socioeconômicos aos produtores familiares ao dificultarem tanto o acesso aos mercados formais como a sua permanência no meio rural. Por outro lado, muitas famílias produtoras, ao manterem suas atividades queijeiras na informalidade, desafiam a vigilância sanitária e os ordenamentos legais no país.

Esses atores rurais atuam em um contexto movediço e de vulnerabilidade em seus territórios, por meio de seus enfrentamentos e possibilidades frente ao Estado e aos mercados, avaliando seus poderes em um jogo de forças imbr-

9. A produção de leite e seus derivados de forma artesanal e industrial é significativa no Agreste Meridional. A pecuária leiteira é a principal base de sua economia, tornando essa região conhecida como a bacia leiteira do estado. Nesse território, estão localizados diversos municípios, como: Bom Conselho, Cachoeirinhas, Capoeiras e São Bento do Una (PAQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016). O estudo desses produtores está sendo objeto para a elaboração da minha tese de doutorado, realizada sob a orientação da Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, com apoio de bolsa da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE).

cadadas. Daí, “há visões díspares sobre o lugar do Estado nesse imbróglio, que variam desde apelos de mais a menos Estado que se insinuam, em discursos favoráveis ou críticos desse tipo de atuação” (CAVALCANTI, 2014, p. 148).

Entre constantes incertezas, diferentes formas de ações coletivas, redes organizadas e estratégias produtivas dessas agricultoras e agricultores familiares podem contribuir não só para maior reconhecimento da qualidade dos seus alimentos, mas também para a valorização de mercados alternativos ou a consolidação de cadeias curtas de produção e consumo. Essa melhoria, pautada por aspectos de transparência, confiança e qualidade (WILKINSON, 2003) visa garantir uma maior aproximação entre as famílias agricultoras e consumidores (BOWEN, 2011), promover a pequena produção e garantir características, culturais (saberes, sabores, histórias) dos queijos e outros produtos artesanais. Tais reivindicações para valorizar e legitimar as práticas tradicionais são capazes de auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar.

Em diferentes situações, as estratégias produtivas podem estar integradas à intervenção do Estado e/ou ao mercado, à aproximação da produção-consumo e à mobilização efetiva de movimentos sociais, mediante a coordenação de vários atores sociais e políticos. É possível que esses alimentos, que têm sido colocados à margem de redes hegemônicas de comercialização por não atenderem, na maior parte das vezes, às normas sanitárias, conquistem um espaço mais amplo e regulamentações adequadas à escala de produção. Isso, por sua vez, contribui para que esses produtos artesanais mantenham características histórico-culturais e de enraizamento social (BOWEN, 2011; WILKINSON, 2008) e pertencimento a um território (CAVALCANTI, 2014), que os diferenciam daqueles produzidos de forma padronizada pelo sistema agroalimentar.

Considerações finais

Na luta por autonomia contra as imposições do sistema agroalimentar e das regulações sanitárias, as agricultoras e agricultores que fazem da produção artesanal o seu meio de vida são portadores de “um jeito que é somente deles”. Eles conhecem e detêm um ofício que é aprendido junto com seus familiares e isso se constitui como uma atividade comunitária. Como resultado, os processos de produção e reprodução social vinculados ao artesanato ocorrem em situações particulares, nos atos singulares, tecidos por indivíduos em uma comunidade local.

De modo constante, as produtoras e produtores familiares reelaboram suas estratégias produtivas em um fluxo contínuo que se integra com sua própria condição, vinculadas aos seus atributos locais que não deixam de compor os processos regionais, nacionais e globais (RAMALHO, 2017). É nesse aspecto que esse tipo de agricultor e sua artesanidade estão repletos de momentos de sínteses societárias relacionadas aos fazeres e saberes, nas suas singularidades.

Seja no âmbito global ou local, os interesses econômicos e sociais referentes às qualidades e os riscos alimentares demonstram o desafio de se traduzirem as críticas e as propostas em procedimentos operacionais para a produção dos alimentos artesanais. Os aspectos relacionados às regulamentações desses produtos envolvem influências políticas, poder das corporações, velocidade de mudanças tecnológicas, problemas éticos, efeitos econômicos diversos que, por sua vez, geram impactos negativos na produção, consumo e comercialização, especialmente para as famílias produtoras (GUIVANT, 2001). Nesse sentido, desconsiderar os elementos fundamentais que distinguem o sistema de produção convencional do tradicional, implica querer julgar a qualidade de alimentos, apenas a partir de critérios técnicos e normatizados, como no caso dos queijos artesanais.

Em síntese, acredita-se que os desafios em relação às questões levantadas centram-se no fato de que as características dos produtos artesanais tradicionais variam de acordo com a região produtora e em relação às produtoras e aos produtores rurais, evidenciando distintos meios de produção do mesmo alimento, como discutem Cruz e Schneider (2010). Ademais, na luta por autonomia contra os “impérios alimentares”, as produtoras e produtores rurais – entre outros envolvidos – não precisam buscar e/ou reivindicar um único modelo de proteção sanitária, aplicado a todos os tipos de produções em qualquer escala.

Portanto, ser um produtor artesanal é estar inserido em determinadas relações presentes na estrutura social, em conflitos com os “impérios”, cujas tensões são alimentadas pelo desejo constante de maior autonomia. Nesse contexto de inúmeras adversidades, os mercados e as normas, ao negociarem a questão do risco e a qualidade de um produto, devem considerar as especificidades de produção e os modos de vida das famílias agricultoras (GUIVANT, 2001; WILKINSON, 2008). Então, o controle dos riscos e as regulações sanitárias – embora possam ser necessários – precisam levar em consideração a importância da diversidade dos saberes e fazeres

de cada produção, relacionando-os a valores éticos, ambientais, vinculados ao modo de vida das populações locais. A qualidade desses alimentos, portanto, deve ser compreendida com base nos elementos materiais, culturais e simbólicos que compõem os saberes e fazeres constituídos no modo de vida campesino.

De certo, tais processos socioeconômicos e políticos envolvem as famílias produtoras, os conflitos e os seus desdobramentos em variadas situações, que possuem elos em comum e confirmam a urgência de situá-los no debate junto aos setores da cadeia agroalimentar, da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Assim, surge a necessidade de compreender, através do estudo desses atores sociais e políticos, as soluções alternativas encontradas para lidar com as adversidades e imposições que afligem a produção e circulação dos alimentos artesanais em diversas partes do Brasil e do mundo, especialmente em tempos de crises econômicas e sanitárias.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão voluntária: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 117-152.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco rumo a uma outra humanidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BENDINI, Mónica I.; CAVALCANTI, Josefa Salette B.; LARA FLORES, Sara. Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural em América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. *Tratado Latino-americano de Sociología*. Anthropos Editorial. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 247-263.
- BONANNO, Alessandro. *Agricultura Familiar e atividade sistêmica*. In: MOTTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helerina; ELLERY, M. (org.). Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Produção, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel. Territorializing Embeddeness. *Sociologia Ruralis*, 1989.
- BOWEN, Sarah. The importance of Place: ReTerritorializing Embeddeness. *Sociologia Ruralis*, n. 4. October, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas: Unicamp, 1999.

BRASIL. Lei Nº 1.283, de 18 dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Diário Oficial da União, 19 dez. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1283.htm>. Acesso em: 07 mar. 2018.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Resignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). *Participação Território e Cidadania: um olhar sobre a política e desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 135-152.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais e rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis, 2004. p. 17-32.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Repensando a agricultura familiar para além da modernidade: reflexões sobre a conferência do Dr. Alessandro Bonanno. In: DALVA, Maria da Mota; HERIBERT, Schmitiz; HELERINA, Ellery. *Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica*. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 2005. p. 121-134.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Segurança, qualidade e riscos: a regulamentação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COMO A PANDEMIA CAUSA UM ESTRAGO NA AGRICULTURA FAMILIAR. São Paulo, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/11/Como-a-pandemia-causa-um-estrago-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

CRUZ, Fabiana; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 5(2), 2010. p. 22-38.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: Eduff, 1999 (Capítulo 1 – Pescadores e pesca em Jurujuba, p. 31-83 – Capítulo 2, Reprodução Social do pequeno produtor, p. 85-157).

DUPIN, Leonardo Vilaça. *A vida dos queijos mineiros: uma etnografia multiespécie*. 2019. 391 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, SP, 2019.

DUPIN, Leonardo Vilaça; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Entre bactérias e lobos: o cerco biopolítico à produção do queijo Canastra. *Revista de Antropologia da Ufscar*, São Carlos, SP, v. 10, n. 1, p. 53-79, jun. 2018.

FAO/OMS. Qué es el Codex Alimentarius – Tercera edición. Roma: Secretaría del Programa Conjunto FAO/OMS sobre Normas Alimentarias, 2006. 51p. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/codex/Publications/understanding/Understanding_ES.pdf. Acesso em: 14 mar. 2018.

GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GUIVANT, Julia S. A teoria da sociedade de Risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 01-10, 16 abr. 2001.

HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. *Qualities of food*. New York: Palgrave, 2004.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.). (coord.). Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 2 vol.

LUCCHESI, G. *Globalização e regulação sanitária: os rumos da vigilância sanitária no Brasil*. Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História dos agricultores no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIRO, Inã Cândido de. *A formação profissional proposta pelo Sertão: construindo o futuro dos jovens no campo*. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. *A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo*. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo da Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. *Três combatentes da fome no Brasil: Josué de Castro, Betinho e Dom Hélder Câmara*. In: Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 8. Porto de Galinhas-PE, 2010.

PAQUEREAU, Benoit; MACHADO, Giuseuda; CARVALHO, Sonia. *O queijo de coalho em Pernambuco: Histórias e Memórias*. Garanhuns: Cepe – Companhia Editora de Pernambuco, 2016. 146 p.

PERRY, K. S. P. Queijos: aspectos químicos, bioquímicos e microbiológicos. *Química Nova*, v. 27, n. 2, São Paulo, mar./abr., 2004.

PLOEG, Jan Douwe van Der. *Camponeses e Impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-14, 1 fev. 2014. Mensal.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. *Achegas.net* – Revista de Ciência Política, n. 7, maio/2003. Disponível em: www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm

SANTOS, Jaqueline Sgarbi *et al.* Dilemas e desafios para circulação de queijos artesanais no Brasil. **Vigilância Sanitária em Debate**, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 13-22, 25 nov. 2016. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência y Tecnologia*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22239/2317-269x.00617>.

SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. 2. d. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHOTTZ, V.; CINTRÃO, R. P.; SANTOS, R. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. *Vigilância Sanitária em Debate*, v. 2, n. 4, p. 115-123, 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima*. Campinas: Ceres-Unicamp; São Cristóvão: Udufs, 2017.

VANDERBERGHE, Frédéric. Globalização e Individualização na Modernidade Tardia: Uma Introdução Teórica à Sociologia da Juventude. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 265-316, maio 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Juventude Rural: Vida no campo e projetos para o futuro*. Recife: UFPE, 2013.

WALLACE, Rob. *Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciências*. São Paulo: Elefante, 2020.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. v. 1. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: Geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

A AÇÃO COLETIVA DAS MULHERES RURAIS NO AGRESTE E NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: DIÁLOGOS ENTRELAÇADOS SOBRE SABERES E TEMAS DA PESQUISA

LUCIA MARIA DE LIRA E SILVA
MARIA JOSEANE VIEIRA DA MOTA
RITA MARIA ROSA DA SILVA
ANDREA BUTTO
JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI
LUDOVIC AUBIN
ANA MARIA COSTA
REBECA TORRES
TAINÁ MOEMA ESPÍNDOLA DE SOUZA

Introdução

Neste capítulo, apresentamos um diálogo de saberes entre as lideranças e a equipe da pesquisa.¹ Nesta introdução discriminamos elementos para melhor compreender a formação histórica dos movimentos sociais de mulheres em Pernambuco, de modo a indicar uma capacidade ímpar das mulheres para se auto-organizarem, ir atrás dos seus sonhos, reivindicar, interpelar os movimentos sociais, como o fazem quando cobram, exigem que a paridade seja aplicada nos sindicatos e sobretudo, nunca desistir.

Focalizamos duas realidades em regiões distintas do Estado de Pernambuco (o Agreste meridional e o Sertão do Vale do São Francisco); as lutas, os desafios, as dificuldades, os seus projetos e sonhos. Das lutas compartilhadas, depreendemos o companheirismo que se forja na adversidade e a confiança estabelecida entre elas nas horas de dificuldades, conforme discutimos nos capítulos seguintes. Os diálogos mostram a grande e a pequena história,

1. Reunimos aqui a contribuição de várias mulheres lideranças de movimentos rurais, professoras das UFPE e UFRPE, um pesquisador pós-doutorando do PPGS/CAPES, uma assistente de apoio técnico e estudantes de curso de graduação da UFRPE que participaram das atividades apoiadas pelo Projeto binacional de Pesquisa do CNPq. O artigo traz ao debate resultados dos trabalhos em colaboração realizados para definir os contornos da pesquisa, enfatizando o tema da segurança alimentar, o protagonismo das mulheres, a força da ação coletiva, os resultados das políticas públicas e a atuação dos movimentos sociais rurais nas regiões do estado de Pernambuco estudadas.

ou seja, como movimentos que adquirem reconhecimento em instâncias nacionais ou internacionais são frutos de uma agregação de milhões de pequenas vitórias cotidianas, no caso, das mulheres, em ambientes e contextos nem sempre amigáveis. Compreendemos um pouco melhor, como essa região do mundo (o Nordeste brasileiro) requer das protagonistas uma determinação constante para conquistar seus direitos por uma vida digna.

Ao longo das falas e diálogos, são abordados vários temas tais como a articulação do sindicato ou do movimento com outras organizações, a inserção dos grupos nos programas e políticas públicas, a aproximação dos sindicatos com a agroecologia, a importância da construção coletiva do conhecimento, o processo de formalização dos movimentos, os desafios da auto-organização e da liderança, as relações com os sindicatos rurais, a dificuldade de ser legitimamente reconhecida como agricultora e consequentemente a dificuldade de acessar o financiamento e a assistência técnica.

Mostramos, também, a complexidade de algumas instituições que tiveram um papel histórico central na formação dos movimentos sociais no Brasil, e particularmente no Nordeste. É o caso da Igreja Católica, quando encontram nela figuras apoiadoras para a emancipação das mulheres.

Vemos, igualmente, nos discursos, como a agroecologia constitui a promessa de uma produção mais limpa, de uma relação mais harmoniosa com a terra; promessa que cabe perfeitamente como parte da solução e da crítica das mulheres ao patriarcado que significou, em termos de agricultura e à reprodução de um modelo agressivo e violento na condução e manejo da Terra. A agroecologia aparece então como uma matriz articuladora das lutas e das práticas; por isso, ela faz tanto sentido para as mulheres e representa muito mais do que uma mera técnica para cuidar da terra.

Essas temáticas (e outras também!), são abordadas a partir de entrevistas compiladas a seguir neste capítulo e que são complementadas com a contextualização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste o MMTR e da Fetape/Contag, uma federação e a confederação que conta com auto-organização das mulheres. Ambos se unificam em distintos níveis na Marcha das Margaridas (BUTTO, 2017).

Trata-se de um capítulo escrito a muitas mãos que expressa a colaboração que construímos a partir de distintos saberes, práticas e movimentos, revendo os cânones da academia em que as mulheres investigadas, geralmente, não assumem protagonismo na construção do saber. Por fim, neste capítulo, apresentamos reflexões sobre os processos de construção do feminismo e da agroecolo-

gia nas duas regiões. O capítulo está organizado em três partes, conforme um roteiro orientado pela reflexão que emerge dos diálogos entre as suas autoras e autor, a partir das histórias particulares e das vozes das lideranças dos movimentos das mulheres, conforme analisamos nas páginas seguintes.

Liberdade e barriga cheia: as vozes do MMTR-NE no Agreste Meridional de Pernambuco

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste foi criado em 1985 e resulta da constituição do Movimento de Mulheres do Sertão Central, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco em 1984 e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano.

Foi a partir desta organização que as mulheres travaram as lutas pela sindicalização na Contag, fortaleceram as organizações regionais e alargam suas lutas para o plano nacional e, mais tarde, para a América Latina e Caribe. Com atuação inicialmente focada na inclusão das mulheres em programas emergenciais de combate aos efeitos da seca, o reconhecimento do trabalho e dos direitos das agricultoras, e a participação no movimento sindical. O Movimento se expande e se fortalece, participando ativamente da constituição da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, um espaço de unificação dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. A partir da ANMTR, fortalecem as lutas que já desenvolviam pelos direitos previdenciários, a documentação da trabalhadora rural e a saúde da mulher.

Nos anos 2000, em aliança com as mulheres auto-organizadas no movimento sindical que elas ajudaram a construir, as mulheres realizam um novo investimento para nacionalizar o movimento de mulheres rurais no país, com a constituição da Marcha das Margaridas e a construção de uma ampla plataforma de lutas por um modelo sustentável de agricultura que inclui a sustentabilidade da vida humana e assim fortalecem a sua inserção no movimento feminista agroecológico, registram suas experiências, qualificam suas experiências de formação e atuam com peso na agenda da construção de políticas públicas para a agricultura familiar e em particular para as mulheres, como foi o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica – o PLANAPO. Após o golpe parlamentar e o desmonte das políticas públicas conquistadas após mais de duas décadas de luta, participam dos processos de resistência e da construção das alternativas para a redemocratização do país a partir do feminismo e da agroecologia.

Dada a importância desse movimento social na história do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no país e sua destacada atuação em Pernambuco e no Brasil no movimento agroecológico, buscamos a colaboração para apresentar o projeto, planejar a execução e a publicação dos resultados obtidos.

Em 2017 realizamos o primeiro contato com a Coordenação Executiva do MMTR/NE, àquela época exercida por Verônica Santana para discutir a proposta da pesquisa e acertar os primeiros encaminhamentos. Após um intervalo de tempo, a pesquisa foi iniciada, havendo um novo encontro com o movimento, desta vez na região por elas escolhida – o agreste meridional.

Em novembro de 2018 em Angelim, na comunidade de Chapéu de Palha, na casa de Mariinha foi organizada uma reunião por Lúcia Maria de Lira e Silva principal liderança do MMTR-NE município e uma das fundadoras do movimento em meados dos anos 80, estiveram presentes, outras mulheres dessa localidade: **Adile, Andrea, Everlane e Maria**. Na ocasião apresentamos objetivos da pesquisa e construímos de forma conjunta o planejamento das atividades. Enquanto conversávamos, as mulheres se mobilizaram algumas vezes para o interior da casa, preparavam um lanche de doce de mamão com coco, biscoito, suco e água servido ao fim da atividade. Extraímos desse momento o diálogo com Lúcia que nos possibilitou um maior conhecimento sobre a história do MMTR na região, a atuação nos municípios de Angelim, os desafios organizativos, bem como para a garantia do acesso às políticas públicas e o reconhecimento como sujeitos políticos na região.

Como líder sindical, Lúcia Maria de Lira e Silva começou a organizar as Mulheres Trabalhadoras Rurais no Agreste Meridional, e junto ao Sertão Central, no início dos anos 80, ajudou a fundar o MMTR/NE, participou das lutas contra a ditadura militar e do início da construção da organização sindical das mulheres do polo sindical do Agreste Meridional.

A construção do conhecimento em colaboração

Lúcia: Eu quero falar... Primeiro eu acho interessante que a gente começa a construirmos de forma conjunta, esse que eu vou chamar de estudo porque é um estudo, porque uma pessoa se fizer um estudo, porque o que a gente tem hoje, se a gente teve essa ideia de produzir,

plantar, colher, criar, sem maltratar muito a terra, isso partiu de um estudo, mas se a gente tem hoje, botando veneno matando os mato, matando as pessoas e as águas, **também partiu de um estudo**, por isso que é importante nossas conversas, esse esforço da gente contar as nossas histórias e ouvir a história das outras pessoas, porque isso vira uma formação. Porque é o estudo pra mim é uma coisa muito importante e nesse nosso estudo o que me deixou ainda mais motivada é uma... uma expressão que Andrea usou que é de fazer a extensão, elas não vão só perguntar as coisas a nós, elas eu tô dizendo na universidade, né? Todos eles, vão perguntar as coisas a nós e vão escrever e vão embora, não é isso (referindo-se ao nosso grupo de pesquisa) eles vão perguntar, escrever, depois vão nos devolver e depois, ainda de vez em quando, vão conversar com a gente, seja através do movimento, seja através de que tem uma coisa aqui que é muito interessante que eu notei que é a apresentação nos conselhos. Aqui não tem conselho de segurança alimentar, mas tem o conselho de desenvolvimento rural, que é bastante atuante aqui no município de Angelim. Adile participou até pouco tempo algumas vezes do Conselho, não como conselheira, porque a conselheira representante dessa comunidade é a moça que é da diretoria da associação, que tem aqui, que se a gente programar a gente pode ver a possibilidade de vocês conhecerem; tem mulheres na direção, é o presidente é um homem, mas é a mulher que assume, a vice-presidente é quem vai pro conselho representando, é que são espaços importantes, que se antes eles eram importante quando a gente tinha governo que pensava em nós, imagina agora que a gente não tem ninguém? Agora a gente vai voltar pra aquela história que a gente já passou em uns momentos, agora a gente só tem Deus e nós. **É, não temos interlocutor**, não temos intermediário, não tem ninguém pensando política por nós, **quem tá na universidade pensando hoje a gente não sabe nem se amanhã vai tá pensando, porque ninguém sabe se vão ser impedido ou não.**

A construção do movimento e a agroecologia em Angelim

Lúcia: elas produzem tudo... separadamente, é, aqui quando as meninas estavam com água e o veneno não tinha invadido, quando elas forem dizer que uma das dificuldades dela foi que os vizinhos bota-

ram veneno e envenenaram o espaço delas, a terra delas, quando elas for contar a história delas acredito que vai sair isso, por tanto que vocês principalmente que vai começar essa história da agroecologia saber os limites que se tem, né? Pra praticar agroecologia. Aí a gente tem, as mulheres que trabalham que produzem nas suas famílias e que eles se juntam às vezes pra vender e às vezes nem se junta aqui se junta porque elas são, é... Tem um pouco dos laços familiares, mas tem momento que nem se junta pra vender.

A gente se junta para quê? Pra falar, pensar campanhas, mas assim pra pensar momentos sobre a história da saúde é mais as discussões políticas do que produtiva. Agora a gente se junta de vez em quando e isso agora não, já há muitos outros momentos a gente se junta pra estudar, né? pra estudar algumas temáticas.

As atividades desenvolvidas no primeiro organismo de políticas para as mulheres de Angelim ocupado por uma liderança do MMTR-NE

Lúcia: Quando é... no período de março, a gente faz umas visitas nas escolas, faz umas conversas com as mães. Aí quando é ... maio, no mês das mães aí a gente faz a mesma coisa... e aí a gente criou ... um elo que a gente começa nossas conversas que antes da gente ser mãe a gente é uma mulher, só pra refletir porque o povo fala muito da mãe como se a mãe não fosse mulher, como se mãe fosse um negócio mágico, que não tivesse problema. Não que é só beleza, não que é só santidade (risos), que não se estressa, num é? faz é... um tempo que a gente faz e aqui em Angelim é isso que a gente tenta passar.

É um programa que é... **invenção minha, invenção de Angelim**, porque na coordenadoria não tem dinheiro e nem tem política, então que que faz? A gente vai estudar, né? Aí **Geovana** tá vindo colaborar porque nós temos uma turma, se eu poder contar com minha amada ali, sabe? Mas temos vinte e cinco mulheres inscritas, que vamos começar amanhã e dois dias por semana, quinta e sexta e de quinze em quinze dias, vamos nos encontrar e vamos passar seis meses. Vamos começar a refletir desde o empoderamento das mulheres, até essa história da... como é possível a gente criar as nossas formas de arranjar dinheiro pra ter liberdade e barriga cheia. É nosso lema: ter liberdade e barriga cheia.

Lúcia: O MMTR começou por aqui, desde quando, desde década de oitenta porque eu comecei a participar no sertão central e como eu sou daqui, as coisas vem pra cá também, que quando começou aqui, era muito mais dentro da igreja católica e aproveitava as mulher que reza terço, aí... foi caminhando até bem, mas teve um dia que eu quase apanho, porque eu disse uma coisa que eu... que eu hoje vejo que não podia ter dito, no tempo que eu disse eu não podia ter dito que é a submissão nossa. Aqui eu já posso dizer que sabe na casa de Maria eu já posso dizer isso tranquila sem medo de apanhar ou ela me expulsar porque aqui ela já fez algumas conversas, alguns estudos, porque aqui todo mundo já tá convencido de que a religião a nossa que é católica, que Maria é católica, que a nossa e a dos outros, né? Sempre foi uma forma de submissão da população e muito mais ainda das mulheres, que aqui nós fizemos uma reflexão boa, que foi essa que eu quase apanho, que o que tá no velho testamento e às vezes é alguns pedaço do novo são coisas que atrapalham ainda hoje nossas vidas de mulher e nossa liberdade, que não tem nada a ver com o que Jesus Cristo chegou aqui e ficou dizendo três anos dizendo não é pra fazer, que era que todo mundo fosse igual.

Aí a dificuldade maior que eu tive quando eu comecei com movimento de mulheres foi porque no dia que eu disse isso... mas eu disse isso, depois de um terço (risos) que às vezes a gente fazia as preces assim, e aí a gente sempre teve o debate, essa conversa do feminismo, essa conversa da liberdade, do movimento de mulheres, das mulheres se juntar a gente sempre fez assim, porque a gente nunca teve dinheiro pra fazer isso, aqui em Angelim a gente nunca investiu em um centavo de projeto nenhum pra fazer esse trabalho, esse trabalho foi feito todo assim, aproveita, tá o povo junto, aí vai lá, vai eu vai Ana, é... uma menina que, não sei se tu conhecesse, ela foi enfermeira aqui que fazia o debate, que ajudava a gente, que já morreu, aí até hoje a gente faz assim. É pega carona com um, vai de carona com um padre (risos). Peguei muitas caronas! com o padre até nem tanto ... teve um padre que virou juiz e deixou a igreja e se casou que no início ele ajudou muito dando carona, levava, ele mesmo falava da importância das mulheres participar da política, participar das associações, a gente tem mulheres nas direções das associações é fruto

dessas conversas, a gente tem mulheres nas direção dos sindicatos. Tem do sítio Peri Peri, a mulher é uma presidente, do sítio Batinga, a mulher é uma presidente, é... do sítio Poço do Boi, a mulher é uma presidenta... é todo mundo... todo mundo é fruto dessas conversas.

A presença no movimento sindical rural e a auto-organização das mulheres

Nos sindicatos a gente, agora, diminuiu um pouco porque o movimento sindical criou a paridade que a gente teve que tirar uma mulher, tinha que tirar porque não podia aumentar a quantidade de gente na diretoria, mas a paridade, aí os homens se aproveitaram, não, mas é isso porque foi uma decisão congressual, aí... dizendo assim nós somos o movimento de mulheres, nós mulheres precisamos estarmos organizadas e nos reconhecermos e... uma coisa que a gente não fez que só agora que a gente vai fazer, foi a legalização do movimento de mulheres de Pernambuco. Mulheres trabalhadoras rurais no Sertão e Agreste houve o registro do coletivo de mulheres trabalhadoras rurais e negras, mas não no estado de Pernambuco; você vai encontrar mulheres na Mata, no Agreste, no Sertão dentro dessa concepção de mulheres articuladas que se reconhece trabalhadoras rurais, mas você não vai encontrar nenhum registro, porque enquanto a gente estava fazendo isso na década de oitenta, aí teve umas enxada que foram pro encontro de, encontro feminista, né? Aí conheceram algumas da Paraíba e quando vieram, já vieram com a ideia da gente organizar a nível de Nordeste, aí eu tava nessas conversas, **Auxiliadora** (Auxiliadora Cabral) estava, Ilda (Margarida Pereira) nessas conversa, e aí a gente, Vanete (Vanete Almeida), que já se foi, aí a gente achou por bem legalizar o Nordeste.

A formalização e o fortalecimento do MMTR-NE em Pernambuco

Lúcia: Pernambuco ficou assim na informalidade, fazendo tudo, mas não tem, não é uma instituição legal, mas agora a gente vai fazer isso, porque eu disse que não quero morrer e deixar isso assim não, porque depois pode esquecer, aí fica mais fácil de esquecer (riso).

Não é pela memória sim, mas é porque a gente percebe que também que a gente não consegue acessar recurso pra ampliar nossas atividades, e outra coisa, a gente faz tudo em Pernambuco e tudo que a gente faz é o Nordeste que faz, num é Pernambuco. A gente não se importava com isso e nem se importa, né?, mas é algo assim, de você ser reconhecido nos outros estados. Agora a diferença é que em Alagoas elas já estão legalizadas como Alagoas. Nos outros estados já... no Piauí, estão legalizadas como mulheres trabalhadoras rurais, é coletivo, é coletivo, no Piauí é coletivo de mulheres trabalhadoras rurais do Piauí, na Paraíba também tem outra denominação. Agora nós aqui, em Pernambuco, estamos fazendo uma conversa que vai desembocar numa assembleia dia vinte nove, trinta, porque nós vamos, só vamos mudar o Nordeste e Pernambuco, o nome vai deixar do mesmo jeito

Na ocasião da entrevista também esteve presente Joseane, principal liderança de São João, que abordou essas temáticas também e que complementou os conteúdos registrados a seguir em outras ocasiões: a primeira, em grupo focal com a participação dela e das demais mulheres da sua família, e a segunda de uma entrevista individual.

Maria Joseane Vieira da Mota, à época, 2019, com 37 anos, tem dois filhos e um ano do seu segundo casamento. Nasceu em Canhotinho, e migrou com seu grupo familiar para São João. Formou-se em São João como técnica agropecuária em Belo Jardim. Trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e chegou a assumir a diretoria de políticas agrícolas aos 16 anos de idade. A partir da sua formação ainda em sala de aula contribuiu para elaboração do projeto de cooperativismo. Desse trabalho surgiu a motivação e sensibilização para formar a cooperativa COOPAF para a qual ela ajudou a juntar documentação. Decidiu junto com o marido sair e abrir uma farmácia veterinária com uma proposta social. Sempre teve atuação na igreja católica, e em 2013 criou o grupo produtivo Flor de Açucena; foi a partir dele que ingressou no MMTR-NE e no movimento agroecológico, durante encontro realizado pelo Núcleo Agrofamiliar da UAG/UFape em 2015.

Joseane relata a história do MMTR/NE em São João, os avanços e limites dos processos de auto-organização das mulheres e da luta por direitos.

A construção do MMTR-NE em São João e os limites dos processos de auto-organização das mulheres na luta por direitos

Joseane: Quando eu voltei pra aqui pro sítio. Até então eu não tinha o MMTR como referência, e aí a gente foi, continuou trabalhando, eu fazia sempre trabalho pela igreja porque todo esse período eu sempre fui catequista, então eu sempre tinha esse trabalho social... depois construiu a casa eu fiquei, sempre fiquei produzindo naquele pedaço ali, numa forma ou de outra sempre ajudava como podia, aí foi numa época também que veio o tempo da seca, veio o Pronaf seca.

Também veio a questão do Flor de Açucena, num encontro de agroecologia a gente conheceu **Lúcia e Silvia**, aí elas começaram a apresentar a eu e a **Ana Paula** o projeto, a instituição, aí a gente foi dando corpo ao movimento aqui, também dando nome às mulheres daqui.

Foi, foi... e engraçado que não foi só eu e Ana Paula, foi via **Nulo**, a irmã de Ana Paula que foi que, quando a gente recebeu o convite que foi pra participar do encontro de agroecologia a gente fez, sabe aquela cena que é difícil de se ver sabe: Eu e Ana Paula aí nós, foi eu e Ana Paula nós chamamos mais duas meninas, aí foram duas irmã de Ana Paula, os meus meninos, as meninas e os meninos de Ana Paula, alugamos um carro vai aquele monte de gente assim sabe? Meu Deus do céu! O povo olhava assim, mas nós vamos nós. Não sabe o que tem lá, mas nós vamos lá (risos) mas aí foi quando conhecemos Lúcia e Silvia, aí as coisas aconteceram e... 2015, eu já tinha um trabalho em relação ao Flor de Açucena, por conta dos nossos resultados, a nível de território, estamos decidindo nomear toda atividade do território do Flor de Açucena pelo bom exemplo que a gente conseguiu sobreviver, mas isso se dá muito pelo trabalho de formiguinha que eu faço aqui, aí assim sabe... a gente tem uma promessa que tenha condições de se articular, a gente tentou, lá em Angelim colocar uma pessoa pra fazer o serviço bem próximo do que faço, mas a pessoa não teve espírito de liderança, e aí não terminou dando certo. Eu acredito que não deu certo pela vocação da pessoa, nem é que ela não acredite, é que não tem vocação.

A história do grupo Flor de Açucena e os desafios organizativos em distintos planos

O ano mesmo foi 2013. A ideia do grupo de produção nasceu da necessidade de eu fazer dinheiro, eu precisava de dinheiro e eu me lembrei que eu fazia licor e eu comecei a produzir licor e depois a gente precisou de um nome, só que pra comercializar a gente no tempo de escola é a gente produziu licor e comercializou em evento, em exposição, em vaquejada, em outros eventos e aí eu me recordei desse momento, que era um momento que foi até incentivado pelo Sebrae. Aí a gente disse: não; vamos pegar o mesmo modelo que a gente foi incentivado, o mesmo modelo que a gente aprendeu a fazer e vamos começar a produzir.

Até então estava sem nome, aí depois foi que a gente começou a pesquisar a possibilidade de nome, que pra o licor exatamente a gente tenta descobrir o nome, mas pra o grupo e aí depois, eu consegui, eu fui pra uma reunião, meu Deus, não me lembro qual foi a reunião, mas foi em Lajedo e encontrei um cientista político enviado pela Secretaria da Mulher e eu consegui falar com ele e conversar sobre o grupo, porque o município ele não conseguia enxergar, até hoje não consegue enxergar o grupo, não consegue ver a nossa produção e aí, com esse rapaz ele nos colocou, entrou em contato com a técnica... de assistência, **Lúcia Aquino**, que foi ela que veio aqui olhou nossa produção e foi dando caminhos de incentivo, um evento ela disse: oiá Jô, tem tal evento, tem produção tu consegue fazer?, aí eu pegava de uma mulher, pegava de outra e aí a gente ia fazendo licor tem um evento, vem tu pode entregar 10 litros de licor, aí ia lá ia, tinha as capacitações a gente ia lá levando e foi assim que a gente conseguiu, depois é... já foi de Recife que veio uma necessidade, uma proposta de inscrever nossa produção pra Fenearte, e a Fenearte foi um pulo mesmo que consagrou a gente, e mas aí veio pela ação social. Foi em 2015, quer dizer, 2013 a 2015 a gente tava nisso, em 2015 a gente conseguiu escrever nossa produção, fomos contemplados.

Aí a ação social municipal nos apoiou no que pode, e a gente conseguiu levar sobreviver um, no outro ano eu já me inscrevi sozinha, que já tinha história, já tinha entrado lá na casa então foi mais fácil, aí o grupo começou a ter visibilidade, o município começou a per-

ceber, aí foi quando veio o núcleo de agroecologia, batizado a gente veio pelo MMTR, só as entidades do MMTR participar do núcleo. Aí vem as feiras e a partir dessas feiras foi que o município disse, não, vocês produz! Só que quando tem um evento eles colocam um monte de obstáculo que a gente ainda sobrevive, sem política, sem investimento que a visibilidade nossa. O grupo praticamente é as mesmas pessoas, porque acho que isso é um fato preocupantíssimo nessa situação, não tem as mulheres com estímulo pra participar de grupos... e aí... vem aquele resultado de Angelim, vem esse resultado, vem outros resultados, o resultado de tantas outras coisas, às vezes a gente traz capacitações arretadas mas... as instituições não nega muitas delas a apoiar, o problema é o povo, as mulheres que não estão. Quando a gente começou com 32 mulheres, o básico do básico, o ponta pé a gente fez tipo um... eu fiz o projeto e esqueci do nome, a gente fez uma assembleia de toda comunidade, a gente tem uma associação comunitária, então a gente juntou os jovens e as mulheres, fizemos uma assembleia... é a parti dali a gente criou uma demanda, foi daí também que nasceu a associação de mulheres, de vaqueiras.

Nós, não tem uma reunião regular, pega um grupo, pega outro grupo e num mês eu faço uma média de duas a três reuniões, mas é com grupos um pouco diferentes. Nós conseguimos um prédio lá na cidade que tá precisando de uma reforma, mas nós já temos um prédio. É... aí nós conseguimos, nós começamos na primeira assembleia nossa, na primeira reunião nossa, 32 mulheres, depois a gente foi acompanhando, como era líder da pastoral da criança, então visitava todas essas famílias e tinha um estímulo diferente, hoje não tô mais como líder da pastoral, então eu não tenho mais aquelas visitas regular ... aí a gente não tem tal serviço vá fazer, eu tenho uma encomenda de dez quilos de doce, aí vai fazer, embolando desse jeito, então foi mais ou menos assim que a gente conseguiu chegar até hoje, a gente vê a feira agroecológica, nessa feira a gente conseguiu uns dois ou três se mobilizar.

A assembleia e o movimento Caruaru eu só consegui levar de São João cinco mulheres pra participar, agora aqui na região a gente de vez em quando se reúne, se reuniu lá em Angelim, lá em Jupi, lá em Garanhuns, a gente aqui de vez em quando. Elas só querem olhar muito pro lado de organização, a gente não tá conseguindo se organizar, eu queria que falasse mais de sobre estrutura de produção eles,

elas fazem no caso, então não tô gostando disso não. Mas graças a Deus elas já tão olhando isso também. É, a gente discute mais é de organização mesmo, de criar... uma das coisas que a gente mais viu nesses últimos dois anos foi de organizar documentação, então isso foi um tema muito discutido entre a gente.

Relações com o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais de São João

Joseane: diretoria de mulheres tem, só que ela não atua, por exemplo aqui na comunidade nós temos um exemplo de mulher que faz parte da diretoria, mas ela nunca participou da reunião nossa, não nos reconhece, é... o sindicato, ele assim eu tive uma conversa esse ano com o presidente quando ele disse que, se nós quiséssemos ser vista como mulher, se comportasse como tal, no nosso lugar... então. O presidente do sindicato. Que a única coisa que ele podia incentivar as mulheres a fazer é que se um dia ela apanhasse, matar o marido ou botar gaia nele (riso) então assim... esse é o presidente de sindicato que nós temos.

O Grupo Flor de Açucena: produção, comercialização dos doces e o artesanato

Joseane: o doce e o licor a gente se junta para comercializar, mas é um processo mais industrializado, as mulheres quando tem as feiras eu levo mais coisas de artesanato, o artesanato em tecido e Silvia lá em Caruaru junta tudo quanto é de lixo daquelas confecções e traz pra cá e a gente transforma isso em artesanato ... a gente produz esse artesanato, e leva esse artesanato pras feiras e tem o outro produto que é a produção agrícola que a gente leva pras feiras também. O doce e o licor é como se fosse numa escadinha a parte de cima, sabe? Numa pirâmidezinha a parte de cima é os produtos chave que chama atenção da mídia pra gente mas os outros produtos, porque o artesanato é comum, quase todo mundo produz esse artesanato, a gente faz porque vende muito.

A gente começou com doce de tomate, é porque a ideia nossa quando os produtos, as questões da produção agrícola na produção que a gente fez era comercializar o excedente que a gente não tinha, naquela época era um problema, por outro lado a gente tinha as mulheres sem renda, então a gente pensou, como a gente produz muita hortaliça, com muito tomate, então vamos fazer alguma coisa com o tomate, nós temos umas duas a três mulheres aqui na região que faz doce de tomate, uma... excelente, muito bom! e aí a gente foi atrás dessa receita, pegar esses tomate, esse excedente e começar a fazer doce, aí a gente começou nas roça, pegar os resto que tinha de roça e fazer, só que também a gente não tinha transporte, a gente não tinha toda a logística que precisa... aí a gente começou a fazer doce de tomate, doce de cenoura, é... aí depois o de mamão não sustentou né, não sustentou, a gente ficou lá, e hoje pra não dá trabalho tem mamão, banana. O licor é geralmente todo ano eu pego uma fruta nova, vou fazendo, vou fazendo o teste, aí o licor já fiz de manga, jaboticaba, genipapo... geralmente todo ano a gente faz uma coisinha nova que é pra não ficar...

Uma coisa que é interessante é que na questão do artesanato o que aconteceu, muitos clientes tão vindo atrás das mulheres e elas tão vendendo suas peças sem passar pela associação, então a ideia de grupo pra elas tá se desfazendo, porque elas já tão ganhando cliente, já tão fidelizando cliente, isso... eu não sei até que ponto é ruim, até que ponto é bom, isso é um quadro que já está acontecendo

Os desafios da participação na Rede de Agroecologia do Agreste Meridional

Joseane: foi um, uma tempestade de problema, o núcleo em si ele deixou como parte dele, esse núcleo... ele deixou pra que a gente nos resolvesse, o MMTR deixou pra que nós mulheres nos resolvêssemos, e as mulheres achou que quem tinha que resolver isso era o núcleo e foi um conjunto de deixa pra que o outro e como eu conseguia ver que todos os lados fiquei vendo que, toda uma situação e outra ao ponto da gente chegar e olhar assim, sabe acho que nem todo os participantes dessa história tá entendendo que cada um tem sua responsabilidade, por isso que eu achei melhor a gente parar.

Entendendo que o MMTR cada uma tem suas vocações, algumas não tinham vocações realmente para o empreendedorismo, ficava difícil elas ver, por outro lado todo trabalho é voluntário, então como é que cobra de alguém se você não ganha nada com ele, das mulheres ela não entendia que eram uma oportunidade, via como uma obrigação, às vezes eu acho, achava que era uma coisa importante, então... são questionamentos, que... que a gente faz que... sinceramente eu não tenho resposta, enquanto eu pude, enquanto eu tinha energia pra me articular a gente foi pra feira até o mês de junho, uns quatro meses eu fui praticamente sozinha, com minha produção um pouco do que mainha tinha, um pouco do que **Luzia** faz, porque Luzia faz salada de fruta e tudo mais e dava um enfeito a barraca da gente, tudo isso.

E o MMTR tinha um problema maior ainda que era outros municípios, então assim a gente tinha a responsabilidade de articular outros municípios, ó se eu não tenho dinheiro pra articular aqui no meu quintal imagine em outros municípios e aí o núcleo, cobrava disso, o núcleo é composto pelas instituições que precisam de projeto financiado, então saía luzes na frente nossa, quando chegava lá tinha que ser comparadinha, com poder de igualdade, mas nós não era com poder de igualdade.

Dificuldades de acesso às políticas públicas na prefeitura de São João

Joseane: a prefeitura eu procurei, eles não conseguiam é ver... as nossas necessidades que ela é diferente da necessidade de um, eles não conseguiam se alinhar com a nossa logística e aí ficava aquela cobrança, depois de umas três vezes assim, olhe não tem necessidade disso. Nós temos aquela menina que foi lá naquele dia, e aí eu fui lá e fiquei conversando com ela sobre isso. É **Joseneuda** que é vereadora, conversando com ela, vamos fazer o seguinte: eu vou ver o que eu posso fazer! Deixou disponível o esposo dela pra nos acompanhar, foi por onde a gente ganhou um folegozinho e condições pra gente trabalhar, porque ele foi um homem capaz de ver as necessidades das mulher lá na secretaria. Apesar de **Aparecida** tá lá, era pra gente entrar nos parâmetros deles, não era pra a feira e todo o processo agroecológico não era naquele quadrado que eles tavam fazendo não.

Joseane: é porque assim o projeto, ele é um projeto de Joseneuda, a vereadora, e aí a prefeitura que tá, financia esse projeto, o transporte, então o que foi que a gente fez, ela conseguiu um grupo demonstrativo, esse grupo eles tão lá na outra parte do município, e nós tem aqui um grupo de mulheres que elas produz e produz de meia, que esse meia é três quarto, né, e aí qual a gente fizemos a proposta de ser arrendado um pedacinho de terra aqui pra gente realizar esse trabalho...

As dificuldades para garantir o reconhecimento como agricultoras

O IPA, prepare todo o processo que o pessoal, vamos se juntar num sei o que lá, simhora, mas não sai da mesa. Eu digo meu filho, pra dizer prepare, junta, isso é coisa mais fácil, mas vá lá, é o IPA pra me dá a carta de DAP, ele me passou quatro anos e sem vir aqui me visitar, quando o camarada veio aqui que chupou uma melancia aí olhou assim e disse: eita, tu é agricultora mesmo! aí eu olhei pra cara dele assim... e disse que se você saísse do seu gabinete... e olhe que ele é meu amigo, aquele detalhe, né? então assim é absurdo, o camarada tem uma propriedade vizinha aqui e não consegue visitar um profissional, um agricultor que tá ali do lado, é isso sou eu, imagina tantas outras mulheres como é que tá sendo essa situação.

Lúcia mesmo ficou constrangida não quer ir mais no IPA tirar... Edileuza conseguiu a DAP dela, ali embaixo as meninas não tem, Sueli não tem, eu acredito que só três mulher têm.

As restrições de acesso ao financiamento da produção

Aí a questão do banco mesmo, financiamento, pronto nós temos uns Pronaf que era pra necessidade, que era pra atender nossas necessidades, só que a técnica do banco, primeiro que eu achei que as minhas mulheres não tava preparada pra um financiamento, economicamente a gente não tem condições de administrar recursos e a questão não era só pegar o dinheiro e ver como é que ia trabalhar nisso e a outra coisa é que, a técnica do banco olha pra essa região, como uma região

de veacos (pessoas que não pagam), e aí é eles ficaram julgando o tempo todo que não ia dá certo pessoas dessa região, eu também não quis, ela era o crediamigo e o agroamigo do BNB os dois, mas aí ela fez o constrangimento assim explícito, pra os agricultores.

Aí eu tive umas oportunidades de ir em Brasília, de fazer a queixa, algumas coisas mudaram, ela começou, porque no início, em 2013, ela não financiava nada, nada aqui na mata, depois de umas reclamações ela começou a financiar um pouco mais, continua ainda, é re-criminando algumas pessoas, humilhando algumas pessoas, pessoas em reuniões essas coisas. Eu digo minha gente pelo amor de Deus grave! porque se vocês não gravar não tem como fazer a denúncia, eu trabalhei um pouco fazendo a do Pronaf variável, e aí os agricultor dessa região atendia pelo Pronaf variável, quando eu podia eu fazia nesse sentido, eu queria dá um caráter muito personalizado que era o Pronaf Mulher, mas a gente não conseguiu nenhum e dependia de outras coisas, de fôlego também eu não consegui, foi passou... se o prefeito não pagar a taxinha aqui de inadimplência o município está numa beirinha de inadimplência, fez um acordo pra pagar uma parte, né? e o município sair da inadimplência.

A assistência técnica do Projeto Dom Helder

Na minha região ali, na região da mata nenhum projeto foi recebido. Só recebeu do agreste e com titular homem, aí eu fiz questionamento ao técnico porque que você não colocou pelo menos 10% de mulher, aí ele disse “mas as mulheres não tão inclusa”, mas você ouviu a conversa, não estão. Não aí ele disse: ele não tá do lado da mulher!, aí na hora tinha um casal, coitada da senhora ficou morta de vergonha, eu tinha que fazer aquela situação... a senhora do lado do seu esposo se sente à vontade de dizer o que a senhora quer comer de meio dia? Aí ela ficou vermelha, aí eu disse... lhe responde? Aí ele disse: tu também gosta de fazer barraco, né? (risos) mais ou menos, né?

O futuro do Flor de Açucena

Luzia: sei não, eu acho assim que pra gente chegar na FENEARTE, já é uma experiência que a gente chegou lá, pelo menos tá lá até, né? dois anos lá, acho que isso já é uma grande conquista, sei lá.

Dona Maria: pra prantar uma coisa que dificultou muito também foi a energia, a energia é muito cara, você pranta, o que você pranta que vai pagar da energia... É essa daí não vai dá o rendo que você gastou, no caso aqui, 250, 300, de energia aí vai prantar uma mercadoria ela vai da com três meses aí quando você vê, tirar aqueles três meses é tirar seu trabalho. Trabalho, adubo... aí isso foi tirando o sentido de trabalhar o jeito de trabalhar mesmo, não dá pra você trabalhar, é pagar pra trabalhar.

Mulher eu tô pensando, passando um momento difícil, né? meio estremecido do grupo. Eu primeiro tô pensando em trocar de liderança, pode ser um problema, trocar a liderança, colocar outra pessoa. Éeee... pelo menos é isso o que eu esperei muito essa questão da política de agosto pra cá eu fui rezar muito e deixar que a política nacional pudesse dizer alguns quadro e... e aí sentar com elas porque agora a gente vai precisar sentar e conversar, mas nós temos agora a assembleia do MMTR então a gente fica naquela na expectativa, eu estava esperando também algumas decisões pessoal minha, pra motivação do grupo como é que eu ia fazer, já tomei algumas decisões a nível de grupo com o pessoal da parte religiosa, porque toda essa questão da liderança vem o apoio da parte religiosa, como Lúcia disse, a gente pega carona comum, pega carona com outro e vai fazendo isso, então da parte religiosa a gente vai a gente já fez algumas trocas de lideranças, nessa perspectiva de troca, já troquei algumas coisas e aí a gente vai vendo até porque eu acho que às vezes a gente empurrando a gente vai mais longe do que a gente indo sozinho sem ninguém pra tá dando suporte

Dona Rita: “Pra lá é uma história, pra cá já é outra”: o Sertão

O sindicalismo rural que havia se constituído no início dos anos 1950 não permitia a participação autônoma das mulheres, elas participavam de forma indireta na condição de dependentes. Com o surgimento da CUT e a renovação da estratégia de ação também para o sindicalismo rural, muitas mulheres se engajaram na mobilização para que os sindicatos incorporas-

sem a participação política das mulheres e abrissem passagem para uma participação ativa e direta com plenos direitos como sindicalizadas.

Em meados dos anos 1980 se concretiza a primeira luta pela participação política, representada pela luta pelo direito de sindicalização, que foi acompanhado pelo trabalho de auto-organização das mulheres e para a introdução de suas demandas nas pautas dos movimentos sociais mistos do campo, uma iniciativa do movimento de mulheres rurais de Pernambuco, que foi assumida pela Fetape para alterar a condição das mulheres na Contag.

Em 1985, a Contag aprovou a sindicalização das mulheres, adotou medidas para promover a participação das mulheres nos sindicatos, se posicionou contra políticas públicas prejudiciais às mulheres e também incentivou a participação das mulheres no processo constituinte, mas manteve o perfil masculino de sua representação apenas da proposta de representação igualitária sugeridas pelas sindicalistas do polo do Sertão Central de Pernambuco.

Após a conquista do aumento da representação e da auto-organização das mulheres, as sindicalistas da Contag constituíram a Marcha das Margaridas, que articula movimentos sociais autônomos de mulheres do campo e da cidade, além de movimentos sociais mistos do campo. A sua constituição resultou do trabalho de toda uma primeira geração de militantes oriundas do movimento sindical e do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – o MMTR-NE. Trata-se de uma trajetória rica e reveladora de muita ousadia por parte das militantes feministas da Contag que decidem conquistar o reconhecimento político no plano nacional. Buscavam dar um passo à frente e promover mobilizações para toda a sociedade com o suporte em alianças com feministas rurais e urbanas, aprofundar a democratização das relações de gênero na Contag mediante contribuições ao debate sobre o desenvolvimento rural a partir da realidade das mulheres.

O segundo eixo do tripé de um novo modelo de desenvolvimento proposto pela Marcha das Margaridas é a agroecologia. A agroecologia esteve presente desde a primeira Marcha em 2000 e a defesa da necessidade de inibir o uso de agrotóxicos e do que denominavam há época como agricultura alternativa, mas o que denominavam de desenvolvimento ecológico já integrava o debate sobre o novo modelo de agricultura nos anos 1990 no ambiente da ANMTR.

A constituição da Marcha das Margaridas coincidiu com a formação de um movimento agroecológico no país, que ganhou expressão com a criação da

Articulação Nacional de Agroecologia a ANA, em 2002. Na terceira edição da Marcha, realizada em 2007, a agroecologia ganhou maior densidade na pauta e se constituiu em eixo específico dela. Na edição de 2011, a agroecologia apareceu associada à crítica ao modelo de desenvolvimento, que massificava os sistemas produtivos sem considerar a diversidades regionais e as culturas locais.

O sujeito mulheres passou a ser referido a partir da atuação das mulheres na agroecologia, especialmente, a partir dos quintais, pelo manejo de uma diversidade de animais e plantas, incluindo as medicinais.

Em 2012, o governo federal instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que previu objetivos voltados para o reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres na produção orgânica baseada na agroecologia e no fortalecimento da sua autonomia econômica, a qual foi anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff na Marcha das Margaridas.

Pernambuco foi o estado importante também nessa construção do movimento, organizando a Marcha das Margaridas nos seus 20 anos de existência com o suporte da Diretoria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco Fetape nos 10 polos sindicais com a parceria dos movimentos sociais de mulheres do Estado.

No Sertão do São Francisco não foi diferente. Dona Rita, assessora do polo sindical, e integrante também da ONG Asa Branca nos concedeu uma entrevista para a pesquisa. Na ocasião, abordou os processos auto-organizados das agricultoras no movimento sindical, os avanços e desafios na agenda da agroecologia e do feminismo numa região com fortes pressões de um sistema agroalimentar globalizado e repercussões sobre a agricultura e os modos de vidas. Do nosso diálogo, planejamos o trabalho de campo, definimos os contornos das experiências que seriam investigadas. Dos nossos diálogos, extraímos conteúdos relativos à organização das mulheres no movimento sindical, a agenda da agroecologia no Polo e seus desafios frente ao agronegócio e a relação com o Estado, especialmente aquelas do governo estadual.

Rita integra a assessoria da Fetape há muito tempo, e conta que já se aposentou, mas permanece na função. Integrante da ONG Asa Branca que também trabalha com mulheres a exemplo dos projetos desenvolvidos em parceria com o Chapéu de Palha.

A auto-organização das mulheres nos sindicatos e seus desafios

Rita: Nosso encontro ocorreu no sindicato de assalariados de Petrolina, que é novo. Só que aqui, quando eles fizeram a composição que foi uma briga, as duas chapas todas duas encabeçadas por mulher (risos).

Na verdade, assim, agora os sindicatos (da agricultura familiar) eles vão começar isso, mas o trabalho das mulheres passa pela secretária de organização e formação. Aí agora que começa a fazer, elas que são responsáveis pelo trabalho da mulher, são as secretárias de organização. Aí foi uma coisa interessante quando a gente foi fazer a reunir as mulheres aí vem o secretário, aí fica um negócio muito... Era a gente levou a secretária de organização e quando chega aqui assim lá vinha ele assim, “Meu Deus, e agora?”. Ele tá empenhado, sabe? “Aí se precisar de qualquer coisa” mas ele não é aquela coisa de você tá discutindo com as mulheres tudinho, aí a própria comissão de mulheres depois: “aí ele vai ficar aqui com a gente?” e aí? Mas assim, ele é muito comprometido com assalariados, mas foi uma composição, com muita política...

As mulheres, a fruticultura globalizada e os agrotóxicos

Rita: As mulheres que a mão de obra aqui, é mais é mulheres todo mundo sabe, e dos produtos que vão para fora, por causa do selo e tudo, e aí as convenções coletivas, se eles não fizerem isso eles não vão vender o produto dele lá fora. Então para lá é uma história, pra cá já é outra. Lá fora os produtos vai selecionado... agora aqui, é só que tem algumas coisas que as pessoas dizem que, eles plantam até uva sem semente, é não sei o que sem agrotóxico, mas ele usa alguns produtos que também não é bom, algumas pessoas sentem mal, têm alergia tudo.

E aí existe essa história que o pessoal contou muito, sem contar que é a história dos veneno, que é absurdo aqui, e pelo visto vocês tão vendo que as leis tão mudando e não é pra melhor, é pra pior e essa região aqui do Vale, eu acho que é das piores que tem o veneno que se usa é abusivo mermo e não só é as empresas, mas até os pequeno produtor tão entrando nessa onda de plantar com veneno, se não perde a planta, nasce de péssima qualidade e aí vai.

A agroecologia e sua relação com os processos formativos e a alimentação saudável

Rita: Falando da agroecologia na verdade a gente tá aprendendo, sabe? Porque o que é que é mesmo a agroecologia, a gente tá aí quando a professora Salete falou da formação (se refere ao projeto de pesquisa e a formação que poderá ser realizada pela equipe a partir dela), aí eu disse: aí que bom! é através da formação que a gente tá conseguindo é... envolver as pessoas. A Fetape teve um curso que foi Enfoc (Escola Nacional de Formação da Contag) aqui, ano passado aqui, Enfoc regional... e aí, como ela veio pra região um dos temas foi a agroecologia, a gente teve a grande contribuição que foi de Elias, que é ali do IRPA pra Juazeiro... e aí Ozaneide também, lá do Mandacaru, onde fez uma parte dessa questão.

A gente descobre várias experiências, mas as pessoas ainda não liga que é agroecologia... mas quando você vai ver o trabalho que tem a Univasf, outras coisa aqui que eles investe em feira, e não sei o que de produtos, aí é que você vai vendo que tem as coisas, que você têm uma esperança, têm que ter muitas coisa hoje, que têm que ter um alimento saudável, que as pessoas tão já começando... já começando a despertar, mas que a maioria deles é aquela velha história, deixa de tomar um suco de frutas, pra tomar refrigerante ... vende a fruta para tomar refrigerante, né, ainda é assim.

Rita: Não tem esse grupo assim pra dizer se tá trabalhando, isso, mais não tá. A gente, a gente, por exemplo, a gente teve o encontro ano passado e Jenozí (Ex-secretária de mulheres da FETAPE) pediu um levantamento e a gente não conseguiu. E às vezes a gente percebe que elas fazem e têm umas experiências, mais aí elas não considera, os próprios sindicatos a gente chega lá, pede ajuda, não é que a gente não conhece não, e aí é, a gente vai lá, e vê que têm umas experiências interessantes.

A gente descobriu uma experiência em Afrânio, que dizia que não tinha nada. Afrânio é aqui do polo da gente né, e a gente, e a gente foi fazer, depois que a gente fez o curso da Enfoc aqui, tinha que fazer um grupo, trabalho lá, e a gente foi pra uma comunidade, uma associação, que esqueci o nome agora, quando chegou lá tinha uma experiência muito interessante, duma horta que é tipo mandala, elas têm o apoio do IPA, de outras pessoas. Só que aí quando a gente viu

todo aquele trabalho sem veneno aí a gente ficou feliz da vida e a gente descobriu que era uma experiência incrível lá em Afrânio, e teve Dormente e têm várias assim, só que aí as pessoas não conseguem trabalhar assim direto, quando chega lá a gente percebe que tem essas experiências que a gente precisa descobrir.

Essas iniciativas todas elas, a maioria delas, é mulher. Porque [são]a mulheres que cuida, a mulher ela planta, que ela cuida ali direitinho e uma maioria são mulheres.

As experiências agroecológicas e sua relação com os programas de compras públicas

Mas aí entra aquelas experiência, que é tipo Mandacaru, Nossa Senhora de Fátima, têm várias outras aí que hoje usa as hortas, e que usa os produto, e até porque com aqueles programa que tinha que têm que aquelas é a história do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), eles vendem, têm que ser os produtos, têm que ser orgânicos né, e aí onde quem têm mais até agora feito esse, é Mandacaru porque eles produz , às vezes poucos dias a gente ia pra uma viagem, e elas chegaram bem cedo e a menina de lá que ia com a gente dizendo “eu aí tô morrendo de sono que eu virei a noite “passou a noite : descascando macaxeira. Porque elas têm que descascar a macaxeira, têm que as mulheres mesmo que fazem, tem que descascar, embalar que é pra no outro dia o carro levar pra entregar. Então as meninas lá, elas têm um trabalho eu conheço aqui elas, porque cuidam da horta. Têm uns homens têm Seu Vicente que vocês pode conhecer... mas a maioria é mulher e elas têm várias atividade nesse sentido. Ozaneide (Ozaneide Gomes dos Santos) como é a presidente, que ela é técnica também trabalha numa empresa de ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental) e ela descobre muita coisa, e ela tem, traz muitas experiências que ela traz também. Ela trabalha na Diamantina Projetos... que é aquela ATES que foi o próprio movimento sindical, com a luta dos convênios, com Incra, e aí ela trabalha numa empresa que é parceira da Fetape. ... aí ela trabalha, ela trabalhava no sindicato, depois passou pra essa empresa... é de ATES, é uma empresa que é

vinculada aos movimentos sociais... nas áreas de assentamentos, não é igual ao IPA.

Rita: Porque a gente vê, porque a Univasf ela tem assim, ela tem um trabalho assim, muito interessante e como é nas assessorias do *território da cidadania*, que a gente participa, e aí a gente que também acha incrível os trabalhos deles, aí a gente tá tentando entender, tá tentando aprender também com eles, aprender muito, que é difícil, mas é pras pessoas, só a Univasf.

Rita: A horta do João de Deus é, ela tem duas hortas. Um período dessa horta, um período que eu trabalhei na prefeitura de Petrolina foi em 1990, no outro século, é quando Fernando Bezerra foi prefeito pela primeira vez eu fui eu tive cargo comissionado nele, e aí a gente já tinha uma horta assim meia capenga, que a gente chama. A gente ajudou muito, a mulher de Fernando se comprometeu muito com essas hortas. Têm outra que o pessoal fizeram, que dá certo, têm várias hortas, mas a que dá mais, a que chama mais atenção, é João de Deus, o pessoal trabalha.

Rita: Têm vários grupos aí, que o sindicato tem, mas aí eu pouco acompanho. Num dá conta, porque quando a gente trabalha lá nos municípios todinho, existe outros grupos que tão se organizando, mas existe, tem a cooperativa que é daquele que nasce no mato, é uma experiência interessante que eles têm. É eles são dependentes, é aquela história de Mandacaru ser rodeada de veneno, também acontece também, e as pessoas as vez é obrigada a usar pra se defender, eles que dizê né, mas assim, as pessoa sabe, a maioria sabe, que tem sido feito muito trabalho da secretária de meio ambiente da Fetape, tinha feito muita coisa, muito seminário tudo.

Mas eles entende, eles acham que não deve, mas vai lá usa um pouquinho pra facilitar, pra evitar as praga que não sei o que, mas muitos deles sabe não é questão de, eu não considero mais tão inocente não, é porque eles acham que produz mais rápido, por exemplo feijão, feijão esse ano choveu, nos lugar choveu e plantaram feijão, mas teve gente que teve que usar o veneno porque as pragas, as lagartas estavam comendo e eles tiveram que usar, e assim, mesmo sabendo dos perigo dos risco que é, mas as pessoa utiliza.

Agora também já tem muita, muita iniciativa de alternativas, do veneno alternativo que eles fazem lá, já têm isso também, já têm muita alternativa também que eles fazem. Eu não sei fazer não, mas tem um monte de ingrediente que eles fazem lá, e termina que eles dá

resultado, não é igual ao veneno, é mais demorado, mas já têm essa experiências também é... controle alternativo. Mas essa região é muito difícil por conta que têm de todo lugar, aí a cultura de exportação que eles usam, e às vezes eles usam até dizendo que não existe veneno, mas existe, têm coisa que tem. Reginaldo que é o assessor de meio ambiente, é inclusive a gente foi feito aqui um pacto sobre isso, e têm aqui um médico que esqueci o nome aqui, que ele é muito, ele é militante, aí ele não esconde igual aos outros, ele é militante tá sempre nos movimentos, Porque os outros médicos, você chega lá a pessoa com um problema de intoxicação, ou se tiver um problema que aqui, a gente aqui ainda existe, né. Até a pessoa de morte, ninguém vai investigar o que é que houve. E a gente teve assim uns que foi dar uma palestra que foi interessante... Reginaldo Alves, que ele é ali do Araripe e foi muito ali do Caatinga, ele é assessor de meio ambiente da Fetape.

Rita: Riacho do Recreio tem uma experiência muito interessante. São sem veneno, e vai, e têm uma também que eles fazem que é utilizar, por exemplo, no chapéu de palha, nos outros eventos que eles usam, é a mesma coisa de quando vê gente da Contag, da Fetape se a gente for fazer um encontro na alimentação a gente não usa refrigerante, né? No Mandacaru as atividades eles fazem refeição também, eles não usam mais refrigerante, é o suco, é alimentação saudável isso aí, eles já fazem isso.

A produção orgânica no Vale São Francisco e os desafios da comercialização

Rita: É a população, eu não sei se é quem já tá ou é, mais informado, mas as pessoas valorizam muito o orgânico, tanto é que eles são às vezes até mais caros, do que o outro, mas assim mesmo as pessoas têm, pelo menos quem têm mercado que compra, têm um plantio aqui, que é na região Ribeirinha que é um rapaz é homem, não é a mulher, mas ele traz pra feira que é um alface. A produção...ele chega na feira com um monte de alface, o pé de alface dele é uma beleza, você pode pegar ele e deixar na geladeira, ele passa até quinze dias, porque são produtos saudáveis que não tem veneno é diferente. Quando ele chega aí, ele vende rápido, porque o pessoal já começa a entender que eles não têm veneno e... e confere através da venda do

produto, que ele compra um que tenha veneno, logo, logo ele tá feio, com as folhas feias... seca, isso, escura, ficando preta.

Rita: Aqui teve uns problemas inclusive uns problemas, uns dois anos atrás com o pessoal que fornece o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), as pessoas fizeram o contrato lá, não sei como é, que é contrato pra fornecer e ele não tinha, não conseguia produzir a quantidade, ele ia comprava lá no veneno e fornecia, até que foi denunciado, pronto, cortaram e acabou. Acontece esse de querer dar uma de esperto, dar uma de vender dizendo o que é. Teve uma feira, teve uma feirinha de Lagoa Grande de produtos também das mulheres. É aí elas vende, aí têm que umas começaram a vender, tentando que não era orgânico, aí o pessoal começaram a vender, mas levando de todo pessoal, de todo jeito, aí depois quando elas começaram a entender, entenderam o processo aí acabaram, elas fizeram, vendem agora sem o veneno.

As políticas públicas estaduais para a agricultura familiar

Rita: Não e eu não vi nem falar essa história do Terra Pronta, porque ele chegava e mandava o trator, aliás a pessoa botava o trator e não pagava, eles não pagava a não ser que a pessoa pagava, eu não lembro bem dessa história de trator não. No ano passado disse que teve essa história, esse ano eu lembro não, da Terra Pronta. Eles botaram o trator e não pagaram e povo ficaram foi cobrando do agricultor que botou o trator, aí eu não tenho conhecimento esse ano se teve, mas acho que deve ter sido por aí, algumas pessoas devem ter sido beneficiadas, mas eu não conheço ninguém.

As políticas para as mulheres rurais no governo estadual, o enfrentamento da violência contra a mulher e os desafios com o Chapéu de Palha Mulher

Rita: O que foi eu acho que amanheceu aí todo mundo falando é da Lei Maria da Penha, agora vá lá na delegacia pra dar uma queixa lá pra ver, chega lá, tá os homens é que recebe. Mulheres chegam lá com um o problema, chega lá e continua a mesma coisa sem profissional pra atender as mulheres.

A gente terminou um chapéu de palha, tinha sete grupos de mulheres, cada um com 30 mulheres, onde fala sobre políticas públicas e também profissionalizantes. Um monte de coisa que é artesanal. É assalariado, mas... é período entressafra, como às vezes começa já tem voltado a trabalhar aí a gente pode colocar também agricultura familiar e esse ano a gente viveu essas experiências em assentamentos, aí fazia troca das mulheres que já estavam trabalhando pelos assentamentos que foi experiência muito boa, aqui do Chapéu de Palha; tem os problemas, dificilmente você consegue fazer como você quer, mas a gente conseguiu fazer um trabalho muito bom esse ano. As mulheres que trabalham aqui na fruticultura elas têm entressafra, a exemplo da cana, mas só que aqui para as mulheres que trabalham na fruticultura varia de janeiro até março por aí assim, mas depois a fruticultura que ela exercia, já teve mais ruim, mas agora não, a demanda está muito grande de oferta de trabalho, aí elas voltam a trabalhar mais cedo ...

A gente começava logo em março, abril, por aí assim, só que agora, diz Rita, em junho... quando atrasou é o início porque agora é chamada pública; demora mais por conta da burocracia, então elas já tinham voltado a trabalhar, mas só que eles autorizam é você fazer uma troca, quando não tem as mulheres aí você pode colocar outras pessoas; as assalariadas elas recebem uma bolsa aí de R\$240, R\$250. Era pra ser meio salário mínimo, mas aí está defasado, ainda hoje está aí, e as outras agricultoras familiares, elas não recebem, se sentem mais felizes do que as próprias que recebem a bolsa.

Sobre políticas públicas e curso profissionalizante que a gente trabalha. Aí isso já terminou, encerrou agora aí a gente ... continua trabalhando com as mulheres, mas é em outro ritmo diferente.

A FETAPE mandou, fez exigência, prometeram 10% da bolsa histórica toda só, que ele não melhora, sabe?... O governo, a gente faz o trabalho, termina; daqui que saia uma primeira parcela [demora], por exemplo, esse ano a gente nem sabe o que vai acontecer com o governo do estado. A gente faz porque tem compromisso, porque a gente gosta, mas na verdade é assim uma coisa meio insegura, é da política, aí eles colocam como a política que seria muito interessante, mas assim. Eduardo Campos quando iniciou aqui, ele foi interessante e depois ela foi passando e aí cada vez mais vai ficando difícil.

Ao falar sobre os temas debatidos: *Só discute gênero, aí vem uma série de coisa, violência, como é assalariado esse ano, teve a questão traba-*

lhista, até por conta da reforma trabalhista... e raça, etnia, essas coisas assim... que é o que mais gera o debate... é a questão e a violência, porque aqui em Petrolina é muito violento, então o que mais entra, quando vai se discutir políticas públicas, aí os mecanismos que se tem tão pouco, pras demandas que existe. Aí o que mais hoje no Chapéu de Palha que é mais interessante, é essa questão de discutir raça, discutir violência, discutir todas essas coisinhas, é um tema muito interessante para as mulheres, elas participam, que você começa, aí elas começa, fica caladinha, aí daqui a pouco elas começa a falar, daqui a pouco começa contar as história terríveis que elas passam, né, de estupro que às vezes sofreram e ficaram caladas. Isso aí, pra isso aí têm sido importantes.

E aí tem uma parte de profissionalizante, né, têm os artesanatos que fazem, né, mas agroecologia ainda não entrou, porque [os temas] vêm das assalariadas, *eram outras coisas aí foi mudando esse ano, no ano passado e esse ano entrou muita a história da reforma trabalhista, já que envolve assalariado, né?*

Então teve coisa que a gente teve que optar. É claro, entram assim as questões da saúde. Que aí vêm muita coisa da saúde, que aí vem muita coisa que as mulheres passam e também isso aí, entrou, não colocou no tema, mas ela foi plano e não teve como adaptar... que existe muita gente intoxicado aí, depois das mulheres, né? Aí elas vêm descobrindo que foi por uma coisa, por exemplo até a agricultura que eles chamam de orgânica que eles trabalham a uva sem veneno, eles usa aquele esterco. Só que, eles usam de uma forma que as mulheres se sentem mal, não é assim... não é veneno uma coisa que irrita a pele e elas tem problemas também, problemas de pele.

Conclusão

A ação coletiva das mulheres rurais a partir dos movimentos autônomos ou mistos tem mais de três décadas de história. Foi desafiada pelo setor patronal mas também pelos próprios movimentos sociais da agricultura familiar que resistiram e ainda resistem em construir um projeto alternativo para o Brasil Rural plenamente democrático. As feministas em aliança persistem em suas lutas buscando integrá-las num projeto amplo de transição agroecológica e transformação dos sistemas agroalimentares em distintos níveis.

Enfrentam cotidianamente desafios internos em seus movimentos para fortalecer os processos auto-organizativos em curso, que são marcados por uma diversidade de estratégias, por acúmulos e retrocessos permanentes que os movimentos buscam sanar com ações de formação e organização nos sítios, a partir de uma forte presença nas associações comunitárias no caso do Agreste, onde esses laços ainda estão mais preservados, e também contam com apoio e alianças com igrejas progressistas e os movimentos mistos. Conforme observado, os movimentos inovam suas formas de organização, com a criação de organizações econômicas autônomas, potencializando a relação entre organização política e econômica. Também realizam processos de auto-organização das mulheres no movimento sindical, embora enfrentem dificuldades e lutem de forma persistente para a sua transformação. Realizam esses esforços na região de atuação em Pernambuco, mas sempre em conexão com processos nacionais, especialmente a Marcha das Margaridas. Apesar das barreiras existentes, são muito conscientes do lugar que os processos coletivos ocupam para lidar com o isolamento e as escassas forças quando atuam sozinhas, como quando afirmam: “empurrando se vai mais longe”.

Essas mulheres constroem alianças com universidades, organizações não governamentais e da agricultura familiar e camponesa vinculadas ao movimento agroecológico, para pressionar os governos desde o plano local até o federal; buscam ampliar conquistas e garantir a efetivação daquelas recentemente alcançadas que hoje se encontram sob forte ameaça. Dos nossos diálogos, compreendemos que, apesar das lutas empreendidas desde os anos 90, as mulheres ainda não gozam de reconhecimento como agricultoras, como se pode verificar, nas dificuldades ainda persistentes de acesso ao cadastro da agricultura familiar e na resistência que enfrentam dos mediadores locais às políticas diferenciadas da agricultura familiar. Promovem a defesa dos bens comuns com as lutas empreendidas pela preservação das nascentes dos rios no Agreste ou requerem maior controle sobre a água sob a gestão pública que privilegia o setor patronal no sertão.

As mulheres revelam protagonismo nessas lutas. As experiências por elas protagonizadas de promoção da agroecologia a partir dos muros e monturos, mas também no trabalho dos roçados, ainda exigem maior reconhecimento e visibilidade nos movimentos mistos e pelo Estado, como se pode ver nas suas experiências que muitas vezes passam desapercibidas, mas poderiam se constituir numa alternativa de ampla adesão.

No movimento agroecológico aumenta a demanda para uma maior compreensão das condições distintas que as mulheres enfrentam para fortalecer suas práticas agroecológicas, em função das maiores restrições de acesso à terra, à água e às políticas públicas. O maior reconhecimento político das suas lutas não transforma de forma imediata as condições desfavoráveis que enfrentam no cotidiano, nem as fragilidades de acesso às políticas hoje disponíveis, à medida que os tempos das políticas públicas são distintos dos tempos da vida; e, mesmo assim, a partir do seu ativismo, as mulheres buscam agir sobre as possibilidades abertas em seus municípios, no estado e na federação para fortalecer a organização e a formalização das suas organizações e para fazer frente às dificuldades encontradas.

Na contramão da padronização alimentar e perdas nutricionais das dietas praticadas, as mulheres com quem dialogamos assumem lugar de destaque nas ações coletivas e no preparo de alimentos saudáveis para o consumo em suas famílias, nas ações em rede que realizam a partir da agroecologia, indicando as vantagens econômicas, e a qualidade dos alimentos produzidos e buscam repercutir essa persistência na ação coletiva cotidiana, como na alimentação praticada nos eventos dos movimentos que integram. Um longo caminho foi percorrido, mas, como analisam aqui as próprias lideranças dos movimentos, há ainda muito a ser conquistado, porque o caminho é tortuoso e sujeito às intervenções das leis, da intervenção das políticas públicas, que tornam a sua caminhada mais necessária em favor da segurança alimentar, garantias trabalhistas e reconhecimento das ações dessas mulheres. Todo esse acúmulo de conquistas é ainda incipiente para a transformação dos sistemas agroalimentares com a qualidade e sustentabilidade exigidas, mas representa um bom começo, sublinhado pelo protagonismo das mulheres e pela força dos seus movimentos.

REFERÊNCIAS

BUTTO, Andrea Lorena. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BUTTO, Andrea. March of Daisies: subject, agriculture, and the State. *In: State Capitalism under Neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. Edited by Alessandro Bonanno and Josefa Salette Barbosa Cavalcanti. Lexington Books London, 2019.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). *Participação Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. v. 1. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. 439p.

CONTAG. *A Mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais* – Trajetória de Lutas. Brasília, Contag, março, 2002.

CONTAG. *Mulheres e agroecologia*. Brasília, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2014.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Marcha das Margaridas 2000* – Razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista. Brasília: Contag, 1 de agosto de 2000.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Marcha das Margaridas 2003* – *Texto base para debates*. Brasília: Coordenação Nacional, 2003.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Marcha das Margaridas 2007* – *Caderno de textos para estudo e debates*. Brasília: Contag, 2007.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Marcha das Margaridas 2011* – *Caderno de textos para estudo e debates*. Brasília: Contag, 2011.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade* – *Cadernos de textos para estudos e debates*. Brasília: Contag, 2015.

MMTR-NE. *VI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Brasil*. Caucaia-CE, 16 a 19 de julho de 1992.

A QUESTÃO DOS BENS COMUNS NOS TERRITÓRIOS DO SERTÃO E DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO: A PERSPECTIVA DA AGROECOLOGIA

LUDOVIC AUBIN

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

ANDRÉA BUTTO

REBECA TORRES

Introdução

As ações das populações estudadas e os resultados das nossas pesquisas se inserem em um planeta e uma humanidade cada vez mais interligados e, ao mesmo tempo, fragmentados, formando conjuntos híbridos e enfrentando desafios e crises globais na busca de respostas pertinentes e inovadoras para manter vivos e acessíveis os bens comuns, bases de uma vida digna.

No entanto, quais são os comuns que restam para as populações locais quando esses são ameaçados pelo modelo dominante? O que pode ser salvo, preservado, garantido? Quem são os protagonistas dessa resistência silenciosa (e muitas vezes pouco visibilizada), espalhada em dezenas de sítios, comunidades, pelos territórios estudados?

A resistência efetiva-se, principalmente, através de movimentos sociais amplos contra empreendimentos privados, oligopólios ou cartéis industriais cujo objetivo é a dominação global do mercado de sementes, padronização dos alimentos e embalagens para facilitar seu acondicionamento e distribuição através das cadeias globais (CAVALCANTI, 1997). Além disso, outras formas de resistência a esse modelo de dominação (associado ao machismo cultural herdado e transmitido entre as gerações) acontecem dentro e a partir das comunidades e dos sítios.

De toda forma, o modelo agrícola dominante é caracterizado pelos seus excessos: excesso de produção, por um lado, e de destruição e desperdício, por outro. Assim como vários setores das sociedades contemporâneas, a agricultura industrial já passou dos limites da *contraprodutividade estrutural* bem definida por Ivan Illich (1973). O paradoxo é grande. Nunca se

produziram volumes tão grandes de alimentos – embora a produtividade dos solos esteja baixando em todas as regiões do mundo pela perda implacável da fertilidade dos solos (FAO, 2015) e o desperdício de grãos. E enquanto crescem os números da produção de grãos no mundo, por exemplo, aumentam a fome e o número dos pobres, conforme sublinha Rainelli (2007), na sua análise sobre os impactos da globalização na redução das desigualdades e da fome. No Brasil, o campo continua sendo esvaziado dos seus moradores tradicionais, homens, mulheres, famílias que ficam à margem do sucesso alcançado pelo agronegócio e precisam ir em busca do sustento e trabalho, fora dos territórios dos quais foram expulsos.

Na luta pela sobrevivência, em meio à precarização das relações de trabalho, as pessoas retêm, entretanto, a esperança de retomarem o controle da terra e da água, incluídos entre os bens comuns, para garantirem suas comunidades e territórios e as suas atividades na agricultura. É assim que as promessas da agroecologia ganham um campo fértil nas pautas das novas formas de resistência encontradas no mundo rural do Nordeste brasileiro.

Ao cruzar os territórios áridos ou semiáridos do Agreste ou do Sertão, passando pelos campos do monocultivo de cana de açúcar na Zona da Mata e da fruticultura para exportação, o pesquisador tem a dimensão das desigualdades que marcam o acesso à terra no Nordeste. Impressiona a vastidão de terras dedicadas ao agronegócio e o diminuto tamanho dos sítios agroecológicos construídos pelos que lutam para ter uma terra para plantar. Nos lotes da agricultura familiar e nos assentamentos rurais, segundo a experiência desta pesquisa, tem-se a impressão de chegar a um oásis no meio do deserto. Nesses espaços intersticiais, observam-se exemplos de multirresistência das mulheres, cada vez mais organizadas em prol da vida, da família e da preservação dos comuns. Essa solidariedade, feita de mil fios tecidos com paciência entre elas e seus ambientes de vida e de luta contra lógicas biocidas, é um sinal de esperança.

A perda dos comuns: um processo indissociável da história do capitalismo desde o início?

Para analisar as experiências agroecológicas no Agreste e no Sertão, consideramos necessário tratar da questão dos comuns¹. Desde a atribuição

1. Esta parte é baseada no trabalho de síntese do conceito dos comuns, elaborado por Lionel Maurel no seu blog: <https://scinfolex.com/2019/01/04/accueillir-les-non-humains-dans-les-communs-introduction/>

do prêmio do banco da Suécia em 2009 à pesquisadora Elinor Ostrom reconhecendo o seu trabalho sobre a governança dos comuns e sua crítica do clássico *Tragédia dos Comuns* (HARDIN, 1968), a noção de “comuns” voltou a fazer parte do debate público de forma intensa.

O *Dicionário dos bens comuns* (PUF, 2017) reúne artigos de várias dezenas de pesquisadores de diversas disciplinas. A publicação demonstra o interesse atual por essas reflexões e a importância de um ensaio de definição semântica. De fato, a noção de comuns vai além dos recursos naturais, ou de um território. Ela abrange o campo do conhecimento, da propriedade intelectual, dos softwares, de áreas urbanas e muito mais.

O mesmo acontece no ativismo ou nos movimentos sociais quando se trata de protestar contra a apropriação privada de algum bem comum: águas, florestas, bacias hidrográficas ou pela preservação dos direitos de uso das sementes tradicionais por organizações camponesas.

Entretanto, como analisa Maurel² (2019), é difícil definir “os comuns”, porque essa noção inclui muitos ramos e correntes que não se referem exatamente às mesmas realidades, daí uma flutuação na terminologia usada.

Podemos, no entanto, a partir da definição sintética resultante da obra de Elinor Ostrom (1990) e da chamada Escola de Bloomington, considerar os bens comuns como:

os recursos culturais e naturais acessíveis a todos os membros de uma sociedade, incluindo materiais naturais como o ar, a água e uma terra habitável. Esses recursos são mantidos em comum, não são de propriedade privada. O termo “comuns” também pode ser entendido como recursos naturais que grupos de pessoas (comunidades, grupos de usuários) administram para benefício individual e coletivo. Caracteristicamente, isso envolve uma variedade de normas e valores informais (prática social) empregados segundo mecanismos de governança. O termo *comuns* também pode ser definido como uma prática social de governar um recurso não pelo Estado ou pelo mercado, mas por uma comunidade de usuários que autogovernam os recursos, por meio de instituições que ela própria cria.

2. No seu Blog ISSN 2262-9823 com o título S.I.Lex (França).

Com tal definição, o economista Benjamin Coriat (2015) e Maurel (2019) concordam em afirmar que: a caracterização dos comuns é baseada em um tríptico de “comunidade-recurso compartilhado-regras de acesso”.

Como explica Bollier (2014):

É claro que os bens comuns envolvem recursos físicos ou intangíveis de todos os tipos. Mas consistem, mais exatamente, na combinação de uma determinada comunidade e um conjunto de práticas, valores e normas sociais implementadas para gerir um recurso. Em outras palavras, um comum é: um recurso + uma comunidade + um conjunto de regras sociais (BOLLIER, 2014, p. 27).

Existe, portanto, os comuns *de fato* e os comuns *de direito*. As disputas giram assim em torno da definição do que são os comuns, bem como das formas de governança. A apropriação dos comuns no movimento dos *enclosures*³ constitui um ato inaugural do capitalismo moderno que esclarece as dinâmicas atuais. Hoje, certos autores falam de “novas *enclosures*” (SHIVA, 1997).

O cercamento (enclosures) dos comuns

Segundo a narrativa capitalista, a sociedade de crescimento devia libertar as sociedades humanas de todos os tipos de limitações às quais elas tiveram que se submeter durante a maior parte de sua história. Tratava-se de libertar as sociedades da escassez vista como a principal fonte de violência e de guerras (DUMOUCHEL, 1979). Ora, sabemos que essa noção de escassez deveria ser relativizada. Em muitos casos, nas sociedades tradicionais, “não havia escassez” (SAHLINS, 1972). Vemos hoje que o mercado *gera* e administra a escassez. Isso significa que a escassez pode ser uma construção social, o resultado de desejos concorrentes e não uma realidade objetiva, material (DUMOUCHEL, 1979).

A apropriação dos comuns encontra-se na base do crescimento econômico. A apropriação do que era *gratuito* e a mais-valia efetuada a partir daí dão

3. A palavra inglesa enclosure (cercamento dos campos) designa um movimento de profunda transformação da paisagem e da estrutura agrária da Inglaterra rural que afetou profundamente a vida dos moradores e que aconteceu em dois períodos: no final do século XV e nos meados do século XIX

início à sequência de lucros característicos do capitalismo. Como afirma Charles Eisenstein (2011, p. 55):

O crescimento econômico envolve a necessidade de encontrar algo que já foi natureza e transformá-lo em um bem de mercado, ou então que já foi uma relação de doação e torná-lo um serviço. Envolve encontrar e se apropriar de algo que as pessoas já tiveram de graça ou que faziam para si mesmas.

A apropriação dos comuns resulta, por um lado, no lucro, e por outro lado, na criação da escassez, pela perda de acesso aos comuns, seja pelo cercamento (*enclosures*) e as leis que formalizam a negação de possível acesso aos mesmos, seja pelo uso desenfreado dos recursos em detrimento de outras categorias da população. Esses fenômenos encontram-se na origem da história do capitalismo e foram abundantemente estudados (THOMPSON, 1991, p. 237)

Retomamos o exemplo paradigmático das *enclosures* para analisá-lo a partir da leitura de Paul Dumouchel (1979, 2014). O autor distingue dois tipos de agentes na Inglaterra rural dos séculos XVIII¹⁸ ao XIX¹⁹. Os *donos da terra* (os senhores – *duplos* entre si) e os *camponeses*, moradores (considerados *terceiros* pelos duplos), cuja sobrevivência e manutenção nos vilarejos e aldeias rurais dependiam do acesso aos comuns. Existiam, entre essas duas categorias, relações de obrigações, de dependência mútua que, embora hierarquizadas, garantiam certa estabilidade e possibilidades de reprodução das populações rurais.

Esse equilíbrio secular se rompeu com a introdução de uma ideologia individualista e uma ausência de preocupação por parte desses proprietários quanto ao futuro de milhões de camponeses (os terceiros) cuja sobrevivência dependia do acesso aos comuns. Juntar as terras e cercá-las produziu uma simplificação brutal da complexa organização social rural medieval.

Assim, a *criação* de riqueza (agrícola) havia de fato ocorrido às custas de uma escassez de terras e do seu acesso, por loteamento (*enclosures*) das terras e dos domínios comunais (bosques, lagoas) anteriormente acessíveis a todos em troca de reciprocidades e obrigações tradicionais emaranhadas de todos os tipos de exigências.

Os *duplos* são os senhores da terra, agentes sociais de um mesmo grupo, mantendo relações de competição pela posse e pelo prestígio e compartilhando

do interesses de classes comuns; e os *terceiros* são os camponeses, os servos em relação aos quais os duplos mantêm relações de indiferença. Dumouchel mostra como os senhores da terra, sendo duplos uns para com os outros, não se importavam com os efeitos da competição e da racionalização da organização da terra sobre os camponeses, considerados aqui como *terceiros*. O autor identifica assim e situa historicamente a institucionalização e legitimação da *indiferença* como um dos traços centrais da modernidade.

A racionalização e a padronização da organização da terra a fim de aumentar a produção resultou em um aumento drástico da miséria (distinta da pobreza) rural. A pobreza rural tradicional *continha* a riqueza excessiva e a miséria. Sendo essas obrigações recíprocas destituídas, obsoletas, gerou-se uma riqueza imensa em poucas mãos e a miséria de muitos. Essa população, agora sem-terra, ia constituir um “reservatório” de mão de obra operária nas cidades industriais emergentes da Inglaterra.

Esse quadro de fechamento de campos e expulsão de suas populações se apresenta, obviamente, com algumas diferenças, nos territórios pesquisados do Nordeste do Brasil. O processo de distribuição da terra, através das capitânicas hereditárias e sesmarias partiu de um cercamento da terra e da água e os seus usos, em favor das oligarquias (CAVALCANTI; KRONE, 2016 p. 20). Levantou-se, previamente, um muro que demarcava a distância entre os donos da terra e os que a cultivavam. Esse tipo de controle dos territórios (ANDRADE, 2005) criou uma massa de camponeses sem terra e sem acesso à água, mas que guarda saberes e práticas, sem os quais não poderiam sobreviver. Essas relações são bem analisadas, no caso dos moradores da *plantation* tradicional, por Palmeira ([1977] 2009, p. 203-215).

Os agricultores familiares e sem-terra tiveram que se reinventar em momentos críticos de suas vidas. Tolhidos, também, nas suas decisões de escolha entre desenvolver práticas agrícolas para cultivos próprios e outras para o mercado externo, construíram estratégias para criar e manter espaços para viver. A história da construção dos seus territórios revela processos dolorosos de enfrentamentos ao confisco de bens, sofridos ou exacerbados pelos impactos dos grandes projetos de irrigação sobre a inundações dos seus campos, por exemplo; mas, igualmente, um processo permanente de reinvenção de saberes, novas descobertas e lutas, pelo controle de bens comuns que deles foram confiscados, em distintas fases de avanço do capitalismo no campo, que são incorporados atualmente às suas lutas em favor da agroecologia.

A particularidade dos comuns (quando se trata principalmente de recursos naturais) por serem realidades vivas, orgânicas é que se apresentam como fluidos, não restritos a espaços claramente delineáveis. Por exemplo, os recursos superficiais e subterrâneos presentes em um território não se restringem a uma limitação espacial clara. Quando uma empresa cava um poço de captação de um lençol freático, isso irá afetar o lençol como um todo, ultrapassando subterraneamente os limites espaciais superficiais da propriedade. Outro exemplo: o ar. As queimadas afetam as vizinhanças; a pulverização de produtos fitossanitários afeta parcelas produzindo orgânicos⁴. O uso e a apropriação desses elementos geram conflitos, conforme afirma Acselrad (2003, p. 2-3):

O conflito surge da disputa sobre a apropriação de uma mesma base de recursos ou bases distintas, mas interligadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, solo, água ou ar etc. Este tipo de conflito ocorre na mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo acordo simbiótico é quebrado, dependendo da manifestação de efeitos adversos que a atividade de um dos agentes produz nas condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

A apropriação e o uso exclusivo dos comuns por certos grupos de novos sujeitos dão margem a um fenômeno de *novos enclosures* (as sementes, a biodiversidade de forma geral). Vandana Shiva (1997), cientista e militante ecofeminista indiana, contextualiza o movimento contemporâneo de apropriação dos recursos e da natureza a partir do movimento dos *enclosures*:

Terras e florestas foram os primeiros recursos a serem “fechados” e convertidos de bens comuns em *commodities*. Mais tarde, os recursos hídricos foram “encerrados” por meio de represas, mineração de águas subterrâneas e esquemas de privatização. Agora é a vez da biodiversidade e do conhecimento serem “encerrados” por meio de *direitos de propriedade intelectual* (DPIs).

A destruição dos bens comuns foi essencial para a revolução industrial, para fornecer um suprimento de recursos naturais de matéria-

4. Ou ainda o uso de sementes transgênicas ou híbridas em parcelas vizinhas de parcelas orgânicas.

-prima e liberação de mão de obra para a indústria. Os bens comuns, portanto, tiveram que ser privatizados, e a base de sustento das pessoas nesses bens comuns foi apropriada, para alimentar o motor do progresso industrial e da acumulação de capital.

O cercamento dos bens comuns foi chamado de revolução dos ricos contra os pobres. No entanto, os anexos não são apenas um episódio histórico ocorrido no século XVI na Inglaterra. O cercamento dos bens comuns pode ser uma metáfora orientadora para a compreensão dos conflitos gerados pela expansão dos sistemas de DPI para a biodiversidade.(SHIVA, 1997, p. 8).

Resumindo, a apropriação de bens comuns é essencial para a manutenção das comunidades. Não existem comuns sem comunidade. Da mesma forma, não existe comunidade sem um mundo comum, compartilhado e administrado por ela através de regras de governança. Existem três níveis e formas elementares de governança: pública (nacional, estadual etc.); particular; e compartilhada (comunitária, associativa etc.). Tais formas de governança são essenciais para compreender as mudanças sofridas pelas populações quando os bens comuns estão sob ameaças.

Os comuns nos territórios do Agreste Meridional e do Sertão de Pernambuco

Breve caracterização dos municípios pesquisados do Agreste pernambucano: São João e Angelim

O Agreste é uma área geográfica que faz transição entre o Sertão semiárido (com predominância de vegetação de Caatinga) e a Zona da Mata (constituída de Mata Atlântica); o Agreste caracteriza-se por um relevo acidentado (com destaque para a região denominada Planalto da Borborema). A estrutura fundiária é composta de pequenas e médias propriedades, com predominância da policultura e da pecuária extensiva. Certos espaços podem sofrer estiagens e secas sazonais pois o regime de chuvas é irregular e os rios são temporários (ANDRADE, 2005).

Nossa pesquisa contempla principalmente os municípios de São João e Angelim, ambos situados no Agreste Meridional. Esse território compreende uma área de 13.153 km² e é constituído por 20 municípios que dependem da agricultura, nas suas especificidades da agricultura patronal e familiar.

Entre as unidades de agricultura familiar, incluem-se algumas famílias assentadas da reforma agrária e de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, dentre outras).

As áreas rurais do Agreste Meridional são reconhecidas pela presença da pecuária leiteira, mas a agricultura familiar explora principalmente o feijão e a mandioca. Tais produções são de grande relevância socioeconômica para a região. Também há criação de bovino de corte e de leite, além de suínos e ovinocultura.

O município de Angelim

Angelim⁵ está localizado na região do Agreste meridional situado a 26 km ao leste de Garanhuns. Conta com 10.385 habitantes, entre os quais cerca de 50% residem na área rural. A área municipal ocupa 126.2 km² e representa 0,13 % do Estado de Pernambuco⁶.

O município de São João

O município de São João foi fundado em 1958 após desmembrar-se de Garanhuns, mas foi oficialmente instalado em 1962⁷. Hoje conta com 21.305 habitantes. Distante 236 km da capital do estado, com acessos pelas BRs 423 e 232, via Garanhuns, está localizado na Microrregião de Garanhuns. Possui uma altitude de 716 metros acima do nível do mar e apresenta uma área territorial de 244,437 km².⁸

O município está situado numa região de transição entre a Mata e o Brejo. Segundo dados oficiais, as principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária. A área média das propriedades da agricultura familiar é de 3 hectares.

5. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/angelim/historico>.

6. CPRM – Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Angelim, estado de Pernambuco, CPRM/PRODEEM, 2005.

7. O município de São João foi objeto de venda e constituição da Fazenda Burgos. Em 1883, a área passou a se denominar Sítio São João e se tornou distrito da cidade de Garanhuns. Com a implantação da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, em 1887, houve um aumento da população.

8. O município de São João teve origem com a doação de terras de herdeiros que mais tarde foram objeto de venda e constituição da Fazenda Burgos. Em 1883, a área passou a se denominar Sítio São João

Atualmente, segundo informações do IPA, São João é reconhecido pela presença da pecuária leiteira, mas a agricultura familiar explora principalmente o feijão, o milho e a mandioca, culturas que apresentam grande relevância socioeconômica para a região. Como lembra o secretário de agricultura:

... porque as duas culturas que a gente tem aqui é o feijão, é o milho, né, que é mais forte e o resto da cultura é uma cria de um animal, uma cultura de subsistência mesmo e a mão de obra é muito forte, né, porque tem várias plantações de mandioca né, que é... Faz a farinha e os derivados, né, da mandioca, e é isso que dá uma certa sustentação, quando não tem o feijão e o milho aí o pessoal planta mandioca para sobreviver... (Azenaldo)

No município de São João, a cultura predominante na agricultura era o café e, segundo gestores municipais, há três décadas houve uma migração para a cultura do feijão.

... Esse café tem um setor aqui que se chama, né, Flecheiras, faz parte aqui do município e lá ainda tem plantação de café, agora menos, né, porque os grandes assim, fazendeiros da época aí faleceram aí os pais, os filhos... Os filhos não quiseram da continuidade aí...

P: Aí migraram pro feijão?

R: Pro feijão! Feijão, milho, a mandioca ou então a criação, né, criação de animais, né.

P: De animais, e foi em que ano mais ou menos essa migração pra produção, pra monocultura do feijão, vamos dizer.

R: É... Eu acho que já tem uns, uns vinte anos ou mais, acho que uns trinta anos que migraram para o feijão....

No entanto, São João e Angelim foram afetados por uma seca que já dura sete anos. Situação que, por exemplo, em São João, no ano de 2018, ocasionou uma perda estimada de 60% da produção de feijão, causando uma elevação do custo de produção.

Pesquisadores têm revelado, com base nos dados do IBGE, que o grão teria levado algo em torno de quatro séculos para se consolidar, no final do sécu-

lo XIX e início do XX, como o principal alimento nacional. Entretanto, há quatro décadas há uma diminuição do seu consumo, passando, em média, de 14,7 kg de feijão por ano, nos meados dos anos 70, para 7,5 kg entre 2008-2009 (LEME SALAY, 2015).

Segundo órgãos públicos municipais e estaduais, e o Conselho de Desenvolvimento Rural do município, a agricultura é a principal atividade econômica. Mais de 80% da população sobrevive da agricultura e o principal produto comercializado é o feijão. Anteriormente, a cultura da mandioca era extremamente forte e se constituía na principal atividade econômica na região. No entanto, houve perdas de variedades e hoje quase não há mandiocas “cambadinhas” na região; a produção concentra-se nas mandiocas pretas, usadas para venda da raiz para as casas de farinha. Um outro importante sinal da mudança está nas transformações dos hábitos alimentares, com a diminuição do consumo da farinha. Registraram-se o fechamento de muitas casas de farinha. Hoje existem apenas 10 em funcionamento, das 30 elencadas pela secretaria municipal. Essa atividade produtiva contava, principalmente, com o trabalho das mulheres. O fechamento das casas de farinha expõe essa dinâmica de perda dos comuns (no caso, espaços comuns) de suma importância para a vida comunitária.

Os comuns nos municípios de São João e Angelim: a perda das variedades tradicionais

Conforme vimos mais acima, seja na produção de feijão como na de mandioca, houve uma importante perda de variedades, o que impacta diretamente os hábitos alimentares. A diminuição da produção desse tubérculo está associada à introdução do arroz na dieta familiar (que não é proveniente da agricultura familiar local). O mesmo ocorreu com o consumo de frango produzido em sistema de integração entre empresas do setor e a agricultura familiar do município, em detrimento da galinha caipira. Da mesma forma, o consumo de alimentos ultraprocessados substituiu o de outros alimentos da horta doméstica. Essas tendências resultam em aumento na demanda de sementes híbridas nos mercados regionais, nacionais e internacionais e em baixa na demanda de sementes crioulas, tradicionais, locais; tudo converge para mudanças profundas e rápidas na alimentação e na perda das variedades crioulas, que levaram gerações para se consolidar e dos saberes associados ao uso dessas variedades na alimentação.

Contrapondo-se a essas mudanças, observa-se um esforço de recuperação de variedades de espécies vegetais que ganham expressão com a implantação do banco de sementes, segundo as ações dos movimentos sociais e práticas associadas à agroecologia, uma experiência ainda muito incipiente e praticada em áreas em que se aplicam também agrotóxicos.

A água, um outro bem comum, assim como os seus usos, sofre transformações importantes em consequência do modelo agrícola adotado.

Por ter uma área importante de mata (localizada no território do Brejo), o município de São João dispõe de recursos hídricos importantes. Os empreendimentos privados se apropriam desse bem comum, a água, em três aspectos e momentos de um ciclo: vendendo a madeira oriunda do desmatamento, queimando o que não pode ser explorado (afetando outro bem comum: o ar), diminuindo a capacidade de reabastecimento natural do lençol freático. A Secretaria Municipal de Saúde de São João monitora semanalmente os poços artesianos instalados pelas grandes fazendas de gado e os empreendimentos de horticultura em expansão no município.

Muitos fazendeiros, eles desmataram, né, há tempos pra criar o gado em si e de certa forma isso tá afetando, o que é que está acontecendo hoje! Muitos poços perfurados, e lá é uma água nobre, uma água doce, uma água bem gostosa mesmo de usar até sem um tratamento, aí como eles estão perfurando pra quê?! Plantação às vezes de tomate, de horticultura, horticultura, né, e aí isso vai tá secando as águas porque nessa região aqui só dá água salgada, né? A salobra, como eles chama ... Aí não é muito boa para o cultivo da horticultura... A gente faz a análise da água também e pelo um todo a gente faz a cada momento que a gente formos solicitados, né... Semanalmente, a gente faz a análise dessa água que passa pelo laboratório da 5°. Geres que é do Estado, que fica monitorando essa água, se ela tá de bom uso para população, de boa qualidade... (Secretário de Saúde)

Os desafios enfrentados para garantir o consumo da água em São João estão estreitamente associados à atuação do modelo hegemônico de agricultura em curso, que é claramente identificado com o desmatamento e a falta de cuidados com a preservação dos mananciais:

... porque nossas águas elas tão cada vez mais sendo poluídas e devastadas, né, porque é muito preocupante você criar num setor rico em água você criar, você ter tá cavando poços porque há água floral e hoje aí cava, aí com 20 metros não dar aí. Depois vai aprofundando até atinge aquela quantidade suficiente e isso.... Pra você ter uma certa área de terra, hoje, você tem que implantar 20% de plantações de grande porte, né? Pra até que as águas voltem a florescer, porque uma coisa que me preocupa muito, aqui, a nossa região aqui que chama região da mata ela era rica, muito rica em água... Como região da mata. É aonde floresce mais águas, né, lá que fica por esse setor aqui, muitas árvores aí têm rios né, água de nação, mas o que é que acontece?!

O governo municipal associa esses problemas à atuação de empresas que atuam na agricultura, mas também considera que há omissão dos órgãos competentes na fiscalização e normatização do uso dos recursos hídricos. Porém, não reconhece a responsabilidade do próprio município, como podemos verificar no relato do coordenador de Saúde de São João:

... vendo, eu vejo sim, eu já vejo o problema já hoje porque de certa forma a água tá acabando, você pode ver em todo o Brasil o rio secando, é as fontes secando, por quê? Não está tendo esse cuidado, esse olhar. Eu não sei se o certo seria uma certa cobrança é até meio represália ao agricultor através dos órgãos que controlam isso ou então eu vejo com muita preocupação da gente não ter um certo recurso hídrico, *né, mais adiante* (Secretário de Saúde).

A água é também objeto de transformações importantes em consequência do modelo agrícola adotado. Assim, nas áreas mais próximas da Mata Sul, registram-se desmatamento e perfurações de poços artesianos voltados para a exploração agrícola, em especial, para produção de tomates e hortaliças com uso de agrotóxicos, promovendo o esvaziamento e a poluição dos mananciais de água.

O “modelo irrigatório” domina o imaginário dos pequenos produtores. W. um produtor de orgânicos produzindo numa área próxima ao centro de São João, apresenta o seu sonho:

O que eu quero mesmo é comprar um kit de irrigação. Custa 7.000 Reais, mas ia resolver meus problemas. (W.)

Esse foco unidimensional e utilitário sobre a água como fluido leva a uma corrida ao investimento (endividamento) e uma negligência dos cuidados com o solo.

A mata como bem comum é um elemento-chave regulador dos ciclos hídricos e do clima local e global. Sobre o desmatamento, as agricultoras entrevistadas relatam o seguinte:

LC: O difícil é quem já tomou isso como prática, porque na grande maioria das nascentes, elas são sem árvores. Elas estão descobertas, muitas delas até secaram.

L: Vocês conheceram essa paisagem com muito mais árvores?!

LC: Já!

MJ: Antigamente era muito mais fechada, era mata. Hoje o povo abre derrubando as matas e vão fazendo.

Q: Derrubam demais, desde 2000 há muito desmatamento.

MJ: Antigamente havia mais mata.

Problemas e práticas na gestão dos Comuns

Os problemas enfrentados com o acesso à água no município se agravam em decorrência da estiagem, provocam efeitos na produção e comercialização, especialmente perdas de produtos e o endividamento (conforme vimos anteriormente). As mudanças climáticas globais atravessam os desequilíbrios ecológicos locais.

A questão dos solos

Recentemente, os solos, como objeto de pesquisa e de interesse, estão sendo redescobertos por sua complexidade e seu papel fundamental na manutenção da vida à superfície da terra mais especificamente dos sistemas agroalimentares. Ele pode ser considerado um comum transgeracional (PRIMAVESI, 2016; BOURGUIGNON, 2015; DENHEZ, 2018). Dez centímetros de solo levam décadas para se constituir, muito mais do que o tempo necessário para destruí-lo.

O município de Angelim deve enfrentar problemas crônicos de solos característicos dos municípios da região. Pelo relevo (Angelim se localiza na Depressão do Planalto da Borborema) e por práticas agrícolas inadequadas, o município está enfrentando problemas crônicos de perda de fertilidade do solo.

Segundo o técnico agrícola da Secretaria da Agricultura, são quatro fatores principais que explicam a situação: o uso de defensivos químicos, a má adubação, a depressão topográfica que agrava a lixiviação e a persistência de práticas antigas. Segundo ele, as pessoas “tocam fogo, matando a microfauna e deixando o solo pobre”. Ele fez um diagnóstico científico sobre o estado de saúde dos solos:

Fiz um estudo sobre salinização e cheguei à conclusão de que a erosão e o uso dos produtos deixam os solos mais empobrecidos (Técnico agrícola, prefeitura Angelim).

Um exemplo da perda da fertilidade dos solos é relativo à cultura do abacaxi, hoje extinta:

MJ: Aqui não, nessa região a gente planta não, quando meus pais, assim, eu era pequena, eu me criei dentro dos abacaxis, meus avôs plantavam, os tios da minha mãe plantavam, meus pais plantavam, aí, assim, eu ajudei ainda um pouquinho, sabe?! Eu era pequena, mas eu ainda me lembro. Eu fui criada praticamente com os abacaxis, era abacaxi com os tios, com os avós. Aí essa região aqui não dá porque tem que ser região, vamos supor assim, se eu quero plantar um roçado de abacaxi aí tem que ser um pedaço de terra reservado há muito tempo, que fosse mata, sabe?! Que a terra seja forte. É! A terra tem que tá forte pra poder produzir o abacaxi, se chegasse eu vou plantar abacaxi aqui e acabar com o capim aqui. Vou plantar abacaxi, aqui já não dá.

Embora a situação dos solos já seja crítica, ainda presenciamos a prática da queimada durante nossas visitas de campo. Observamos que existem vários tipos de organizações e redes que apoiam os agricultores nesse território, visando o resgate de práticas e introdução de estratégias de beneficiamento

de cultivos e melhoria dos solos, a exemplo do trabalho da do Instituto Raízes, atuando no território de Angelim.

As sementes

As sementes constituem um comum (GRIMONPREZ, 2017; FRISON, 2020). Esse comum está sendo ameaçado, de forma diferente de outros comuns, por sua natureza replicável, reproduzível, compartilhável de forma ilimitada. A semente contém literalmente a vida e toda uma simbologia que a antropologia cultural estudou detalhadamente (NAZAREA, 2006). Uma ampla literatura descreve como as sementes crioulas estão desaparecendo e sendo substituídas por sementes patenteadas, elevando assim a dependência e dominação dos camponeses. Essa mudança na relação camponês-sementes representa uma ruptura antropológica, sendo o processo de coevolução sociedades camponesas/seleção de sementes crioulas um marco característico das sociedades agrícolas.

Entretanto, existe um movimento mundial de luta e resistência contra essa *comodificação* das sementes. No território, conhecemos a Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede Semeam. A *Rede Semeam* foi criada em 2015 como resultado de um processo anterior de articulação na primeira e segunda Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional realizadas no bojo das iniciativas de práticas agroecológicas do *Núcleo Agrofamiliar* da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Campus Garanhuns. O objetivo é resgatar o uso e a conservação das sementes crioulas e da agrobiodiversidade do território por meio de ações de discussão e organização dos agricultores. A rede realizou seminários, feiras de trocas de sementes, intercâmbios e atividades de campo. A rede reúne 17 organizações entre cooperativas, movimento sindical, ONGs, governo e bancos comunitários de sementes que envolvem seis municípios do território (Canhotinho, Angelim, Jupi, Garanhuns, Jucati e São João). Em São João existem duas casas de sementes.

Observa-se, portanto, um esforço de recuperação de variedades de espécies vegetais que ganham expressão com a implantação do banco de sementes, uma experiência ainda muito incipiente e praticada em áreas em que se aplicam também agrotóxicos.

Das sementes ao plantio tradicional

Presenciamos, em vários sítios do território de Angelim, formas tradicionais de cultivar plantas em associação (consórcio):

L: Em algumas regiões o pessoal tinha costume de plantar o milho, o feijão.

LC: Fava.

L: E a fava, abóbora ou jerimum se arrastando entre os pés.

MJ: É assim que nós faz.

Q: Pronto, é!

MJ: A gente cava umas carreiras de milho, larga né aí; na casa do milho a gente coloca fava, a fava e no meio da carreira de milho a gente coloca o feijão.

LU: E os pés de jerimums aqui e acolá.

(risos)

MJ: É. Os pés de jerimums assim, nasce e planta uma cova aqui assim, ao redor e vai enramando e vai deixando e dentro do roçado também.

L: Aí no inverno é que dá muito isso?

MJ: É.

L: Que dá bem?

Q: Eu mesmo que semeiei aqui, aqui desse ladinho. Eu semeiei e ainda ganhei de jerimum duas vezes, fora do que dei pra consumir que btotou bastante!

O hábito de plantar em consórcio: milho, fava e jerimum (abóbora ou melancia) é uma prática encontrada em toda a América Central até o sul dos Estados Unidos e boa parte da América do Sul, tendo certamente o México como centro de expansão. Segundo Mann (2005), a Milpa é uma parcela, geralmente não totalmente limpa, dentro da qual os camponeses cultivam dezenas de plantas ao mesmo tempo, tendo como base milho, abóbora e fava, aos quais acrescenta-se melão, melancia, tomate, batata-doce etc. As colheitas da milpa são nutricionalmente e ambientalmente complementares⁹.

9. Por exemplo, o milho carece de aminoácidos (lisina e triptófano) dos quais o corpo humano precisa para poder produzir proteínas e niacina. O feijão tem ambos, lisina e triptófano. Abóbora, por sua vez, fornece um amplo conjunto de vitaminas.

Enfim, a milpa, segundo Wilkes (1979), especialista de milho e professor na University of Massachusetts, em Boston, é “uma das invenções humanas mais bem-sucedidas”.

Além das vantagens nutricionais é que ela garante soberania em relação às sementes, garantia da soberania e segurança alimentar, preservação dos solos, diminuição da demanda em água, produção de matéria orgânica para o gado.

Uma sugestão simples e com efeitos imediatos nos diversos aspectos mencionados acima, seria resgatar e sistematizar essa prática tradicional de associação de plantas.

Algumas políticas públicas em relação aos comuns

Vemos agora algumas políticas públicas implantadas pela Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente nas áreas do abastecimento em água, das sementes e da terra.

Sementes crioulas: o Território Produtivo do Feijão

O projeto do **Território do Feijão** é um programa do Pró-rural e tem como objetivo beneficiar e empacotar do feijão para uma comercialização com preço mais vantajoso. O referido projeto ainda não foi implantado, mas pretende criar uma marca para o comércio do produto dentro e fora do município para o mercado e para o programa de compras públicas. Há expectativa também de vir a ser tornar um produto com indicação geográfica e empacotar variedades crioulas do território.

A água: a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – o CMDR

O CMDR tem sua história associada à criação das associações comunitárias constituídas por um ou mais povoados do município, a exemplo da Associação na Cachoeirinha dos Carvalhos, que aglutina cinco sítios. Atualmente, existem 13 dessas organizações comunitárias em pleno funcionamento, todas elas em áreas rurais. No passado, registravam-se 27 e também haviam entidades dessa natureza em áreas urbanas.

A composição atual do CMDR inclui a Igreja Católica, órgãos governamentais (Secretaria Municipal de Agricultura e IPA) as associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João e da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar (Coopaf). As mulheres predominam na composição do conselho devido à representação e poder que exercem nas associações. O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – o MMTR/NE não tem assento no conselho. Os órgãos públicos são representados por homens.

Dentre as atividades desenvolvidas ou que contam com envolvimento do CMDR registram-se os projetos do Pró-rural, especialmente: terreiros de secagem e construção de banheiros.

A ação do CMDR atualmente está focada na implantação de cisternas por meio do Projeto Dom Helder Câmara, que teve início em 2012 e beneficiou 75 famílias. Receberam kits que incluíam forrageiras e sistema de cisternas calçadão associado a projetos produtivos. Num segundo momento, a forrageira foi retirada do kit devido às condições não propícias para a pastagem no município.

A implantação das cisternas ficou a cargo da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, a Fetape, entidade vencedora na licitação dos serviços a serem prestados. Segundo a Presidenta do CMDR, estavam previstas a implantação de 1600 cisternas, mas foram executadas apenas 1.100, e as outras 500 que restaram tiveram que ser devolvidas.

A ação de resistência definiu prioridade às mulheres como beneficiárias como também às pessoas com deficiência.

O CMDR também tem envolvimento na implementação do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste Brasileiro – o BNB. O Banco conta com o apoio das associações para ofertar o financiamento da agricultura familiar – PRONAF B.

Uma outra ação envolvendo políticas públicas no CMDR é o Programa Terra Pronta, um programa voltado ao apoio à produção por meio da aração da terra e distribuição de sementes cuja gestão local é realizada pelo Conselho Municipal. Eram distribuídas anualmente 17 toneladas de feijão, mas em 2018 sofreu uma drástica redução; e apenas 2 toneladas de milho foram distribuídas, gerando bastante conflito na distribuição, conforme argumentos.

A execução do programa também envolve outros problemas, especialmente o recebimento tardio das sementes e a qualidade das mesmas. Segundo a Presidência, há dois anos o programa está com problemas de execução, o que provocou também distribuição das sementes após o período de plantio:

... [Foi feito] fora do calendário agrícola. Não chega a tempo de jeito nenhum. Porque como aqui é uma região muito seca, e tá muito seco há muito tempo, o que que acontece? Nas primeiras chuvas, o agricultor já planta, aí quem tem uma sementezinha, já vai plantando, plantando, plantando, aí não espera, porque se for esperar, pronto, né?... (Margarida)

Além da dessincronização entre entrega das sementes e necessidades dos agricultores, existe o fato de feijões e milhos serem cultivados com uso de agroquímicos. Segundo depoimentos, a embalagem indica que as sementes, além de serem híbridas, não devem ser usadas para o consumo humano e há desconfiança do uso do milho também para alimentação das aves:

... Sim, aquela que vem lá. E no próprio saquinho diz assim “não é pra ser do consumo humano”. Não é pra ser. O milho eles recomendam não dá nem pra galinha. Que se você joga aquele milho as galinhas comem e as galinha podem morrer, aí imagina o feijão, né?... (Margarida).

As críticas ao programa de distribuição das sementes de cereais podem ser melhor entendidas se considerarmos o envolvimento do Conselho com as iniciativas de preservação das sementes crioulas existentes em São João. Embora, de maneira indireta, o conselho por meio das associações com o banco de sementes e da Coopaf tem se envolvido na recuperação das variedades de feijão e milho em São João:

...Não. Olhe, o conselho, ele não tá discutindo sobre a questão das sementes crioula. De jeito nenhum. Passou pelo conselho a implantação do projeto, mas ele ficou, não, não se envolve. Agora a cooperativa é quem já faz um trabalho. Ela já tem, hoje a cooperativa tem um banco de sementes crioula, que inclusive ele vai montar um stand lá, e o rapaz que é presidente, ele tem um sítio aqui próximo, e ele todo ano ele faz, ele planta, ele tira uma área, aí ele planta assim. Aqui é assim, é feijão favita, é feijão mulatinho bico de ouro, é feijão talo, é feijão leite, só, é preto bala, que é um feijão muito bonito. En-

tão, ele faz uma roça de várias qualidades, né? Que é pra não perder as sementes, esse resgate das sementes. (Margarida)

Uma última iniciativa refere-se à parceria que envolve a Asa Brasil e a Avis Brasil. Trata-se da implantação do sistema de reuso de águas cinzas – o Bio-água. Segundo o CMDR, São João poderia ser beneficiado com 30 unidades, mas estão sendo enfrentadas dificuldades para sua implantação devido às restrições orçamentárias da Fundação Banco do Brasil. Essa iniciativa foi iniciada em Jucati, outro município do Território, que reutiliza a água cinza para a horta comunitária orgânica, e a partir dela implantou um minhocário e fazendo uso dessa água com a tecnologia social de gotejamento.

O interlocutor também relata a dificuldade de produção por causa dos elevados custos da energia, já que a tarifa verde, medida de redução do custo de energia para a população de baixa renda, não se mantém com a irrigação.

Breve caracterização do Vale do São Francisco:

No Território do Vale de São Francisco, investigamos em dois municípios distintos: Petrolina e Lagoa Grande. Iniciamos a apresentação dos resultados com uma breve caracterização do Assentamento Mandacaru e o Sítio do Riacho do Recreio.

O assentamento Mandacaru está localizado na Zona Rural de Petrolina-PE, às margens da rodovia BR 407, em área de sequeiro no entorno do Perímetro Irrigado Nilo Coelho (PINCO). A fazenda que deu origem ao assentamento foi ocupada no dia 16 de abril de 1999 e o reconhecimento dessa área como destinada à Reforma Agrária se deu somente em 2001 através de ato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na ocasião, foram assentadas 70 famílias constituídas em sua maioria por ex-trabalhadores(as) das fazendas dos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro. Trata-se do primeiro assentamento da região.

O trabalho assalariado está presente de maneira marcante na vida do assentamento, seja das famílias que ainda trabalham na fruticultura ou dos que já trabalharam. As oportunidades de emprego garantem obtenção de renda e uma maior estabilidade financeira, mas também uma forte exposição a condições precárias de trabalho, especialmente devido aos agrotóxicos.

A comunidade do Riacho do Recreio encontra-se no município de Lagoa Grande que, por sua vez, se situa no Polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA, localizado na região Submédio da Bacia do Rio São Francisco, no semiárido nordestino. integra a Região Administrativa de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina – Juazeiro, e é formada por um total de oito municípios, os quais: Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro, na Bahia, e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco.

O município de Lagoa Grande-PE, instituído em 16/06/1995 a partir do desmembramento do território de Santa Maria da Boa Vista, localiza-se na Região de Desenvolvimento de Pernambuco denominada de Sertão do São Francisco, a uma distância de 665,8 km da capital, Recife, e conta com uma população de 22.719 habitantes, segundo o último Recenseamento Demográfico (IBGE, 2010. p. 1).

Inserida no semiárido pernambucano, Lagoa Grande possui uma população de 22.760 habitantes, representando uma densidade demográfica de 12,31 hab/km². Sua economia é representada com um PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* de R\$ 11.853,39 com percentual de 88,9% das receitas oriundas de fontes externas (IBGE Cidades, 2010, p. 1).

É nesse contexto regional que a comunidade do Riacho do Recreio se insere. De fato, a comunidade se encontra arrodada pelas firmas vitivinícolas com as quais os moradores mantêm relações de ambivalência, sendo elas tanto lugar de empregos formal e assalariado, como também espaço de dominação e exposição a produtos perigosos (uso de agrotóxicos pelas empresas).

As experiências negativas que os moradores tiveram com os produtos quando trabalharam nas firmas refletem na escolha feita pela comunidade em implantar uma horta orgânica, conforme veremos mais adiante.

Os comuns no Riacho do Recreio: Os recursos hídricos

A escassez dos recursos hídricos, que procedem principalmente do rio São Francisco, do qual depende a região toda, tem várias causas: desmatamento local e regional, demanda constante e crescente de água para irrigação, poluição industrial e doméstica, barragens hidrelétricas.¹⁰

10. Comunicação do Pesquisador Nelson Freire (Fundaj) no Seminário “Pós-Brumadinho: Impactos para o Rio São Francisco”, realizado nos dias 28 e 29 de Março de 2019, no Cinema do Museu da

O acesso à água em abundância e a regularidade das condições climáticas são, sem dúvida, fenômenos preponderantes para o desempenho da região na produção frutícola. Entretanto, conforme já foi demonstrado por diversos autores como Cavalcanti (1997); Cavalcanti e Neiman, (2005); e Silva (2001) o crescimento econômico dessa região decorre de distintos fatores e processos sociais, e inegavelmente da ação do Estado brasileiro.

A pesquisa buscou uma imersão no cotidiano das comunidades e principalmente das mulheres agricultoras no município de Lagoa Grande, do semiárido pernambucano. Lagoa Grande destaca-se como produtora de uvas e derivados, a exemplo do vinho. Localizado na área pernambucana do submédio São Francisco, esse município não foge à lógica da concentração fundiária da região, grande parte de suas terras permanece nas mãos da elite local. Em resumo, “o destino da produção dos perímetros irrigados é prioritariamente a agroindústria, a qual mantém uma forte dominação sobre os pequenos agricultores, tendo o Estado como mediador” (SUASSUNA, 2018). Em outras palavras, os comuns são captados pelo capital com a intermediação do Estado. O quadro atual reflete uma situação insustentável do ponto de vista ambiental e social; os perímetros irrigados sofrem com o problema da contaminação de suas águas e solos. Além disso, boa parte dos perímetros são destinados à produção de culturas de ciclos curtos, voltados para a exportação, e não reflete a dinâmica alimentar regional. Para além desses aspectos, outro componente importante é a utilização massiva dos insumos agrícolas e químicos.

O Riacho do Recreio destaca-se como o único produtor orgânico no município e pelos seus esforços para uma produção de base agroecológica e comunitária¹¹, iniciativa da Associação dos Produtores do Riacho do Recreio (ASCOPRURIR). A horta comunitária surge a partir da doação das terras de Euclides Alves da Cunha, lugar mais apropriado, pois “o lugar tinha água quase todos os dias” (ELIENE, 2019). Inicialmente, a proposta contou com a participação de treze pessoas. A horta tem cerca de 1 hectare de terra, dividida em lotes, sete canteiros e outros sete em outro lote para cada agricultor.

Fundação Joaquim Nabuco, em Recife-PE.

11. Entre os dias 29 de julho e 02 de agosto, realizamos trabalho de campo, permanecemos hospedados na casa da agricultora Celine. A nossa entrada no Riacho do Recreio foi através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande.

Os comuns podem também ser espaços, terras, como a horta, por exemplo. A ideia da horta estava presente no meio, desde a década 1990, quando já havia tentativas de criação de uma horta comunitária. A primeira foi uma iniciativa dos jovens ligados à Associação e à Igreja nos quintais de uma senhora. Questionados sobre a participação nos plantios organizados pela Associação:

[...] a gente marcou reunião e na reunião a gente decidiu qual era o produto que você queria vender, aí colocou, saiu procurando e pegando o nome e o que você queria plantar. Eu mesmo escolhi o coentro, a alface, tomate-cereja, a salsa, a cebolinha, a rúcula e a couve. Eu mexo com tudo isso (Maria Alice, 2019).

A horta é um comum. Um espaço comum. Ela é comunitária e familiar, entre relações de primeiro e segundo grau, todos têm laços de parentesco. Os processos produtivos dentro da horta têm sua centralidade nas mulheres e em seus saberes e práticas. Dentro desse meio, o protagonismo feminino é visível. Por exemplo, Eliene, filha de Celine, por muito tempo exerceu a figura de liderança entre eles.

Outro elemento visível durante a vivência no campo foi o *sentimento de coletividade* entre elas, na horta e em suas relações, a exemplo da prática do mutirão e das compras compartilhadas. Os mutirões acontecem quando se deve ajeitar o canteiro de alguém, ou plantar as mudas. Em relação às compras coletivas, inicialmente, a horta contou com a participação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e da Prefeitura. Conseguiu-se, assim, algumas caixas d'água e algumas ferramentas, mas ainda assim era insuficiente para o trabalho, então eles se juntaram e compraram mais caixas, enxadas, entre outras coisas. Um membro da comunidade conta os tempos difíceis do início:

De material, a gente não tinha nada de material! Não tinha mangueira, não tinha caixa, não tinha semente, não tinha nada... Aí a gente foi... Todo mundo se juntava... Cada um levava uma coisa, um levava uma caixa, outro levava uma mangueira, um levava um regador, uma enxada [...]. Aí depois a gente conseguiu... A gente conseguiu é umas caixas d'água... Que é essas que tem aí... (Edmilson, 2019)

Além do Instituto, o Sindicato dos Trabalhadores de Lagoa Grande também colaborou no empreendimento com oficinas sobre cuidados com a terra, como realizar uma produção orgânica etc. Também houve a troca de experiências com outras comunidades produtoras de orgânico, a exemplo do Assentamento Mandacaru, em Petrolina. A comunidade do Riacho do Recreio, por meio da produção orgânica, possibilita uma oportunidade de renda:

Porque a gente achava aqui, como a comunidade é uma comunidade que não tem muito emprego. É uma comunidade humilde, a gente tentou procurar incluir as pessoas para trabalhar, para ter sua parte, ter seu dinheiro e tudo e aí, a gente criou-se a ideia. Essa ideia foi minha e dele e aí, a gente ficou pelejando, pelejando (Maria Alice).

Aliás, as mulheres do Riacho do Recreio ressaltam-se através do plantio orgânico e comercialização, quando passam a ter uma renda e conseqüentemente experimentar uma realidade distinta da maioria das mulheres. Para as mulheres significa maior *independência e autonomia*, ao passo em que tomam decisões, plantam, trabalham, geram renda e contribuem para as despesas domésticas.

Outro impacto importante conquistado a partir da horta para a comunidade, para além da renda e autonomia das mulheres, é a *visibilidade da comunidade*,

[...] por mais que não esteja funcionando assim 100%, ainda vai devagarzinho, ela trouxe renda para algumas pessoas que não tinha renda nenhuma. E também a questão de visibilidade da comunidade. Todo mundo sabe que aqui no Riacho tem uma horta comunitária. Assim, de certa forma, deu uma visibilidade à comunidade. Dizer que não, no Riacho tem uma horta comunitária e orgânica. E a questão de renda mesmo, para algumas pessoas que não têm outra renda (Eliene, 2019).

Segundo Leão e Neto (2014):

a horta encontra-se no centro do povoado de Riacho do Recreio, situado na sub-bacia chamada Recreio, que recebe água temporariamente

apenas no período das chuvas e tem a caatinga como vegetação predominante, já que esta localidade está inserida em uma região semiárida.

A irrigação, por sua vez, procede

dos recursos hídricos provenientes do Rio São Francisco, onde existe uma adutora na comunidade, que é alimentada por uma bomba de 25CV e outra de 20 CV de reserva, com tubulação de recalque com diâmetro de 150 mm e um reservatório acumulação de 400 mil litros de água. (Barbosa, 2018)

Porém, o sistema atual de irrigação gera uma série de questões:

Atualmente, a área de cultivo é molhada com o uso de mangueira que traz uma série de problemas de ordem ambiental, tais como baixa eficiência no uso da água e perda de nutrientes através da lixiviação [que é] é determinada por fatores climáticos, bem como pela interação dos nutrientes do solo (LEÃO e NETO, 2014, p .67)

A gestão coletiva da horta representa talvez um dos principais desafios. A produtividade fraca, a falta de visão clara e compartilhada levam a um desânimo:

aí foi indo, foi indo, aí todo mundo... só que lá, tudo era feito coletivo, hoje em dia tá mais individual... Mas antes era tudo coletivo, tudo que a gente fazia para plantar era coletivo, para colher era coletivo... para ir vender na feira era coletivo (Edmilson, 2019).

*Políticas públicas no Território do Vale do São Francisco em prol dos comuns:
Terreiros produtivos e formas de governança da água*

Atualmente, desenvolve-se o programa denominado **Terreiros Produtivos**, cujo propósito é realizar o aproveitamento da água do subsolo, com a implantação de poços profundos na região de sequeiros, uma ação realizada em parceria com a Embrapa. Já foram implantados mil poços e com a aqui-

sição de perfuratriz que pretendiam adquirir, pretendiam perfurar a uma profundidade de 120 metros, o dobro da medida perfurada até então.

A iniciativa teve início com a instalação de unidades demonstrativas de produção da palma forrageira consorciada com sorgo. Também foi estimulado o plantio do feijão e melancia com uso da tecnologia social do gotejamento. Um total de 100 terreiros produtivos, experiência que segundo a secretaria do governo municipal encontra limitações devido à ausência de assistência técnica.

Diante desse contexto de modernização da estrutura produtiva e ampliação do dinamismo econômico estimulado pelo Estado, que continuou em expansão ao longo da segunda metade do século XX, as relações de trabalho experimentaram uma série de modificações em sua dinâmica produtiva, vivenciadas a partir da construção dos perímetros públicos de irrigação e com a emergência da agroindústria entre os anos 1970 e 1980, e apenas depois, nos anos 1990, da fruticultura irrigada.

A partir da intervenção estatal foram construídos, sob gestão da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e em parceria com outras instituições federais, doze perímetros públicos de irrigação no Submédio São Francisco, além de outros dois que ainda se encontram em fase de implantação. Esses perímetros públicos representam uma área irrigada de 59.259 hectares e a geração de 50.992 empregos diretos e 76.745 empregos indiretos, segundo estimativas.

Dos doze perímetros implantados e geridos pela Codevasf no Submédio São Francisco, sete estão localizados no polo Petrolina-Juazeiro, correspondendo a uma área irrigada de 48.605 hectares. Cabe chamar atenção para o fato de que 60% dessa área está ocupada por empresas agrícolas.

Água no Assentamento: Mandacaru

A conquista da terra não garantiu acesso integral ao perímetro irrigado (apenas 1 ou ½ hectare por família) no ano 2000, uma limitação gerada pelas dívidas do antigo proprietário da terra junto à Codevasf. Inicialmente contavam com uma barragem que na época estava cheia de água. A área foi preparada para o cultivo. Sr. Vicente Joaquim Cruz, integrante da horta orgânica comunitária relata que na época houve muita produção e comercialização, mas a estiagem secou o barreiro. Lá também havia peixes.

Diferente de outras famílias de agricultores(as), os assentados dispõem de terra, mas falta a água. Durante o trabalho de pesquisa foi anunciado o desfecho positivo da causa que acionaram no Ministério Público para obter o acesso ao perímetro irrigado.

Uma outra ação da Secretaria também envolvendo a água, é a implantação de cisternas. O Município conta com uma rede de 4 mil cisternas e a partir do mapeamento das demandas existentes, pretendem adquirir mil cisternas adicionais.

Conquistar a terra e conseguir sobreviver a partir do trabalho do assentamento e de forma sustentável representa o sonho de muitos.

Considerações finais

A realidade da qual a pesquisa permitiu tomar conhecimento é preocupante com relação às temáticas de segurança e soberania alimentar e principalmente no uso e manejo dos comuns que se encontram na base delas.

A perda da fertilidade dos solos, da agrobiodiversidade, a escassez dos recursos hídricos, o uso por vezes indiscriminado dos agrotóxicos pelos agricultores familiares (muitas vezes, sem EPI) expõem um quadro geral crítico em termos sanitários, ambientais, de segurança alimentar e de capacidade de resiliência das comunidades rurais da região.

Entretanto, as experiências agroecológicas locais são estimulantes e dão sinais de esperança, pois induzem uma mudança radical (embora talvez rara e lenta demais) na maneira como as comunidades se relacionam com a terra, os solos, as sementes, a adubação, os “consumidores”. No entanto, tais experiências precisam ser visibilizadas, conhecidas e reforçadas por políticas públicas locais e regionais integradas que permitam o reforço dessas experiências exitosas. A agroecologia, conforme vimos, permite cuidar dos comuns de forma integrada. Onde existem manejos agroecológicos dos comuns, estes têm mais chances de ser preservados.

Gostaríamos de retomar e concluir com o exemplo dos solos que, quando ficam descobertos levam à erosão, à evaporação (requerendo mais irrigação), à perda dos nutrientes e da fertilidade, deixando as plantas mais vulneráveis e expostas às pragas (requerendo, segundo as práticas locais, o uso de produtos tóxicos). O solo é um dos comuns mais negligenciados, invisibilizados e que tem sofrido perdas imensas; e que, no entanto, se manejado

adequadamente, possui grande capacidade de recuperação e um potencial de mudança considerável.

Uma solução possível consiste em sistematizar a cobertura do solo com matéria orgânica triturada proveniente da vegetação local disponível, renovável e muitas vezes negligenciada. Adquirir um triturador ou adaptar as forrageiras já existentes no local para poder triturar sistematicamente podas, sobras, galhos, folhas, capim, mato representa um investimento que terá múltiplos e imediatos efeitos (REBELLO, 2021).

Da mesma forma, sistematizar associação de plantas, otimizando a ocupação do solo, a exemplo da milpa, permitirá a proteção e alimentação do solo, além da produção de sementes. Enfim, cobrir o solo ajuda a preservar três comuns: o ar, a água, o solo:

- O ar: ao invés de queimar: poda-se e tritura-se.
- O solo: ao cobrir o solo, cria-se solo, humo (condição necessária à produção de alimentos).
- A água: pois, conforme afirma o agrofloreteiro Ernst Götsch, “água se planta”.

Praticando a agrofloresta e conciliando árvores e plantio, as raízes retêm e jogam água no subsolo e a cobertura do solo, mantendo frescas e úmidas as raízes, fazendo com que não precise irrigar tanto.

Por fim, solos cobertos geram plantas saudáveis que não necessitarão da aplicação de produtos perigosos.

Nossa pesquisa confirma as várias teorias críticas ao modelo desenvolvimentista unidimensional, principal causa dos vários problemas apresentados ao longo destas páginas (erosão da biodiversidade, geração da escassez dos comuns, exclusão e empobrecimento das populações rurais, mudanças nos hábitos alimentares rumo a um regime prejudicial à saúde) embora esse modelo persista em se apresentar como solução.

O que impressiona é a força persuasiva do modelo desenvolvimentista unilinear e seu grau de alta disseminação na população. Por várias entradas, o consumo, as sementes, o tratamento da terra, este modelo acaba colonizando e modificando com muita velocidade um modo de vida secular, que, embora não petrificado no tempo, era relativamente estável.

Enfim, entre as várias formas de lidar ou manejar os comuns – políticas públicas, empreendimentos privados, agricultura convencional de grande,

médio ou pequeno porte, a agroecologia se destaca pela mudança radical por ela induzida na relação dos humanos com os comuns: os solos, as águas, o ar, as florestas, as sementes, a comunidade, considerando todos os elementos, humanos e não humanos, como partes de um sistema maior.

A pesquisa demonstra como, por vários ângulos, os comuns têm sido ameaçados por antigas e novas formas de *enclosures*. Sejam pelo setor privado, cujos atores, envolvidos na luta entre duplos, pouco se importam com os danos causados nos terceiros: comunidades e recursos naturais; pelos usos e manejos inadequados; por políticas públicas por vezes omissas ou ambíguas e por mudanças estruturais nos hábitos de vida. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra a multirresistência das comunidades e dos atores territoriais para manter vivos e acessíveis esses comuns a todas e todos.

Nesse contexto, o protagonismo das mulheres é decisivo. Por isso, nós nos encontramos diante de um paradoxo ou dilema, expresso nos movimentos feministas, que o maior grau de cuidado induzido pela agroecologia não venha a significar um aumento da carga de trabalho doméstico para as mulheres, mas, sim, deve levar a uma discussão política sobre a necessária transformação estrutural na distribuição do poder nas unidades domésticas e nas instâncias locais, para uma gestão autenticamente compartilhada dos comuns, em favor de práticas sustentáveis e igualitárias de governança.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais revelam onde o desenvolvimento emperra. *Justiça ambiental*, v. 1, n. 2, p. 2-3, nov. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

AUBIN, Ludovic, *O paradigma agroecológico e as crises da sociedade contemporânea: contribuições socioantropológicas na perspectiva da teoria mimética*, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTEV. 41, Agosto 2017.

BARBOSA, Terezinha de Jesus. *Aproveitamento e beneficiamento do excedente da produção na inclusão socioeconômica de mulheres e jovens produtores rurais do riacho do recreio, Lagoa Grande-PE*. 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2018.

BOLLIER, David; HELFRICH, Silke. *Patterns of Commoning*. The Commons Strategy Group, 2015. Online: <http://patternsofcommoning.org/>.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *Événement Anthropocène (L')*: Terre, l'histoire et nous. Paris: Seuil, 2013.

BOURGUIGNON, Claude ; BOURGUIGNON, Lydia. *Le sol, la terre et les champs: pour retrouver une agriculture saine*. Paris, Sang de la Terre, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997. p. 79-93.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; NEIMAN, Guillermo. A manera de introducción: globalizando la agricultura y reinventando lo local: homogeneización, conflictos e identidades. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; NEIMAN, Guillermo. (org.). *Acerca de la globalización de la agricultura: territorios, empresas y desarrollo local en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS, 2005. p. 7-13.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (coord.). *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. p. 439.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; KRONE, Evander Elói, 2015. Brazilian Farmers, quality and markets. In: BONANNO, Alessandro; BUSCH, Lawrence (org.). *Handbook of the International Political Economy of Agriculture and Food*. 1. ed. Cheltenham, UK Northampton USA: Edward Elgar, 2015, p. 110-130.

DENHEZ, Frédéric. *Le sol: Enquête sur un bien en péril*. Éditions Flammarion, 2018.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà Nature et Culture*. Paris, Gallimard, 2005.

DUMOUCHEL, Paul. L'ambivalence de la rareté. In: DUMOUCHEL, Paul; DUPUY, Jean-Pierre. *L'Enfer des choses: René Girard et la logique de l'économie*. Paris, Seuil, 1979.

EISENSTEIN, Charles. *Sacred Economics: Money, Gift, and Society in the Age of Transition*. Berkeley, North Atlantic Books, 2011.

FAO, 2015. État des ressources en sols du monde. Résumé technique. Acesso em : abr. 2021. Disponível em: ftp://ext-ftp.fao.org/nr/data/Upload/SWSR_MATTEO/Technical_Report/Web/Soil_Report_Summary_B5_012_DEF.pdf

FRISON, Christine. *Redesigning the Global Seed Commons: Law and Policy for Agrobiodiversity and Food Security*, 2018.

GRIMONPREZ, Benoît. Semences agricoles : la tragédie d'un commun, Paris, *Revue de Droit Rural*. Editions techniques et économiques / LexisNexis (en ligne), 2017. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr>.

HARDIN, Garrett. *A tragédia dos comuns*. Science, Vol 162, Issue 3859, pp. 1243-1248 1968.

ILLICH, Ivan. *Némésis médicale: L'Expropriation de la Santé*. Paris: Seuil, 1975.

LEÃO, Charles. F.; NETO, Manoel C. B. Memorial Descritivo: irrigação, cultivo de hortaliças, [S.l.: s. n.], 2014.

LEME, Adriana Salay. *Feijão, dono das tradições: representação identitária e consumo efetivo no Brasil (1973-2009)*. 2015. 198 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAUREL, Lionel. Blog. Disponível em: <https://scinfolex.com/2019/01/04/accueillir-les-non-humains-dans-les-communs-introduction/> Acesso em: dez. 2020.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Editora da Unesp, 2010.

NAZAREA, Virginia D. *Cultural Memory and Biodiversity*. (Inglês) Tapa blanda – Ilustrado, 26 Enero 2006.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: University Press, 1990.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, 2009. p. 203-216.

- PRIMAVESI, Ana. *Manual do Solo Vivo: Solo Sadio, Planta Sadia, ser Humano Sadio*. São Paulo, Expressão Popular, 2016.
- RAINELLI, Pierre. *L'Agriculture de demain: gagnants et perdants de la mondialisation*. Paris: Éditions: Du Félin, 2007.
- REBELLO, José Fernando dos Santos; SAKAMOTO, Daniela Ghiringhella. *Agricultura Sintrópica segundo Ernst Götsch*. São Paulo, Editora Reviver, 2021.
- REUTER, Thomas Anton. Seeds of Life, Seeds of Hunger. *Anthropology of food [Online]*, Feed the debate, Online since 16 May 2017, connection on 14 April 2021. URL: <http://journals.openedition.org/aof/8135>
- SILVA, Pedro Carlos Gama. (2001). *Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. 245f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- SAHLINS, Marshall David. *Stone Age Economics*. New York: Routledge, 1972.
- SHIVA, Vandhana. *The Enclosure and Recovery of the Commons: biodiversity, indigenous knowledge, and intellectual property rights*. Research Foundation For Science, Technology and Ecology. India: New Delhi, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*. London: Merlin Press, 1991.
- WILKES, H. GARRISON. *Mexico and Central America as a center for the origin of maize*. Crop Improvement (India) 1979. 6: 1-18.

AS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES AGROALIMENTARES

ANDREA BUTTO

JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI

LUDOVIC AUBIN

TAINÃ MOEMA ESPÍNDOLA DE SOUZA

Introdução

Este capítulo aborda as relações de gênero na produção e no consumo de alimentos e suas conexões com a agroecologia a partir dos resultados da pesquisa “Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável”¹.

A análise recai sobre a gestão da agrobiodiversidade, identificando os obstáculos e as restrições ecológicas às atividades desenvolvidas pelas mulheres, os seus conhecimentos, práticas agrícolas e suas conexões com a alimentação dos grupos estudados. Destaca-se a divisão sexual do trabalho nas propriedades individuais, nos espaços de uso coletivo para a produção, na localização dos plantios e da criação de animais nas propriedades, a existência de espaços conjuntos e/ou separados de produção e as formas de delimitação desses espaços. Também analisamos o trabalho doméstico e de cuidados, especialmente nas transformações na agricultura e na alimentação.

Os núcleos familiares e o sistema/dieta alimentar foram estudados com foco na nutrição: a diversidade da alimentação e o fluxo de alimentos dentro das unidades de agricultura familiar e seus determinantes – as restrições sociais e econômicas às atividades das mulheres. Isso nos permitiu compreender as estratégias utilizadas pelas mulheres para controlar os bens e definir sua carga de trabalho na família e, a partir delas, as mudanças nos

1. Aqui o foco dirige-se a dois estudos de caso, na Vila Macaxeira, localizada no Sítio Freicheiras do município de São João, no Agreste Meridional, e o outro no Assentamento Mandacaru, no município de Petrolina, na região do Sertão do Vale de São Francisco, ambos no estado de Pernambuco.

hábitos alimentares e no trabalho produtivo e reprodutivo, atentando às diferentes configurações na tomada de decisão.

Por fim, analisamos as estratégias de resistência às pressões do mercado sobre a produção e o consumo de alimentos, e examinamos as alternativas a partir da agroecologia e do feminismo, fortalecidas com a participação de atores locais, regionais ou nacionais, como sejam: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) no Agreste Meridional e seus vínculos com o grupo produtivo de mulheres, o Flor de Açucena. E no sertão, o Polo Sindical de Petrolina, da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco-Fetape, entidade que integra a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, e que coordena a Marcha das Margaridas.

O MMTR-NE teve início em Pernambuco e na Paraíba com atividades de troca de experiências. Entre essas, o incentivo à participação nos sindicatos, ações de fortalecimento do movimento de mulheres, reforço do trabalho de base e organização de mobilizações nacionais em estreita relação com o movimento sindical, em distintos níveis. A agroecologia passou a integrar uma investida clara desse movimento na constituição de uma agenda ampla de transformação do Brasil Rural. O movimento considera a agroecologia, também, a partir da inserção das mulheres na economia e, em particular, nos chamados quintais produtivos. Ao destacar a necessidade de repensar a relação produção-reprodução, o espaço doméstico é considerado para além do espaço das casas/moradias e é estendido para a comunidade. Nesse novo ambiente de reflexão o MMTR-NE incorporou o debate feminista na articulação de processos de construção de práticas e saberes por outro modelo de agricultura (BUTTO, 2017).

Os contatos com outros movimentos sociais de mulheres, especialmente a Marcha das Margaridas, a Articulação Nacional de Agroecologia e a Marcha Mundial de Mulheres, a partir do ano 2000, fortaleceram suas reflexões sobre a agroecologia, inicialmente denominada agricultura alternativa, que ganharam ampla expressão com o importante trabalho de sistematização de experiências, para dar visibilidade às novas práticas realizadas em seus territórios de atuação. Em 2011, quando o MMTR-NE completou 25 anos, esse tema ganhou centralidade na agenda do movimento e uma publicação comemorativa divulgou essas experiências, valorizando os saberes e o protagonismo das mulheres.

A análise da construção do sujeito político feminista e sua relação com a agroecologia proposta pela pesquisa indicam um rico processo organizativo das mulheres também no Sertão do São Francisco, em associação com processos mais amplos impulsionados pelo movimento sindical resultante de toda uma trajetória regional e nacional de mulheres que se organizaram na Contag e que, em aliança com outros movimentos de mulheres urbanas e rurais, formaram a Marcha das Margaridas, que já se encontra na sua sexta edição, um movimento em rede (SHERER-WARREN, 2013). Os movimentos que integram essa marcha denunciam o modelo de desenvolvimento hegemônico, atuam na proposição de um modelo alternativo, no qual as mulheres se reconhecem e são protagonistas, ao constituírem um espaço de lutas, de formação e também de formulação das propostas das mulheres para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário o PADRSS (BUTTO, 2019).

O envolvimento com esses movimentos nos permitiu alcançar uma melhor compreensão dos temas investigados. A pesquisa foi realizada mediante o levantamento de dados secundários, revisão bibliográfica, entrevistas individuais e com grupos focais e contou com a colaboração do Núcleo Sertão de Agroecologia da Univasf, no Sertão do São Francisco, e do Núcleo Agrofamiliar da Ufape, no Agreste do estado de Pernambuco, Brasil.

A partir do debate acadêmico dos temas abordados, o capítulo continua com a contextualização dos territórios considerados e sua relação com processos mais amplos de transição agroecológica em distintos planos. Os casos investigados salientam as práticas de produção agrícola e suas conexões com o preparo e o consumo de alimentos, os avanços e limites na construção da autonomia das mulheres nos sistemas agroalimentares.

As mulheres nas dimensões produtivas e reprodutivas dos sistemas agroalimentares

A reflexão acadêmica sobre as práticas agrícolas e a alimentação nas últimas décadas conecta distintas áreas de conhecimento e uma variada gama de temas. A agricultura passa a ser abordada a partir das transformações globais na economia (WILKINSON, 2003) pela ação de empresas transnacionais e do Estado e seus impactos sobre as relações de trabalho; o acesso e uso da terra e da água, as formas de produção, a diversidade agrícola, a sustentabilidade da natureza e da vida humana. Também ganham relevância nestes estudos as alternativas gestadas a partir do campesinato e suas re-

lações com o Estado. A internacionalização de mercados, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência mundial foram acompanhadas pela reorganização das relações de trabalho, com a desregulação do emprego e a precarização do trabalho assalariado, com impactos sobre a agricultura e as comunidades tradicionais. Desenvolvem-se estratégias adaptativas dos produtores orientadas para os mercados e a sobrevivência das unidades produtivas; amplia-se a multiocupação dos trabalhadores rurais assalariados e observa-se a intensificação da subordinação de produtores às cadeias produtivas (PLOEG, 2008).

No caso brasileiro, a modernização conservadora da agricultura atuou na priorização de tipos de alimentos a serem produzidos, do controle mercantil dos processos produtivos – por meio das sementes e dos insumos – e das formas de integração com as agroindústrias. Tais mudanças manifestam novos mecanismos de subordinação econômica da agricultura familiar na produção de alimentos e nas restrições de acesso aos bens da natureza.

A expansão das fronteiras agrícolas via apropriação de terras por grandes propriedades gerou novas pressões sobre a agricultura familiar, os territórios das comunidades tradicionais e as áreas de conservação da biodiversidade, um fenômeno mais amplo mas que deve ser compreendido a partir de variantes locais e específicas de cada contexto nacional e/ou regional, como expressão de uma dinâmica que Levien (2014) denominou de “sociologia da desapropriação”. Os efeitos perversos sobre as comunidades rurais e a biodiversidade, em vários momentos, acabam sendo secundarizados e escamoteados em nome de supostos benefícios advindos desses projetos, e como elementos inevitáveis da internacionalização da agricultura e do peso do capital financeiro nas estratégias do setor (HERVIEU e PURSEIGLE, 2009). No caso brasileiro, esse tem sido um tema de interesse crescente da academia (LEITE, 2019). Essas transformações, como assinala Sassen (2016), seriam parte de um movimento global que não pode ser reduzido a um processo de migração, mas compreendido como parte de uma estratégia de expulsão da população mais pobre.

No caso brasileiro, as formas de intervenção do Estado, dentre as quais as políticas relativas ao ordenamento territorial e a disputa em torno da terra, mas também aquelas referentes ao trabalho com seu rebatimento sobre as formas e relações existentes e os fluxos migratórios delas derivados, assim como as políticas ambientais e os marcos regulatórios resultam numa “nova” variável na composição e na representação dos interesses dos seg-

mentos direta e/ou indiretamente envolvidos, bem como as políticas de crédito, financiamento e seus constrangimentos – financeiros, tecnológicos e institucionais (HEREDIA; PALMEIRA e LEITE, 2001).

Nesse ambiente, a divisão sexual do trabalho integra as mudanças da nova divisão internacional do trabalho. As novas oportunidades de emprego para as mulheres foram acompanhadas do aprofundamento das desigualdades de gênero no trabalho. A expansão da atuação das empresas transnacionais, que implicou na participação das mulheres no mercado de trabalho, tem sido marcada pela desregulamentação, pela flexibilidade e pela precarização e generalização do trabalho em tempo parcial, dos empregos mal remunerados e não reconhecidos socialmente em diferentes setores (HIRATA, 2003), inclusive na agropecuária.

Estudos voltados para a realidade rural revelam que o aumento da participação econômica das mulheres na agricultura se dá, especialmente, pelo ingresso delas em atividades vinculadas a mercados internacionalizados, como nos casos da produção de frutas, aspargos, castanhas, flores e de peixes em vários países da América Latina e do Caribe (BENDINI, CAVALCANTI, LARA FLORES, 2006).

Na agricultura familiar e camponesa, as mulheres foram, em geral, relegadas a um papel pouco reconhecido ou de coadjuvante nas atividades agrícolas, a elas reservam-se os espaços dos quintais, sendo o trabalho que realizam considerado uma extensão do trabalho doméstico. Esse fenômeno remete ao debate sobre família e campesinato tão bem explorado nos estudos desde os anos 1970. Estudos que se fundamentam na discussão sobre os camponeses, a agricultura familiar e do lugar desses na modernidade; sublinhada na retomada das contribuições de Chayanov (1985) para a problematização da racionalidade camponesa e de sua relação com a família enquanto uma unidade de produção e consumo. O debate acadêmico na Antropologia busca compreender categorias camponesas, tais como regras, classificações e mapas, que dão visibilidade cultural às famílias e suas práticas (ALMEIDA, 1986). Nesse debate aparece uma oposição muito importante para as reflexões sobre as relações de gênero entre camponeses: a oposição casa/roçado, e, no âmbito da casa, a oposição casa/quintal e sala/cozinha. Os temas dos cultivos, do consumo e da divisão de tarefas por sexo e por idade também estariam relacionados a oposições no mundo de objetos, de lugares e de espécies naturais. Vários autores afirmam que existe uma relação entre os mapas cognitivos e a ideologia (WOORTMANN,

1985) pois, ao realizar uma classificação do mundo do trabalho, os camponeses naturalizam as relações familiares e as espacializam, resultando em mapas que geram poder na família e por esse motivo afirma-se que o mapa cognitivo cria direitos (GARCIA JR., 1983; HEREDIA, 1979).

A análise sobre a divisão sexual do trabalho na unidade familiar procura problematizar o que até então se considerava como uma especificidade do campesinato: a simultaneidade entre unidade de produção e consumo, considerando as relações de parentesco que envolvem o processo produtivo. As categorias trabalho e divisão sexual do trabalho ganham importância na reflexão sobre a dinâmica das relações sociais do campesinato. Margarida Moura (1978), por exemplo, já indicava que, na ideologia dos camponeses, o trabalho legitima o direito à terra e aos seus derivados e, como nessa representação a mulher não trabalha, isto é, as atividades produtivas das mulheres não são contabilizadas como trabalho e os homens controlam a propriedade.

A invisibilidade do trabalho das agricultoras permanece presente nos estudos rurais de gênero e ganha um novo impulso com as contribuições da economia feminista e ecológica, em suas interfaces com a agroecologia. Partindo do reconhecimento das interdependências, busca-se problematizar de maneira conjunta as rupturas produzidas socialmente entre a natureza e a cultura e suas consequências, e, também, a desconsideração da dependência física e emocional do tempo de outras pessoas para garantir a vida humana (HERRERO, 2020).

O trabalho doméstico e de cuidados passa a ser problematizado a partir da divisão sexual do trabalho em suas conexões com a economia, o modelo de desenvolvimento e o patriarcado, incluindo-se aí os conceitos da sustentabilidade da vida humana, que busca explicitar a relação existente entre o econômico, o social e a ecologia (CARRASCO, 2019), sublinhando o conflito capital *versus* vida, que resultam das tensões criadas entre a pretensa separação da produção e reprodução criadas pelo capitalismo e reforçadas pela ideologia patriarcal (OROZCO, 2014).

A agroecologia e a construção do sujeito político feminista

As alternativas apresentadas para superar as diferentes formas de dominação entram na agenda dos estudos rurais. É nesse ambiente que a agroecologia passa a ser analisada como proposição de um sistema agroalimentar

alternativo que afirma a opção pela vida e com um projeto que se pretende antissistêmico, incluindo aí as lutas contra o patriarcado. Na agroecologia afirma-se que as práticas agrícolas das mulheres, os seus conhecimentos e os seus saberes devem ser reconhecidos como parte integrante de um patrimônio imaterial, devido às atividades de preservação e de conservação da natureza que realizam, como a troca e o armazenamento de sementes, a produção, o beneficiamento de alimentos e de plantas medicinais. Indicam também como, em processos de transição agroecológica, elas demonstram maior adesão à conversão dos sistemas produtivos sustentáveis e exercem um papel importante no convencimento dos demais membros das unidades produtivas e da sua vizinhança para abandonar práticas que degradam a natureza, especialmente o solo e a água (SILIPRANDI, 2015).

A agrobiodiversidade, uma dimensão que ganha centralidade no novo modelo de agricultura gestado a partir da agroecologia e que é definida como o resultado da interação entre as condições ecológicas, os recursos genéticos e os sistemas de gestão acionados pela população a partir dos conhecimentos locais, ganha reconhecimento como uma atividade que é parte do trabalho de preservação/recuperação realizado pelas mulheres camponesas a partir de distintos usos e técnicas e que por sua vez se relacionam com o resgate da sua história, dos seus conhecimentos e da sua identidade (ZU-LUAGA, 2018).

Esses saberes e práticas na produção e beneficiamento de alimentos repercutem na dieta alimentar, bem como na saúde das suas famílias, à medida que a agrobiodiversidade existente em seus agrossistemas possibilita uma dieta variada de vegetais e animais, o manejo de plantas e ervas medicinais; permitem também, o cuidar dos agravos de saúde das suas famílias. As contribuições das mulheres pelas ligações que têm com os alimentos e a cozinha, o cuidado com as crianças e outros membros da unidade familiar, enquanto uma dimensão de cuidados, passam a ser valoradas na agricultura familiar camponesa e na economia rural (GUETÁT-BERNARD, 2015).

Na investida feminista da agroecologia, busca-se analisar e transformar os agrossistemas, mas também ampliar o alcance desse esforço envolvendo o sistema agroalimentar, um esforço ancorado nas transformações permitidas em processos de transição agroecológica. Ao classificar os cinco níveis de mudança no sistema alimentar, Gliessman (2015, 2016b) indica como, no nível 1, verifica-se o aumento da eficiência das práticas industriais/convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos ca-

ros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente; no nível 2, são substituídos os insumos externos e ambientalmente degradantes por aqueles mais renováveis, baseados em produtos naturais e ambientalmente corretos; e, no nível 3, são realizadas mudanças no agroecossistema com base em processos ecológicos, incluindo ajustes no desenho e gerenciamento do local e do tempo para garantir a diversidade na estrutura e no manejo da propriedade. Esses três primeiros níveis descrevem formas de conversão da agricultura convencional em direção à agroecologia que podem ser realizadas nas propriedades. Os outros dois níveis adicionais (4 e 5) vão além da propriedade e se dirigem ao sistema alimentar mais amplo e às sociedades nas quais eles estão inseridos para garantir a soberania alimentar, a justiça e a equidade.

Os alimentos são parte do conjunto de marcadores da vida social, tão bem analisados por Douglas e Isherwood (1979) em sua revisão do livro *O Mundo dos Bens*. A alimentação, como uma dimensão da vida social, foi analisada nas etnografias clássicas, enquanto um valor para as trocas sociais. O estudo dos sistemas agroalimentares ganha novas agendas, nas últimas décadas, com a ascensão da sociedade do consumo e as mudanças nos hábitos alimentares impostas pela expansão dos sistemas agroalimentares globalizados, como também pelos movimentos de contestação e processos de resistências e de resignificação dos territórios locais (CAVALCANTI, 2014) conforme discutidos pelos movimentos feministas, por exemplo.

Para tratar da alimentação além de dialogar com a economia feminista, como já mencionado anteriormente, buscamos apoiar a nossa análise na antropologia da comida e do consumo. Nesse campo de estudos, as relações de gênero passam a ser abordadas mais recentemente, já que, sendo a disciplina praticada em sua maioria por homens, os estudos da magia, sistemas políticos ou a religião foram privilegiados em detrimento do trabalho de preparação dos alimentos, considerado trabalho de mulher. As relações com o corpo, a domesticidade e emancipação das mulheres, bem como a autoidentificação com gênero ingressam posteriormente no horizonte dessa área de pesquisa (MINTZ, 2001).

A antropologia do consumo é uma área em expansão na disciplina desde os anos 1970 que problematiza a relação dos sujeitos, percepções e motivações do consumo como parte da construção social da identidade e da demarcação de fronteiras, gostos, classes, faixas etárias e estilos de

vida, o que já foi indicado por Mary Douglas e Isherwood (1979) como expressão das pontes ou cercas que incluem e excluem indivíduos e acomodam as sociedades em camadas, níveis e grupos. Nosso foco recairá na reflexão sobre as relações de gênero nas escolhas envolvidas na gestão das dietas e o consumo dos alimentos.

Por fim, para analisar as práticas de resistência das mulheres na agricultura como parte integrante da construção de sujeitos políticos feministas, apoiamo-nos na renovação teórica das ciências humanas no final dos anos 80 e na transformação das abordagens antes focadas nos mercados, para analisar os atores sociais, tendo como foco as unidades de produção agrícola e a capacidade de agência dos agricultores frente às pressões do Mercado (NIEDERLE, 2018). Nesse novo ambiente acadêmico, abordagens relativas às transições sociotécnicas, “novidades” técnicas e organizacionais que possibilitam gerar autonomia para a reprodução social ganham atenção, o que foi descrito por alguns autores como uma forma de recampanização (SHANIN, 1987), um tipo de resistência qualitativa que materializa um modo camponês de fazer agricultura (PLOEG, 2008).

A recampanização será considerada a partir da sua articulação com a construção das resistências feministas a partir de Soler e Neira (2013), que defendem a necessidade de uma alternativa que incorpore com centralidade as interações respeitosas com a natureza, relações não hierarquizadas por sexo/gênero no trabalho doméstico e de cuidados, as atribuições socialmente assignadas, bem como as relações de mútuo respeito com outras culturas. Um esforço descrito pelos(as) autores(as) como a construção de um sistema agroalimentar alternativo que considera quatro racionalidades/emocionalidades alternativas: a ecologia, a interculturalidade, a camponesa e o ecofeminismo e que integra a recampanização não apenas do rural e da agropecuária, mas também das cidades, dos lares e da alimentação, uma mudança que quer ser civilizatória (SOLER; NEIRA, 2013).

Analisaremos essas práticas a partir dos processos auto-organizativos que articulam distintos níveis de atuação – territorial, nacional e internacional, e que exigem o reconhecimento de sujeitos políticos. Nesse ambiente, valorizam-se as preocupações e as responsabilidades que as mulheres têm na gestão dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade e a visão sistêmica das suas lutas (GUÉTAT-BERNARD, 2014).

A participação das mulheres no Sertão Pernambucano: o Assentamento Mandacaru

Situado na Região Submédica da Bacia do Rio São Francisco, no Polo Petrolina/PE – Juazeiro/BA, que integra a Região Administrativa de Desenvolvimento Econômico (RIDE) é formada por um total de oito municípios (Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro, na Bahia, e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco).

Dados oficiais registram que a região concentra uma população de 719.641 habitantes (IBGE, 2018), em uma área de 35.436,857 km. A região tem uma história de investimentos públicos que remonta aos anos 50 com os projetos de irrigação, a posterior criação da Codevasf e a implementação da Ride como parte da ação do Estado no reordenamento territorial e promoção de fluxos migratórios em benefício do setor patronal, como discutem Heredia, Palmeira e Leite (2001).

Dentre os principais cultivos da região, destacam-se a goiaba, coco, banana, mas, principalmente, manga, uva e cana-de-açúcar que são produzidas majoritariamente em áreas empresariais nos perímetros públicos de irrigação. O trabalho na fruticultura da região é marcado pela precarização do trabalho das mulheres (CAVALCANTI; BENDINI, 2014) e por importantes distinções de gênero nos processos produtivos e que se apoiam em representações que desvalorizam o trabalho majoritariamente manual realizado pelas mulheres (SILVA; MENEZES; OLIVEIRA; 2018).

O trabalho assalariado também está presente de maneira marcante na vida do assentamento que reúne famílias com estreitas relações com a fruticultura, porque trabalham ou já trabalharam nos seus campos. E que têm uma experiência fortemente vinculada à exposição aos agrotóxicos, que as assentadas da reforma agrária identificam como uma estratégia voltada para “*tirar lucro em cima da sua morte*”. Frequentes dores de cabeça, alergia, intoxicação e ânsia de vômito pelo contato e cheiro do enxofre nos corpos gotejados pela cabeça ou mais indiretamente pelo manuseio inadequado das roupas, uso de garrafas para consumo de água após manuseio de veneno, práticas naturalizadas que se deparam com a falta de reconhecimento do setor patronal frente a atitudes de autoproteção das assalariadas, bem como a negação de acidentes de trabalho, até mesmo quando grávidas.

O assentamento se constituiu como importante alternativa de melhoria das condições de vida e trabalho, pelo alargamento das possibilidades de geração de renda:

... aí surgiu a horta desse projeto de nós fazemos o plantio de horta orgânica. E essa horta foi a minha salvação, que aí eu que já estava há um bom tempo sem trabalho, e o único trabalho que aparecia era de uva e eu não podia trabalhar porque era alérgica ao produto da uva. Então depois dessa horta, eu passei a trabalhar na horta, a plantar e também a conhecer as feiras livres pra gente vender a nossa produção... (Nivalda).

Localizado na zona rural de Petrolina-PE, às margens da rodovia BR 407, em área de sequeiro no entorno do Perímetro Irrigado Nilo Coelho (PINC), o Assentamento Mandacaru foi originado a partir da ocupação de uma fazenda em 1999 que veio a ser reconhecida como área destinada à Reforma Agrária apenas em 2001, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sem contar com os recursos de irrigação usados na fazenda. Na ocasião, foram assentadas 70 famílias, em sua maioria ex-trabalhadores(as) das fazendas dos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro.

Os(as) assentados(as) em sua maioria provenientes de municípios próximos da Ride, são expressão de um processo migratório provocado pela implantação desse polo de desenvolvimento. Um movimento compreendido por Sassen (2016) como uma estratégia de expulsão dos mais pobres e por Levien (2014) como um processo de desapropriação. Estudos indicam como entre 1960 e 2010 meio milhão de habitantes foram incrementados na população de Petrolina e Juazeiro (SCOTT; SANTOS; SOUZA, 2015).

Problemas na qualidade dos solos pela aridez do clima, restrições de acesso ao perímetro irrigado, ausência de transporte público e a discriminação da população fazem parte da história dessas famílias assentadas.

No Assentamento, há quatro áreas de produção ativas, aquela que resulta dos plantios e criações no *Muro* (quintais produtivos), a do manejo da área do meio hectare que está voltada para o autoconsumo, a produção de hortaliças na horta comunitária e a área de plantio coletivo de uva para a comercialização. A experiência do Assentamento Mandacaru corresponde aos níveis 2 e 3 segundo classificação proposta por Gliessman (2015) à medida que parte das áreas produtivas, especialmente a horta e o plantio de uvas, tem promovido uma transformação maior na direção de uma agricultura sustentável, enquanto as demais áreas enfrentam maiores desafios em função das restrições de acesso à água e insumos próprios.

Várias mulheres do Assentamento Mandacaru participaram da Marcha das Margaridas em Brasília e para garantir a sua participação promoveram ações de mobilização e finanças. Algumas integram a comissão de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, outras são delegadas de base, ou do grupo da terceira idade e há ainda as que integram o grupo de jovens.

No território, há uma importante organização econômica orientada para a transição agroecológica com forte protagonismo das mulheres, sob iniciativa do movimento sindical e ONGs, aglutinadas na rede de agroecologia com presença destacada da Univasf, conforme analisado neste volume. Elas também têm participação ativa em organizações locais de caráter misto (mulheres e homens), como é o caso da *Associação do Assentamento Mandacaru* cuja presidência é exercida por Ozaneide Gomes dos Santos. A associação foi decisiva não só para a conquista da terra mas também para o conjunto das iniciativas de organização econômica e de infraestrutura, a exemplo do recente acesso aos benefícios do perímetro irrigado após 20 anos de negociação com a Codevasf, e também para o envolvimento nas lutas pela terra e outros direitos na região e no país.

A primeira organização de mulheres no Assentamento foi o *Grupo de Doce e da Polpa*. Também veio a ser criado depois o grupo de artesanato, que não será aqui abordado por se tratar de um grupo produtivo não agrícola.

Em 1999, um grupo de 16 mulheres criou o Grupo de Doce e da Polpa. Sob a coordenação de dona Maria Luiza, mais conhecida como Luiza, mãe de Ozaneide. Ela aprendeu a fazer doce na sua infância, quando ainda tinha oito anos de idade, e hoje orgulha-se de ter ensinado esse saber e prática para as demais mulheres. As atividades foram iniciadas sem apoio do Estado, mas contaram com projetos da Pró-reitoria de Extensão da Univasf, doações de produtos e equipamentos adquiridos com a venda dos produtos. A infraestrutura disponível hoje foi viabilizada posteriormente com recursos financeiros do Apoio Mulher, uma modalidade do crédito instalação garantida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a implantação dos assentamentos, destinada ao apoio à organização econômica das mulheres assentadas da reforma agrária.

O grupo produz cocada, doce de banana, xique-xique, doce de coco, de goiaba, de casca de laranja, polpas de caju, tamarindo, manga e acerola. A produção foi potencializada após ações de capacitação para evitar perdas e diversificar a produção. A normatização das instalações exigidas pela vigilância sanitária do Ministério da Agricultura não são adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa, como bem discute Krone (2018). Tais exigências tolheram

o desenvolvimento do beneficiamento de doces, e o grupo sofreu uma interrupção das suas atividades, mas, há sete anos, retomou a produção. O grupo comercializa sua produção na feirinha situada na sede da Codevasf, no IPA, em eventos, e em programas de compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa de Alimentação Escolar – PNAE), também para restaurantes e casas geriátricas, além da participação na feira *Agrinordeste*.

A fruta utilizada para fazer os doces vem das áreas de produção do assentamento e o lucro com a venda é dividido em partes iguais. Recentemente, foram adquiridos novos equipamentos tais como a panela mecânica, despolpadeira e uma seladora maior. Embora essas mulheres contem com uma rede diversificada de espaços para a venda dos produtos, ainda enfrentam problemas na comercialização. Trabalham de forma exaustiva, e por vezes têm de complementar a matéria-prima com aquisições no mercado quando atendem a pedidos sem um prévio planejamento.

Grupo da Horta e a transição para a agroecologia

A Horta Comunitária do Assentamento também é uma iniciativa das mulheres. Foi conquistada após conseguirem financiamento de infraestrutura com o Pró-rural² que à época não financiava empreendimentos desse tipo. As mulheres vivenciaram um processo demorado para materializar essa conquista, que envolveu a apreciação do Conselho de Desenvolvimento Rural de Petrolina, e enfrentamento dos desafios para conseguir adesão e espaço no assentamento, após resistências de lideranças masculinas:

... aí quando veio pra comunidade pra dizer para esse pessoal o que a gente queria fazer agroecológico e orgânico. Menino! Foi uma confusão porque o povo dizia que não dava certo, que nunca tinha visto, é porque vocês num estiveram aqui... Seu Vicente na época já tinha sessenta e três anos, pra... convencer ele e eu sabia que tinha que convencer ele porque era uma pessoa mais velha, influente e na época era da diretoria da associação e aí convenci, ele disse: – minha filha, isso num vai dá certo não, mas tudo que eu trago ele ... reflete e faz, e aí eu sei que consegui, aí com seu Vicente vieram todos. (Ozaneide Gomes dos Santos)

2. O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) é um programa de fomento, que resulta de um acordo de empréstimo entre o Banco Mundial e o Governo Estado de Pernambuco, e se vincula à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA).

Ozaneide, a atual presidenta da Associação do Assentamento e integrante da Comissão Estadual das Mulheres da Fetape, extensionista de uma organização não governamental, integrante da Comissão Estadual de Mulheres Rurais, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e presidenta do CONSEA municipal, foi quem liderou o processo reunindo também outras mulheres. A horta inaugurou novas formas de produzir, valorizando a agrobiodiversidade:

...Tem uma coisa que importante a gente resalta nessa horta são as práticas agroecológicas e não é à toa que eles são orgânicas né, e são orgânicas porque na prática eles fazem as práticas aqui, então vamos lá, aqui eles fazem consórcio, tem couve com tomate, né, ali vocês estão vendo tem coentro plantado, lá na frente tem um coentro novinho plantado com pimentão, ou seja, o espaço, ele é otimizado, o insumo, o recurso, a água é otimizado, plantas que são companheiras produz e trabalha junto, plantas que vão competi você afasta...

Da certificação, aquela planta que tá ali não é à toa que ela tá ali, ela foi plantada, a diversidade de plantas cultivadas, não é só monocultura de coentro, ou só de couve, que são produtos que tem uma procura alta, poderia ser, nós temos local na cidade que é só isso... (Ozaneide Gomes dos Santos).

Na percepção de Ozaneide, essas práticas de consórcio de alimentos, o cuidado com os bens comuns, e a diversidade dos plantios por sua vez garantem também a proteção de ganhos financeiros:

... o quilo da couve a gente tá vendendo para merenda escolar a vinte e dois reais, então se fosse pra dizer assim – o a gente vai produzir só couve, porque realmente financeiramente nos ajudava mais, mas não, a gente tem que ter tudo, até porque a questão do cliente, ele exige que a gente tenha de tudo... (Ozaneide Gomes dos Santos).

Na horta foi implantado o sistema de irrigação após oito anos de funcionamento com recursos próprios. A comercialização é gerenciada de forma

coletiva e a renda obtida com a venda dos produtos é rateada de forma equânime³, conforme observações de campo.

A Horta do assentamento integra uma rede significativa de experiências similares em áreas urbanas e rurais existentes em Petrolina e se vincula a parcerias com instituições federais de ensino e a igreja católica, ainda nos anos 90. O Instituto Federal de Ensino de Petrolina buscou associar a implantação das hortas a um trabalho educativo sobre o valor nutricional, econômico e de saúde dos alimentos com a constituição de projetos de hortas comunitárias nas escolas públicas de Petrolina e a igreja católica implantou em outras áreas com destacada atuação de freiras e leigas como a Horta Comunitária São João de Deus.

Das 23 hortas iniciais, hoje entre 8 a 10 delas estão ativas. A prefeitura local relata o envolvimento mais recente da *Monsanto* nestas experiências (embora a qualidade desse envolvimento mereça ser considerada e discutida), e justifica o envolvimento da empresa no apoio à infraestrutura para a sua montagem. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico e Agrário, essas hortas estão aglutinadas na Central de Comercialização de Produtos Orgânicos, que foi inaugurada recentemente.

Inicialmente, havia 17 famílias envolvidas na horta comunitária; atualmente, há 12 famílias e cada uma delas tem cinco canteiros sob a sua responsabilidade. Por ocasião do trabalho de campo, em 2019, trabalhavam cinco homens e sete mulheres. Dificuldades de conciliação com atividades domésticas e de cuidados ajudam a compreender por que houve uma redução na participação das mulheres. Para Maria da Goma, por exemplo, a horta mudou a sua rotina de trabalho. Ela prepara comida à noite e reserva uma parte para consumir no dia seguinte. No sábado arruma a casa, e no domingo vai para a feira que funciona das 3h às 12h da manhã. Seu filho de 32 anos de idade, como nos relata, faz comida, mas não varre, não lava prato.

O desafio de conciliação das distintas atividades produtivas e reprodutivas mostra como a experiência na horta se constitui numa alternativa para gerar renda e promover a transição agroecológica mas também como é geradora de uma sobrecarga de trabalho para as mulheres à medida que a experiência na horta mantém inalterada a divisão sexual do trabalho, como também indicam outros estudos (BEZERRA; SOLER; ROCES; BUTTO,

3. Os primeiros rendimentos obtidos foram destinados para a construção do galpão. Aos poucos, conseguiram ampliar ganhos financeiros, e hoje conseguem obter uma renda que varia de R\$ 800,00 a R\$ 3 mil reais. Algumas famílias conciliam a atividade da horta com outras atividades econômicas.

2019). Essas tensões vivenciadas pelas mulheres foram caracterizadas pela economia feminista como parte de uma dupla presença/ausência que resultam das estratégias, adaptações e escolhas necessárias, após o ingresso das mulheres nos circuitos monetários, cujas formas de organização do tempo desconsideram as demandas das famílias de trabalho doméstico e de cuidados necessários que são fundamentais para garantir a sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2003).

O Agreste Meridional e as redes agroecológicas

O sítio Freicheirinhas integra o município do São João que está localizado no território do Agreste Meridional, uma região de transição entre o semiárido (com predominância de vegetação de Caatinga) e a Zona da Mata (constituída de Mata Atlântica). Em algumas áreas registram-se estiagens e secas sazonais, as chuvas são irregulares e os rios temporários. Há um relevo acidentado especialmente na região do Planalto da Borborema. De acordo com informações oficiais 42,7% vive na área rural⁴ (IBGE, 2010).

A estrutura fundiária é marcada pela presença de pequenas e médias propriedades, com predominância da policultura e da pecuária extensiva (ANDRADE, 2005). Os estabelecimentos da agricultura familiar contabilizam 2.259, suplantando em número os 490 estabelecimentos da agricultura patronal, incluem famílias assentadas da reforma agrária e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

Esse território é conhecido pelas atividades de produção leiteira, ocupa o segundo lugar nessa atividade no Nordeste, implantada ainda no período de colonização holandesa com os engenhos de produção de leite que se mantiveram até os dias atuais. A partir dos anos 1930, o Estado, especialmente o governo estadual, atuou com políticas públicas em distintas áreas da produção e distribuição do leite, incluindo aí a criação da Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco, a Cilpe, no final dos anos 50, que foi adquirida pela Parmalat no final dos anos 70. O setor recebeu o incremento de capital, também, de outras empresas (Cemil, Batavo e Notaro), mais recentemente. Todas as empresas transformam produto *in natura* de micros e pequenos produtores de leite do Vale do Ipojuca, Vale do Ipanema e da Região Serrana de Garanhuns. A agricultura familiar depende

4. A população do Agreste Meridional, segundo o Censo do IBGE 2010, equivale a 587.086 habitantes, dos quais 257.840 residem na área rural (IBGE, 2010).

da venda dos seus produtos a essas empresas, que determinam o preço (CORREIA, 2012)⁵.

As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pecuária. Apesar da importância dessa atividade econômica na região, o município de São João não figura na área envolvida na produção de leite, mas no cultivo e comercialização do feijão, com forte presença de minifúndios e escassa tecnificação. No passado, a cultura predominante na agricultura era o café:

... Esse café tem um setor aqui que se chama, né, Flexeiras, faz parte aqui do município e lá ainda tem plantação de café, agora menos, né, porque os grandes assim, fazendeiros da época, aí, faleceram, aí, os pais, os filhos... Os filhos não quiseram dar continuidade aí... Eu acho que já tem uns, uns vinte anos ou mais, acho que uns trinta anos que migraram para o feijão...

Atualmente, segundo informações da Secretaria de Agricultura, São João, assim como as demais áreas rurais do Agreste Meridional, depende da agricultura familiar, que explora principalmente o feijão, o milho e a mandioca, culturas que apresentam grande relevância socioeconômica para a região.

... porque as duas culturas que a gente tem aqui é o feijão, é o milho né, que é mais forte e o resto da cultura é uma cria de um animal, uma cultura de subsistência mesmo e a mão de obra é muito forte, né, porque tem várias plantações de mandioca né, que é... Faz a farinha e os derivados, né, da mandioca, e é isso que dá uma certa sustentação, quando não tem o feijão e o milho, aí o pessoal planta mandioca para sobreviver... (Azenaldo Paz de Lira, Secretário de Saúde).

São João foi afetado por uma seca que perdurou sete anos, depende do abastecimento de carro-pipa, que é fornecido pelo Exército. E não conta com tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, a exemplo das

5. Essas empresas adquirem um volume de equivalente a 100 mil litros/dia oriundo de produtores com média de produção leiteira entre 50 a 100 litros/dia.

cisternas. Situação que ocasionou uma perda estimada de 60% da produção de feijão e uma elevação do custo de produção em 2018.

O acesso à água também é objeto de transformações importantes em consequência do modelo agrícola adotado. Nas áreas mais próximas da Mata Sul, registra-se desmatamento e a perfuração de poços artesianos, voltados para a exploração agrícola, em especial, para a produção de tomates e hortaliças com uso de agrotóxico, o que provoca o esvaziamento e poluição dos mananciais de água.

A agricultura no município depende de insumos externos e de atravessadores. Para o caso do feijão, por exemplo, principal cultivo da região, embora parte das sementes sejam próprias, armazenadas da última safra, os plantios dependem de sementes adquiridas a partir da distribuição do IPA, e da compra a atravessadores, além daquelas aquisições realizadas com outros produtores e feiras da região ou mesmo pela internet, de variedades melhoradas de outros estados do Brasil.

Também no abastecimento do feijão há outras formas de dependência, já que, apesar do grande volume de produção daquele grão na região, as empacotadeiras existentes no território realizam o beneficiamento muito mais do feijão adquirido em outros estados brasileiros (Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo etc.) do que do Agreste Meridional (BALENSIFER, 2019).

Esses tipos de dependência também definem os cultivos. Embora levantamentos realizados apontem a existência de 35 variedades de feijão, as presenças de mercado estão presentes fortemente e nos ajudam a entender por que variedades de feijão preto, carioca e mulatinho totalizam 64,41% dos cultivos, e apenas 35,59% equivalem a feijões crioulos (BALENSIFER; SILVA e SOUZA, 2018).

A pesquisa realizada por Balensifer (2019) indica que há uma forte presença de **atravessadores** na região; são pessoas do sexo masculino, com ensino fundamental incompleto e provenientes de municípios da região (Bom Conselho, Capoeiras, Garanhuns, Lajedo, Paranatama e São João) e realizam compras de feijão nas feiras, nas propriedades dos agricultores e nos mercados públicos municipais. Praticam essa atividade há mais de 30 anos, e adquirem em média de 1.000 a 10.000 sacos de feijão por ano/safra.

Em São João, as estimativas fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura dão conta de uma produção de feijão em 7 mil hectares de terra, que resultam numa produção de aproximadamente 20 sacos de feijão

por hectare. Em 2018, houve uma perda estimada de 60% da produção de feijão, em função da estiagem que ocasionou uma mudança no custo. As atividades da agricultura familiar se mantêm apesar do êxodo rural, das dependências das políticas sociais e dos benefícios previdenciários, especialmente da aposentadoria. Há pouca assistência técnica e registram-se problemas dos solos, devido às práticas agrícolas inadequadas e o uso de agrotóxicos, como relata o secretário de saúde Azenaldo Paz de Lira.

... nós somos um município agrícola, né, e somos um dos maiores produtores de grãos de PE de feijão e, assim, aqui há um uso realmente de agrotóxico, é feito de forma que eu vejo até, de forma irregular, né, por mais que a gente tem equipes para orientar, tanto a secretaria de agricultura como a de saúde da família ... porque é uma população que não tem um certo esclarecimento, né. E mesmo quando tem existe aquela cultura e teimosia de não usar os equipamentos, o EPI é de forma adequada, né, que possa evitar uma contaminação, de você contrair alguma doença, é por via respiratória ou de outra forma, né? A gente tá sempre é preocupado... Na dosagem, por mais que eles tenham indicação de um agrônomo ou até por via bula, né. Eles têm um costume, às vezes, a população de dizer quem é pouco leigo, de dizer que aquela dosagem não é suficiente. Tem que botar mais! E o não uso do EPI é uma das coisas que é muito complicado para os agricultores....

A Secretaria de Saúde atribui esses problemas às empresas produtoras de agrotóxicos e relata o cotidiano nos serviços públicos de saúde:

... a indústria em si tá preocupada em vender, ela não tá preocupada em manter, né?... outros já chegaram mesmo sem ter o óbito, mas chegaram aqui e é com um certo risco de vida por ingerir esses agrotóxicos que é usado no dia a dia com eles, não tem certo controle né!... (Azenaldo Paz de Lira, Secretário Municipal de Saúde).

O acesso precário e a qualidade da água resultam da depressão topográfica que agrava a erosão e causa salinização, além dos problemas ambientais já mencionados que foram gerados pelo agronegócio nas suas cercanias. Após

monitoramento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde nas grandes fazendas de gado e nos empreendimentos de horticultura em expansão no município:

Muitos fazendeiros eles desmataram né há tempos atrás pra criar o gado em si e de certa forma isso tá afetando, o que é que tá acontecendo hoje?! Muitos poços perfurados e lá é uma água nobre, uma água doce, uma água bem gostosa mesmo de usar até sem um tratamento, aí como eles estão perfurando, pra quê?! Plantação às vezes de tomate, de horticultura, né? E aí isso vai tá secando as águas ... (Secretaria Municipal de Saúde)

Os desafios enfrentados para garantir o consumo da água em São João estão estreitamente associados à atuação do modelo hegemônico de agricultura em curso e à falta de cuidados com a preservação dos mananciais.

... por que nossas águas elas tão cada vez mais sendo poluídas e devastadas, né?, porque é muito preocupante você criar num setor rico em água, você criar, você ter tá cavando poços porque a água floral e hoje aí cava, aí com 20 metros não dá, aí depois vai aprofundando até atingir aquela quantidade suficiente e isso... pra você ter uma certa área de terra, hoje, você tem que implantar 20% de plantações de grande porte, né, pra até que as águas voltem a florescer, porque uma coisa que me preocupa muito, aqui, a nossa região aqui que chama região da mata, ela era rica muito rica em água como região da mata. É aonde floresce mais águas, né, lá que fica por esse setor aqui, muitas árvores aí têm rios, né, água de nação... (Azenaldo Paz de Lira).

Embora prevaleça um modelo insustentável de agricultura, há importantes práticas locais de resistência. As famílias praticam uma agricultura de subsistência, com suporte de distintas formas de solidariedade entre vizinhos, como a doação de mudas e troca de sementes.

Essa forma de organização da produção deu origem a uma importante organização da agricultura familiar de caráter misto: a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, criada em 2001 e sediada em São João. Inicialmente, apoiaram os agricultores para obtenção do financiamento da

produção para o custeio da produção e apoio para análise e manejo do solo. As atividades ganharam novo incentivo com a criação do “Programa Territórios Produtivos do Feijão” – parte de “Territórios Produtivos de Pernambuco, que busca apoiar a organização e comercialização de produtos; atuou nas 12 regiões de desenvolvimento (RD’s) de Pernambuco, sob a coordenação do Prorural; promoveu a formação de 47 territórios produtivos com atividades agrícolas, pecuárias e não agrícolas. No agreste meridional o Território do Feijão está sob a coordenação da Coopaf e envolveu 11 municípios: Angelim, Calçado, Canhotinho, Jucati, Jupi, Jurema, Lajedo, São Bento do Una, São João, Garanhuns, Ibirajuba, representados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs e Prefeituras Municipais por meio de suas Secretarias Municipais de Agricultura (Prorural, 2012).

A *Coopaf* ampliou a sua infraestrutura com novas instalações, reforma da sede e aquisição de equipamentos para beneficiamento de produtos e tem a intenção de promover uma diferenciação do mercado convencional, com o empacotamento do feijão de variedades crioulas tradicionais do território para abrir novos mercados para a agricultura familiar. Uma aposta incentivada pela Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco, a Reagro.

No ambiente da REAGRO se constituiu em 2015 a Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede Semeam, que por sua vez resultou de um processo anterior de articulação na primeira e na segunda Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional, realizada no bojo das iniciativas de promoção de práticas agroecológicas do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar e Camponesa, o Núcleo Agrofamiliar, da Universidade Federal do Agreste – Ufape. O objetivo é resgatar o uso e conservação das sementes crioulas e fortalecer a agrobiodiversidade do território por meio de ações de formação e organização⁶.

As Casas e Bancos Comunitários de Sementes são organizações da sociedade civil e têm fortes vínculos com associações comunitárias dos moradores. Muitas

6. Dentre as atividades de resgate, conservação e uso de espécies e variedades crioulas, a rede realiza levantamentos, quantificação e registro de variedades além da multiplicação de variedades mais ameaçadas de extinção com o apoio do Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia (GEMA) do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA). A *Rede Semeam* vem estimulando a criação de roças comunitárias anuais, realizadas em regime de mutirão com o objetivo de fortalecer o trabalho coletivo, solidariedade para o resgate de variedades locais e aumento de estoques dos bancos de sementes, além de ampliar as possibilidades de comercialização com fundos para infraestrutura dos bancos. A iniciativa da *Rede Semeam* integra também ações de assistência técnica e extensão rural realizadas por organizações não governamentais (BALENSIFER, 2019)

delas foram incentivadas pelas “Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s” da igreja católica no Nordeste do Brasil na década de 1970 como estratégia de ampliação da autonomia camponesa. Em 2016, ganharam reconhecimento e foram potencializadas como estratégia de convivência a partir da iniciativa da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que apoiou 600 unidades de casas e bancos comunitários de sementes (BCS) em nove estados brasileiros, com o “Programa Sementes do Semiárido”, além de ampliar a autonomia na aquisição de insumos, promove a manutenção das variedades de culturas agrícolas e garante plantios no período mais adequado. (BALENSIFER, 2019)

No Agreste Meridional de Pernambuco, o programa implantou 14 BCS no ano de 2016, que somados a outros dois bancos formados com apoio do Grupo de Agroecologia do IPA (GEMA) e da Rede Semeam, compõem o conjunto de 16 BCS existente em sete municípios. Em São João existem três: 1) Banco Comunitário de sementes do Sítio Aroreira, 2) Casa de Sementes São Francisco de Assis do Sítio Cachoeirinha dos Carvalhos e; 3) Casa de Sementes Comunitária da União do Sítio Cachoeirinha dos Emídios. Em São João, essas experiências são constituídas majoritariamente por mulheres. Os feijões resgatados são leite, preto bala, vermelho (conhecido por eles como crista galo), o gordo, lagartixa, rosinha etc.

Em São João, há uma grande variedade de feijão crioulo. Levantamentos realizados apontaram para a existência de 35 variedades de feijão mulatinho⁷, petro⁸, comprido⁹, redondo¹⁰, rosinha¹¹, e outros. A pesquisa identificou seis novas variedades de feijão, duas delas em São João (Sempre Assim e Carioca Miúdo Antigo – carioquinha). (BALENSIFER; SILVA; SOUZA, 2018).

Nas áreas investigadas houve uma perda importante na variedade do feijão e da mandioca com impactos nos hábitos alimentares. Antes, era comum a produção dos feijões de leite, pretos, favita rosa, enxofre e outras variedades do feijão macassar; agora, existe uma predominância do feijão carioca, branco e preto. Anteriormente, a cultura da mandioca era extremamente forte e se constituía também numa das atividades econômicas principais na região; hoje, quase não há mandiocas “cambadinhas”: a produção con-

7. Bage rosa/bico de ouro, boi deitado, manteiga, mão curta, mulatinho legítimo, palinha, rim de porco.

8. Preto Costa Rica, preto quibabinha, preto mulatinho.

9. Canarinho, chitadinho, crista de galo/agulha, lagartixa, mulatão, pau, pau branco.

10. Bala branco, enxofre, favita, fogo na serra, gordo, leite, preto bala.

11. Café, carrapatinho, crainha, lavandeira, olho de cabra, vermelhinho, fogo na serra (roxo).

centra-se nas mandiocas pretas, usadas para venda da raiz para as casas de farinha. Um outro importante sinal da mudança está nas transformações dos hábitos alimentares, com a diminuição do consumo da farinha. Registraram-se o fechamento de muitas casas de farinha, e hoje existem apenas 10 em funcionamento, das 30 elencadas pela secretaria municipal. Uma atividade produtiva que contava com o trabalho das mulheres.

A diminuição da produção desse tubérculo está associada à introdução do arroz na dieta alimentar em substituição da mandioca, adquirido no mercado varejista. Ocorreu o mesmo com omilho(cuscuz) e o consumo do frango produzido em sistema de integração entre empresas do setor com a agricultura familiar do município em detrimento da galinha caipira, bem como o consumo de refrigerantes em substituição às frutas, além de outros alimentos ultraprocessados. Isso confirma evidências proporcionadas por estudos que indicam a direção da padronização alimentar no mundo. Em dietas que incluem tubérculos e cereais, uma característica regular do aumento da renda é a diminuição de tubérculos e aumento do consumo de cereais, uma transformação que gera consequências para a saúde (MINTZ, 2001).

Devido a essas mudanças, é importante registrar o esforço voltado para a recuperação de variedades de espécies vegetais do feijão com os bancos de sementes. Tal prática é importante, embora que ainda muito incipiente e exercida em áreas em que também associam o uso de agrotóxicos.

... pra produzir mesmo quando a gente fala: você vai plantar? Vai, mas não é pra tocar, nem chegar perto do veneno, não é pra plantar nem perto da sua roça o veneno, porque aqui ele não bota, mas ali ele bota e às vezes tá muito perto... (MARGARIDA).

Essas experiências integram distintos processos de transição agroecológica no município como explica Margarida Maria Neves Barreto, presidenta do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

As mulheres na agroecologia em São João

Um significativo processo de auto-organização das mulheres na agroecologia está em curso na região, e ganha expressão na participação da feira agroecológica intermunicipal – a agrofeira. As mulheres predominam

como feirantes, e vendem uma importante variedade de alimentos, plantas medicinais, ornamentais, e produtos de origem animal, além de produtos beneficiados como pães, bolos, temperos e doces. Participam ativamente na gestão desse espaço de comercialização, bem como na Rede SEMEAM no resgate de sementes crioulas do feijão e da fava.

As iniciativas de auto-organização das mulheres em São João foram estimuladas e protagonizadas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), como também pela Fetape, conforme descritos por suas lideranças no capítulo anterior.

O MMTR-NE incentivou o grupo Flor de Açucena. O grupo, que tem como foco a criação de uma consciência e organização política das mulheres, deu seus frutos ao ver várias mulheres por sua influência ocuparem cargos de presidência em associações e sindicatos. Apesar de conquistarem cada vez mais espaços, as mulheres ainda enfrentam dificuldades decorrentes do machismo que predomina no movimento sindical e em órgãos públicos, como se pode observar, pela exclusão delas da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), espaço de participação social, que tem uma história associada à criação das associações comunitárias constituídas por um ou mais povoados do município¹² onde as mulheres predominam.

A agroecologia foi incluída na pauta do MMTR-NE em São João a partir da inserção do grupo Flor de Açucena nas atividades de formação do movimento e no envolvimento nas atividades promovidas pelo Núcleo de Agroecologia (Agrofamiliar) da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

Em 2015, Joseane, uma das filhas da família de dona Maria e seu Zuza, teve contato com o MMTR, e, a partir desse contato, o grupo e todas as suas mulheres uniram-se ao movimento, conquistando mais visibilidade,

12. Atualmente existem 13 organizações comunitárias em pleno funcionamento, todas elas em áreas rurais, mas já foram registradas 27 e algumas também em áreas urbanas. A composição do CMDR inclui a igreja católica, órgãos governamentais (Secretaria Municipal de Agricultura e IPA) as associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João e a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar (Coopaf). Dentre as atividades desenvolvidas ou que contam com envolvimento do CMDR registram-se os projetos do Pró-rural, especialmente: terreiros de secagem e construção de banheiros, na implantação de cisternas por meio do Projeto Dom Helder Câmara, no Programa Agroamigo do Banco do Nordeste Brasileiro – o BNB, na execução do Programa Minha Casa Minha Vida. E no programa municipal denominado *Terra Pronta*, por meio das associações comunitárias também contam com envolvimento nas casas/bancos de sementes. Uma última iniciativa se refere à parceria que envolve a Asa Brasil e a Avis Brasil. Trata-se da implantação do sistema de reuso de águas cinzas – o Bioágua.

e foi inserido no núcleo de agroecologia da Ufape. Isso contribuiu para o despertar de consciência crítica em relação à sua condição de gênero, ao modelo produtivo a ser praticado na propriedade, e adesão à produção agroecológica.

O grupo produtivo “Flor de Açucena” foi criado para gerar renda. Inicialmente, produziam o doce de tomate, e foi se expandindo com a produção de licor, para mais tarde ingressar nas atividades artesanais, e prosseguiu com a venda de hortaliças¹³. Enfrentaram desafios internos para fortalecer a organização econômica e tensões com movimentos sociais parceiros, além dos elevados custos da energia necessária para garantir a irrigação; a interrupção do apoio inicial da igreja no transporte para fazer acompanhamento das mulheres no campo, somadas às restrições de acesso às políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), da ausência de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além das barreiras para se manter no espaço de comercialização conquistado na feira da Reagro.

A família de dona Maria e do seu Zuza

Dona Maria e seu Zuza têm sete filhas mulheres e treze netos. Três delas residiam na casa do casal, e foram entrevistadas, além da neta, Lívia. Originários de Canhotinho, mudaram para São João e moraram “na rua” por 18 anos. Em 2014, adquiriram a área na Vila Macaxeira do Sítio do Frecheirinhas, onde cultivam hortaliças, verduras, feijão, milho e mandioca. As instalações elétricas os impediam de fixar morada no local, “era debaixo de rede”. Inicialmente, a produção foi destinada à produção de porcos e ovelhas numa área de um hectare e meio, depois houve uma pequena ampliação e foi também complementada com a produção de gado numa área do sítio de Arubeba de tamanho semelhante.

Depois de construída a casa de morada, permaneceram com dificuldades de acesso à água. Para abastecer a casa, vários desafios se impunham: era necessário acordar às três horas da manhã para ir aos centros de distri-

13. No plano local também existe a associação do Sítio do Matão que reúne moradores também do Sítio Dágua da Onça. Criada em 1982, hoje conta com aproximadamente 500 sócios. O foco principal de atuação é o apoio à produção de hortaliças, e também realiza a distribuição do feijão doado pelo governo, e reivindica apoio do poder público para a produção especialmente para aração e adubação da terra para os plantios, acesso à água, redução dos custos da energia elétrica e efetividade da iluminação pública.

buição municipal de água. O uso era destinado ao preparo de comida e a criação de animais. Para lavar roupas, as filhas e a neta de dona Maria usavam um açude próximo da propriedade, após atravessar uma serra, pela caatinga e muitas vezes correr das vacas.

Após dez anos residindo na atual propriedade e enfrentando as adversidades ocasionadas pela falta de água, em 2013, construíram um poço com financiamento do Pronaf Semiárido, quitado cinco anos depois. Avaliam que o custo foi elevado, mas apesar de a água não ter sido tratada e sequer avaliada, asseguram que a saúde da família melhorou, mas nem sempre podem produzir o que desejam devido ao custo de energia demandado para o seu bombeamento. Alternativamente, utilizam uma técnica de gotejamento, uma tecnologia disponível nas redes sociais, que foi adaptada por Luiza, que consiste em colocar uma garrafa de vidro reciclada com água enfiada na terra para irrigar.

A propriedade é dividida entre os membros da unidade familiar, por eles denominada como uma espécie de condomínio familiar, em que cada integrante tem seu espaço de produção, uma variedade de produtos, que vai desde plantas ornamentais às hortas e ao roçado, e à criação de animais. Há ainda um mercadinho para complementar a renda familiar.

Em combinação com as práticas agroecológicas, abandonaram o uso do veneno, os agrotóxicos, embora esses temas tenham motivado conflitos e diálogos na família; os agrotóxicos foram substituídos pela aplicação de compostagem vegetal e utilização de estrume. Para o controle de pragas, são elaboradas caldas. Também desejam implantar a experiência do biogás, que aproveita insumos internos da casa e economiza recursos, uma energia que será complementada com o fogão a lenha no preparo da comida. Também foram abandonadas práticas de degradação dos solos, um conjunto de inovações associadas ao contato de Joseane com a agroecologia:

... uma coisa que eu achava, que eu acho que era muito errado que eu fazia era juntar as sobras de folhas... as bagunça e queimar, aí depois Joseane tava conversando e ela disse que não adiantava fazer isso aí, eu parei de queimar... (seu Zuza).

Há também importante prática de armazenamento de sementes de feijão e milho. Contam com estoques de quatro variedades de feijão: pau, preto,

rosinha e bico de ouro, além de um único tipo de milho. As sementes armazenadas diferem das que são plantadas na propriedade. Atualmente, são cultivados apenas dois tipos de feijão, o preto e o mulato. Anteriormente, para guardar as sementes, utilizavam veneno; há cerca de cinco anos, utilizam garrafas pet para o armazenamento. Às vezes recebem doação mas não participam de nenhum banco de sementes. A preservação das sementes está fortemente associada à figura de dona Maria e não é evidente o envolvimento das filhas. A invisibilidade do trabalho das mulheres descrita anteriormente também está presente na preservação e conservação das sementes, já que a responsabilidade do armazenamento também é atribuída ao seu Zuza, embora a prática cotidiana indique que é dona Maria quem exerce essa atividade.

O munturo e a roça

Os cultivos e a criação de animais contam com dois espaços distintos no agrosistema: o *mnturo e a roça*, espaços que por sua vez também se diferenciam pelos objetivos, características de produção e consumo e dos sujeitos responsáveis. A primeira distinção, relativa aos objetivos, se refere ao suprimento das demandas de autoconsumo, de um lado, o munturo, e a geração de renda de outro – o roçado. Nos roçados observa-se o uso de agrotóxicos como estratégia de superação dos elevados custos que demandariam os cuidados com a terra mas também às características da produção demandadas pelos consumidores nas feiras em que comercializam. Dona Maria José relata:

Vender verdura na feira consumidor são o culpado disso também porque se, vamos supor, ele tá com uma verdura muito bonita mas ele usou veneno e eu tô com uma verdura bem feinha, mas eu não sei. Ele vai vender a dele todinha e eu não vou vender porque o meu tá feio, o pessoal come pela boniteza e não pela saúde e vai oferecer... o pessoal tem a culpa.

No munturo, a produção sustentável proporcionada pelos cuidados com a terra resulta na fertilidade dos solos, qualidade e sabor dos alimentos, atividade sob a responsabilidade das mulheres, destinada para o consumo próprio. O munturo se caracteriza espacialmente como o lugar ao *redor da casa*. É o espaço da proximidade, já que sua principal função é o autocon-

sumo, mas também envolve outros significados importantes. Trata-se de um espaço ambivalente; de um lado, definições negativas, associadas a sentimentos ruins como a raiva e o castigo – o lugar do inferno, o lugar do lixo, daquilo que deve ser descartado, de outro, uma definição positiva: o espaço da força, da fertilidade, da diversidade, do cuidado com a saúde da família em detrimento do mercado, do gosto. Uma ambivalência que transforma o mau em bom. É o lixo, que depois de descartado, ganha força, vitalidade:

... nasce todo tipo de coisa, nasce abóbora, jerimum, maxixe, tudo, tudo, que a mulher joga lá, aí vai nascendo. Joaquim: dá melhor... uma terra mais forte... Aquilo, né, tudo que o pessoal pegava com raiva, aí vai para o inferno, aí era o munturo (risos). Aí joga no munturo, aí terminou aquele munturo ficando bem forte... (Maria José).

Percepções como a de Maria José, apresentada no grupo focal realizado na Associação Comunitária do Sítio do Matão (que também aglutina as famílias do Sítio Freicheirinhas), evidenciam que embora alguns reconheçam o munturo como modelo de produção adequada consideram que a extensão da terra dos roçados e a falta de insumos para a produção impedem o manejo com cuidados necessários para garantir a mesma fertilidade e consequentemente a mesma qualidade. Trata-se de um espaço que envolve uma disputa de sentidos. De um lado, o reconhecimento como espaço de maior produtividade e, de outro, o espaço que impede a produção, aquela voltada para o mercado.

Embora se registre uma associação do munturo como espaço da força, da fertilidade, da produção de alimentos de qualidade, trata-se de um lugar também associado a um impedimento para o desenvolvimento da agricultura orientada para o mercado. O lixo que envolve produtos não perecíveis prevalece sobre o perecível. O reconhecimento do munturo como prática sustentável não é, entretanto, percebido como a possibilidade de um modelo sustentável de agricultura a ser perseguido. A distinção entre esses espaços no agrossistema relaciona-se fortemente com as práticas de alimentação nas comunidades investigadas, **já** que será a produção realizada no munturo que garantirá o autoconsumo.

Essa distinção também fica clara no tipo de plantios realizados. Os cultivos voltados para a geração de renda sob o comando dos homens nos roçados e do autoconsumo sob responsabilidade das mulheres, isso nos ajuda a com-

preender porque o cultivo de grãos crioulos são realizados nesses espaços, como nos relata Margarida Maria Neves Barreto:

... agora nesse projeto da casa de sementes são 20 agricultores inseridos, só 20, e planta só bem pouquinho, né? Porque tem deles: “Não, minha terra é pra eu plantar pra produção” então eu vou plantar crioula aqui no munturo que se diz, numa área bem pequenininha. Aí tamo com 3 anos é de casa de semente e foi plantado três vezes e agora que a gente tá com 5 sacas de feijão armazenado, fora assim as que a gente tem, **né? Mas essa aí não conta, é pra exposição, é pra troca...**

A divisão sexual do trabalho: animais, plantios e a transição agroecológica

Depois de experimentar o trabalho na agricultura na propriedade dos pais, no mercado de trabalho no setor do comércio e a condição de extensionista, e estando no segundo casamento, Joseane relata as estratégias adotadas para alterar a divisão sexual do trabalho que permitiram uma melhor distribuição das atividades no campo da produção mas que não alcançaram a transformação necessária na divisão sexual do trabalho no trabalho doméstico.

A divisão sexual do trabalho separa e hierarquiza as atividades produtivas e reprodutivas (HIRATA, 2003). Às mulheres é atribuído o trabalho doméstico e de cuidados, e a produção voltada para o autoconsumo. Aos homens, a responsabilidade com a adubação, aração da terra, e a infraestrutura necessária para garantir o acesso à água e energia para garantir a produção voltada para o mercado com forte predominância na criação de animais de maior porte.

Dona Maria, mãe de Joseane, tem 54 anos de idade e é mãe de três filhas. O seu relato sobre o cotidiano é marcado pela conciliação de atividades domésticas, de cuidados, no monturo e no roçado, atividades realizadas simultaneamente:

... às vezes eu tô fazendo uma coisa, faço duas, três vezes, duas três coisas num tempo só... agora eu acho que já acostumei isso e com elas, né? eu já acostumei de tá nessa vida, de fazer uma coisa aí cor-

ria, fazia outra assim, eu fazia uma coisa em casa e aí eu tinha coisa por fora, aí eu tinha que aproveitar o tempo que elas tavam dormindo, no tempo que tavam dormindo, observando a água, uma criação, se era pá buscar lenha, se era pá buscar alguma coisa no roçado, fazer alguma coisa no roçado, pegar água que no sítio, eu, as vezes eu fico pensando, mas como era que eu fazia tanta coisa? ... eu num sei não (risos) ... aí eu me acostumei, as meninas ficam rindo, fica falando, mas parece uma coisa que já foi, que eu já me acostumei nessa vida... (dona Maria).

Ao relatar a inventividade tão característica de dona Maria, suas filhas lembram da construção de uma cerca de garrafa pet para impedir que as galinhas avançassem nas terras do vizinho e revelam como a construção de cercas é considerada uma atividade masculina, mas conta com a resolução das mulheres:

... Joseane: o terreno de Jadna tá solta, aí Damião disse que ia resolver isso. Jadna: o meu Deus (risos). Joseane: aqui nós somos Tudo [rindo], porque a gente não espera pelos homens. Jadna: porque se for esperar... (Jadna e Joseane).

Problema de saúde em um dos braços impede dona Maria de fazer força, com isso deixou de criar porcos e agora se concentra na criação de galinhas e no roçado onde planta fava, milho, macaxeira, mandioca, batata, feijão de corda. Ao indagar as mulheres da família sobre as práticas da agricultura na família percebe-se que a preparação e o plantio são atribuídos a seu Zuza e a colheita à dona Maria, mas o relato das práticas mostra que são atividades realizadas de forma conjunta:

Depende do tempo, tanto de um como do outro. ... Luiza: **ele pranta, ele limpa, ele ara, faz o serviço pesado**, agora **pra colher aqui é com a gente, que é maneiro**, né? (risos)... Luiza: ele com a turma, junto com os netos d. Maria: aí junta todo mundo, a gente também, até as meninas. Jadna: até nós mesmo às vezes quando ele vai plantar, diz assim Luiza: dependem, né? Jadna: ele diz assim Luiza: dá pra ajudar, dá pra fazer isso Jadna: aí vamos, aí vai todo mundo de uma vez só

D. Maria: junta todo mundo e faz Jadna: fazer sementeira, aí os meninos vai abrindo os copinhos, aí fura os copinhos, bota o adubo e assim vai. D. Maria: meio que todo mundo junto e assim vai... (Dona Maria, Luiza e Jadna).

As distinções realçadas nesae relato reforçam a análise dos estudos rurais de gênero que indicam a oposição entre leve e pesado nas representações da divisão sexual do trabalho existentes entre camponeses (Carneiro, 1981). A atividade agrícola é reconhecida como um trabalho masculino, percepção que pode melhor ser compreendida pelas distinções de poder de decisão existentes na família durante os processos de tomada de decisão sobre os plantios e colheita na propriedade, como nos mostra o diálogo entre dona Maria e suas filhas e neta:

... é assim, vai plantar, o que vai vender, o que vai comer? Joseane: aí é um processo de briga. Jadna: quando eles tão pra decidir isso, o clima aqui... M: não quera nem saber (risos)... Lívia: todo mundo corre... cada um sai de casa (risos) quem é doido de se meter? Joseane: o doido é ficar (risos). D. Maria: não às vezes a gente combina até a hora de plantar aí quando é na hora da colheita... (dona Maria).

Uma tensão que podemos interpretar a partir de como parte dos interesses antagônicos e a tensão permanente em torno do trabalho e suas disputas, o *enjeu* das relações sociais de sexo (HIRATA, 2003), à medida que a responsabilidade de dona Maria é voltada para o autoconsumo e a do seu Zuza para a comercialização e a geração de renda monetária.

Outras tensões envolvendo a divisão sexual do trabalho também estão presentes na família, entre seu Zuza e dona Maria, e se referem à diferenciação de usos do agrossistema para as práticas agrícolas e a criação de animais:

lá em cima se você ver ali, ali é um roçado de mandioca. Joseane: lá em cima de tudo, lá. D. Maria: na cerca onde tá mais. D. Maria: oi tava uma coisa linda, a maniva, já grande, ele soltou a criação lá. Tá sem maniva, mas a maniva, todo de mandioca debaixo da terra. Aí é uma briga, né? Claro (risos). Aí reclamo, é uma confusão medonha porque podia tirar a maniva e fazer a ração aí depois ele só ajuntou o

restinho da maniva que sobrou e passou foi silo ali. Eu digo é deveria ter ração pra o ano todo, mas... estragou (imita a voz dele com raiva). Aí ele diz e o que é que tem? Né, eu que trabalho? “Tu ver que tá sofrendo e começa”. Luiza: é porque assim a gente trabalha, trabalha, ele só com os bicho lá... (Joseane, Dona Maria, Luiza).

Embora as mulheres da família considerem que seu Zuza plante, are a terra e às vezes também participe da colheita, julgam que a atividade cotidiana exercida por ele no agrossistema é a criação de animais de grande porte (bois, vacas e cavalos):

D. Maria: trabalha e gosta de assistir, de olhar as criação dele comer, cuidar das criação dele, ele bota comida. Lívia: e fica lá olhando. D. Maria: e olha, olha, olha, olha que é uma benção. Ele tem uma vaca, tinha mais, mas deu que assim dá muito trabalho Luiza: por conta da ração também... Lívia: boi... e um cavalo. D. Maria: por enquanto agora é o que tem, né? Lívia: por enquanto... D. Maria: é, tira ração, a formiga, a formiga morde que é uma beleza... (Dona Maria, Lívia, Luiza).

Esse mesmo entendimento conflituoso também está presente na família constituída por Jadna na área utilizada por ela no agrossistema em função da falta de proteção dos seus plantios, como mostra o diálogo com sua irmã Joseane e a mãe sobre a cerca e a circulação dos animais:

D. M: Joseane pensou em prantar, eu digo, oi quer prantar mas você primeiro faça a cerca pra não ter raiva. Aí pronto o marido dela veio fez a cerca, pronto. Tá ali, mas o cavalo, ele soltou o cavalo, tá ali dando umas visitada nas coisa de Jade. Jadna: essas coisa, o meu marido tinha um pordo brabo aí o cavalo chegou a noite por aí, ficou doido em tempo de pular aí lacho a parede da baía D. Maria: e foi? Luiza: a senhora não viu, não... Jadna: aí tiraram o pordo daí, é pela frente, o *pordinho* querendo pular, se ele tivesse pulado pegado o cavalo dele a bagaceira feia, aí foi o meu marido tirou... D. Maria: aí porque eu fico reclamando, aí ele fica brabo, porque ele solta o cavalo, solta as criação dele, medoinho pra soltar por dentro de roçado, num é desse jeito, dá pra criar preso (Dona Maria, Livia, Luiza e Jadna).

A divisão sexual das atividades e do uso dos espaços revelam a dinâmica das relações de gênero na família e se expressam na percepção do que é considerado trabalho e ajuda, como mostra a atribuição do trabalho dos plantios ao patriarca da família, e da ajuda dos outros componentes (filhas e netos).

Jadna, outra filha do casal, decidiu retornar ao sítio da sua família de origem em 2014, quando o seu filho completava nove anos. Com a ajuda do pai, construiu a sua casa. Cuida do sítio e das crianças e afirma cuidar dos porcos e carneiros quando o marido sai, concilia essas atividades com o trabalho doméstico e de cuidados que realiza sem compartilhamento com seu marido:

... como ele sai, aí fica os bicho pra me cuidar dos porco ali, dos carneiro, mais dos carneiro eu não me importo não, porque eu gosto, dos porco eu também gosto... o dia é muito animado... eu já começo sendo a primeira que levanto, a primeira, não, eu e o meu marido geralmente, sendo que eu tenho que ajeitar os bichos e tenho que acordar as crianças pra ir pra escola, o de catorze anos ele faz mais educação então não é todos os dias, é mais a menina de nove anos ela estuda de manhã aí, acorda ela pra ir pra escola, toma café, ajeita os cabelos, que é esses cabelos assim maravilhosos, que de manhã amanece daquele jeito (risos) aí tem que domar o cabelo dela logo de manhã pra ela ir pra escola (riso) aí o tio dela fica resenhando com ela, aí tem fazer a comida que geralmente tem dias que eu preciso fazer a noite, porque eles trabalham em Garanhuns, meu marido e o filho mais velho, aí às vezes eu preciso fazer a noite pra eles levarem de manhã pra não tá pra lá e pra cá... (Jadna).

O cotidiano de Jadna é marcado pela conciliação de trabalhos produtivos e reprodutivos, marcada pela mesma simultaneidade de atividades relatada por dona Maria, vivencia também os mesmos conflitos entre atividades agrícolas e criação de pequenos animais *versus* a criação de animais de grande porte. Seu marido cria os cavalos e também plantava capim para alimentá-los, diante do conflito do uso da área para esse fim, a resolução parcial do conflito foi a retirada dos animais para Garanhuns e a destinação da área para o plantio de capim e alimentos para o autoconsumo na família:

... meu marido trabalha com cavalo... então tudo quanto você imaginar de terra ele quer plantar capim, então ele... plantou esse capim aqui, avançou no meu roçado e foi uma briga com ele... aí depois eu tive que tirar o capim dele do meu roçado (risos)... e tô tirando, tô tirando até... (riso) ocupar de novo... o meu espaço... Agora que eu tô baixando que eu tô, tem essa... avançando o terreno, avança, avança... do lado de lá, ali onde tá aquela panela, a fileira eu fiz, botei até um arame, mas só mesmo pra... não avançar mais, sabe?... ele não avança mais pra lá, aí de lá pra lá é onde eu trabalho com minhas frutas, minhas coisas. É muito mais capim. Esse espaço aqui eu tô deixando porque a gente vai fazer um chiqueiro, aí um capim pras galinhas, pra completar um pra fazer um chiqueiro aí... ele plantou até aqui em cima o capim, aí eu digo não, eu preciso da minha roça tudo, tem que ter meus espaços pra plantar as coisas... (Jadna).

Apesar da sobrecarga do trabalho de cuidados, Jadna realiza uma gama importante de cultivos de plantas, especialmente no *lerão*, onde cultiva ervas, temperos, cebola, limão, manjeriço, tomate-cereja, couve, coentro. Também produz frutas (banana, goiaba, laranja cravo, laranja ponkan, siriguela, acerola, laranja mimo) e planta macaxeira e batata, principalmente para o autoconsumo. Não gosta de carne, o que determina o seu afastamento do cuidado dos animais quando o marido está presente.

Os cuidados dispensados com o seu grupo familiar se estendem para os demais membros da sua família de origem e também para a sua vizinhança. Jadna realiza práticas de cuidados de saúde para sua mãe, a exemplo do uso do chá de couve com limão para o tratamento do colesterol, que fora descoberto a partir das habilidades de pesquisa na internet desenvolvidas por Luiza, sua irmã, e de mulheres da vizinhança, especialmente que acusam problemas de depressão. Usa o chá de gengibre e folha ou flor do maracujá. Ela descreve as propriedades das plantas, seus efeitos positivos no tratamento dos agravos à saúde e os usos distintos de cada parte das plantas, reforçando o papel que exercem na preservação da biodiversidade.

O conflito entre a criação e a agricultura que as mulheres da família de dona Maria relatam também deve ser compreendido a partir dos usos do cavalo. Elas não costumam usar os cavalos e nem praticam vaquejadas, que são muito comuns na região. Joseana e um grupo de mulheres se desafiaram a criar o primeiro grupo de mulheres, com essa finalidade, mas essa prática não integra uma

tradição no Agreste e a assim como as mulheres da família de dona Maria, reclamam das dificuldades de uso desses animais:

D. Maria: aí o cavalo termina ficando, andar de carroça o cavalo não anda, aí ele pega solta cavalo, o cavalo fica selvagem (risos)... aí nós ficou (risos)... é muito engraçado... não é porque a gente ficou sem ter como ir na rua, bota o cavalo, nós precisou ir na rua, eu e ela, botou a carroça e o cavalo não saia de jeito nenhum Lívia: o cavalo ficou espantado e ela em cima da carroça gritando: segura o cavalo! segura o cavalo! só que ela mesmo tava puxando o cavalo (risos). Lívia: e eu e tia assim. Jadna: tava ali na estrada e ele não deixou eu subir, aí gritou: esse cavalo tá prestando pra ir pra rua não! que ontem ele tava baixando os carro com Miro, que é o marido de Joseane e Mané, se com Miro e com Mané ele tava baixo com tempo de bater nos carro. Jadna: aí vamo eu e a senhora, não deixa aí vamo a pé, aí chamei meu menino que tinha pedido pra ele selar, aí tira a carroça Artur, que nos num vamo mais não D. Maria: aí eu reclamo, né?... quando é pra servir? Cadê... aí Joseane, olha ele disse porque, não sabe porque, porque ele anda no cavalo e o cavalo é manso e os outro vai andar e o cavalo é brabo (dona Maria, Lívia, Jadna e Luiza).

As mulheres, novos hábitos de consumo e a (in)segurança alimentar e nutricional

As práticas de alimentação, descritas a seguir, levam em consideração, de forma mais aprofundada, o caso do assentamento Mandacaru. Analisamos o fluxo de alimentos consumidos pela família, distinguindo os que provêm da produção própria e os adquiridos no mercado, as influências externas na alimentação e a convivência do tradicional e do moderno.

Os atuais assentados enfrentaram a insegurança alimentar e a fome no processo de ocupação da terra, que foram, aos poucos, sendo superadas, com o fortalecimento da organização econômica e a consequente ampliação de renda no assentamento:

... quando a gente chegou aqui as coisas eram difícil, porque como falei no começo, ninguém podia trabalhar e aí um senhor lá, que ele é, é, fiscal, né, da feira... e ele trazia aqueles ossos e doava pra gente os osso... tinha uma barragem muito grande ali e daquele pé pra lá tinha

uma barragem muito grande e quando chegamos ela tava cheia... tinha muita piaba, pegava o monte de piaba, espremia assim e comia, hoje em dia ninguém come mais essas coisa... traziam coisas vencidas como bolacha recheada e nosso sítio comia e graças a Deus num tem mais essa necessidade de comer essas coisa... (Luiza).

Passados 21 anos da existência, o assentamento ainda enfrenta limites na produção e consumo de alimentos, e a indisponibilidade de água do perímetro irrigado. Sem acesso à água, os lotes ficam improdutivos, a produção do assentamento se concentra no chamado meio hectare que fica na vila, em área próxima às residências, e da horta da produção de uva orgânica.

Nos quintais das casas da vila do assentamento há restritos espaços de cultivo voltados para o autoconsumo, que costumam ser nomeados de *muro*. Esses espaços assumem funções similares aos monturos do agreste meridional e dificuldades derivadas da falta de acesso à água.

Os alimentos produzidos na horta não são consumidos pela maior parte das famílias. Uma parte importante dos alimentos consumidos é adquirida no mercado, dentre os quais os ultraprocessados – as chamadas *comidas de preguiçoso*, que foram sendo introduzidos em função dos gostos modernos.

Embora com restrita autonomia, as mulheres exercem a gestão das dietas em suas famílias. Há distinções no gosto das crianças. Algumas delas apreciam o consumo de verduras, frutas, farinha de mandioca, entre outros alimentos da dieta alimentar tradicional, mas os vários hábitos herdados dos seus antepassados, de preferências alimentares e formas de preparo, são geralmente alterados em função de uma adesão dos demais integrantes das suas famílias aos “gostos modernos”:

... Bolo de fubá, mandioca eles num gosta, diz que fede... (risos). Que num foram criados... Eu vi isso muitas vezes, comi muito! Tanto bolo, como mingau feito com rapadura, com leite de cabra, que minha mãe fazia... nós comia era muito, e achava gostoso... eu dei pros meus filhos tudinho... Mas eles num come não... a gente aí nessas empresa aí sobra muito num é, macaxeira e eu levo pra casa pra botar de molho pra fazer a puba e eles “mãe, tire isso aí que tá fedendo demais... a gente pega ela, e bota com água na cuba aí ela tem um cheirinho assim... aí vira aquela massa e tem um cheirinho, mas na verdade ela é

gostosa... o bolo dela é gostoso... é, ela fica bem molinha, sabe?! aí ela fermenta e fica bem molinha, aí fica com um cheirinho e eles diz que é... é... mas é gostosa, o bolo da cuba e saudável. Aí fui criada desse jeito... comendo bolo de cuba, macaxeira, essas coisas, mas meus filhos num sabem o que é... e aí meus filhos eles num sabem o que é... lá pra nós tinha uma tradição... comia peixe com batata doce. Fazia aquela, aquele pirão e comia peixe com batata doce e aí meus filhos não sabem o que é... (Luiza).

... agora besteira, biscoito mesmo ele senta assim pode deixar... oxe! ele come uma carreira, um pacote assim, muito. Eu até brinco com ele, segundo eu já vi algumas pessoas dizer que biscoito ele prende um pouco o intestino, prende um pouco o intestino... o dele já é parado. Até maça eu compro, eu compro mais num... Artur é mais fã do que ela, ela come mais não é muito não, e ele nem pode assim direto, porque se deixar ele come duas, três por dia. Digo a ele Artur coma uma maçã, mas coma... O intestino dele é meio parado. Já eu digo a ele, coma mamão “eu não gosto de mamão!”, mas coma... (Vanderlandia).

As mudanças das dietas alimentares devem também ser atribuídas às transformações das relações dos adultos com as crianças nas gerações recentes. Percebe-se que há uma maior disposição dos pais em satisfazer as preferências alimentares das crianças, um fato que foi objeto de estudos entre chineses ao mostrar como os cuidados com as crianças, as formas de socialização e a nutrição das crianças foram alteradas. A categoria “comida de criança” expressa as mudanças na dieta naquele país, que passou a consumir uma maior quantidade de proteína animal e alimentos preparados, que são analisadas como resultados das transformações mais amplas em curso naquele país (JING, 2000).

Além das distinções geracionais e de gênero, também encontramos as étnicas. A ancestralidade Truká (etnia originária da Ilha de Assunção, no município de Cabrobó), está presente em algumas famílias assentadas. Trata-se de uma tradição alimentar que aos poucos foi sendo abandonada devido ao distanciamento dos conhecimentos da cozinha Truká, que incluem formas de classificação dos alimentos para o consumo e ciclos de vida específicos. Trata-se de uma memória e emoção ainda presentes en-

tre descendentes, que é proporcionada pelos sabores e formas de preparo, formas e momentos da vida.

Há uma variedade de alimentos vegetais e animais provenientes de atividades extrativistas na caatinga, também da caça, da pesca e da agricultura que recebiam preparos distintos para o consumo. Dona Luiza é Truká. Ao lembrar do preparo do bode e do porco para o consumo da “corrida de boi”, mais conhecido no Nordeste como mão de vaca, relata que era preparado à base de pimenta do reino e do alho, e era assada, após a abertura de um buraco quadrado e enterrado no chão:

... é, porque era a única maneira delas ter mais durabilidade; porque também não tinha geladeira aí a gente fazia a carne de porco mesmo... quando matava porco, cortava tudinho aí cortava, e toda vez que a gente ia comer soltava, e nisso passava dias e dias consumindo aí fazia isso que era a única maneira... num ficava fora não, na lata e deixava lá mermo... botava a banha do porco mermo; quando o porco era gordo... Era mais pote de barro... (Luiza).

Também lembra do consumo de outras carnes provenientes da caça de animais silvestres que vieram a ser proibidas depois – preá, jacaré, siriema, ema, viado e capivara, que eram consumidas após serem escaldadas, temperadas e cozidas. Também muitos peixes eram consumidos: namorado, piú, tukaká, dourado, pirá, surubim, peixe mandi, cambojé, o matrinxã, que hoje está em extinção, e o pacomã, peixes do Rio São Francisco:

... Uma vez pai passou um mês fora e quando chegou lá todo barbudo, a roupa toda rasgada, que nós pensava que era um doido, aí corremos (risos) naquele tempo as crianças era besta, minha fia, só via as pessoas pela cara, era besta, num era que nem hoje que você tá conversando e as criança tão tudo em cima... (Luiza).

Uma importante variedade de grãos, cereais e tubérculos está presente na dieta Truká. O feijão consumido era o “fogo na serra”, “manoninho”. A sua mãe cozinhava com toucinho e consumia com fubá de milho. Havia distintos tipos de batatas: rainha, borranca, coração de boi (amarela e vermelha) eram consumidas com peixe e feijão.

A macaxeira também contava com a diversidade: paulista (miolo amarelo), serrana (casca grossa e vermelha) e jatobá (mais branca). A macaxeira era consumida na forma de beiju e farinha. Produzida em casa de farinha, em determinado período do ano (mês de junho). O arroz crioulo *o vermelho e o agulhão* eram produzidos mas o seu consumo se restringia a ocasiões de festas; veio a ser consumido na rotina apenas após padronizado para aquisição no mercado.

A essa variedade de alimentos se associam formas distintas de preparo e consumo. Dona Luiza relata o consumo do jerimum: vermelho (de boi), abóbora de jacaré, pescocinha. Alimento consumido com leite no almoço e no café. Variedade de milho: batité (corado), usado para fubá, branco (caroço grande) para o cuscuz, que era pisado no pilão. O pintado de amarelo e vermelho era utilizado para o preparo do munguzá e de fubá. Milho também consumido na forma de angu com carne, xerém com feijão. Outros alimentos de origem vegetal provenientes da caatinga estavam presentes na dieta Truká, como a crueira e a folha do roseiro, folha do umbuzeiro, consumidos com sal na salada.

Dentre as frutas consumidas, aparecem a manga espada, manguita (ou manga de ouro), goiaba rosa, tamarindo, umbu, maracujá do mato (fruta nativa da caatinga) e o xique-xique (usado para fazer doce ou assado no chão), a banana sapa, e a quixaba.

A alimentação está associada aos cuidados com a saúde e tinha lugar nas dietas tradicionais, a exemplo do gergelim, pelos efeitos positivos proporcionados no combate aos “*problemas com os nervos*”. O consumo costumava se dar pela manhã e pela noite, com a ingestão de uma colher em cada turno.

Distinções de gênero aparecem no consumo dos alimentos. Tabus alimentares são registrados entre mulheres especialmente relacionados com alguns tipos de peixe – matrinxã, o pirá. O consumo desses peixes implicava em ter boas condições de saúde, além de assumir possíveis riscos:

Antigamente ó, pirá mermo a mulher num comia não. O matrixã era muito difícil. A mulher tinha que tá muito sadia pra comer... é Matrixã, que a mulher diz que num podia comer que dizia que ficava pintada. Esse daí num podia comer... (Luiza).

Há também restrições no consumo das frutas, especialmente a manga em período menstrual. Por esse motivo, havia um grande tabu no consumo dessa fruta e de carnes oriundas da caça de animais silvestres:

... manga... ave Maria! mulher chupar manga era muito difícil... a manga é porque num podia só depois, a mulher que chupasse menstruada... tinha... o tal do bola; mulher não podia comer, porque diz que embolava... é uma caça do mato; chama bola ...(Luiza).

Uma importante literatura no Brasil analisa o sistema de classificação dos alimentos a partir de pares opostos quentes *versus* frios, e reimoso *versus* manso, e associadas a essas classificações, o estabelecimento de prescrições ou proibições. Como afirma K. Woortmam (2008), trata-se de classificações que extrapolam os alimentos e se relacionam com os solos e as formas de cultivo mas também sobre o organismo humano e um modelo cosmológico mais abrangente.

Na tradição Truká, a memória da dieta alimentar e da cozinha ancestral se confrontam com a modernização e padronização da produção e consumo que recebem maior adesão dos homens e das gerações atuais e expressa dificuldades de construção da autonomia das mulheres, já que, apesar de preparar os alimentos para o consumo, a sua capacidade para determinar o que se consome é limitada. Dona Luiza relata que seu marido era exigente e não gostava da culinária dos Trukás. Gostava de consumir macarrão, não gostava de peixe traíra e por isso mudou sua alimentação. Um fato que está associado a outras restrições de capacidade de decisão. Luiza, depois de se separar do primeiro marido e voltar a se casar, abriu um restaurante com “comida normal”: buchada, carne de bode, porco, peixada, gíria. A decisão de abrir um restaurante veio por iniciativa do marido que “não queria mulher minha limpar o chão dos outros”. O restaurante consumia todo o tempo de dona Luiza, tinha mais de 100 clientes, começava a cozinhar às 5 horas da manhã e concluía na madrugada.

A dieta alimentar cotidiana de Marleide costuma ser feijão, arroz e carne no almoço e no jantar, mas às vezes não janta à noite, consome frutas (laranja) ou outras frutas que considera ter menos agrotóxicos (goiaba, banana e laranja). No café da manhã, consome cuscuz com tripa, e mesmo consciente dos hormônios existentes no frango, gosta de consumir o que chama de “frango torrado de carne”. Prefere o feijão de corda, de arranque,

para consumir na forma de um tropeiro, e também gosta de consumir o munguzá pintado, preparado com sal e com carne de porco, charque, calabresa, bacon ou costela. Para as festas, a oposição entre munguzá pintado e a lasanha, a torta e o bolo. Outra dimensão importante na alimentação é a disponibilidade de tempo para o seu preparo, um aspecto decisivo nas decisões da dieta alimentar adotada. Um exemplo ilustrativo é quanto ao consumo de sucos, uma dieta que ainda preserva hábitos tradicionais.

A tradição disputa espaço com o moderno, no caso da família de Vanderlandia, que consome produtos adquiridos no mercado e os que se originam no assentamento. Consomem frutas, tais como a manga, a acerola, mas compram maçã e pera no mercado. Dentre as verduras e hortaliças, consomem rúcula e couve misturadas na salada, mas compram batata, e a abóbora. Os principais produtos adquiridos no mercado são arroz, macarrão, feijão, a carne e o refrigerante. A carne de porco é proveniente também do assentamento, o peixe é comprado de um vendedor que vai até eles. Da mesma forma que outras mulheres, consomem lasanha, salpicão, purê de batatas, verdura com maionese – comidas preparadas em ocasiões de festa. As comidas de base tradicional também estão presentes: o quibebe de abóbora, farofa de couve e o feijão “sequinho verde”, mas claramente perdem espaço na dieta praticada.

Tradição e modernidade estão presentes e se distinguem segundo gênero, geração e etnia, mas acompanham tendências mundiais de mudança no campo da alimentação, já referidas anteriormente.

Considerações finais

Este capítulo trouxe ao debate situações vividas por mulheres inseridas na agricultura em territórios do Agreste Meridional e do Sertão do estado de Pernambuco. O objetivo foi analisar como essas mulheres atuam em resposta ao fechamento dos espaços da produção e consumo de alimentos saudáveis, considerando dificuldades de acesso aos bens naturais e desigualdades características do patriarcado.

A divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza lugares de homens e mulheres, entre casa e roçado, roçados e quintais, já analisada pela literatura, estabelece os limites e as regras para o usos dos bens e o manejo das atividades agrícolas, nos quais as mulheres têm pouca autonomia e poder de decisão sobre o que, onde e como plantar. Os casos analisados esclarecem como as mulheres resistem

às formas de exclusão a que se submetem, no cotidiano do trabalho, e nas suas lutas por mais espaço e autonomia nos sistemas agroalimentares. Nas pautas dessas lutas, distinguem-se: um maior controle sobre mananciais de água, no Agreste, e do acesso, nos seus lotes, aos benefícios dos perímetros irrigados no Vale São Francisco. As mulheres ouvidas agregam, às suas pautas, as demandas contra a poluição no solo, da água pelos agrotóxicos e seus impactos na saúde das agricultoras do Agreste e das trabalhadoras na fruticultura irrigada do sertão.

A análise sugere que as desigualdades no acesso aos bens *comuns*, impostas por um sistema agroalimentar que privilegia a produção para o mercado, interferem nos distintos fluxos dos alimentos nas unidades familiares, nas restrições econômicas e relações de poder que são acionadas no preparo e consumo de alimentos, no interior da família, na divisão do trabalho doméstico e de cuidados.

Apesar das diferenças climáticas e de distribuição da terra, os dois territórios constituem espaços dominados pela produção para o mercado, desde os seus primórdios. A agricultura familiar é, quase sempre, deixada em segundo plano nas políticas públicas, por se afastar do modelo convencional de produção e de distribuição de alimentos, como exemplarmente demonstrado nos territórios da *plantation* açucareira, da pecuária de grande porte e da fruticultura para exportação, que figuram segundo as preferências e oportunidades de mercado. Esses territórios do semiárido nordestino têm sofrido novas pressões do agronegócio da fruticultura, no caso do Vale São Francisco ou da integração da agricultura familiar à indústria de alimentos lácteos e do mercado de feijão, oriundo de outras regiões do país, no caso do Agreste Meridional. Historicamente, o Estado tem facilitado esses investimentos patronais, contra ou em desfavor da agricultura familiar. Segundo os resultados apresentados, o Estado não tem dado continuidade às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, concorrendo assim para o desmonte de políticas voltadas para a agricultura familiar, de infraestrutura produtiva, do crédito e dos programas de compras públicas, por exemplo.

A agricultura familiar tem sido atraída para esses empreendimentos empresariais, seja com o trabalho assalariado seja com a venda da sua produção, mas também pelo consumo dos alimentos produzidos por esses setores.

Os relatos registram a persistente exclusão das mulheres agricultoras desses espaços, os quais são apenas conquistados através das muitas lutas pelo direito a um lote, uma terra para plantar, um espaço de exercício e conquista de autonomia e protagonismo.

Além da luta contra o poder dos grandes empreendimentos sobre os usos da terra e da água e contra a precarização do trabalho na agroindústria, as mulheres lutam por se firmarem no domínio da unidade de produção familiar, como revelam os embates levantados pelos seus movimentos, ao questionarem a divisão sexual do trabalho – a que se submetem no interior da família, pelas distinções entre atividades nos espaços produtivos, de reprodução e de cuidados. Denominações como o “muro” e o “monturo” expressam, para além de seus significados práticos, condições diferenciadas de acesso à água e de tipos diferentes de relações com os grossistemas e biomas locais.

A produção e o preparo de alimentos para o consumo estão sob a responsabilidade das mulheres, seja no plantio nos monturos, no caso do Agreste, no muro ou no lote de meio hectare de plantio no assentamento Mandacaru, seja no preparo dos alimentos que são consumidos pelas famílias. Entretanto, essas atribuições não lhes outorgam autonomia nas definições da dieta alimentar e nem na capacidade de compartilhar atividades e decisões.

Ao analisar a relação existente entre conhecimentos, práticas agrícolas e alimentação, constatamos que a agrobiodiversidade é diretamente impactada pelas pressões exercidas pela indústria de alimentos. Em ambos os territórios, a agricultura familiar é diretamente afetada pela escassez de água pré-existente, pelos cercamentos dos bens comuns e mudanças climáticas, que dificultam os avanços e continuidades de práticas sustentáveis.

Nos territórios estudados, verificamos uma tensão entre hábitos alimentares locais e as comidas consideradas modernas, cujos impactos provocam transformações nas dietas tradicionais; e, ciente delas, as agricultoras constroem estratégias de resistência que se expressam nos seus movimentos por segurança alimentar, mas especialmente pela segurança nutricional e na valorização das práticas e gostos alimentares.

Quanto à organização da resistência, nota-se que há distintos caminhos de construção da autonomia das mulheres, que estão em curso nos territórios pesquisados; as agricultoras realizam escolhas de atividades econômicas a desempenhar, buscam exercer o poder de decisão sobre o uso de espaços nas propriedades, aderem a modelos de agricultura sustentáveis e se apoiam em processos de auto-organização em distintos níveis.

Como demonstramos, nas últimas décadas do século XX, as mulheres se aliaram na busca dos seus direitos através da participação na organização dos movimentos rurais, feministas e agroecológicos que foram fortalecidos

no interior dos projetos de desenvolvimento territoriais e de apoio à agricultura familiar. As agricultoras e assentadas da reforma agrária investigadas constroem alianças para enfrentar a falta de reconhecimento do papel das mulheres na agricultura e na sustentabilidade da vida; e são desafiadas a construir estratégias claras e conscientes para superar as desigualdades de gênero, evidenciadas pelas organizações sociais que, conscientemente, buscam ampliar a participação das mulheres na economia.

Surgem, entretanto, novos desafios para dar continuidade às alternativas gestadas nas experiências vivenciadas. Normatizações das políticas de Estado, distantes da realidade da agricultura familiar, como a vigilância sanitária, os limites para ter acesso a políticas públicas na conjuntura de desmantelamento dos programas em favor da inclusão das mulheres e do desenvolvimento territorial, anteriormente instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto no pós-golpe parlamentar de 2016. Importantes estratégias de resistência frente à indústria de alimentos estão presentes, mas ganham menor destaque nos enfrentamentos que realizam contra as investidas do mercado na agricultura, o que indica como ainda há uma oposição entre o que se planta, o que se come e a transição agroecológica. Desafios ainda mais presentes no Sertão do São Francisco, onde a presença do agronegócio e as restrições de acesso à água são mais intensas. O trabalho assalariado, a maior integração com circuitos globais, o acesso à renda monetária e as fortes pressões da indústria alimentícia restringem as possibilidades de manutenção das dietas tradicionais.

Práticas de resistência estão presentes nos territórios analisados e são expressões de movimentos sociais de mulheres em distintos planos de atuação, a partir do envolvimento com organizações mistas e autônomas de mulheres. São também proporcionadas pelas alianças com outros movimentos sociais, que incrementaram suas plataformas de ação a partir da agroecologia e do feminismo, uma aposta em curso que quer ser promissora mas que é desafiada permanentemente para alargar a compreensão da economia para além da dimensão monetária, incorporando a sustentabilidade da vida como uma dimensão igualmente importante e o reconhecimento do sujeito político feminista camponês. As restrições de acesso aos bens comuns impactam de modo particular as mulheres que vivenciam tensões no interior dos seus grupos familiares na destinação das áreas para o plantio e a criação de animais. No uso da terra escassa, ainda enfrentam indisponibilidade de água para a produção especialmente no muro para o caso do assentamento Mandacaru e até mesmo para o trabalho doméstico e de cuidados.

Os conhecimentos e práticas agrícolas das mulheres são acionados para enfrentar essas restrições. A diversidade dos plantios e a criação de pequenos animais que realizam, e os cuidados aos bens naturais dispensados, tais como o uso de tecnologias sociais para a produção; as práticas de agricultura adotadas que garantem a fertilidade dos solos; a proteção dos plantios com uso de materiais recicláveis são exemplos da construção da agroecologia em seus agrossistemas e a garantia da segurança alimentar almejada.

Esses conhecimentos e práticas agrícolas também são cruciais para promover a sustentabilidade da vida dos grupos domésticos, tais como o planejamento do uso do biogás no preparo de alimentos, a adoção da medicina popular de base natural com o uso de plantas para solucionar agravos da saúde física e mental da família e da vizinhança e são também decisivos para entender os cuidados adotados na definição da dieta alimentar dos seus lares em que pese as pressões exercidas pela indústria alimentícia.

A análise da divisão sexual do trabalho, em suas conexões com as transformações mais recentes na agricultura e na alimentação, revelam como o reordenamento territorial promovido pelo Estado e os consequentes fluxos migratórios gerados com a implantação da Ride no caso do Vale São Francisco foram possíveis pela divisão sexual do trabalho, que privilegia o trabalho precarizado das mulheres, com forte exposição dos seus corpos aos riscos e doenças associadas ao uso de agroquímicos. Mostra também como as alternativas gestadas para aumentar a autonomia da agricultura familiar frente às pressões do trabalho assalariado na fruticultura, tais como a horta comunitária e outras experiências de caráter associativo, empreendidas pelas mulheres, defrontam-se com dificuldades de conciliação e sobrecarga de atividades, porque, apesar das mudanças havidas, ainda não se vislumbra uma alteração clara na divisão sexual do trabalho na família, e nem no papel do Estado na oferta de serviços públicos que poderiam aliviar a carga adicional de trabalho assumida pelas mulheres, quando ingressam em circuitos econômicos que garantem ganhos monetários.

No caso do Agreste Meridional, a agricultura familiar também busca uma maior autonomia, seja com a produção cooperada e diversificada de produção do feijão, a recuperação e preservação de sementes crioulas, a produção e comercialização da produção agroecológica a partir de redes locais, ou nos agrossistemas a partir da produção nos roçados e nos monturos e das dietas diversificadas praticadas na agricultura familiar. Essas iniciativas se confrontam com a produção de grãos no mercado, que padroniza o consu-

mo, cria dependências externas e acentua dificuldades já existentes, como a escassez e a poluição das águas, a falta de assistência técnica e demais políticas de apoio à produção e comercialização.

É necessária uma investigação mais aprofundada sobre o tipo de exclusão ou inserção das mulheres nos empreendimentos da agroindústria no Agreste Meridional, seja para o caso da indústria leiteira, implantada há mais tempo na região ou dos setores que ganharam novos investimentos, especialmente a bovinocultura e ovinocultura de corte, como o polo avícola e a expansão de empresas transnacionais, como a Master Boi, que já alcança um mercado exportador de 45 países no mundo. No contexto da agricultura familiar, é possível afirmar que a divisão sexual do trabalho separa e hierarquiza os plantios para o autoconsumo da família, de um lado, e a produção voltada para o mercado, de outro. Tal separação gera conflitos no uso dos agrossistemas entre alimentos para o consumo e de pequenos animais, a carga das mulheres, e do plantio de capim e criação de animais de grande porte, sob a responsabilidade masculina. Essas desigualdades de poder entre homens e mulheres interferem nas decisões da família e no relacionamento dessa com a economia mercantil.

A análise dos grupos familiares a partir da nutrição, especialmente do fluxo de alimentos na família, das influências externas e seus impactos nos hábitos alimentares, indicam que a perda da agrobiodiversidade, especialmente das variedades do feijão, da mandioca e das batatas acompanham uma tendência de padronização alimentar na direção da diminuição do consumo de tubérculos e do aumento dos cereais no mundo e são também influenciadas pelas facilidades apresentadas pela comida ultraprocessada que padroniza os gostos. São novos hábitos de consumo de alimentos que contrariam a convivência com o bioma da *caatinga*, da memória e das emoções envolvidas nas cozinhas tradicionais, dos cuidados com o corpo e a saúde, e da afirmação das diversas identidades locais existentes. Essas influências externas promovem a difícil convivência do tradicional e do “moderno” com evidentes marcadores de gênero.

Por fim, a análise das resistências frente às pressões do mercado na produção e consumo de alimentos gestadas a partir do feminismo e da agroecologia, reveladas pela pesquisa, indicam que as alternativas na direção de uma agricultura sustentável se intensificaram e até avançaram na direção de um maior reconhecimento social e dos poderes públicos. Tais avanços foram protagonizados, especialmente pelas mulheres, em direção à conversão dos

sistemas produtivos, na direção da sustentabilidade, com práticas como o abandono de uso de agrotóxicos, uso de biofertilizantes, preservação de sementes, diversificação produtivas, entre outras; lutaram também pela ampliação e maior controle dos bens comuns, como a preservação dos mananciais de água no Agreste Meridional.

Trata-se de uma contribuição que ainda não goza do reconhecimento necessário e enfrenta as desigualdades de poder reveladas na gestão dos agrossistemas. Também no plano coletivo, os desafios persistem, pois, embora bem representadas nas associações comunitárias, as mulheres ainda se ressentem de escassa representação nas organizações mistas, apesar das lutas empreendidas por elas para aumentar o poder de representação e decisão em sindicatos, conselhos e organizações cooperadas e em redes.

O modelo de agricultura sustentável ganha expressão nos muros e monturos; nos espaços comunitários das hortas e das associações comunitárias; e nos movimentos de mulheres rurais agroecológicos. É, pois, plausível esperar que essas experiências, ainda que reduzidas, comparativamente, venham a ser fortalecidas com uma maior democratização dos agrossistemas; que o fortalecimento das estratégias de superação das desigualdades de gênero nas redes da agroecologia e a democratização do Estado brasileiro possam gerar um projeto no qual os princípios do cuidado com a vida, incluindo a sustentabilidade dos bens da natureza e da vida humana, estejam presentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Redescobrimo a família rural brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, 1986. p. 66-83.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros. *Mercados para variedades de feijão da agricultura familiar: conservação da agrobiodiversidade ou caminhos para a especialização produtiva?* 2019. 184 fls. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros; SILVA, Arley Gomes da; SOUZA, Nayra Luiza de Oliveira. *Levantamento de variedades crioulas cultivadas por agricultores familiares do Agreste Meridional de Pernambuco*. I Seminário de Agroecologia do IFPE. Belo Jardim: IFPE, 2018.

BENDINI, Mónica Isabel; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa; LARA FLORES, Sara María. Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina. In: GARZA TOLEDO, Enrique de la. *Tratado Latinoamericano de Sociología*. México: Anthopos Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BEZERRA, Antonia Geane Costa; SOLER, Marta; ROCES, Irene García; BUTTO, Andrea Lorena. Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. In: BUTTO, Andrea Lorena; JALIL, Laeticia Medeiros. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE/Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. *Dossiê Feminismo e Agroecologia*. Ano VIII, v. 11, n. 15 (jul./dez.). Recife: EDUFRPE, 2019. p. 66-97.

BUTTO, Andrea Lorena. March of the Daisies: subject, Agriculture, and the State. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. *State Capitalism under neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. London: Lexington Books, 2019.

BUTTO, Andrea Lorena. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. 276 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

CARNEIRO, Maria José. *Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo*. Trabalho apresentado no grupo de trabalho “A mulher na força de trabalho”, Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981, V Encontro Anual da AN-POCS.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7).

CARRASCO, Cristina. A economia feminista – um panorama sobre o conceito de reprodução. In: GRECCO, Fabiana Sanches; FURNO, Juliana da Costa; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Dossiê Economia Feminista. *Revista Temáticas*. IFCH/UNICAMP. Ano 26, n. 52, 2018. p. 31-68.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica Isabel. Globalization and change in labor relations in fruit regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). *Labor Relations in Globalized Food*. Bingley - UK: Emerald Group Publishing Limited, 2014, v. 1. p. 3-32.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014, v. 1. p. 135-152.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais – Unicamp, 2004. p. 17-32.

CORREIA, Ericê Bezerra. *Bloqueios e possibilidades para o surgimento de espaços inovativos periféricos: o caso do setor leiteiro na região de Garanhuns/Pernambuco*, 2012. 184 fls. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2012.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The world of goods: towards an anthropology of consumption*. London/New York: Routledge, 1979. p. 228

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecology: a global movement for food security and sovereignty. In: *Agroecology for Food Security and Nutrition: Proceedings of the FAO International Symposium*. 18-19 September 2014, Rome, Italy. p. 1-15.

GUETAT-BERNARD, Hélène Nathalie Michelle. Agricultura familiar no desafio do gênero França-Brasil. In: ASSIS, Glaucia Oliveira de; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Suzana Bornéo. *Entrelugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 269-286.

GUETAT-BERNARD, Hélène Nathalie Michelle. Travail, famille et agriculture. Enjeux de genre et de développement, perspective Nord-Sud. In: VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle; GUETAT-BERNARD, Hélène Nathalie Michelle (ed.). *Sous le développement, le genre*. Marseille: IRD Éditions, 2015. p. 280-306.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida*. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 25. n.74. 2010. p 159-196.

HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In: *Economia Feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. Sempre Viva Organização Feminista, 2020. p. 16-31.

HERVIEU, Bertrand; PURSEIGLE, François. Pour une sociologie des mondes agricoles dans laglobalisation. *Études Rurales*, n. 183, 2009. p. 177-200.

HIRATA, Helena Sumiko. Por que os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMILIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 15-30.

IBGE. Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/ Acesso em: 18 out, 2016.

IBGE. Cidades. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-joao/panorama/Censo 20210](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-joao/panorama/Censo%202010). Acesso em: 13 fev. 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde. Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/ Acesso em: 16 out. 2016.

IBGE – Pesquisa Nacional de Saúde. Instituto de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/. Acesso em: 16 out. 2016.

JING, Jun (org.). *Feeding China's little emperros: Food, Children, and Social Change*. Stanford Univerity Press: Stanford, California, 2000. p. 296.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. (org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

KRONE, Evander Eloi. *Da colônia ao sertão, um estudo antropológico sobre os de conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais de Pelotas (RS) e do Vale do São Francisco (BA/PE)*, 2018. 279 fl. Tese – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

LEITE, Sergio Pereira. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*. v. 4, n. 7. 2019. p. 302-323.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Revista Sociologia & Antropologia*. v. 4. n 1. 2014. p. 21-52.

MINTZ, Sidney Wilfred. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 2001. v. 16, n. 47. p. 31-41.

MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Editora Hucitec (Ciências Sociais, série Realidade Social), 1978.

NEIRA, David Pérez; MONTIEL, Marta Soler. Alimentación, agroecología y feminismo: superando los tres sesgos de la mirada occidental. In: Emma Siliprandi y Gloria Patricia Zuluaga (organizadoras). *Género, agroecología y soberanía alimentaria: perspectivas ecofeministas*. Barcelona: Icaria Editorial, 2014. p. 17-40.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 432.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *O trabalho da mulher no meio rural*. 1976. 100 fls. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, jan./abril, 2004. p. 229-252.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía*. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. p. 312.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 373.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 336.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*. v. 1. n 1, jan./jul., 2013. p. 187-218.

SCHERER-WARREN, Ilse. *A política dos movimentos sociais para o mundo rural*. Palestra proferida no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFRJ, 2007.

SCOTT, Russell Parry; SANTOS, Dayse Amâncio; SOUZA, Rosangela Silva. Migrações, desenvolvimento e a vida das mulheres jovens em três polos de desenvolvimento em Pernambuco. In: FRANCH, Mónica Lourdes Gutiérrez, ANDRADE, Maristela Oliveira de; AMORIM, Lara Santos de (org.) *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015. p. 143-174.

SCOTT, Russell Parry; SANTOS, Dayse Amâncio dos. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticulturado Rio São Francisco-PE. *Revista Vivencia*. n.. 43, 2014. p. 29-46.

SHANIN, Teodor. *Peasants & Peasant Societies*. Introduction. England, Basil Blackwell, 1987.

SILVA, Camilla Almeida; MENEZES, Marilda Aparecida; OLIVEIRA, Roberto Vêras. Às margens do desenvolvimento: o trabalho das mulheres e a luta por direito no polo da fruticultura Petrolina/PE-Juazeiro/BA. In: *Dossiê Desenvolvimento, Poder, Gênero e Feminismo*. *Cadernos Pagu*, n. 52, 2018.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. p. 356.

SOLER, Marta Montiel; NEIRA, David Pérez. Por una recampesinización ecofeminista: superando los três sesgos de la mirada occidental. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. n.121. 2013. p. 131-141.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do Sistema Agroalimentar na América Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 11, n. 21 outubro, 2003.

WOORTMANN, Klass. Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda, 1975. *Relatório da Série Antropologia*. p. 114.

WOORTMANN, Klass. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. In: *Caderno Espaço Feminino*. v. 19. jun./jul. 2008. p. 17-30.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Parentesco e reprodução camponesa. *Ciências Sociais Hoje/85*, 1985. p.192-219.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia; Catacora-Vargas, Georgina; Sili-prandi, Emma (Coord.). *Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias*. La Paz-Bolivia: SOCLA, 2018. p. 231.

POSFÁCIO

No livro *Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia*, tendo como organizadoras e organizador Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto e Ludovic Aubin, a agricultura familiar no Brasil é abordada como uma forma social de produção por suas contribuições materiais e imateriais para a sociedade. Aqui, as pesquisadoras e o pesquisador, num esforço coletivo para se pensar o reconhecimento, mas também os enormes desafios dessa agricultura, descortinam a grandeza e profundidade de sua existência nos espaços rurais e nas periferias urbanas, como estratégia para assegurar alimentos para grande parte da população, mas sobretudo para erradicar a pobreza.

Para tanto, as autoras e os autores dessa magnífica obra, num resgate histórico, trouxeram à tona o fortalecimento da apropriação secular da terra pelos grandes latifundiários produtores de *commodities*, que, a cada dia, ameaçam a permanência das populações tradicionais no campo, como quilombolas, indígenas, povos de fundo de pasto, pescadores artesanais e outros, sob a alegação de que é o *agrobusiness* que produz alimentos para a população mundial e gera riqueza para o país. Tal fato é desmistificado exemplarmente pelo conjunto da obra nos seus vários textos, ora destacando o protagonismo dos movimentos sociais do campo na defesa da reforma agrária e da terra como bem social, ora colocando a agricultura familiar como categoria agregadora da diversidade identitária das unidades familiares no campo, com destaque para as mulheres nessa construção, como responsáveis diretas pela produção e reprodução das comidas, costumes, técnicas e saberes regionais e a cultura vinculada ao rural, aqui e nos países onde os estudos foram realizados.

No Brasil, as propriedades rurais com menos de um hectare representam aproximadamente 70% de todas as propriedades, sendo que aquelas com área maior que vinte hectares representam apenas 2% (SANTOS, TONEZER e RAMBO, 2009), entretanto, mesmo o agricultor familiar representando a grande parcela da realidade rural brasileira, suas terras, em conjunto, não conseguem alcançar 25% das áreas agricultáveis.

Nessa perspectiva, para enfrentar tais obstáculos, os autores apresentam a agroecologia adotada pela maioria dos agricultores familiares, que em contraposição ao agronegócio produzem alimentos limpos, livres de agroquímicos, tendo como princípio a conservação e ampliação da biodiversidade, com vistas à sustentabilidade dos agroecossistemas locais e da saúde do meio ambiente e do trabalhador do campo. Alertam, de forma enfática, sobre a necessidade de mudança do paradigma tecnológico atualmente em voga na agricultura convencional, de um enfoque agroquímico para um enfoque mais agroecológico, pela sustentabilidade do sistema agrícola em suas dimensões econômicas, sociais, ecológicas e agronômicas.

Ademais, o contexto mundial está a demandar produtos orgânicos em detrimento dos industrializados, oportunidade ímpar para a academia e os órgãos de pesquisa cumprirem a sua missão social, aproximando-se dos agricultores familiares, a exemplo do que faz a UFPE através dos seus docentes e colaboradores nacionais e internacionais, a fim de torná-los competitivos no mercado e vencer a pobreza, as desigualdades sociais, garantindo a sua segurança alimentar, que, na proposta dos movimentos sociais, depende da criação de políticas estruturantes e da autonomia do modelo produtivo, disponibilizando alimento em quantidade e qualidade como direito de todos e todas.

Para que isso ocorra, a sugestão dos autores e autoras é que se avance em uma proposta humanizadora como a agroecologia, que, mais do que um sistema produtivo, é um ato político, que requer ação coletiva, para atender às necessidades da população sem prejudicar o meio ambiente e sua sustentabilidade, bem como a diversidade produtiva, capaz de gerar autonomia alimentar.

A lógica do capital na agropecuária, sobretudo nos países ditos periféricos como o Brasil, é produzir para quem pode pagar, não para quem tem fome, daí a relevância dos movimentos sociais empunharem a bandeira da reforma agrária e da segurança alimentar como política de estado e não de governo.

Essa discussão não é nova. Desde a década de 1950, com a criação do Programa de Alimentação do Trabalhador, tal preocupação com a nutrição do ope-

rário, a fim de que pudesse produzir mais sem se afastar para tratamento de saúde, já permeava a mente dos governantes, tanto que, no ano de 1955, surgiu o Serviço de Abastecimento da Previdência Social para distribuir alimentos a seus segurados. Em 1976, foi criado o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, e em 1983 foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de outros mais, que por falta de continuidade desapareceram.

Desse conjunto de ações, apenas a merenda escolar permanece como estratégia eficaz para manter as crianças na escola; porém, a insegurança alimentar perdura, com mais de 10% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2020).

Josué de Castro, há quase 100 anos, já apontava, nos seus estudos, para a grave situação da má alimentação no Brasil. De meados do século XX até os dias de hoje, muitos programas governamentais foram lançados, tendo por motivação a insegurança alimentar e nutricional pela pressão dos movimentos sociais; porém, por serem políticas de governo e não de estado, tiveram vida curta.

O livro *Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia* é leitura obrigatória para docentes e estudantes de graduação e de pós-graduação, sobretudo para aqueles das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e os das Ciências Agrárias e Ambientais que desejam se manter atualizados com a realidade das desigualdades sociais, econômicas, políticas e ambientais dos povos do campo.

PROFA. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Pró-reitora de Extensão e docente do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Univasf

SANTOS, Tonezer e Rambo. *Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/549.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

SOBRE OS AUTORES

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

PhD em Sociologia, Manchester University. Pós-Doutorado: University of Wisconsin-Madison e Cardiff University, Mestre em Antropologia Social, PPGAS-UFRJ. Professora Titular da UFPE, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Pesquisadora do CNPq. Membro da Academia Pernambucana de Ciências-APC. É pesquisadora do GT 45 do CLACSO; coordenadora do PRINT/CAPES/PPGS/UFPE e MCTI/CNPq/UNASUL, Rede SSAN. Publicação recente: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, *State capitalism under neoliberalism: The Case of Agriculture and food in Brazil*. 1ª. Ed. Lanham. - New York - London: Lexington Books, 2019 E-mail: HYPERLINK "mailto:saletecav@gmail.com" saletecav@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2858210983086479>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9852-6147>

Ludovic Alexandre Jacques Aubin

Doutor em sociologia pelo IEDES-Université de Paris I - Panthéon Sorbonne (2012). E pós doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PNPD/Capes). Especializado em questões ligadas à gestão de conflitos, crises e desenvolvimento sustentável. Atua também como capacitador e facilitador com profissionais de diferentes áreas (Administração, Saúde, Educação, Social). Ministra cursos e seminários na França e no Brasil sobre Prevenção e Gestão de Conflitos. Projeto Pesquisadora MCTI/CNPQ/UNASUL, Rede SSAN e CAPES/PRINT/PPGS/UFPE. E-mail: ludaubin@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7769646303766554>

Andrea Lorena Butto-Zarzar

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Integrante do Laboratório de Estudos Rurais e da Rede internacional Feminismo e Agroec-

ciologia. Coordenadora do Gt de Gênero da Rede de Estudos Rurais. Áreas de pesquisa: movimentos sociais de mulheres rurais, agroecologia, soberania segurança alimentar e nutricional, políticas públicas. Projeto CNPq/UNASUL, Membro do PPGS/UFPE/Print da CAPES. E-mail: al.zarzar@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3127642485562528>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5459-6047>

Ana Maria Costa

Atua na área de apoio técnico à pesquisa e colabora com os grupos de pesquisa Globalização da Agricultura e Laerural. É técnica de nível médio. E-mail: anataiana25@hotmail.com

Annick Fontbonne

Médica, epidemiologista. Pesquisadora titular do Inserm (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, France). Possui doutorado em Santé Publique - Université de Paris XI (Paris-Sud) (1994), e Habilitação para Dirigir Pesquisas - Université de Paris XI (Paris-Sud) (2007). Temas de pesquisa: Epidemiologia dos fatores de risco de diabetes e suas complicações; Avaliação dos serviços de saúde para diabéticos. E-mail: annick.fontbonne@inserm.fr.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0582325367745210>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1302-8200>

Berlano Bênis França de Andrade

Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Antropologia pelo PPGA-UFPE. Licenciado em Ciências Sociais pela UFPE. E-mail: berlanobenis@gmail.com.

Lattes : <http://lattes.cnpq.br/2189512255162544>

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-5409-3148>

Camilla de Almeida Silva

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). As principais áreas de atuação são a Sociologia da Agricultura e do Trabalho, com temáticas voltadas à globalização da agricultura e dos alimentos, relações de trabalho, ruralidades e gênero. E-mail: camillaalmeida_89@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1768175379512127>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8205-850X>

Carla Marcela Franquelli

Licenciada em Antropologia Social, Facultad de Humanidades y Arte de la Universidad Nacional de Rosario. Magíster en Estudios de las Mujeres y de Género, Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Comahue. Professora Adjunta Regular de Antropología Social, do Departamento de Ciencias Políticas y Sociales, de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional del Comahue. Integrante de Projetos de Pesquisa do GESA, FADECS. Doutoranda do Doctorado en Historia, Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Comahue.

E-mail: carla.franquelli@gmail.com.

Céline Spinelli

Antropóloga, doutora pela École des Hautes Études en sciences Sociales (Paris) e pela Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisa com perspectiva interdisciplinar enfocando principalmente os seguintes temas: festividades urbanas, políticas culturais, economia criativa, artes do corpo, saúde e alimentação. E-mail: celinespinelli@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5253056848418588>

Claudia Cerda Becker

Psicóloga, Doutoranda do Instituto de Sociologia, Universidade Friedrich Schiller Universität, Jena. Alemanha. Atualmente é docente do Instituto de Estudos Psicológicos, Universidad Austral de Chile, Valdivia, Chile. E-mail: claudiacerda.becker@googlemail.com.

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-6971-9908>

Eduarda Ângela Pessoa Cesse

Odontóloga, sanitarista. Pesquisadora Titular em Saúde Pública do Departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz-PE. Possui Doutorado em Ciências da Saúde, com Área de Concentração em Saúde Pública, pelo Instituto Aggeu Magalhães - IAM/ Fiocruz-PE (2008). Temas de pesquisas: epidemiologia, determinantes sociais da saúde, doenças crônicas não transmissíveis, avaliação da atenção à pessoa com diabetes e hipertensão na atenção básica, avaliação da atenção à pessoa com obesidade no SUS. E-mail: eduarda.cesse@fiocruz.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6936108885268862>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5745-3981>

Elson de Oliveira

Mestre em Extensão Rural – UNIVASF e Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UNIVASF. Assessor Técnico da CAR Governo da Bahia. E-mail: elsonagro@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019355237262587>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0878-0307>

Gloria Patricia Zuluaga Sánchez

Professora Associada da Universidad Nacional de Colombia. Ingeniera Agrónoma con Maestría en Estudios del Territorio de la Universidad Autónoma de Madrid, España; Doctorado en Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible pela Universidad de Córdoba, España. Áreas de investigação: Gênero e Agroecologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural com Livros e artigos publicados nessas áreas. Sócia da ONG Vamos Mujer de Colombia, da Alianza de Mujeres por la Agroecología AMA-AWA e da Sociedad Latinoamericana de Agroecología SOCLA. E-mail: gpzuluag@unal.edu.co.

Graciela Preda

Doutora en Estudios Sociales Agrarios. Universidad Nacional de Córdoba. Pesquisadora na Área de Investigación para la Agricultura Familiar, CR Patagonia Norte, INTA Argentina. E-mail: preda.graciela@inta.gob.ar

Guilherme José Mota Silva

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi. Atua na área de Sociologia, pesquisando temas como Trabalho, Trabalhadores Rurais, Sindicalismo, Sindicalismo Rural, Trabalho e Desenvolvimento. E-mail: guilherme.silva@ifbaiano.edu.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2740216326531042>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5690-0310>

Helder Ribeiro Freitas

Doutor em Solos, Docente da UNIVASF e vinculado aos Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – UNIVASF, Coordena o NUSAN/CVT/NEA Sertão Agroecológico/UNIVASF. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1667909181096511>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2264-3763>

Hélène Guétat-Bernard

Professora da Universidade de Toulouse. ENSFEA, LISST- Dynamiques Rurales. Doutora em socioeconomia (EHESS, Paris), socióloga e geógrafa, chefe do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Francês de Pondicherry (Índia) 2017-2021, UMIFRE 21. Rede feminista ARPEGE, Toulouse. Participa do Projeto de Internacionalização da CAPES: PPGS/UFPE/PRINT/CAPES. E-mail: HYPERLINK "mailto:he.guetat@gmail.com"helene.guetat-bernard@ensfea.fr

Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza, mestra em Engenharia Florestal e graduada em Engenharia Agrônômica, todos pela UFRPE. Professora da UFape, coordenadora do mestrado em Ciências Ambientais (UFRPE/UFape) e docente permanente do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE). Integra a Coordenação da Incubadora, Centro Vocacional Tecnológico e Núcleo de Agroecologia- CVT e NEA AGROFAMILIAR. E-mail: horasa.andrade@ufape.edu.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4314101991387960>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

Inã Cândido de Medeiro

Doutorando no PPGS-UFPE (Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco) e membro do LAE-RURAL (Laboratório de Estudos Rurais), onde desenvolve pesquisa no campo da sociologia, interligando temas como agricultura familiar, globalização dos alimentos e desigualdade social. E-mail: inamedeiro@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4421415237353978>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9996-2642>

Isabela Oliveira Leite

Bióloga e Assessora Técnica da Associação Indígena Taquara Pataxó de Porto Seguro. E-mail: isabelaleite94@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1599012299161542>.

Lucas Ricardo Souza Almeida

Discente Eng. Agrônômica, UNIVASF. E-mail: lucas.ricardo.univasf@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3006480596492215>

Lúcia Maria de Lira e Silva

Natural de Angelim, agricultora familiar e feminista, graduada em Geografia pela UPE/Garanhuns, Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial pela UF/Campina Grande-PB. Ativista sindical, educadora da Escola Feminista do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco-MMTR/PE. E-mail: luciamarial@hotmail.com.

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão e docente do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UNIVASF. Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental pela Universidade Federal do Pará (2005). E-mail: luciamarisy@uol.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9814539262982598>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0588-1797>

Luciana Maia Moser

Doutora em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com Doutorado Sanduíche na Universidade de Bielefeld, Alemanha. Possui Graduação em Ciências Biológicas e mestrado em Bioquímica, ambos pela UFC. Atualmente é professora da UFAPE e membro do Núcleo AGROFAMILIAR-UFAPE.

E-mail: luciana.maia@ufape.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5884448493094899>

Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-97089360>

Luciano Pires de Andrade

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza, mestre em Administração Rural e Comunicação Rural e graduado em Engenharia Agrônômica, todos pela UFRPE. Professor da UFAPE, docente permanente do Mestrado em Ciências Ambientais (UFRPE/UFAPE) e vice-coordenador do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE). É membro da Incubadora, Centro Vocacional Tecnológico e Núcleo de Agroecologia- CVT e NEA AGROFAMILIAR. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5367851306746294>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5818-711X>

Maria Joseane Vieira da Mota

Do município de São João, agreste Meridional, PE; agricultora ecofeminista, missionária católica, integrante do grupo produtivo Flor de Assucena e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – o MMTRne. E-mail: joseanemota790@gmail.com.

Maria Luiza Lins e Silva Pires

Doutora em Sociologia, professora titular aposentada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). Pós-doutoramento no Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), em Paris, e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), em Lisboa. Participante do PPGS/UFPE/CAPES/PRINT. Autora de livros e artigos no campo do cooperativismo agrícola, agricultura familiar e globalização dos alimentos. E-mail: marialuizapires@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4643717680536039>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9951-2687>

Mónica Isabel Bendini

Doutora em Sociologia. Professora Emérita da Universidad Nacional del Comahue e Investigadora Principal do Ministério da Educação da Argentina, Professora e investigadora em projetos CONICET/ CNPq, Pós-doutorados em Sociologia Rural e Estudos Sociais Agrários no Canadá, Brasil, Estados Unidos e México. Conferencista nas Universidades: Federal de Pernambuco e de Campina Grande, Autónoma de México, Universidade de Campinas, Universidade Federal de São Carlos e UNESP. Participa do Projeto CNPq/UNASUL, PGS/UFPE/ CAPES/PRINT, programa de Internacionalização da CAPES. E-mail: mibendini@yahoo.com.ar.

Nathália Paula de Souza

Nutricionista, professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco/ Centro Acadêmico de Vitória (UFPE/CAV). Doutorado em Ciências da Saúde, com Área de Concentração em Saúde Pública, pelo Instituto Aggeu Magalhães – IAM/Fiocruz-PE (2019), com Doutorado Sanduíche no Exterior – ISPED (Bordeaux-França) e IRD (Montpellier-França). Temas de pesquisa: análise de padrões alimentares, doenças crônicas não transmissíveis, sistemas alimentares e desigualdade social. E-mail: nathalia.psouza@ufpe.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8716661898771115>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6826-8239>

Norma Beatriz ANDRADE

Licenciada em Turismo. Especialista em Sociologia de la Agricultura Latinoamericana. Diplomada em Análisis Sociopolítico de la Sociedad Contemporánea, Universidad de Granada, España. Es Profesora Adjunta Regular Exclusiva, Área Sociología General. Orientación Metodología. Departamento de Ciencias Políticas y Sociales (DCPyS). Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue. Desde 2007 es investigadora del GESA-Grupo de estudios Sociales Agrarios, espacio formativo en el que ha sido integrante y Co-directora de proyectos de investigación acreditados por la Universidad Pública. E-mail: normabeatrizandrade@gmail.com.

Rebeca Afonso Torres

Especialista em Ensino de História do Brasil pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA (2020); Licenciada em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2019); Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: rebeccafonso02@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3922700324901987>

Rita Maria Rosa da Silva

Assessora Educacional da Fetape no Polo Sindical Sertão do São Francisco, membro da Ong Asa Branca, é residente em Petrolina no Sertão de Pernambuco. E-mail: rita.silva@fetape.org.br.

Tainã Moema Espíndola de Souza

Técnica em Comércio pela Escola Técnica Estadual Maria Eduarda Ramos de Barros - ETEMERB. Estudante do curso de Bacharelado em Ciência Sociais, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Bolsista de iniciação científica do CNPq/UNASUL. E-mail: taiespindola13@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3610012433189018>

Tatiana Ayako Taura

Mestre em Ciências Geodésicas, Analista A da Embrapa Semiárido. E-mail: tatiana.taura@embrapa.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5361699235555244>

